

Helena Topa Valentim

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE
PREDICADOS SUBJECTIVOS DO PORTUGUÊS**

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Lisboa 2004

Helena Topa Valentim

**UM ESTUDO SEMÂNTICO-ENUNCIATIVO DE
PREDICADOS SUBJECTIVOS DO PORTUGUÊS**

**Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Linguística
realizada sob a orientação da
Professora Doutora Maria Henriqueta Costa Campos**

**Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**

Lisboa 2004

Agradecimentos

O trabalho que aqui apresento beneficiou de múltiplas e, em alguns casos, insuspeitas, formas de apoio – pessoas que sempre estiveram presentes e a quem expresso a minha gratidão.

Agradeço, limitada pela contingência do que as palavras me permitem, à Professora Maria Henriqueta Costa Campos. A orientação deste trabalho foi um capítulo importante na continuidade de uma relação que, desde há 15 anos, me tem permitido aprender muito. A sua exigência e rigor científicos, a sua disponibilidade e constante confiança manifestada, são, para mim, reveladoras, por um lado, de uma visão inspirada do que é hoje a construção do saber científico, e, por outro lado, de um sentido pedagógico do que deve ser o trabalho com e para as pessoas.

Não só pelo interesse e estímulo, como pela solicitude quando necessário - para uma releitura, uma busca bibliográfica -, agradeço aos meus colegas do grupo de investigação: à Ana Bela Afonso, ao António Moreno, ao Benjamim Moreira, à Janete Bessa, ao Manuel Luís Costa, à Oana Raluca Csiszer, à Otília Sousa, ao Pierre Lejeune, à Sílvia Araújo e à Teresa Oliveira. Agradeço de forma particular, à Clara Nunes Correia, pela pertinência das sugestões e à Susana Pereira, pela leitura de uma versão prévia do capítulo 8.

Também pelo interesse e estímulo, agradeço a todos os colegas do Departamento de Linguística - alguns deles, por terem sido meus professores, corresponsáveis no percurso que hoje trilho –, assim como à Laura Martins.

A minha gratidão vai também para os meus amigos: para o João e para o Rui, pelo tempo e apoio que me deram; para a Ivete, para a Ilda e para a Francisca, pelos momentos de descontração; para todos os outros amigos e amigas, pelo ânimo e cuidado.

À Junta Nacional da ACISJF, agradeço, reconhecida, o espaço que tão gentilmente me cedeu em Sintra, proporcionando-me, deste modo, a tranquilidade necessária para a elaboração de grande parte do presente estudo.

Ao Paulo e ao Heitor, aos meus pais e ao Ricardo, para quem nenhuma palavra será suficiente, dedico este trabalho.

Índice

7

1. Introdução	11
1.1 Delimitação do objecto de estudo e objectivos.....	11
1.2 Organização do trabalho	20
1.2.1 Estruturação	20
1.2.2 Aspectos formais	23
1.3 Quadro teórico-metodológico.....	25
 2. Delimitação de uma subclasse verbal	 27
2.1 Classificação lógico-filosófica: predicados de atitude proposicional.....	27
2.2 Descrição sintáctica: verbos que seleccionam uma estrutura de complementação verbal	45
2.3 Perspectiva enunciativa: o problema da classificação das ocorrências linguísticas	53
2.3.1 Discreto - Denso - Compacto, três modos de construção de valores referenciais.....	59
2.3.2 Três estruturas predicativas: agentividade, localização e validação	87
 3. Da lógica modal à modalidade linguística.....	 91
3.1 Lógica modal	92
3.1.1 Lógica epistémica	96
3.1.2 Factividade	99
3.2 Modalidade linguística	114
3.3 Modalidade no quadro da Teoria Formal Enunciativa	116
3.3.1 Construção da categoria gramatical da modalidade	121
3.3.2 Os diferentes valores de modalidade.....	126

4. Caracterização enunciativa da subordinação	153
4.1 Subordinação como localização nocional	157
4.2 Subordinação como instanciação de um lugar ao nível predicativo: uma relação de imbricação	159
4.3 A relação de imbricação como dispositivo de modalização	164
 5. Verbos conceptuais em enunciados do tipo ‘V (1ª pessoa gramatical) que p’. Predicados subjectivos e construção de um valor modal epistémico.....	 167
5.1 Heterogeneidade enunciativa e validação subjectiva.....	171
5.1.1 Primeira pessoa gramatical como índice de subjectividade	179
5.2 O problema da modalidade no enunciado complexo	189
 6. Relação entre modalidade e enunciação mediatizada	 199
6.1 Força assertiva e construção de factos inferidos	210
6.1.1 Inferência abductiva e inferência dedutiva	219
6.1.2 Construção de uma relação causal: localização do juízo modal ou da relação imbricada	227
6.2 Pseudoperformatividade e fórmulas de asserção	232
 7. Verbos conceptuais em enunciados do tipo ‘V (2ª e 3ª pessoas gramaticais) que p’	 239
7.1 Enunciação relatada ou construção de “modalização do discurso em discurso segundo”	239
7.2 Construção do valor polémico	257
 8. Verbos conceptuais e construção transitiva-predicativa.....	 273
8.1 Natureza intensional e delimitação qualitativa do complemento transitivo-predicativo.....	277
8.2 Restrições aspectuais ao nível do complemento transitivo-predicativo e valor modal construído	284

9. Construção transitiva com objecto nominal. O problema da “polissemia” de alguns verbos conceptuais	303
9.1 Valor modal e valor não modal de <i>achar</i> e de <i>julgar</i>	304
9.1.1 Outros valores modais de <i>achar</i> : valores apreciativo e intersubjectivo	312
9.2 Formas reflexas de verbos conceptuais. O caso de <i>achar-se</i>	325
9.3 <i>Saber</i> , um caso particular	330
 10. Complementação infinitiva. Configuração do sentido volitivo de ‘pensar V_{inf}’ e do sentido de capacidade inerente a ‘saber V_{inf}’	341
10.1 ‘Pensar V _{inf} ’: algumas restrições aspectuais ao nível do complemento	350
10.1.1 Diferença entre ‘pensar V _{inf} ’ e ‘pensar em V _{inf} ’	353
10.2 ‘Saber V _{inf} ’: ausência de restrições aspectuais ao nível do complemento	361
 11. Outras construções sintáctico-semânticas	367
11.1 Complementação preposicional: os casos de ‘pensar em SN’, ‘crer em SN,’ ‘acreditar em SN’	367
11.2 Complementação em se. O caso das interrogativas indirectas	371
11.3 Emprego de verbos conceptuais em posição final	385
 12. Relação entre a negação e as propriedades específicas dos verbos conceptuais	399
12.1 ‘Duvidar que p’ e ‘não crer que p’: duas formas de orientar negativamente o conhecimento construído	415
 13. Conclusão	421
 BIBLIOGRAFIA	425

1. Introdução

« A liberdade teórica de nada me serve. Dêem-me alguma coisa finita, definida – matéria que só pode prestar-se à minha operação na medida em que for comensurável com as minhas possibilidades. E essa matéria apresenta-se já com as suas limitações. Eu, pela minha parte, terei de lhe impor as minhas [...]».

A minha liberdade consiste, assim, na possibilidade de me mover dentro dos estreitos limites que a mim próprio fixei para cada um dos meus empreendimentos.

E vou ainda mais longe: a minha liberdade será tanto maior e mais significativa quanto mais severamente eu limitar o meu campo de acção e mais me rodear de obstáculos. Tudo o que diminua as limitações diminui a força. Quanto mais limitações nos impusermos, mais nos libertamos das cadeias que nos acorrentam o espírito.»

I. Stravinsky, 1947 *Poetics of Music*, Cambridge, Mass., Harvard University Press: 63-65 (cit. in 1994 D. J. Grout; C. V. Palisca (orgs.) *História da Música Ocidental*, Lisboa, Gradiva)

«O que pode ser dito não esgota a nossa vida mental. Pelo contrário, a monotonia do que pode ser dito é realçada pela qualidade luminosa do que não pode ser dito»

L. Wittgenstein (aforismo)

1.1 Delimitação do objecto de estudo e objectivos

Entendida como actividade significativa de representação, a linguagem é veículo e expressão de conteúdos cognitivos que procedem do sujeito enunciador, enquanto sede de um conhecimento que pode ser directo ou indirecto. Ao emitir juízos¹ e, portanto, ao exprimir diferentes graus de conhecimento, o sujeito

¹ Assume-se a apropriação e o emprego do conceito de “juízo” neste contexto, num sentido lato, ultrapassando o quadro dos sistemas classificatórios frequentemente

responsável pela enunciação institui-se como sujeito cognitivo, apresentando-se comprometido em maior ou menor grau com a validação ou não validação do conteúdo proposicional visado pela enunciação.

Na base da dimensão eminentemente subjectiva da linguagem² está a maneira como esta, pela sua realização em cada uma das línguas naturais, estrutura a expressão do conhecimento. Esta questão poder-nos-ia levar a uma concepção teórica da gramática de natureza essencialmente hermenêutica. Mas, sendo a linguagem uma actividade simultaneamente de produção e de reconhecimento de formas linguísticas, é do estudo dessas formas linguísticas que pode resultar uma melhor compreensão do modo como, na e pela enunciação, é construído o conhecimento.

Partindo das propostas teóricas e metodológicas da Teoria Formal Enunciativa³, a presente dissertação tem um objectivo central duplo: descrever e explicar o funcionamento, em português europeu contemporâneo, de alguns dos

empregues, e que incluem, por exemplo, as modalidades lógicas de verdadeiro, falso, contingente, necessário, possível.

² O conceito de subjectividade que está em causa nesta referência decorre de uma definição de sujeito enquanto parâmetro enunciativo, de natureza teórica, relativamente ao qual são localizados os conteúdos proposicionais que podem ser objecto de um maior ou menor grau de assunção por parte desse sujeito.

³ A forma como o modelo teórico em causa é designado varia: “Teoria dos Invariantes da Linguagem”, “Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas”, “Teoria Formal Enunciativa”. A opção por uma destas designações, em detrimento de qualquer uma das outras, decorre de critérios que privilegiam uma dimensão específica da teoria.

A opção pela designação “Teoria Formal Enunciativa” (TFE) deve-se ao enfoque que, por via desta, se coloca, por um lado, no procedimento formalizante que preside ao quadro teórico em causa, por outro lado, na centralidade da actividade da enunciação, já que se considera que a referência absoluta de qualquer valor construído é um sistema de referência composto pelos parâmetros enunciativos subjectivo e espaço-temporal.

Ver, adiante, breve apresentação do quadro teórico-metodológico (§ 1.3) e exposição teórica das operações de localização em relação a um sistema de coordenadas enunciativas (em particular, § 3.3.1).

verbos que, sob o ponto de vista sintáctico, seleccionam uma estrutura de complementação verbal, correspondendo, sob o ponto de vista semântico e enunciativo, a predicados assertivos, ou predicados subjectivos, que exprimem o curso ou o resultado de processos cognitivos.

É o caso dos verbos que, quando integram uma estrutura de complementação completiva do tipo ‘V *que p*’, são marcadores da construção de um valor modal “não-certo”, situado entre os pólos positivo e negativo da escala de valores assertivos: *achar*, *crer*, *julgar*, *acreditar*, *pensar* e *supor*, dotados de sentido positivo, e *duvidar*, dotado de um sentido negativo. É também o caso dos verbos marcadores da construção de um valor modal “certo”, situado no pólo positivo da escala de valores assertivos: *saber*, dotado de sentido positivo, e *ignorar*, dotado de sentido negativo⁴.

O facto de os verbos em análise terem em comum a característica sintáctica de seleccionarem uma estrutura de complementação assinalada, em particular, com o emprego do complementador *que*, e que desempenha a função sintáctica de objecto do verbo da frase matriz⁵, conduz-nos a privilegiar, num primeiro momento, a descrição dos valores modais epistémicos marcados por este tipo de construção, assim como os valores de enunciação mediatizada que lhe são associados. Verificaremos, pois, que, enquanto predicados subjectivos, e implicando, portanto, uma identificação entre sujeito do enunciado e sujeito modal, qualquer forma de dissociação tem repercussões em termos do valor de determinação modal construído (ver §§ 5, 6 e 7).

⁴ A opção por cada uma destas formas linguísticas e não por outras, que eventualmente se lhes aproximariam em termos de funcionamento sintáctico-semântico, deve-se à sua maior frequência de ocorrência no *corpus* consultado (ver § 1.2.2). Ainda assim e quando oportuno, não se deixará de fazer referência a outras formas linguísticas - outros verbos, outras construções predicativas, adjectivais e outras – no sentido de pôr em contraste operações e valores de que são marcadoras.

⁵ Para que se proceda a uma análise rigorosa e tão exhaustiva quanto possível do funcionamento semântico-enunciativo de determinadas formas linguísticas, é fundamental que se reconheça, como ponto de partida, a sua caracterização sintáctica: “A descrição metalinguística de uma forma começa, geralmente, por uma caracterização sintáctica a partir da qual se chega a traços descritivos e explicativos situados ao nível da análise [...]” (Campos, 1998b: 169).

No entanto, a possibilidade de outras estruturas de complementação, que não só de natureza completiva com o complementador *que*, assim como outros factos sintácticos relevantes, impõem novas considerações a respeito dos valores modais construídos e, decorrentemente, uma diferente caracterização semântico-enunciativa das formas linguísticas marcadoras de tais valores. Impõem, nomeadamente, que se considere, numa perspectiva transcategorial, o estatuto do objecto dos verbos em análise.

A título introdutório, sublinhamos alguns dos aspectos mais evidentes do funcionamento sintáctico-semântico destes verbos que nos permitem reconhecer o estatuto particular do seu objecto.

Em comum, estes verbos têm por argumento objecto um complemento de natureza proposicional – completiva ou infinitiva -, que não tem correspondência, do ponto de vista da significação construída, com um grupo nominal, mesmo que o nome seja um deverbal:

1.1 Penso que vou organizar a festa sozinha

1.1a Penso organizar a festa sozinha

1.1b ?Penso a organização da festa⁶

1.2 Sei que vou organizar a festa sozinha

1.2a Sei organizar a festa sozinha⁷

⁶ A possibilidade duvidosa de ocorrência deste exemplo não tem correspondência, em termos da significação construída, com o exemplo **1.1**, nem com o exemplo **1.1a**. O mesmo se dirá de um enunciado como *Pensei a organização da festa*, com o verbo *pensar* num tempo gramatical do pretérito. A possibilidade que alguns destes verbos têm de ocorrer com um objecto nominal pode, aliás, alterar o seu significado. Veja-se, por exemplo, os verbos *achar* e *julgar* em enunciados como *achei um chapéu*, *o juíz julgou o réu com severidade* (sobre as construções transitivas destes verbos com um objecto nominal, ver §§ **9** e **9.1**).

⁷ Registe-se que, de maneiras diferentes, os sentidos de *pensar*, entre **1.1** e **1.1a**, e, de *saber*, entre **1.2** e **1.2a**, divergem (ver §§ **10**, **10.1** e **10.2**).

1.2b ?Sei a organização da festa⁸

Apesar de, em virtude do carácter proposicional da tradicionalmente designada subordinada (ou oração substantiva), existir uma certa equivalência estrutural entre esta e a função gramatical de complemento nominal, do ponto de vista semântico e enunciativo, não é total a aproximação entre ambos os tipos de objecto, proposicional e nominal^{9 10}. Como veremos (ver § 3), contrariamente ao que se dê com um objecto nominal, a coocorrência de um objecto proposicional com estes verbos marca a construção de valores de referência de natureza essencialmente modal.

⁸ A possibilidade de ocorrência de enunciados como os abaixo propostos deve-se à coocorrência de uma expressão modificadora do nome, respectivamente, a relativa restritiva *que vou propor para a festa* (i) assim como a expressão *a propor para a festa* (ii):

- (i) Sei a organização que vou propor para a festa
- (ii) Sei a organização a propor para a festa

⁹ Não será de confundir o objecto nominal aqui em causa com o objecto, argumento interno, próprio a estes verbos e que é, categorialmente, uma *oração pequena* (ver § 8).

¹⁰ Sendo a subordinada, por definição, de natureza predicativa, a equivalência com um objecto nominal tem lugar quando o verbo da matriz é de natureza factiva (ver § 3.1.2). Veja-se os seguintes exemplos, que ilustram esta situação:

- (i) Lamento que o meu filho tenha chegado atrasado ao colégio
- (i') Lamento o atraso do meu filho
- (ii) Descobriu que estavam a violar a correspondência
- (ii') Descobriu a violação da correspondência

Nos enunciados (i') e (ii'), os objectos nominais em causa – *atraso*, *violação* - referem-se a eventos ou estados de coisas correspondentes a um pré-construído (veja-se natureza verbal do nome empregue). Segundo proposta de V. Demonte (1977, *La subordinación sustantiva*, Madrid, Cátedra, *apud* Delbecque; Lamiroy [1999] ³2000: 2003) e como veremos (ver § 11.2), está-se, neste caso, em presença de proposições “ocultas” (“encubiertas”).

Ainda por ser exclusivamente de natureza proposicional, o objecto destes verbos só pode ser retomado e pronominalizado através do recurso a um pronome e, naturalmente, não deíctico (por exemplo, o clítico *o*, os demonstrativos *isso*, *isto*), ou ainda através do recurso a expressões com pronomes indefinidos (como *algo* ou *nada*)¹¹. Veja-se os seguintes enunciados, com o verbo *pensar*:

1.3 Penso que a qualidade de vida se mede pelo grau de confiança que se tem no futuro

1.3a Também *o* penso / *Também *a* penso

1.3b Penso *isso* desde que li um livro sobre a sociedade do século XXI

1.3c Penso *isto* desde que li um livro sobre a sociedade do século XXI

1.3d Penso *algo* semelhante

1.3e Não penso *nada disso*

Outro aspecto sintáctico relevante para a caracterização do objecto que estes verbos permitem construir, dando origem a diferentes predicados, consiste na possibilidade, extensiva a todos eles, de coocorrerem com um complemento do tipo *que sim* ou *que não*.

O emprego de um destes marcadores assertivos - positivo ou negativo (ou itens de polaridade afirmativa ou negativa) – tem lugar quando as condições discursivas dispensam a formulação explícita de um complemento proposicional: por exemplo, num diálogo, como resposta a uma interrogativa total (**1.4** e **1.5**)¹², na

¹¹ Genericamente, a pronominalização da subordinada, corrobora, do ponto de vista da gramática tradicional, a sua função de complemento de objecto directo. Por conseguinte, a pronominalização manifesta a regência transitiva do verbo introdutor.

¹² Em português europeu mas também noutras variantes geográficas, como em português do Brasil (ver M. Oliveira, 2002), o emprego isolado da partícula assertiva positiva *sim* nas respostas a interrogativas totais apresenta algumas restrições (ver Martins, 1994). Na resposta a uma interrogativa, pode empregar-se *sim*, seguido do verbo introduzido na interrogativa, mas, normalmente, emprega-se exclusivamente o verbo (como, por exemplo, na sequência *Foste à praia? Fui*). O marcador assertivo positivo pode ser empregue como resposta a uma interrogativa total quando ocorre em vez de um complemento proposicional

réplica a uma afirmação (1.6), ou, sendo da responsabilidade de um mesmo enunciador, na retoma de uma relação prediativa pré-construída (1.7):

1.4 E estás resolvida a continuar a fugir-lhe a essa explicação? – Suponho *que sim* (Ref: L0233P0028X)

1.5 É estatutário de verdade? – Julgo *que sim* (Ref: L0513P228X)

1.6 O João está interessado na Ana – Eu penso *que não*

1.7 Diz-se que as gerações mais jovens se divertem mais, mas eu acho *que não*

Por conseguinte, tendo presente a diversidade dos empregos destes verbos e dos consequentes valores de *que* as configurações resultantes são marcadoras, são vários os factos sintáctico-semânticos que podemos acrescentar aos acima referidos e que permitem particularizar o funcionamento desta subclasse verbal, e de cada um dos verbos individualmente:

- a) o facto de, a par com uma estrutura de complementação de natureza completiva com o complementador *que*, alguns destes verbos poderem apresentar o *que*, à primeira vista, corresponderá a um objecto directo acrescido de um elemento predicativo (ver § 8). Excluindo outros verbos não abrangidos por este estudo, é o caso dos verbos *achar, julgar, acreditar, pensar, supor, crer* e *saber*,
- b) a possibilidade de estes verbos apresentarem um complemento infinitivo *que*, com claras consequências sob o ponto de vista da significação construída, em certas condições se pode apresentar, quer seja no infinitivo flexionado, quer seja no infinitivo não flexionado. É o caso dos verbos *pensar, acreditar, supor* e *saber* (ver § 10);

(em contextos linguísticos como os acima exemplificados), não sendo, no entanto, este o único recurso possível já que se pode igualmente recorrer ao verbo introduzido na interrogativa (por exemplo, sem mudança visível em termos da significação construída, no enunciado 1.4, *suponho que sim* poderia ser substituído por *suponho que estou*).

- c) a forma como, combinada com a construção de certos valores modais, a oração substantiva, objecto directo de alguns destes verbos, pode corresponder a uma interrogativa indirecta, que pode, por sua vez, ser total (com o complementador *se*) ou, parcial (com um complementador como *quando*, *como*, *porquê*, *onde*, *qual*, *quantos*) (ver § 11.2);
- d) a possibilidade de, no caso particular de alguns destes verbos (por exemplo, *pensar* e *achar*, na forma reflexa, e *acreditar* e *saber*), o objecto construído ser de natureza preposicional, ainda que, entre outros aspectos adiante tratados, se registe uma diferença em termos dos valores construídos, consoante a preposição anteceda um grupo nominal (ver § 11.1) ou a forma nominal do infinitivo (ver § 10.1.1);
- e) o facto de a negação ao nível do um predicado subjectivo poder incidir ou não sobre a oração subordinada, decorrendo dos valores modais de que cada um dos verbos em análise é marcador (ver § 12);
- f) a, por vezes possível, alternância de modo do verbo ao nível da subordinada, quando esta tem como configuração sintáctica uma completiva flexionada. Motivado pela construção de determinados valores modais (como, por exemplo, a negação) ou não, este constitui um facto relevante para a caracterização semântico-enunciativa de todos os verbos em análise (ver, em particular, §§ 11.2 e 12.1);
- g) o facto de estes verbos, de forma diferenciada, poderem integrar a construção de uma expressão em posição final, que pode ser declarativa, interrogativa ou imperativa (ver § 11.3);
- h) a possibilidade de alguns dos verbos que são objecto deste estudo aparecerem, alternativamente, na forma não reflexa e na forma reflexa, com consequências em termos da configuração do seu sentido (ver § 9.2). É o caso, por exemplo, dos verbos *achar*, *julgar*, *crer*, *supor*, mas também de *acreditar* e de *saber*, cuja forma reflexa

(*achar-se, julgar-se, crer-se, supor-se, acreditar-se e saber-se*) pode ocorrer seguida de uma expressão adjectival, de um grupo nominal ou de um grupo preposicional, correspondendo todas estas formas a um termo predicativo.

Pela diversidade dos comportamentos sintáctico-semânticos observados, a delimitação do âmbito das construções linguísticas em estudo coloca ainda a exigência de uma demonstração e de uma fundamentação da complementaridade destas formas linguísticas, enquanto integrantes de uma subclasse que procuraremos demonstrar delimitável, do ponto de vista semântico-enunciativo.

Através do recurso pontual a diferentes propostas classificatórias de que a subclasse em causa é objecto e aos critérios que lhes são subjacentes, pretende-se rever e potenciar estes contributos naquilo que apresentam de enriquecedor das possibilidades de análise deste trabalho. Para tal, adoptar-se-á uma postura de questionamento que, alicerçada no recurso aos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria Formal Enunciativa¹³, nos conduzirá, idealmente, a propor o enriquecimento dos parâmetros teóricos da descrição.

O interesse que este tema suscita deve-se, aliás, às possibilidades de análise abertas por várias propostas, nomeadamente pela abordagem lógico-filosófica (ver § 2.1) e, sobretudo, pelos trabalhos estritamente linguísticos em que, incidindo sobre formas correspondentes de várias línguas, se tecem observações que, imediatamente, desafiam a questionar o funcionamento dos verbos “congêneres” do português, a propor sua caracterização. Outro dos desafios que, desde o início deste trabalho, constituiu um estímulo foi a inexistência de uma proposta de análise transcategorial destas formas linguísticas do português.

É, pois, desta forma que este projecto ganha corpo: na convicção de que uma abordagem transcategorial, apoiada num modelo teórico-metodológico coerente e

¹³ Ao situarmo-nos no quadro da Teoria Formal Enunciativa, por coerência de opção e por convicção científica, sirvo-me de conceitos elaborados nesta teoria mas não excluo a hipótese, que não sigo, de este estudo ser recuperável noutros quadros de análise.

rigoroso, possa constituir um contributo para a caracterização semântico-enunciativa das formas em análise, assim como para uma melhor compreensão da construção da categoria da modalidade.

1.2 Organização do trabalho

1.2.1 Estruturação

De acordo com o itinerário da reflexão que aqui propomos e que introduzimos ao definir os objectivos do presente trabalho, optámos por organizá-lo em 13 capítulos.

Depois de, no primeiro capítulo, propormos uma delimitação do objecto de estudo, a identificação dos objectivos, assim como a apresentação sumária do quadro teórico-metodológico, os dois capítulos subsequentes, ainda introdutórios, são de natureza teórica.

No capítulo 2, aborda-se o problema da delimitação da subclasse verbal que constitui objecto deste estudo. Com base nos textos de alguns filósofos, da antiguidade clássica aos nossos dias, enquadra-se o que, no âmbito das abordagens lógico-filosóficas, são atitudes proposicionais e caracteriza-se os predicados de atitude proposicional. Seguidamente, propõe-se uma breve referência a propostas que, de acordo com um critério sintáctico, classificam as formas linguísticas em causa enquanto verbos que seleccionam uma estrutura de complementação. A hipótese de classificação da subclasse verbal numa perspectiva enunciativa conduz-nos por um caminho de problematização que, pela recusa de um procedimento classificatório, conflui na identificação de três modos de construção de ocorrências linguísticas.

No capítulo 3, tendo como base o levantamento da articulação entre algumas das categorias lógicas da modalidade e as formas linguísticas que nos ocupam,

apresentamos, já numa perspectiva semântica, várias propostas de tipologização dos valores modais, que contemplam, explicitamente, uma descrição destas formas em termos de modalidade.

No capítulo 4, far-se-á uma caracterização enunciativa da subordinação que nos permitirá possibilidades de representação e de explicação metalinguísticas para uma “relação de dependência” com expressão nos diferentes níveis de derivação do enunciado: nocional, predicativo e enunciativo. Recuperando os conteúdos introduzidos no capítulo anterior, conclui-se que, para uma descrição dos valores de determinação do enunciado, não se deve ignorar a especificidade das relações gramaticais que se estabelecem quando se está perante uma estrutura de subordinação.

Nos capítulos 5, 6 e 7, retoma-se e aprofunda-se a descrição e explicação, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, dos valores modais epistémicos marcados pelo emprego dos predicados subjectivos (em enunciados do tipo ‘V que p’).

No capítulo 5, referem-se e ilustram-se as diferentes formas de construção de heterogeneidade enunciativa – através de uma disjunção abstracta (1ª pessoa) ou de uma dissociação referencial (2ª e 3ª pessoas) – e propõe-se a 1ª pessoa como índice de subjectividade.

No capítulo 6, articula-se a categoria gramatical da modalidade com o que vem sendo definido em vários estudos enquanto fenómeno da enunciação mediatizada. O estabelecimento desta relação funda-se no recurso a vários conceitos, todos eles confluentes para a descrição dos enunciados: conceitos de força assertiva, inferência, indução e abdução, etc. Neste capítulo, discute-se ainda a hipótese de uma aproximação de enunciados do tipo ‘V (1ª pessoa, presente do indicativo) *que p*’ ao performativo austiniano.

No capítulo 7, analisa-se a forma como se organizam os suportes do valor modal construído em enunciados do tipo ‘V que p’, quando, pelo emprego destes verbos na 2ª e 3ª pessoas, se constrói uma dissociação referencial entre os sujeitos, enunciador e modal. Põe-se em causa o facto de termos, em exclusivo, enunciação relatada (quando na 3ª pessoa) e descreve-se a construção de um

valor polémico, relacionando a sua incidência sobre a subordinada ou sobre a totalidade do enunciado com o facto de o complemento apresentar ou não um funcionamento predicativo.

Nos capítulos que se seguem, propõe-se uma abordagem semântico-enunciativa das configurações sintáctico-semânticas mais relevantes que o complemento objecto destes verbos pode apresentar. Com implicações óbvias do ponto de vista da construção da significação, uma descrição cruzada destes factos, ao longo dos capítulos 8 a 12, dará, necessariamente, conta dos diferentes valores referenciais construídos, sobretudo dos valores de determinação modal.

No capítulo 8, propõe-se a descrição de enunciados que ilustram a possibilidade que alguns destes verbos apresentam de coocorrer com um complemento de natureza transitiva-predicativa.

No capítulo 9, confronta-se as diferentes configurações de sentido, modais ou não modais, que alguns dos verbos em análise, inclusivé, na forma reflexa, registam quando coocorrem, quer com um objecto nominal, quer com um objecto proposicional. Esta constatação obriga a que se discuta o conceito de “polissemia” e enquadra, por contraposição, o estudo do caso particular de *saber*, verbo que apresenta uma estabilidade de sentido.

No capítulo 10, contempla-se o facto de, ainda com consequências sob o ponto de vista da significação construída, os verbos em análise poderem apresentar um complemento infinitivo, seja flexionado, seja não flexionado. Impõem-se, assim, os casos particulares de ‘*pensar V_{inf}*’ e de ‘*saber V_{inf}*’, em que se configura, respectivamente, um sentido volitivo e um sentido de capacidade, valores que interagem com a (in)existência de restrições aspectuais ao nível do complemento. Uma explicação metalinguística do sentido volitivo inerente a ‘*pensar V_{inf}*’ justifica, por contraste, a explicação do mesmo sentido volitivo inerente a ‘*pensar em V_{inf}*’, orientado, respectivamente, para o sujeito ou para o objecto.

No capítulo 11, propõe-se uma descrição e uma explicação metalinguísticas de outras três construções sintáctico-semânticas que identificámos como relevantes no estudo dos predicados subjectivos a estudar: ainda a complementação

preposicional, quando a preposição antecede um grupo nominal; o caso em que a oração substantiva, objecto directo de alguns destes verbos, pode corresponder a uma interrogativa indirecta, total ou parcial; o facto de estes verbos, de forma diferenciada, poderem integrar a construção de uma expressão em posição final - declarativa, interrogativa ou imperativa.

No capítulo 12, relaciona-se com a caracterização de cada um dos verbos em análise o facto de a negação ao nível do predicado subjectivo poder incidir ou não sobre a oração subordinada. Abordada transversalmente nos capítulos 9 a 11, a possibilidade ou não de alternância de modo do verbo ao nível da oração subordinada é, de forma particular, objecto de estudo neste capítulo, a propósito das duas formas de orientar negativamente o conhecimento construído – ‘*duvidar que p*’ e ‘*não crer que p*’.

Finalmente, em conclusão, no capítulo 13, reafirmaremos a unicidade e a diversidade do objecto de estudo, retomando, de forma sintética, os principais resultados alcançados com este trabalho.

1.2.2 Aspectos formais

Para a elaboração deste trabalho, socorremo-nos de um *corpus* de referência que integra textos autênticos, orais e escritos, provenientes do *Corpus* de Referência do Português Contemporâneo (CRPC), cedidos pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa¹⁴.

Recorre-se, nomeadamente a:

a) um *subcorpus* oral de português europeu, com dimensão de 875.664 palavras, constituído por transcrições das entrevistas do projecto “Português Fundamental” (PF): sequências de oral espontâneo (em situação de aula), e de oral

¹⁴ Não podemos deixar de expressar a nossa gratidão à Professora Fernanda Bacelar do Nascimento, assim como à Sandra Amendoeira, pela forma diligente e pronta com que nos foram facultados os *corpora* solicitados.

mais formal (conferências, entrevistas, mesas redondas, etc), produzidas nas décadas de 70, 80 e 90;

b) *subcorpora* escritos: discurso literário, com dimensão de 2 milhões de palavras (autores portugueses do século XIX e contemporâneos), e discurso jornalístico, também com a dimensão de 2 milhões de palavras (jornais *Público*, *Jornal de Notícias* e *Diário de Notícias*).

São também objecto de atenção e, quando pertinente, de recurso, exemplos de outros autores, adaptados e, no caso dos exemplos em línguas estrangeiras, traduzidos para português.

A estes dois recursos, acrescenta-se um conjunto de exemplos autênticos, recolhidos em situações diversas de comunicação, assim como um conjunto significativo de exemplos construídos, alguns dos quais resultantes da manipulação controlada das situações acima referidas.

A numeração dos exemplos de cada capítulo, incluindo as glosas epilinguísticas, é autónoma: assinala-se cada exemplo segundo uma ordem numérica, antecedida pelo número do capítulo em que ocorre.

Quando, por conveniência descritiva, um mesmo exemplo é retomado noutro capítulo, é renumerado de acordo com o capítulo e a ordem em que ocorre.

Propostas ao longo deste estudo, as citações de diferentes autores aparecem na língua original da obra consultada. Se a obra consultada for uma tradução, a citação pode ser acompanhada, quando relevante do ponto de vista teórico, de uma nota que retome o original e problematize a tradução.

Sempre que possível e tendo a finalidade de evitar repetições, propõe-se, através de remissões internas, uma relação entre os conteúdos, ou reflexões, propostos nos diferentes capítulos ou sub-capítulos. Para tal, recorre-se ao símbolo §, seguido do número do capítulo ou sub-capítulo para o qual se pretende remeter.

1.3 Quadro teórico-metodológico

Com a adopção da Teoria Formal Enunciativa (TFE) como quadro teórico-metodológico em que fundamos o nosso estudo, pretendemos responder à exigência de um enquadramento teoricamente ajustado aos objectivos que nos colocamos. Efectivamente, propondo uma perspectiva teórica global do funcionamento da linguagem, o modelo formal enunciativo de Antoine Culioli, representa, no panorama actual dos estudos linguísticos - em particular enunciativos -, um enquadramento teórico consistente, quer do ponto de vista epistemológico quer do ponto de vista metodológico.

A reflexão que se propõe no âmbito da TFE passa pela discussão dos conceitos consagrados na tradição gramatical e de outros que, entretanto, alargaram o horizonte dos estudos linguísticos. Cruza igualmente contributos de outras áreas de conhecimento, como a lógica, a matemática, a filosofia da linguagem, reflectindo, por isso, uma consciência clara sob o ponto de vista epistemológico: qualquer sistematização alcançada constitui uma construção teórica, uma representação metalinguística que visa, pela formulação e reformulação de hipóteses, simular um conjunto de operações abstractas, a partir da observação das representações linguísticas, enquanto formas marcadoras dessas operações.

É assim que se propõe um aparelho teórico estável que, em simultâneo, se apresenta como intrinsecamente maleável. A TFE alicerça-se numa coerência e num rigor terminológicos, mas compreende um programa de trabalho, uma metodologia de análise que se baseia na observação do que é diverso e plural: a diversidade das línguas naturais e a complexidade das formas linguísticas. Baseado no que metodologicamente constitui uma teoria dos observáveis, este aparelho teórico revela-se permeável a tal diversidade e complexidade. Não deixa, no entanto, de permitir uma explicação unificadora, já que tem como horizonte a procura dos invariantes da linguagem.

Os conceitos fundamentais da TFE a que recorreremos serão apresentados e devidamente exemplificados em português à medida que, no decurso do nosso

estudo, forem servindo a descrição da classe de fenómenos linguísticos observados. Sem que se vise qualquer exaustividade, pensamos que, ainda assim, com esta opção, fornecemos uma visão global do modelo proposto.

Encontramos uma apresentação detalhada e mais exaustiva deste quadro teórico-metodológico em vários trabalhos académicos realizados em Portugal nos últimos quinze anos¹⁵. Em todos eles se reformulam os princípios teóricos gerais da TFE e se expõe o modelo de funcionamento da linguagem preconizado.

¹⁵ Remetemos, de forma particular, para o capítulo 2 de Campos (1998a) e, entre outros, para Correia (2002), Afonso (2000), Sousa (1996 e 2000), T. Oliveira (1997), Pereira (1997).

2. Delimitação de uma subclasse verbal

2.1 Classificação lógico-filosófica: predicados de atitude proposicional

O semantismo particular de verbos como aqueles que estão na base deste trabalho - *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, saber, ignorar* - levanta alguns problemas que, desde cedo, mereceram a atenção por parte dos estudos do domínio da lógica. Assim, uma revisitação das várias categorizações de que a subclasse de verbos visados neste estudo é objecto, e uma necessária referência aos critérios que lhes são subjacentes, não pode ignorar os problemas que essa subclasse coloca aos lógicos¹⁶.

Segundo a terminologia e a teorização propostas pela filosofia da linguagem¹⁷, os verbos em causa integram a classe mais vasta dos *predicados de*

¹⁶ É comum dizer-se que os problemas filosóficos, nomeadamente no domínio da lógica, provêm da linguagem, mais propriamente da sua opacidade, tida como imperfeição, e de uma certa desconfiança quanto ao seu funcionamento. Por exemplo, Merleau-Ponty ([1952] ⁴1993: 10) afirma que “O filósofo reconhece-se pela posse inseparável do gosto da evidência e do sentido da ambiguidade. Quando se limita a suportar a ambiguidade, esta chama-se equívoco”.

Independentemente da estabilidade e da regularidade que se reconhece caracterizar a linguagem enquanto actividade humana, a sua plasticidade e deformabilidade constituem um desafio para os linguistas, mas também, desde muito cedo, para os lógicos. A este propósito, em Marconi ([1995] 1997), refere-se, por exemplo, o facto de as investigações de Frege serem já, em parte, motivadas pela convicção de que a linguagem natural é uma fonte quase inevitável de equívocos e que deve ser substituída por uma linguagem artificial (uma “ideografia”) “qui est à la langue naturelle ce que le microcospe est à l'oeil” (*idem, ibidem*: 13). Em Wittgenstein ([1985] ²1995: § 4.0031), sustenta-se que as principais confusões em que a filosofia (tradicional) incorre advêm da indiferença desta relativamente ao funcionamento da linguagem, sendo com base neste juízo que este filósofo defende que “toda a filosofia é ‘crítica da linguagem’”.

¹⁷ A filosofia da linguagem, conforme se entende hoje enquanto disciplina filosófica, integra-se na tradição da filosofia analítica: uma tradição com precedentes importantes na

atitude proposicional (“Propositional Attitude Statements”). O estabelecimento desta classificação baseia-se na definição, da responsabilidade de Bertrand Russell (1905), do que são *atitudes proposicionais*: “Propositional Attitudes [...] because they seem to express some attitude that a person might take with respect to a proposition” (Quine, [1956] 1990: 349ss).

O conceito de atitude proposicional deriva, pois, do facto de se poder distinguir o tipo de atitude daquilo que é o seu conteúdo¹⁸. Daí que a discussão em torno deste conceito aconteça em duas frentes: uma que foca a natureza das atitudes proposicionais (a diferença entre, por exemplo, “temer”, “esperar”, “crer”, “desejar”, etc) e outra que contempla o conteúdo das atitudes proposicionais (a diferença entre, por exemplo, “crer que a neve é branca” e “crer que a neve é cinzenta”). Para a maioria dos filósofos, a crença e o desejo constituem os exemplos básicos de duas atitudes proposicionais de natureza muito diferente¹⁹, ambas desempenhando um papel de tal forma central no comportamento racional, que alguns filósofos consideram que todas as atitudes proposicionais podem ser explicadas em termos dos dois *movimentos*, de crença e de desejo: “rational behavior can always be explained as the outcome of a suitable belief together with a suitable desire. [...] The multiplicity of kinds of propositional attitudes is merely apparent – hope, for example, is a kind of desire about the future – and that

história da filosofia (pense-se em Aristóteles, em Hume), mas que, no essencial, se definiu durante o século XX (ver Marconi, [1995] 1997: 10).

¹⁸ “Examples of propositional attitudes include the belief that snow is white, the hope that Mt Rosea is twelve miles high, the desire that there should be snow at Christmas, the intention to go to the snow at Christmas and the fear that one shall be killed in an avalanche. As these examples show, we can distinguish the kind of the attitude – belief, desire, intention, fear and so on – from the content of an attitude – that snow is white, that there will be snow at Christmas, to go to the snow, and so forth.” (Oppy, 1998: 779)

¹⁹ “On the one hand, there are attitudes, like belief, which aim to fit the world – and, hence, which are importante for theories of truth, impact of evidence, credence, and so on. And, on the other hand, there are attitudes, like desire, which aim to have the world fit them – and, hence, which are important for theories of value, virtue, wellbeing, and so on” (Oppy, 1998: 780)

direction of fit is the only fundamental dimension which needs to be considered in classifying the propositional attitudes” (Oppy, 1998: 780).

O argumento que permite a identificação de verbos de atitude proposicional, com base no conceito de atitude proposicional, é estabelecido por Russell, a partir da observação de um grande número de verbos que apresentam esta propriedade – verbos do inglês, como *think, know, doubt, see, hear*. A definição proposta adequa-se, no essencial, aos verbos do português passíveis de os traduzir (*crer, pensar, saber*²⁰, *duvidar, ver, ouvir*).

Os verbos de atitude proposicional integram frases que exprimem, assim, estados mentais e psicológicos, tais como crenças, desejos, esperanças e receios – por exemplo, da forma *X crê que p* e *X duvida que p*²¹ -, estados estes que, como já referimos, desempenham um papel fundamental na explicação do comportamento racional. Por conseguinte, a motivação filosófica que está na base da classificação destes verbos como predicados de atitude proposicional reside precisamente nesta ideia - relevante na filosofia da linguagem - de que as propriedades semânticas das frases das línguas naturais são resultantes de estados mentais ou psicológicos e que, portanto, devem ser explicadas ou reduzidas às propriedades que os caracterizam.

²⁰ Das traduções possíveis de *know* para português, enquadra-se nesta classificação *saber* e exclui-se *conhecer*.

²¹ Nem todas as construções em que estes verbos ocorrem expressam atitudes proposicionais. É o caso, por exemplo, das sequências *A Maria acredita em mim*, *O Gil receia uma calamidade*. Alguns filósofos defendem, no entanto, que qualquer destas sequências pode ser analisada enquanto expressão de atitudes proposicionais. *A Maria acredita em mim* implica que *A Maria acredita que p porque eu lhe digo p*; *O Gil receia uma calamidade* implica que *O Gil receia que algo de calamitoso aconteça* (exemplos adaptados de Oppy, 1998: 779) (ver § 11.1).

De acordo com esta perspectiva, os problemas da semântica das atitudes proposicionais²² prendem-se com certas particularidades lógicas que estas apresentam.

Os estudos que se debruçam sobre este tema (Frege, [1892] 1971; Quine, [1956] 1990; entre outros) dão especial relevo à aparente violação do Princípio dos Indiscerníveis, de Leibniz²³, uma vez que, no caso particular das frases que expressam atitudes proposicionais, não se pode substituir livremente expressões que designam o mesmo objecto. Partindo do pressuposto (tido como razoável para os lógicos) de que a significação de uma frase decorre das suas condições de verdade e de referência, duas frases com as mesmas condições de verdade e de referência teriam a mesma significação. Mas, de acordo aliás com um juízo que repouse no senso comum, esta substituíbilidade (*salva veritate*) não se verifica no caso dos contextos de atitudes proposicionais. As frases que expressam atitudes proposicionais são ditas semanticamente incompletas: as suas condições de verdade são contextualmente dependentes, pelo que a substituição de expressões correferenciais, contrariamente ao que se verifica noutro tipo de frases, pode afectar as condições de verdade²⁴. De igual modo, uma mesma expressão

²² A semântica das atitudes proposicionais aqui referida, é uma semântica vericondicional cujos trabalhos mais recentes incorporam um certo grau de análise pragmática dos enunciados.

²³ Formulado por Leibniz, o Princípio dos Indiscerníveis (ou Princípio da Indiscernibilidade dos Idênticos) é um critério de identidade que se baseia na substituíbilidade *salva veritate* e segundo o qual “não há na natureza dois seres reais absolutos que sejam indiscerníveis” (Mora, 1991: 206). Este princípio articula-se, aliás, com a distinção, também leibniziana, entre intensão e extensão.

²⁴ Por exemplo, em (i) e (ii), intersubstituem-se duas expressões referenciais (nomes próprios ou descrições definidas) com a mesma referência,

- (i) Hespérus é um planeta
- (ii) Phosphorus é um planeta

podendo, por este facto, inferir-se a verdade de (ii) a partir da verdade de (i).

Mas o mesmo não se dá em contextos de atitude proposicional, pois da verdade de (iii) não se pode inferir a verdade de (iv):

- (iii) O João pensa que Hespérus é um planeta

referencial pode ser diferentemente completada em também diferentes contextos, o que explica a ilusão de, por exemplo, crenças contraditórias. Este problema é designado como não substituíbilidade *salva veritate* das expressões referenciais nos contextos de atitude proposicional.

A violação do princípio de substituíbilidade sugeriu a necessidade de se incorporar informação de natureza contextual na teoria lógico-semântica das atitudes proposicionais. A representação vericondicional de uma atitude proposicional requer que a referência seja tida como contextualmente dependente (Jaszczolt, 2000b: 5ss)²⁵. Esta preocupação dos estudiosos das atitudes proposicionais manifesta-se no reconhecimento de que, por exemplo, no caso da atitude proposicional de crença, tendo em vista a descrição dos conteúdos semânticos da proposição expressa (ou objecto da crença), não se pode ignorar o conhecimento do crente (“the believer”) relativamente ao referente em causa (“the postulate of speaker’s background knowledge”).

A incorporação de informação de natureza contextual na teorização das atitudes proposicionais desencadeou uma multiplicidade de tentativas de solução teórica.

Deve-se a Frege ([1892] 1971) uma das reflexões subsequentes à contestação do Princípio dos Indiscerníveis de Leibniz. Frege foi o primeiro a oferecer uma explicação sistemática da forma e conteúdo dos, mais tarde definidos

(iv) O João pensa que Phosphorus é um planeta
(exemplos traduzidos de Engel, 1984: 83).

²⁵ Em estudos mais recentes das atitudes proposicionais, dos factores considerados contextualmente relevantes fazem parte as intenções: são vários os estudos que desenvolvem a ideia de uma intenção comunicativa-informativa: além de Jaszczolt (2000a), também K. Bach (1987 *Thought and Reference*, Oxford, Clarendon Press, *apud* Jaszczolt, 2000b; 1987 “On communicative intentions: A Reply to Recanati” *Mind and Language* 2: 141-154, *apud* Jaszczolt, *ibidem*; 1992 “Intentions and demonstrations” *Analysis* 52: 140-146, *apud* Jaszczolt, *ibidem*), D.W. Smith (1989 *The Circle of Acquaintance: Perception, Consciousness and Empathy*, Dordrecht, Kluwer, *apud* Jaszczolt, *ibidem*), entre outros.

por Russell, predicados de atitude proposicional (“propositions nominales abstraites introduites par ‘que’” ou “propositions au style indirect” (Frege, *ibidem*: 112), em virtude da distinção que estabelece entre *sentido* (“Sinn”) e *denotação* (“Bedeutung”)²⁶, distinção que se revela central para o tratamento deste problema²⁷.

Frege sustenta que cada expressão referencial (nome próprio ou descrição definida, isto é, expressão linguística que designa um só indivíduo) desempenha dois papéis semânticos distintos mas relacionados: “exprime” um sentido e “designa” uma denotação (Frege, *ibidem*: 107). A denotação de um nome próprio “est l’objet même que nous désignons par ce nom; la représentation que nous y joignons est entièrement subjective; entre les deux gît le sens, qui n’est pas

²⁶ Dada a complexa série de problemas com que se prende qualquer opção de tradução dos termos que designam os conceitos fundamentais propostos por Frege, é importante apresentar uma justificação da tradução aqui adoptada de “Sinn” e “Bedeutung” por, respectivamente, “sentido” e “denotação”. Claude Imbert, tradutora para o francês dos textos de Frege ([1892] 1971), refere, na introdução, o facto de os termos em alemão designarem um par de noções solidárias. À semelhança do que entende Imbert quando opta por “sens”, a tradução portuguesa de “Sinn” por “sentido” é mais adequada, enquanto designação de uma noção que pertence especificamente “à la logique et à la théorie de la connaissance” (*ibidem*: 16). Já a opção por “denotação” para traduzir “Bedeutung” dá-se em detrimento de outras possibilidades de tradução - como, por exemplo, “referência”, atendendo à tradução para português (1978 “Sobre sentido e referência” *Lógica e Filosofia da Linguagem*, S. Paulo, Cultrix, tradução de P. Alcoforado), também “referencia”, em castelhano (1971 “Sobre sentido y referencia” *Estudios sobre semántica*, Barcelona, Ariel: 49-97, tradução de U. Molines), ou “significação”, tendo presente a tradução inglesa “Meaning” ([1952] 1980 “On Sense and Meaning” in P. T. Geach; M. Black (eds.) *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Oxford, Blackwell). A ponderação destas possibilidades de tradução e a fixação no termo “denotação” não ignora a indicação de Benveniste (“La Forme et le Sens dans le langage” [1954] 1966), e dá-se em função do carácter inerentemente linguístico da noção “Bedeutung”.

²⁷ O par fregeano “sentido” e “denotação” foi introduzido com a finalidade de eliminar a confusão, frequente na filosofia da matemática, entre signo, sentido do signo e objecto designado pelo signo.

Aliás, pelo estabelecimento desta distinção e demais reflexões sobre a linguagem segundo uma disciplina científica até aí inexistente, o ano de 1892 - ano da publicação do artigo “Über Sinn und Bedeutung”, de Frege - é considerado um marco fundamental, precursor mesmo, dos estudos da filosofia da linguagem. Reconhece-se, aliás, que tanto a fenomenologia como a filosofia analítica (esta última, sobretudo por intermédio de Russell e Wittgenstein) terão definido as suas doutrinas em diálogo com os textos de Frege (ver Marconi, [1995] 1997: 9).

subjectif comme l'est la représentation, mais qui n'est pas non plus l'object lui même" (*idem, ibidem*: 106). O sentido é o modo segundo o qual o objecto dado pelo nome pode ser concebido como o conteúdo cognitivo associado ao nome, em virtude do qual este tem uma determinada denotação. Defende ainda que duas expressões podem denotar o mesmo referente e simultaneamente expressar sentidos diferentes. Aliás, "on peut avoir que les mots, expressions, et propositions complètes, peuvent être comparés à trois niveaux. Ou bien ils diffèrent eu égard aux représentations associées, ou bien ils diffèrent eu égard au sens mais non à la dénotation, ou bien enfin ils diffèrent aussi par la dénotation" (*idem, ibidem*: 107).

Segundo Frege, também ao que refere como "proposição" ("proposition")²⁸ se pode atribuir um sentido e uma denotação: o sentido de uma proposição é o *pensamento* ("Gedanke")²⁹ que este exprime, a sua denotação é o seu valor de verdade³⁰. É no interior da sua argumentação para estabelecer o que sejam o sentido e a denotação de uma proposição que Frege faz apelo ao *princípio de composicionalidade*, de acordo com o qual o valor semântico (sentido e denotação)

²⁸ No âmbito da filosofia da linguagem, fala-se em "proposição" sempre por referência a um enunciado declarativo, em virtude de, na perspectiva da abordagem em causa, só a este tipo de enunciado se poderem atribuir condições de verdade.

²⁹ A adopção de uma tradução do termo fregeano original "Gedanke" por "pensamento" inspira-se na opção de tradução francesa deste termo por "pensée" (Frege, [1892] 1971).

³⁰ No decurso da sua argumentação, Frege constata que uma proposição exprime um pensamento e interroga-se se o pensamento expresso pode ser a denotação da proposição: "la dénotation d'une proposition affirmative prise comme un tout [...] est une pensée. Cette pensée est-elle le sens ou la dénotation de la proposition?" ([1892] 1971: 108).

Afirma que, se assim for, quando se substitui uma expressão por outra com a mesma denotação, o pensamento expresso não deverá variar. No entanto, a denotação de um enunciado não respeita o princípio de composicionalidade, pelo que não pode corresponder ao pensamento expresso, mas sim a um valor de verdade. Isso mesmo é ilustrado pelo exemplo proposto por Frege: no enunciado *L'étoile du matin est un corps illuminé par le Soleil*, quando a expressão referencial *L'étoile du matin* é substituída pela expressão *L'étoile du soir*, estamos perante uma mesma denotação – o referente "Vénus" – e diferentes pensamentos ([1892] 1971: 108ss).

de qualquer expressão complexa depende dos valores semânticos dos seus constituintes.

Na sequência de Frege, a semântica lógica - que se debruça sobre o problema da “forma lógica” das proposições - tem como princípio básico o princípio da composicionalidade da significação, isto é, o facto de a denotação (e a referência) das proposições se calcular em função da significação (e da referência) das suas partes. Está-se, portanto, perante um raciocínio segundo o qual a significação das proposições - que, como já vimos, decorre das suas condições de verdade e de referência - difere consoante estas correspondam a enunciados declarativos simples ou expressem atitudes proposicionais e introduzam, por isso, orações completivas. Como já referido, o valor semântico de um enunciado complexo depende dos valores semânticos dos seus constituintes, sendo o modo desta dependência determinado pela estrutura sintáctica desse enunciado complexo, isto é, pelo tipo de complexidade que está em causa em cada caso.

Frege já havia, precursoramente, formulado que a especificidade dos enunciados que exprimem atitudes proposicionais (conforme os identifica Frege, contendo proposições subordinadas) resulta do problema da sua “forma lógica” – do modo como neles se manifesta o princípio de composicionalidade, portanto. Esta observação é acompanhada pela exemplificação do facto de nem sempre o valor semântico do enunciado decorrer dos valores semânticos dos seus constituintes. A excepção ao princípio de composicionalidade está patente no exemplo **2.1** (que inclui, como subordinada *les orbites des planètes sont des cercles*) em relação com o exemplo **2.2** (que inclui, como subordinada *le mouvement apparent du soleil est produit par le mouvement de la terre*) (*idem*, 1971: 113):

2.1 Copernic croyait que les orbites des planètes étaient des cercles

2.2 Copernic croyait que le mouvement apparent du soleil était produit par le mouvement de la terre

Sendo falsa a proposição subordinada de **2.1** - *les orbites des planètes sont des cercles* - (isto é, denotando o valor de verdade “Falso”), não é construindo outro enunciado **2.2**, através da substituição desta proposição subordinada por outra sequência igualmente falsa (com uma denotação idêntica, portanto) - *le mouvement apparent du soleil est produit par le mouvement de la terre* -, que obteremos um enunciado com o mesmo valor de verdade que **2.1**.

Num contexto como **2.1**, a proposição subordinada - *Les orbites des planètes sont des cercles* (proposição que é objecto da atitude proposicional), segundo Frege, não apresenta o que seria uma denotação habitual – um valor de verdade –, mas sim um pensamento: “la dénotation de la subordonnée est effectivement la pensée exprimée, au fait que la vérité ou fausseté de la pensée est sans importance pour la vérité de l’ensemble” ([1892] 1971: 113). Uma proposição no estilo indirecto - enunciação relatada, portanto - tem uma denotação indirecta: “la proposition subordonnée a pour dénotation une pensée et non une valeur de vérité; son sens n’est pas une pensée, c’est le sens des mots «la pensée que...», et ce sens représente une partie seulement du sens de la proposition complexe tout entière” (*idem*, 1971: 112-3).

Ao fazer corresponder aos objectos das atitudes proposicionais pensamentos, Frege atribui-lhes ainda características de vericondicionalidade, o que atesta que a sua proposta não pressupõe a renúncia do princípio mediante o qual a significação se define em termos de condições de verdade.

Esta excepção ao princípio de composicionalidade poderia ter levado Frege a rever os conceitos de sentido e denotação dos enunciados. Porém, Frege limita-se a corrigir estes conceitos no caso dos contextos indirectos, sem deixar que, mesmo neste caso particular, o princípio de composicionalidade seja posto em causa. De facto, se num contexto indirecto se substituir a proposição subordinada por outra com o mesmo sentido, o valor de verdade do enunciado permanece inalterado³¹.

³¹ Marconi comenta a forma como Frege trata esta questão das excepções ao princípio de composicionalidade: “Le prix à payer pour sauver la compositionnalité est [...] très élevé: les mêmes mots se trouvent avoir des dénotations différentes dans des contextes différents. En outre, le caractère nébuleux des indications de Frege à propos des conditions

Depois de um período referencialista da filosofia da linguagem e de uma marcada ruptura com as preocupações de Frege, a teoria proposta em Carnap (1947) pressupõe um interesse renovado pelas propostas daquele filósofo³², ao introduzir na análise semântica uma dimensão suplementar (a propósito dos contextos de atitude proposicional, aliás), que corresponde aproximadamente ao conceito fregeano de sentido.

Em virtude de Frege nunca haver especificado as condições de identidade para o sentido (isto é, nunca ter dito quando é que duas expressões referenciais distintas têm o mesmo sentido), em Carnap, baseando-se no par sentido / denotação, propõe-se substituí-los pelos conceitos que designa com recurso aos termos leibnizianos de *intensão* e *extensão*³³. Definidos estes conceitos, é-lhe permitido definir as suas condições de identidade, ou seja, as circunstâncias mediante as quais duas expressões têm a mesma intensão ou a mesma extensão. Contudo, a eficácia da proposta de Carnap não se estende a todos os contextos não extensionais, isto é, a todos os enunciados cuja extensão não depende da extensão dos seus constituintes, como é o caso dos contextos de atitudes proposicionais.

Deparando-se com a dificuldade que se prende com o facto de, mesmo em relação à intensão, os contextos de atitude proposicional não serem composicionais, Carnap introduz um novo conceito: o conceito de *estrutura intensional* (1947: §§ 14-15). Sustenta, assim, a ideia de que os contextos de

d'identité du sens (quand deux expressions différentes ont-elles le même sens?) rend sa proposition difficile à vérifier. On comprend donc pourquoi la recherche sémantique qui a suivi n'a pu se satisfaire de cette solution de Frege, et a cherché d'autres voies [...] ([1995] 1997: 30).

³² O facto de Carnap retomar a reflexão de Frege deve-se à sua consciência da insuficiência analítica da semântica referencial (da semântica de Tarski, por exemplo) (ver Marconi, [1995] 1997: 53ss).

³³ Por *intensão* e por *extensão* Leibniz entende, respectivamente, a “descrição de estado” e o conjunto de “constantes individuais” para que um enunciado remete (ver Marconi [1995] 1997: 56).

atitude proposicional, apesar de não serem composicionais em relação à intensão, são-no em relação à estrutura intensional.

Parece não ser, no entanto, construindo representações sempre mais finas do valor semântico de uma expressão linguística – conforme pretenderia Carnap, com os conceitos de intensão e extensão - que se resolve o problema da especificidade do funcionamento dos contextos de atitude proposicional³⁴.

Outro filósofo da linguagem que propõe uma reflexão com base na proposta de Frege acerca do valor semântico (sentido e denotação) dos enunciados subordinados das atitudes proposicionais é Quine. Entre outros autores (como, por exemplo, Kripke e Stuart Mill), Quine ([1956] 1990) contesta a coerência da proposta de Frege, de acordo com a relevância do que identifica como sendo a especificidade da forma lógica das atitudes proposicionais. Este filósofo argumenta que as frases que exprimem uma atitude proposicional são referencialmente opacas e que, portanto, neste contexto, não se está perante a construção de referentes. Segundo Quine, os verbos de atitude proposicional funcionam como operadores intensionais (tal como os operadores modais *é possível que*, *é necessário que*), que operam sobre proposições. A violação da substituíbilidade *salva veritate* em frases que exprimem atitudes proposicionais explica-se pelo facto de estas frases serem intensionais e não, como as frases declarativas simples, extensionais. Por exemplo, a propósito da atitude proposicional de crença³⁵, Quine afirma: “belief [...], let us think of this at first as a relation between the believer and a certain intension, named by the ‘that’-clause” (*idem, ibidem*: 354-355),

³⁴ Em Marconi ([1995] 1997: 58), comenta-se a proposta de Carnap como sendo totalmente inadequada: “des exemples d’énoncés qui ne sont pas compositionnels, pas même par rapport à la structure intensionnelle, ont été avancés [...], et d’autre part, l’identité de structure intensionnelle (que Carnap appelle *isomorphisme intensionnel*) est probablement une condition trop restrictive pour rassembler nos intuitions sur l’équivalence sémantique, ou synonymie, entre énoncés. En réalité, le paradigme dominant n’est pas parvenu, pas même par la suite, à venir à bout du problème de la compositionnalité des énoncés d’attitude propositionnelle”.

³⁵ No seu estudo das atitudes proposicionais, Quine privilegia a crença: “of all examples of propositional attitudes, the first and foremost is *belief* [...]” ([1956] 1990: 353).

estabelecendo, assim, uma correspondência directa entre “intension” e “that'-clause”³⁶.

Radicando ainda na forma lógica das atitudes proposicionais, outro problema que se coloca no domínio da lógica é o da natureza das “attitudes attribuées, c'est-à-dire des états psychologiques du sujet à propos duquel on les rapporte” (Engel, 1984: 85). Trata-se do problema formulado também por Quine ([1956] 1990) da distinção entre dois tipos de atribuições de atitudes: *de dicto* (“opaque reading”) e *de re* (“relational or referentially transparent reading” (*ibidem*, 356)). Das frases que exprimem atribuições de crença, diz Quine poderem ter uma leitura ou uma interpretação nocional (ou *de dicto*) ou, por oposição, uma leitura ou interpretação relacional (ou *de re*).

Quine ([1956] 1990) sugere, ainda relativamente à atitude proposicional de crença, que a origem desta dualidade residirá na ambiguidade “lexical” do verbo *believe* (*crer* ou *acreditar*), que terá um sentido nocional assim como um sentido relacional³⁷. No caso da interpretação nocional (atribuição *de dicto*), constrói-se o

³⁶ Nesta linha, em Quine ([1960] 1994) distinguem-se os contextos de atitudes proposicionais dos contextos de citação, em que, segundo este autor, se estabelece uma relação entre um sujeito e uma sequência citada e não uma relação entre um sujeito e uma proposição que é de natureza intensional, e que, só por isso, pode ser objecto de dúvida.

³⁷ Esta distinção é introduzida por intermédio do exemplo célebre a propósito de Ralph, que viu um homem com um chapéu castanho que crê ser um espião. Ralph viu um outro homem, noutras circunstâncias, chamado “Orcutt”, relativamente ao qual não tem qualquer razão para crer que seja um espião. Sabendo, entretanto, que o homem de chapéu castanho e Orcutt são uma e a mesma pessoa, é natural dizer-se que Ralph tem duas crenças distintas, que assumem as formas lógicas assinaladas por (i) e (ii):

(i) Ralph believes that $(\exists x) (x \text{ is a spy})$ - interpretação nocional e, portanto, atribuição *de dicto*;

(ii) $(\exists x) (\text{Ralph believes that } x \text{ is a spy})$ - interpretação relacional e, portanto, atribuição *de re*.

A propósito das duas leituras, *de dicto* e *de re*, em Jaszczolt (2000: 3) defende-se que estas não correspondem directamente aos dois escopos do quantificador existencial (\exists) . A distinção entre as interpretações (i) e (ii) ultrapassa aquilo que as respectivas formas lógicas revelam, pelo facto de ambas terem um alcance pragmático: “if attitude contexts are

conteúdo das crenças como sendo o conteúdo das proposições introduzidas por *believe that*. Não é possível a substituição *salva veritate*. *Believe* é um predicado de dois lugares tendo como argumentos um sujeito (“the believer”) e uma proposição ou intensão: “a dyadic relation between a believer and a proposition” (*idem, ibidem*: 355). No caso da interpretação relacional (atribuição *de re*), remete-se para aquilo em que o sujeito crê, especificando o objecto da sua crença como exterior à incidência de *believe that*. É possível a substituição *salva veritate*. *Believe* será um predicado de três lugares tendo como argumentos um sujeito (o crente), uma entidade individual (o referente do termo singular encaixado) e o atributo que a sequência encaixada diz aplicar-se ao termo singular: “we may [...] recognize a triadic relation of belief among a believer, an object and an attribute” (*idem, ibidem*)³⁸.

at all ambiguous, they are either semantically or pragmatically ambiguous. [...] Semantic ambiguity is the duality of logical form strengthened by a requirement of the logical independence of these forms, whereas pragmatic ambiguity is a built-in ambiguity of use” (*idem, ibidem*: 6). Este autor preconiza, assim, a necessidade da inclusão da informação pragmática numa teoria das atitudes proposicionais, admitindo que a distinção *de dicto/de re*, seja, em si mesma, de natureza pragmática, da mesma forma que em Donnellan (1966) se provou que a distinção por si proposta entre atributivo/referencial (aplicável às descrições definidas) é uma dualidade dependente do seu uso e, portanto, uma ambiguidade pragmática.

³⁸ Tendo presente as extensões desta reflexão lógica, refira-se a sua aplicação no domínio da psicologia cognitiva. Por exemplo, a noção de interpretação *de dicto* da atitude proposicional de crença contribui, no âmbito desta perspectiva, para a análise não vericondicional do seu conteúdo psicológico. São, aliás, numerosas as generalizações da psicologia formuladas em termos de atitudes proposicionais, que pressupõem a atribuição de um conteúdo aos estados mentais. Para ilustrar esta realidade, em Jacob (1984: 65) faz-se particular referência às propostas de J. A. Fodor (1981 *Representations*, Cambridge, Mass., MIT Press).

Segundo a abordagem da psicologia cognitiva, os conteúdos das atitudes proposicionais são especificados ainda em termos de condições de verdade e de referência das sequências. Uma crença, nomeadamente, é uma representação: quando se expressa o conteúdo de uma crença, constrói-se uma representação (linguística, semântica) de uma outra representação (psicológica), daí que, de acordo com o ponto de vista vericondicional da psicologia, não haja possibilidade de uma representação fiel. No âmbito da psicologia cognitiva, fala-se, além de conteúdo semântico, de conteúdo psicológico das atitudes proposicionais, determinado por uma teoria dos estados psicológicos dos indivíduos (ver Engel, 1984: 99ss): as sequências que expressam atitudes proposicionais têm a dupla função de atribuir a um sujeito certos estados psicológicos (crenças, desejos, pensamentos) e de especificar os conteúdos de tais estados psicológicos por meio de sequências

Todas estas considerações parecem dever ser postas em causa quando vários filósofos expressam dúvidas acerca do conceito - basilar para a identificação dos predicados de atitude proposicional – de atitudes proposicionais. Refira-se, a título de exemplo, o próprio Quine, Churchland e Stich³⁹, que chegam a pôr em causa o estabelecimento desta classificação. Negam a existência de atitudes proposicionais, do ponto de vista da filosofia da linguagem - questionando a natureza intensional destes contextos - e do ponto de vista metafísico - por não haver evidência de uma estrutura física com que estes contextos se possam identificar. Defende-se, genericamente, que o conceito de atitude proposicional é um instrumento útil que permite predizer um comportamento mas não corresponde a uma conceptualização séria do ponto de vista científico. Tem, por isso, segundo estes autores, um estatuto meramente instrumental. Entre os filósofos que aceitam que há atitudes proposicionais, alguns negam a possibilidade de as sujeitar a uma análise relacional: negam que as atitudes proposicionais se definam em relação com proposições e propõem uma análise adverbial, de acordo com a qual, “one’s belief that p is a matter of one’s believing p-ly”⁴⁰ (Oppy, 1998: 785ss).

Contrariando o paradigma dominante dos estudos lógico-filosóficos – segundo o qual se pretenderia determinar, de forma sistemática, as condições de verdade dos enunciados - nos anos setenta, surgem estudos de semântica que passam a equacionar critérios de natureza cognitiva (por exemplo, Putnam, 1975). Se o objectivo da semântica visava unicamente as condições de verdade dos enunciados, excluindo o conhecimento a propósito da forma como estes são

introduzidas pelos verbos de atitude proposicional. A perspectiva lógico-filosófica difere da da psicologia cognitiva por não fazer corresponder à significação das expressões linguísticas imagens, representações ou outras entidades mentais que, eventualmente, lhe estão associadas. Considerações de carácter psicológico não intervêm na teoria lógico-filosófica da significação.

³⁹ Em Oppy (*idem*: 785) referem-se os textos de Quine ([1960] 1994), P. Churchland (1981 “Eliminative Materialism and the Propositional Attitudes” *Journal of Philosophy* 78: 67-90) e S. Stich (1983 *From Folk Psychology to Cognitive Science: The Case Against Belief*, Cambridge, Mass., MIT Press).

⁴⁰ Trata-se de uma proposta que se enquadra na “Adverbial Theory of Mental States”.

determinados por um sujeito enunciador e ainda independentemente do problema da acessibilidade das condições de verdade, a perspectiva cognitiva da semântica preconiza a introdução de noções como *elaboração mental* e *representação mental* das significações. Além da crítica à questão das condições de verdade, o problema das atitudes proposicionais é alvo de um interesse particular por parte desta abordagem.

Diante do limite que as atitudes proposicionais representam em termos de adequação descritiva da semântica entendida no quadro da filosofia da linguagem, parte-se da assunção de que é muito difícil, senão impossível, identificar os valores semânticos das expressões linguísticas, de maneira que os contextos “X crê que p”, “X sabe que p”, “X duvida que p”, etc. sejam composicionais. Perante dois enunciados como, por exemplo **2.3** e **2.4**, em que q coincida com p, não se pode nunca inferir **2.4** de **2.3**.

2.3 X crê que p

2.4 X crê que q

Mas se, por exemplo, se acrescentar a estas sequências a sequência **2.5**, a inferência de **2.4** passa a justificar-se plenamente (ver Partee, 1979).

2.5 X sabe que p e q são sinónimos

Segundo a perspectiva da semântica cognitiva, o tratamento das atitudes proposicionais parece necessitar do recurso ao que seja a “bagagem” cognitiva dos sujeitos a quem são atribuídas as atitudes proposicionais, isto é o postulado do “speaker’s background knowledge”. Ainda segundo esta perspectiva, haverá, pois, uma relação entre a incapacidade do paradigma dominante da filosofia da linguagem de fornecer as condições de verdade correctas para enunciados como **2.3** e **2.4** e a indiferença a que vota o domínio de conhecimento dos sujeitos a quem são atribuídas as atitudes proposicionais.

Esta breve referência a uma abordagem lógico-filosófica⁴¹, mediante a qual se teoriza sobre atitudes proposicionais e se identifica a classe dos verbos de atitude

⁴¹ A brevidade e o carácter sintético deste sub-capítulo devem-se ao facto de nem todos os estudos lógico-filosóficos que têm como objecto as atitudes proposicionais – sobretudo os mais recentes - serem relevantes para a reflexão que aqui se propõe. De forma clara, privilegia-se a referência às reflexões filosóficas de Frege sobre a linguagem pela sua especial relevância para a linguística em geral e para o estudo das atitudes proposicionais em particular: “[...] nous sommes redevables à Frege des notions centrales [...], comme l’analyse de la prédication et des énoncés quantifiés, de l’idée de la compositionnalité de la signification et du couple sens/dénotation; et ce fut Frege qui, le premier, posa des problèmes canoniques, tels que celui de la signification des descriptions définies [...] ou celui des contextes d’attitude propositionnelle” (Marconi, [1995] 1997: 21).

Os estudos pós-fregeanos, entre outras características, desenvolveram-se em torno de um método de discussão consensual “dans laquelle ont grand part les définitions et les argumentations explicites, l’emploi des contre-exemples pour invalider des propositions de solutions, le recours – non acritique, mais systématique – aux assumptions de sens commun et aux résultats des sciences naturelles et de la mathématique” (Marconi, *ibidem*: 11). A adopção deste método, fundamental para a afirmação da filosofia da linguagem enquanto disciplina filosófica, por uma ou outra razão, põe de parte algumas das reflexões filosóficas de Frege sobre a linguagem, reflexões essas que, para um linguista, poderiam apresentar maior interesse.

Apesar da menor pertinência de grande parte dos estudos pós-fregeanos para este estudo, não deixa de ser digno de nota o facto de as contribuições mais recentes para a construção de uma teoria das atitudes proposicionais se situarem seja num nível lógico-semântico, seja num nível pragmático: a principal pergunta que permite formular os objectivos destes estudos é “What is the relation between the pragmatic information and the semantic (propositional) representation of attitude expressions?” (Jaszczolt, 2000b: 6).

A título de brevíssima referência, além das propostas sustentadas, primeiro por Frege e depois por Carnap, Quine e outros autores, mais recentemente, várias propostas socorreram-se da ideia do *modo de apresentação contextualmente determinado* (por exemplo, S. Schiffer 1977 “Naming and knowing” *Midwest Studies in Philosophy* 2: 28-41; 1987 *Remnants of Meaning*, The MIT Press, Cambridge, MA.; 1992 “Belief ascription” *Journal of Philosophy* 89: 499-521; 1996 “The hidden-indexical theory’s logical-form problem: A rejoinder” *Analysis* 56: 92-97; P. Ludlow 1995 “Logical form and the hidden-indexical theory: A reply to Schiffer” *Journal of Philosophy* 92: 102-107; 1996 “The adicity of ‘believes’ and the hidden-indexical theory” *Analysis* 56: 97-101), desenvolvida também na ideia de *noção* (M. Crimmings; J. Perry 1989 “The prince and the phone booth: Reporting puzzling beliefs” *Journal of Philosophy* 86: 685-711; M. Crimmings 1992 *Talk About Beliefs*, MIT Press, Cambridge, MA), que corresponde a um constituinte inarticulado da proposição. Existe também uma ampla literatura que aponta para a perspectiva da crítica construtivista como dominante nestas propostas (K.S. Donnellan 1990; Recanati 1993 *Direct Reference: From Language to Thought*, B. Blackwell, Oxford; 1996 “Domains of discours” *Linguistics and Philosophy* 19: 445-475). Como referíamos, todas estas contribuições para o debate em torno do modo de apresentação contextualmente determinado, que é próprio das atitudes proposicionais, situam-se, seja num nível lógico-semântico, seja num nível

proposicional, é reveladora de um ponto de vista teoricamente distinto do de qualquer abordagem linguística, mas apresenta algumas observações que potenciam o estudo das formas linguísticas.

Segundo uma perspectiva lógico-filosófica, entende-se que a significação de um enunciado declarativo consiste nas suas condições de verdade e de referência, ou seja, identifica-se com a especificação das circunstâncias em que essa sequência é verdadeira. Por conseguinte, o conteúdo semântico das atitudes proposicionais é especificado em termos das condições de verdade e de referência das sequências em que ocorrem, isto é, pelas relações que as expressões linguísticas têm com objectos do mundo. Do ponto de vista semântico, há numerosas maneiras de especificar as condições de verdade: mediante a construção de propriedades semânticas em relação a entidades reais do mundo ou relativizando a referência e a verdade em relação a “mundos possíveis”.

O princípio mediante o qual a significação se define em termos de condições de verdade difere da forma como, num quadro da TFE se concebe a significação. Neste quadro teórico (ver § 1.3), a significação é concebida enquanto construção de referência, mais propriamente de valores referenciais, como construção de determinação, resultante da actividade enunciativa. Neste quadro descritivo-explicativo, a referência, enquanto construção linguística, é uma representação linguística a que é, por isso, alheia qualquer consideração em termos de existência ontológica ou de juízos de verdade.

Qualquer associação das atitudes proposicionais a um sujeito fenomenologicamente entendido não é, de todo, pertinente para uma análise linguística, seja qual for o enquadramento teórico. Na perspectiva da Teoria Formal Enunciativa (ver §§ 1.3 e 3.3.1), não sendo entendido fenomenologicamente, o sujeito é um dos parâmetros teóricos que definem o sistema referencial em relação

pragmático, reconhecendo-se inclusivamente que determinadas considerações linguísticas terão fornecido soluções para a compreensão da forma como a informação pragmática pode desempenhar um papel na descrição do conteúdo semântico de um enunciado. São exemplo as diferentes abordagens que sucederam os estudos de Grice (autores como, por exemplo, S.C. Levinson 1988 “Generalized conversational implicature and the semantics/pragmatics interface”, não publicado; 1995 “Three levels of meaning” in F. R. Palmer (ed.) *Grammar and Meaning: Essays in Honour of Sir John Lyons*, CUP, Cambridge: 90-115; L. R. Horn, 1989; entre outros).

ao qual um conteúdo proposicional (mais precisamente, uma relação predicativa) adquire determinação - isto é, valores de referência - e se torna num enunciado. Assim, no âmbito dos estudos lógico-filosóficos, a concepção de um indivíduo, enquanto entidade responsável ou suporte da atitude proposicional, parece constituir um sucedâneo do parâmetro teórico sujeito em relação ao qual e a partir do qual, segundo a teoria enunciativa que enquadra este estudo, se constroem os valores referenciais que definem um enunciado.

Totalmente irrelevante para um estudo semântico-enunciativo dos verbos de atitude proposicional é o facto, fundamental numa perspectiva lógico-filosófica, de as atitudes proposicionais estarem na base do comportamento racional, isto é, de os esquemas de raciocínio assumirem tipicamente a forma de enunciados que expressam atitudes proposicionais.

Ainda de acordo com o que propõem os estudos lógico-filosóficos (por exemplo, Quine ([1956] 1990), a estrutura sintáctica vale enquanto reflexo de uma estrutura lógica de que, por sua vez, dependem as condições de verdade e de referência das sequências. Nesta linha, reconhece-se que, por introduzirem estruturas completivas, às sequências que expressam atitudes proposicionais corresponde uma significação - isto é, condições de verdade e de referência - que difere da das sequências declarativas simples. Conclui-se, por isso, que os verbos de atitude proposicional desempenham um papel fundamental na construção da significação: funcionam como operadores sobre as proposições encaixadas. Às proposições encaixadas cabe a função de especificadoras do conteúdo expresso pelo verbo de atitude proposicional que as introduz.

Este reconhecimento da especificidade da estrutura sintáctica das sequências que expressam atitudes proposicionais converge com o ponto de vista linguístico para a identificação dos verbos de atitude proposicional enquanto classe definida com base num critério sintáctico, uma vez que podem ocorrer como verbos principais de uma frase matriz, isto é, como verbos introdutores numa estrutura de complementação do tipo 'V que p' (ver § 2.2).

Também a forma como, segundo um ponto de vista semântico-referencial, se ignoram os mecanismos que presidem à construção de qualquer enunciado - e dos que expressam atitudes proposicionais, em particular - contrasta com o ponto de vista enunciativo, que se interessa pela construção e a organização interna do

enunciado, fornecendo, aliás, um modelo teórico que permite identificar e descrever as operações subjacentes à sua construção, encarando, assim, o enunciado como um constructo, o produto de uma construção que se dá na e pela enunciação.

2.2 Descrição sintáctica: verbos que seleccionam uma estrutura de complementação verbal

Dos vários estudos linguísticos que, de alguma forma, contemplam os verbos em causa (*pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, saber, ignorar*), a grande maioria baseia-se numa perspectiva sintáctica e compreende estes verbos integrados numa classe mais vasta que apresenta possibilidades de estruturação sintáctica iguais – a saber, uma estrutura de complementação.

As descrições propostas pelas gramáticas em geral não escapam a esta tendência. Encontramos, por exemplo, em Mateus *et aliae* (²1989), uma descrição sintáctica destes verbos enquanto integrando a classe mais vasta dos verbos de “complementação em SV”, cuja oração completiva é, portanto, “complemento de V, i.e., [...] um argumento interno do V” (*idem, ibidem*: 268). A subclasse destes verbos de complementação em SV distingue-se das restantes por integrar “construções de complementação com SU [sujeito] argumental (com ou sem realização lexical)”, sendo a oração completiva “um argumento interno do V superior, i.e., o seu OD [objecto directo]” (*ibidem*: 270).

A descrição em causa aplica-se aos verbos, nesta gramática, classificados como “verbos de actividade mental” (“*achar, acreditar, crer, duvidar, entender, ignorar, pensar, supor*”, entre outros) associados, ainda segundo esta descrição sintáctica, aos “verbos declarativos” (como por exemplo, “*acrescentar, afirmar, alegar, assegurar, observar, concluir, [...]*”) (*idem, ibidem*)⁴².

⁴² Extensiva a verbos que “apresentam entre si grandes diferenças do ponto de vista sintáctico e semântico” (Mateus *et aliae*, ²1989: 268), esta descrição sintáctica aplica-se às subclasses de verbos designados, na gramática em causa, como “verbos avaliativos de uso factivo” (“*achar bem/mal, criticar, deplorar, desculpar, detestar, gostar, [...]*”, entre outros) (*idem, ibidem*: 272-273), “verbos volitivos e optativos, verbos de julgamento, [verbos] declarativos de ordem” (respectivamente, “*desejar, esperar, ousar, preferir, pretender,*

Além da classificação que as gramáticas procuram estabelecer, é sobretudo em estudos da complementação em geral que se encontra algum tratamento destes verbos, nomeadamente pela sua caracterização sintáctica comum enquanto predicados que seleccionam a categoria proposição, cuja realização estrutural canónica é uma projecção da categoria C (complementador), que permite a realização de uma completiva com o complementador *que* (com o complementador *se*, no caso das interrogativas indirectas) ou, no caso de alguns destes verbos, de uma completiva infinitiva.

Em virtude de a conjunção subordinante *que*, como o infinitivo, enquanto forma não flexionada, assinalarem o carácter nominal da subordinada⁴³, esta oração é habitualmente referida como subordinada substantiva⁴⁴. O seu carácter nominal implica, pois, que a subordinada desempenhe funções tipicamente reservadas aos grupos nominais, seja a função de sujeito⁴⁵, seja a função de objecto directo, em causa nas subordinadas dependentes de verbos designados normalmente como verbos de pensamento. É em virtude, também, de a subordinada substantiva corresponder a um argumento do verbo que esta se

querer, recluir, [...]” entre outros, “*aprovar, desaprovar e reprovar*” e “*admitir* (= dar autorização), *consentir, exigir, ordenar, permitir*”) (*idem, ibidem*: 273), “verbos causativos e perceptivos” (“*mandar, deixar, fazer*”) (*idem, ibidem*: 275) e “verbos de inquirição e outros verbos que regem orações completivas introduzidas por *se*” (onde se incluem “verbos de inquirição como *inquirir, interrogar, investigar, pedir, perguntar*; verbos de actividade mental como *achar, aprender, conjecturar, considerar, descobrir, imaginar, notar, predizer, supor*; verbos declarativos como *dizer, divulgar, indicar, informar, mostrar, revelar*”) (*idem, ibidem*: 277).

⁴³ Tal como os infinitivos, também outras formas não pessoais do verbo, como os participípios e os gerúndios, são, em virtude da sua defectividade morfológica, designadas genericamente como formas nominais.

⁴⁴ É esta a terminologia por que se opta, por exemplo, na *Gramática descriptiva de la lengua española* (Bosque; Demonte (dir.)), em que se dedica, pelo menos, quatro capítulos do volume dois (§§ 32 a 35) à assim designada “subordinación sustantiva”.

⁴⁵ Como, por exemplo, em *acontece que me esqueci da chave do carro* ou *convém que te despaches*.

distingue tanto das subordinadas relativas, enquanto modificadoras de um grupo nominal, como das múltiplas subordinadas adverbiais.

É no modelo teórico da Gramática Generativa que, desde as primeiras versões da Teoria Generativa, a selecção tem sido tradicionalmente representada em termos de quadros de subcategorização que codificam o tipo categorial sintáctico dos elementos seleccionados por um determinado predicado (ver Chomsky, 1965). Grimshaw (1979) demonstrou ser igualmente necessária uma abordagem em termos de selecção semântica, só assim se podendo dar conta da interpretação de certo tipo de complementos a que, apesar de não se distinguirem no plano sintáctico, correspondem interpretações diferentes, consoante o tipo de predicados matriz que os seleccionam. Entre outros autores, em Chomsky (1986), propõe-se ainda que a selecção categorial pode derivar da selecção semântica, uma vez que os predicados são especificados unicamente quanto à categoria semântica dos seus argumentos, devendo-se às regras que definem a sua relação com estes últimos a determinação da realização estrutural canónica das categorias semânticas.

Assim, ainda que enquadrados sintacticamente, os vários estudos em causa não deixam de reconhecer alguma especificidade semântica no conjunto dos verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz e introduzem uma estrutura de complementação verbal. É disso testemunho a natureza comum à variedade das designações que, de acordo com as diversas propostas, se dá à(s) classe(s) que estes verbos integram. Tendo presente apenas os verbos que servem de objecto a este estudo, das várias propostas de classificação, refiram-se, a título de exemplo, as de “verbos epistémicos” (Hofmann, 1969), de “verbos de percepção cognitiva” (Borkin, 1973), de “predicados epistémicos” (Partee, 1973), de “predicados assertivos” (“assertive predicates”) (Hooper, 1975), de “verbos cognitivos” (Radford, 1988) – categorizações, todas elas, de natureza eminentemente interpretativa e, em si mesmas, não estruturais, que, inclusivamente, não contemplam a distinção entre predicados factivos e predicados não factivos⁴⁶.

⁴⁶ Sobre o conceito de factividade, ver § 3.1.2.

Independentemente da classificação específica que, pelo seu semantismo, recebem, verbos como *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, saber, ignorar* têm em comum a característica, já referida, de seleccionarem uma estrutura de complementação que desempenha a função sintáctica de objecto do verbo da frase matriz. Um dos testes sintácticos mais comumente apresentados que confirma o comportamento do complemento proposicional como objecto é a possibilidade que este apresenta de ser convertido em sujeito de uma passiva. Considere-se, para o caso de *saber*, por exemplo, a frase *Eles sabiam [que a Ana era a favorita ao título]* - [*Que a Ana era a favorita ao título*] *era sabido (por eles)* ou, sendo o sujeito da passiva deslocado para o fim da frase, *Era sabido (por eles) [que a Ana era a favorita ao título]*.

A possibilidade de o complemento proposicional ser convertido em sujeito de uma passiva não parece passar de uma verificação empírica susceptível de aplicação em frases complexas do inglês cujo predicado matriz seja, por exemplo, *to expect*, e, no caso do português, cujo predicado matriz seja, de entre os predicados em análise, *supor* (só na forma impessoal), *saber* e *ignorar*. Em construções análogas do português, contrariamente ao que sucede com outras situações de construção de objecto e sobretudo quando a estrutura de complementação comporta uma subordinada de natureza infinitiva, esta transposição para a passiva não resulta gramatical, senão quando se exclui a referência ao agente da passiva e, conseqüentemente, se obtém uma passiva impessoal (veja-se, acima, a preferencial supressão da sequência *por eles*).

Indiscutível é o facto de todos os tipos de estruturas de complementação terem a estrutura interna de uma frase (daí a sua natureza proposicional): o verbo do complemento frásico realiza todos os seus argumentos e a estrutura no seu conjunto pode registar a adjunção de um advérbio. Para a generalidade dos sintacticistas, é ainda consensual que, em virtude da sua natureza sintáctica, as construções de complementação consistem no estabelecimento de uma relação semântica entre o verbo introdutor e um complemento proposicional. A natureza assimétrica da relação estabelecida entre as duas estruturas está patente no

igualmente consensual conceito de *subordinação*, que, proveniente da gramática tradicional, se encontra amplamente estabilizado para designar o processo sintáctico em causa⁴⁷.

Bastante consensual também é relação entre a estrutura de subordinação e o emprego dos modos indicativo e conjuntivo. Segundo a gramática tradicional, atribui-se a dependência em causa à natureza do predicado da estrutura matriz (verbo ou adjectivo modal) o que permite o estabelecimento de um esquema de correspondência sistemática entre cada predicado susceptível de ocorrer na estrutura matriz e o modo por este seleccionado (ou os modos seleccionados, nos casos em que seja possível o contraste). É em função desta correspondência que se estabelecem classes semânticas de verbos que admitem uma alternância entre o indicativo e o conjuntivo ou que ocorrem apenas com o indicativo ou apenas com o conjuntivo.

O modo dos predicados verbais das subordinadas surge, assim, na generalidade dos estudos, como uma consequência sintáctica da regência exercida pela estrutura subordinante sobre a subordinada, mais precisamente como uma consequência sintáctica das restrições impostas pelos predicados introdutores das diferentes classes semânticas.

É corrente uma concepção da subordinação – aliás, da estrutura de qualquer frase complexa – como forma de associação entre duas estruturas de frase, neste caso, com base num processo de encaixe. Por sua vez, este encaixe institui uma

⁴⁷ Na generalidade das gramáticas, as subordinadas podem corresponder a completivas-nominais, a completivas-relativas, a circunstanciais temporais, causais, etc.

Em Cunha; Cintra (1984), por exemplo, diz-se das “orações subordinadas” que “funcionam sempre como termos essenciais, integrantes ou acessórios, de outra oração” (*idem, ibidem*: 594), pelo que se podem classificar em “substantivas, adjectivais (relativas em geral) e adverbiais, porque as funções que desempenham são comparáveis às exercidas por substantivos, adjectivos e advérbios” (*ibidem*: 596).

Já segundo a gramática de Mateus *et aliae* (²1989), apresentam uma estrutura de subordinação apenas as construções de complementação e as construções de relativização, ficando de fora todas as construções de adjunção. Como construções de complementação, são identificadas a complementação verbal (em SV, portanto), a complementação adjectival e a complementação nominal (*ibidem*: 264).

relação dissimétrica de dependência entre os dois segmentos assim postos em relação. Nesta perspectiva, o emprego do conjuntivo e do indicativo na proposição subordinada é explicado, como dizíamos, enquanto seleccionado por um elemento do contexto (predicado verbal ou adjectival), anterior à proposição em que ocorre.

Existem várias propostas de classificação dos verbos passíveis de ocorrer numa estrutura matriz, em função do que é considerado ser o seu semantismo e do subsequente tipo de complementos por si seleccionados, incluindo, a esse nível, as restrições de modo.

Em Rochette (1988, 1990)⁴⁸, por exemplo, desenvolve-se uma análise no domínio da complementação frásica das línguas românicas, em que se distinguem diferentes tipos de completivas com base no conceito de selecção semântica. Começa-se por propor a distinção de três grandes classes semânticas de predicados matrizes: *predicados efectivos*, *predicados emotivos* e *predicados proposicionais*, que seleccionam, respectivamente, as categorias semânticas *acção*⁴⁹, *evento* e *proposição*.

Esta classificação de predicados matrizes tem como critério o conjunto das restrições de selecção que estes impõem e é subsidiária do estudo que em Long (1974) se dedica à complementação em francês, em que se propõe uma primeira distinção entre *predicados efectivos* e *predicados reflexivos*: os predicados efectivos “décrivent la relation d’un sujet par rapport à la performance d’une action”⁵⁰; os predicados reflexivos “expriment le jugement d’un sujet par rapport à

⁴⁸ As conclusões destes estudos são retomadas e sintetizadas em Rochette (1993).

⁴⁹ “À l’origine, le choix du terme action visait à rendre compte du fait que de façon générale les prédicats effectifs n’admettent pas facilement des verbes d’état comme compléments” (Rochette, 1993: 70). A categoria *acção* opõe-se assim à classe aspectual “states” (*estados*) e compreende as restantes três das quatro classes aspectuais distinguidas em Vendler ([1957] 1967), isto é, “activities” (*actividades*), “accomplishments” (*eventos prolongados*) e “achievements” (*eventos instantâneos*).

⁵⁰ Integram esta classe os verbos aspectuais (por exemplo, “commencer”) mas também verbos como “oser” e “daigner” – todos eles tendo como restrição o facto de só poderem ocorrer com complementos infinitivos. No caso particular de “oser” e de “daigner”,

une proposition ou un événement” (Rochette, 1993: 68-9). Uma outra distinção importante neste estudo é aquela que opõe dois tipos de predicados reflexivos: os *predicados de tipo emotivo*, “qui expriment des jugements d’ordre personnel” (por exemplo, “souhaiter”) e os *predicados de tipo proposicional*, “qui expriment des jugements de valeur de vérité” (por exemplo, “croire”) (*ibidem*).

À presente tripartição das classes semânticas de predicados corresponde uma divisão também tripartida das completivas seleccionadas por estes predicados, de acordo com as diferenças do seu comportamento sintáctico e com as suas subsequentes diferenças semânticas: os predicados de tipo efectivo só podem introduzir complementos infinitivos (categoria semântica acção), os predicados de tipo reflexivo podem introduzir complementos infinitivos assim como complementos flexionados, seleccionando os predicados de tipo emotivo completivas no conjuntivo (da categoria semântica evento) e os predicados de tipo proposicional completivas no indicativo (da categoria semântica proposição).

Esta classificação dos predicados de tipo proposicional coincide, genericamente, com a caracterização sintáctica que é comum fundamentar a especificidade destes verbos matrizes enquanto predicados que seleccionam a categoria proposição, cuja realização estrutural canónica é uma projecção da categoria C, realizável por meio de uma completiva em *que* ou de uma completiva infinitiva.

Mas a atribuição indiscriminada a estes predicados da possibilidade de ocorrerem com complementos infinitivos não corresponde ao que se passa com os predicados do português com um semantismo análogo. Da mesma forma, as restrições de modo da completiva que Rochette refere para caracterizar os predicados de tipo proposicional do francês podem constituir um ponto de partida para reconhecermos, desde logo, que, no que diz respeito aos predicados de tipo proposicional do português, não há, necessariamente, uma exclusividade de selecção de completivas no indicativo (ver §§ 11.2 e 12.1).

o sujeito “devra cumuler les rôles thématiques assignés [pelo verbo] ainsi que par le prédicat enchâssé puisque les complétives infinitives de ces verbes se réalisent comme une simple projection verbale” (Rochette, 1993: 75).

No quadro de uma teoria da complementação frásica, articulada em termos de selecção semântica, não é, portanto, possível proceder-se a uma análise descritivo-explicativa que dê conta da estabilidade assim como da deformabilidade das formas em presença.

Numa perspectiva de semântica lexical e com especial referência para o inglês, um autor como, por exemplo, Dixon (1991, 1995) integra o conjunto dos verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz numa classe mais vasta, que tem uma componente de sentido comum e cujos elementos partilham algumas propriedades gramaticais. Começa por considerar que todas as línguas integram uma classe aberta de *verbos primários*: “Primary verbs, which can make up a complete sentence by choosing appropriate NPs (with noun or pronoun as head) to fill subject, object, etc. slots” (1995: 176). Em inglês, como na maioria das línguas (incluindo as românicas), há duas subclasses de verbos primários, integrando-se os verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz na segunda subclasse (ou “primary-B verbs”): “primary-A verbs describe actions or states that relate only to things [...], covers semantic types such as *motion*, *rest* [...], *affect*, *giving* [...] and *corporeal* [...]; primary-B verbs describe actions and states that can relate to things or to other actions or states [...], include *attention*, *speaking* and *thinking* (“think”, “know”, “believe”) and/or *linking* (“love”, “hate”)” (*idem, ibidem*). Os verbos que compõem a vasta classe de verbos primários-B apresentam a possibilidade de um complemento nominal ou, como alternativa, permitem um complemento frásico.

Distinguem-se do conjunto dos verbos primários os *conceitos secundários*: “Secondary concepts, which modify the meaning of verbs and typically include all or most of “not”, “can”, “must”, “begin”, “finish”, “try”, “want”, “make (do)” and “seem” (*idem, ibidem*).

Por ser eminentemente lexical, o critério que preside a esta classificação em verbos primários (nas suas duas subclasses) e conceitos secundários radica no pressuposto de uma codificação de significados estabilizados, no caso dos verbos primários, por parte de cada lexema verbal e, no caso dos conceitos secundários, por parte dos modificadores verbais ou partículas frásicas. Esta classificação não parece ser um instrumento teórico suficiente no estudo destes verbos, uma vez

que, ignorando a contrução da determinação em relação a um sistema referencial, opera uma distinção difícil de sustentar entre o que se reconhece como “modificação” marcada pelos “secondary concepts” (o operador negativo e os verbos modais, por exemplo), e o valor também de “modificador” que, em particular os “thinking primary-B verbs” marcam relativamente ao conteúdo proposicional (“things [...], actions or states”) que introduzem.

Sem apresentarem entre si nenhum traço em comum, nem do ponto de vista teórico, nem do ponto de vista metodológico, estas duas propostas aqui brevemente apresentadas⁵¹ – por um lado a de Rochette (1988, 1990, 1993), para o francês, e por outro a de Dixon (1991, 1995), para o inglês – ilustram, a título de exemplo, a dificuldade inerente a qualquer abordagem classificatória dos verbos passíveis de ocorrer numa estrutura matriz, em função do que é considerado ser o seu semantismo e, com base no seu comportamento sintáctico, do tipo de complementos por si seleccionados.

2.3 Perspectiva enunciativa: o problema da classificação das ocorrências linguísticas

A dificuldade de que se reveste a classificação das unidades linguísticas prende-se directamente com certas propriedades específicas da linguagem. É porque a linguagem é um sistema de representação e não obedece a um princípio de mera designação ostensiva (ver Culioli, 1986b) que uma classificação das unidades linguísticas, baseada em critérios formais⁵² ou em critérios

⁵¹ Pela brevidade e pelo carácter sintético da referência a estas, como a outras propostas ao longo deste trabalho, pode incorrer-se numa certa superficialidade e na elisão de aspectos que, com certeza, as ajudariam a esclarecer enquanto opções enquadradas teoricamente (neste caso, em modelos distintos daquele que preside a este trabalho) e, portanto, perfeitamente justificadas pelos fins que pretendem alcançar.

⁵² Por critérios formais que estejam na base de uma classificação entende-se os procedimentos da análise distribucional e da inventariação do conjunto de contextos

semântico-interpretativos⁵³, constitui necessariamente um procedimento simplificador. A complexidade, como a heterogeneidade, que a observação dos fenómenos linguísticos nos revela não é passível de ser descrita, e muito menos explicável, através da atribuição às unidades linguísticas de propriedades classificatórias, com base, por exemplo, numa etiquetagem e no estabelecimento de uma hierarquia rígida.

A construção do que em Culioli (*ibidem*: 4) se postula como “une théorie unifiée” permite, de uma forma unificada, dar conta da pluralidade, e até mesmo da disparidade, dos valores associados a um marcador⁵⁴, isto é, visa “l’articulation de phénomènes appartenant à des ordres hétérogènes et leur traitement grace à un système de représentation et de calcul homogène ou, en tout cas, congruent” (*idem, ibidem*).

Em virtude da natureza complexa e heterogénea dos fenómenos linguísticos, concebe-se em Culioli (*ibidem*: 5), como aspecto central da actividade linguística

possíveis de ocorrência de uma dada unidade. Esta sistematização visa o estabelecimento de compatibilidades e incompatibilidades e das regras que permitem distinguir unidades distintas e variantes flexionais de uma mesma unidade. Em Franckel; Paillard (1991), comenta-se que “Les classifications purement formelles ne posent que des problèmes méthodologiques et techniques dont la maîtrise a considérablement progressé depuis le recours à l’ordinateur. [...] ce raffinement dans les procédures classificatoires conduit rapidement à un point où chaque unité peut se distinguer des autres par des comportements qui, localement, lui sont irréductiblement spécifiques. Le risque est d’aboutir finalement à une multiplication des catégories et des sous-catégories dont le nombre équivaut bientôt à celui des unités classées.” (*idem, ibidem*: 103).

⁵³ Uma unidade linguística corresponde a uma abstracção de difícil inserção numa qualquer classificação de natureza semântica. Fazer corresponder um ou mais sentidos a um termo - procedimento próprio de um dicionário comum, por exemplo – constitui uma forma de estabilização que é necessariamente limitativa, por não contemplar o facto de o valor desse termo poder variar quando se introduza uma determinada mudança ao nível do enunciado em que ocorre.

⁵⁴ O conceito de marcador, de natureza relacional, implica um sistema de operações concatenadas que se fazem marcar por formas gramaticais. Tais formas gramaticais mais não são que as representações linguísticas da constituição das diferentes operações, por outras palavras, os traços visíveis das operações em que consiste a actividade da linguagem.

em geral, uma operação de *ajustamento* (“opération d’ajustement”) que implica, por sua vez, dois princípios, ou movimentos, constitutivos da linguagem: por um lado, a *estabilidade* (“la stabilité”), por outro, a *deformabilidade* (“la déformabilité”). Afirma Culioli que “Les phénomènes linguistiques forment des systèmes dynamiques qui sont réguliers, mais avec une marge de variation due à des facteurs d’une grande diversité: on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques” (*idem, ibidem*).

Os conceitos de estabilidade e de deformabilidade justificam-se, por conseguinte, no quadro das relações dinâmicas que as unidades linguísticas entretecem, da construção de domínios - isto é, de configurações de domínios situados num sistema de localização - e também na medida em que, através da actividade dupla de produção e reconhecimento de formas, se perfilam sujeitos e se estabelece um “jeu de forces intersujets” (*idem, ibidem*).

É óbvia a importância do conceito de estabilidade para a coerência da actividade linguística e, em última análise, para a comunicação: “Sans stabilité, il n’y aurait pas d’ajustement régulier, pas de communication [...]” (*idem, ibidem*). Já o conceito de deformabilidade, por ter a ver com a variação a que uma configuração pode estar sujeita, quando, simultaneamente, certas propriedades se mantêm inalteráveis (constituindo assim invariantes), exige a construção de formas abstractas. É a observação das propriedades distribucionais que uma forma regista – forma empírica, portanto – que viabiliza a construção de formas abstractas, enquanto resultado de um trabalho metalinguístico, visando a reconstrução das operações e do encadeamento de operações de que essa forma empírica é marcadora⁵⁵.

⁵⁵ O trabalho metalinguístico consiste numa construção teórica que pressupõe, no quadro dos três níveis de representação descritos em Culioli, a observação e a manipulação controlada dos elementos do nível II (sequências textuais), para, radicando no nível III, se proceder à construção de um sistema de representações metalinguísticas mediante o qual se procura representar e explicar (ou, noutros termos, simular) as operações do nível I (noções e operações, de natureza mental).

A tal trabalho metalinguístico – ressalve-se ainda – preside uma concepção construtivista (“approche construtiviste”, segundo Franckel (2002), baseado em Kleiber (1999)), e não uma concepção mentalista (“approche mentaliste” (Franckel, *ibidem*)), da relação entre o sentido e os termos linguísticos, isto é, do que será a relação, em termos clássicos, entre linguagem e pensamento. Considera-se, de acordo com uma abordagem construtivista, que o sentido é determinado e construído em e pelas formas linguísticas que

Estreitamente relacionado com o conceito de deformabilidade, mas também com o conceito de estabilidade, está o conceito de *forma esquemática* (“forme schématique”), conforme definição proposta em Culioli (1987: 7): “représentation formelle”, ou, mais precisamente, “la représentation métalinguistique associée, par construction, à une forme empirique”, que fornece, portanto, “une configuration abstraite qui, selon les transformations qu’on lui fait subir [...], va modifier sa forme [...], sa valeur, sa latitude de cooccurrence” (*idem*, 1986b: 5-6). Em Culioli (2002b), retoma-se a caracterização de forma esquemática clarificando a sua articulação com o conceito de invariância. A forma esquemática, como forma abstracta, integra-se naquilo que é, no quadro teórico culioliano, a identificação e descrição de invariantes, mostrando como a variação do sentido (a singularidade de cada unidade e a multiplicidade) se opera em diferentes planos de variação, regidos por uma organização regular⁵⁶:

“[...] par delà cette singularité et la multiplicité des phénomènes empiriques, se dégage une activité auto-régulée de mise en relation et d’interaction, qui organise et structure des entités hétérogènes. Ceci engendre une prolifération de possibles, mais de ces possibles se dégagent des invariants. La forme schématique est cette forme abstraite (métalinguistique) qui permet de simuler par le raisonnement ce qui reste, en soi, inaccessible, toujours entr’aperçu à travers le matériau textuel, à la fois obstacle par son apparente solidité qui s’interpose, et trace où se dessine le travail d’une intelligence de l’adaptation, du conjectural et du détournement” (*idem, ibidem*: 27).

assim o veiculam, ou seja, de que são marcadoras. Ao sentido não cabe, portanto, um estatuto independente das representações (formas linguísticas) que permitem a sua apreensão, nem cabe à linguagem, ainda de acordo com o que seria uma abordagem de tipo mentalista-cognitivista, uma espécie de tradução do pensamento. Sobre uma teoria construtivista do léxico, em oposição a uma teoria mentalista, ver Franckel (2002).

⁵⁶ Em Franckel (2002), sublinha-se esta hipótese de a variação se organizar de acordo com mecanismos gerais e regulares e, no sentido de esclarecer o conceito de forma esquemática, acrescenta-se, que esta, integrada num modelo da identidade lexical – como propõe -, “[...] n’est pas le sens du mot, l’identité qu’elle pose n’est pas une substance autonome, elle n’est pas le plus petit dénominateur sémantique commun des emplois du mot” (*idem, ibidem*: 12).

Assumindo contornos algo diversos do proposto por Culioli (1986b, 1987, 2002b), o conceito teórico de forma esquemática é retomado e aplicado especialmente no âmbito dos trabalhos de J.-J. Franckel, D. Lebaud e também D. Paillard, S. Oriez, entre outros, sobre a questão da identidade das unidades morfo-lexicais apreendida através da variação dos seus sentidos (isto é, como “un modèle de l’identité lexicale” (Franckel, 2002: 11)), pelo que viabiliza uma nova visão do fenómeno da polissemia⁵⁷. De acordo com uma abordagem que conduz à “elaboração de um modelo da identidade lexical” em termos de forma esquemática, pretende-se, através da variação a que um dado item linguístico é sujeito (de acordo com o enunciado em que ocorra), apreender a sua identidade, tendo evidentemente presente que a variação é um aspecto intrínseco e que, portanto, faz parte do que se diz ser a sua identidade.

De acordo com a proposta de Franckel e outros autores, a forma esquemática reúne, esquematicamente (daí a sua natureza abstracta e metalinguística) as propriedades que um item linguístico pode registar através da variação, obedecendo essa variação, consequentemente, a princípios regulares. Mais precisamente, “Ce concept [forme schématique] marque que l’unité s’inscrit dans un double processus interactif de schématisation (ou de configuration) du co-texte d’une part, d’instanciation de ce schéma par les éléments de ce co-texte d’autre part” (Franckel, 2002: 11). Pelo recurso a uma formalização, a forma esquemática de um item é susceptível de se realizar diversamente, em função do enunciado em que esse item se inscreve. Este conceito reveste-se, assim, de alguma importância teórica no domínio da identidade lexical, cujo campo empírico é bastante amplo por, teoricamente, se pretender dar conta do comportamento de qualquer item ou unidade morfo-lexical, incluindo, além das unidades simples e com estatuto lexical pleno, por exemplo, as unidades compostas, as preposições, os afixos lexicais, os “mots du discours” (Paillard, 1998, 2001)⁵⁸

⁵⁷ Ver por exemplo, Franckel; Lebaud (1992), Franckel (1992 e 2002), Paillard (2000), Oriez (2001), Honeste (2003).

⁵⁸ Comenta-se em de Vogüé (1998) que, relativamente a unidades como as preposições e afixos lexicais, “[...] il n’y a pas de sens à envisager la construction d’occurrences [...], et qui de fait ne sont vraisemblablement pas associés à des notions”,

Na base da construção dos valores referenciais dos enunciados, o sistema de localizações em cascata constitui um facto revelador da natureza complexa da deformabilidade: uma relação predicativa (ela mesma resultante de um conjunto de relações de localização) ganha determinação por ser sujeita a relações de localização em cadeia, ou seja, a uma relação de localização complexa, podendo ter mais do que um localizador (ver Culioli, 1986b). Tendo também como consequência a deformabilidade, o conceito de enunciador, definido numa relação de alteridade com o co-enunciador, move-se – afirma-se em Culioli (*ibidem*) - num campo intersujeitos (“champ intersujets”), distinto do que seja a mecânica interlocutória, que tem como intervenientes as entidades, sempre disjuntas, do locutor e do interlocutor, como se propõe em Benveniste (1966) (ver § 3.3.1).

Outro facto revelador de heterogeneidade diz respeito às operações que, segundo o quadro da Teoria Formal Enunciativa, estão na base da construção de valores referenciais, isto é, às diferentes formas de delimitar uma noção. A complexidade da deformabilidade está manifesta no modo como as operações de determinação, ou de construção de ocorrências, resultam de um mecanismo de ponderação das operações de quantificação (Qnt) e de qualificação (Qlt) (ver §§ 2.3.1 e 3.3.2), possibilitando, inclusivamente, que se proceda a um cálculo mediante o qual se prevê as propriedades das formas linguísticas em presença no enunciado.

havendo, portanto, formas esquemáticas que não correspondem a noções e noções “qui se laissent mal décrire en termes de formes schématiques” (*idem, ibidem*: 19-20).

Pelo confronto com o conceito de forma esquemática, em de Vogüé contrapõe-se o conceito de *figura* (“figure” (*idem, ibidem*: 19ss)), que se afirma corresponder ao de forma esquemática (no sentido em que também é uma forma abstracta), sendo, no entanto, relativo à construção de ocorrências, isto é, definindo uma noção: “tout item lexical construit une figure; une figure impliquant des supports [entidades exteriores, que condicionam a configuração do item lexical] est une forme schématique; une figure impliquant un patron est une figure notionnelle.” (*idem, ibidem*: 20).

2.3.1 Discreto - Denso - Compacto, três modos de construção de valores referenciais

Como referimos atrás, a procura de uma explicação para o que está na origem das diferenças de determinação observadas nos enunciados concretiza-se no cálculo do jogo de ponderações entre operações de quantificação (Qnt) e de qualificação (Qlt) que presidem à determinação de uma ocorrência de uma noção lexical. Esse jogo de ponderações permite o destaque de uma operação preponderante sem que a outra seja eliminada: “La construction d’occurrences passe par un schème d’individuation qui met en jeu des pondérations variables sur Qnt et sur Qlt” (Culioli, 1991: 11). É assim que a questão geral do modo de construção de valores referenciais (articulação Qnt / Qlt) está na base do cálculo de valores da determinação nominal, isto é, da construção de ocorrências de noções lexicalizadas na categoria nome.

No domínio da determinação verbal, coloca-se também a questão da forma como Qnt e Qlt se encontram articulados. Sem nos cingirmos a uma abordagem que seja simplesmente descritiva, ou classificatória, situamo-nos, no caso da determinação nominal como no caso da determinação verbal, perante uma problemática comum – a problemática da construção de ocorrências -, que não limita o campo de estruturas possíveis para cada lexema.

A relação entre uma ocorrência e a noção a partir da qual esta é definida⁵⁹, dá-se mediante três possibilidades de correspondência: uma correspondência quantitativa, uma correspondência que é simultaneamente qualitativa e quantitativa e uma correspondência qualitativa. Assim, no primeiro caso, a ocorrência é uma instanciação quantitativa da noção. No segundo caso, as duas dimensões, qualitativa e quantitativa, convergem (ver de Vogüé, 1998: 8). No terceiro caso, a ocorrência é uma entidade particular cujas qualidades correspondem àquelas pelas quais se define a noção, sendo, portanto, uma instanciação qualitativa dessa noção.

⁵⁹ Enquanto entidade construída pela língua como forma de delimitação de uma noção, uma ocorrência ganha estatuto através da relação com a noção de que é uma ocorrência. Por outras palavras, a ocorrência é a instanciação de uma noção.

Consequentemente, considera-se a existência de três modos de construção de valores referenciais, cujas diferenças cobrem, como dizíamos, um âmbito (ou âmbitos) muito estudado(s) da linguística: por um lado, os modos de quantificação dos nominais (a determinação nominal), por outro, os modos de determinação verbal. Estes três modos de construção de valores referenciais podem ser descritos topologicamente, tendo em conta a sua distribuição dentro de um domínio nocional e atendendo a que, conforme se formula em de Vogüé (1998), “ils impliquent des différences de bornage et d’individuation” e “ils concernent la façon dont les qualités définitoires de la notion se trouvent *distribuées* sur ses occurrences” (*idem, ibidem*: 14). Acrescenta-se ainda que “ils s’appréhendent de manière générale comme des différences relatives à la texture topologique de la valeur référentielle construite” (*idem, ibidem*). Além disso, o recurso a conceitos topológicos revela-se, pela sua natureza, adequado a dar conta da deformabilidade enquanto variação a que uma configuração pode estar sujeita (ver §§ 3.3.2 e 12).

Com base na dupla distinção entre os critérios qualitativo e quantitativo, que intervêm, por exemplo, na delimitação de uma noção nominal, as relações estabelecidas são de tal forma complexas, que não podem ser apreendidas através da articulação prevista pela tipologia *contável / não contável* ou *contável / massivo*⁶⁰, aplicável aos nominais mas também ao domínio verbal. Tal complexidade subentende fenómenos que não se prendem apenas com o domínio nominal, mas que, como dizíamos, são generalizáveis ao domínio verbal: “ils

⁶⁰ De acordo com esta tipologia clássica, são classificáveis como termos nominais massivos (ou não contáveis) aqueles que não apresentam uma formatação (que não são contáveis), apresentando a propriedade de sub-conjunto ou de divisibilidade homogênea (por exemplo, *pão* em *a Ana comeu pouco / muito pão*). São classificáveis como contáveis os termos nominais que são individuáveis, isto é, cuja divisibilidade dá origem a diferentes entidades (por exemplo, *pães* em *a Ana comeu três / poucos / muitos pães*) (ver Kleiber, 1987; Lopes, no prelo).

Assim, a tipologia segundo a qual se distinguem, no domínio nominal, termos massivos de termos contáveis ilustra o caso em que as classificações estabelecidas correspondem a uma categorização dos objectos ou dos fenómenos do mundo que incide mais sobre as entidades a que os termos se referem do que sobre os termos propriamente ditos. Daí que a tentativa de combinar estes critérios extralinguísticos com critérios morfológicos e distribucionais se revele incapaz de dar conta da complexidade dos fenómenos em causa.

permettent une réinterprétation de certains phénomènes aspectuels, et posent sous un angle spécifique la question du fonctionnement transitif / intransitif des verbes et de la construction d'un centre organisateur [...] des relations prédicatives" (Franckel; Paillard; de Vogüé, 1988: 240). Consequentemente, pela natureza múltipla e complexa dos fenómenos que podem ser revistos segundo estes três modos de delimitação de uma noção – encarne ela numa ocorrência de natureza nominal, ou de natureza verbal -, afirmam estes autores que estão em causa fenómenos que “touchent à des problèmes de *macro-syntaxe*” (*idem, ibidem*)⁶¹.

Assim, para se designar e caracterizar os diferentes modos de construção de valores referenciais, calculáveis a partir do jogo de ponderações entre operações de quantificação (Qnt) e de qualificação (Qlt) na determinação de uma ocorrência de uma noção, recorre-se aos conceitos topológicos *discreto*, *denso* e *compacto* -

⁶¹ Genericamente, o conceito de “macro-syntaxe” (*macro-sintaxe*) decorre de uma necessidade, sentida nos tempos mais recentes, de, para a descrição de fenómenos sintáticos e semânticos, se ter em linha de conta as relações que se estabelecem para lá da fronteira da frase. Se, durante cerca de meio século, depois de Bloomfield até Chomsky, a sintaxe da frase dominou totalmente os estudos linguísticos; se, durante os anos sessenta, se assistiu ao surgimento de uma verdadeira semântica linguística, em que a frase continuou a ter um papel central (centralidade essa que se manteve com a emergência da pragmática linguística nos anos setenta), actualmente, assiste-se a um interesse crescente pelos estudos consagrados a outras unidades que não apenas a frase e também aos mecanismos linguísticos que ligam estas unidades entre si.

O conceito de macro-sintaxe foi proposto por dois linguistas, um independentemente do outro e designando coisas diferentes, apesar de quase contemporaneamente. Para C. Blanche-Benveniste *et alii* (1990), “[...] la macro-syntaxe décrit les relations qu'on ne peut pas décrire à partir des rections de catégories grammaticales. L'unité d'analyse se compose du noyau avec les séquences discursives dépendantes: préfixe, suffixe, postfixe, le noyau étant l'unité dotée d'une autonomie aux niveaux intonatif et sémantique” (Andersen; Nølle, 2002: 2-3). Para A. Berrendonner (1990), “[...] l'unité minimale à fonction communicative est la clause. La combinatoire entre les clauses sont les relations macro-syntaxiques où l'acquis de la clause antérieure doit être pris en compte [...]” (Andersen; Nølle, 2002: 3).

Os trabalhos desenvolvidos, entre outros, por autores como J.-J. Franckel, D. Paillard e S. de Vogüé – em conjunto (ver 1988) ou individualmente (ver referências bibliográficas) - testemunham o facto de, já desde bem antes de 1990, no quadro da Teoria Formal Enunciativa e em virtude da sua própria definição metodológica enquanto estudo transcategorial, se estudarem fenómenos transfrásicos.

tipologia proposta e desenvolvida em Culioli (1973, 1974, mas sobretudo 1983, 1991), tendo como finalidade a caracterização semântica de nominais⁶².

Genericamente, fala-se de referência do tipo discreto quando a noção confere à ocorrência uma forma, isto é, quando está em causa a construção de uma ocorrência formatada (dotada da forma intrínseca à noção), que instancia quantitativamente a noção e se encontra quantitativamente configurada por esta. Já de referência do tipo denso fala-se se se constrói uma simples localização, ou seja, quando há uma instanciação qualitativa preponderante em relação à configuração quantitativa (ver Franckel; Paillard, 1991: 119). A referência do tipo compacto diz respeito à situação em que há, entre ocorrência e noção, uma correspondência qualitativa, sem que se dê uma qualquer forma de instanciação quantitativa da noção, pelo que está em causa a construção de uma validação.

Vejamos como se aplica esta topologia a uma descrição e explicação da construção da referência nominal⁶³.

São discretos aqueles nominais que correspondem a noções pré-formatadas, isto é, cujas ocorrências são directamente quantificáveis por numerais, delimitadas a partir de uma formatação interna (intrínseca, portanto) em relação a um formato-tipo, relativamente ao qual é possível validar a ocorrência da noção em causa⁶⁴. As ocorrências dos nominais discretos apresentam uma formatação prévia

⁶² Esta tipologia tripartida apresenta, desde logo, a vantagem de permitir analisar, distinguindo-os quanto ao seu funcionamento, nominais tradicionalmente classificados como massivos, como, por exemplo, *leite* e nominalizações como *alegria* e *brancura*.

⁶³ A abordagem que aqui propomos sobre a determinação nominal cinge-se ao que, no âmbito deste trabalho, se nos afigura como essencial. Encontramos um tratamento exaustivo da determinação nominal do português contemporâneo em Correia (2002).

⁶⁴ No interior da cadeia de operações de localização que está na base da construção de ocorrências, a formatação interna, intrínseca ou ainda predeterminada, que caracteriza os nominais discretos localiza-se em ()_k, isto é, em relação à classe abstracta das ocorrências sobre as quais se pode predicar a noção em causa.

Construir uma ocorrência da noção /cão/, por exemplo, é, assim, construir uma ocorrência identificável a um formato-tipo, ou seja a um padrão de “ser cão”, definido qualitativamente, ao nível das propriedades que lhe são atribuídas. Consequentemente, a

a qualquer ancoragem espaço-temporal, pelo que se realizam sempre – no espaço e no tempo – como verdadeiras ocorrências da noção. A representação do domínio nocional das ocorrências da noção /cão/, por exemplo, compreende, no seu Interior, um centro em torno do qual se define o que é *verdadeiramente cão* (ver de Vogüé, 1989; Gilbert, 1993; Correia, 2002). O critério de quantificabilidade é, portanto, uma consequência deste funcionamento por “*étalonnage*” (de Vogüé, 1989: 6). Os nomes discretos registam uma compatibilidade quer com um determinante de natureza definida, quer com um determinante de natureza indefinida⁶⁵ (independentemente do número [\pm plural]), à excepção do determinante \emptyset (zero) “quando determina um N discreto [-plural] em posição de objecto, em enunciados específicos” (Correia, *ibidem*: 94).

Os nominais densos, pela ausência de uma formatação-tipo pré-determinada, necessitam do recurso a uma formatação determinada de maneira totalmente extrínseca. As suas ocorrências são formatadas externamente, recorrendo-se a um suporte situacional, ou seja, são formatadas espaço-temporalmente ou através de um quantificador. Sem relação relativamente a um formato-tipo (como no caso dos discretos) e sem mediatização por um suporte (como no caso dos compactos), à construção de uma ocorrência está associada uma operação de “*prélèvement*”, que, por definição, não implica uma segmentação, mas sim uma delimitação nocional (ver Franckel; Paillard; de Vogüé, 1988: 243).

Não tendo um formato-tipo que lhe permita uma estabilização, um denso é um nominal “instável” (“Le dense correspond à un mixte, un cas intermédiaire et

ocorrência construída, instanciando quantitativamente a noção, encontra-se qualitativamente configurada por esta, pelo que o carácter discreto de uma noção resulta também de uma certa relação com o qualitativo.

⁶⁵ São diferentes os valores de determinação marcados pelo artigo definido e pelo artigo indefinido, no caso de construção de uma ocorrência específica. O determinante definido marca uma operação de identificação-qualitativa que põe a ocorrência em relação com um pré-construído, linguisticamente representável com recurso a uma relativa pré-construída (*Comprei o relógio que estava na montra*), a que, por sua vez, subjaz uma operação de extracção marcada pelo determinante indefinido (*Estava um relógio na montra. Comprei esse relógio*).

instable” (Culioli, 1991: 12)) e só é susceptível de enumeração ou de pluralização com o recurso a um suporte situacional. Apesar de os determinantes que coocorrem com nominais densos serem morfologicamente iguais aos que verificamos poderem ocorrer com os nominais discretos, apresentam diferenças do ponto de vista dos valores referenciais construídos (ver Correia, *ibidem*). Por exemplo, a delimitação de uma ocorrência da noção /leite/ passa por uma formatação extrínseca, pelo emprego de um discretizador ou classificador como, por exemplo, *um litro* ou *um pacote* em *comprei um litro / um pacote de leite*. Os discretizadores, ou classificadores, permitem, assim, a determinação de uma noção através de uma operação de “prélèvement”.

A delimitação de uma ocorrência da noção /leite/ é possível, ainda, pela atribuição de uma qualificação secundária como, por exemplo, *pasteurizado* ou *fresco*, em *bebi o leite pasteurizado/ fresco*. Neste último caso, podemos ter um determinante definido mas também um determinante indefinido (*bebi um leite pasteurizado / fresco*)⁶⁶. De facto, apesar de não formatados intrinsecamente, os nominais densos são secáveis, podendo ser “decompostos” em zonas diferenciáveis⁶⁷. Dá-se, num caso como este, uma recategorização de um nominal denso como discreto (ou discretização de um denso), pelo que pode admitir a coocorrência com um determinante indefinido.

⁶⁶ Embora a atribuição de uma qualificação secundária seja uma condição para o emprego de um determinante indefinido com um denso, é também possível a determinação indefinida de um denso, sem a construção dessa qualificação secundária, como, por exemplo, em *comi um bolo e bebi um leite*. Diremos, porém, que, neste caso, *um leite* corresponde a uma discretização: está em causa uma porção de /leite/, formatada extrinsecamente através de um discretizador (ou classificador), aqui subentendido, que pode ser *um copo de* ou *um pacote de* ou qualquer outra unidade.

⁶⁷ A natureza da estabilidade aqui em causa não se deve a uma operação de validação: “elle reste en deça de l’homogénéisation qualitative qui en découlerait. Elle procède simplement de l’existence d’un certain nombre de critères minimaux (ces propriétés caractéristiques) qui se trouvent être satisfaits” (de Vogüé, 1989: 14). Por conseguinte, estamos perante uma estabilidade qualitativa, não perante uma estabilização homogênea.

Os nominais compactos não são compatíveis com qualquer formatação, no sentido em que as noções de tipo compacto não são susceptíveis de ser singularizados nem de ser pluralizados, seja de forma directa (como os discretos) seja através de discretizadores (como os densos). Como veremos, a única singularização possível é de ordem qualitativa. Diz-se que não há construção de ocorrências, na medida em que não há fragmentação, isto é, na medida em que se está perante um homogéneo, definido topologicamente como uma zona fechada. Pode, no entanto e sem contradição, falar-se da construção de ocorrências, uma vez que os compactos não recusam todo o género de formatação. É muito comum, por exemplo, a coocorrência destes nominais com o artigo definido como determinante (por exemplo, em: *a alegria da Ana*, *o ódio dos soldados*, etc)⁶⁸, funcionando como um discretizador - como um falso discretizador, aliás, uma vez que o seu valor é preponderantemente qualitativo, por marcar o grau e não a quantidade. Não se trata de identificar, delimitando, uma parcela de /alegria/, de /ódio/, etc, tendo como localizador *a Ana*, *os soldados*, etc. Não estamos, neste sentido, perante uma ocorrência de /alegria/, de /ódio/, mas sim perante propriedades cujo suporte é o sujeito *a Ana* (*a Ana é/está alegre*), *os soldados* (*os soldados são/estão odiosos*). Para encarnar⁶⁹, os nominais compactos tendem, assim, a precisar do recurso a um suporte da predicação.

As possibilidades de quantificação que estes nominais apresentam evidenciam, de forma particular, que a sua estabilidade provém do atractor. A alteridade só pode ser qualitativa, o contraste entre termos só se dá no interior da noção, por referência ao centro atractor. Veja-se, pois, a associação de quantificadores como *um pouco de*, *muita/o*, etc (em, por exemplo, *um pouco de*

⁶⁸ Recorde-se, aliás, que, dependendo embora dos valores de determinação verbal construídos, do emprego do artigo definido com nominais discretos ou com nominais densos pode resultar uma compactização destes nominais. Nesta possibilidade residirá uma pista para se descrever e explicar o valor genérico do definido, claramente distinto do do indefinido (ver de Vogüé, 1989: 8).

⁶⁹ O termo “encarnação” (“incarnation”, segundo de Vogüé (1989: 2)) e também a forma verbal “encarnar”, visa, metaforicamente, designar “l’ensemble d’opérations complexes et [...] diverses, par lesquelles au sein d’un énoncé on passe d’une notion à ce qui sera la valeur référentielle qui lui sera associée dans cet énoncé” (*idem, ibidem*).

paz ou *muita paz*), que apresentam como particularidade o facto de corresponderem a gradações: interpretam-se como graus de intensidade, e, por determinarem um grau, não determinam qualquer formato. Esta realidade resulta, em termos da estruturação do domínio nocional, da construção de um gradiente, enquanto escala de medida orientada, mediante a qual se determinam graus, isto é, diferentes zonas de intensidade.

Quando se dá o caso de um nominal deste tipo encarnar com recurso a um termo como, por exemplo, *acesso* (em *ele teve dois acessos de raiva*) ou *um momento* (em *foi um momento de angústia*), entre outros, não estamos ainda perante uma quantificação. *Acesso* ou *momento* são pseudo-discretizadores, pois, longe de remeter para um formato, ou seja, de marcar a formatação de uma ocorrência, marcam “une sorte de ‘mise en scène’ du compact” (de Vogüé, 1989: 10). Também o indefinido, podendo coocorrer com um compacto, desde que com a predicação de uma segunda propriedade (como, por exemplo, em *um entusiasmo incontrolável*, *um entusiasmo incontrolado* ou em *uma imaginação fértil*), opera uma singularização que se prende com intensidade, isto é, com a construção de valores intensivos e não com a diversidade de ocorrências⁷⁰. Por consequência, o determinante *um / uma* é, nestes contextos, um pseudo-discretizador. Veja-se a impossibilidade do plural quantificado em, por exemplo, **dois entusiasmos incontroláveis* ou **cem imaginações férteis*⁷¹.

⁷⁰ Conforme se propõe em Culioli (1981), está em causa a operação de validação de uma propriedade, enquanto processo de identificação com o tipo que define a propriedade em questão. Por conseguinte, está-se perante uma estabilização homogénea: constrói-se o que se designa como “um ponto dilatado” (“point dilaté”), que, por definição, não regista qualquer operação de diferenciação. A singularização, construída com auxílio de um gradiente (escala de medida orientada), resulta da introdução de uma distância no seio do ponto dilatado para que remete o compacto (ver de Vogüé, 1989: 12). Tal distância relaciona-se, aliás, com o facto de os nominais compactos se poderem organizar em pares antonímicos (*paciência / impaciência*, *alegria / tristeza*, etc). No caso dos discretos e dos densos, esta possibilidade de fundar relações de antonímia está ausente (o que seria o contrário de *cão*, de *leite*, etc?).

⁷¹ Não é excluível, porém, o plural não quantificado, pelo que será outro o seu valor. No caso de, por exemplo, *entusiasmos incontroláveis* ou *imaginações férteis*, além da distância estabelecida por intermédio do gradiente, opera-se uma diferenciação entre ocorrências que, longe de ser efectiva, é apenas potencial.

Atendendo a que a problemática da construção de ocorrências, na base desta “tipologia operatória” (“typologie opératoire”, segundo Franckel; Paillard; de Vogüé, 1988), está em causa – como referíamos acima - tanto na determinação nominal como na determinação verbal, num segundo momento, a aplicação desta organização topológica de ocorrências estende-se ao domínio verbal⁷². Esta aproximação não põe em causa a discernibilidade destas duas categorias lexicais, funda-se no facto de a determinação de ocorrências envolver invariavelmente uma articulação entre formatação Qnt e estabilização Qlt. No domínio da determinação de valores aspectuais, está em causa uma caracterização aspectual, enquanto forma de estruturação, baseada, tal como toda a determinação, na construção de ocorrências.

Em comparação com outras propostas de carácter mais estritamente descritivo e classificatório, aplicáveis às situações, esta é uma proposta que tem como objectivo determinar os diversos modos de “encarnação” de uma situação numa ocorrência, com base – como dizíamos - na dupla distinção entre os critérios qualitativo e quantitativo que intervêm, de forma indissociável, na delimitação de uma noção. É porque permite dar conta das diferenças observadas a partir deste princípio geral, que tem a vantagem de ser uma conceptualização unificada e, portanto, bastante económica. É ainda porque esta proposta se define em termos de operações, que permite inclusivamente prever a significação de um enunciado, através de um cálculo dos valores referenciais de que as formas em presença são marcadoras.

Do mesmo modo que os critérios fundadores de outras tipologias aplicadas aos nominais se apoiam, seja em critérios formais, seja em critérios semântico-interpretativos (caso da tipologia contável / não contável ou contável / massivo), também as tipologias clássicas aplicadas às situações, ou se baseiam em procedimentos de análise distribucional e de inventariação do conjunto de contextos em que uma dada unidade pode ocorrer, ou correspondem à projecção imediata, no plano linguístico, de distinções de natureza extralinguística. É exemplo

⁷² Ver, em particular, D. Paillard (1988), mas também Franckel; Paillard; de Vogüé (1988), de Vogüé (1989, 1998), Franckel; Paillard (1991, 1992), entre outros.

desta segunda hipótese o recurso a critérios associados às distinções aspectuo-temporais entre *processos* e *estados*. O tratamento da categoria aspecto com recurso a esta oposição é gerador de uma multiplicidade de subclasses, nem sempre claramente distintas entre si, e trata este fenómeno de maneira excessivamente empírica, desviando-se de uma concepção da linguagem como actividade simbólica de representação⁷³.

No entanto, a consciência de uma afinidade entre os valores aspectuais dos predicados e os valores de determinação nominal está presente na definição das várias tipologias que procuram dar conta de características aspectuo-temporais. Encontramos, desde logo, uma aproximação destas duas ordens de fenómenos na tipologia aspectual para os predicados do inglês, proposta em Vendler (1967), mediante a qual se distinguem formas que, pelas suas propriedades, se categorizam como “states” (*estados*), como “activities” (*actividades*), como “accomplishments” (*eventos prolongados*) ou ainda como “achievements” (*eventos instantâneos*). Os critérios que subjazem a esta categorização são de ordem sintáctica⁷⁴, sendo posta em evidência a importância de outros factores, como seja a forma como se constrói ou não o complemento objecto (ou argumento interno), mais especificamente, “the presence or absence of an object, conditions, intended states of affairs” (*idem, ibidem*: 97).

⁷³ Por exemplo, a ideia de “acção em decurso” que está associada à classificação de processo (por oposição a estado) decorre da evidência empírica da diferença existente entre movimento e não movimento, entre transformação e situação estabilizada (ver Franckel; Paillard, 1991: 111). Portanto, “faire de la notion de processus [...] une donnée primitive de la catégorie linguistique de l’aspect, c’est en fait substituer un résultat aux paramètres et aux procédures qui conduisent à ce résultat. Considérer qu’une interprétation de type processus s’obtient à l’aide de termes dont le rôle propre serait de marquer la transformation (par exemple *être en train de*), admettre qu’il existe des termes spécifiquement affectés à une opposition par ailleurs aussi prégnante pour le bon sens que processus / état, c’est concevoir, une fois encore, le langage comme une forme de codage, comme une nomenclature” (*idem, ibidem*).

⁷⁴ É, por exemplo, “a possibilidade de ocorrência de um predicado numa estrutura sintáctica definida que postula a sua inserção numa determinada classe aspectual. Duas das estruturas sintácticas consideradas, que funcionam como testes, envolvem a coocorrência com advérbios aspectuais e a combinação com a forma progressiva *be+ing* (em português, *estar a*)” (Pereira, 1997: 115).

Uma redefinição e aprofundamento da tipologia de Vendler (*ibidem*) encontra-se, entre outros, em Mourelatos (1978)⁷⁵, compreendendo quatro categorias em oposição: “states” (*estados*), “processes” (*actividades*), “developments” (*eventos prolongados*) e “punctual occurrences” (*eventos instantâneos*). Na base da categorização e da recategorização do valor aspectual do verbo, à importância da existência ou não de um argumento interno e da sua natureza, acrescenta-se, em Mourelatos, a igual relevância do valor de todo e qualquer termo em ocorrência no enunciado, como, por exemplo, dos advérbios e dos adjetivos. A proximidade da relação que existe entre determinação verbal e determinação nominal confirma-se ainda pela equivalência existente entre o valor aspectual do verbo e a categorização da sua nominalização⁷⁶. Afirmar-se em Mourelatos que “Corresponding to an event predication there is a nominalization equivalent in which the original verb appears as a gerund or a deverbative noun [...] that governs an existential construction of the verb *to be*”. (*idem, ibidem*: 425).

Em Borillo (1988 e 1991), retoma-se a tipologia aspectual que combina os contributos de Vendler (*ibidem*) e de Mourelatos (*ibidem*), para se propor a

⁷⁵ Ver, em Campos (1998a: 198), a referência que se faz, além de Mourelatos (1978), a Borillo (1988, 1991), B. Comrie (1976 *Aspect*, Cambridge, Cambridge University Press), M. Bennett; B. Partee (1978 *Towards the Logic of Tense and Aspect in English*, Bloomington, Indiana University Linguistics Club), D. R. Dowty (1979 *Word Meaning and Montague Grammar*, Dordrecht, D. Reidel Publishing Company), F. Nef (1980 “Les verbes aspectuels du français: remarques sémantiques et esquisse d’un traitement formel” *Semantikos* 4 (1): 11-46), C. Vet (1980 *Temps, aspects et adverbes de temps en français contemporain*, Genève, Librairie Droz) e a E. Bach (1981 “On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English Metaphysics” in P. Cole (ed.), *Radical Pragmatics*, New York, Academic Press: 63-82).

⁷⁶ Veja-se, em Correia (2002: 325-336), um estudo que, a partir da definição dos valores de determinação verbal, dá conta do funcionamento das nominalizações deverbiais do português europeu, incluindo a descrição e a explicação das várias restrições de coocorrência encontradas.

Aliás, tal como se demonstra em de Vogüé (1989), também em Correia (*ibidem*), se fundamenta o alargamento da aplicação da tipologia discreto – denso – compacto ao domínio da determinação verbal. Em de Vogüé fundamenta-se esta possibilidade, entre outras razões, pela observação da existência de “[...] corrélations entre les comportements des procès et ceux des nominaux qui vont pouvoir servir à nominaliser ces procès” (*idem, ibidem*: 25).

introdução de um critério que permite agrupar, por um lado, os eventos (prolongados e instantâneos), por outro, os estados e as actividades. Trata-se do critério de *telicidade*, mediante o qual se opõem, respectivamente, *situações télicas* (segundo a autora, [+ télicas]) a *situações atélicas* (segundo a autora, [- télicas])⁷⁷. Este critério tem como fundamento o valor temporal de uma situação que pode apresentar-se como "limitée dans le temps", isto é, [+ télica], "ou non limitée, c'est-à-dire susceptible de se prolonger sans tendre vers une fin ou un résultat" (Borillo, 1988: 222), isto é, [- télica]. Ora, a definição destas duas classes aspectuais decorre da coocorrência ou não dos predicados com um argumento interno, bem como da sua natureza quando presente. Correspondendo ao nominal em posição de tal argumento uma categorização em termos de determinação nominal, volta a estar pressuposta, nesta proposta de categorização aspectual, a estreita e necessária relação entre a determinação verbal e a determinação nominal⁷⁹.

Ainda na sequência de Vendler (*ibidem*), deve-se a Moens; Steedman (1988) uma outra proposta de categorização do que estes autores identificam como "propositions conveyed by English sentences uttered in context" (*idem, ibidem*: 16). Das cinco categorias ("temporal and aspectual types" (*idem, ibidem*)) que esta proposta compreende, quatro correspondem ao que genericamente os autores

⁷⁷ O termo "situação" é empregue por Borillo, entre outros, como hiperónimo das diferentes classes aspectuais.

⁷⁸ Recuperado em Borillo (1988, 1991), o conceito de *telicidade* foi introduzido por H. B. Garey (1957 "Verbal aspect in French" *Language* 33: 91-110): "[...] a telic situation is one which necessarily includes a goal, aim or conclusion" (*apud* Bouscaren *et alii*, 1993: 18). É de acordo com este critério, que, como dizíamos, em Borillo (*ibidem*) se afirma que as relações predicativas subjacentes aos enunciados podem ser situações télicas (no caso das categorias vendlerianas de eventos instantâneos e eventos prolongados) ou situações atélicas (no caso das categorias vendlerianas actividades e estados).

⁷⁹ Em Campos (1997a: 183), num comentário às conclusões sistematizadas em Borillo (1991), sintetiza-se que "o valor aspectual de uma situação só pode ser estabelecido pela integração progressiva de todos os constituintes que participam na sua definição, a saber, verbo lexical, predicado (SV), sujeito, tempo verbal, adverbial temporal-aspectual, contexto discursivo".

designam por “events” (*eventos*): “happenings with defined beginnings and ends” (*idem, ibidem*: 17). De acordo com dois critérios – “contrast between punctuality and temporal extension” e “association with a consequent state” (*idem, ibidem*) -, distinguem-se, assim, as categorias “culmination”, “point expression”, “(ordinary) process” e “culminated process”. A quinta categoria, “a class of indefinitely extending states of affairs” (*idem, ibidem*), corresponde ao que os autores designam por “states” (*estados*). Nesta proposta reconhece-se, de forma muito clara, a importância das possibilidades de recategorização, que se dão sob a influência dos valores das expressões que coocorrem “in context”: “The phenomenon of change in the aspectual type of a proposition under the influence of modifiers like tenses, temporal adverbials, and aspectual auxiliaries is of central importance [...]” (*idem, ibidem*). Por conseguinte, também na proposta de categorização temporal-aspectual de Moens; Steedman (*ibidem*), está subjacente uma consciência da relevância dos valores inerentes a todas as expressões em coocorrência, para a determinação do que aí se propõe como “[...] the ontology⁸⁰ of propositions associated with linguistic expressions denoting events and states” (*idem, ibidem*: 16) e para a sua representação formal.

Como vimos demonstrando, estas propostas não se apresentam como tipologias de verbos: o facto de reconhecerem a importância dos argumentos internos dos verbos e do seu tipo de determinação na alteração da classe a que o predicado pertence⁸¹ obriga, desde logo, o seu alargamento ao grupo verbal e até ao próprio enunciado.

⁸⁰ Defende-se, neste estudo de Moens; Steedman (1988), que uma semântica unificada (“unified semantics” (*idem, ibidem*: 26)) das categorias da linguagem natural - como o tempo gramatical, o aspecto e os adverbiais aspectuo-temporais - requer “an ontology based on contingency rather than temporality” (*idem, ibidem*). De acordo com a proposta destes autores, “contingency” (*contingência*) constitui, assim, um conceito central na representação mental (“in episodic memory” (*idem, ibidem*: 16)) dos eventos e estados, que se encontram, portanto, estruturados segundo outro princípio que não o de sequencialidade temporal ou de causalidade.

⁸¹ Ver, a este propósito, o comentário e a exemplificação a partir da manipulação de enunciados com os verbos *correr*, *comer*, *chegar* e *pintar*, que se propõe em Campos (1998a: 198ss).

Partindo do pressuposto de que o valor de determinada situação não constitui um dado *a priori*, mas que corresponde ao resultado de um encadeamento de operações de que são marcadoras outras formas linguísticas que não só o verbo, para a definição de uma tipologia que dê conta da configuração das ocorrências de uma noção, é pertinente - como veremos - ter presente as propriedades semânticas e a determinação, quer do argumento objecto, quer do argumento em posição de sujeito.

É indiscutível que, a um nível lexical, como verificaremos, existem restrições que condicionam de forma diferente como se podem construir ocorrências da noções lexicalizadas, por exemplo, /ler/ ou /saber/. Há, portanto, que considerar que aquelas são intrinsecamente discretas, densas ou compactas, no sentido em que – como, aliás, se passa com os lexemas nominais - funcionam como um filtro, ao condicionarem, em graus diferentes, o cálculo de operações. No entanto, as determinações internas recebem determinações externas, diferentes configurações, pela sua localização situacional, isto é, como resultado de um encadeamento de operações no seio de um enunciado, e em virtude de determinações contextuais⁸². Afirma-se a este propósito, em Franckel; Paillard; de Vogüé (1988: 240), que as relações complexas de articulação entre “qualitatif / instanciel d’une part,

⁸² As expressões “determinações internas” e “determinações externas”, a que recorremos para designar estas realidades, encontram-se em Franckel; Paillard (1991): “Par déterminations internes nous entendons celles qui organisent, de façon propre au lexème, une partie des rapports entre délimitation Qnt et Qlt. La structuration plus ou moins forte de ces rapports se traduit par une indépendance plus ou moins grande par rapport aux déterminations externes [...]. Par déterminations externes, il faut entendre l’ensemble des déterminations situationnelles qui relèvent du repérage aux paramètres origines de l’énonciation: S (sujet) et T (temps), et contextuelles, issues d’autres termes de la relation” (*idem, ibidem*: 117).

Num texto posterior, Franckel (2002) refere-se a esta dinâmica como “[...] une articulation entre *signification* et *contextualisation*, dans laquelle le contexte s’inscrit, par rapport à une unité ou à une séquence (une suite de mots interprétable) donnée, dans une dialectique complexe de ‘l’interne’ et de ‘l’externe’ [...]” (*idem, ibidem*: 10). A propósito desta abordagem dinâmica da contextualização, segundo a qual cada sequência determina os tipos de contextualização possíveis, acrescenta Franckel que “[...] le contexte n’est pas (ou pas seulement) externe à l’énoncé: une séquence donnée n’est interprétable que eu égard à un contexte, mais en même temps la séquence *déclenche* les types de contextualisations avec lesquels elle est compatible” (*idem, ibidem*).

manifestation / découpe d'autre part [...] sont partiellement filtrés par l'organisation lexicale: ce filtrage est interprétable en terme de prédétermination de contraintes [...]"⁸³.

A organização tipológica de ocorrências discreto – denso – compacto permite, por conseguinte, dar conta desta plasticidade, em virtude da sua natureza operatória e, como já sublinhámos atrás, não classificatória⁸⁴, contribuindo, por isso, para um melhor conhecimento do funcionamento da língua. Dado que uma noção só ganha determinação ao nível da construção do enunciado, ou seja, pela sua estruturação predicativa e enunciativa, é ao nível da determinação de ocorrências nocionais que se esboçam os valores de determinação nominal e verbal. Veja-se este facto confirmado nas possibilidades de recategorização, já brevemente referidas e exemplificadas para os nominais e ainda por exemplificar para o domínio verbal, recategorização esta tida não como um *a priori* mas sim como um resultado analisável na e pela enunciação⁸⁵. Aliás, o estabelecimento de uma caracterização que contemple uma determinação nocional dos items lexicais não invalida, pela natureza operatória dos fenómenos em presença, uma descrição da recategorização ao nível dos enunciados. Como se afirma em de Vogüé (1989: 3),

⁸³ Expresso noutros termos, em Bouscaren; Chuquet (1987), afirma-se o mesmo princípio de organização lexical enquanto filtro que viabiliza e condiciona diferentes configurações: “[...] la forme grammaticale du verbe apporte d’information sur l’aspect [...]. Mais, moyennant certaines opérations, des recatégorisations sont possibles. L’essentiel, en chaque cas, est de prendre en compte l’existence de la répartition lexicale en la considérant comme un matériau sur lequel va porter le travail de l’énonciateur” (*idem, ibidem*: 11).

⁸⁴ Dependendo embora do enquadramento teórico, numa perspectiva classificatória, está fora de questão a relação de um item lexical com uma variedade de determinações externas. Como vimos atrás, o objectivo de qualquer abordagem classificatória é muito mais o de inscrever cada item lexical numa caracterização a que se chega pela definição de um conjunto de traços, que se manifestam em contextos tidos como típicos para tal item lexical.

⁸⁵ Salientando a relevância da descrição da recategorização através desta tipologia, em Franckel; Paillard (1991) estabelece-se um nexos entre este fenómeno e as determinações externas: “La notion de recatégorisation supposait [...] la prise en compte du rôle des déterminations externes” (*idem, ibidem*: 116).

“Rendre compte des catégories lexicales signifie en définitive surtout rendre compte des phénomènes de ‘recatégorization’ que l’on peut observer”⁸⁶. A possibilidade de recategorizar uma unidade, tendo em conta o conjunto de determinações situacionais e contextuais que para tal confluem, só tem cabimento numa abordagem operatória e, conforme dizíamos, de forma alguma, classificatória.

A caracterização que se propõe com a aplicação desta organização tipológica é, por conseguinte, concebida como um cálculo. Embora a determinação do enunciado parta de uma pré-selecção pelo léxico (ou seja, de uma configuração nocional), das restrições que podem pesar ao nível do enunciado, as categorias discreto – denso – compacto não correspondem a uma tipologia lexical, mas sim a três tipos de configuração das ocorrências de uma noção, ou, como se propõe em de Vogüé (1998: 18), a “trois modes de construction des occurrences notionnelles”.

Conforme se comenta em Campos (1997a: 193), “É sem dúvida mais complexa a aplicação desta tipologia ao domínio verbal. No domínio nominal, em princípio, só estão em causa as propriedades da noção e a determinação da ocorrência. No domínio verbal, porém, é necessário articular as propriedades do predicado verbal com as propriedades e a determinação do complemento C₁”⁸⁷.

⁸⁶ A concepção de determinações nocionais e de determinações definidas situacionalmente está, genericamente, na base na distinção que, em de Vogüé (1998: 19ss), se propõe entre os conceitos de forma esquemática, por um lado, e de figura, por outro. Ousando um paralelismo simplificador, diríamos que figura corresponderá à formalização de uma determinação nocional; forma esquemática, contemplando embora a figura nocional, corresponderá à formalização ou representação abstracta dos princípios regulares de variação a que os itens lexicais são sujeitos, variação esta manifesta particularmente nos casos ditos de polissemia.

⁸⁷ C₁ integra, originalmente, uma proposta, apresentada em Culioli (1968: 114ss), de representação de “certaines catégories par des vecteurs de propriétés” (*idem, ibidem*: 114). Com as formas C₀, C₁, C₂, C₃ e C₄, Culioli pretende designar “dans une théorie des compléments”, as diferentes categorias, “à un niveaux profond” (*idem, ibidem*), isto é, naquilo que lhes é invariável. C₀, por exemplo, representa o sujeito enquanto lugar argumental, independentemente da propriedade que lhe seja atribuída de agente ou de tema. Quanto às restantes formas, afirma Culioli: “[...] on appelle C₁ *le, la, les*, C₂ *y* dans *j’y donne* (= *je le lui donne*), C₃ *y* de localisation (*j’y vais, j’y reste*) et ‘prépositionnel’ (*j’y pense*), C₄ *en* de localisation (*j’en viens*) et ‘prépositionnel’ (*il l’en frappe*) [...]” (*ibidem*: 116).

Vejamos, pois, como se aplica esta organização tipológica à descrição da construção de ocorrências do domínio verbal, pela análise das restrições, ou seja, pela explicitação das condições que favorecem ou que impossibilitam determinado modo de construção da referência, não deixando de ter em linha de conta as propriedades semânticas e a determinação, não só do argumento objecto (C_1), como também do argumento em posição de sujeito (C_0).

Vimos já, genericamente, que uma ocorrência nocional é construída como discreta quando a relação entre a delimitação Qnt e a delimitação Qlt dessa ocorrência se estabelece independentemente da sua localização situacional e, portanto, fora do plano temporal. Essa dupla delimitação é marcada contextualmente, por exemplo, a partir do objecto C_1 . Veja-se o enunciado 2.6:

2.6 A Ana leu um livro

C_1 pretende, assim, ser uma forma, o mais neutra possível, de designar o grupo nominal complemento de objecto, segundo Franckel; Paillard (1992: 30), “dans le but de désintriquer les phénomènes hétérogènes que recouvre d’emblée la notion de complément d’objet”. C_1 (ou argumento de ordem um) corresponde, no plano sintáctico, ao segundo argumento da relação entre um predicado e os seus argumentos. Ao primeiro argumento, isto é, ao sujeito sintáctico, corresponde C_0 (ou argumento de ordem zero).

Reconhecendo que à designação “complemento de objecto” está associado um valor semântico-interpretativo, optamos, neste trabalho, pela designação C_1 , conforme proposta inicial em Culioli (1968), seguida em Franckel; Paillard (1989, 1992). “Le C_1 ne désigne par lui-même rien d’autre que le terme qui complète un schéma syntaxique occupé par un verbe, sans rien préjuger des relations qu’il entretient avec lui. Son statut le rend compatible avec la diversité des interprétations que lui confèrent les déterminations dans lesquelles il entre [...]” (Franckel; Paillard, 1992: 31).

Adoptamos, a partir da proposta destes autores (1989), uma concepção da relação entre um predicado e os seus argumentos desenvolvida em três planos metodologicamente distintos:

- a) plano nocional, baseado na oposição entre agente e objecto;
- b) plano sintáctico, em que se opõem argumento de ordem zero (C_0) e argumento de ordem um (C_1);
- c) e plano enunciativo, ao nível do qual se estabelece uma relação de localização entre um termo localizador e um termo localizado.

A sequência *um livro*, que corresponde exactamente ao argumento objecto de /ler/, fixa, fora do plano temporal, os limites quantitativos e qualitativos da situação inerente à *leitura*: constrói-se uma determinada quantidade – ou extensão - de *leitura* que funda a segmentação nocional. É, portanto, ao nível da sequência *o livro* que se dá a delimitação Qnt-Qlt da situação em causa, isto é, é a partir de C_1 que uma ocorrência da noção /ler/ é construída (é delimitada e quantificada nocionalmente) e localizada situacionalmente: “ C_1 é construtor e especificador do predicado verbal⁸⁸ [...], fornece a formatação da ocorrência, que assim se distingue qualitativa e quantitativamente de qualquer outra ocorrência da mesma noção” (Campos, 1997a: 193-4). O tempo pretérito perfeito simples⁸⁹ marca uma localização temporal-aspectual de que decorre um valor de *estado resultante*⁹⁰, isto

⁸⁸ Em Franckel; Paillard (1992: 38ss), propõe-se uma formulação da distinção discreto – denso – compacto com recurso aos conceitos de construção e de especificação de ocorrências. Nesta linha, a determinação de C_1 é susceptível de ser descrita de acordo com este critério. Assim, no caso de uma ocorrência construída com um funcionamento discreto, C_1 é, por um lado, construtor do predicado verbal (“constructeur”), ou seja, C_1 assume o estatuto de localizador numa operação de quantificação de que resulta a construção de uma ocorrência da noção /ler/. Esta relação de localização (de construção) é formalmente representada pelo operador de localização dual: $\langle C_1 \exists \langle a \text{ Ana ler } () \rangle \rangle$. Por outro lado, C_1 é especificador do predicado verbal (“spécificateur”), ou seja, pela sua identificação com o objecto interno de /ler/, C_1 é localizado numa operação de qualificação, ou seja, *um livro* é qualificado como o “lisível” de /ler/. Esta relação de localização (de especificação) é formalmente representada pelo operador de localização: $\langle C_1 \in \langle a \text{ Ana ler } () \rangle \rangle$.

⁸⁹ A opção, neste enunciado como noutros, pelo pretérito perfeito simples como tempo gramatical dos verbos em ocorrência deve-se - na sequência do que se afirma em de Vogüé (1989) a propósito do passé composé -, à sua neutralidade, ao facto de melhor corresponder a uma “simples localização”: “ce ‘temps’ paraissait être l’expression la plus pure de ce qui a été appelé le processus d’incarnation d’une notion: l’ancrage le plus neutre, une simple localisation” (*idem, ibidem*: 25).

⁹⁰ A passagem a um estado resultante consubstancia-se na passagem “d’une simple vérification du procès (d’un simple prélèvement) à la validation de son accomplissement” (de Vogüé, 1989: 27). Uma vez que tal “accomplissement” se interpreta como uma propriedade, - continua de Vogüé - “passer dans l’état résultant, c’est arriver au point où le procès se ‘matérialise’ pour, à la manière d’une propriété, définir un état” (*idem, ibidem*) (sublinhados da autora).

é, a construção de um ponto a partir do qual o processo está realizado, isto é, cumprido (*o livro está lido*)⁹¹. A construção de um estado resultante corresponde a "un centrage sur C₁ [...] Ainsi, non seulement le C₁ est affecté par le procès [...], mais, par un effet en retour, le C₁ définit la quantité de procès en jeu" (Franckel; Paillard, 1989: 116). Por conseguinte, é o estado resultante que determina a configuração quantitativa associada à noção.

No caso do enunciado **2.6**, passa-se, claramente, de uma verificação de *leitura* à validação da propriedade *estar lido*⁹². O valor da determinação definida (o) marca precisamente a construção de um estado resultante; neste caso, "[...] a presença do definido permite que C₁ defina a quantidade do processo, fazendo parte do estado resultante do processo em causa" (Correia, 2002: 321).

O argumento em posição de sujeito (C₀) é, no caso da construção da referência de tipo discreto, o localizador da ocorrência construída e localizada situacionalmente. Em virtude do seu envolvimento no processo, cabe-lhe um estatuto de agente⁹³ ou de paciente, isto é, um estatuto que decorre de uma operação de *mira* ("visée")⁹⁴. Sendo intrínseca a formatação das ocorrências nocionais de tipo discreto, a validação de tal formatação constitui-se como mira.

⁹¹ "Cumprimento" do processo, o seu "estar cumprido", corresponde ao conceito de "accomplissement" (de Vogüé), pretendendo, aliás, traduzi-lo num termo o mais próximo possível do português. Este conceito remete para algo que atinge o seu termo, mas pode também remeter para algo que se revela verdadeiro (ver de Vogüé, 1989: 28), no sentido de atestável, de confirmado.

⁹² Ainda em de Vogüé (1989), afirma-se a este respeito: "[...] être doté d'une borne d'accomplissement, c'est, pour un procès, pouvoir donner lieu à la prédication d'une propriété. C'est donc disposer de manière intrinsèque d'un étalon-type qualitatif propre à définir le format de ce qui pourra être valide comme vraie occurrence de ce procès [...]. Une vraie occurrence est alors une occurrence menée jusqu'à son terme, i. e. formatée sur l'étalon que définit la borne d'accomplissement (l'étalon est alors coextensif à ce qui sera l'au-delà de cette borne: l'état résultant)" (*idem, ibidem*: 28).

⁹³ Tem estatuto de agente o sujeito (C₀) (portanto, [+ animado]/[+humano]) capaz de desencadear intencionalmente o processo a que o predicado reenvia.

⁹⁴ Conceito proposto em Culioli (1978), a operação de mira constitui uma das operações de que a relação predicativa é 'operanda' e em resultado das quais o enunciado

Uma ocorrência nocional de uma situação construída como densa é formatável de maneira extrínseca, isto é, deve a sua delimitação à sua localização situacional. Não está, por si mesma, associada a uma delimitação quantitativa. Por outras palavras, a construção de ocorrências dá-se sem qualquer relação com uma formatação, com um formato-tipo. Por se tratar de um objecto externo, C_1 não contribui, portanto, para a construção e quantificação da ocorrência. Não havendo discretização de ocorrências, esta configuração deixa em aberto a determinação quantitativa. Veja-se os enunciados que se seguem:

2.7 A Ana leu artigos durante toda a noite

2.8 Esta manhã a Ana passeou pela praia

A localização das situações em causa dá-se independentemente de qualquer delimitação quantitativa. Estamos perante um acontecimento linguístico - uma ocorrência de /leitura/ e uma ocorrência de /passeio/ - não quantificada nocionalmente (como no caso dos discretos), mas espaço-temporalmente. Há apenas a inscrição de uma situação de *leitura de artigos* e de uma situação de *passeio* no tempo, sem que, portanto, estas situações sejam objecto de uma formatação, isto é, de uma determinação quantitativa e qualitativa. A manifestação da noção dá-se em virtude de uma localização espaço-temporal. No primeiro caso, a natureza densa da situação descrita é marcada por essa inscrição no espaço-tempo através do adverbial durativo *durante toda a noite*. Funcionando apenas como um especificador, o grupo nominal (\emptyset *artigos*) marca, por si mesmo, um valor denso: “não há qualquer fragmentação da noção [/artigo/], C_1 não define,

é construído. Segundo formulação em Campos (1998a), “consiste em, a partir da situação de enunciação origem, visar, entre os valores da classe, aquele que permite validar a relação predicativa numa Sit_2 definida pela coordenada temporal T_2 ” (*idem, ibidem*: 104). Faz parte da operação de mira a construção de um hiato entre Sit_0 e Sit_2 (ver §§ 10, 10.1, 10.1.1).

por isso, a ‘quantidade do processo’” (*idem, ibidem*)⁹⁵, pelo que o predicado não define, neste caso, um objecto interno, nocionalmente determinado.

Comparando o valor aspectual deste enunciado com o do enunciado **2.6**, verificamos que uma ocorrência nocional de /ler/ pode ser discreta (**2.7**) ou não (**2.8**), conforme as condições do seu emprego e a determinação do argumento objecto: as propriedades semânticas de *ler* (como de *escrever*, *nadar (braços / três piscinas)*, etc) “permitem que, consoante as operações de que resulta a determinação, as ocorrências construídas sejam de tipo discreto ou de tipo denso” (Campos, 1998a: 194).

No caso do enunciado **2.8**, a necessária inscrição no espaço-tempo é marcada pela expressão *esta manhã*. Suprimindo esta localização espaço-temporal, o enunciado *a Ana passeou* torna-se susceptível de ser interpretado como uma simples predicação de propriedade, assumindo *passear*, neste caso, um funcionamento compacto⁹⁶.

Em ambos os enunciados (**2.7** e **2.8**), o tempo gramatical pretérito perfeito simples, empregue numa situação de tipo denso, corresponde a um valor aorístico⁹⁷, definido por uma operação de localização com valor de ruptura⁹⁸.

⁹⁵ De tal forma C_1 não contribui para a construção e quantificação da ocorrência, que a sua elisão não alteraria o valor aspectual de **2.7**: *a Ana leu durante toda a noite*.

⁹⁶ Esta configuração de tipo compacto é mais nitidamente expressa com o verbo no presente gramatical, marcando a construção de um valor habitual: *A Ana passeia* (no sentido de ser essa a sua actividade, uma propriedade que caracteriza a Ana).

⁹⁷ Deve-se a Culioli (1978: 149; 1980a) o conceito de *aorístico* (“aoristique”), construído com base na observação do aoristo (tempo gramatical do grego e de outras línguas). Valor aorístico constitui assim um conceito que permite abordar, com recurso a um cálculo de operações, “[...] la masse de données [fenómenos observáveis que motivaram a construção deste conceito], à la fois éparses et enchevêtrées, si fascinantes pour le chercheur” (*idem*, 1980a: 139). Sem sugerir unicamente as propriedades específicas do aoristo, o valor aorístico define-se pela não localização relativamente à situação de localização (“par l’opération de repérage $Sit_n (S_n, T_n) \omega Sit_m (S_m, T_m)$ où Sit_m (le repère) et Sit_n (le repéré) sont deux occurrences distinctes de Sit , quel que soit, pour le problème considéré, le statut de Sit_m, Sit_n ” (*idem, ibidem*: 139-140)). Podendo ser associado a um intervalo disjunto, o valor aorístico define-se numa relação com a operação complexa de quantificação / qualificação: “[...] l’espace aoristique a des propriétés topologiques: les intervalles bornés sont fermés, et les intervalles bornés fermés sont compacts. On introduit

Consequentemente, no caso das configurações de tipo denso, a relação predicativa é tratada “em bloco”, o que é confirmado pelas glosas *houve leitura* e *houve passeio*⁹⁹. Poder-se-á estabelecer uma aproximação entre o que aqui se passa e a formulação de Benveniste (1966: 241) mediante a qual “les événements semblent se raconter eux-mêmes”, sem que haja intervenção exterior de um sujeito¹⁰⁰. Isto é, há uma validação da predicação, sem que haja um sujeito “validador”.

No quadro da TFE, diremos que o sujeito corresponde simplesmente a uma das coordenadas que definem a situação de enunciação e que servem de localizadores à ocorrência da situação construída como densa, daí a possibilidade de se glosar estes enunciados omitindo o sujeito, conforme acima proposto (*houve*

donc des discontinuités, et l'on voit que, ce faisant, on effectue une operation de coupure sur la classe d'occurrences construite par *Qt* ([...] quantification / qualification, c'est-à-dire *Qnt/ Qlt*)” (*idem, ibidem*: 140-141).

⁹⁸ Portanto, o pretérito perfeito simples pode integrar qualquer um dos modos de determinação discreto, denso ou compacto. Vemos que, no caso particular de uma configuração de tipo discreto, em virtude da existência de um *telos* nocional (ou limiar semântico inerente), o pretérito perfeito simples marca a construção de um estado resultante e que, no caso de uma configuração de tipo denso, em virtude da inexistência de um *telos* nocional, o pretérito perfeito simples marca a construção de um valor aorístico.

⁹⁹ A possibilidade destas glosas confirma a relação entre determinação aspectual dos predicados e a determinação nominal, atestada pelo funcionamento das nominalizações deverbais: *ler* e *passear* apresentam o mesmo funcionamento denso que os respectivas nominalizações (*leitura* e *passeio*).

¹⁰⁰ Esta configuração inscreve-se no plano que Benveniste (1966) designa como “histórico” (“le plan historique de l'énonciation” ou “récit historique” (*idem, ibidem*: 239)), que se opõe ao “discurso” (“le discours”). A “história” põe em cena os acontecimentos sem a intervenção de um sujeito, pelo que “dans celui-ci, le narrateur n'intervenant pas, la 3^e personne ne s'oppose à aucune autre, elle est au vrai une absence de personne” (*idem, ibidem*: 242). Ainda segundo este autor, o tempo gramatical aoristo (de entre a diversidade de aoristos – búlgaro, albanês, georgiano, turco,... - Benveniste teria presente o aoristo grego) é uma das formas particulares de manifestação da relação temporal que caracteriza a “história”.

leitura, houve passeio)¹⁰¹. De acordo com o que se propõe em de Vogüé (1987: 55ss), temos, neste caso, a localização de uma ocorrência situacional (“occurrence situationnelle”) “qui se trouve par elle-même transformée en occurrence notionnelle” (*idem, ibidem*: 56)¹⁰².

Uma configuração de tipo compacto compreende uma delimitação Qlt da ocorrência que instancia o lugar de operador de predicação, sem que haja uma qualquer delimitação Qnt¹⁰³. Por não resultar de uma delimitação quantitativa, a actualização da situação em causa não passa pela construção de ocorrências, mas sim pela sua relação com um suporte externo. São tipicamente compactos os predicados em *ser* (seguido de adjectivo), predicados comumente classificados como estativos (ver Franckel; Paillard; de Vogüé, 1992), como, por exemplo, /*ser simpático*/ no enunciado **2.9**,

2.9 O Luís é simpático

¹⁰¹ Esta possibilidade regista-se em português, por ser uma língua de sujeito nulo: o lugar argumental sujeito pode não ser lexicalmente instanciado, mas existe com todas as suas propriedades.

¹⁰² Definida como “*simplement construction d’occurrence de parole*”, em de Vogüé (1987), propõe-se o conceito de “occurrence situationnelle”: “[...] dans une situation donnée [...], de la parole a eu lieu. Il n’y a pas là de qualification d’un état (i.e. de validation d’une propriété), mais simplement vérification du procès en un lieu et un instant donnés” (*idem, ibidem*: 48). Quanto ao conceito de “occurrence notionnelle”: “il y a certes constructions d’une occurrence situationnelle [...], mais celle-ci se voit requalifiée comme concordant avec un attendu préconstruit” (*idem, ibidem*: 49).

¹⁰³ Deve-se à delimitação exclusivamente qualitativa dos compactos a afinidade comumente estabelecida entre estes e as situações classificadas como estados. Apesar de a natureza operatória da caracterização como compacto divergir do pendor mais marcadamente classificatório do estado, em ambos os casos está em causa a predicação de uma propriedade e, conseqüentemente, a característica homogeneidade ou estabilidade destas situações.

em que o *Luís* é o suporte através do qual se apreende a propriedade /ser simpático/. A localização espaço-temporal da noção /ser simpático/ deve-se, pois, a tal suporte. Incidindo sobre o sujeito (o *Luís*), /ser simpático/ corresponde a uma propriedade definitiva.

A especificidade do compacto reside, assim, na construção de um centro organizador a partir do sujeito e não a partir do objecto (ver *idem, ibidem*: 240). A ocorrência da noção /ser simpático/ é delimitada apenas qualitativamente¹⁰⁴ e predica sobre um suporte que, por sua vez, corresponde a uma ocorrência quantificada. Do facto de a localização situacional de uma noção do tipo compacto supor a mediatização de um suporte (que é o sujeito sintáctico) decorre, conforme se expõe em Franckel; Paillard; de Vogüé (*ibidem*: 243), que “Il y a [...] dans ce cas une articulation intra-énoncé de type thème-prédicat [...]”, correspondendo o sujeito ao tema. Desprovido de qualquer função agentiva (contrariamente ao que sucede no caso das situações de tipo discreto), o sujeito de um compacto desempenha apenas a função de suporte.

Além destas construções prototipicamente compactas, com *ser* + adjetivo, uma ocorrência nocional de /ler/, por exemplo, pode apresentar um funcionamento compacto (enunciado **2.10**), consoante as operações de que resulta a sua determinação.

2.10 A *Sílvia* lê imenso

Em **2.10**, a *Sílvia lê* corresponde a “a *Sílvia* é uma leitora”, isto é, atribui-se a um sujeito (a *Sílvia*) uma propriedade (*ser leitor*). *Ler* comporta-se, deste modo, como um compacto, sem, neste caso (tal como no enunciado **2.9**), corresponder à

¹⁰⁴ No caso de, por exemplo, *O Luís foi simpático durante uns minutos*, a delimitação temporal construída não põe em causa o valor qualitativo da delimitação intrínseca à noção /ser simpático/. O pretérito perfeito simples e o adverbial (cuja presença é opcional, aliás) marcam, a par de *o Luís*, a atribuição de um suporte espaço-temporal a uma propriedade que não perde, portanto, o seu valor qualitativo. Está em causa o mesmo fenómeno de pseudo-discretização de nominais compactos que atrás exemplificámos pelas expressões *dois acessos de raiva* e *um momento de angústia*.

descrição de uma actividade delimitada espaço-temporalmente. Observamos, assim, haver uma correlação entre o funcionamento de *ler* como compacto e o seu funcionamento intransitivo (ver Franckel; Paillard; de Vogüé, 1992: 246). O adverbial *imenso* ilustra as possibilidades de quantificação das ocorrências nocionais construídas como compactas. A associação de quantificadores como *pouco*, *muito*, *imenso*, *bastante*, etc, determina um grau de intensidade¹⁰⁵.

Existem outras noções lexicalizadas por verbos (por exemplo, *gostar*, *saber*, etc.), comumente classificados como estados, cujas ocorrências só podem ser delimitadas qualitativamente pela predicação de um suporte, apresentando, portanto, um funcionamento compacto (enunciados **2.11** e **2.12**).

2.11 O Luís sabe falar alemão

2.12 O Luís soube a lição

Em ambos os enunciados, C₁ corresponde a um objecto externo, uma vez que o predicado *saber* não tem objecto interno, isto é, não há quaisquer restrições sobre o que possa constituir o seu argumento objecto. Assim, não sendo o objecto externo construtor nem especificador de uma ocorrência do predicado *saber*, C₁ não o delimita nocionalmente (ver Campos, 1997a: 195). Não há, por isso, nestes enunciados, quantificação nocional nem quantificação construída situacionalmente da noção /saber/. No enunciado **2.11**, C₁ remete para a própria noção: a forma não finita do complemento (*falar alemão*), por ser neutra quanto à referência temporal¹⁰⁶, atesta que C₁ não contribui para a construção de uma ocorrência do predicado verbal. A independência de C₁ em relação à enunciação em curso volta a estar patente no enunciado **2.12**, uma vez que C₁ corresponde a um pré-construído.

¹⁰⁵ Também o enunciado **2.9** se prestaria a semelhante tipo de quantificação intensiva: por exemplo, *O Luís é bastante simpático*.

¹⁰⁶ Deve-se à neutralidade do valor temporal marcado pelo infinitivo o facto de a propriedade predicada sobre o sujeito ser interpretável como uma competência, como uma aptidão – como veremos adiante (ver §§ 10 e 10.2).

A única ocorrência construída situacionalmente é, em ambos os casos, a ocorrência de um suporte que é o sujeito, sobre o qual se predica, em **2.11**, a propriedade *saber alemão*, ou que, em **2.12**, é localizado, através do predicado *saber*, relativamente a C_1 (ver *idem, ibidem*). Como referimos acima, esta mediatização está também relacionada com a estrutura dos enunciados cujos predicados apresentam um funcionamento compacto.

Como se observa em de Vogüé (1989: 30) e em Franckel; Paillard; de Vogüé (1992: 241, 243), estes enunciados obedecem ao esquema proposicional clássico em que o sujeito é o suporte – o *hypokeimenon* – da predicação, isto é, a uma estrutura em que se articulam dois termos de uma relação: um sujeito e uma predicação. Está em causa, portanto, uma validação, isto é, a predicação de uma propriedade a propósito de um sujeito, que serve de tema ao enunciado, e não a construção, “em bloco”, de uma ocorrência de uma situação, conforme se verifica no funcionamento denso. Em termos de configuração enunciativa, esta realidade inscreve-se no que Benveniste (1966) designa como *discurso* (“Discours” (*idem, ibidem*: 242))¹⁰⁷, entendido como predicação de uma propriedade, que, enquanto tal, “compromete” um sujeito: “[...] un énonciateur predique la propriété en jeu à propos de ce qui sert de thème à son discours. Ce faisant, il se porte garant de son dire; et par là-même il s'expose face à un interlocuteur: tout l'univers du discours est là mis en oeuvre” (de Vogüé, 1989: 35).

Como procuramos demonstrar, pelo facto de ter como critério a construção de ocorrências, a definição dos três tipos de configuração das ocorrências de uma noção ultrapassa o domínio estritamente lexical¹⁰⁸. Antes de mais, não é possível

¹⁰⁷ Conforme referido atrás, contrariamente ao que se verifica com os densos.

¹⁰⁸ Sem se pretender pôr em causa o papel do léxico na organização das operações predicativas e enunciativas, com esta afirmação tem-se presente uma nova compreensão desta questão. Genericamente, esta proposta vai no mesmo sentido de outras propostas. Apesar de diferente (por ser de natureza operatória e transcategorial), vem, por exemplo, na sequência do caminho já percorrido, no quadro da Gramática Generativa, ao reconhecer que o léxico, pelo mecanismo regular do princípio de projecção, está na origem da organização da gramática. Na perspectiva da TFE, é ao nível lexical que se definem as bases do cálculo das operações predicativas e enunciativas, no sentido em que a determinação ao nível nocional é o factor regulador da construção dos enunciados: “Le

estabelecer uma classificação rígida em três tipos bem delimitados, nos quais se inscreveria univocamente cada item ou unidade lexical. Uma unidade particular pode registar modulações, ou recategorizações, assumindo configurações diversas. Além disso e estritamente relacionado, está em causa a constituição, sintáctica e semântica, do enunciado, como constructo cujos valores são calculáveis a partir do encadeamento das operações de que as formas linguísticas são marcadoras. Assim, os efeitos da oposição discreto – denso – compacto, aplicável ao nível das determinações nominal e aspectual, fazem-se sentir também na estrutura predicativa e na estrutura enunciativa dos enunciados¹⁰⁹.

Este princípio de transversalidade é indissociável do princípio de transcategorialidade, mediante o qual um dado valor decorre de operações que atravessam, implicando, diferentes categorias.

Esta perspectiva transcategorial conduz, assim, a hipóteses interessantes sobre o estatuto do objecto e a questão da transitividade em geral¹¹⁰. Inter-relacionadas, a problemática da construção de ocorrências e a ausência de uma identidade definitiva para cada unidade lexical, afectam a forma como se perspectiva o conceito de transitividade. O estatuto do argumento objecto, pelas propriedades que lhe estão associadas, constitui um parâmetro decisivo a partir do qual se pode proceder à caracterização de funcionamentos diferenciados. Por conseguinte, entendida como propriedade dos argumentos objecto, a transitividade diz respeito à forma como vai ser construída uma ocorrência do processo (ver de Vogüé, 1991: 50) e é, nessa medida, concebível como um fenómeno de natureza

lexique est [...] appréhendé, dans la théorie culiolienne, comme un schème de régulation des constructions syntaxiques et énonciatives” (de Vogüé, 1991: 45).

¹⁰⁹ Em de Vogüé (1989: 35; 1998: 18), referindo-se os efeitos da oposição discreto - denso – compacto, não só sobre as determinações aspectual e nominal, mas também ao nível da da estrutura sintáctica dos enunciados, faz-se corresponder uma estrutura tripartida ao funcionamento discreto, uma estrutura monopartida ao funcionamento denso e uma estrutura bipartida ao funcionamento compacto (ver § 2.3.2).

¹¹⁰ Sobre a questão da construção do objecto e da transitividade em geral, veja-se de Vogüé (1991), Franckel; Paillard (1989, 1992). Para o português, veja-se o estudo de Pereira (1997), sobre a predicação secundária.

não só sintáctica, mas também semântica e enunciativa¹¹¹. Como se conclui em de Vogüé (*ibidem*: 60), a transitividade constitui, antes de mais, uma questão teórica: “[...] elle ne peut se poser hors théorie, comme un simples problème descriptif [...]” (ver § 9.).

Além das questões levantadas a propósito do argumento objecto e da transitividade em geral, o já velho debate sobre o estatuto gramatical do sujeito parece poder ser redimensionado neste âmbito da definição de uma tipologia de configurações das ocorrências de uma noção. Como vimos, o sujeito do enunciado - tido como tema para uns, como agente ou paciente para outros, ou constituindo ainda um simples localizador para alguns - pode, de acordo com o tipo de configuração construída, variar de estatuto (ver de Vogüé, 1989).

O valor da configuração de uma situação não constitui um *a priori*; corresponde, sim, e no limite, ao resultado de uma operação de localização situacional que “[...] articule d’une façon particulière deux modes de repérage d’un procès, relativement à un repère subjectif d’une part, temporel de l’autre” (Franckel; Paillard, 1991: 114). A articulação deste modo duplo de construção de valores referenciais está na base da construção dos valores aspectuais. Porém, não sendo um exclusivo da construção da categoria aspecto ou da determinação nominal, como veremos, está também na base da construção da categoria modalidade (ver § 2.3.2).

Relacionado com todos estes aspectos, sublinhe-se o facto (já atrás referido) de, contrariamente às outras classificações, esta definição dos três modos de construção de ocorrências de uma noção se fundar numa problemática claramente linguística. A natureza dos parâmetros equacionáveis no cálculo dos valores construídos comprova isso mesmo: as definições de objecto interno, objecto externo, sujeito do enunciado, estrutura predicativa, estrutura enunciativa, decorrem

¹¹¹ À pergunta que pretende apurar, distinguindo, o que, no fenómeno da transitividade, é semântico e o que é enunciativo responde-se, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, que “[...] le sémantique est énonciatif [...], en soutenant non pas que la transitivité serait déterminée (ou influée) par des paramètres énonciatifs, mais qu’elle-même détermine les paramètres énonciatifs de structuration de l’énoncé [...]” (de Vogüé, 1991: 46).

exclusivamente da dinâmica linguística (mesmo havendo correlatos no universo de referência).

2.3.2 Três estruturas predicativas: agentividade, localização e validação

Conforme vimos no capítulo precedente, aos três modos de construção de ocorrências de uma noção correspondem três estratégias¹¹², três modos de construir referência e, portanto, de enunciar. Tendo presente, de modo particular, as várias observações a propósito do sujeito gramatical, ou sujeito do enunciado, que pode variar de estatuto, de acordo com o tipo de configuração construída, pode fazer-se corresponder à tipologia discreto – denso – compacto três diferentes processos enunciativos.

A pertinência do paralelismo, atrás referido, entre dois destes três tipos de construção de ocorrências e as categorias propostas por Benveniste (1966) - “Histoire” e “Discours” – comprova isso mesmo. Também o, atrás referido, estabelecimento de uma correspondência, em de Vogüé (1989; 1998), entre os três tipos discreto, denso e compacto e, diferentes estruturas sintáticas - tripartida, no caso do funcionamento discreto, monopartida, no caso do funcionamento denso e bipartida, no caso do funcionamento compacto - constitui uma evidência das implicações desta tipologia ao nível da descrição das estruturas predicativa e enunciativa dos enunciados.

A estrutura tripartida que, em de Vogüé (1989; 1998), se considera estar associada ao funcionamento discreto, compreende um agente, o processo em causa e a operação de mira. Enquanto localizador da ocorrência construída e

¹¹² O recurso ao termo “estratégia” não tem, neste contexto, como noutros subseqüentes, qualquer afinidade com o conceito consagrado pelos estudos pragmáticos e discursivos de “estratégia ilocutória” ou de “estratégia discursiva”. Fala-se em estratégia enquanto modo de construir referência, enquanto possibilidade de estrutura enunciativa, definida em termos de operações ao nível nocional, como ao nível predicativo e enunciativo.

localizada situacionalmente, cabe ao argumento em posição de sujeito (C_0) um estatuto de agente ou de paciente, isto é, uma característica definida em termos de agentividade, que decorre de uma operação de mira. Devendo-se ao argumento em posição de objecto (C_1), e não a uma localização espaço-temporal, a fixação dos limites quantitativos e qualitativos da situação em causa, este (C_1) corresponde a um objecto interno, em função do qual a validação da formatação intrínseca às ocorrências nocionais de tipo discreto se constitui como mira.

É a formatação extrínseca característica do funcionamento denso que se deve a estrutura monopartida que lhe está associada. Neste caso, dá-se a verificação, pura e simples (isto é, sem preponderância de uma delimitação qualitativa), de uma situação, através da sua especificação espaço-temporal, ou seja, através da sua especificação operada em relação a localizadores situacionais. A estrutura enunciativa característica do funcionamento denso compreende, assim, a localização do processo em causa em relação aos termos localizadores situacionais. Neste caso, o predicado não define um objecto interno, nocionalmente determinado. Por conseguinte, tratando-se de um objecto externo, o argumento em posição de objecto (C_1) não contribui para a construção e quantificação da ocorrência. A possibilidade de se omitir o sujeito quando se glosa um enunciado em que a ocorrência de uma situação é construída como densa atesta que este corresponde simplesmente a uma das coordenadas que definem a situação de enunciação e que servem de localizadores.

Finalmente, a estrutura bipartida a que corresponde o funcionamento compacto define-se pela atribuição de uma propriedade a um suporte. Os dois termos desta estrutura são, portanto, o sujeito gramatical e uma propriedade que lhe é atribuída. Quando ocorra, o argumento em posição de objecto (C_1) corresponde a um objecto externo, portanto, não construtor nem especificador de uma ocorrência (daí a correlação existente entre o funcionamento compacto e o funcionamento intransitivo do predicado). Neste caso, a localização espaço-temporal da noção deve-se, pois, ao suporte através do qual se apreende a propriedade - suporte que, por conseguinte, corresponde a uma ocorrência quantificada, por oposição à propriedade, delimitada apenas qualitativamente.

A predicação de uma propriedade sobre um sujeito que, não tendo qualquer função agentiva, é o suporte mediador da localização situacional de uma noção, condiciona, como vimos, a estrutura do enunciado, cujo predicado apresenta, assim, um funcionamento compacto. Com a predicação de uma propriedade sobre um sujeito, como em toda a actividade enunciativa, está em causa uma operação de validação que é, por excelência, uma operação modal. A atribuição de uma propriedade é, pois, uma operação modal, cujo localizador, o sujeito enunciador enquanto fonte de um juízo, se compromete, portanto, com a validação, em diferentes graus, ou com a não-validação da relação predicativa¹¹³. Mais propriamente, dir-se-á que os valores modais construídos correspondem às diferentes “avaliações” (ou juízos modais) possíveis que a atribuição de uma propriedade a um sujeito pode assumir.

A validação - que, enquanto estratégia enunciativa (ou modo de construção de ocorrências) característica das situações de tipo compacto, corresponde a uma estrutura sintáctica bipartida (ver de Vogüé, 1989; 1998) – define-se, pois, ao nível enunciativo. Focando a nossa atenção nos predicados cujos verbos pretendemos estudar neste trabalho - *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, saber, ignorar* -, a localização do seu complemento predicativo¹¹⁴ faz-se directamente

¹¹³ A partir da observação do facto de a atribuição de uma propriedade ser a operação modal por excelência, em de Vogüé (1989: 36), retira-se, como consequência importante, a hipótese de a categoria modalidade ter uma dimensão pré-enunciativa, por via da qual “le modal [...] est déjà intégré dans le lexique” (*idem, ibidem*). Esta hipótese está perfeitamente consonante com a forma como, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, se concebe o léxico: conforme atrás referido, enquanto um esquema de regulação das construções sintácticas e enunciativas, uma vez que, pelas suas determinações internas, condiciona parcialmente os planos sintáctico e enunciativo. Os termos lexicais são, assim, concebidos não como dados, mas como entidades construídas, não sendo evidente a destriça entre os níveis lexical, sintáctico e enunciativo.

¹¹⁴ O funcionamento predicativo de um complemento, implica – como veremos adiante, mais detalhadamente (ver, em particular, § 7.2) – uma dissociação entre a construção da propriedade predicada e a construção do termo sobre o qual recái essa propriedade e que constitui o seu suporte. Se, por um lado, o complemento é objecto de uma determinação quantitativa (Qnt) independentemente do enunciado em curso, por outro, a operação que consiste na atribuição de uma propriedade a um suporte é de natureza qualitativa (Qlt) (ver Franckel; Lebaud, 1990; Valentim, 1998).

sobre um suporte - a saber, o sujeito destes predicados -, à maneira de uma predicação de propriedade.

Como referimos atrás (ver § 2.2), a descrição sintáctica proposta para estes verbos enquanto verbos que seleccionam uma estrutura de complementação verbal contempla a sua possibilidade comum de realização sob a forma de uma completiva com o complementador *que* e também, no caso de alguns, de uma completiva infinitiva ou ainda de uma interrogativa indirecta. Resultam destas configurações sintácticas o *que*, sintacticamente, se define como frases complexas que comportam uma subordinada genericamente dita com a função de complemento de objecto.

De modo consensual para a generalidade dos sintacticistas, com esta descrição sintáctica, contempla-se, assim, o facto de as construções de complementação consistirem no estabelecimento de uma relação entre o verbo introdutor e um complemento proposicional. Daí o reconhecimento de uma relação de subordinação na base do processo sintáctico em causa. Mais propriamente, em comum para os verbos em análise, temos estruturas de subordinação que integram uma proposição subordinante e uma proposição subordinada de natureza completiva-nominal (*que* tem, portanto, a função de complemento de objecto), com a forma verbal finita, ou infinita, em alguns casos. Estas subordinadas são genericamente classificadas como subordinadas nominais introduzidas por *que*, ou completivas.

3. Da lógica modal à modalidade linguística

É recorrente a associação das formas *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar* e *saber* (entre outras formas, de diferentes naturezas) a determinado valor modal, definido no âmbito, quer das teorias lógicas da modalização, quer das teorias linguísticas da modalização.

Percorrendo as várias propostas de tipologias e os respectivos exemplos, estas formas linguísticas em português (ou outras formas susceptíveis de lhes corresponder noutras línguas) surgem explicitadas em proposições exemplificativas ou ocorrem-nos como lexicalização possível de um ou outro valor descrito. A esta constatação não será estranho, ainda que não formalizado em todas as propostas (sobretudo no domínio da lógica modal), o facto de, em última análise, ser sempre a significação própria de cada marcador modal o critério que permite classificar e estabelecer os diferentes tipos de modalidade¹¹⁵.

Vejamos, pois, possíveis articulações entre algumas das categorias lógicas da modalidade e as formas linguísticas que nos ocupam e, já no âmbito estritamente linguístico, várias propostas de tipologização dos valores modais, que contemplam, explicitamente, uma descrição ou classificação em termos de modalidade destas formas, para, finalmente (ver § 5), retomarmos e aprofundarmos a descrição e explicação no quadro da Teoria Formal Enunciativa, conforme introduzidas no sub-capítulo 3.3.

¹¹⁵ O teor desta observação pode parecer evocar o problema clássico da relação entre linguagem e pensamento e, nesse âmbito, pressupor o primado da expressão linguística (linguagem) sobre a actividade conceptual ou pensante (pensamento). Não é, no entanto, nesse paradigma que nos inspiramos para reconhecer que o que estará na base do estabelecimento de categorias modais ao nível da linguística mas também ao nível da lógica, são as formas linguísticas, aquilo de que se dispõe como observável e que é, portanto, susceptível de formalizar. A visão que preside a este comentário entronca numa teoria dos observáveis, mediante a qual as formas linguísticas, enquanto observáveis, são marcadoras dos valores metalinguísticos com cuja representação se pretende reconstituir o nível de representação mental.

3.1 Lógica modal

Estando em causa, em termos lógicos, a natureza de um raciocínio e a sua formalização, podemos ousar propor uma tentativa de aproximação entre determinada categoria modal lógica e o que as formas linguísticas *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar* e *duvidar* expressam. Assim, o que estas formas expressam parece susceptível de ser relacionado, por afinidade, com o que, desde logo, na lógica modal de Aristóteles, se determina como caracterizando uma premissa problemática, por apresentar a atribuição - conforme definição deste filósofo - enquanto simplesmente possível ou contingente¹¹⁶. Afirmar Aristóteles que “[...] quando as duas premissas são contingentes ou problemáticas, não haverá silogismo¹¹⁷, quer as premissas sejam afirmativas ou negativas, universais ou particulares [...]” (1986, §17).

Na base desta concepção está uma particular atenção que Aristóteles dedica ao problema das proposições modais e às relações que entre si se estabelecem dando forma a um raciocínio (ou silogismo). Para tal é fundamental a distinção que este filósofo estabelece entre proposições simplesmente atributivas – “[...] nas quais se afirma ou se nega a atribuição de um P [predicado] a um S [sujeito]¹¹⁸” (Mora,

¹¹⁶ O termo *problemático(a)*, usado para designar uma categoria (de premissas ou de silogismos, em Aristóteles), tal como os termos seus complementares, *assertórico(a)* e *apodíctico(a)*, têm vigência geral a partir de Kant, no emprego que este filósofo faz no quadro dos juízos como fundamento do quadro das categorias. Assim, segundo Kant, os termos *problemático*, *assertórico* e *apodíctico* designam as três categorias dos juízos que classifica como de *Modalidade* – respectivamente, as categorias de contingência, de realidade e de necessidade (ver Kant, [1781] 1985: 110ss).

¹¹⁷ O silogismo, conceito aristotélico fundador da lógica formal, corresponde ao “instrumento” (em grego, *organon*) da formalização do raciocínio, definindo-se como um raciocínio que, a partir de premissas, torna a conclusão necessária.

¹¹⁸ Na lógica aristotélica, sujeito (“*hypokeimenon*”) e predicado (“*katégorēma*” ou “*katēgoroumenon*”) constituem a “matéria” da proposição. Por conseguinte, a proposição relaciona um sujeito e um predicado, sendo o predicado o atributo (ou acidente) que se aplica ao sujeito e o sujeito, a substância, aquilo de que se afirma ou nega algo.

Esta concepção deixou vestígios na gramática tradicional: por exemplo, ao referirmos o sujeito sintáctico, temos presente o conceito de função sintáctica proposta pela

1991: 267) - e proposições modais – “[...] nas quais não só se atribui um P a um S, mas também se indica o modo como o P se une a S ou modo que determina a composição de P e S” (*idem, ibidem*) -, bem como a distinção, nestas últimas, entre o *modus* e o *dictum*. É na sequência destas distinções que se definem as quatro modalidades que podem caracterizar as proposições modais (isto é, os quatro modos “como o P se une a S ou [...] que determinam a composição de P e S”): *possibilidade* (“é possível que S seja P”), *impossibilidade* (“é impossível que S seja P”), *contingência* (“é contingente que S seja P”) e *necessidade* (“é necessário que S seja P”)¹¹⁹.

Retomada pelos filósofos medievais, a concepção de modalidade aristotélica é traduzida na distinção *de re / de dicto* (ver § 2.1). Tal oposição deve-se a Abelardo (que a expressa pelos termos *de re / de sensu*) e, mais tarde, é tratada por Tomás de Aquino enquanto modalidade interna ou externa (expressa pelos termos que perduraram, *de re / de dicto*).

análise tradicional a partir do conceito aristotélico de sujeito suporte da predicação. Distanciando-se da análise tradicional, em algumas teorias linguísticas, nomeadamente na Teoria Formal Enunciativa, propõe-se uma concepção de sujeito e predicado claramente distinta da ditada pela tradição clássica. Na teoria de Culioli, a relação predicativa é, enquanto tal, uma relação entre dois termos mediada por um relator, noção lexical de natureza predicativa. Prevê-se, assim, a existência de três termos (<a r b>, respectivamente, primeiro argumento, relator e segundo argumento), e não dois, como tradicionalmente se defende. Fala-se de sujeito enquanto parâmetro teórico, constitutivo de uma situação de enunciação.

¹¹⁹ Na origem da lógica modal e baseada no pressuposto de uma relação entre proposições e valores de verdade, a classificação aristotélica das proposições modais, rompe, em diversos pontos essenciais, com a lógica estritamente bivalente, uma vez que opõe à oposição simples entre proposições verdadeiras e proposições falsas, a oposição quadripolar entre proposições sempre verdadeiras (necessárias), proposições sempre falsas (impossíveis), proposições tanto verdadeiras como falsas (contingentes) e proposições nem verdadeiras nem falsas (possíveis).

Além disso, estas quatro modalidades opõem-se duas a duas, dando forma ao famoso quadrado lógico com que se identifica a lógica clássica. No entanto, o quadrado assim constituído é redutível a um triângulo lógico, na medida em que as definições de possibilidade (o possível) e de contingência (o contingente) se sobrepõem totalmente nalguns dos textos de Aristóteles.

A oposição *de re / de dicto* permite, por exemplo, distinguir as sequências talvez o Pedro venha e a vinda do Pedro é possível¹²⁰. No primeiro caso, a modalidade do possível diz-se ser *de dicto*, uma vez que é aplicada do exterior, pelo locutor, ao conteúdo do que diz, o *dictum* ou conteúdo proposicional. A formulação da modalidade na segunda sequência é igualmente *de dicto*, mas à equivalente possível desta segunda sequência - o Pedro pode vir (interpretado como “o Pedro tem a possibilidade de vir”) – corresponde uma modalidade *de re*. A oposição *de re / de dicto* permite, assim, distinguir as duas interpretações possíveis de o Pedro pode vir, como “o Pedro tem a possibilidade de vir” e “talvez o Pedro venha”, que, do ponto de vista linguístico, em Campos (1998a), se descrevem, respectivamente, como valor (não epistémico) de possibilidade e valor epistémico de não exclusão (ver *ibidem*: 261-268; 273-278)^{121 122}. Transposta e adaptada a outras tipologias, perspectivada de acordo com outros critérios, a oposição *de re / de dicto* virá a ser, portanto, particularmente importante no domínio da modalidade linguística.

Uma das questões mais importantes no problema da modalidade lógica, conforme colocado pelas propostas acima referidas, prende-se com a incidência

¹²⁰ Exemplos traduzidos e adaptados de le Querler (1996: 45).

¹²¹ Ainda segundo a tipologia de valores modais marcados pelo verbo *poder* proposta em Campos (1998a), a um enunciado como o Pedro pode vir, poderão corresponder dois outros valores modais não epistémicos, além do valor de possibilidade já referido. De acordo com “[...] a natureza das condições que, na construção linguística, estão na origem da possibilidade, que determina cada um dos valores de PODER não epistémico” (*idem, ibidem*: 275), podemos ter o valor de permissão ou o valor de capacidade: “Se as condições se identificam com a vontade de um sujeito deôntico, distinto de S₂ [sujeito do enunciado], trata-se do valor de permissão. Se é uma qualidade, geralmente física, inerente a S₂, que dá origem à possibilidade, define-se o valor de capacidade” (*idem, ibidem*).

¹²² No quadro da Gramática Generativa de tradição chomskiana (por exemplo, em Grimshaw (1979)), estas duas interpretações de uma frase como o Pedro pode vir distinguem-se, de acordo com um critério classificatório, em termos da diferença entre modais radicais (“root-modals”) (interpretação “o Pedro tem a possibilidade de vir”) e modais epistémicos (“epistemic modals”) (interpretação “talvez o Pedro venha”).

deste conceito. A modalidade refere-se às proposições (sentido lógico da modalidade) ou aos factos (sentido ontológico da modalidade)? Na doutrina aristotélica, assim como na doutrina aristotélico-escolástica, mesmo quando parece predominar o sentido lógico, de facto, ambos os aspectos são considerados. As categorias propostas são, portanto, motivadas extensionalmente, uma vez que exprimem estados de coisas.

Na doutrina de Kant, com a introdução do conceito de *juízo* como acto de julgar, a modalidade pode ser descrita já não como lógica ou ontológica mas sim como epistemológica, relativa à forma como se constrói conhecimento. Segundo este filósofo, a modalidade dos juízos - categorizáveis como assertóricos, apodícticos ou problemáticos - corresponde a “[...] uma função completamente particular dos mesmos [juízos] cujo distintivo consiste em não contribuir em nada para a matéria do juízo (porque esta matéria se compõe apenas de quantidade, qualidade e relação) [...]” (Kant, [1781] 1985: 124). Relacionado com este “deslocamento” teórico de Kant relativamente ao que o antecedeu em termos de lógica modal (lógica clássica), refira-se o facto de a sua proposta incluir, entre os juízos modais, os juízos de realidade ou assertóricos, segundo Aristóteles, proposições que expressam atribuições simples (ou proposições simplesmente atributivas) e por isso não modais.

Das modalidades aristotélicas – designadas, mais tarde, *aléticas* (palavra proveniente do grego, significando “verdade”) e, depois, *onticas* -, em meados do século XX, a lógica moderna¹²³ faz derivar vários outros tipos de modalidade. Entre elas¹²⁴, contam-se, por exemplo, as modalidades *deôntica* e *epistémica*, que designavam outros dois tipos de necessidade e de possibilidade e que em Lyons ([1977] ²1978), se comparam com a modalidade aristotélica afirmando que “Epistemic necessity is intuitively closer to alethic necessity than deontic necessity

¹²³ Conforme se refere em Blanché (1970: 363), impulsionada por G. H. von Wrigth (1951).

¹²⁴ Além das modalidades cuja referência privilegiamos, os lógicos da modernidade propuseram muitas outras categorias das quais, por natural delimitação do âmbito deste estudo, nos limitamos a mencionar a modalidade temporal, a modalidade axiológica e a modalidade búlca (ver Blanché: 1970).

is” (*idem, ibidem*: 791). A modalidade deôntica definir-se-ia como uma necessidade conforme à regra social, moral, etc; a modalidade epistémica marcaria o domínio do certo e do duvidoso, do saber ou do conhecimento e da crença. Aquela a que, segundo Kant (inspirado em Aristóteles), corresponderia a designação de (juízo de) modalidade assertórica terá sido tendencialmente tida, pelos lógicos modernos, como uma modalidade zero.

3.1.1 Lógica epistémica

Como vimos atrás (ver § 2.1), numa perspectiva lógico-filosófica, o conhecimento relativo ao significado de uma proposição implica o conhecimento das condições mediante as quais essa proposição é verdadeira, podendo tais condições de verdade e de referência ser especificadas em relação a entidades reais do mundo ou em relação a mundos possíveis. Também um enunciado que expressa uma atitude proposicional, como um conhecimento ou uma crença, visa sempre, como objecto dessa mesma atitude, uma proposição cujo conteúdo semântico é especificado em termos de condições de verdade e de referência.

A distinção entre aquilo que constitui um conhecimento e aquilo que constitui uma crença (ainda sem a teorização do que sejam atitudes proposicionais) é, desde Platão, objecto de interesse por parte da filosofia ocidental. A epistemologia, nomeadamente, definiu-se enquanto disciplina filosófica que se ocupava da natureza e da fonte do conhecimento. Da mesma origem etimológica do termo “epistemologia”, o termo “epistémico/a”¹²⁵ começou por ser usado pelos filósofos, com um sentido muito diferente, aliás, daquele que lhe é atribuído pela semântica linguística (ver § 3.3.2). “Epistémico/a” dizia respeito à estrutura lógica das frases que asserem ou que implicam que uma proposição ou uma sequência de proposições é objecto de conhecimento ou objecto de crença. Na opinião de alguns autores (por exemplo, Martin, 1983), a lógica epistémica contribuiu para uma

¹²⁵ Ambos os termos, “epistemologia” e “epistémico/a”, derivam do termo grego *ἐπιστήμη*, que significa *conhecimento, saber, ciência*.

formalização em termos de mundos possíveis, conceito subordinado ao de universo de crença¹²⁶.

É segundo este ponto de vista que os lógicos modernos procuram estabelecer as condições de verdade e de referência apropriadas para o uso dos verbos *saber* e *crer*, e de outros verbos que expressam o que comumente designam como atitudes proposicionais¹²⁷. É também segundo o ponto de vista da lógica epistémica que é consensual o facto de uma asserção do tipo “X sabe que p” implicar que o sujeito responsável pela produção desta sequência acredita que p é verdadeiro, enquanto que uma asserção como “X crê que p” não apresenta a mesma implicação. Já se X é o sujeito responsável pela produção das sequências “X saber que p” e “X crer que p”, este compromete-se, nos dois casos, com o carácter verdadeiro de p, com a diferença de, na primeira sequência (empregando *saber*), o compromisso ser mais forte do que na segunda sequência (empregando *crer*).

Sem aprofundar os princípios da lógica epistémica, a proposição “X sabe que p” pode ser formalizada através da representação (I) $K_x(p)$. Sendo K_x o operador de necessidade epistémica, (I) relaciona-se com p em termos de necessidade epistémica. Se $K_x(p)$ é verdadeiro, então p é verdadeiro. Não sendo uma simples implicação, a relação entre $K_x(p)$ e p é designada, por muitos filósofos, como *pressuposição*, uma vez que a verdade de p é uma condição necessária, não só para a verdade de “X sabe que p”, mas também para a verdade da sua negação “X não sabe que p” (ver Lyons, [1977] ²1978: 793ss).

¹²⁶ Martin define universo de crença como “l'ensemble indéfini des propositions que le locuteur, au moment où il s'exprime, tient pour vraies ou qu'il veut accréditer comme telles” (1983: 143).

¹²⁷ Ressalve-se que o interesse que os lógicos manifestem pelo funcionamento dos verbos *saber* e *crer*, e de outros verbos que expressam o que comumente designam como atitudes proposicionais considera esses verbos, não como formas linguísticas, mas sim como operadores modais num sistema, em que os valores de verdade da proposições são tidos como factuais e objectivos (isto é, em que uma proposição é verdadeira por si mesma, em absoluto, e não relativamente a um sujeito). Sobre a classificação de verbos de atitude proposicional, ver § 2.1.

A definição da necessidade epistémica, como a definição lógica da modalidade em geral e de cada um dos seus outros tipos, não se funda numa qualquer referência ao sujeito enquanto responsável pela modalidade exibida em determinada sequência (proposição, para os lógicos). Baseia-se, isso sim, na evidência (“evidence”, em inglês) que determina a necessidade epistémica em questão numa determinada proposição, ou qualquer um dos diversos tipos de modalidade que caracterizam as proposições. Esta evidência corresponde a algo objectivo, pelo que, sob o ponto de vista lógico, a modalidade epistémica (como todos os outros tipos de modalidade) é descrita como uma modalidade objectiva.

Como contraponto a esta descrição objectiva, a proposta de uma descrição subjectiva da modalidade epistémica¹²⁸, surgida no domínio da linguística, representa o critério fundamental da diferença entre a lógica modal e a modalidade linguística¹²⁹. Segundo uma perspectiva linguística – veremos adiante -, não se pode atribuir a um conteúdo proposicional um “valor de verdade” senão (para utilizar esta expressão) se um sujeito enunciador lhe atribui tal valor ou, mais precisamente, se um sujeito enunciador se constitui como origem desse mesmo valor.

¹²⁸ Em Lyons ([1977] ²1978: 792), faz-se referência a J. Kurylowicz (1964, *The Inflectional Categories of Indo-European*, Heidelberg, Winter) em virtude do critério que propõe para distinguir a modalidade epistémica da modalidade deôntica. Propõe Kurylowicz que se descreva a modalidade epistémica como subjectiva (por implicar a expressão da atitude do locutor) e a modalidade deôntica como menos subjectiva do que a anterior, uma vez que implica, mais do que modalidade, aquilo que designa por modulação.

¹²⁹ Em Gilbert (1987), refere-se a existência de “[...] linguistes qui, s’inspirant en cela des logiciens, ont avancé que les modaux déterminaient la “valeur de vérité” d’une proposition, comme si une proposition pouvait être vraie, fausse, contingente, probable,..., en elle-même ou par adéquation à la réalité extérieure.” (*idem, ibidem*: 12).

3.1.2 Factividade

Com o objectivo de explorar a relação entre a sintaxe e a semântica no sistema de complementação em inglês e, portanto, apresentando já preocupações de ordem linguística, no estudo de Kiparsky; Kiparsky (1970) destaca-se a pressuposição como um dos factores semânticos fundamentais na determinação do tipo de complemento proposicional: “whether the speaker presupposes the truth of a complement contributes in several important ways to determining the syntactic form in which the complement can appear in the surface structure” (*idem, ibidem*: 143). É, pois, com a finalidade de demonstrar que a pressuposição tem repercussões sintácticas em inglês que estes autores introduzem no domínio dos estudos linguísticos o conceito de *factividade*, enquanto propriedade que, quando presente, caracteriza uma vasta série de predicados do inglês, designados, por isso, de *predicados factivos*, e que, quando ausente, permite identificar os predicados ditos *não factivos*.

Assim, por exemplo, cada um dos pares de enunciados **3.1** e **3.2**, **3.3** e **3.4** ilustram, respectivamente, as duas situações possíveis, de factividade e de não factividade, em português:

3.1 É surpreendente que ele venha

3.2 É possível que ele venha

3.3 Lamento que não tenhas gostado da viagem

3.4 Suponho que tenhas gostado da viagem

Segundo Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*), ao produzir as sequências **3.1** e **3.3**, os sujeitos responsáveis por tal produção assumir-se-ão responsáveis pela verdade das proposições “ele vem” (**3.1**) e “tu não gostaste da viagem” (**3.3**), tornadas, assim, pressuposições e sendo, por isso, os predicados (*ser*) *surpreendente* e

lamentar exemplos de predicados factivos¹³⁰: “the speaker presupposes that the embedded clause expresses a true proposition, and makes some assertion about that proposition” (*idem, ibidem*: 147)¹³¹. Já no que diz respeito às sequências **3.2** e **3.4**, os sujeitos responsáveis pela sua produção não se comprometem nem com a verdade nem com a falsidade das proposição expressas pelos complementos. Os predicados *(ser) possível* e *supor* são, assim, exemplos de predicados não factivos¹³².

Em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) admite-se ainda a possibilidade de situações de *contra-factividade*, quando o sujeito responsável pela sequência se compromete, não com a verdade, mas sim com a falsidade da proposição expressa pelo complemento. Um exemplo de um enunciado *contra-factivo* é a sequência **3.5**:

3.5 Eu gostava que ele tivesse trazido a família

¹³⁰ Ressalve-se que o tempo gramatical em que ocorrem os verbos em causa não é irrelevante para a construção de um valor factivo. Se, por um lado, ambas estas sequências, em que o verbo ocorre no presente gramatical, ilustram uma situação de factividade, por outro, quando no condicional (*seria surpreendente que ele tivesse vindo e lamentaria que não tivesses gostado da viagem*), o mesmo não se regista. Já no pretérito perfeito simples (*foi surpreendente que ele tivesse vindo e lamentei que não tivesses gostado da viagem*), como noutros tempos pretéritos, continua a registar-se a factividade acima descrita.

Em termos linguísticos, situando teoricamente a descrição no quadro da Teoria Forma Enunciativa, diríamos que a factividade pode ser descrita em termos de pré-construído, isto é, pela construção de valores referenciais numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação origem.

¹³¹ São apontados, em Kiparsky; Kiparsky (1970: 143, 145), como exemplos de predicados factivos do inglês os predicados “*significant, odd, tragic, exciting, relevant, matters, counts, makes sense, suffices, amuses, bothers [...], regret, be aware (of), grasp, comprehend, take into consideration, take into account, bear in mind, ignore, make clear, mind, forget (about), deplore, resent, care (about)*”.

¹³² Como exemplos de predicados não factivos do inglês, são apontados, em Kiparsky; Kiparsky (1970: 143, 145), os predicados “*likely, sure, possible, true, false, seems, appears, happens, chances, turns out [...], suppose, assert, allege, assume, claim, charge, maintain, believe, conclude, conjecture, intimate, deem, fancy, figure*”.

Enquanto enunciado que expressa um desejo, **3.5** é um caso de contra-factividade¹³³. Têm a mesma característica as construções condicionais também chamadas construções contra-factuais ou irreais¹³⁴.

Tendo em vista uma caracterização dos predicados factivos e, por oposição, dos predicados não factivos do inglês, em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) propõem-se, entre outros, quatro critérios sintácticos fundamentais:

“Only factive predicates allow the noun *fact* with a sentential complement consisting of a *that*-clause or a gerund to replace the simple *that*-clause. [...]”

Por exemplo, *The fact that the dog barked during the night* ou *The fact of the dog's barking during the night*.

“Only factive predicates allow the full range of gerundial constructions, and adjectival nominalizations in *-ness*, to stand in place of the *that*-clause. [...]”

Por exemplo, *His being found guilty*, *John's having died of cancer last week*, *Their suddenly insisting on very detailed reports*, *The whiteness of the whale*.

¹³³ Mais uma vez, se verifica que o tempo gramatical em que ocorre o verbo em causa não é irrelevante para a construção de um valor, neste caso, contra-factivo. Com o verbo no presente (*gosto que ele tenha trazido a família*), esta sequência é, segundo o critério proposto por Kiparsky; Kiparsky (1970), factiva: ao produzir esta sequência, o sujeito responsável por tal produção assume-se responsável pela verdade da proposição “ele traz a família”.

¹³⁴ As construções condicionais irreais (por exemplo, *Se ele tivesse trazido a família, a surpresa teria sido maior*) contrastam com as condicionais reais (por exemplo, *Se ele trouxe a família, a surpresa vai ser maior*), na medida em que estas últimas são não factivas. Nos termos propostos por Kiparsky; Kiparsky (1970), o sujeito responsável por uma condicional real não se compromete com a verdade nem com a falsidade da proposição.

Traduzido em termos de uma descrição linguística teoricamente situada no quadro da Teoria Forma Enunciativa, diríamos que as condicionais reais apresentam uma relação predicativa pré-construída (neste caso, *ele trouxe a família*), que, enquanto tal (isto é, validada numa outra situação de enunciação), apresenta valores de determinação a que o enunciador origem é alheio. Temos um caso de enunciação relatada, construção de um outro sujeito enunciador, referencialmente distinto do sujeito enunciador origem (ver § 7.1).

“There are constructions which are permissible only with non-factive predicates. One such construction is obtained by turning the initial noun phrase of the subordinate clause into the subject of the main clause, and converting the remainder of the subordinate clause into an infinitive phrase. [...]”

Por exemplo, *It is likely that he will accomplish even more* é convertível em *He is likely to accomplish even more*; *It seems that there has been a snowstorm* é convertível em *There seems to have been a snowstorm*, já *It is possible that he will accomplish even more* não é convertível em **He is possible to accomplish even more*.

“For the verbs in the factive group, extraposition is optional, whereas it is obligatory for the verbs in the non-factive group. [...]”

Por exemplo, *It makes sense to me that there are porcupines in our basement* ou *That there are porcupines in our basement seems to me*; *It seems to me that there are porcupines in our basement*, mas não **That there are porcupines in our basement seems to me* (*idem, ibidem*: 144ss).

À excepção do primeiro, os três restantes critérios apontados para o inglês não se aplicam ao português, em virtude de, nesta língua, não serem possíveis as estruturas sintáticas propostas. Já a possibilidade, de acordo com o primeiro critério, de enunciados como **3.1** e **3.3**, sem que haja qualquer alteração na sua significação, admitirem integrar a expressão “o facto de”, seguido de uma construção completiva com *que* (mas sem a hipótese da alternativa com o gerúndio, como no inglês), atesta, em português, a natureza factiva dos predicados em causa. Veja-se os enunciados **3.1a** e **3.3a**¹³⁵:

¹³⁵ A possibilidade destas construções confirma a possibilidade de descrição do mecanismo que está subjacente ao conceito de factividade em termos de pré-construído, ou seja, em termos de construção de valores referenciais numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação origem.

3.1a É surpreendente o facto de que ele venha

3.3a Lamento o facto de que não tenhas gostado da viagem

Às diferenças sintácticas apontadas de **3.1** a **3.4**¹³⁶ corresponde uma diferença semântica entre enunciados factivos e enunciados não factivos que se reflecte ao nível do complemento: “the force of the *that*-clause is not the same in the two sentences [...]: *I regret that it is raining* (factive); *I suppose that it is raining* (non-factive)” (*idem, ibidem*: 147).

Retomando os pares de enunciados **3.1** e **3.2**, **3.3** e **3.4**, que exemplificam, respectivamente, as duas situações de factividade e de não factividade no português, de acordo com Kiparsky; Kiparsky, **3.1** e **3.3**, e não **3.2** e **3.4**, integrarão, respectivamente, as pressuposições “ele vem” e “tu não gostaste da viagem”, factos acerca dos quais os sujeitos responsáveis por estes enunciados constroem asserções expressas pelos predicados factivos (*ser*) *surpreendente* e *lamentar*. A diferença básica entre os dois tipos de predicados, factivos e não factivos, reside, assim, no facto de os predicados factivos dependerem de uma pressuposição, característica que não está presente no caso dos predicados não factivos. Os complementos dos predicados factivos correspondem a “propositions the speaker presupposes to be true”; os complementos dos predicados não factivos correspondem a “propositions the speaker asserts, directly or indirectly, to be true” (*idem, ibidem*).

As pressuposições são, aliás, constantes mesmo em enunciados negativos (Kiparsky; Kiparsky, *ibidem*: 150). Em **3.6** e **3.7**, a negação ao nível da subordinante não implica a negação da pressuposição; a negação recai exclusivamente sobre a

¹³⁶ Uma excepção a estas generalizações é o funcionamento do verbo *saber* (também o funcionamento de *to know*, em inglês). Sintacticamente, este predicado factivo comporta-se como um predicado não factivo: não admite a transformação do complemento com a introdução da expressão o *facto de* (**Eu sei o facto de que ele está aqui*), aceitando, pelo contrário, uma construção proposicional (*Eu sei-o aqui*). Este dado apresenta algum interesse para a descrição e a explicação do funcionamento de *saber* (ver § 9.3).

proposição subordinante (sobre a asserção (“assertion”), segundo Kiparsky; Kiparsky¹³⁷):

3.6 Não é surpreendente que ele venha

3.7 Não lamento que não tenhas gostado da viagem

Para negar uma pressuposição, há que o fazer explicitamente (Kiparsky; Kiparsky, *idem*: 151), como se exemplifica em **3.8** e **3.9**:

3.8 Não é surpreendente que ele venha; ele simplesmente não vem

3.9 Não lamento que não tenhas gostado da viagem; tu até gostaste

Por contraste, no caso dos enunciados com predicados não factivos, a negação ao nível da subordinante implica a negação do segundo termo do enunciado. Veja-se os enunciados **3.10** e **3.11**:

3.10 Não é possível que ele venha

3.11 Não suponho que tenhas gostado da viagem

Em Kiparsky; Kiparsky observa-se, assim, que o fenómeno de transformação e movimento sintácticos designado por *subida da negação* (“NEG-raising”)¹³⁸ é

¹³⁷ O emprego que em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*: 150) se faz do termo *asserção* (“assertion”) permite designar as frases mais altas (“higher sentences”) que são proposições subordinantes (“dominating propositions”), em oposição com o termo *pressuposição* (“presupposition”) e a realidade designada.

¹³⁸ Deve-se a Edward S. Klima (1966 “Negation in English” in Fodor; Katz (eds.), *The Structure of Language*, Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall) a definição da subida da negação (“NEG-raising”) como “a rule which optionally moves the element NEG(ATIVE) from an embedded sentence into the containing sentence” (Kiparsky; Kiparsky, *idem*: 161-2).

bloqueado no caso das estruturas factivas, por oposição ao que se passa no caso das estruturas não factivas, em que este fenómeno se verifica¹³⁹.

Da mesma forma que para os enunciados **3.6** e **3.7**, as interrogativas totais, conforme se propõe em **3.12** e **3.13**, não comprometem as pressuposições inerentes aos complementos, pois incidem unicamente sobre a asserção:

3.12 É surpreendente que ele venha?

3.13 Lamentas que ele não tenha gostado da viagem?¹⁴⁰

¹³⁹ A proposta apresentada em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) a propósito do diferente comportamento de predicados classificados como factivos e como não factivos, quando afectados por um operador negativo, antecede o estudo que, mais tarde, Horn (1975, 1978, 1989) virá a desenvolver, relacionando a ocorrência do fenómeno sintáctico do *transporte da negação* com o grau dos valores assertivos construídos pelos predicados introdutores (ver § 12).

¹⁴⁰ É precisamente com recurso a exemplos apresentando uma estrutura interrogativa que em Karttunen (1971) se demonstra que alguns dos predicados ditos por Kiparsky; Kiparsky factivos se podem construir com complementos que não correspondem a pressuposições. Assim, por exemplo, a sequência *Mr. Nixon, did you discover / notice / realize that you hadn't told the truth?*, será, segundo Karttunen, ambígua por se prestar a duas leituras: uma factiva, mediante a qual o enunciador pressupõe que o Sr. Nixon não disse a verdade; outra não factiva, mediante a qual o enunciador não sabe se o Sr. Nixon disse a verdade e, por isso, pergunta. Este autor propõe, assim, a introdução da categoria dos predicados semifactivos: predicados factivos cujos complementos podem ter uma leitura não factiva. É na sequência desta proposta que Hooper; Thompson (1973) demonstram que alguns complementos dos semifactivos se comportam sintacticamente como os complementos dos predicados não factivos, mais do que como os complementos dos predicados factivos. Contrariamente aos complementos dos factivos, que não podem ser antepostos (**It's late, I regret*), os complementos dos semifactivos podem, como os dos não factivos (*It's late, it seems to me*), ser antepostos (*It's late, I notice*).

Encontra-se também em Terrell; Hooper (1974), um enfoque no comportamento de uma classe de predicados semifactivos. Segundo estes autores, o facto de os complementos dos semifactivos apresentarem um comportamento similar ao dos complementos dos não factivos apoia-se no facto de, em espanhol – observam –, ambos se construírem com o verbo no modo indicativo (*Es tarde, me doy coenta, es tarde, me parece*).

De igual modo, no caso das interrogativas parciais, como se exemplifica em **3.14** e **3.15**,

3.14 Quem acha surpreendente que ele venha?

3.15 Quem lamenta que ele não tenha gostado da viagem?

o facto de se interrogar o argumento sujeito e não a própria proposição pressupõe, respectivamente, que “alguém acha surpreendente que ele venha” e que “alguém lamenta que ele não tenha gostado da viagem”: “Thus, since the presupposition is transitive, the *who*-question presupposes all that the *someone*-statement does” (*idem, ibidem*). Consequentemente, a relação que este tipo de interrogativas estabelece com a factividade e com a não factividade é igual à que se observa relativamente às interrogativas totais.

Vejamos agora o enunciado **3.16**, em que coocorrem um predicado não factivo e um predicado factivo:

3.16 O João parece lamentar que os amigos o evitem

Sendo *parecer* não factivo, o sujeito responsável pelo enunciado não assere nem pressupõe que “o João lamenta que os amigos o evitem” (ver *idem, ibidem*: 155). Pressupõe-se, no entanto, o complemento do verbo factivo *lamentar*, sendo a pressuposição em causa “os amigos evitam o João”.

Ainda a propósito do comportamento dos predicados factivos e não factivos, afirma-se em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) que “subordinate clauses in German are not in the subjunctive mood if the truth of the clause is presupposed by the speaker, and that sequence of tenses in English and French also depends partly on this condition” (*idem, ibidem*: 162-3). Estes autores estabelecem a existência de uma relação entre a factividade e, nos casos do inglês e do francês, a selecção do

tempo gramatical, e, no caso do alemão, a selecção do modo do predicado da subordinada: “the rule which changes a certain type of present tense into a past tense in an embedded sentence if the containing sentence is past, is obligatory in non-factives but optional in factives” (*idem, ibidem*: 163).

Esta característica ilustrada por Kiparsky; Kiparsky através dos predicados factivo *to grasp* (*John grasped that the earth was / *is flat*) e não factivo *to claim* (*John claimed that the earth was / is flat*), é extensiva, a título de exemplo¹⁴¹, aos predicados factivo *ignorar* e não factivo *pensar*, do português.

3.17 Ignorei que a terra é / era redonda

3.17a Ignorei que a terra seja / fosse redonda

3.18 Pensei que a terra *é / era redonda

3.18a Pensei que a terra *seja / fosse redonda

Ocorrendo o predicado da matriz num tempo gramatical passado (pretérito perfeito simples nestes exemplos, embora o mesmo se verifique no imperfeito ou no mais-que-perfeito do indicativo), quando temos o predicado de natureza factiva *ignorar*, o predicado da subordinada admite o contraste entre tempos presente e passado, seja no modo indicativo (**3.17**), seja no modo conjuntivo (**3.17a**). Quando temos o predicado não factivo *pensar*, o predicado da subordinada ocorre necessariamente num tempo passado, do modo indicativo (**3.18**) ou conjuntivo (**3.18a**).

¹⁴¹ No âmbito do presente sub-capítulo, a breve abordagem do tempo e do modo nas subordinadas aqui proposta destina-se a pôr em evidência a pertinência das observações presentes em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*), para o inglês, naturalmente, mas também, com as devidas adaptações, para o português. Mais adiante (ver, de forma particular, § 12.1), o tempo e o modo das subordinadas é objecto de uma mais demorada análise.

O objectivo de Kiparsky; Kiparsky de explorar a relação entre a sintaxe e a semântica no sistema de complementação em inglês¹⁴² está na base dos aspectos atrás apresentados, que constituem repercussões sintácticas da factividade ao nível da complementação, mas também fundamenta as propostas de alguns factores semânticos que, segundo estes autores, determinam a forma dos complementos.

Um desses factores semânticos prende-se com o que estes autores formulam como a correspondência sintáctica e semântica entre Verdade (“Truth”) e Referência Específica (“Specific Reference”): “the verbs which presuppose that their sentential object expresses a true proposition also presuppose that their non-sentential object refers to a specific thing” (*ibidem*: 167).

Adequando esta observação ao português, vejamos os enunciados seguintes:

3.19 Ignorei que havia uma mosca na sala e concentrei-me na leitura

3.20 Pensei que havia uma mosca na minha sopa e pedi o segundo prato

De acordo com a análise proposta, no enunciado **3.19**, é a presença do verbo factivo *ignorar* que faz pressupor a verdade da proposição *havia uma mosca na sala*, não se dando o mesmo caso no enunciado **3.20**, em que ocorre o verbo não factivo *pensar*. Esta constatação acerca da pressuposição ou da não pressuposição da verdade da proposição complemento dos verbos factivo ou não factivo conduz Kiparsky; Kiparsky a sugerir a hipótese de que “at some sufficiently abstract level of semantics, truth and specific reference are reducible to same concept” (*ibidem*). Esta observação confirma as considerações de Frege quando afirma que a denotação de uma frase corresponde ao seu valor de verdade (ver § 2.1).

Podemos, assim, estabelecer uma relação entre a factividade e, nos termos de uma análise enunciativa, a determinação nominal: os valores de determinação

¹⁴² “Factivity is relevant to much else in syntax besides sentential complementation, and on the other hand, the structure of sentential complementation is naturally governed by different semantic factors which interact with factivity” (Kiparsky; Kiparsky, *ibidem*: 167).

nominal da expressão referencial indefinida *uma mosca* diferem claramente num e noutro enunciado. Subjacente a cada um destes valores, estará um agregado de operações de determinação diferentes¹⁴³. De acordo com a proposta em Donnellan (1966), a expressão *uma mosca* terá uma interpretação referencial no enunciado **3.19** e uma interpretação atributiva no enunciado **3.20**. Pelo que, confrontada esta proposta de classificação do uso das expressões referenciais com a observação de Kiparsky; Kiparsky, se poderá estabelecer uma relação entre a sua interpretação ou uso referencial e a factividade dos predicados. Da mesma forma, interseccionando as duas propostas – a da determinação nominal definida no interior da Teoria Formal Enunciativa e a de Kiparsky; Kiparsky – a factividade do predicado relacionar-se-á com a maior determinação do grupo nominal que ocorre como seu complemento.

O conceito de factividade é ainda, segundo estes autores, o que permite explicar a situação intersubjectiva em que, perante um enunciado declarativo, como por exemplo **3.21**,

3.21 Ele não é inteligente

um enunciador produz o enunciado interrogativo **3.21a**, propondo ao seu co-enunciador a resolução da ambiguidade que **3.21** é susceptível de apresentar ao nível da construção da modalidade:

3.21a Isso é um facto ou é uma opinião?

Resultado da actividade epilinguística, os termos colocados em alternativa em **3.21a** – *facto* e *opinião* – verbalizam o sentido da ambiguidade de **3.21** (ver § 7.2.1).

¹⁴³ Os problemas que se prendem com a determinação do enunciado na sua totalidade – incluindo a determinação nominal, além da determinação verbal e da construção da modalidade – serão retomados e a sua análise ampliada (ver §§ 8, 9, 10, 11 e 12).

Segundo Kiparsky; Kiparsky, tratando-se de um *facto*, a **3.21** corresponde um funcionamento factivo (“factive mood”); tratando-se de uma *opinião*, a este enunciado corresponde um funcionamento não factivo (“non-factive mood”) (*ibidem*: 168)¹⁴⁴.

Outro processo de desambiguação de **3.21** seria a interrogativa **3.21b** oposta a **3.21**:

3.21b Por que é que ele não é inteligente?

Duas respostas possíveis a **3.21b** fazem corresponder a **3.21**, pela natureza dos conteúdos proposicionais expressos, uma (**3.21c**) um funcionamento factivo, outra (**3.21d**) um funcionamento não factivo:

3.21c Porque tem problemas de oxigenação do cérebro

3.21d Porque foi incapaz de resolver um simples exercício pela quarta vez consecutiva

Na sequência das considerações relativas a uma interrogativa do tipo de **3.21b** – tida como ambígua atendendo às duas possibilidades de resposta suscitadas -, em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) conclui-se existirem dois tipos de interrogativas desta natureza (“*why-questions*”): “requests for EXPLANATION,

¹⁴⁴ É a existência de línguas que distinguem, através de processos morfo-sintácticos, os sentidos factivo e não factivo dos enunciados declarativos que conduz a que, em Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*), se identifiquem estes dois sentidos possíveis dos enunciados declarativos do inglês. Referida por estes autores, o Hidatsa é uma dessas línguas: na sua estrutura morfo-sintáctica, existe marcado “a factive mood whose use in a sentence implies that the speaker is certain that the sentence is true, and a range of other moods indicating hearsay, doubt, and other judgments of the speaker about the sentence” (*ibidem*: 168). Ver adiante (§ 5.3) a forma como este facto linguístico, extensivo a outras línguas, é descrito e explicado a partir da introdução da categoria mediativo.

which presuppose the truth of the underlying sentence, and requests for EVIDENCE, which do not” (*ibidem*: 169), exemplificáveis, respectivamente, por **3.21e** e **3.21f**:

3.21e Por que é que é um facto que ele não é inteligente?

3.21f Por que é que pensas que ele não é inteligente?¹⁴⁵

Esta observação de Kiparsky; Kiparsky sobre a factividade de enunciados declarativos simples (como **3.21**) apresenta o interesse de, sem que se proceda a uma teorização rigorosa, viabilizar o reconhecimento do que, no quadro da TFE, é uma das categorias de determinação enunciativa – a modalidade.

Demonstrável pela argumentação aqui adaptada para o português, através dos enunciados de **3.21a** a **3.21f**, em todo e qualquer enunciado existe aquilo que estes autores dizem ser, pelo menos, duas dimensões independentes (“at least two independent dimensions” (*ibidem*)): por um lado, o juízo do locutor (“the judgement of the speaker” (*ibidem*)) e, por outro, o conteúdo proposicional do complemento sobre o qual esse juízo recai (“the content of the complement sentence” (*ibidem*)), esteja esse juízo lexicalizado (pelo emprego de um predicado, como, por exemplo nos enunciados de **3.1** a **3.20**) ou não lexicalizado (como, por exemplo, em **3.21**).

De uma forma teoricamente incipiente, esboça-se uma consciência de que, correspondendo a cada enunciado um conteúdo proposicional, cabe ao responsável pela construção desse conteúdo proposicional (“the speaker”, nos termos de Kiparsky; Kiparsky) construir um juízo (“judgment”), daí resultando o que, no quadro da Teoria formal Enunciativa e noutros quadros teóricos, se concebe como sendo a construção de valores de modalidade.

¹⁴⁵ A possibilidade de, nesta interrogativa, o verbo da subordinada ocorrer no modo conjuntivo (*Por que é que pensas que ele não seja inteligente?*) será objecto de análise mais adiante (ver §§ 11.2 e 12.1).

Merece ser salientado, do texto de Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*), o facto de ser reconhecida uma estrutura de natureza simultaneamente sintáctica e semântica, em que se articulam a existência de um sujeito e o conteúdo proposicional por si construído (juízo), esboçando-se, deste modo, uma percepção do que se define em linguística como sendo uma das categorias de determinação: a modalidade. Além deste aspecto, outros há que, do nosso ponto de vista, denunciam o mérito deste texto, ao propor uma reflexão que aborda problemas fundamentais para a descrição e explicação dos valores construídos nos enunciados que se apresentam sintacticamente como frases complexas.

Particularmente, pela atenção dedicada à natureza semântica (e não só sintáctica) do complemento e tendo como objectivo explorar a relação entre a sintaxe e a semântica no sistema de complementação em inglês, estes autores propõem-se enriquecer a análise definida no quadro da Sintaxe Transformacional. Ao demonstrar que, apesar de possuírem uma mesma estrutura profunda, diferentes tipos de complementos não são semanticamente equivalentes, em Kiparsky; Kiparsky pretende-se construir uma teoria da complementação que conjuga uma descrição sintáctica com um ponto de vista semântico, que se revela fundamental para dar conta da irregularidade e da imprevisibilidade do fenómeno da complementação:

“This approach to a theory of complementation is not only more adequate from a semantic point of view. Its purely syntactic advantages are equally significant [...] for treating complementation as basically irregular and unpredictable” (*ibidem*: 172).

Posto em destaque como um dos factores semânticos fundamentais na determinação do tipo de complemento proposicional, o conceito de pressuposição, embora se baseie no princípio segundo o qual o conteúdo semântico de uma proposição é especificado em termos de condições de verdade e de referência, aponta, desde já, para a existência de vários planos da enunciação, isto é, para o que, na Teoria Formal Enunciativa, é descrito em termos teóricos como pré-construído, conceito metalinguístico decorrente da concepção de um encadeamento de situações de enunciação (portanto, de coordenadas temporais e subjectivas), distintas entre si, que incluem, como localizador último, a situação de enunciação origem (ver § 3.3.1).

A introdução do conceito de factividade, ao ter como finalidade a demonstração de que a pressuposição tem repercussões sintáticas em inglês, permite caracterizar os diferentes predicados, deixando clara a relevância do seu significado (“the meaning of each predicate” (*idem, ibidem*)) para a descrição do tipo de complemento por si seleccionado, ao ponto de, conforme procurámos pôr em relevo com esta exposição, facilmente os autores transitarem de uma classificação dos verbos como factivos e não factivos, para uma classificação análoga dos predicados e até dos enunciados.

Articulado com as duas dimensões constitutivas dos enunciados factivos e não factivos – seu conteúdo proposicional e juízo que sobre este se constrói – surge, com igual pertinência, um olhar sobre o funcionamento dos enunciados em que se constrói uma negação ao nível da subordinante. Daí se conclui haver uma constância da negação no caso dos predicados factivos o que contrasta com o caso dos predicados não factivos, em que, de acordo com uma perspectiva sintáctica, se dá o transporte ou deslocação da negação (ver § 12). Como atestam trabalhos de explicação - mas sobretudo de descrição - de autores posteriores, esta observação incide sobre um facto relevante no estudo de um qualquer predicado susceptível de ocorrer numa estrutura matriz.

Mas do estudo de Kiparsky; Kiparsky (*ibidem*) pode igualmente dizer-se que, pela ausência de uma qualquer manipulação das formas e de uma consequente observação das mudanças ocorridas ao nível dos valores construídos, incorre num certo simplismo ao estabelecer um sistema de correspondência entre os valores por si descritos (factividade, não factividade e contra-factividade) e um conjunto de predicados. Afigura-se, no entanto, como digno de nota o facto de estes autores constatarem a existência de uma relação entre a factividade e, nos casos do inglês e do francês, a selecção do tempo gramatical, e, no caso do alemão, a selecção do modo do predicado da subordinada, assim como da correspondência sintáctica e semântica entre Verdade (“Truth”) e Referência Específica (“Specific Reference”). Esta reflexão confirma, antecipadamente, a pertinência do estudo do que, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, constitui o âmbito da determinação verbal e da determinação nominal.

Todos estes aspectos postos em destaque são importantes por, como pretendemos demonstrar, ajudarem a definir um programa de trabalho sobre

questões relativas à construção da modalidade linguística, que, apesar de situado num quadro teórico específico (Teoria Formal Enunciativa), não pode deixar de reflectir propostas anteriores.

3.2 Modalidade linguística

Privilegiado no domínio da lógica, a modalidade é dos temas menos conclusivamente tratados nos estudos linguísticos. Muitas (a generalidade mesmo) das teorias linguísticas da modalidade, herdeiras da lógica modal clássica (ver §§ 3 e 3.1), excluem, nas tipologias que propõem, os enunciados declarativos em que não ocorra qualquer uma das “fórmulas” por si consideradas modalizantes¹⁴⁶. Está, pois, subjacente uma concepção da modalidade enquanto propriedade inerente a sequências lexicalizadas.

Esta concepção da modalidade enquanto subsidiária da lexicalização é devedora, em parte, das primeiras versões da Teoria Generativa (ver, entre outros, Chomsky, 1965), da ideia central, então veiculada, de que a descrição semântica de uma frase se rege por regras de interpretação semântica, baseadas, por um lado, no significado dos itens lexicais, conforme especificado no léxico, e, por outro, nas suas relações gramaticais na frase, conforme especificado pelas regras de estruturação frásica. É assim que a tentativa de se dar conta de valores de modalidade - por exemplo, nas estruturas de complementação - se traduz numa

¹⁴⁶ Por exemplo, quando não completamente omissas em relação à categoria da modalidade, as gramáticas explícitas apresentam, regra geral, esta concepção restrita da modalidade. Além das descrições gramaticais, refira-se, ainda a título de exemplo, o trabalho relativamente recente de le Querler (1996) em que, depois de se percorrer e caracterizar globalmente as definições de modalidade como “étroites”, “larges” e “médianes” (ver *idem*, *ibidem*: 50-54), se propõe uma definição de modalidade “étroite” – “expression de l’attitude du locuteur par rapport au contenu propositionnel de son énoncé” (*ibidem*: 61) – que, no entanto, exclui “l’assertion simple [porque] ne contient aucun marqueur de l’attitude du locuteur: le contenu propositionnel est posé, l’attitude du locuteur est constative ou informative, sans aucun marqueur explicite de modalisation [...]” (*idem*, *ibidem*).

identificação das formas lexicais a que esses valores possam estar associados (ver § 2.2).

Na generalidade das propostas de descrição gramatical (não estritamente sintáticas), entre os fenómenos habitualmente etiquetados de “modais”, a que se recorre para uma definição extensional da modalidade, encontram-se as formas susceptíveis de ocupar uma posição “mais alta” na hierarquia sintáctica, verbos que ocorrem como verbos principais de uma frase matriz e introduzem uma estrutura de complementação verbal, certos adverbiais (como *certamente*, *felizmente*, *lamentavelmente*, *sem dúvida*, *talvez*), assim como certas construções sintáticas (como os adjuntos modais *na minha opinião*, *do meu ponto de vista*, etc). É neste âmbito que surge, consensual, a referência a alguns de entre os verbos de atitude proposicional, como *achar*, *pensar* ou qualquer um dos outros visados por este estudo, por constituírem também “fórmulas” modais, formas que – diz-se, por exemplo, numa gramática destinada ao Ensino Secundário – “assinalam uma dada atitude do locutor”¹⁴⁷.

Não é, portanto, só com recurso ao significado lexical dos predicados “mais altos” que se procura representar as modalidades¹⁴⁸. Também se associa a modalidade a formas inscritas no interior do complemento, como os verbos ditos “auxiliares de modalidade” ou “verbos modais” (como *poder*, *dever*, *ter de* e *parecer*), e até os complementadores ou, de forma discutível, o modo gramatical.

Propondo-se uma análise não-lexical¹⁴⁹, e desenhando uma tendência menos distante no tempo do modelo generativista¹⁵⁰, faz-se corresponder à modalidade

¹⁴⁷ M. B. Florido; M. E. Duarte da Silva 1996 *Gramática Básica da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.

¹⁴⁸ São representantes desta tendência linguistas que estudam os actos de fala com recurso à semântica generativa, como J. R. Ross (1970 “On Declarative Sentences” in R. Jacobs; P. Rosenbaum (eds.), *Readings in Transformational Grammar*, Ginn), Lakoff (1968), J. Sadock (1969 “Hypersentences” *Papers in Linguistics* 1/2: 283-270) e Searle (1970).

¹⁴⁹ A designação e uma definição deste tipo de análise encontra-se em Ransom (1986): “[...] a nonlexical approach which [...] can represent the modality meanings of complements as a part of the complement, separate from the higher sentence, and as a property of the sentence rather than a property of a lexical form” (*idem, ibidem*: 198).

marcadores abstractos associados às frases ao nível da estrutura profunda Isto é, aborda-se a modalidade como um certo tipo de relação gramatical que – como, por exemplo, o conceito de “sujeito” - se deve representar na estrutura profunda. No entanto, em virtude de representar a modalidade sempre em termos das restrições de selecção associadas aos predicados “mais altos”, este tipo de análise não contempla outros complementos senão os que ocupam estruturalmente a posição de sujeito ou de objecto, assim como não permite reconhecer a modalidade em frases simples ou em expressões adjectivais e adverbiais.

Assim, da mesma forma que, de um modo geral, estas propostas linguísticas de abordagem da modalidade não associam a construção de valores de modalidade a uma descrição metalinguística dos valores de que são marcadores os modos indicativo e conjuntivo, não se referem à modalidade susceptível de ocorrer (não só, mas também) numa “frase simples” - o valor modal adiante descrito como asserção estrita¹⁵¹ -, por a este não corresponderem marcadores lexicais, morfológicos ou sintácticos.

3.3 Modalidade no quadro da Teoria Formal Enunciativa

No âmbito da TFE, a descrição da construção da categoria gramatical da modalidade prevê que a todo e qualquer enunciado corresponde um valor modal¹⁵².

¹⁵⁰ Na sequência de J. Katz; P. Postal (1964 *An Integrated Theory of Linguistic Descriptions*, MIT Press) e de Grimshaw (1979), é representante desta tendência o linguista atrás citado, Ransom (1986).

¹⁵¹ O conceito de asserção estrita corresponde a um valor modal, proposto no quadro da Teoria Formal Enunciativa, que descreveremos adiante (ver § 3.3.2).

¹⁵² Por conseguinte, esta concepção de modalidade mais facilmente se filia no critério epistemológico que preside à definição kantiana da modalidade do que a qualquer um dos critérios, lógico ou ontológico, em que se baseia a lógica modal clássica e até a lógica moderna (ver § 3.1). De igual modo, enquanto categoria construída com base num

A concepção lata da modalidade, como categoria que caracteriza qualquer enunciado, está, desde logo, expressa em Bally ([1932] ⁴1965: § 28), onde, apesar de não se propor qualquer classificação das modalidades, se afirma que a modalidade é “[...] la pièce maîtresse de la phrase, celle sans laquelle il n’y a pas de phrase” e se analisa como modais um longo inventário de marcadores como a entoação, a mímica, os modos verbais, os advérbios ou os adjetivos (ver *idem*, *ibidem*: § 36-50).

Segundo Culioli, os valores modais - que, com os valores temporais-aspectuais, confluem para a determinação de qualquer enunciado - resultam da localização da relação predicativa em relação ao sujeito enunciador ou a uma classe de sujeitos enunciadores.

Benveniste, afirmando, embora e de forma precursora, que “C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme sujet” (1966: 259), reduz a expressão da modalidade aos verbos modais *aller*, *vouloir*, *désirer*, *espérer* e sobretudo *devoir* e *pouvoir* (ver 1974: 177-193). A modalidade é apresentada por este linguista como “une assertion complémentaire portant sur l’énoncé d’une relation” (*ibidem*: 187) ficando assim esta categoria inteiramente subordinada ao fenómeno da auxiliarização¹⁵³. Daí que Benveniste refira *devoir* e *pouvoir* como “modalisants par excellence” (*ibidem*: 188), enquanto que os outros verbos por si apresentados são “modalisants par occasion” (*idem*, *ibidem*).

Conforme atestam afirmações como a acima transcrita - “C’est dans et par le langage que l’homme se constitue comme sujet” (1966: 259) -, este linguista introduz, de forma – dizíamos – precursora, o sujeito como coordenada

encadeamento de operações de localização cujo localizador último é a situação de enunciação origem (particularmente o seu parâmetro subjectivo) – como veremos adiante -, a modalidade apresenta ainda uma certa filiação no cartesianismo, doutrina filosófica que se baseia na concepção de sujeito enquanto sujeito pensante, suporte de uma actividade intelectual e sujeito de conhecimento.

¹⁵³ Nos *Problèmes de linguistique générale*, as únicas referências explícitas à modalidade ocorrem no capítulo que Benveniste dedica aos auxiliares (“Structure des relations d’auxiliarité”, 1974: 177-193).

fundamental na descrição da actividade linguística, o que, além de outras propostas por si avançadas, se revelará fundamental na definição teórico-metodológica da Teoria Formal Enunciativa¹⁵⁴. Assim sintetizada, a exposição da concepção de sujeito (“sujet”) ocorre precisamente no capítulo intitulado “De la subjectivité dans le langage” (*ibidem*: 258-266), onde Benveniste define “subjectivité” (subjectividade) como o facto de, por via da apropriação da língua, um sujeito “s’énoncer” (se construir) diante de outros sujeitos, seus interlocutores. Subjectividade será, assim, “[...] la capacité du locuteur à se poser comme ‘sujet’ [...]. Cette ‘subjectivité’ [...] n’est que l’émergence dans l’être d’une propriété fondamentale du langage. Est ‘ego’ qui dit ‘ego’. Nous trouvons là le fondement de la ‘subjectivité’, qui se détermine par le statut linguistique de la ‘personne’” (*ibidem*: 259-260)¹⁵⁵.

A concepção de sujeito proposta por Benveniste radica, genericamente, no conceito de *enunciação*, definido conforme propõe, enquanto acto de apropriação da língua por um sujeito, isto é, enquanto acto individual de um sujeito que produz um enunciado: “L’énonciation est cette mise en fonctionnement de la langue par un acte individuel d’utilisation” (*ibidem*: 80).

Conceito decisivo para a concepção da modalidade em Culioli, a enunciação não é, por este linguista, concebível como um acto, mas antes como um processo que se insere numa necessidade teórica, não numa prática efectiva: “[...] énoncer c’est construire un espace, orienter, déterminer, établir un réseau de valeurs

¹⁵⁴ Apesar de poder ser considerado um continuador – mais propriamente, o teorizador – das propostas de Benveniste, a novidade que a formalização culioliana representa relativamente ao pensamento de Benveniste (atesta-se isso mesmo em Culioli (1983b)), não confirma esta possibilidade (entre outros, refiram-se Auroux (1992), de Vogüé (1992) e Correia (2002), textos em que se sistematizam quer os pontos de contacto, quer os pontos de ruptura entre as propostas de ambos os linguistas).

¹⁵⁵ É no reconhecimento da relevância do estatuto linguístico da categoria pessoa que, neste mesmo capítulo, Benveniste propõe uma reflexão em torno do funcionamento das formas *je crois*, *je presume*, *je suppose*, entre outras, concluindo que a manifestação da subjectividade, conforme por si definida, “ne prend son relief qu’à la première personne” (1966: 264). Adiante (ver § 5.1.1), retomaremos as observações a este propósito propostas por Benveniste.

référentielles, bref un système de repérage” (Culioli, 1973: 87). Por conseguinte, se, por um lado, Benveniste esboça os fundamentos de uma teoria do sujeito, por outro, Culioli propõe uma teoria da determinação¹⁵⁶. De acordo com este enquadramento, Culioli define o *enunciado* como um agenciamento de marcadores de operações abstractas: “Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d’énonciation, qui est définie par rapport à un sujet énonciateur (S₀) [...] et à un temps d’énonciation (T₀) [...]” (*idem*, 1977: 44)¹⁵⁷.

Conforme propõe Culioli, o conceito de *sujeito* (S) inscreve-se no sistema linguístico, como um parâmetro teórico, metalinguístico, sendo da localização da relação predicativa em relação a este primitivo teórico subjectivo que se estabelece uma classe de sujeitos, localizados entre si, e se constroem, como dizíamos acima, valores referenciais da categoria modalidade. O sujeito assim compreendido é um dos dois parâmetros que compõem a situação de enunciação (Sit), funcionando em bloco, de forma indissociável do outro parâmetro – o parâmetro espaço-temporal (T)¹⁵⁸. A dissociação destes dois parâmetros não se deve senão à necessidade metodológica da descrição.

¹⁵⁶ Conforme se sintetiza em de Vogüé (1992), pondo em contraste os dois movimentos epistemológicos inerentes às diferentes concepções de enunciação, “[...] d’un côté [Benveniste] on thématise la façon dont un sujet s’énonce; de l’autre côté [Culioli] la façon dont un énoncé s’énonce” (*idem, ibidem*: 80).

¹⁵⁷ Na Teoria Formal Enunciativa, o conceito de enunciado, de estatuto eminentemente abstracto e teórico como aqui sublinhamos, define-se, simultaneamente enquanto objecto empírico, isto é, enquanto unidade de observação com uma delimitação material. Este duplo estatuto do conceito de enunciado permite articular o domínio das observações e o domínio teórico, isto é, o nível das representações linguísticas e o nível das representações metalinguísticas.

¹⁵⁸ Analogamente ao que descrevemos relativamente ao “funcionamento” teórico da coordenada subjectiva da situação de enunciação, é também da localização da relação predicativa em relação a este primitivo teórico espaço-temporal que se estabelece uma classe de tempos, localizados entre si, e se constroem valores referenciais temporais-aspectuais.

A opção que fazemos de privilegiar a localização da relação predicativa em relação ao parâmetro S da situação de enunciação permite-nos focalizar os valores de determinação referencial de natureza modal, que, conforme procuramos provar, têm especial relevo na descrição do funcionamento das formas em análise. É, pois, apenas por conveniência metodológica que o fazemos.

O próprio Culioli, num artigo sobre Benveniste (Culioli, 1983b), depois de reconhecer a convergência entre ambos por, em comum, terem como preocupação central a análise da linguagem¹⁵⁹, sublinha o carácter pouco preciso das considerações de Benveniste a propósito do conceito de sujeito assim como o seu alcance teórico. A este propósito, constata Culioli: “[...] on rencontre une prolifération de désignations, et un concept manquant. Pour les désignations, que l’on considère *je*, ‘sujet’ (avec ou sans guillemets), locuteur, EGO (majuscule ou minuscule; avec ou sans guillemets)” (*idem, ibidem*: 83). Esta multiplicação de termos que parecem ser empregues aleatoriamente, assim como algumas afirmações de Benveniste, reflectem o que seria já - verifica Culioli - a consciência do “problème que pose la relation entre des instances discontinues [...] et la construction d’un centre qui transcende les instances discrètes, assurant ainsi l’ajustement transindividuel (locuteur-auditeur) et l’inter-subjectivité” (*idem, ibidem*)¹⁶⁰.

¹⁵⁹ “Je soulignerai le rôle de Benveniste dans la transformation de la linguistique qui, de classificatoire, va devenir théorie des procès et des actes (pour reprendre les termes même de notre auteur) à l’oeuvre dans l’activité de langage” (Culioli, 1983b: 78).

¹⁶⁰ Confirmando o comentário de Culioli, considerem-se as seguintes citações de Benveniste:

“[...] l’instance de discours est ainsi constitutive de toutes les coordonnées qui définissent le sujet” (Benveniste, 1966: 263, *apud* Culioli, 1983b: 83);

“Le système des coordonnées spatiales se prête ainsi à localiser tout objet en n’importe quel champ, une fois que celui qui l’ordonne s’est lui-même désigné comme centre et repère” (1974: 69, *apud idem, ibidem*):

“La ‘subjectivité’ dont nous traitons ici est la capacité du locuteur à se poser comme ‘sujet’. Elle se définit, non par le sentiment que chacun éprouve d’être lui-même [...], mais comme l’unité psychique qui transcende la totalité des expériences vécues qu’elle assemble, et qui assure la permanence de la conscience. Or nous tenons que cette ‘subjectivité’, qu’on la pose en phénoménologie ou en psychologie, comme on voudra, n’est que l’émergence dans l’être d’une propriété fondamentale du langage. Est ‘ego’ qui dit ‘ego’” (1966: 259-260, *apud idem, ibidem*).

Propondo para o termo *je* a notação S_2 e para designar o locutor a notação S_1 ¹⁶¹, Culioli propõe-se desfazer a ambiguidade teórica que reconhece em Benveniste e, pela sistematização de algumas ideias propostas por este linguista, define a existência teórica de um centro, de um localizador-origem que assegura a estabilidade do sistema de localização – o conceito de sujeito enunciador (S_0) - “ma seule incursion personnelle” (*idem, ibidem*), afirma -, apto a ultrapassar “[...] ce discours brouillé et [...] ces glissements incontrôlés, [e] le recours à la notion d’être [...]” (*idem, ibidem*).

3.3.1 Construção da categoria gramatical da modalidade

Como já referido (ver § 3.3), espaço-tempo (T) e sujeito (S) são parâmetros enunciativos de natureza teórica, decorrem de uma necessidade teórica, pelo que não correspondem a dados fenomenológicos, isto é, a um tempo ou a um sujeito historicamente determinados, participantes do universo extralinguístico¹⁶². Estes primitivos teóricos constituem, em bloco, a situação de enunciação (Sit), parâmetro também de natureza teórica¹⁶³.

¹⁶¹ Conforme referimos já, a atribuição de índices na notação proposta por Culioli permite distinguir os estatutos, neste caso, do parâmetro S, mas também do parâmetro T e, naturalmente, da classe de Sit assim parametrizadas.

¹⁶² De natureza híbrida, os parâmetros da enunciação constituem uma articulação entre o linguístico e o extralinguístico o que, por vezes, à semelhança do que se passa a respeito da noção, justifica a utilização de “majuscules bouclées” (ver § 3.3). Conforme se comenta em Bouscaren; Chuquet (1987) a propósito do conceito de sujeito enunciador: “Le sujet énonciateur [...] se situe à la croisée du linguistique et de l’extralinguistique” (*idem, ibidem*: 180), por ser o reflexo construído (pelo próprio enunciador) deste dado extralinguístico.

¹⁶³ Como os conceitos de sujeito e tempo-espaço da enunciação, seus parâmetros constitutivos, o conceito de situação de enunciação – notada Sit (S,T) ou, simplificando, apenas Sit – não é, na TFE, um elemento do “mundo real”, uma situação de enunciação empírica (não se confunde com o conceito de *contexto*, conforme definido em diversos estudos enunciativos e pragmáticos). Corresponde a um primitivo teórico, a uma abstracção operatória, a um conceito metalinguístico.

A introdução de parâmetros enunciativos - sujeito e espaço-tempo da enunciação -, na descrição formal dos enunciados, constitui um dos aspectos originais da teoria de Culioli e está na base da, também original, definição de modalidade por si proposta. Benveniste (1966), por exemplo, socorre-se dos parâmetros enunciativos exclusivamente a propósito da deixis, e Bally ([1932] ⁴1965), a propósito da modalidade. Contrariamente a outras abordagens enunciativas, a teoria enunciativa de Culioli visa, aliás, descrever e explicar, não apenas determinados fenómenos locais, mas a generalidade dos fenómenos linguísticos, subordinando toda a construção metalinguística à enunciação¹⁶⁴.

Todo o enunciado é o produto de um encadeamento de operações de localização, sendo os parâmetros enunciativos sujeito e espaço-tempo da enunciação, simultaneamente, termos localizados e termos localizadores nessa mesma cadeia de operações.

A origem enunciativa participa, como localizador absoluto, da construção da determinação dos enunciados, isto é, na construção da sua significação. Pela e na enunciação, qualquer “sujeito”, ao instanciar-se como sujeito enunciador, define, como tal, um tempo-espaço enunciativo, isto é, constrói um sistema referencial. O sistema de referência é, assim, construído por um sujeito que, pela enunciação, é parte integrante desse sistema. Isto é, constituindo-se como origem do sistema referencial, conforme se afirma em Culioli (1993), o sujeito enunciador não é “[...] un observateur extérieur, muni d'un référentiel objectivable” (*idem, ibidem*: 167). Consequentemente, sendo o sistema referencial localizador das estruturas abstractas que o sujeito enunciador constrói pela e na enunciação, é, em simultâneo, consequência e condição de toda a enunciação.

Ora, a complexidade deste mecanismo decorre fundamentalmente do carácter intersubjectivo da actividade linguística, consubstanciado no facto de o

¹⁶⁴ Em Cervoni (1987), comenta-se que a perspectiva enunciativa presente nas abordagens de alguns autores (que não Culioli) se faz incidir exclusivamente no tratamento de um tema, tido como central – por exemplo, a subjectividade ou a pragmática -, ou privilegia um conjunto bem delimitado de problemas - por exemplo, a argumentação, o implícito, o discurso relatado.

sujeito construir o sistema referencial em relação a um outro sujeito, com quem partilha a representação¹⁶⁵. O sistema referencial construído deve ser, por isso, simultaneamente estável e ajustável: “Il faut donc construire un système de référence stable et ajustable [...]” (*idem, ibidem*). Estabilidade, por um lado, e ajustabilidade por outro, permitem que, a partir dos enunciados, o sujeito interlocutor reconstrua o sistema de referência e que, pela operação de referenciação, haja interpretação e atribuição de valores referenciais à representação linguística.

A origem do sistema referencial – Sit₀ (S₀, T₀) -, localizador absoluto dos valores construídos, é também de natureza ajustável (ver *idem, ibidem*). Deste facto decorre a sua complexidade: o sistema referencial é um sistema complexo de coordenadas enunciativas, constituído por um conjunto de situações de enunciação com diferentes estatutos teóricos. É a partir da origem absoluta - localizador absoluto ou último na cadeia de localizações - que se constrói um sistema de coordenadas enunciativas: uma situação de locução Sit₁, definida pelas coordenadas S₁ e T₁, uma situação Sit₂, definida pelas coordenadas do acontecimento linguístico, S₂ e T₂.

O carácter ajustável do sistema referencial não é compatível com uma estabilização definitiva, pelo que o sistema acima descrito – afirma Culioli – é o sistema referencial mínimo: “Ce système est minimal est peut être enrichi de façon

¹⁶⁵ A intersubjectividade radica na concepção da linguagem como actividade dupla de produção e de reconhecimento. O carácter assimétrico da enunciação é teoricamente representável precisamente na parametrização do sistema de coordenadas enunciativas por S, parâmetro em relação ao qual – afirma Culioli - se constrói um sujeito origem e uma relação inter-subjectiva (“[...] S (construction d’un sujet origine et d’une relation inter-subjective) [...]” (Culioli, 1993: 167). Sobre a complexidade inerente a esta partilha de uma representação com um outro sujeito (o co-enunciador), comenta Culioli que “[...] dehors du pointage (lorsqu’on a affaire à du visible et que l’interlocuteur est présent), nous ne possédons pas de référentiel externe et pré-ajusté qui fonctionnerait de sujet à sujet” (*idem, ibidem*). Aliás – refere este autor, noutro momento - “Comme les choses seraient claires si les opérations de référence se ramenaient à la désignation ostensive que l’on touche ou que l’on pointe le référent” (*idem, 1986b: 3*).

réglée par la construction d'autres repères" (*idem*, 1982: 17)¹⁶⁶. Constituído por um encadeamento de operações de localização em cascata, a localização situacional pode ser representável pela seguinte expressão metalinguística (ver Culioli, 1982: 17):

$$< \text{Sit}_2 (S_2, T_2) \underline{\text{e}} \text{Sit}_1 (S_1, T_1) \underline{\text{e}} \text{Sit}_0 (S_0, T_0) >$$

As coordenadas enunciativas assim construídas localizam-se em cascata: Sit₂ (S₂, T₂) é localizado em relação a Sit₁ (S₁, T₁), que, por seu turno, é localizado em relação a Sit₀ (S₀, T₀).

Retomando o enfoque particular que pretendemos dar à coordenada subjectiva do sistema referencial, não há, portanto, um sujeito enunciador único, mas uma classe de sujeitos enunciadores, sendo o sujeito enunciador origem (S₀) o localizador último, em relação ao qual são localizados - e, portanto, construídos - os restantes elementos da classe: sujeito da locução, ou locutor (S₁)¹⁶⁷, e sujeito do acontecimento linguístico, ou do enunciado (S₂).

Depois de localizada no sistema referencial, da relação prediativa deriva o enunciado. Isto é, pela localização da relação prediativa na cadeia de situações de enunciação (sujeitos e tempos de enunciação) – globalmente, pela sua localização

¹⁶⁶ Sobre o que Culioli diz serem as possibilidades de enriquecimento deste sistema referencial pela construção de outras origens – “origines dérivées” (Culioli, 1993: 167) -, ver Culioli (1978, 1988, 1993 e 1994). Retomaremos este aspecto adiante (ver § 5).

¹⁶⁷ Por locutor entende-se, não simplesmente o “emissor” enquanto responsável pela produção material (fonético-fonológica) dos enunciados, mas sim o sujeito construído pelo enunciador origem como suporte da modalização que incide sobre uma relação prediativa: “En début d’énoncé, l’origine du système de repérage sera S₀, puis, par translation, la nouvelle origine, en cours d’énoncé, sera S₁, lui-même repéré par rapport à S₀” (Culioli, 1973: 88).

em relação a Sit¹⁶⁸ -, a relação predicativa, na sua totalidade e cada um dos seus termos, adquire valores referenciais das diferentes categorias gramaticais de determinação nominal, tempo-aspecto, modalidade. Constitui-se, assim, um enunciado, que corresponde à construção de uma ocorrência linguística da noção complexa subjacente à relação predicativa em causa.

Ora, a construção do enunciado, como construção de uma ocorrência, - referimo-lo já - decorre dos dois parâmetros de diferentes naturezas: qualitativa (Qlt) e quantitativa (Qnt) (ver § 2.3.1). Construído em relação a uma situação de enunciação munida das duas coordenadas, subjectiva e espacio-temporal, implica, enquanto construção de uma ocorrência, por um lado, o parâmetro Qlt, por outro lado, o parâmetro Qnt.

A dimensão qualitativa prende-se com o facto de toda a ocorrência se definir como uma ocorrência da noção /P/, isto é, como uma ocorrência que tem, aos olhos do enunciador, a propriedade P. Esta operação (mediante a qual se situa a ocorrência no domínio nocional associado à noção em causa) está intrinsecamente ligada à subjectividade do enunciador, de quem depende um processo de validação da ocorrência em relação ao centro organizador (é uma verdadeira ocorrência de /P/? tem todas as propriedades da noção?), podendo “deslizar” para uma avaliação ou apreciação (é uma boa ocorrência? desejável?)¹⁶⁹. A dimensão quantitativa prende-se com o facto de o espaço enunciativo em que toda a ocorrência é obrigatoriamente situada ser munido de coordenadas espacio-temporais. Esta delimitação espacio-temporal da ocorrência corresponde a uma delimitação fundamentalmente existencial.

Assim, se, por um lado, é em relação à coordenada espacio-temporal que são calculados os valores temporais-aspectuais que caracterizam os enunciados

¹⁶⁸ Simbolizando a relação predicativa por <r>, o enunciado é representado pela expressão metalinguística < a r b > \in Sit (S, T) ou pela sua forma abreviada << r > \in Sit > (ver § 4).

¹⁶⁹ Numa referência à possibilidade de construção de uma avaliação apreciativa, comenta-se em Gilbert (2001a): “On passe alors du cognitif à l'affectif qui [...] joue un rôle important dans certaines des interprétations des modaux” (*idem, ibidem*: 25) (ver § 9.1.1).

dotando-os de uma dimensão quantitativa, por outro, é em relação ao sujeito enunciador, origem enunciativa estável e centro organizador do acontecimento enunciativo, que são calculados os valores modais desses enunciados, dotando-os de uma dimensão qualitativa. Como dizíamos acima, é da localização da relação predicativa em relação à classe de coordenadas subjectivas (localizadas, por sua vez, em relação ao sujeito enunciador origem) que se constroem valores referenciais da categoria modalidade.

No quadro da Teoria Formal Enunciativa, a categoria da modalidade, como qualquer outra categoria, não funciona de forma estanque. Há interdependência na construção dos valores referenciais das diferentes categorias gramaticais, sendo na relação que estabelece com as outras categorias gramaticais que a modalidade converge para a significação do enunciado¹⁷⁰.

3.3.2 Os diferentes valores de modalidade

A concepção culioliana da modalidade conduz este autor a propor quatro valores modais distintos, constituindo o que veio a ser consagrado como uma tipologia quadripartida da modalidade:

“[...] la lexis est pré-assertive et le passage à l’assertion (au sens de ‘énonciation par un sujet’) implique une modalisation. Modaliser signifie ‘affecter d’une modalité’ et modalité sera entendu ici au quadruple sens de (1) affirmatif ou négatif, injonctif, etc. (2) certain, probable, nécessaire, etc. (3) appreciative [...] (4) pragmatique, en

¹⁷⁰ Conforme fomos já referindo, a significação do enunciado, construída na e pela enunciação, resulta, por um lado, do sentido da relação predicativa, e por outro, dos valores referenciais das diferentes categorias gramaticais.

particulaire mode allocutoire, causative, bref, ce qui implique une relation entresujets” (*idem*, 1968: 112)¹⁷¹.

Não mais retomada por Culioli senão fragmentariamente, esta tipologia é objecto de alguma reflexão por parte de outros autores e, pelo aprofundamento dos critérios que lhe subjazem, adoptada (ver Bouscaren; Chuquet, 1987: 36, 167; Vignaux, 1988: 110-111; Groussier; Rivière, 1996: 120-121 e Deschamps, 1998: 132-133, entre outros), ou até mesmo revista e reformulada com alterações (ver Campos, 2001).

A modalidade identificada por Culioli como sendo de tipo (1) (“affirmatif ou négatif, injonctif, etc” (*idem*, 1968: 112)) - tendencialmente designada como “modalité de l’assertion” (modalidade da asserção) (Bouscaren; Chuquet, *ibidem*) ou “modalité assertive” (modalidade assertiva) (Deschamps, *ibidem*) - compreende o valor de *asserção estrita* (afirmativa ou negativa), isto é, o valor a que corresponde a validação ou não-validação da relação predicativa pela fonte enunciativa, podendo ser construído apenas um dos valores¹⁷².

A validação da relação predicativa descrever-se-á $\langle a \text{ r } b \rangle \in \text{Sit } (S,T)$ “é o caso”¹⁷³, a não-validação da relação predicativa $\langle a \text{ r } b \rangle \notin \text{Sit } (S,T)$ “não é o caso” (ver Deschamps, 1999: 274). Pela descrição em termos topológicos da operação de validação, em Culioli (2002a), afirma-se que

¹⁷¹ Sublinhe-se que, nesta passagem, “assertion” (*asserção*) não é empregue no sentido estrito, mas, como o próprio Culioli refere, “au sens d’énonciation par un sujet”, ou seja, em termos da relação entre uma lexis e uma situação de enunciação.

¹⁷² Em Bouscaren; Chuquet (1987), designa-se este valor por “assertion simple” (*asserção simples*), que se opõe à “assertion modulée” (*asserção modulada*), valor característico da modalidade de tipo 2 proposta por Culioli.

¹⁷³ Como se reconhece em Culioli (2002) a expressão “algo ser o caso” merece um comentário: “Un cas se définit comme un état de choses repéré. Ainsi ‘(...) être le cas’ réfère à un certain état de choses dont il est question. En d’autres termes, dire que ‘quelque chose est le cas’, c’est situer ce quelque chose (une occurrence d’une relation prédictive non encore identifiée) dans un espace référentiel [...]” (*idem, ibidem*: 280).

“Valider, c’est [...] mesurer et choisir une valeur parmi les valeurs possibles. Ce faisant, on induit une orientation liée à la typologie de l’espace de validation: vers l’Intérieur, ‘ce qui est le cas’, par rapport à l’Extérieur (ici, le complémentaire linguistique, c’est-à-dire tout le reste, que ce soit le vide, l’absence, l’artérité), sans tenir compte [...] la Frontière. Bref, on a ordonné le chemin qui va de la lexis à l’Intérieur, puis à l’Extérieur” (*idem, ibidem*: 280-281).

Culioli propõe uma definição de asserção, na *Encyclopédie Alpha*, num artigo dedicado a este conceito: “Au sens strict, assertion s’emploiera chaque fois que l’énonciation porte sur une certitude, c’est-à-dire chaque fois que l’on est en mesure de déclarer vraie une proposition, que celle-ci soit de forme affirmative ou négative, à l’exclusion des autres modalités.” (*idem*, 1971b). Conforme descreve Bouscaren; Chuquet (1987) – tal como Culioli, numa tentativa de tradução do critério lógico-filosófico dos valores de verdade -, ao nível deste tipo de modalidade, “[...] l’énonciateur définit son contenu propositionnel (représenté par la relation prédicative) comme validé, c’est-à-dire soit vrai, soit faux” (*idem, ibidem*).

Em Culioli (1975-1976), é proposta uma definição de asserção em que se demarca claramente do critério lógico segundo o qual estará em causa a construção de valores de verdade, referindo a validação como operação subjacente à construção dos valores assertivos positivo e negativo:

“Ce qu’on appelle assertion qui est la prise en charge, implique nécessairement qu’on croit que ‘est’, ‘sera’, ‘a été’, etc est validable (terme préférable à “vrai”) dans l’énoncé [...]. Au lieu de parler de ‘valeurs de vérité’ [...] on parle de validation et ce qui est important c’est de voir si ç est positif, négatif ou tel qu’on ne puisse pas trancher et qu’il faille recourir à autrui” (*idem, ibidem*: 243-244¹⁷⁴).

Insere-se neste tipo de modalidade a interrogação (ver Bouscaren; Chuquet, *ibidem*; Vignaux, *ibidem*). A interrogação caracteriza-se, genericamente, pela construção de uma operação de percurso e por um valor intersubjectivo (ver, entre

¹⁷⁴ Culioli, A. 1975-1976 *Transcription du Séminaire de DEA: “Recherche en linguistique; Théorie des opérations énonciatives”*, Paris, Université ParisVII, *apud* Fuchs, 1984: 50.

outros, Culioli, 1987 e Afonso, 2000). O enunciador constrói um enunciado com valor modal de interrogação se, crendo que a relação predicativa pode ser validada mas não estando em condições ou não a querendo validar - isto é, situando-se ou simulando posicionar-se num grau zero do conhecimento - recorre ao seu co-enunciador para que seja ele, co-enunciador, a construir essa validação (ou não-validação).

Em Deschamps (1998: 132 e também 1999: 271), onde se desenvolve uma descrição das quatro modalidades culiolianas em termos da construção dos dois valores ponderáveis na construção de um domínio, permitindo um cálculo dos valores modais construídos¹⁷⁵, caracteriza-se a modalidade assertiva pela construção de apenas um valor: num instante preciso (T_i) em relação ao instante origem (T_0), o sujeito enunciador situa a relação predicativa em I (interior do domínio nocional) ou em E (exterior do domínio nocional)¹⁷⁶, em alternativa. A asserção (estrita) pode ser, assim, positiva – situa-se $\langle r \rangle$ no I do domínio - ou negativa – situa-se $\langle r \rangle$ no E do domínio -, mas correspondendo sempre ao domínio modal do certo. Por corresponder à construção de apenas um valor, associa-se à asserção a eliminação da alteridade.

De acordo com este critério, a *negação* será descrita como um valor modal de tipo 1, uma asserção estrita negativa: a não-validação da relação predicativa corresponde à escolha do exterior (E) do domínio.

De igual modo, pela interrogação, apenas um valor é visado: no caso da interrogativa total, o sujeito enunciador constrói antecipadamente o espaço enunciativo do seu co-enunciador (tornado assim segundo enunciador) e a classe

¹⁷⁵ Apresentando o seu programa de abordagem das quatro modalidades culiolianas, diz Deschamps: “Il va [...] s’agir à partir du système de représentation fourni par la théorie des opérations énonciatives de mettre en place une certaine forme de calculabilité” (1998: 132).

¹⁷⁶ Ao incidirem sobre as noções, as diferentes operações de localização abstracta constroem um domínio nocional (isto é, a classe de ocorrências que as torna quantificáveis) cuja estruturação se descreve topologicamente. É desta forma que o domínio nocional permite distinguir, topologicamente, o que lhe é interno (o que lhe pertence) (I), o que lhe é externo (o que não lhe pertence) (E) e o que está na fronteira desse domínio (F).

fechada dos valores possíveis, de validação (I) ou não-validação (E) da relação predicativa¹⁷⁷; no caso da interrogativa parcial, o sujeito enunciador constrói antecipadamente, não só o espaço enunciativo do seu co-enunciador, como a classe aberta de ocorrências abstractas que podem ocupar o lugar por preencher na relação predicativa e, portanto, saturar a relação predicativa, operação de que resultará a sua validação (I) ou não-validação (E).

A modalidade identificada por Culioli como sendo de tipo (2) (“certain, probable, nécessaire, etc.” (*idem*, 1968: 112)) é comumente designada “modalité épistémique” (modalidade epistémica) (entre outros, Bouscaren; Chuquet, *ibidem* e Deschamps, *ibidem*) ou “modalité de l’événement” (modalidade do acontecimento linguístico) (Groussier; Rivière, *ibidem* e Deschamps, *ibidem*).

Os valores modais deste tipo correspondem à expressão, por parte da fonte enunciativa, de uma falta de certeza, em diversos graus, quanto à validação da relação predicativa¹⁷⁸. O sujeito não constrói, nem antecipa (ou pré-constrói) a validação ou a não-validação da relação predicativa; avalia, isso sim, as hipóteses de validação, isto é, a validabilidade da relação predicativa. Assim concebida, a modalidade epistémica corresponde ao domínio modal do não-certo, valor que pode, eventualmente, assumir diferentes graus, indo do incerto ao quase certo ou provável. Por conseguinte, estando em causa a avaliação da validabilidade da relação predicativa, não se constrói um valor definitivo: como se afirma a este propósito em Gilbert (1987), “[...] la mise en avant d’une valeur n’implique nullement

¹⁷⁷ No caso da interrogativa total - directa, indirecta e interrogativa “tag” – são, efectivamente, dois os valores que o co-enunciador pode atribuir à relação predicativa: *sim* ou *não*, a classe fechada dos valores que permitem a sua validação ou não-validação (ver Campos; Xavier, 1991 e Afonso, 2000).

¹⁷⁸ O emprego do termo “epistémico” para designar um valor modal a que corresponde uma expressão de incerteza do sujeito enunciador quanto à validação (ou não-validação) da relação predicativa, não tem, neste quadro teórico, paralelismo com o sentido que lhe é atribuído no âmbito da lógica modal (ver § 3.1.1). Nesta disciplina filosófica, modalidades epistémicas correspondem, genericamente, às modalidades do saber. Querendo aproximar o uso que é feito deste termo, designador da modalidade culiliana de tipo 2, do seu uso em lógica, poder-se-á falar de “não-saber”.

l'exclusion de l'autre, c'est-à-dire de sa valeur complémentaire stricte" (*idem, ibidem*: 13).

Participando a construção da categoria da modalidade das operações de determinação quantificação (Qnt) e qualificação (Qlt), a avaliação da validabilidade da relação predicativa corresponde a uma operação de determinação preponderantemente quantitativa – Qnt (Qlt) -, operação que se prende com a construção de ocorrências situacionais: "L'accent est mis sur une occurrence située pour laquelle on ne peut asserter aucune des deux valeurs" (Deschamps, 1998: 137).

Em termos da construção dos dois valores ponderáveis na construção de um domínio (ver Deschamps, 1998: 132), inversamente ao que sucede na modalidade de tipo (1), nesta modalidade, o enunciador não situa a relação predicativa em I (interior) nem em E (exterior), uma vez que não constrói qualquer uma das operações de validação ou de não-validação da relação predicativa. Na impossibilidade de escolher apenas um valor, o enunciador não exclui qualquer um dos valores (I ou E) de forma definitiva. Ao oscilar entre os valores quase certo ou provável (tendendo para a validação), improvável (tendendo para a não-validação), contingente (equidistante da validação e da não-validação e perspectivando ambas as operações como possíveis), o enunciador situa a relação predicativa em IE, numa posição fora ("décrochée") do domínio nocional¹⁷⁹. É assim que desta operação não resulta uma expressão neutra, mas sim uma expressão de dúvida, um pôr em questão, num certo sentido – como se propõe em (Franckel, 1981) - uma "désassertion du certain"¹⁸⁰.

¹⁷⁹ Na construção do valor modal não-certo, estando embora em causa uma relação predicativa saturada, onde todos os lugares se encontram instanciados, – afirma-se em Gilbert (1987) – contrariamente ao que se passa com a asserção (modalidade de tipo 1), "[...] la relation conserve des caractéristiques de construit notionnel puisque, étant dans le non-certain, aucune des deux valeurs complémentaires du domaine notionnel défini à partir de celle-ci ne peut être évacuée" (*idem, ibidem*: 17). Citando Gauthier, este autor atribui, assim, ao valor epistémico não-certo, um carácter inerte, estável, quase-estativo: estar-se-á perante "un sujet (C₀) inerte, même lorsqu'il renvoie à un animé" (Gauthier : 331, *apud* Gilbert (*ibidem*)).

¹⁸⁰ É com reticências (apenas "num certo sentido" - dizíamos) que aqui se subscreve esta definição de modalidade epistémica, proposta em Franckel (1981) como "désassertion du certain", uma vez que esta parece pressupor a asserção como uma espécie de

A avaliação da validabilidade, descrita como a oscilação entre vários valores situados em IE, prende-se com a construção de um gradiente. Temos, portanto, um domínio constituído pelos valores (p, p') ¹⁸¹, com um centro atractor, construído pelo enunciador como sendo, segundo ele, “[...] la vraie valeur par rapport à laquelle l’évaluation se situe” (Bouscaren; Chuquet, 1987: 167). O domínio constituído pelos valores (p, p') apresenta ainda – como vimos atrás – uma fronteira (“o não verdadeiramente p ”) (F) e um exterior (“o verdadeiramente não p ”) (E).

No caso da modalidade identificada por Culioli como sendo de tipo (3) (“appréciative [...]” (*idem*, 1968: 112)) – consensualmente designada “modalité appréciative” (Bouscaren; Chuquet, 1987; Deschamps, 1998 e Campos, 2001) (modalidade apreciativa) – constrói-se “[...] um juízo de valor, [...] uma apreciação sobre uma relação prediativa já constituída e validada (ou validável)” (Campos; Xavier, *ibidem*: 341).

Afirma-se em Bouscaren; Chuquet (*ibidem*) que, com a construção de valores modais de tipo apreciativo, não está em causa a validação da relação prediativa¹⁸². Uma asserção apreciativa, positiva ou negativa (isto é, de aprovação ou de reprovação), pode, efectivamente, corresponder apenas à construção, por parte do enunciador, de uma apreciação sobre o carácter bom, mau, favorável, desfavorável,

modalidade primeira, como ponto de passagem obrigatório para a modalidade do domínio do não-certo. A modalidade epistémica do domínio do não-certo não se define enquanto “afectando” uma asserção, recaindo, conforme a terminologia adoptada, sobre um *dictum* ou sobre uma proposição (ver § 3.1). Em coerência com o modelo explicativo da actividade linguística proposto no quadro da Teoria Formal Enunciativa, parece-nos inadequada uma definição da modalidade com base num princípio de hierarquização dos valores modais, concebidos uns como secundários, ou subsidiários, em relação a outro(s), tido(s) como primário(s). Em Gilbert (1987), faz-se referência, aliás, aos problemas teóricos que advêm de tal hierarquização, ao conceber-se, por exemplo, a negação de uma afirmação ou a passiva como uma simples conversão de uma activa, etc (ver *idem, ibidem*: 15).

¹⁸¹ Partindo de uma representação da noção como $/P/$, o domínio nocional é (p, p') : p representa o que é $/P/$; p' representa o que não é $/P/$ ou é $/\text{não-}P/$.

¹⁸² Como se comenta em Bouscaren; Chuquet (1987), “On est hors de la problématique du vrai et du faux” (*ibidem*: 37).

etc. do conteúdo proposicional de uma relação predicativa construída como validada (ou como não validada) noutra situação de enunciação (Sit) que não na situação de enunciação em curso (Sit₀). Por exemplo, nos enunciados que se seguem, as asserções modalizadas apreciativamente correspondem a pré-construídos¹⁸³:

3.22 Foi bom que o Gil tenha plantado / plantasse uma árvore (Campos; Xavier, *ibidem*: 341)

3.23 Acho mal que a Luisa não estude de manhã

A construção e a validação da relação predicativa <o Gil, plantar, árvore> e a não-validação da relação predicativa <Luisa, estudar, de manhã> dão-se numa Sit distinta de Sit₀, facto de que é marcador o modo conjuntivo do predicado da subordinada, num e noutro enunciados (*tenha plantado / plantasse, estude*) (ver § 9.1.1). Além disso, em virtude de a validação / não-validação das relações predicativas em causa se darem noutra Sit e de constituírem pré-construídos, com a construção de uma modalidade de tipo apreciativo está em causa uma operação de determinação preponderantemente qualitativa – (Qnt) Qlt -, operação que releva das relações intersubjectivas e da posição do enunciador: “Il s’agit de valuations d’une propriété donc de prise en compte du lien à un sujet énonciateur” (Deschamps, 1998: 137).

Estes dois enunciados (3.22 e 3.23) correspondem, segundo proposta de Kiparski; Kiparski (1970) (ver § 3.1.2), a construções factivas, que, susceptíveis de ser descritas em termos de pré-construído, constituem, como vimos, um exemplo de modalidade apreciativa¹⁸⁴ (ver Campos, 2001: 171). Consideremos ainda os enunciados 3.24 e 3.25 (no § 3.1.2, identificados como 3.1 e 3.2):

¹⁸³ O conceito de *pré-construído* é bastante importante (operatório) na descrição metalinguística destes enunciados com valor modal apreciativo: correspondendo a uma “[...] estrutura verbalizada ou não, [é] assumida como validada pelos participantes da enunciação numa situação de enunciação Sit₁, disjunta de Sit₀” (Campos, 2001: 171).

¹⁸⁴ O conceito de pré-construído permite explicar os enunciados classificados, por Kiparski; Kiparski (1970), como factivos (ver § 3.1.2) e que estes autores descrevem com

3.24 É surpreendente que ele venha

3.25 Lamento que não tenhas gostado da viagem

Nestes exemplos, são marcadores do valor modal apreciativo, por um lado, a relação de subordinação (ver § 4.3), comum aos dois casos, em que os predicados factivos da relação imbricante (*ser surpreendente* e *lamentar*) são também apreciativos, por outro, “o estatuto metalinguístico de pré-construído, isto é, de uma asserção construída como validada numa situação de enunciação distinta de Sit₀” (*idem, ibidem*) de cada uma das relações imbricadas (*ele vem* e *não gostaste da viagem*), sobre a qual incide a operação modal apreciativa.

Contrariando a afirmação de que, com a construção de valores modais de tipo apreciativo, não está em causa a validação da relação predicativa (Bouscaren; Chuquet, *ibidem*), também é possível que, conforme se observa em Campos e Xavier (1991: 341), a modalização apreciativa incida sobre uma relação predicativa que é construída e validada (ou não validada) na mesma situação de enunciação (Sit₀). São exemplo desta situação os seguintes enunciados:

3.26 Felizmente, o Gil plantou / está a plantar / vai plantar uma árvore (Campos; Xavier, *ibidem*)

3.27 Desgraçadamente, a Ana não foi / vai ao cinema

Se, por um lado, a construção exclusiva da modalidade apreciativa (sem que se dê na mesma Sit a construção e validação / não-validação da relação predicativa) é marcada, ora por uma estrutura de tipo impessoal (*foi bom que, é surpreendente que*), ora por uma estrutura pessoal (*acho mal que, lamento que*)

recurso ao conceito de *pressuposição* e em termos de verdade da preposição, assumida por parte do sujeito. Aliás, entre os verbos assinalados como factivos, incluem-se vários (sobretudo predicados adjectivais) que diríamos, de acordo com a definição culioliana de modalidade, marcadores de modalidade apreciativa (por exemplo: “*significant, odd, tragic, exciting, relevant, counts, makes sense, suffices, amuses, bothers* [...]” (*idem, ibidem*: 143)).

mas sempre com um complemento frásico no modo conjuntivo, por outro lado, a modalização apreciativa associada à construção, em Sit₀, da relação predicativa e da sua asserção (positiva ou negativa) é marcada pelo modo indicativo (no pretérito, no presente ou no futuro) que se combina com o predicado verbal (ver *idem, ibidem*).

Conforme se observa em Campos (2001 e no prelo b), também “certas exclamativas podem [...] ser marcadoras de modalidade apreciativa” (*idem*, 2001: 171), particularmente, quando se constrói um valor de alto grau, marcado pela especificidade da ordem das palavras e da curva melódica (ver § 9.1). Da mesma forma, conforme proposto em Campos (no prelo b), o adjectivo, quando anteposto relativamente ao nome é uma possível marca lexical de um valor modal apreciativo - caso em que o mesmo valor não deixa de ser marcado também, quer prosodicamente, quer pela ordem das palavras.

A modalidade identificada por Culioli como sendo de tipo (4) (“pragmatique, en particulaire mode allocutoire, causative, bref, ce qui implique une relation entresujets” (*idem*, 1968: 112)) - também designada “modalité du sujet de l'énoncé” (modalidade do sujeito do enunciado) (Deschamps, 1998) ou “modalidade intersujeitos” (Campos, 2001) - é próxima da modalidade radical e marca uma relação intersujeitos, mais especificamente, interagentes¹⁸⁵, isto é, entre enunciador e co-enunciador (identificado ou não com S₂), enquanto desencadeadores de processos.

No domínio da modalidade intersujeitos (designação por que optamos), não está em causa a validação ou a não-validação da relação predicativa. Explicitam-se, isso sim, relações de vontade, de permissão, de obrigação, de restrição, que emanam de uma fonte deontica, explícita ou implícita (enunciador-locutor, que notaremos com o índice 1 – S₁)¹⁸⁶, e que recaem sobre o

¹⁸⁵ A interagentividade está relacionada com a natureza necessariamente dinâmica da situação representada pela relação predicativa.

¹⁸⁶ Na análise dos valores de modalidade intersujeitos, como de modalidade apreciativa, de modalidade assertiva, ou, de forma mais evidente, de modalidade epistémica (conforme tipologia culioliana), é fundamental ter em conta, não apenas a situação de

co-enunciador, directa ou indirectamente, pressionando-o ou coagindo-o a realizar a situação (necessariamente dinâmica) descrita pela relação prediativa. Por outras palavras, o enunciador-locutor age sobre o co-enunciador (sujeito do enunciado ou não) a fim de que este realize agentivamente o conteúdo da relação prediativa modalizada.

Por conseguinte, com a construção de uma modalidade de tipo intersujeitos, está em causa uma operação de determinação em que há equiponderação de Qnt e Qlt. Está-se no domínio do validável, havendo, conforme se afirma em Deschamps (1998), “[...] un va et vient entre propriétés et occurrences” (*idem*, *ibidem*: 137).

São marcadores privilegiados deste valor modal o modo imperativo, seus substitutos (formas de cortesia, etc) e os modais deônticos (*dever* e *poder*), enquanto expressão do sub-tipo específico da modalidade intersujeitos que é a modalidade deôntica. Considerem-se os seguintes exemplos de enunciados com valor deôntico:

3.28 Deves praticar judo

3.29 Podes praticar judo

Nestes enunciados, o sujeito enunciador-locutor constitui o sujeito do enunciado (S_2 e co-enunciador) como alvo deôntico de um valor modal deôntico de permissão no segundo caso, de obrigação no primeiro, cuja origem é ele mesmo (o sujeito enunciador-locutor).

Não está aqui em causa a validação, por uma modalização com valor de asserção estrita, da relação entre o sujeito do enunciado (o co-enunciador) e a relação prediativa não saturada (<() praticar judo>). Está em causa, no enunciado **3.28**, a validação, por parte do enunciador-locutor, da necessidade da

enunciação origem (Sit_0), mas a classe de situações de enunciação construídas a partir desta, e que inclui a situação de locução (Sit_1) (ver § 3.3.1), assim como – retomaremos adiante - outras origens derivadas (“des origines dérivées de l’origine absolue soit par translation [...] soit par rupture [...]” (Culioli, 1993: 167)).

relação de instanciação, por S_2 , do lugar argumental vazio da relação predicativa. O verbo *dever* marca, assim, esse “carácter necessário [como] consequência do juízo avaliativo que caracteriza o valor deôntico” (Campos, 1998a: 160)¹⁸⁷.

Numa das interpretações possíveis do enunciado **3.29**, está em causa um valor de permissão¹⁸⁸ a que está subjacente, em virtude da operação de percurso de que *poder* é marcador, a construção, na sua totalidade, do domínio das ocorrências abstractas da relação predicativa modalizada. O valor de permissão é descrito por Campos (*ibidem*: 280) enquanto valor “[...] representável por uma bifurcação cujo vértice se situa em Sit_1 , dirigindo-se os ramos, respectivamente, para o interior e para o exterior do domínio nocional” (*idem, ibidem*). O enunciador-locutor, origem da permissão, constitui o co-enunciador como alvo deôntico, concedendo-lhe “[...] a possibilidade de escolher o ramo que se dirige para o interior, onde se situam as ocorrências que validam <p>, ou o ramo que se dirige para E, onde se situam as ocorrências que validam <não-p>” (*idem, ibidem*)¹⁸⁹.

¹⁸⁷ Este enunciado pode igualmente ser interpretado com valor modal epistémico, em que *dever*, enquanto marcador desse valor epistémico, é expressão de um processo cognitivo, ou inferencial do tipo “atendendo à tua boa forma física, deves praticar judo”, parafraseável por “atendendo à tua boa forma física, acho / penso / julgo que praticas judo”. Sobre restrições ao nível das ocorrências dos valores epistémico e deôntico marcados por *dever*, ver Campos (1998a e 1998b).

¹⁸⁸ O valor de permissão é, segundo Campos (1998a: 260), um dos valores não epistémicos (além dos valores de capacidade e de possibilidade) de que *poder* pode ser marcador. Segundo a mesma autora, este valor modal partilha de muitas das características do valor de obrigação marcado por *dever*, nomeadamente, “[...] a coexistência de duas interpretações, uma performativa – o acto de permissão -, e outra constativa – a asserção dessa permissão” (*idem, ibidem*: 280). Sobre restrições ao nível das ocorrências dos valores epistémico, não epistémico e outros valores complexos marcados por *poder*, ver Campos (1998a e 1998b).

¹⁸⁹ O que aqui se propõe como descrição metalinguística do valor de permissão está na base – ainda segundo Campos (1998a : 280) – da substituição frequente de *dever* por *poder* em enunciados que exprimem obrigação: “Ao dizer ‘Podes sair agora’ e não ‘Deves sair agora’, o enunciador-locutor está a construir, ainda que ilusoriamente, a possibilidade de o seu co-enunciador fazer uma escolha. Está, portanto, a diminuir a tensão modal intersujeitos que resulta da imposição de um caminho. Compete ao co-enunciador, de acordo com um contexto situacional em que não lhe é permitida a escolha entre sair e não

No enunciado **3.29**, a origem do valor modal de permissão pode ainda ser, não o sujeito enunciador-locutor, mas sim uma outra fonte de autoridade. Neste caso, o enunciado, parafraseável por “Podes praticar judo. O médico autorizou-to”, evidencia também um valor epistémico: o enunciador-locutor constrói, dissociada referencialmente de si, uma origem da permissão e institui-se como fonte do conhecimento.

A interrogação, já aqui referida como situando-se no domínio da modalidade assertiva (de acordo com Culioli, 1968), situa-se simultaneamente no domínio da modalidade intersujeitos. Pela construção de um valor interrogativo incidente sobre uma relação prediativa, o sujeito enunciador assume que não possui (ou simula não possuir) o conhecimento que lhe permitiria validar essa relação prediativa. Pela construção do espaço enunciativo do seu co-enunciador, a fim de que seja este a validar a relação prediativa, o sujeito enunciador “[...] age sobre ele, procurando impor-lhe a função de agente na realização de um comportamento verbal” (Campos, 2001: 173). Daí que, descrita em termos de modalidade assertiva, a interrogação participe do domínio da modalidade intersujeitos¹⁹⁰.

A todos os casos em que se constrói uma modalidade intersujeitos está associada uma relação de natureza hierárquica entre os sujeitos: o enunciador tem necessariamente um estatuto de superioridade em relação ao co-enunciador para, ao assumir-se como fonte deôntica, construir o co-enunciador como alvo deôntico. Como se afirma em Campos (2001: 172), para uma descrição metalinguística da modalidade intersujeitos, parece imprescindível a referência a este factor de ordem pragmática.

sair, interpretar como uma obrigação a sequência que, formalmente, se apresenta como uma permissão” (*idem, ibidem*).

¹⁹⁰ O conjunto de operações que define a interrogação constrói, pois, uma relação entre espaços enunciativos, o do enunciador e o do co-enunciador (com o estatuto de segundo enunciador), que permite visibilizar com clareza a natureza intersubjectiva da actividade linguística em geral e que justifica que o objecto linguístico da interrogação seja concebido como equivalente ao par ‘pergunta-resposta’ (ver L. Gréssillon, 1981, “Interrogation et interlocution”, *DRLAV* 25: 61, *apud* Campos, 1998a: 106).

Comenta-se em Deschamps (1998) que, nos casos dos valores modais classificáveis como modalidade apreciativa (tipo 3) ou como modalidade inter-sujeitos (tipo 4), tal como observa relativamente à modalidade epistémica (tipo 2), o sujeito enunciador não se situa em I nem em E, uma vez que não constrói qualquer um destes valores. Ainda que de formas diferentes para cada um destes três tipos de modalidade, não estará nunca em causa a validação ou a não-validação da relação predicativa.

Salvagarde-se, no entanto, o caso acima referido em que a modalização apreciativa (tipo 3) incide sobre uma relação predicativa que é construída e validada (ou não validada) na mesma situação de enunciação (Sit_0). Neste caso, o sujeito enunciador situa-se em I (se valida a $\langle r \rangle$) ou em E (se não valida a $\langle r \rangle$). Nos restantes casos, conforme defende Deschamps (*ibidem*), o sujeito enunciador situa-se unicamente em IE, fora do domínio, havendo um hiato entre esta posição “*décrochée*” (T_0 , o instante origem) e o valor I ou E que se pretende visar, hiato esse que viabiliza que se construa um valor de mira (“*visée*”) (ver §§ 2.3.1, 10.1 e 10.1.1). Associa-se ao facto de este valor visado não poder ser construído pela validação da relação predicativa (valor I) ou pela não-validação da relação predicativa (valor E) a construção da alteridade: “[...] on ne peut éviter de se poser le problème de la deuxième valeur, celle qui n’est pas visée. C’est ainsi que va intervenir la construction de l’altérité” (*idem, ibidem*: 132-133).

Embora a atribuição de um valor modal a uma relação predicativa exija uma escolha entre os diferentes tipos de modalidade, é possível que diferentes valores se combinem entre si. Impõe-se, para esta combinação de diferentes valores modais, uma restrição: a impossibilidade de se combinarem diferentes valores de um mesmo tipo de modalidade sem que se verifique o fenómeno modal da sobremodalização¹⁹¹. Se o estabelecimento desta tipologia, proposta por Culioli e

¹⁹¹ Define-se sobremodalização como “modalização de uma relação predicativa já modalizada, que conserva, acumulando-os, os valores modais resultantes de todas as operações de modalização que sobre ela incidiram” (Campos, 1991: 42). É um exemplo de sobremodalização o seguinte enunciado, proposto por esta autora, “*Ele devia ter nessa altura, suponhamos, talvez à volta de um ano e meio*” (PF83) (*idem, ibidem*: 41) em que “[...] o grau em que o enunciador assume a validação da relação predicativa, e que é marcado pelo verbo *dever* (*devia ter* [...]), vai progressivamente diminuindo pela sobremodalização marcada por *talvez* e pelo verbo de atitude proposicional (*suponhamos*)” (*idem, ibidem*) (ver § 11.3).

adoptada por outros linguistas, se baseia neste critério, parece ser questionável no que concerne à modalidade de tipo 1 e de tipo 2, impossíveis de se combinar entre si sem que se verifique o fenómeno modal designado por remodelização¹⁹².

Em Campos; Xavier (1991) e, mais desenvolvidamente, em Campos (2001), a retoma da tipologia das quatro modalidades acima apresentadas, além de ser acompanhada pela introdução de algumas precisões teóricas na definição das modalidades classificadas (na sequência de Culioli) de tipo 3 (modalidade apreciativa) e de tipo 4 (modalidade intersujeitos), propõe um “rearranjo” de que resulta uma tipologia tripartida¹⁹³. Pela introdução do conceito de *escala de valores assertivos*, associam-se, exactamente, as modalidades que Culioli propõe de tipo 1 e de tipo 2 num mesmo domínio de modalidade, designada modalidade epistémica, por estar em causa, na construção deste valor modal, a expressão do grau de conhecimento do sujeito enunciador em relação ao conteúdo da relação predicativa¹⁹⁴.

¹⁹² A remodelização consiste na “passagem de um valor modal a outro valor modal diferente, incidindo duas ou mais operações de modalização sobre a mesma relação predicativa. A segunda operação desconstrói o valor construído pela primeira” (Campos, 1997a: 158). É exemplo de remodelização o seguinte exemplo proposto por Campos: “*deve ser, eu creio que sim, que é este*” (PF708) (*idem, ibidem*: 156), em que “[...] um valor modal do domínio do quase-certo (*deve ser*) desliza para um valor modal marcado pelo verbo *creir* (*creio que sim*), mantendo-se no domínio do não-certo” (*idem, ibidem*) (ver § 11.3).

¹⁹³ Se em Campos; Xavier (1991: 339) se fala em termos de “tipos de modalidade”, em Campos (2001: 169), evita-se uma concepção tipológica daquilo que se afirma serem “três domínios da modalidade”. A abordagem da modalidade subjacente a esta última designação parece-nos mais consentânea com o facto de, em virtude do possível cruzamento de valores modais, se poderem construir “valores complexos”, já que, como se afirma, “Uma classificação de valores modais será, necessariamente, uma classificação cruzada” (*idem, ibidem*: 173).

¹⁹⁴ Esta proposta reflecte o pensamento de Halliday (1970), para quem a modalidade epistémica é a única modalidade. A concepção transversal da modalidade epistémica está ainda presente na proposta de Alexandrescu (1976), segundo a qual são constitutivos de todo o enunciado, em alternativa, os operadores modais de “croyance” (crença) e de “savoir” (saber): “[...] tout énoncé reçoit une dimension épistémique supplémentaire, qui doit nécessairement être ou bien celle de l’opinion ou celle du savoir, mais pas les deux à la fois.

É característica desta modalidade o tipo de relação construída entre o sujeito enunciador e a relação predicativa: os enunciados com valores referenciais modais predominantemente epistémicos “[...] exprimem a atitude do enunciador em relação à validação ou não-validação da relação predicativa [...]” (Campos; Xavier, *ibidem*: 339).

À construção de uma distância maior ou menor em relação à validação ou não-validação da relação predicativa correspondem vários graus que se distribuem sobre a escala de valores assertivos. Entre o pólo positivo da escala de valores assertivos - correspondente ao “certo”, grau máximo da assunção da relação predicativa modalizada, valor de asserção estrita – e o pólo negativo – correspondente ao “incerto”, grau mínimo de assunção da relação predicativa, valor de não exclusão – há uma sucessão de pontos de valor “não-certo”, resultante de um juízo que se funda sobre um conhecimento indirecto, isto é, um conhecimento construído com base na interpretação de índices.

Podemos, por isso, dizer que, na origem do valor modal epistémico, está o grau de conhecimento do sujeito enunciador relativamente ao conteúdo da relação predicativa. Os diversos graus de assunção do conteúdo da relação predicativa por parte do enunciador incluem, por conseguinte, a validação (valor de asserção estrita positiva) e a não-validação da relação predicativa (valor de asserção estrita negativa), assim como a recusa, por parte do enunciador, de validar ou de não validar a relação predicativa. Da assunção da validação como da não-validação resultam valores modais do domínio do “certo”. Da recusa de validação ou não-validação resultam valores modais do domínio do “incerto” (ver *idem; ibidem*: 339-340, Campos, 1998b: 173 e 2001: 169-170).

Son énonciation s’inscrit obligatoirement quelque part entre l’incertitude et la certitude du locuteur” (*idem, ibidem*: 25).

Além disso, contrariamente ao verificado ao nível da designação da modalidade culioliana de tipo 2, o emprego, aqui proposto, do termo “epistémico” parece-nos mais adequado. Para designar um valor modal que se prende com o grau de conhecimento do sujeito enunciador relativamente ao conteúdo da relação predicativa (isto é, a que pode corresponder uma expressão de certeza, como uma expressão de incerteza do sujeito enunciador quanto à validação ou não-validação da relação predicativa), a designação de “epistémico” vem na continuidade do sentido que lhe é atribuído no âmbito da lógica modal, em que se postula que as modalidades epistémicas correspondem, genericamente, às modalidades do saber (ver § 3.1.1).

Representáveis numa escala de valores assertivos, a validação como a não-validação da relação predicativa, sendo asserções estritas - positiva e negativa - e correspondendo a assunções totais, situam-se no pólo positivo da escala (valor “certo”). A recusa total em assumir a validação ou não-validação da relação predicativa, correspondendo a uma assunção nula, situa-se no pólo negativo da escala (valor “incerto”). Os valores de assunção apenas parcial da validação ou não-validação da relação predicativa (ou asserção fraca), mais próximos do pólo positivo (assunção), do pólo negativo (assunção nula) ou ainda equidistantes, situam-se em diferentes pontos da escala (valor “não-certo”).

Correspondendo a diferentes graus de validação da relação predicativa, estes três valores – assunção total, assunção nula e assunção parcial – constituem, sobre a escala de valores assertivos, uma sucessão de pontos discretos que se apresentam em alternativa. Por conseguinte, a diferença entre a modalidade do domínio do certo e a modalidade do domínio do não-certo explica-se apenas em termos de graduação, representável, como Campos propõe, pelo recurso a uma escala de valores assertivos. Os diferentes valores modais construídos são alternativos em termos do tipo de localização situacional, ou seja, em termos de localização de uma relação predicativa em relação ao sujeito enunciador. São, portanto, descritíveis como tendo na sua base operações do mesmo nível, excluindo-se mutuamente¹⁹⁵. Assim, em virtude da maior simplificação teórica, quando comparada com a bipartição proposta por Culioli (modalidades de tipo 1 e de tipo 2), a proposta de Campos parece-nos mais adequada e, como procuraremos demonstrar, mais abrangente.

¹⁹⁵ Parece-nos claro que os valores modais do certo, do incerto ou improvável, do quase certo ou provável se organizam em relação paradigmática. No entanto, através de um processo de modulação (ver Fuchs, 1984), os dois valores polares da asserção (positiva ou negativa) podem coocorrer numa estrutura de coordenação. Veja-se, por exemplo, o seguinte enunciado que diríamos aparentemente contraditório: *Ele veio e não veio*. Ver adiante (§ 11.3) problemas inerentes aos fenómenos de sobremodalização e de modalização em cascata.

Veja-se os seguintes enunciados que ilustram, respectivamente, asserções estritas positiva e negativa (conforme, aliás, proposto por Culioli quando delimita uma modalidade de tipo 1):

3.30 A Joana está em casa

3.31 A Joana não está em casa

Em ambos os enunciados, é o sujeito enunciador-locutor quem assume, respectivamente, a validação e a não-validação da relação prediativa <a Joana, estar, em casa>.

Determinado modalmente como asserção estrita positiva ou negativa, podemos ainda ter um enunciado em que o sujeito enunciador se distancia da validação / não-validação da relação prediativa, construindo, noutro tempo (T_1), uma nova origem enunciativa, um novo Sit (Sit_1) cuja coordenada subjectiva (S_1), lexicalmente expressa (o *Ricardo*) e, portanto, referencialmente distinta de S_0 , se apresenta como garante, no caso do enunciado que se segue, da validação da relação prediativa:

3.32 O Ricardo disse que a Joana está em casa

A construção explícita de um outro enunciador (S_1), cuja localização em relação ao enunciador origem (S_0) tem o valor de ruptura, corresponde a uma situação de enunciação relatada¹⁹⁶.

O valor modal de assunção nula aqui construído, a recusa total, por parte de S_0 , em assumir (neste caso) a validação da relação prediativa, tem difícil ou

¹⁹⁶ Em virtude da especificidade deste outro enunciador construído, em Bouscaren; Chuquet (1987), opta-se, a dado momento, pela designação “énonciateur rapporté (au sens où il s’agit d’une variable du sujet-énonciateur, ‘rapporté à’ ce dernier et calculée par repérage)” (*idem, ibidem*: 181). Sobre enunciação relatada, conceito que será adiante retomado mais detalhadamente, ver, em particular, § 7.1.

mesmo impossível representação na tipologia de modalidades proposta por Culioli (1968). Mas este valor permite-se, mediante a proposta de Campos, a uma representação na escala de valores assertivos – conforme referimos já - como valor situado no pólo negativo da escala, o que ilustra a maior abrangência desta proposta de classificação.

Nos enunciados que se seguem, S_0 constrói, igualmente, uma nova origem enunciativa, como responsável pelo valor modal de que se reveste a relação predicativa <a Joana, estar, em casa>:

3.33 A Joana pode estar em casa

3.34 A Joana deve estar em casa

3.35 A Joana talvez esteja em casa

Nestes casos, em que o enunciador constrói, como em **3.32**, a recusa em assumir a validação (ou não-validação) da relação predicativa, a nova origem enunciativa (S_1) não é referencialmente distinta de S_0 . Está-se sim, conforme se propõe em Campos (2001: 170), perante uma “disjunção abstracta”, de que são marcadores os modais *poder* e *dever* e o advérbio *talvez*, diferindo, entre si, os mecanismos que subjazem à distanciação que o enunciador constrói em relação à validação da relação predicativa. Por conseguinte, contrariamente ao que se dá em **3.32**, desta recusa em assumir a validação da relação predicativa resulta um valor modal epistémico do domínio do não-certo, com graus diferentes de acordo com os diferentes marcadores de modalidade.

O enunciado **3.33**, pode, em virtude da ocorrência do modal *poder*, ser parafraseável, ora por “A Joana pode estar em casa ou não. Não sei.”, isto é, “Pode ser que a Joana esteja em casa, mas também pode ser que esteja na escola” (valor equidistante dos pólos positivo e negativo), ora por “É provável que a Joana esteja em casa” (valor mais próximo do pólo positivo da escala).

Na base de cada uma destas duas interpretações de *poder* estão valores epistémicos diferentes. No primeiro caso, em face da ausência de qualquer tipo de conhecimento, directo ou indirecto, por parte do enunciador que lhe permita validar

a relação predicativa, ou por via de um processo de inferência que permite as diversas hipóteses possíveis, constrói-se um valor de plausibilidade, uma equiponderação: sem excluir a validação ou a não-validação, as duas ocorrências válidas (*a Joana estar em casa* e *a Joana não estar em casa*) são complementares. No segundo caso, o valor epistémico marcado por *poder* aproxima-se do valor de *dever* epistémico: constrói-se, por via de um raciocínio por inferência, um certo grau de plausibilidade, mais próximo do pólo positivo da escala de valores assertivos (ver Campos, 2001b: 170 e 2001a: 334).

Dever, no enunciado **3.34**, como *poder*, na segunda interpretação proposta do enunciado **3.32**, têm um valor modal de *suputação* - designação adoptada por Campos (1998a), na sequência de Culioli. Na construção deste valor modal epistémico estão implicados, como vimos, processos de inferência baseados na interpretação de indícios fornecidos por conhecimento indirecto do acontecimento que está a ser construído linguisticamente, daí que o valor modal construído esteja – como dizíamos - mais próximo do pólo positivo da escala de valores assertivos¹⁹⁷. Reconhece-se o valor modal epistémico de *suputação* quando T_1 é anterior a T_0 ou, como é o caso do enunciado **3.34**, quando T_1 é simultâneo de T_0 . Quando T_1 é posterior a T_0 , está-se perante um valor modal epistémico que em Campos se propõe de *predição* (ver Campos, *ibidem*: 137-157).

Construídos a partir de um conhecimento indirecto do acontecimento linguístico e independentemente do valor de determinação temporal construído, os valores epistémicos do domínio do não-certo onde se constrói uma assunção parcial da validação / não-validação da relação predicativa, equivalem –

¹⁹⁷ Subjacente ao valor inferencial construído estão “operações cognitivas [...], com base em indícios, [levando] à construção de um percurso de caminhos plausíveis concorrentes e não à escolha de uma única hipótese [...]” (Campos, 2001a: 334). Porque o juízo construído é “mediado” por uma interpretação, necessária ou subjectiva, de indícios, encontramos neste valor de *dever* e de *poder* o fenómeno da enunciação mediatizada (ver Dendale, 1994 e Tasmovski; Dendale, 1994). Aliás, conforme se propõe em Campos (2001a), *dever* e *poder* integram-se no conjunto de formas que permitem, em português, a expressão desta categoria, designada por Guentchéva (1994, 1995 e 1996) (na sequência de Lazard (1956)) por “mediativo”, mais especificamente ao valor decorrente da construção de factos inferidos (ver § 6).

recuperando uma expressão de Benveniste (“assertion mitigée”) e o sentido que este lhe atribui (1966: 264) – a uma asserção mitigada¹⁹⁸.

A modalidade epistêmica - compreendendo, conforme se propõe em Campos, três valores possíveis, que correspondem a diferentes graus de validação da relação predicativa (assunção total, assunção nula e assunção parcial) - define-se como um processo operatório, podendo, portanto, corresponder a cada valor construído um tipo de relação específico entre os dois parâmetros, quantitativo (Qnt) e qualitativo (Qlt), que subjazem à construção da determinação enunciativa¹⁹⁹. Genericamente, aliás, a construção da categoria gramatical da modalidade participa das operações de determinação quantificação (Qnt) e qualificação (Qlt), sendo graças a estes parâmetros metalinguísticos que se pode dar conta desta categoria como processo inerente à produção / reconhecimento de formas linguísticas, e da sua dimensão operatória.

Caracterizando-se pela construção de apenas um valor, a asserção estrita - assunção total da validação (valor I) / não-validação (valor E) da relação predicativa - supõe uma estabilização total da relação Qnt / Qlt. Mais precisamente, a asserção define-se por uma identificação das duas dimensões: a ocorrência quantitativa define-se, simultaneamente, como sendo, qualitativamente, uma verdadeira ocorrência da noção em causa. Por conseguinte, a validação como a não-validação

¹⁹⁸ Como veremos adiante (ver § 5), às formas linguísticas marcadoras da construção de um valor epistêmico do domínio do não-certo, incluindo a maioria dos verbos que nos ocupam, é reconhecida a função argumentativa de enfraquecer, ou suavizar, a força da asserção. Será com base nesta característica que Benveniste atribui a estes casos a construção de uma “assertion mitigée”: “En disant *je crois (que...)*, je convertis en une énonciation subjective le fait asserté impersonnellement [...], qui est la véritable proposition” (1966: 264). Segundo este autor, confere-se, assim, à asserção um contexto subjectivo que caracteriza a atitude do locutor em face do enunciado que enuncia.

¹⁹⁹ O recurso aos parâmetros Qnt e Qlt para uma descrição metalinguística da modalidade não é um exclusivo da modalidade epistêmica. Conforme já referido e ilustrado, as dimensões quantitativa e qualitativa prestam-se a ser aplicados a todo o domínio modal, e, portanto aos restantes domínios da modalidade, apreciativa e intersujeitos.

da relação predicativa correspondem a uma operação de determinação equiponderante – Qnt Qlt. Os enunciados **3.30** e **3.31**, a que atrás recorremos para ilustrar o caso em que o sujeito enunciator-locutor assume, respectivamente, a validação e a não-validação da relação predicativa

3.30 A Joana está em casa

3.31 A Joana não está em casa

descrevem-se pela delimitação quantitativa de uma ocorrência que tem, qualitativamente, todas as propriedades da noção complexa subjacente à relação predicativa <a Joana, estar, em casa>.

Conforme nos afastamos do pólo positivo da escala de valores assertivos, isto é, da assunção total da validação / não-validação da relação predicativa e, portanto, do domínio do certo, começa a instaurar-se uma distância entre Qnt e Qlt²⁰⁰. Dir-se-á que, em virtude de não se construir um valor definitivo (I ou E), a relação estabelecida entre estes dois parâmetros tende a desestabilizar-se, num grau proporcional ao grau de aproximação ao domínio do não-certo.

Deste modo, a avaliação da validabilidade da relação predicativa corresponde – como já atrás referido - a uma operação de determinação preponderantemente quantitativa – Qnt (Qlt) -, operação que se prende com a construção de ocorrências situacionais. A fonte enunciativa expressa uma falta de certeza, em diversos graus, quanto à validação da relação predicativa, limita-se a avaliar as hipóteses de validação, isto é, a validabilidade da relação predicativa. Situando-se sempre no domínio do não-certo, com um maior ou menor grau de certeza (ou seja, indo do incerto ao quase certo ou provável), por um lado, pela avaliação da validabilidade

²⁰⁰ Também o valor modal deôntico (sub-tipo da modalidade intersujeitos) se caracteriza essencialmente por uma dissociação entre Qnt e Qlt, na medida em que estão em causa dois sujeitos diferentes, uma fonte deôntica e um alvo deôntico. Ao valor deôntico marcado pelo modal *dever*, por exemplo, corresponde uma representação Qlt (Qnt): constrói-se uma selecção qualitativa da ocorrência e, portanto, eliminam-se todas as alternativas (ver Gilbert, 2001a: 63).

da relação predicativa, a fonte enunciativa avalia a existência espacio-temporal desta ou, por outras palavras, a sua dimensão quantitativa.

Por outro lado e para se pronunciar sobre a probabilidade de ocorrência da relação predicativa em causa – portanto, de um ponto de vista de ordem Qnt (uma vez que se prende com a existência da relação) -, a mesma fonte enunciativa tem que dispor de um localizador (ou ponto de localização) que lhe permita avaliar a validabilidade dessa relação predicativa. Por corresponderem a uma forma de juízo subjectivo, que envolve representações mentais (isto é, que envolve o conhecimento do sujeito enunciador), os valores modais epistémicos do domínio do não-certo constroem-se tendo como localizador (ou ponto de localização) o valor de referência em relação ao qual a fonte enunciativa avalia a validabilidade da relação predicativa. Tal valor de referência corresponde à representação nocional - definida intensionalmente, isto é qualitativamente - que a fonte enunciativa tem da relação predicativa em causa. Assim se explica, com recurso a conceitos metalinguísticos, a afirmação de que é o grau de conhecimento do sujeito enunciador relativamente ao conteúdo da relação predicativa o que está na origem da construção de qualquer valor modal epistémico, e, em particular, do valor modal epistémico do domínio do não-certo.

Retomemos os enunciados atrás propostos para ilustrar os valores de assunção parcial da validação ou não-validação da relação predicativa (mais próximos do pólo positivo, do pólo negativo ou ainda equidistantes):

3.33 A Joana pode estar em casa

3.34 A Joana deve estar em casa

3.35 A Joana talvez esteja em casa

Nestes enunciados, o valor epistémico de que os modais *poder* e *dever*, assim como o adverbial *talvez*, são marcadores constrói-se com base no facto de a fonte enunciativa dispor de um ou mais elementos tidos por si como qualitativamente característicos da relação predicativa <a Joana, estar, em casa>. São estes elementos constitutivos da representação nocional que a fonte

enunciativa tem da relação predicativa em causa que lhe permitem construir como “possível” ou como “provável” a sua ocorrência espacio-temporal, isto é, a sua ocorrência de ordem quantitativa.

Dito por outras palavras, no caso do valor epistémico correspondente à assunção parcial da validação ou não-validação da relação predicativa, a fonte enunciativa constrói, através de um processo de inferência (isto é, a partir de indícios), o percurso dos valores possíveis, isto é, a possibilidade, ou ainda a plausibilidade ou probabilidade²⁰¹. É, portanto, em função da representação qualitativa que tem da relação predicativa que a fonte enunciativa perspectiva a eventualidade da sua manifestação quantitativa, isto é, que a fonte enunciativa avalia a sua validabilidade. Por conseguinte, está em causa, na construção de um valor epistémico do domínio do não-certo, a adequação a um centro organizador, isto é, a conformidade da ocorrência abstracta ideal (ocorrência tipo) em relação à ocorrência que estrutura o domínio nocional associado à relação predicativa.

Propostas em termos de ponderação dos parâmetros metalinguísticos que definem as operações de determinação Qnt e Qlt, estas considerações a propósito da modalidade epistémica não são incompatíveis com uma representação dos valores modais através de uma bifurcação que relaciona dois planos disjuntos: por um lado, o plano onde se situa o sujeito modal, por outro, o plano do domínio nocional, correspondente à classe de ocorrências de uma relação predicativa. Isto mesmo referimo-lo atrás, com referência ao proposto em Deschamps (1998).

Tendo, portanto, como princípio teórico a forma como se estrutura o domínio nocional, em Campos (1998a: 127) propõe-se uma representação diagramática para os verbos modais *poder*, *dever* e *ter de*, através, precisamente, de uma

²⁰¹ Definidos, respectivamente, em termos de equiponderância e de construção de um único caminho (de validação ou de não-validação) (ver § 3.3.2), plausibilidade e possibilidade correspondem, enquanto diferentes valores de modalidade epistémica do domínio do não-certo, a diferentes valores de construção de enunciação mediatizada ou mediativo (ver § 6).

bifurcação²⁰². Destes verbos, é *dever* que, com possibilidades de marcar a construção de um valor deôntico, pode igualmente, em certos contextos linguísticos, marcar um valor epistémico do domínio não-certo equiparável ao valor epistémico de *que* - como veremos mais detalhadamente (ver § 5) -, também em certos contextos, a generalidade dos verbos objecto deste estudo (*achar, pensar, julgar, supor, crer, acreditar*) são marcadores²⁰³.

Retome-se, nomeadamente, o enunciado acima proposto, **3.34**. Neste enunciado, *dever* – tal como *poder*, numa das duas interpretações propostas do enunciado **3.32** - tem um valor modal de suputação, em virtude de, como vimos atrás, T_1 ser simultâneo a T_0 . Além disso - dizíamo-lo, também -, como consequência dos processos de inferência implicados na construção do valor modal construído, este está mais próximo do pólo positivo da escala de valores assertivos, não estando, portanto, equidistante dos dois pólos, positivo e negativo. Por conseguinte, *dever* associa a distância modal a uma operação de mira. Ou seja, a partir de IE, posição onde se situa o sujeito modal, este sujeito visa uma zona do domínio nocional que permite localizar, através de uma validação ou de uma não-validação, uma ocorrência da relação predicativa. Consequentemente, constrói-se uma ponderação de uma zona do domínio nocional, sem que, no entanto, se dê a exclusão ou eliminação da zona alternativa ou complementar.

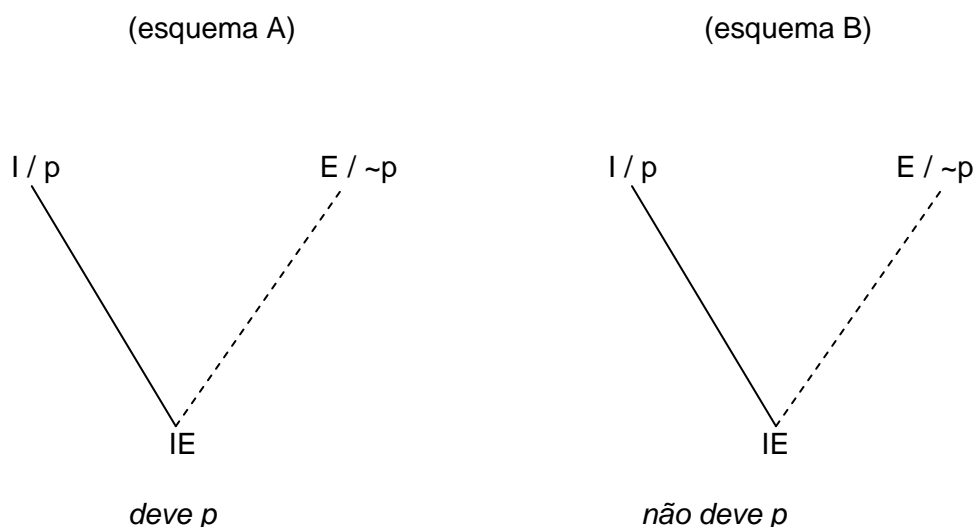
²⁰² Fala-se de bifurcação uma vez que o sujeito modal parte de IE (“E reforçado”), posição a partir da qual se podem perspectivar as duas zonas do domínio nocional, I e E, viabilizando diferentes relações de ponderação entre ambas e, decorrentemente, diferentes valores modais que vão da validação à não validação da relação predicativa, passando pela assunção parcial da validação / não validação da relação predicativa.

Assim, partindo de IE, podem verificar-se as seguintes hipóteses: a) equiponderação, ou seja, ambas as zonas do domínio nocional são consideradas (por exemplo, *pode p* ou *não tem de p*); b) ponderação de uma zona do domínio, podendo a zona alternativa ser eliminada (*tem de p* ou *não pode p*) ou não (*deve p* ou *não deve p*).

²⁰³ Esta equivalência ou paralelismo entre o verbo modal *dever* e verbos como *achar, pensar, julgar, supor, crer, acreditar*, mas também *parecer, dar a impressão, ser provável, ser desejável, ser aconselhável, querer, desejar*, é sugerida, aliás, por outros autores como Campos (1998) e Moreno (2003).

No caso do enunciado **3.34**, uma vez que se está perante uma forma afirmativa (*deve p*), a mira recai sobre o interior do domínio (I), sem que o exterior do domínio (E) seja excluído.

Vejamos, pois, as representações gráficas de *deve p* (do enunciado **3.34**, por exemplo) (esquema A) e de *não deve p* (esquema B), conforme são propostas em Campos (*ibidem*):



Em termos de representação através de uma bifurcação, aquela aqui notada como esquema A é a representação adequada ao valor epistémico do domínio do não-certo de que são marcadores os verbos *achar*, *pensar*, *julgar*, *supor*, *crer*, *acreditar*, em enunciados afirmativos do tipo '*V que p*'. Quanto aos seus correlatos negativos *não achar*, *não pensar*, *não julgar*, *não supor*, *não crer*, *não acreditar*, no mesmo contexto linguístico ('*não V que p*'), ver § 12.

Esta possibilidade de representação será sustentada pela reflexão proposta no capítulo 5 e revelar-se-á fundamental na descrição e explicação, propostas no capítulo 12, da relação entre a negação e as propriedades específicas dos predicados subjectivos em análise.

4. Caracterização enunciativa da subordinação

Numa perspectiva da construção da referência, a centralidade (estrutural) do verbo introdutor no estabelecimento de uma relação de subordinação é teoricamente inadequada, pelo que é fundamental contemplar parâmetros metalinguísticos que permitem a ancoragem situacional dos valores de que todas as formas linguísticas no enunciado - e não só o verbo introdutor - são marcadoras. Deste modo, o processo de subordinação, tradicionalmente tido como sintático, corresponde a um marcador complexo de uma operação de determinação, considerada ao nível nocional (isto é, ao nível do estabelecimento de relações primitivas), ao nível da construção da relação predicativa associada à proposição principal e ao nível da sua determinação enunciativa (ver Deschamps, 1997).

Por conseguinte, para uma abordagem enunciativa da subordinação, isto é, com vista à concepção de um modelo enunciativo da subordinação, é fundamental que nos situemos numa perspectiva transcategorial, em que o sintático e o semântico são descritos numa mesma sequência de operações, integrando, portanto, os vários níveis da construção do enunciado num todo descritivo e sem descontinuidade (senão por conveniência metodológica e de explicação metalinguística)²⁰⁴.

Para o estudo da subordinação no quadro da Teoria Formal Enunciativa, aponta-se em Culioli (1982) uma orientação geral, ao afirmar que “une lexis²⁰⁵ peut être composée avec une autre lexis et [...] on peut construire une relation de repérage entre lexis” (1982 [também in 1999a: 101]).

²⁰⁴ Recorde-se, aliás, que Culioli recusa a oposição entre sintaxe, semântica e pragmática, em detrimento de uma problemática das operações predicativas e enunciativas: “[...] no basic discrimination between syntax, semantics and pragmatics is called for and I purpose [...] to put forward an attempt to model the operations which allow us to establish a verifiable relation between representations on one hand, and on the other, the traces of these operations which implement the transition from representations to textual phenomena” (Culioli, 1994: 21).

²⁰⁵ Uma lexis corresponde a um conteúdo proposicional, representando, como tal, uma entidade de um grau elevado de abstracção.

Encontramos um desenvolvimento desta concepção, entre outros, em de Cola-Selaki (1992), a propósito da distinção entre “subordination temporelle” e “subordination subjective”, assim como em Robert (1991 e 1995), sobre o “mode subordinatif” em wolof. É também de referir, nesta linha, o trabalho de Le Goffic (1993b), sobre a classificação das subordinadas em francês. Mais recentes, refiram-se os importantes trabalhos de Deschamps (1997), em que se propõe um tratamento enunciativo dos complementos proposicionais dos verbos (com *exemplarium* do inglês), de Wyld (2001), sobre subordinação e enunciação a propósito do inglês, e de Chuquet (2001), sobre subordinação e construção de valores modais, ainda a propósito do inglês, a partir das conclusões propostas num outro artigo (Chuquet; M. Paillard, 1988) sobre a questão da modalidade nas subordinadas.

Como ponto de partida geral para uma abordagem enunciativa da subordinação, consideremos a concepção corrente de subordinação, enquanto forma de associação entre duas estruturas através de um processo de *encaixe*, de que resulta, no caso da subordinação nominal, uma relação de dependência entre ambas as estruturas ou proposições²⁰⁶. O conceito de encaixe é particularmente produtivo numa perspectiva tradicional de análise funcional da frase segundo o modelo S V O + complementos adjuntos. Neste modelo, a frase é concebida como um esquema composto por um certo número de lugares, susceptíveis de ser instanciados por unidades sintácticas, que podem ser, entre outras, uma proposição subordinada. Conforme se comenta em Wyld (2001), está-se perante “une conception du mécanisme d’enchâssement [e, por extensão, de subordinação] selon laquelle la structure enchâssée [...] est posée comme venant *saturer* une place-composante de la structure enchâssante [...]” (*idem, ibidem*: 9).

Tenhamos presente frases complexas que comportam uma subordinada nominal que tem a função de complemento de objecto ao nível da estrutura matriz

²⁰⁶ Pondo a tónica na natureza dissimétrica e de dependência entre os dois constituintes da frase, esta definição de subordinação permite o estabelecimento da distinção entre esta forma de encaixe interproposicional e a coordenação interproposicional, enquanto forma de manutenção de uma correspondência entre os dois constituintes.

(ou subordinante), como, por exemplo, em **4.1** e **4.2**, cujas subordinadas são completivas, respectivamente, em *que* e em *se*, ou interrogativa indirecta.

4.1 A Ana acha que o Luís perdeu o combóio

4.2 Não sei se o Luís perdeu o combóio

Do ponto de vista da análise da frase, aos dois casos corresponde uma mesma configuração²⁰⁷:

(representação A)

(proposição principal) S V ()

↑ (proposição encaixada)

Dependendo de uma certa concepção composicional e estrutural da frase, esta abordagem tradicional suscita, desde logo, algumas questões teóricas que, entre outros aspectos, se prendem com o problema da complementação do verbo e com a consequente definição de predicado. Em síntese, digamos que todas estas questões são conducentes à problematização da centralidade do verbo introdutor no estabelecimento de uma relação de subordinação, já aqui referida. Por conseguinte, as questões levantadas orientam-se no sentido de uma proposta de descrição e de explicação diferentes do processo de subordinação, que, identificada no interior do quadro teórico da Teoria Formal Enunciativa, acarreta, necessariamente, consequências, de ordem simultaneamente terminológica e conceptual, quanto ao modo como se perspectiva o conceito de encaixe.

²⁰⁷ Também frases complexas cujas subordinadas nominais sejam uma exclamativa indirecta (por exemplo, *Não podes imaginar como me senti!*) ou uma relativa sem antecedente (por exemplo, *As águas arrastaram o que nos restava*) apresentam esta configuração.

Assim, para uma abordagem enunciativa da subordinação, tenhamos presente, em lugar do esquema tradicional da frase acima referido, a representação metalinguística do enunciado, enquanto produto de um encadeamento de operações. Contemple-se, pois, a fórmula geral da constituição de um enunciado proposta por Culioli, representada pelas expressões metalinguísticas que se seguem (em que λ simboliza uma lexis, $\langle a \ r \ b \rangle$ ou $\langle r \rangle$ uma relação predicativa e Sit o sistema referencial) (ver Culioli 1977: 45):

(representação B)

$\lambda \in \text{Sit}$ ou $\langle a \ r \ b \rangle \in \text{Sit} (S, T)$ ou $\langle r \rangle \in \text{Sit}$

De acordo com esta concepção de enunciado, uma definição de subordinação situa-se, como referimos no início deste sub-capítulo, ao nível nocional, em que se define a natureza de relação primitiva que se estabelece entre duas noções²⁰⁸, assim como ao nível da construção da relação predicativa associada à proposição principal ou subordinante. A este nível (predicativo), a proposição subordinada instancia um lugar argumental – de índice 1 (C_1), no caso de uma subordinação nominal como a presente em 4.1 e 4.2 - do esquema abstracto associado à relação predicativa correspondente à proposição subordinante²⁰⁹.

²⁰⁸ Refira-se que, ao nível nocional, se está perante uma lexis, em que duas noções são postas em relação, por intermédio de uma outra noção (um relator). A natureza dessa relação nocional (ou primitiva) depende das possibilidades de relação que, pelas suas definições intensionais, essas noções permitem.

²⁰⁹ A opção pela descrição da subordinação nominal, já expressa noutros momentos deste trabalho e agora reiterada, deixa de parte os outros tipos de subordinação – subordinação circunstancial e subordinação relativa - com configurações claramente distintas. Se, por um lado – como acima referimos - uma subordinada nominal instancia um lugar argumental da relação predicativa associada à subordinante, por outro, uma subordinada circunstancial instancia um lugar ao nível enunciativo (ver Wyld, 2001) e uma subordinada relativa com antecedente nominal incide sobre um ou vários lugares já saturados da relação predicativa (ver T. Oliveira, 1997).

De acordo com esta descrição, confirma-se que a subordinação é efectivamente um processo em que o sintáctico e o semântico são descritos numa mesma sequência de operações. Assim, e tendo presente o facto de a construção de um enunciado compreender uma operação de localização da relação prediativa relativamente a parâmetros enunciativos, reconhece-se que a subordinação em geral constitui um marcador complexo de uma operação de determinação, não só ao nível nocional e ao nível da construção da relação prediativa, como também a um terceiro nível - o nível da sua determinação enunciativa.

Aliás, a representação do enunciado a três níveis – nocional, predicativo e enunciativo – traduz-se por uma concepção fundamentalmente relacional do enunciado²¹⁰, radicalmente distinta da concepção unidimensional da representação da frase atrás proposta (representação A), ponto de partida para esta proposta.

4.1 Subordinação como localização nocional

A um nível nocional (ou nível das relações primitivas), a configuração interna de cada uma das duas noções postas em relação determina a natureza da relação primitiva que se estabelece. Cada um destes tipos de relação primitiva – identificação / diferenciação, localização e teleonomia (ou intencionalidade) (ver § 2.3.1) – não é exclusiva, podendo, por isso, combinar-se, num jogo de ponderações que permite o destaque de um valor preponderante sem que o(s) outro(s) seja(m) eliminado(s).

²¹⁰ Num comentário a propósito da Teoria Formal Enunciativa, em Wyld (2001), sublinha-se o paralelismo entre esta concepção relacional do enunciado e o conceito de *orgânico* definido por Kant como o oposto de *mecânico*: “The notion of an organism is characterized as follows: First a thing is an organism only if ‘the existence and form of its parts [...] [are] possible only through their relation to the whole’ [Kant, *Crítica da Faculdade de Julgar*]. An organism is thus not only an organized thing but also a thing organizing itself. In a mechanism the parts are conditions of each other’s function. In an organism they also exist through each other and in a sense produce each other.” (S. Korner 1955 *Kant*, London, Penguin Books: 202, *apud* Wyld, *ibidem*: 16).

Assim, dos verbos que são objecto deste estudo (com a excepção de *saber* e *ignorar*), *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *supor*, *acreditar* e *duvidar* integram uma das classes de predicados de localização nocional – a classe dos “verbes de pensée (conceptuels)” (Deschamps, 1997: 64). O tipo de operação primitiva de localização de que estes verbos são marcadores é definida como uma assunção epistémica da relação predicativa imbricada (ou proposição subordinada) como validada subjectivamente mas não asserida (ver *idem*, *ibidem*).

Neste tipo de localização nocional está em causa uma forma de validação. Assim, o valor modal que, reconhecidamente, está em causa no tipo de localização nocional construído por estes predicados - situado no nível nocional, portanto – parece confirmar a hipótese, atrás referida em nota (ver § 2.3) segundo a qual a categoria modalidade tem uma dimensão pré-enunciativa, constituindo, desde logo, uma determinação interna das noções lexicais de que estes lexemas verbais são expressão linguística.

Genericamente, a relação primitiva de localização corresponde a uma situação que Deschamps define do seguinte modo: “Il s’agit de situer quelque chose ([...] une relation prédicative) par rapport à un système de coordonnées (espace-temps et sujet en relation avec un autre sujet). Il y a donc passage pour ce quelque chose de \emptyset à non- \emptyset , donc quantification (Qnt): on attribue une propriété à ce Qnt” (*idem*, *ibidem*: 63). Isto é, uma determinada relação predicativa (evento ou propriedade) é localizada, de forma explícita, relativamente a uma origem enunciativa. No entanto, diferentes classes de predicados são marcadores deste tipo de relação primitiva (em detrimento ou preponderante em relação aos outros tipos de relação primitiva - identificação / diferenciação, e teleonomia), daí resultando também diferentes tipos de localização nocional.

Os verbos *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *supor*, *acreditar* e *duvidar* - doravante, verbos conceptuais, ou verbos de pensamento - marcam uma localização nocional correspondente a uma validação subjectiva. Este tipo de localização nocional de que esta classe de verbos é marcadora difere dos tipos de localização nocional de que outras classes de verbos são marcadoras. Conforme se propõe em Deschamps (*ibidem*: 64), a classe dos verbos de percepção (“verbes de perception”) (integrando em português, verbos como *ver*, *sentir*, *ouvir*...) marca a asserção da validação de uma ocorrência; a classe dos verbos declarativos (“verbes de dire”) (em português,

verbos *dizer, declarar...*) marca a localização da relação prediativa numa relação interlocutória; a classe dos verbos apreciativos (“*verbes d’affect*”) (em português, os verbos *gostar, detestar, apreciar...*) marca uma localização da relação prediativa relativamente ao sujeito de que resulta uma apreciação²¹¹.

4.2 Subordinação como instanciação de um lugar ao nível predativo: uma relação de imbricação

Na sequência do que atrás procurámos sistematizar, conclui-se que, do processo de subordinação nominal em geral, resulta um único tipo de frase complexa, em que, segundo a formulação proposta em Deschamps (1997), “[...] il y a une véritable imbrication de deux propositions (imbriquante / principale, et imbriquée / subordonnée) au sens où la complétive vient s’intégrer dans la principale en position de sujet²¹² ou de complément du verbe recteur, d’où l’idée de nominalisation” (*idem, ibidem*: 60)²¹³.

²¹¹ Sem pôr em causa as dificuldades inerentes a uma classificação, qualquer que seja ela, de predicados ou verbos (ver § 2.3), esta classificação, proposta em Deschamps (2001) e baseada num critério que se prende com as operações que as diferentes noções lexicais verbais marcam (operações definidas a um nível nocional, portanto), parece-nos constituir uma forma teoricamente fundada de designar a classe de verbos cujo funcionamento nos propomos estudar, assim como outras classes de verbos, distintos daqueles mas que não deixaremos de referir quando oportuno. De hora em diante, adoptamos, por comodidade de referência e pela coerência teórica, a designação de verbos de pensamento ou verbos conceptuais para designar os verbos *pensar, julgar, crer, achar, supor* e *acreditar*, assim como as designações de verbos de percepção (*ver, sentir, ouvir...*), de verbos declarativos (*dizer, declarar...*) e de verbos apreciativos (*gostar, detestar, apreciar...*).

²¹² A possibilidade aqui referida - de construção de frases complexas que comportam uma subordinada nominal com a função de sujeito ao nível da proposição subordinante - corresponde a uma configuração em que a proposição subordinada instancia um lugar argumental (neste caso, de índice 0 (C₀)) do esquema abstracto associado à relação prediativa correspondente à proposição subordinante. Em Wyld (2001: 9), propõe-se um conjunto de exemplos do inglês que ilustram esta configuração, conforme passamos a transcrever (sublinhados do autor):

Propostos por Deschamps (*ibidem*), o termo “imbrication” (*imbricação*) e a decorrente designação – como “imbriquante” (*imbricante*) e “imbriquée” (*imbricada*) - dos dois termos (duas relações predicativas) da relação complexa que se estabelece afiguram-se-nos preferenciais a termos e designações a que tradicionalmente se recorre, como *encaixe* ou *subordinação*, *proposição subordinante* ou *incidente*, *estrutura matriz* ou *principal*, e *proposição subordinada* ou *encaixada*²¹⁴. Os termos *relação imbricante* e *relação imbricada* - que, portanto,

“That they will win is unlikely (completive)

It’s unlikely that they will win (completive extraposée)

It’s amazing how much they made you pay (subordonnée exclamative)

[...]”

Como, aliás, em inglês ou em francês, também em português esta configuração só se verifica quando o predicado da proposição subordinante é de natureza adjectival. Torna-se, por isso, menos pertinente dedicar-lhe mais do que uma breve referência, quando, no âmbito deste trabalho, nos propomos estudar um número restrito de predicados verbais, susceptíveis de integrar uma proposição subordinante cuja subordinada nominal - comportando uma forma verbal finita e, portanto, introduzida por *que* ou introduzida por *se*, ou comportando uma forma verbal não finita - instanciam um lugar argumental de índice 1 (C₁) do esquema abstracto associado à relação predicativa.

²¹³ Embora formulada de diferentes maneiras (porque a partir de pressupostos teóricos diferentes), esta concepção parece estar presente fora do quadro da TFE e mesmo da linguística da enunciação em geral. Refiram-se, nomeadamente, algumas das abordagens generativistas destas estruturas: R. B. Lees ([1960] ⁵1968 *The Grammar of English Nominalizations*, Mouton, The Hague), P. S. Rosenbaum (1967 *The Grammar of English predicate Constructions*, M.I.T. Press, Cambridge, Mass.), J. Bresnan (1970 “On Complementizers: Toward a Syntactic Theory of Complement Types” in *Foundations of Language* 6; 1972 *Theory of Complementation in English Syntax*, Ph.D. Thesis, M.I.T. Press, Cambridge, Mass.), E. Williams (1975 “Small Clauses in English” in J.P. Kimball (ed.) *Syntax and Semantics*, vol. IV).

²¹⁴ Mesmo entre os estudos da subordinação que se situam no quadro da TFE, apesar de algum consenso quanto à descrição conceptual das operações em causa, não há unanimidade quanto à terminologia a adoptar. Em Wild (2001), por exemplo, opta-se pela manutenção do termo *encaixe* (“enchâssement”), que alterna com o termo *subordinação* (“subordination”), designando-se as duas relações predicativas como estrutura encaixante (“structure enchâssante”) e subordinada (“subordonnée”). Em Chuquet (2001), recupera-se a terminologia proposta em Deschamps (1997) – “relation imbriquée” e “relation imbriquante” – para se propor, respectivamente, “P1” e “P2”.

adoptaremos - expressam de forma mais fiel uma relação não fundada num princípio de subordinação, enquanto relação de dominância hierarquicamente definida. Além disso, uma vez que cada um dos termos da relação predicativa complexa constitui, em si mesmo, uma relação predicativa, parece-nos mais adequada a opção pela designação de *relação* em detrimento de *proposição*²¹⁵, embora não deixe de ser possível, a propósito da definição de relação predicativa, afirmar-se que esta corresponde a um conteúdo proposicional²¹⁶.

Ao nível da predicação - isto é, ao nível da construção da relação predicativa -, coloca-se a questão da natureza das relações que estão em causa na imbricação das duas relações predicativas, imbricante e imbricada. A série de relações possíveis (cuja formalização é proposta em Deschamps (*ibidem*))²¹⁷, depende do tipo de relações primitivas definidas pelo verbo introdutor - identificação / diferenciação, localização e teleonomia (ou intencionalidade). Por conseguinte, os vários tipos de estrutura resultante divergem entre si quanto aos fenómenos de localização dos diferentes lugares argumentais de cada uma das duas relações predicativas. De forma mais particular, é a instanciação ou a não-instanciação dos

²¹⁵ O termo *relação predicativa* explicita a forma preferencial de se encarar cada um dos termos que compõem uma relação de imbricação: imbricante e imbricada correspondem a relações predicativas, isto é, a objectos metalinguísticos, conceito teoricamente distinto daquele que, no domínio da lógica, se designa com recurso ao termo já sobrecarregado de *proposição* e, por isso, quantas vezes, designando um objecto outro que não metalinguístico (por exemplo, na lógica clássica, articulação de um sujeito com um predicado; em Kant, correspondente a um juízo; em Wittgenstein, expressão de um estado de coisas).

²¹⁶ Embora designe o produto das relações entre a r , r b e a b (a que corresponde, portanto, um conteúdo proposicional), a expressão “relação predicativa” designa também o estabelecimento da relação em si mesma. Conforme se observa em Culioli (1982 (também in 1999a: 98)): “[...] quand nous parlons de repérage, nous renvoyons à la fois à la constitution d’une relation et à la relation constituée. Il n’y a pas danger à cette confusion courante [...], à condition que l’on soit conscient, et que l’on sache distinguer, chaque fois que ce sera nécessaire, la relation de l’opération qui la construit”.

²¹⁷ Referindo-se apenas às diferentes classes de predicados verbais, Deschamps não faz qualquer referência aos predicados adjectivais (com valor modal epistémico ou apreciativo), que, naturalmente, se enquadram nesta descrição da subordinação como relação de imbricação.

diferentes lugares argumentais da relação predicativa imbricada o critério que preside à distinção de cada uma das estruturas complexas resultantes dos diferentes tipos de relação de imbricação (ver Deschamps, *ibidem*: 65ss).

Genericamente definida enquanto relação de imbricação mediante a qual se dá a instanciação de um lugar ao nível predicativo, a subordinação deve perspectivar-se como um processo em que está em causa a construção da relação predicativa associada à relação imbricante.

No caso dos enunciados em que ocorrem as tradicionalmente designadas subordinadas de natureza nominal – que, no contexto deste trabalho, mais nos interessam – estamos perante uma imbricação de duas relações predicativas, mediante a qual a relação imbricada instancia, de forma particular, o lugar argumental de complemento objecto (C₁) no esquema abstracto associado à relação imbricante. É esta a estrutura predicativa que está na base, por exemplo, dos enunciados 4.1 a 4.4 (retomamos os enunciados 4.1 e 4.2, já anteriormente introduzidos)²¹⁸:

4.1 A Ana acha que o Luís perdeu o combóio

4.2 Não sei se ele perdeu o combóio

4.3 Penso acabar o relatório amanhã

4.4 Os professores acreditam terem os Centros recebido verba (exemplo de Mateus *et alii*, 1989: 272)

Ao nível predicativo, enunciados que apresentam uma imbricação cuja relação predicativa imbricada corresponde a uma completiva com complementador

²¹⁸ Com os enunciados aqui propostos, pretende-se ilustrar, de forma geral, a relação de imbricação que, a um nível predicativo, está em causa, em comum, quando à relação imbricada correspondem os quatro diferentes tipos de completiva exemplificados. A este nível pré-enunciativo, são irrelevantes as diferentes possibilidades de coocorrência dos diferentes verbos introdutórios com os diferentes tipos de completiva assim como a possibilidade ou impossibilidade de contraste dos modos indicativo e conjuntivo ao nível da relação imbricada quando o seu verbo se apresente na forma finita.

que (4.1) (ver § 6.1) ou com complementador *se* (4.2) (ver § 11.2) (ambas com a forma finita do verbo da relação imbricada) ou a uma completiva com infinitivo impessoal (4.3) ou pessoal (4.4) (ver § 10) são metalinguisticamente representáveis pela seguinte formalização:

$$\langle {}_1 A R \langle {}_0 a r b \rangle {}_1 \rangle^{219}$$

Embora se opte, na exemplificação acima proposta, pelo recurso, por enquanto aleatório, a quatro dos verbos conceptuais cujo estudo pretendemos aprofundar (*que*, nocionalmente, definem uma relação de localização conforme se descreveu no sub-capítulo anterior), a mesma estrutura predicativa (e, portanto, a mesma representação metalinguística) é extensiva a enunciados cujos verbos da imbricante definem nocionalmente uma relação de localização de outros tipos (ver § 4.1). É o caso de verbos perceptivos, como *ver*, de verbos declarativos como *dizer*, ou apreciativos como *gostar*, cujos enunciados também têm na base - ou seja, a um nível predicativo - uma imbricação de duas relações predicativas, em que a relação imbricada instancia o lugar argumental de complemento objecto (C_1) no seio do esquema abstracto associado à relação imbricante.

Correspondendo a um processo que se dá ao nível da construção da relação predicativa associada à relação imbricante, a subordinação é, por outro lado, perspectivável como um dispositivo de marcação de operações ao nível da determinação enunciativa da relação predicativa complexa, marcando a determinação de valores temporais, aspectuais e modais do enunciado.

²¹⁹ Conforme se propõe em Deschamps (1997: 66), representa-se metalinguisticamente a relação predicativa imbricante (de índice 1) com maiúsculas e a relação predicativa imbricada (de índice 0) com minúsculas. Como se propõe em Culioli, cada relação predicativa (necessariamente orientada) é representada entre parênteses em ângulo (< >).

4.3 A relação de imbricação como dispositivo de modalização

Supondo já como adquiridas as etapas da construção de uma relação predicativa, este objecto metalinguístico assume o estatuto de enunciado quando é localizado num sistema referencial e é acrescido de valores referenciais das categorias gramaticais tempo-aspecto, determinação nominal, modalidade.

O facto de a operação de localização em relação à situação de enunciação origem (Sit_0) conferir um valor referencial à relação predicativa implica, em particular, a determinação modal do enunciado. O sujeito enunciador (S_0) é o localizador na relação de localização de que resultam os valores modais do enunciado. Dito de outro modo, é do estabelecimento da origem enunciativa (S_0) - resultante da localização da relação predicativa em relação ao parâmetro subjectivo (S) - que decorre a estabilização de um valor modal para o enunciado. Assim, como vimos atrás (ver §§ 3.3.1 e 3.3.2) todo e qualquer enunciado é caracterizado por um valor modal (tal como por um valor temporal-aspectual), uma vez que, conforme se postula em Culioli, “Tout énoncé est repéré par rapport à une situation d’énonciation qui est définie par rapport à un premier sujet énonciateur S_0 [...] et à un temps d’énonciation T_0 ” (1977 [também *in* 1999b: 44]).

A construção da relação de imbricação implica um agenciamento de formas particular, que determina, como qualquer outra configuração predicativa, o modo como se constroem os valores referenciais que caracterizam os enunciados. Reveste-se de alguma complexidade - merecendo, por isso, uma atenção mais demorada - o caso da determinação modal dos enunciados que integram uma relação imbricada que, ao nível predicativo, instancia o lugar argumental C_1 - a tradicionalmente designada completiva-nominal (ver §§ 5, 6 e 7). Esta construção é marcadora da localização pelo enunciador do complemento. Por conseguinte, a relação predicativa imbricada pode apresentar um funcionamento predicativo (ou relação predicativa pré-construída) ou um funcionamento não predicativo²²⁰, e

²²⁰ Sobre o funcionamento predicativo e funcionamento não predicativo do complemento, ver, de forma particular, § 7.2.

instanciando o lugar de um argumento C_1 na relação imbricante, é introduzida, por exemplo, por *que*, “image du premier énonciateur” (Culioli, 1974: 12), que representa, portanto, “l’acte assertive du S_0 , origine de toute énonciation” (*idem*, *ibidem*).

Tratando-se de uma relação predicativa complexa, a sua localização em relação a um sistema referencial coloca o problema da dissociação entre a fonte enunciativa (ou sujeito enunciador origem - S_0) e a fonte modal (ver § 5). Além disso e em virtude deste seu estatuto modal, o tipo de relação de imbricação a que nos referimos identifica-se, por excelência, com duas das formas que a enunciação relatada²²¹ assume – os tradicionalmente designados discurso indirecto e discurso (ou estilo) indirecto livre.

A questão que se coloca, e a que procuraremos responder adiante (ver § 5), é a de saber como se constroem valores modais em enunciados complexos cujas relações predicativas, ligadas por uma relação de imbricação (que é uma relação de localização), podem, por princípio e como veremos, apresentar diferentes valores modais, ou, pelo menos, diferentes fontes modais.

A possibilidade, acima apresentada, de centrar o trabalho de cálculo dos valores modais no parâmetro abstracto subjectivo (S) do sistema referencial (Sit) – isto é, pela verificação da forma como se constrói a fonte modal - constitui, assim, um meio teórico de agrupar e distinguir entre si os diversos tipos de funcionamento dos verbos *julgar*, *achar*, *crer*, *supor*, *pensar*, *acreditar*, *saber* susceptíveis de ocorrer na relação imbricante e os valores modais susceptíveis de ser veiculados ao nível da relação imbricada.

²²¹ A opção pela expressão *enunciação relatada* (em detrimento da designação tradicional *discurso relatado*) deve-se ao facto de esta integrar uma referência explícita à actividade enunciativa. A construção dos valores referenciais (não só modais, como temporais-aspectuais) em que consiste a enunciação caracteriza qualquer enunciado assumindo especial evidência no caso dos enunciados assim designados, em virtude da coexistência dos diversos planos de referência (ver § 7.1).

5. Verbos conceptuais em enunciados do tipo ‘V (1ª pessoa gramatical) que p’. Predicados subjectivos e construção de um valor modal epistémico

A definição de modalidade epistémica – de modo complementar, a caracterização da modalidade de tipo 2 a partir de Culioli, e a proposta de Campos – bem como a possibilidade da sua calculabilidade com recurso aos parâmetros Qnt e Qlt, fornece uma base teórica para a descrição e a explicação do funcionamento de verbos conceptuais (ou de pensamento) como *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, e saber*, enquanto formas que podem marcar um valor modal epistémico do domínio do não-certo, ou do certo (caso de *saber*), em enunciados afirmativos do tipo ‘V que p’.

A partir do sistema de representação metalinguística definido no quadro da Teoria Formal Enunciativa, é possível proceder-se a um cálculo de todos os valores de determinação construídos, aspectuo-temporais, modais. Nomeadamente, estando-se perante uma relação de localização situacional (entre uma relação predicativa e uma situação de enunciação), pode-se prever que a introdução de qualquer variação ao nível de um dos termos da relação acarrete uma mudança em termos do valor construído.

Pela observação dos seguintes enunciados a que corresponde uma relação predicativa complexa (relação de imbricação), constata-se, por exemplo, o modo como uma variação ao nível do sujeito do enunciado - argumento C_0 - da relação imbricante implica, por si só, a construção de diferentes valores modais²²²:

5.1 Julgo que [este esforço que está a ser feito] é importante. (Ref: jpub-960717-fs02)

²²² Pela sua relevância na determinação enunciativa dos enunciados, constata-se que o argumento de índice zero (C_0) e sujeito do enunciado, já introduzido como produto de operações predicativas (ver § 2.3.1), é também produto de operações enunciativas.

5.2 O secretário de estado julga que o esforço que está ser feito é importante

Em 5.1, S_0 não assume totalmente a validação da relação predicativa imbricada. O verbo da imbricante, *julgar*, na forma afirmativa, é uma marca de que a relação predicativa não é asserida, exprimindo uma distância de S_0 em relação ao que seria a construção de um valor de asserção estrita. Essa distância construída configura uma assunção parcial da validação da relação predicativa, correspondente, na escala de valores assertivos, a um ponto mais próximo do pólo positivo (assunção total), do que do pólo negativo (assunção nula). Em virtude de T_1 ser construído com um valor (temporal) de simultaneidade em relação a T_0 , estamos perante um valor modal de suputação, como “[...] juízo que resulta de uma inferência do enunciador-locutor, a partir do seu conhecimento indirecto do estado de coisas referido pela relação predicativa modalizada” (Campos, 1998a: 139)²²³.

Da recusa parcial em assumir a validação da relação predicativa resulta um valor modal epistémico do domínio do não-certo que, como todos os valores modais, constitui uma estratégia argumentativa que pode ser, neste caso, de construção de uma asserção estrita. Não sendo total, a distância construída relativamente à validação da relação predicativa permite, paradoxalmente, um reforço do que seja o valor assertivo estrito (assunção total da validação da relação predicativa), alcançado pela aproximação deste enunciado aos enunciados performativos, no sentido austiniano do termo (Austin, [1962] 1975²), daí resultando uma fonte enunciativa “mais forte”, porque explicitamente subjectiva, isto é, responsável por uma operação de validação subjectiva (ver § 6.2).

No enunciado 5.2, a distância a que o sujeito enunciador origem se “coloca” da assunção da validação da relação predicativa é marcada pela construção, noutro tempo (T_1), de uma nova origem enunciativa (Sit_1) cuja coordenada subjectiva lexicalizada (*o secretário de estado*), em relação de localização com valor de ruptura em relação ao enunciador S_0 , é, por conseguinte, referencialmente distinta deste. O valor modal de assunção nula aqui construído, ou seja, a recusa total, por parte de S_0 , em assumir a validação da relação predicativa, situa-se no pólo

²²³

Sobre construção de um valor de suputação, ver § 3.3.2.

negativo da escala. Pode corresponder, pela construção explícita de um locutor referencialmente distinto de S_0 , a uma situação descrita como de enunciação relatada (ver § 7.1).

Abstraindo as diferenças inerentes a cada um dos verbos conceptuais susceptíveis de ocorrer na imbricante e independentemente dos valores de determinação marcados pelas restantes formas linguísticas em ocorrência nos pares de enunciados que se seguem - nomeadamente ao nível da relação predicativa imbricada (determinação de C_0 , tempo e modo da forma verbal, etc) -, a descrição proposta para os enunciados acima é, genericamente, extensível a *pensar, crer, achar, supor e acreditar*.

5.3 Penso que trocaria a carreira de veterinária [...] por uma vida dedicada ao tiro (Ref: 67/J19585)

5.4 Ele pensa que trocaria a carreira de veterinária por uma vida dedicada ao tiro

5.5 Creio que amanhã ou depois já te telefonam (Ref: 14/LOO71POO37X)

5.6 Elas crêem que amanhã ou depois já te telefonam

5.7 Acho [...] que a pessoa sozinha, de início [...], tem dificuldades (Ref: 5/481)

5.8 Os instrutores acham que a pessoa sozinha, de início, tem dificuldades

5.9 Suponho que a composição do novo conselho é bastante diferente (Ref: jpub-960710-fh01)

5.10 A candidata à presidência supõe que a composição do novo conselho é bastante diferente

5.11 Eu acredito que eles [os jovens] têm [...] revolta (Ref: 3/1331)

5.12 A professora acredita que os jovens têm revolta

Como verbos ocorrendo ao nível de uma imbricante, numa relação de imbricação – isto é, integrados num enunciado complexo -, todos estes verbos permitem construir, ao nível da relação imbricada, o que genericamente descrevemos como valor modal epistémico. Apesar das diferenças entre o valor epistémico do domínio do não-certo construído em cada caso²²⁴, a manipulação imposta ao nível do sujeito do enunciado – passagem da primeira pessoa para a terceira – permite construir diferentes tipos de origem enunciativa, dissociada, ora abstractamente ora referencialmente, de S_0 ²²⁵. Esta diferença acarreta, por si só, uma alteração em termos do valor modal construído.

O facto de a primeira pessoa gramatical (pronome e flexão verbal '*eu julgo*'), no presente gramatical ser marcador de uma disjunção abstracta entre a fonte enunciativa origem (S_0) e a nova fonte enunciativa construída coloca-nos perante o problema da natureza desta fonte enunciativa e, particularmente, o da sua definição metalinguística no seio da classe de situações de enunciação construídas a partir de Sit_0 . A nova fonte enunciativa, não sendo referencialmente distinta de S_0 e não sendo, consequentemente, construída por via de uma localização com valor de diferenciação ou de ruptura em relação a S_0 , não é também construída por via de uma localização com valor de identificação em relação a S_0 . Conforme propomos

²²⁴ A abstração relativamente às determinações internas a cada lexema verbal em presença e às determinações externas que condicionam a construção da referência não é senão metodológica. Como veremos adiante, não significa a sua irrelevância.

²²⁵ O facto o sujeito do enunciado (S_2) em relação ao qual a relação imbricada é localizada ser, por sua vez, calculável por localização com valor de identificação em relação a uma origem enunciativa construída como abstracta ou referencialmente dissociada de S_0 constituirá a principal propriedade que caracteriza, em comum, a classe dos verbos conceptuais ou de pensamento e a classe dos verbos declarativos (ver § 3.3.1). De acordo com proposta de Chuquet (2001), trata-se da propriedade, de "*indirection* (qu'il s'agisse du report de paroles, de pensée ou du relais d'une opinion)" (*idem, ibidem*: 148). A propriedade assim designada – "*indirection*" (*indirecção*) – prende-se com a transferência do suporte das múltiplas facetas aferentes à construção de uma subjectividade no enunciado (neste caso, a assunção modal, e a estruturação do discurso), do sujeito-origem da enunciação (S_0) para uma origem derivada ou fonte modal.

no próximo sub-capítulo, interessa, pois, definir metalinguisticamente esta nova fonte enunciativa.

5.1 Heterogeneidade enunciativa e validação subjectiva

Subjacente à determinação enunciativa de qualquer enunciado – vimo-lo já (§ 3.3.1) - está a construção, a partir da origem absoluta - localizador absoluto ou localizador último na cadeia de localizações (Sit_0) - de um sistema de coordenadas enunciativas: uma situação Sit_1 , definida pelas coordenadas S_1 e T_1 , uma situação Sit_2 , definida pelas coordenadas do acontecimento linguístico, S_2 e T_2 . Daí que a uma asserção estrita, positiva ou negativa, corresponda igualmente a construção de uma fonte modal (o locutor, S_1), coincidente, isto é, referencialmente identificada, com o enunciador (S_0), por conseguinte, designada enunciador-locutor.

É, porém, no domínio da modalidade epistémica (tipo 2, de acordo com Culioli, e primeiro domínio de modalidade, segundo Campos) que mais notoriamente se evidencia a necessidade de se ter em conta, para a sua descrição metalinguística, não apenas a situação de enunciação origem (Sit_0), e toda uma classe de situações de enunciação construídas a partir desta, incluindo a situação de locução (Sit_1), mas também outros localizadores situacionais derivados.

A possibilidade de a descrição metalinguística se socorrer de outros localizadores situacionais derivados é referida em Culioli (1982), quando, após a apresentação do sistema complexo de coordenadas enunciativas (Sit_0 , Sit_1 , Sit_2), se acrescenta: “[...] Ce système est minimal et peut être enrichi de façon réglée par la construction d’autres repères” (*idem, ibidem*: 17).

Noutro momento, em Culioli (1993), reitera-se o carácter, simultaneamente, “absoluto e ajustável” da origem enunciativa Sit_0 e exemplificam-se os processos de construção de outras origens enunciativas, derivadas de Sit_0 :

“[...] cette origine est à la fois absolue et ajustable. Mais à partir de cette origine absolue, on va construire (1) une origine de locution (2) des origines dérivées de l’origine absolue soit par translation (d’où une

origine translatée, qui conserve les propriétés de l'origine absolue) soit par rupture (origine décrochée).

La première se rencontre, par exemple, dans l'imparfait des langues romanes; la seconde se construit, chaque fois que l'on engendre une origine fictive, détachée de l'actualité, d'où l'on envisage les successions d'événements (états; transitions).

Ainsi, pour ne citer que quelques cas bien connus [...], dans les indications scéniques, dans une notice biographique, dans les reportages ou les récits historiques. Mais aussi dans des schémas modaux, où l'on envisage des chemins possibles ou nécessaires, ou encore dans les énoncés performatifs, grace auxquels on ne décrit pas, mais on accomplit par le fait même de dire" (*idem, ibidem*: 167) (sublinhados nossos).

É com base nesta permeabilidade do sistema referencial à integração de origens derivadas ("origines dérivées") que, em Wyld (2001), se propõe um localizador suplementar, susceptível de enriquecer o sistema complexo de coordenadas enunciativas. Trata-se do conceito de "repère-origine dérivé" (localizador-origem derivado) - a que corresponderá a notação $Sit_{0d} (T_{0d}, S_{0d})$ -, fundamental, segundo este autor, para o estudo da subordinação (ver *idem, ibidem*: 17-19).

Definido como "un repère supplémentaire éventuel" e como "une sorte de copie déplacée" (*idem, ibidem*: 18), o localizador-origem derivado constitui uma forma de "desdobramento" eventual da origem enunciativa, que não está, portanto, axiomáticamente implicado em todos os enunciados. Derivado de Sit_0 , o localizador em questão conserva as propriedades da origem absoluta em graus variáveis o que – afirma Wyld - viabiliza a concepção de diversos sub-tipos de origens derivadas e permite, deste modo, superar a dicotomia culioliana entre origem translata ("origine translatée") e origem fictícia ("origine fictive" ou "origine décrochée") (ver Culioli, 1993: 167).

Quanto às propriedades das respectivas coordenadas enunciativas, T_{0d} , S_{0d} , propõe-se em Wyld que se associe à coordenada subjectiva (S_{0d}) o papel de

instância da localização do valor modal de um enunciado, quando este valor se constrói a partir de uma distância ou deslocamento em relação ao localizador absoluto S_0 (ver Wyld, *ibidem*). Será o caso de qualquer um dos enunciados **5.1** a **5.12**, (ver § 5) independentemente da especificidade do valor modal decorrente da variação ao nível do sujeito do enunciado - argumento C_0 - da relação imbricante. À coordenada espacio-temporal (T_{0d}), propõe-se em Wyld (*ibidem*) que se associe o papel de instância da localização do valor aspectuo-temporal de um enunciado, quando este valor se constrói, igualmente, a partir de uma distância ou deslocamento em relação ao localizador absoluto T_0 .

Em virtude de as diferenças entre os tipos de origens derivadas propostas por Culioli (“origine translatée” e “origine fictive” ou “origine décrochée”) não radicarem, simplesmente e como pretende Wyld, no grau variável de preservação das propriedades da origem absoluta, parece-nos demasiado vago o estabelecimento de um conceito geral como o de localizador-origem derivado. Prevendo embora a existência de diferentes sub-tipos de localizadores-origem derivados, Wyld socorre-se indiscriminadamente deste conceito geral para designar o suporte modal marcado pelas diferentes pessoas gramaticais. Independentemente disso, a descrição geral associada a este conceito como “forma de ‘desdobramento’ da origem enunciativa” parece-nos útil na definição de apenas uma das possibilidades de construção de um enunciador origem outro, que adiante procuraremos delimitar teoricamente.

Pelo menos no que diz respeito à descrição da construção dos valores modais, será preferível, porque mais operatória, a reformulação²²⁶, proposta em Campos (2001), do problema geral da dissociação entre a fonte enunciativa origem (S_0) e uma fonte modal. Esta autora propõe os conceitos, já aqui exemplificados e aplicados (ver § 3.3.2), de dissociação referencial - construção de uma “nova

²²⁶ Falamos de reformulação, em relação ao que se estabelece em Culioli (por exemplo, 1973) como sendo uma correspondência geral, por um lado, entre a primeira pessoa e a construção de uma localização com valor de identificação entre enunciador e locutor e, por outro lado, entre a segunda pessoa e a construção de uma localização com valor de diferenciação entre enunciador e locutor: “Le pronom personnel *je* correspond à une identification (représentée par l’opérateur = [...]), par exemple [...] $S_1 = S_0$; le pronom personnel *tu*, au contraire, implique un déplacement” (*idem, ibidem*: 88).

origem enunciativa [...] referencialmente distinta de Sit₀” (*idem, ibidem*: 170) - ou origem de locução, notada Sit₁ – e dissociação abstracta ou “disjunção abstracta” (*idem, ibidem*) – construção de uma origem enunciativa não referencialmente distinta de Sit₀.

Partamos da distinção, genericamente entendida, entre a situação de enunciação origem e uma situação de enunciação outra, facto metalinguístico essencial para a descrição da construção dos diferentes valores modais no quadro da Teoria Formal Enunciativa. Enquanto parâmetros intervenientes na construção dos valores referenciais, o sujeito enunciador não tem, naturalmente, o mesmo estatuto que o enunciador construído como suporte das operações de determinação modal e designado, por isso, genericamente por fonte modal ou locutor^{227 228}.

Quanto ao sujeito enunciador, a sua definição como parâmetro enunciativo indissociável do co-enunciador – “[...] le premier sujet énonciateur, qui nous fournit l’origine de l’espace inter-subjectif de toute situation d’énonciation” (Culioli, 1973: 88) - é enquadrada pela definição da actividade enunciativa enquanto actividade

²²⁷ Afirma-se em Culioli (1973) que o sujeito locutor (S₁) é “[...] la première occurrence dans l’énoncé d’un sujet (on parle ici d’un *sujet de l’énoncé*, par rapport à un *sujet énonciateur*, à l’exclusion de toute acception syntaxique traditionnelle) [...]” (*idem, ibidem*: 88).

O termo ou expressão por que comumente se opta para designar a fonte enunciativa construída por S₀ como suporte da modalidade tende a variar conforme os autores e ao longo dos desenvolvimentos que a Teoria Formal Enunciativa regista. Em Bouscaren; Chuquet (1987), por exemplo, adopta-se a designação de “sujet asserteur” (sujeito assertor) em detrimento de “locuteur” (locutor), por a este último ser tendencialmente atribuído um sentido de “emissor de palavras”. No entanto, as questões terminológicas que se levantam não comprometem a necessidade, central na Teoria Formal Enunciativa, de se distinguir enunciador e locutor.

²²⁸ Para a distinção sujeito enunciador e o enunciador construído como suporte das operações de determinação modal, ver, entre outros, Fuchs; Leonard, 1979 e Simonin, 1984.

dupla, não simétrica, de produção e reconhecimento de formas linguísticas²²⁹. Consequentemente, a definição de sujeito enunciador não institui propriamente um conceito de sujeito, enquanto fonte de uma subjectividade estrita, até porque, tendo por base o par enunciador/co-enunciador, a actividade enunciativa é pautada pela intersubjectividade e não, como Benveniste terá pretendido sugerir, pela subjectividade. Como se afirma em Robert (1994), “Le sujet énonciateur, loin de nous perdre dans les sables mouvants de la subjectivité, devient [...] le pôle de stabilité incessamment renouvelé, à partir duquel le langage va pouvoir acquérir la variabilité nécessaire à son fonctionnement” (*idem, ibidem*: 228).

No entanto, em virtude da heterogeneidade do locutor - fonte das operações de modalização - relativamente ao enunciador, impõe-se uma reflexão teórica que permita definir um valor de subjectividade, construído, de forma particular, no domínio da modalidade epistémica, eminentemente distinto do valor de intersubjectividade que, estando na base da actividade enunciativa e, portanto, de todos os valores modais construídos, identifica, também de forma particular, o domínio da modalidade intersujeitos (ver § 3.3.2).

Acima referida, a heterogeneidade do locutor (S_1) em relação ao enunciador (S_0) intervém, desde logo, quando S_0 não assume de forma total a validação ou não-validação da relação predicativa. Configura-se, no entanto, nas possibilidades não só de dissociação, como de não dissociação (localização com valor de identificação) entre S_1 e S_0 , decorrendo de ambas a construção de diferentes valores modais.

Um dos valores que a localização entre locutor e enunciador assume é o valor de identificação referencial, não se dando, portanto, neste caso, qualquer tipo de dissociação entre estas diferentes origens enunciativas. É, por exemplo, a construção de uma identificação, sobreposição mesmo, entre S_1 e S_0 que explica, metalinguisticamente, a possibilidade de construção de um valor de asserção estrita, positiva ou negativa. A univocidade do valor construído (I ou E), isto é, a assunção total da validação ou não-validação da relação predicativa, radica na

²²⁹ É em virtude da atribuição ao enunciador de um estatuto fundamental como fonte da determinação do enunciado que se postula não haver uma separação entre a dimensão referencial e a dimensão intersubjectiva da actividade linguística.

localização em relação a uma situação de enunciação “indivisível”, no sentido em que S_1 , T_1 e T_0 , S_0 (independentemente do valor da localização de T_2 e S_2) se identificam²³⁰.

É assim que, a relação predicativa asserida de forma estrita é uma relação predicativa localizada em relação a uma situação de enunciação-locução (Sit_0 - Sit_1), que inclui, além da identificação tempo-espço da enunciação-locução (T_0 - T_1), a identificação sujeito enunciador-locutor (S_0 - S_1), já atrás referida. Independentemente do valor de localização de S_2 em relação a S_0 - S_1 – identificação (1ª pessoa gramatical), diferenciação (2ª pessoa) ou ruptura (3ª pessoa) – é a identificação referencial S_0 - S_1 que permite descrever metalinguisticamente o valor modal epistémico do domínio do certo (asserção).

Inversamente, a dissociação instaurada entre enunciador e locutor é o que, metalinguisticamente, permite explicar a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo, pela construção de uma assunção parcial da validação / não-validação da relação predicativa. Neste caso, o locutor identifica-se com uma posição abstracta do enunciador, não localizável referencialmente no texto. Inversamente, no caso em que se dê a construção de uma assunção nula da validação / não-validação da relação predicativa (valor situado no pólo negativo da escala de valores assertivos), o locutor é identificado com uma outra fonte enunciativa (S_1), construída como referencialmente distinta do enunciador origem.

Por um lado, na construção do valor modal não-certo, marcado pelos verbos conceptuais *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *supor* e *acreditar*, quando conjugados na primeira pessoa (ver enunciados **5.1**, **5.3**, **5.5**, **5.7**, **5.9**, **5.11**) está em causa a construção de uma fonte modal abstractamente disjunta de S_0 (ver Campos, 2001)²³¹. Tal observação é extensiva ao caso em que este valor modal é marcado pelos verbos modais *poder* e *dever* e advérbios como *talvez*, *provavelmente* (ver §

²³⁰ Falamos aqui de “indivisibilidade”, no sentido em que enunciador e locutor não se diferenciam nem se apresentam em ruptura.

²³¹ Também, na construção do valor modal apreciativo marcado pelos verbos apreciativos *gostar*, *detestar*, *apreciar*, entre outros, na primeira pessoa, está em causa a construção de uma fonte modal, abstractamente disjunta da fonte enunciativa.

3.3.2) ou por predicados adjetivais epistêmicos (*ser provável, ser possível*, entre outros), exemplificados pelos enunciados que se seguem²³²:

5.13 É provável que a Joana tenha adormecido tarde

5.14 É possível que a Joana tenha adormecido tarde

Por outro lado, e conforme já referido, na construção do valor modal correspondente a uma assunção nula da validação / não-validação da relação predicativa, marcado pelos mesmos verbos conceptuais, *pensar, julgar, crer, achar, supor* e *acreditar*, na segunda ou na terceira pessoas (ver enunciados **5.2, 5.4, 5.6, 5.8, 5.10, 5.12**), está em causa a construção de uma fonte modal referencialmente distinta de S₀. Esta observação é extensiva ao caso em que o mesmo valor modal é marcado pelos verbos declarativos *dizer, declarar, afirmar*, entre outros, que, nocionalmente, marcam a localização da relação predicativa numa relação interlocutória²³³.

²³² Como os verbos conceptuais *pensar, julgar, crer, achar* e *supor*, refiram-se outras formas linguísticas de ocorrência muito menos frequente no português europeu contemporâneo, com a capacidade de marcar a construção do valor modal não-certo (quando conjugados na primeira pessoa) ou de marcar a construção do valor modal correspondente a uma assunção nula da validação / não-validação da relação predicativa (quando na segunda ou na terceira pessoas).

São os casos, referidos em Said Ali ([1908] ⁶1966), das formas *ter (para si) que p* e *haver que p*, ilustradas por este autor com exemplos do português arcaico e do português renascentista: “[...] não se havia de hesitar entre *haver* e *ter*, tratando-se de manter ou sustentar uma opinião, entender ou crer. O português arcaico ministra-nos [...] numerosos exemplos em que se usou o verbo mais apropriado [...]: *TINHAM que já o non podiam vingar* [...]” (*idem, ibidem*: 116); “O português da renascença serve-se escrupulosamente do mesmo verbo se o amplia na expressão *ter para si*: [...] *alguns também TIVERAM PERA SI que estas arvores não davam perto do mar*” (*idem, ibidem*); “Omitido porém o complemento *para si*, deparam-se-nos [...] passagens do gênero *e segundo a gente TÊ, foi desta maneyra... TÊM que ha paraíso... e TÊM que ha inferno*, mas ainda, e com frequência notável, frases em que se usa o verbo *haver* com o mesmo sentido (v. g. *HAVIAM que na India se não fazia conta daquellas ilhas*)” (*idem, ibidem*).

²³³ Da mesma forma, na construção do valor modal apreciativo marcado pelos verbos apreciativos *gostar, detestar, apreciar*, entre outros, desde que na segunda ou terceira

Aliás, as formas que a enunciação relatada pode assumir - tradicionalmente designadas discurso directo, discurso indirecto e discurso (ou estilo) indirecto livre – não se explicam senão pela dissociação referencial entre enunciador e locutor, consistindo a natureza desta relação no valor de ruptura (3ª pessoa) do operador de localização (ver § 7.1).

Já a construção de uma fonte modal abstractamente disjunta de S_0 , preservando as propriedades da fonte enunciativa, não corresponde à construção de uma nova origem de locução referencialmente distinta. Corresponde à “subjectivação” de S_0 , enquanto fonte de um processo, em curso ou culminado (em função do valor temporal aspectual associado ao acontecimento linguístico construído), de inferência, a partir da interpretação de indícios. Assim, a sua descrição metalinguística enquanto agente cognitivo parece exigir, como sugerimos atrás, o recurso ao conceito de subjectividade²³⁴.

Em termos da natureza da relação abstracta de localização entre S_0 e S_1 , temos, neste caso, uma relação que, não sendo de diferenciação nem de ruptura, não é também de identificação referencial. Enquanto que a asserção estrita, ou assunção total da validação / não-validação da relação prediativa, se constrói com base numa identificação referencial entre locutor e enunciador, e a assunção nula com base numa relação com valor de ruptura (terceira pessoa) ou com valor de diferenciação referencial (segunda pessoa) entre locutor e enunciador, a assunção parcial não participa de qualquer uma destas naturezas de relação. A assunção parcial, qualquer que seja o grau de validabilidade da relação prediativa (mais ou menos próximo do pólo positivo da escala de valores assertivos), constrói-se com base num desdobramento da origem enunciativa, neste caso, construída também

pessoas, está em causa a construção de uma fonte modal (S_1), referencialmente distinta da fonte enunciativa.

²³⁴ Aliás, como nos é sugerido em Yaguello (1994) - quando se afirma que “[...] the so-called *subject of consciousness* underlies the *subject of enunciation*” (*idem, ibidem*: 21) -, subjaz à definição de sujeito enunciador uma actividade cognitiva cujo sentido os verbos conceptuais, em virtude do seu semantismo, nos parece explicitarem.

como agente de construção e de transmissão de conhecimento, isto é, enquanto fonte de uma subjectividade, ou responsável por uma validação subjectiva.

Esta consideração de uma fonte modal enquanto enunciador “subjectivo”, “fonte de subjectividade” ou “responsável por uma validação subjectiva”, coloca vários problemas teóricos e terminológicos. Embora se possa reconhecer alguma afinidade com o sujeito cartesiano (*cogito*), esta concepção de uma fonte modal abstractamente disjunta de S_0 pode confundir-se com uma espécie de versão linguística daquele conceito da filosofia. Corre-se o risco de, ao colocar a questão da subjectividade, se referir algo suficientemente definido noutros domínios das ciências humanas e, por isso, demasiadamente vago e diluído para poder integrar uma terminologia de descrição metalinguística. Estamos em crer que será apenas em função do procedimento metodológico próprio do quadro teórico em que nos situamos que podemos assegurar a especificidade da nossa análise. Definido por um trabalho de observação das formas linguísticas, isto é, como uma teoria dos observáveis, o ponto de vista linguístico segundo o qual falamos de subjectividade não se confunde com o mais comumente proposto nos âmbitos da filosofia, da psicologia ou mesmo da psicanálise.

5.1.1 Primeira pessoa gramatical como índice de subjectividade

Em termos da construção de uma outra origem enunciativa - condição para a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo - os verbos conceptuais (ou de pensamento) apresentam várias restrições. Vimos atrás que, comparados com outras formas igualmente marcadoras deste valor modal (por exemplo, verbos modais, adverbiais), estes verbos ocorrem numa relação de imbricação (como verbos da imbricante) e só quando conjugados na primeira pessoa marcam efectivamente uma avaliação da validabilidade da relação predicativa imbricada. A possibilidade de conjugação destas formas verbais na primeira pessoa, ou seja, a possibilidade de associação do pronome *eu* a estas

formas não pode, por isso, deixar de ser relevante na descrição do que lhes é comum em termos de funcionamento²³⁵.

O pronome pessoal *eu* (assim como a decorrente flexão verbal da primeira pessoa), ocorrendo no lugar do argumento C₀ de um qualquer enunciado simples, explicita não só a instância do enunciado (S₂) como a instância da enunciação (S₀)²³⁶. Por conseguinte, enquanto forma de que o enunciador dispõe para se instituir como suporte da predicação, *eu* marca uma localização de identificação entre S₂ e S₀. Veja-se, por exemplo, o enunciado **5.15**:

5.15 Eu aspiro o pó do quarto

Uma referência a esta coincidência entre instância do enunciado e instância da enunciação - segundo alguns autores, “função predicativa” e “função referencial” (ver, por exemplo, Joly, 1994; O’Kelly, 1996 e 1997) - está, desde logo, presente num texto do gramático latino Prisciano (século VI), quando, seguindo a tradição do filósofo da Antiguidade Apolonio Díscolo, afirma que “La première personne, c’est quand celle qui parle, parle d’elle-même [...]”²³⁷. Contrariamente ao gramático alexandrino Dionísio de Trácia (século I), que classifica a pessoa em função do papel alocutório que desempenha²³⁸, aquele autor da Alta Idade Média explicita o

²³⁵ Embora haja actualmente uma tendência, no âmbito das ciências humanas, para o aprofundamento da relação entre algumas teorias linguísticas da enunciação e as teorias filosóficas e psicológicas da consciência e do sujeito (ver Philippe, 1995), a relevância de que aqui se fala a propósito da primeira pessoa é estritamente linguística.

²³⁶ Recorde-se que as pessoas gramaticais, nomeadamente, com expressão pronominal e flexional, encarnam os valores do operador de localização numa operação em que o sujeito enunciador (S₀) é o localizador e o sujeito do enunciado (S₂) é o termo localizado.

²³⁷ J. Lallot, 1989, *La grammaire de Denys le Thrace*, traduction annotée, Éditions du CNRS, Paris, *apud* O’Kelly, 1997: 299.

²³⁸ Dionísio de Trácia, que representa a origem da corrente dominante na história da gramática, dá esta definição da primeira pessoa: “La première personne, c’est celui de qui

facto de a forma *eu* marcar a construção, por parte do enunciador, da sua “auto-nomeação” como sujeito do enunciado.

De igual modo, se constata haver uma divergência entre Benveniste (1966 e 1974) e Guillaume ([1947-48] 1988), quando se compara as reflexões que ambos os autores propõem sobre a pessoa, particularmente sobre os pronomes²³⁹. Por um lado, na continuidade de Dionísio de Trácia, Benveniste (*ibidem*) tem em conta unicamente a vertente alocutória das formas pessoais, o que o leva a classificar a terceira pessoa como “non-personne” (não-pessoa):

“Dans les deux premières personnes, il y a à la fois une personne impliquée et un discours sur cette personne. ‘Je’ désigne celui qui parle et implique en même temps un énoncé sur le compte de ‘je’: disant ‘je’, je ne puis ne pas parler de moi. A la 2^e personne, ‘tu’ est nécessairement

vient l’énoncé [...]” (J. Lallot, 1989, *La grammaire de Denys le Thrace*, traduction annotée, Éditions du CNRS, Paris, apud O’Kelly, 1997: 299).

²³⁹ As reflexões de Guillaume, por um lado, e de Benveniste, por outro, representam as duas correntes que dominaram a reflexão sobre a pessoa, depois da antiguidade. Reconhecida, de entre as categorias linguísticas, como uma das mais contestadas e mais difíceis de descrever, a pessoa foi estando ausente (ou quase ausente) dos estudos linguísticos. Este esquecimento dever-se-á também à própria natureza das teorias linguísticas em causa. Veja-se o caso do estruturalismo americano, fortemente influenciado pela psicologia behaviorista; o caso da gramática generativa transformacional que, apesar da retoma de uma perspectiva mentalista, não tem em conta a situação de enunciação. Mesmo por parte da linguística cognitiva, de que se poderia esperar alguma atenção a este domínio, constata-se uma quase ausência de referência à pessoa (“[...] dans la théorie de Langacker [por exemplo, *Foundations of Cognitive Grammar*, 1987, 1991], c’est l’espace qui a la préséance sur le temps et la personne; mais ce troisième élément de la triade énonciative est passé sous silence; le terme de ‘personne’ (person) ne figure d’ailleurs pas dans l’index du premier tome [...]. ‘Personne’ est également absent des glossaires des deux tomes en question” (O’Kelly, 1997: 297-298).

Atribuindo importância à categoria pessoa, Guillaume (1988) reconhece, na emergência deste conceito, a tomada de consciência que permite distinguir o homem dos restantes animais. Segundo este linguista, é a categoria pessoa que está na origem do pensamento e, conseqüentemente, na origem da linguagem.

Ocupando um papel central no pensamento de Benveniste, o tratamento da pessoa passa pelo destaque das duas pessoas interlocutórias – primeira e segunda pessoas –, enquanto tal, sem qualquer traço semântico que as ligue à terceira pessoa, a “non-personne” (não pessoa) (ver 1966: 225-236).

designé par 'je' et ne peut être pensé hors d'une situation posée à partir de 'je'; et, en même temps, 'je' énonce quelque chose comme prédicat de 'tu'. Mais de la 3^e personne, un prédicat est bien énoncé, seulement hors du 'je-tu'; cette forme est ainsi exceptée de la relation par laquelle 'je' et 'tu' se spécifient. Dès lors, la légitimité de cette forme comme 'personne' se trouve mise en question. [...]" (Benveniste, *ibidem*: 228).

Por outro lado, não deixando de reconhecer o estatuto particular das pessoas interlocutórias (primeira e segunda pessoas), Guillaume (*ibidem*) atribui uma "função predicativa" à categoria pessoa em geral. Concebe que a primeira pessoa se define numa relação complexa que mantém com o "fora de si" ("hors de soi") e, portanto, com a terceira pessoa, que considera estar subjacente a todas as pessoas sendo, por isso, o fundamento, ou a pedra angular, do sistema linguístico. Afirma este autor:

"[...] notre conception grammaticale de la personne comporte, partout et toujours, une certaine évasion grammaticale de la personne parlante. Cette évasion existe, sans qu'on en fait l'observation, en toutes les personnes, y compris la première. Car qu'est-ce que la première personne: c'est la personne qui parle, parlant d'elle même, c'est-à-dire une personne qui est première, en ce qu'elle parle, et troisième en ce qu'il est parlé d'elle par elle-même. Le *je* est quelque chose de très compliqué. On sait que sa complication étymologique est, elle aussi, grande. *Ego* représente un assemblage de pronoms [...]" (*idem*, 1988: 183).

A importância atribuída por Guillaume ([1947-48] 1988) à "função predicativa" da pessoa baseia-se no facto de a natureza simétrica das pessoas interlocutórias ("[...] entre lesquelles, comme entre deux pôles, le langage s'inscrit et se développe" (*idem, ibidem*)) não ser um traço universal, mas sim um traço particular das línguas indo-europeias. Por exemplo, em certas línguas do Extremo-Oriente, não existe um sistema de representação da primeira e segunda pessoas. Apenas a terceira pessoa é representada: "[...] personne immanente [...] qui appartient non pas à l'acte de langage, mais à l'exprimé dont cet acte est porteur" (*idem, ibidem*: 188). Este facto permite-lhe concluir que o sistema da pessoa característico das línguas

ocidentais tem o seu fundamento num “[...] ‘contrat associatif’ entre la personne de *langage* et la personne de *langue*” (O’Kelly, 1997: 302).

Também Milner (1978b), entre outros, tendo presente o pronome pessoal da primeira pessoa, afirma a necessidade de se distinguir sujeito da enunciação, “[...] un concept positif de la linguistique, qui, à des fins de pure description” (*idem, ibidem*: 119) de sujeito do enunciado, e defende que, da identificação destas duas instâncias resulta uma subjectivação do enunciado. Afirma Milner:

“[...] pour penser la possibilité du *je*, il lui faut poser tout énoncé peut être rapporté à un point, dont on ne suppose rien sinon qu’il énonce. Mais immédiatement, un tel concept s’ouvre à une autre lecture: le point auquel l’énoncé est rapporté est en même temps posé comme un sujet, et la possibilité demeure qu’il subjective l’énoncé d’une manière qui échappe à la représentation” (*idem, ibidem*: 119-120).

Compare-se agora o enunciado **5.15** com o enunciado complexo **5.16**:

5.16 Eu penso que a Joana está em casa

Integrando as “fórmulas modais” *eu penso, eu julgo, eu creio, eu acho, eu suponho* e *eu acredito*, o pronome pessoal *eu* (ou a simples flexão verbal *penso*)²⁴⁰ marca, não só uma localização de identificação entre S_2 e S_0 , como, em virtude do valor modal epistémico do domínio do não-certo construído – vimo-lo já -, a construção de uma outra fonte enunciativa, abstractamente disjunta de S_0 , responsável por um juízo a propósito da “possibilidade de a Joana estar em casa”.

²⁴⁰ Sendo o português uma língua de flexão, não é, evidentemente, necessária a realização pronominal da pessoa. A opção por uma manipulação de enunciados em que esta realização pronominal se verifica não exclui a possibilidade de os valores modais construídos em virtude da categoria pessoa terem apenas a flexão como marcador.

A diferença entre o valor destas duas ocorrências de pronome pessoal da primeira pessoa – num enunciado simples (**5.15**) e num enunciado complexo (**5.16**) – é evidente quando se substitui o pronome de primeira pessoa por um pronome de segunda ou terceira pessoa:

5.15a Tu aspiras o pó do quarto

5.15b Ele aspira o pó do quarto

5.16a Tu pensas que a Joana está em casa

5.16b Ele pensa que a Joana está em casa

Tendo como referência o enunciado **5.15**, a substituição de *eu* por *tu* no enunciado **5.15a**, tal como a substituição de *eu* por *ele* no enunciado **5.15b**, acarreta uma mudança com expressão apenas em termos referenciais: sem consequências em termos do valor modal construído, sempre assertivo, o pronome pessoal *tu* marca uma localização com valor de diferenciação entre S_2 e S_0 e o pronome pessoal *ele* marca uma localização com valor de ruptura entre S_2 e S_0 . Já da substituição de *eu* por *tu* no enunciado **5.16a**, tal como da substituição de *eu* por *ele* no enunciado **5.16b**, resulta uma mudança significativa em termos modais. O valor de diferenciação entre S_2 e S_0 de que o pronome pessoal *tu* é marcador, configura a construção de uma outra fonte enunciativa, referencialmente distinta do enunciador origem, tornado co-enunciador; o valor de ruptura entre S_2 e S_0 de que o pronome pessoal *ele* é marcador, configura, igualmente, a construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta do enunciador origem²⁴¹.

A constatação da diferença radical entre os dois tipos de enunciado acima ilustrados (enunciados simples e enunciados complexos) permitira, já em Benveniste (1966), uma referência à especificidade do uso do pronome pessoal da primeira pessoa, num enunciado como **5.16**, designado por este linguista como

²⁴¹ Ver, adiante (§§ 7.1 e 7.2) descrição detalhada e proposta de explicação dos valores modais de enunciados como **5.16a** e **5.16b**.

“indicateur de subjectivité” (índice de subjectividade)²⁴². Parece-nos, pois, oportuno recuperar este conceito, na procura de uma descrição metalinguística, enquadrada pelo modelo teórico, entretanto, proposto por Culioli.

O conceito de origem enunciativa, abstractamente disjunta de S_0 , marcada pela primeira pessoa como “índice de subjectividade” (enunciado **5.16**), é bastante diferente do conceito de origem enunciativa, quando a mesma primeira pessoa, digamos que enquanto “índice de referencialidade”, é marcador apenas de um cálculo referencial (enunciado **5.15**).

Ainda a propósito da primeira pessoa gramatical e segundo uma perspectiva de aquisição, observa-se em Danon-Boileau (1994) que parece haver uma progressão do uso da primeira pessoa como referência (com a tónica na localização com valor de identificação entre S_2 e S_0) para um uso da primeira pessoa como suporte de um ponto de vista (com a tónica na construção de um enunciador abstractamente disjuncto de S_0)²⁴³. Afirma Danon-Boileau, a propósito do francês, que, no decurso da aquisição das formas linguísticas de auto-designação pela criança, depois de um período de auto-referência com recurso ao nome

²⁴² Posteriormente retomada por Jakobson (1963) para definir o conceito de “embrayeur” (tradução francesa de “shifter”), a designação, proposta por Benveniste, do pronome pessoal da primeira pessoa como “indicateur de subjectivité” é precedida pela distinção, segundo Pierce, entre “symbole” (que “[...] est associé à l’objet représenté par une règle conventionnelle” (Jakobson, *ibidem*: 179)) e “index” (que “[...] est dans une relation existentielle avec l’objet qu’il représente” (*idem, ibidem*)).

Com base nestes dois conceitos, Jakobson defende que “Les embrayeurs combinent les deux fonctions et appartiennent ainsi à la classe des symboles-index” (*idem, ibidem*), e aponta como exemplo mais evidente de um “embrayeur” o pronome pessoal “je”, já referido por A. W. Burks (1949 “Icon, Index, Symbol”, *Philosophy and Phenomenological Research* IX, *apud* Jakobson, *ibidem*) e por Benveniste: “[...] le mot ‘je’ désignant l’énonciateur est dans une relation existentielle avec l’énonciation, donc il fonctionne comme un index” (Jakobson, *ibidem*). É assim que este autor afirma a complexidade inerente aos pronomes pessoais, “[...] une catégorie complexe où code et message se chevauchent” (*idem, ibidem*: 180), contrapondo a tradição de Humboldt, segundo o qual esta categoria pertenceria ao estrato mais elementar e mais primitivo da linguagem.

²⁴³ A fim de provar a complexidade de que se reveste o uso dos pronomes pessoais, Jakobson (1963) refere o facto de a aquisição dos pronomes ser das mais tardiamente registadas pelas crianças e o facto de o uso dos pronomes ser das primeiras perdas em casos de afasia (ver *idem, ibidem*: 180).

próprio, a criança usa tendencialmente “the ‘pronom renforcé’ ‘moi’ [...], generally seen as a proof that the child grounds his conception of identity upon his external image [...]” (*idem, ibidem*: 253). Só menos esporadicamente, ou mesmo mais tarde, usa ‘je’, “[...] as the proof that he has made the crucial experiment of the unity of thought, and of the act of judgement” (*idem, ibidem*).

Correspondendo ‘moi’ à referência, enquanto objecto da predicação, que identifica a criança por comparação implícita com os outros, sua alteridade, e, pelo contrário não correspondendo ao uso de ‘je’ esta ideia de identidade e oposição, mas sim a ideia de um pensamento pessoal, a evolução no processo de aquisição da linguagem consistirá na transição do uso da primeira pessoa (no caso do francês, no uso do respectivo pronome) como marca referencial, para o seu uso como índice de subjectividade. Afirma Danon-Boileau que “[...] ‘moi’ leads to the conflicting definition of referential value whereas ‘je’ marks the presence of an enunciative source that splits from ‘shared knowledge’ without being opposable to anyone. The child says ‘I’ when he considers the content of what he says as a thought and acknowledges the fact that he is the only one that can support it” (*idem, ibidem*: 255)²⁴⁴. O uso da primeira pessoa (em francês, o recurso generalizado a ‘je’) converte o enunciado num juízo pessoal, na expressão de uma visão diferente da dos demais. Revela o juízo expresso como uma opinião baseada num ponto de vista que permite distinguir o próprio da opinião alheia.

O facto de o uso da primeira pessoa se estabilizar quando a criança é capaz de expressar fantasias e histórias imaginadas, em que inclusivamente se integra como personagem, parece coincidir, em termos de construção metalinguística de uma origem derivada, com os valores inerentes aos tempos e modos verbais frequentes nesta actividade narratológica. Veja-se o caso do imperfeito do indicativo²⁴⁵, marcador de uma origem translata, que, como o enunciador construído

²⁴⁴ É em virtude de o pronome pessoal ‘je’ corresponder a um índice de subjectividade, no sentido em que a sua aquisição significa que a criança sabe que o adulto não partilhou com ela aquilo sobre o qual ela fala, que em Danon-Boileau (1994), se propõem três valores básicos do que, em linguística, se pretende designar por subjectividade: “shared opinion, disagreement, solicitude” (*idem, ibidem*: 257).

²⁴⁵ Para uma descrição aprofundada do imperfeito em português, ver Sousa (1996 e 2000).

enquanto abstractamente disjunto do enunciador origem, preserva as propriedades da origem absoluta (ver Culioli, 1993: 167 e 1994: 88).

Da manipulação dos enunciados **5.15** e **5.16**, conclui-se que a primeira pessoa gramatical corresponde a um índice de subjectividade só quando em coocorrência com certos predicados, nomeadamente com os predicados que incluem os verbos conceptuais, que – recuperando as conclusões do estudo de Danon-Boileau (1994) - permitem a expressão de um juízo pessoal, de uma opinião baseada num ponto de vista. Enquanto índice de subjectividade, a flexão na primeira pessoa dos verbos conceptuais constitui um marcador linguístico da construção de uma disjunção abstracta entre enunciador e a fonte modal construída. E é assim, enquanto marcador da validação subjectiva da relação predicativa imbricada, que a flexão na primeira pessoa dos verbos conceptuais constitui a forma linguística por excelência da explicitação de um juízo, opinião ou ponto de vista pessoais.

A flexão destes verbos nas outras pessoas gramaticais – segunda e terceira -, marca a construção de uma dissociação referencial entre o enunciador e a fonte modal construída o que, como vimos, tem consequências modais significativas. O enunciador origem - neste caso, enunciador-locutor – asserir apenas o contexto introdutor, isto é, a relação imbricante (*tu pensas que* ou *ele pensa que*), podendo a relação predicativa imbricada ter um estatuto de retoma²⁴⁶, marcado pela conjunção *que*, conforme já por nós referido, “[...] qui est image du premier énonciateur et

²⁴⁶ Está particularmente em causa uma retoma na forma de enunciação relatada tradicionalmente designada discurso indirecto (*ele pensa que p*) (ver § 7.1). No tradicionalmente designado discurso directo, também descrito como uma forma de enunciação relatada, está em causa a citação, enquanto forma de reprodução do que fora asserido por S₁, preservando a sua forma linguística original. Daí que, conforme atesta, de forma particular, a localização deíctica, a determinação da citação seja construída em relação a Sit₁ e a determinação de uma retoma seja construída em relação a Sit₀. Sobre a distinção entre os tradicionalmente designados discurso directo e discurso indirecto, ou planos da enunciação, ver, entre outros, Simonin (1984) e Bouscaren; Chuquet (1987).

représente donc l'acte assertif du S_0 origine de toute énonciation" (Culioli, 1973: 89)²⁴⁷.

É em virtude do funcionamento particular dos verbos conceptuais (construção de diferentes valores modais decorrentes das variações introduzidas ao nível do sujeito do enunciado da relação imbricante) que, segundo o critério proposto em Franckel; Lebaud (1990), estes verbos se enquadram na classe dos predicados subjectivos.

Propõem estes autores que integram "la catégorie des prédicats subjectifs" aqueles predicados que "[...] impliquent une identification entre sujet du prédicat et sujet de l'énonciation, telle que toute dissociation conduit à des relations d'inférences dont les conséquences modales sont variables et plus ou moins nettement repérables [...]" (*idem, ibidem*: 52). Enquanto que um predicado não-subjectivo "se prête à une assertion de l'énonciateur à toutes les personnes [...]" (enunciados **5.15**, **5.15a** e **5.15b**), um predicado subjectivo regista "[...] une dissymétrie entre les emplois à la première et à la deuxième personne [...]" (*idem, ibidem*), na medida em que, conforme vimos, um predicado subjectivo na segunda pessoa (enunciado **5.16a**), como na terceira (enunciado **5.16b**), não corresponde a uma simples constatação, podendo corresponder, isso sim, a uma espécie de conjectura por parte de S_0 , fundada num raciocínio por inferência, a partir da interpretação de índices²⁴⁸.

²⁴⁷ Por "image" (imagem) entende Culioli, "[...] le représentant d'une classe de valeurs imaginaires [...]" (*idem*, 1973: 89).

²⁴⁸ A natureza conjectural dos valores modais situados entre os pólos positivo e negativo da escala de valores assertivos (do domínio do não-certo, incluindo o incerto e o quase-certo) está na base do que, em Danon-Boileau; Bouscaren (1984), se designa por "commentatif", isto é, está na base do conceito de "comentário", conforme definido, entre outros, por estes autores assim como por Bouscaren; Chuquet (1987).

Conforme se propõe em Bouscaren; Chuquet (*ibidem*), o tipo de modalidade que caracteriza os processos comentativos ("procès commentatifs") "entraînent la suspension de la validation de la relation predicative [...]" (*idem, ibidem*: 62). O conceito de "comentário" nada tem a ver, segundo esta aceção, com o emprego comum deste termo, designando a forma de "intervenção do autor no texto". Define-se, isso sim, em termos de localização de uma relação predicativa em relação a um ponto de vista ("il s'agit [...] uniquement d'un problème de repérage par rapport à un repère-point de vue" (Danon-Boileau; Bouscaren,

É também em virtude de estes predicados integrarem um enunciado construído a partir de uma relação predicativa complexa (relação de imbricação), que a localização desta em relação a um sistema referencial coloca o problema geral, tratado neste sub-capítulo, da dissociação entre a fonte enunciativa e a fonte modal. Aliás, os problemas de pré-construído, ou de retoma, em causa na construção de enunciação relatada, prendem-se com a construção de uma relação de imbricação. A relação de imbricação é, por si só, marcadora de uma dissociação - conforme a pessoa gramatical, de naturezas abstracta ou referencial – entre o enunciador origem e o enunciador construído como responsável pela modalização. É, por isso, fundamental (conforme propusemos em § 4.3) ter presente a relação de imbricação como dispositivo de modalização e, a partir do funcionamento da relação de imbricação, descrever os valores modais construídos.

5.2 O problema da modalidade no enunciado complexo

A questão que se coloca, e a que procuraremos responder neste sub-capítulo, é a de saber como se constroem valores modais em enunciados complexos cujas relações predicativas, ligadas por uma relação de imbricação (que é uma relação de localização), podem, por princípio e como veremos, apresentar diferentes valores modais, ou, pelo menos, diferentes fontes modais.

Para tal, procuraremos identificar e descrever as operações de determinação modal que estão em jogo no enunciado complexo e, assim, responder à pergunta “o que é a modalidade do enunciado complexo?”.

Conforme já atrás exposto em particular relativamente à modalidade epistémica (ver § 3.3.2), o cálculo dos valores modais construídos faz-se com recurso à ponderação dos parâmetros quantitativo (Qnt) e qualitativo (Qlt). Esse

ibidem: 10)), pelo que, afirmam estes autores, se expressa mediante enunciados complexos - “les formes dites de ‘commentaire’ ne sont jamais autonomes mais liées” (*idem, ibidem*) - diferenciando-se, assim, do que designam como “constats”, ou “[...] formes simples, dans lesquelles ce qui est dit apparaît détaché de tout point de vue” (*idem, ibidem*).

cálculo envolve o parâmetro abstracto subjectivo (S) (mas também o parâmetro abstracto espaço-temporal (T)) da localização abstracta em relação a um sistema de referência (Sit) (ver §§ 3.3, 3.3.1 e 3.3.2).

Tenhamos presente, nesta fase da nossa exposição, os enunciados complexos que têm como predicado verbos que podem ser, segundo classificação proposta por Deschamps (1997), declarativos, conceptuais (ou de pensamento) e perceptivos²⁴⁹. A determinação modal dos enunciados em que ocorrem estes verbos resulta, ora da estabilização de um valor (I ou E), consequente eliminação de toda a alteridade e construção de um valor de asserção²⁵⁰, ora da impossibilidade de se construir um valor estabilizado, o que implica a reintrodução da alteridade, isto é, a perspectivação de um valor (I) em relação com o seu complementar (E).

Ou seja, quando ocorrem na relação imbricante, os verbos que integram as classes aqui referidas podem determinar o valor modal construído ao nível da relação predicativa imbricada, nomeadamente um dos três valores de modalidade epistémica (no sentido de Campos), que correspondem a diferentes graus de validação da relação imbricada (assunção total, assunção nula e assunção parcial)²⁵¹. Este facto introduz a relevância do semantismo do predicado da imbricante para a determinação modal dos enunciados complexos e abre caminho

²⁴⁹ Conforme já exposto (ver § 4.1), é com base no tipo de operação primitiva de localização de que certos verbos são marcadores, que Deschamps (1997) identifica várias classes de verbos, a que atribui diferentes designações, aqui adoptadas.

²⁵⁰ Afirma-se em Culioli (1989) que “[...] for an assertion to be produced, we must eliminate alternative values [...] so that we shall construct a loop by identifying the notional representation of an event, attached to a predicative relation, with the representation of what actually is the case, as defined by the asserting subject” (*idem, ibidem*: 119).

²⁵¹ No contexto deste estudo, a exclusão, de entre as classes definidas por Deschamps com base no tipo de localização nocional, da classe dos verbos apreciativos (“verbes d’affect”) (em português, os verbos *gostar*, *detestar*, *apreciar*...) deve-se ao facto de estes marcarem uma localização da relação predicativa relativamente ao sujeito de que resulta uma apreciação e assim, pelo seu semantismo, determinarem a construção de um valor modal apreciativo.

para uma análise mais fina dos verbos que compõem as diferentes classes, particularmente e no âmbito deste estudo, dos verbos conceptuais.

Antes disso e retomando a construção de valores modais epistémicos resultantes, ora da estabilização, ora da não estabilização de um único valor, o primeiro caso implica uma identificação entre sujeito enunciador (S_0) e locutor (S_1) (enunciador-locutor) e o segundo caso caracteriza-se pela impossibilidade de uma identificação entre estes sujeitos (ver § 5.1).

A articulação entre a origem enunciativa absoluta (S_0) e uma origem enunciativa outra é calculável com o recurso às operações de quantificação (Qnt) e de qualificação (Qlt). Definido como um processo operatório, a cada valor construído pode corresponder um tipo de relação específico entre os dois parâmetros, quantitativo (Qnt) e qualitativo (Qlt), que subjazem à construção da determinação enunciativa. A asserção - assunção total da validação (valor I) / não-validação (valor E) da relação predicativa - supõe uma estabilização total da relação Qnt / Qlt, corresponde a uma operação de determinação equiponderante – Qnt Qlt. A não estabilização de um único valor tende a desestabilizar a relação entre os parâmetros Qnt e Qlt, correspondendo a avaliação da validabilidade da relação predicativa²⁵² a uma operação de determinação preponderantemente quantitativa – Qnt (Qlt). A construção da relação predicativa como validável não é confirmada por uma estabilização mas mantém-se validável / não validável (ver § 3.3.2).

Para este cálculo confluem, não só a pessoa gramatical do sujeito da imbricante (central na construção dos valores modais destes enunciados complexos; ver § 5), mas também, em português (como em francês ou castelhano), os valores de que as formas em presença na imbricada são marcadoras, nomeadamente o modo gramatical do verbo (ver, de forma particular, §§ 11.2 e 12.1), e o respectivo sujeito sintático (S_2) (ou argumento em posição de sujeito (C_0)), em relação de correferência ou de não correferência com o S_2 da imbricante.

²⁵² Embora a não estabilização de um único valor caracterize igualmente os valores das modalidades intersujeitos e apreciativa, a opção por privilegiar a modalidade epistémica (valores do domínio do não-certo) deve-se às características semânticas dos verbos em análise, propiciadoras da construção destes últimos valores modais.

É assim que a possibilidade de centrar o trabalho de cálculo dos valores modais no parâmetro abstracto subjectivo (S) do sistema de referência (Sit) constitui um meio teórico de agrupar e distinguir entre si os diversos tipos de funcionamento dos verbos das classes acima referidas (com destaque para a classe dos verbos conceptuais), que ocorrem numa relação imbricante, e os valores modais susceptíveis de ser veiculados ao nível da relação imbricada.

A determinação modal dos enunciados complexos que têm como predicado um verbo declarativo, conceptual ou perceptivo, compreende, por um lado, a asserção desse predicado verbal²⁵³. No caso particular dos verbos conceptuais, digamos que, como localizadores situacionais baseados no parâmetro subjectivo (S)²⁵⁴, têm como termo localizado uma relação predicativa saturada (uma *lexis*). Se

²⁵³ Embora se vise, com estas considerações, descrever a forma como, genericamente, se constrói a categoria modalidade em enunciados complexos com um predicado verbal (declarativo, conceptual ou perceptivo), estas são, no que concerne a este aspecto e em geral, extensivas aos casos em que o predicado é um predicado adjectival (com valor modal apreciativo ou epistémico, como, por exemplo, *ser interessante* e *ser possível*) ou em que ocorre um operador modal de natureza adverbial, em posição periférica relativamente à relação predicativa modalizada (por exemplo, *provavelmente*, *certamente*).

Por necessária delimitação do objecto de investigação, mas reconhecendo o interesse que esta matéria representa no estudo da modalidade, limitamo-nos a uma breve referência ao que sejam as diferenças sintáctico-semânticas entre predicados adjectivais e operadores modais adverbiais, assim como a algumas propostas de descrição com algum relevo.

Por exemplo, ambas as construções apresentam diferentes restrições quando o valor modal epistémico de que são marcadoras se combina com outros valores modais, nomeadamente, com a interrogação e a negação (ver, por exemplo, Nuyts, 1993: 935-936). De igual modo, estas diferentes formas linguísticas de marcar a construção de um valor modal epistémico permitirão, segundo outros autores (Hengeveld, 1989, por exemplo) que não o próprio Lyons, ilustrar a proposta deste autor (1977) quando distingue “objective epistemic modality” de “subjective modality”.

Em Nuyts (1993), por exemplo, defende-se que “[...] the speaker’s decisions concerning how to express a certain epistemic modal qualification are codetermined by a number of additional factors apart from the epistemic qualification itself” (*idem, ibidem*: 955). Particularmente, a opção por parte do enunciador pelo emprego de um predicado adjectival ou de um operador modal de natureza adverbial *dever-se-á* – continua este autor – a uma confluência de factores: “discourse functionality [...], evidentiality [...] and performativity” (*idem, ibidem*: 938).

²⁵⁴ Em Wyld (2001), reconhece-se exactamente esta “incidência” no parâmetro subjectivo: trata-se, segundo este autor, de uma “spécification incidente au paramètre S”

uma relação predicativa é localizada em relação a um sistema de referência – para, só assim, se tornar um enunciado (decorrendo desta operação de localização o valor referencial modal) -, está, por conseguinte, estabilizada no domínio de validação, pelo que corresponde a uma asserção (ver Culioli, 1989: 119ss).

Por outro lado, a determinação modal dos enunciados complexos em que ocorrem completivas-nominais compreende, ao nível da relação imbricada, um valor modal calculável por localização em relação à fonte modal, construída, invariavelmente, com valor de identificação em relação ao sujeito sintáctico (S₂) da imbricante. Querendo modular a asserção - isto é, querendo pôr em causa o valor único que, por definição, se constrói asserindo -, recorre-se a meios de marcar que “o facto de eu declarar que <r> é o caso não exclui a representação alternativa, isto é, que <r> não é o caso”.

O emprego de verbos conceptuais como *pensar, crer, julgar, acreditar* é um meio que permite marcar esta modulação²⁵⁵. Em Culioli (1989), refere-se que se dá, nestas circunstâncias, uma “desasserção” da asserção, convertendo este valor modal numa forma que corresponde a uma “asserção deformada”: “[...] the solution is to de-assert the assertion, turning it into a shape that is a deformed assertion, kept on hold, until it is provided with a site” (*idem, ibidem*: 120)²⁵⁶. É assim - defende

(*idem, ibidem*: 51ss), que justifica o que atrás propoemos como validação subjectiva (ver § 5.1).

²⁵⁵ É no âmbito da reflexão de Halliday (1970) sobre a modalidade - segundo o qual o enunciado se organiza, simultaneamente, como mensagem e como evento de interacção - que se enquadra o conceito de modulação (“modulation”), definida por este autor, não como um comentário do enunciador, mas como parte integrante da significação do enunciado.

Lyons ([1977] ²1978) define modulação (“modulation”) como “[...] a sobreposição no enunciado de uma coloração atitudinal particular, indicativa do envolvimento do locutor no que está a dizer e do seu desejo de impressionar ou convencer o auditor” (*idem, ibidem*: 61). O modo como se concretiza esta “modulação” está parcialmente descrito em Culioli (1989), Cherchi (1983) e Franckel; Lebaud (1990).

²⁵⁶ A concepção por parte de Culioli de uma “desasserção da asserção” (“to de-assert the assertion”) vai no mesmo sentido da concepção – atrás referida (ver § 3.3.2) – da “desasserção do certo” (“désassertion du certain”), em Franckel (1981).

este autor - que verbos conceptuais como *pensar*, *crer*, *julgar*, *acreditar* fornecem um *site*, um localizador:

“Since $\langle r \rangle$ loc. [Sit] has been de-asserted, it is in need of a site *je crois* provides such a site [...]. Hence the interlocking structure $\langle \text{Sit.locates something} \rangle + \text{Qt}_2 \text{ located } \langle \langle r \rangle \text{ located [Sit]} \rangle = \rangle_4 \langle_3 \langle \text{Sit locates}_2 \langle \text{Qt}_2 \rangle \text{ located } \rangle_1 \langle_0 \langle r \rangle_0 \text{ located } \langle \langle r \rangle \text{ located [Sit]} \rangle_1 \rangle_2$ ” (*idem*, *ibidem*: 120-121).

Assim, se a relação imbricada exhibe um determinado valor modal (asserção de um predicado), na relação imbricante, o valor modal exibido, além de ser distinto deste último, é, como dizíamos, fortemente tributário do semantismo do predicado da imbricante²⁵⁷.

Quando o predicado da imbricante é um verbo declarativo (de que *dizer* é um exemplo), estamos, ao nível predicativo, perante uma relação predicativa pré-construída que vai instanciar o lugar do argumento objecto (C_1) do verbo da imbricada. Um verbo declarativo apresenta, assim, um funcionamento discreto: pela determinação espaço-temporal da imbricante, atribui-se ao verbo declarativo um objecto (a relação predicativa imbricada) que o delimita. Temos, por conseguinte, a construção de uma ocorrência de /dizer/, por exemplo, pelo que os valores de determinação (espaço-temporal e modal) da imbricada são calculáveis em relação aos valores que determinam a imbricante, valores estes localizados em relação à situação de enunciação origem (Sit_0).

Vejamos o enunciado que se segue:

5.17 O ministro disse que os subsídios serão atribuídos a quem apresente os melhores projectos

²⁵⁷ É este o princípio que preside ao estudo que se propõe em Chuquet (2001) da forma como se constrói a modalidade no enunciado complexo: “[...] la subordination de ‘completives’ [...] exhibent à la fois une modalité dans la relation imbriquée [...] et une modalité ou un prédicat relevant d’une modalité dans la relation imbricante [...]” (*idem*, *ibidem*: 148).

Construída pelo seu objecto (a relação predicativa imbricada), temos uma ocorrência de /dizer/, localizada com um valor de posterioridade em relação a Sit₀. Por outro lado, a ocorrência de /dizer/ construída ao nível da imbricante institui uma fonte enunciativa referencialmente distinta de S₀ (*o ministro*), em relação à qual se especifica o valor modal da imbricada.

Se, quando o predicado da imbricante é um verbo declarativo, estamos perante uma localização da relação predicativa imbricada numa relação interlocutória e perante um cálculo da modalidade da imbricada em relação à fonte enunciativa da imbricante, no caso de o predicado integrar um verbo conceptual, estamos perante uma localização subjectiva, uma vez que a relação imbricada é localizada relativamente ao parâmetro subjectivo (S) do sistema de referência: neste caso, temos, não uma asserção estrita, mas sim uma validação subjectiva.

Dir-se-á, assim, que esta classe de verbos introduz uma modulação na forma como a fonte enunciativa (construída enquanto referencialmente distinta ou enquanto abstractamente disjunta de S₀) se posiciona perante a validação / não-validação da relação imbricada. Como já referido (ver § 5), mais especificamente e em virtude do seu semantismo, os verbos conceptuais marcam a construção de uma modalidade epistémica com valor do domínio do não-certo (verbos *pensar, julgar, crer, achar, supor* e *acreditar*) e com valor do domínio do certo (verbo *saber*).

Por conseguinte, de entre os verbos conceptuais, *saber* apresenta um funcionamento compacto: não é delimitável em ocorrências de /saber/. Embora instancie o lugar do argumento objecto da relação predicativa imbricante, a imbricada não delimita estes processos. Enquanto complemento com funcionamento predicativo²⁵⁸, tem, portanto, uma estabilização independentemente da sua construção como complemento.

Identificada com o sujeito do enunciado (S₂ da imbricante), a localização da imbricada em relação à fonte modal descrever-se-á à maneira de uma predicação

²⁵⁸ Ver adiante (§§ 9.3 e 10.2) descrição do funcionamento predicativo do complemento de *saber*.

de propriedade. Isto é, está em causa a predicação de uma propriedade a propósito de um sujeito (seu suporte) e está em causa uma operação de validação, que é, por excelência, uma operação modal.

No caso de todos estes predicados – *‘pensar / julgar / crer / achar / supor / acreditar que p’* e também *‘saber que p’* - o valor modal construído prende-se, como vimos atrás (ver § 5.1), com a forma como se constrói, ao nível da relação imbricante, uma fonte modal, abstracta ou referencialmente dissociada de S_0 . Essa fonte modal identifica-se com o sujeito sintáctico (S_2) da relação imbricante e é o localizador do valor modal construído, de assunção parcial, em maior ou menor grau, ou de assunção total (caso particular de *saber*) da validação da relação imbricada. Em virtude do semantismo destes verbos enquanto expressão de uma actividade cognitiva, a fonte modal assim construída – isto é, construída como garante da validabilidade ou da não validabilidade da relação imbricada – institui-se enquanto sujeito cognitivo.

A relação de localização entre imbricada e imbricante é, assim, dupla. Por um lado, ao nível predicativo (ver § 4.2), a relação imbricada é, em virtude da instanciação, localizada em relação a uma origem enunciativa construída como fonte modal. Por outro lado, a um nível enunciativo, a imbricante é localizada em relação à imbricada. É por via desta localização (da imbricante em relação à imbricada) que a imbricante, de acordo com as propriedades do seu predicado, especifica a imbricada, isto é, lhe atribui uma delimitação qualitativa (Qlt) e – conforme vimos descrevendo - temos, a este nível, a modalização epistémica da imbricada, a validação da relação imbricante relativamente à relação imbricada (ver Chuquet, 2001: 149).

A natureza dupla da relação de imbricação (relação de localização entre imbricada e imbricante) consiste, pois, ao nível predicativo, numa operação de instanciação e, ao nível enunciativo, numa operação de especificação²⁵⁹.

Em virtude da ordem da relação de localização estabelecida ao nível enunciativo (mediante a qual a imbricante é localizada em relação à imbricada), ser

²⁵⁹ Sobre os conceitos operatórios de instanciação e de especificação, ver Paillard (1992).

o inverso da ordem da localização que se estabelece ao nível predicativo (a imbricada é localizada em relação à imbricante), em Wyld (2001: 15ss), fala-se de “subordination inverse”²⁶⁰. A relação predicativa imbricada desempenha o papel de “imbricante” numa relação de imbricação que tem como alvo o sujeito (S₂) desta última, por parte da imbricante, assim tornada “imbricada”.

O problema da modalidade no enunciado complexo prende-se, pois, com o facto de a relação de imbricação ser analisável em termos de incidência sobre a ligação entre a imbricante e o parâmetro S do seu sistema de localização enunciativo, isto é, em termos de especificação. A descrição metalinguística assim proposta permite explicar a forma como a imbricada, incidente sobre a relação entre a imbricante e o parâmetro S do seu sistema de localização, modula o valor modal da imbricante²⁶¹.

A modalidade do enunciado complexo, construída com incidência maior no parâmetro S – em virtude de o valor modal ser calculável por localização em relação ao sujeito da relação imbricante –, põe em jogo igualmente o parâmetro T (espácio-temporal) da localização abstracta em relação a Sit. Assim – como, aliás, referimos noutro momento –, ambas as operações de determinação da relação predicativa, Qnt e Qlt, devem ser tidas em linha de conta: a validação da imbricante em relação à imbricada é calculável em termos de ponderação das operações Qnt e Qlt.

A dupla relação de localização entre imbricante e imbricada permite compreender, por exemplo, que, no caso de construção de enunciação relatada (ver § 7.1), a localização em relação ao sistema de referência se organiza,

²⁶⁰ Ao longo do estudo proposto em Wyld (2001), faz-se corresponder a “subordination inverse” expressões como “subordination incidente au paramètre S” (atrás referida), “subordination à vocation modalisante” ou “subordination subjective” (*idem, ibidem*: 138).

²⁶¹ Esta visão é, numa primeira aproximação, relacionável com a concepção da oposição de *modus / dictum* da escolástica. Temos como que uma repartição das duas relações predicativas do enunciado complexo de modo que a imbricada se associe ao *modus* e a imbricante ao *dictum* (ver § 3.1).

simultaneamente, em T e em S: dá-se, neste caso, uma “suspensão” de um tempo – afirma-se em Chuquet (2001: 150) - para se poder dar lugar à operação de localização em relação a uma origem assertiva. A localização em relação às coordenadas temporais (Qnt) decorre da localização da imbricada em relação à imbricante, sendo as coordenadas temporais da imbricante, por sua vez, calculadas em relação à origem enunciativa (Sit_0) – e, portanto a T_0 -, pelo que se dá – propõe-se em Chuquet (*ibidem*) – “un ajustement des repérages par rapport à T_0 ”.

A mesma ordem de considerações se aplica aos valores referenciais de que os pronomes pessoais são marcadores – vimo-lo atrás (ver § 5.1). Caso estes ocorram na imbricada, o seu valor é calculado em função da sua localização em relação ao sujeito da imbricante, por sua vez, calculado em relação a S_0 .

Sendo a validação da imbricante em relação à imbricada calculável em termos de ponderação das operações Qnt e Qlt, a especificação da imbricada pela imbricante corresponde a uma determinação Qlt. A origem desta operação de especificação da imbricada pela imbricante - que assegura as operações de determinação modal entre o predicado da imbricante e o valor modal da imbricada - é o sujeito modal (abstractamente disjunto ou referencialmente distinto de S_0).

6. Relação entre modalidade e enunciação mediatizada

Como se defendeu nos capítulos anteriores, os valores de modalidade epistémica estão directamente relacionados com a origem da informação contida na relação predicativa.

Vários autores, com diferentes perspectivas teóricas, revelam uma consciência deste facto, procurando não só descrevê-lo como explicá-lo teoricamente. É o caso, entre outros, de Hengeveld (1989). Situando-se numa perspectiva funcionalista, este autor estabelece uma oposição entre modalidade subjectiva (“subjective modality”) e modalidade evidencial (“evidential modality”)²⁶², opondo-se, por sua vez, o conjunto destes dois tipos de modalidade à modalidade objectiva (“objective modality”)²⁶³. A modalidade subjectiva inclui, além da modalidade bulomaica (envolvendo desejo, esperança, etc.), a modalidade epistémica, definida em termos de certeza (comprometimento forte), em termos de probabilidade (crença) ou em termos de possibilidade (comprometimento fraco); a modalidade evidencial subdivide-se em três tipos de modalidade: inferencial (“inferential”), citativa (“quotative”) e experiencial (“experiential”).

²⁶² “Modalidade evidencial” é a tradução proposta em português do Brasil (ver Hattnher *et alii*, 2001) de “evidential modality” (Hengeveld, 1989).

²⁶³ A modalização como qualificação objectiva ou subjectiva é uma proposta de Lyons ([1977] ²1978: 792), na sequência, refere este autor, de J. Kurylowicz (1964, *The Inflexional Categories of Indo-European*, Heidelberg, Winter). (ver § 3.1.1).

Em Hengeveld (1989), definem-se modalidade objectiva e modalidade subjectiva em termos de escopo ou “camadas” (tradução proposta para “layer” em português do Brasil (Hattnher *et alii*, 2001)). Assim, no quadro de uma representação em termos de escopo (“layered representation” ou “layered clause structure”), a modalidade objectiva pertence ao escopo predicativo (“predication layer”) e é definida como “[...] the speaker’s evaluation of a state of affairs in terms of his knowledge” (*idem, ibidem*). Por outro lado, a modalidade subjectiva, definida como “[...] the speaker’s expression of the degree of his commitment with regard to the truth of the content of the predication he puts forward for consideration” (*idem, ibidem*), pertence ao escopo proposicional (“proposition layer”).

Distinta destes dois tipos de modalidade (objectiva e subjectiva), a topologia de Hengeveld inclui ainda a modalidade inerente (“inherent modality”), designada em Palmer (1986) por dinâmica (“dynamic modality”), envolvendo capacidade e volição.

Integradas num quadro mais complexo em que Hengeveld (*ibidem*) define uma tipologia de modalidades, de acordo com a função que desempenham e, conseqüentemente, segundo o nível estrutural em que se inserem, por um lado, a modalidade subjectiva tem o falante (“speaker”) como fonte da informação e também como fonte do juízo construído a propósito dessa informação; por outro, ao nível da modalidade evidencial, “na modalidade inferencial o evento é relatado como inferido [...], na modalidade citativa o evento é relatado a partir de uma outra fonte e na modalidade experiencial o evento é caracterizado como sendo experienciado por uma fonte [identificada com o falante]” (Hattner *et alii*, 2001:110).

A distinção entre “origem da informação” e “origem do juízo sobre essa informação”, proposta por Hengeveld (1989) segundo uma perspectiva funcionalista, parece-nos poder constituir o ponto de partida para uma clarificação da articulação entre estes dois aspectos no interior do que, na Teoria Formal Enunciativa (e segundo Campos), se define como modalidade epistémica. Mais genericamente, parece-nos esboçar-se, a este nível, o problema da relação entre a modalidade e a “evidencialidade”²⁶⁴. Aliás, como pretendemos demonstrar, um estudo da forma como o sujeito enunciator origem constrói a sua não responsabilidade e também a sua responsabilidade pela validação ou não-validação da relação predicativa, através da construção de uma nova origem enunciativa, só se completa com a análise das relações entre a modalidade e a evidencialidade.

A definição proposta em Lyons ([1977] ²1978) de epistemologia – enquanto “[...] concerned with the nature and source of knowledge” (*idem, ibidem*: 792) – sugere exactamente uma ligação entre modalidade epistémica e evidencialidade.

Em Palmer (1986) vai-se mais longe quando se afirma:

“[...] the term ‘epistemic’ should apply not simply to modal systems that basically involve the notions of possibility and necessity, but to any modal system that indicates the degree of commitment by the

²⁶⁴ Como a designação “modalidade evidencial”, esta designação (“evidencialidade”) é subsidiária do inglês, de uma tradução de “evidentiality”, que, como veremos adiante, poderá não ser a tradução mais adequada tendo em conta o conceito em causa.

speaker to what he says. In particular, it should include evidentials such as ‘hearsay’ or ‘report’ [...] or the evidence of the senses” (*idem, ibidem*: 51)

ou ainda

“[...] the status of the speaker’s understanding or knowledge; this clearly includes both his own judgments and the kind of warrant he has for what he says” (*idem, ibidem*).

Pondo esta categoria a par com os juízos de necessidade e de possibilidade, Palmer (*ibidem*) considera explicitamente o que designa por evidenciais (“evidentials”) como um dos dois grandes sistemas da modalidade epistêmica²⁶⁵. Segundo este autor, uma das formas de que o falante (“speaker”) dispõe para expressar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição expressa (“his (lack of) commitment to the truth of the proposition being expressed”) é a indicação das “evidências” (evidencies”) em que assenta o seu juízo²⁶⁶.

A esta tendência - concepção estreita da evidencialidade -, segundo a qual a modalidade epistêmica se sobrepõe englobando a evidencialidade como uma outra categoria (postura assumida, entre outros, por Palmer (1986) e Hengeveld (1989)), opõe-se uma outra tendência - concepção larga da evidencialidade -, que considera que a qualificação evidencial determina a qualificação epistêmica e, portanto, modal. Esta última, também surgida na literatura anglo-saxónica, é representada,

²⁶⁵ Em Levinson (1983), encontra-se já uma alusão a uma relação transversal entre “epistemicity” e “evidentiality”.

²⁶⁶ “There are at least four ways [through] which a speaker may indicate [...] his (lack of) commitment to the truth of the proposition being expressed. It will be possible, therefore, to find paraphrases with a subordinate sentence introduced by *that*, with the modality indicated by a lexical item in the main clause:

It is possible that... / I think that...

It is to be concluded that... / I conclude that...

It is said that... / X said that...

It appears that...” (Palmer, 1986: 51-52).

por exemplo, pelo trabalho de Nuyts (1992a) segundo o qual qualquer juízo modal se baseia em “evidências” (“evidencies”), variando sim a qualidade da “evidência”²⁶⁷.

Na sequência do questionamento da distinção - estabelecida por Lyons ([1977] ²1978) e retomada por Hengeveld (1986) - entre modalidade objectiva e modalidade subjectiva, Nuyts (1992a) considera a evidencialidade como uma dimensão hierarquicamente superior à modalidade. A fonte da “evidência” tem uma importância fundamental na distinção entre modalidade objectiva e modalidade subjectiva, distinção esta que passa a ser discutida em função do domínio da evidencialidade, e é posta em causa por se revelar desnecessário postular dois tipos diferentes de modalidade epistémica.

Nuyts estabelece assim, por oposição à concepção tradicional de objectividade e subjectividade, as designações de qualificação subjectiva (“subjectivity / high firmness modality”) e de qualificação intersubjectiva (“intersubjectivity / low firmness modality”) (*idem, ibidem*: 83). Se o falante (“speaker”) sugere que apenas ele conhece ou teve acesso à “evidência” na base do seu enunciado, assume uma responsabilidade estritamente pessoal em relação à qualificação modal. Por outro lado, se o falante sugere que a “evidência” é conhecida ou acessível a um colectivo no qual este se insere, assume uma responsabilidade partilhada. Estas duas situações, classificadas em Nuyts (*ibidem*) em termos do grau de (inter)subjectividade e/ou firmeza (“firmness”) da expressão modal, correspondem, a primeira a uma qualificação subjectiva e a segunda a uma qualificação intersubjectiva.

Como se sugere em Dendale; Tasmowski (1994), parece-nos teoricamente preferível opor, mais do que integrar, os dois conceitos de “evidencialidade” e de modalidade, reservando, ainda como estes autores, o termo de modalidade à “[...] l’expression de l’attitude du locuteur [...]” e o termo de “evidencialidade” à “[...] l’expression du mode de création et/ou de récolte de l’information [...]” (Dendale;

²⁶⁷ Afirma-se em Nuyts: “[...] evidentiality is even higher than modality, for modality still concerns the speaker’s evaluation of the state of affairs as such, while evidentiality puts the state of affairs in relation to a wider knowledge context” (*idem*, 1992a: 91).

Tasmowski, *ibidem*: 4)²⁶⁸. Distinguem-se, pois, por um lado, a expressão da origem do conteúdo da relação prediativa, por outro, o seu grau de validação. A atestar este facto, consideremos as línguas em que estas categorias se encontram gramaticalizadas (em geral, no plano morfológico), e em que se pode marcar a origem da informação sem, no entanto, restringir o seu grau de certeza.

Como dizíamos no início deste capítulo, existe, a um nível enunciativo, uma relação entre a significação construída, nomeadamente em termos de modalidade epistémica, e a origem da informação contida na relação prediativa, que pode provir por via perceptiva (visual, ouvir dizer) ou por via inferencial. Falando de origem da informação, fala-se da fonte do saber, ou do conhecimento, que está subjacente, num dos diferentes graus possíveis, ao enunciado²⁶⁹. Por conseguinte, mediante o estudo de determinados processos sintácticos, lexicais e morfológicos, reconhece-se, por um lado, o tipo de conhecimento construído, não só de forma imediata como também de forma mediata, pelo sujeito enunciador. Por outro lado, pode afirmar-se haver uma tendência geral que consiste na atribuição de um maior grau de certeza epistémica a informações adquiridas por percepção visual que a

²⁶⁸ Entre outros autores, vemos expressa esta distinção (mesmo que sem o recurso à designação de “evidencial” (“evidential”)) em S. Chung; A. Timberlake (1985 “Tense, aspect, and mood”, in T. Shopen (ed.) *Grammatical categories and the lexicon*, Cambridge, Cambridge University Press: 202-257) quando se estabelece uma distinção entre “epistemic mode” e “epistemological mode”.

Em Willett (1988), refere-se a distinção, proposta em S. Chung; A. Timberlake, de dois tipos de modalidade epistémica: por um lado “[...] the speaker uses the ‘epistemic mode’ to characterize the situation s/he is describing with respect to both the actual world and other possible worlds” (Willett, *ibidem*: 53), cobrindo esta dimensão os domínios da necessidade e da possibilidade; por outro, “[...] a speaker uses ‘epistemological mode’ to evaluate the actuality of the situation with respect to his/her source of information” (*idem*, *ibidem*).

²⁶⁹ Além de Willett (1988), em que se teoriza sobre o sentido básico do conceito de “origem (ou fonte) da informação” (“information source”), encontramos em Vogeleer (1994), entre outros, uma opção preferencial pelo termo “informação”. A tónica posta na informação e nas formas de acesso cognitivo ou de acesso perceptivo à informação integram-se numa concepção do enunciado como estrutura informacional, que não nos parece, neste domínio, inconciliável com a concepção de enunciado definida no quadro TFE.

informações provenientes de outros sentidos, incluindo as informações a que se aceda por via de um raciocínio inferencial²⁷⁰.

A investigação sobre este fenómeno sofreu um grande desenvolvimento nos estudos da “evidencialidade” (“evidentiality studies”)²⁷¹. Como vimos acima, em

²⁷⁰ Esta constatação está na base da concepção de uma relação escalar e solidária, defendida por vários autores, entre, por um lado, o tipo de fonte da informação e, por outro lado, o grau de certeza epistémica construído.

Em Givón (1982), por exemplo, propõe-se um quadro que reflecte a relação entre “[...] the experiential scale of *evidentiality* and the scale of subjective (speaker’s) *certainty* [...]” (*idem, ibidem*: 42).

Outro autor, M. Hardman (1986, “Data source marking in the Jaqi languages”, *in* Chafe; Nichols (eds.) 1986, *Evidentiality: the coding of epistemology in language*, Norwood, N.J., *apud* Willett, 1988: 85), propõe uma “escala de evidencialidade” (“scale of directness evidence”). Esta autora vê “[...] personally verified knowledge as the most direct, knowledge obtained verbally from someone else in the middle of the scale, and non-personal knowledge (i.e. inference) as the least direct”.

Corroborando embora o facto de à “evidência directa” (“direct evidence”) se atribuir um maior grau de certeza do que à “evidência indirecta” (“indirect evidence”), em Willett problematiza-se esta estratificação contrapondo com o caso da língua Tuyuca em que “[...] inference from results is regarded as more reliable than (third-hand) hearsay, which in turn is more reliable than inference based solely on na assumption” (1988: 85). Conclui, então, este autor que o facto de se atribuir maior grau de certeza ao relato ou à inferência depende do contexto cultural, isto é, da interpretação cultural que se tem de cada um destes tipos de fonte de conhecimento.

A constatação da existência de uma regularidade na atribuição de diferentes graus de certeza aos diferentes tipos de fontes de conhecimento conduz, igualmente, em Hassler (2003), a uma concepção da “evidencialidade” (“evidencialidad”) como uma categoria hierárquica e, conseqüentemente, a uma organização dos recursos evidenciais especializados nos vários graus de assunção modal: “percepción visual inmediata > percepción no visual > oír decir > inferencia” (*idem, ibidem*: 420).

²⁷¹ Deve-se a Jakobson ([1957] 1963) a introdução do termo “evidential”, aplicado para designar o que reconhece em certas línguas (por exemplo, em búlgaro, em kwakiult e em hopi) como “[...] procédés morphologiques spéciaux pour indiquer des événements qui ne sont connus du sujet parlant que par le témoignage des autres” (*idem, ibidem*: 177).

Conceito amplamente adoptado pelos americanistas em virtude do reconhecimento, nas línguas do Novo Mundo, de formas linguísticas marcadoras da origem do conhecimento do conteúdo veiculado pelo falante, a “evidencialidade” (“evidentiality”) é objecto de descrição linguística mais apurada, sobretudo, a partir de 1981, data de realização de um congresso sobre este tema, em Berkeley (as actas dos artigos apresentados estão publicados em Chafe; Nichols (eds.) 1986, *Evidentiality: the coding of epistemology in language*, Norwood, N.J.).

autores anglo-saxónicos, como Lyons, Palmer, Hengeveld, Nuyts e outros, a opção pelos termos “evidencial” (“evidential”) ou “evidencialidade” (“evidentiality”) para referir a categoria em causa deriva morfológicamente da palavra *evidence*, que refere os dados que estão na origem de qualquer conhecimento construído.

A hipótese de tradução literal de “evidential” para francês – “évidentiel”²⁷² – é posta em causa por Guentchéva (ver 1994: 8; 1995: 303 e 1996: 13). Uma vez que “évidence” se associa, em francês (como, aliás, “evidência” em português), ao que é constatável directamente, não remetendo, portanto, para um valor de distanciamento, propõe Guentchéva as designações de “mediatif”²⁷³ ou “énonciation médiatisée” para referir o que propõe como uma nova categoria invariante, associada à expressão de distanciamento, de diferentes naturezas, em relação ao que designa como “conteúdo informacional” (“contenu informationnel”): “[...] la catégorie grammaticale qui, dans des langues typologiquement distinctes, a pour fonction de marquer l’attitude de distanciation et de non-engagement que manifeste l’énonciateur à l’égard des faits qu’il présente” (Guentchéva *et alii*, 1994: 139)²⁷⁴.

²⁷² Esta hipótese de tradução literal encontra-se em alguns autores francófonos, como por exemplo em Dendale (1993).

Também na literatura espanhola, se designa esta categoria como “evidencialidad” e as formas dela marcadoras como “evidenciales”, registando-se, por conseguinte, a proximidade ao termo inglês “evidentiality” (ver, por exemplo, Reyes, 1993 e 1994, e Hassler, 2003)

²⁷³ O termo “médiatif” terá sido primeiramente empregue por Lazard (1956), para designar o fenómeno da mediatização em tadjik. A recuperação deste termo por Guentchéva deve-se ao facto de, em virtude da sua abrangência, ser o termo mais adequado para englobar os diversos valores designados como “non-testimonial”, “admiratif”, “non-vu” e, como já referimos, “évidentiel”, que correspondem, cada qual, apenas a um dos valores da categoria, expressos gramaticalmente em diferentes línguas (ver Guentchéva *et alii*, 1994: 139; Guentchéva, 1994: 8-9; 1995: 303; 1996: 11). Esta opção de Guentchéva pelo termo “médiatif” surge no contexto actual em que, dada a proliferação de termos empregues para designar este fenómeno, se verifica a inexistência de uma interpretação unificada.

²⁷⁴ Esta definição, datada de 1994, não difere das definições propostas por esta autora noutros trabalhos, alguns deles posteriores:

Em Campos (2001a: 327), retoma-se esta discussão terminológica, numa opção clara em português pelos termos “mediativo” e “enunciação mediatizada”, traduções das designações propostas por Guentchéva em francês. Simplesmente, em virtude de os valores constitutivos do “mediativo” – agrupáveis, por Guentchéva, como factos relatados (“faits rapportés”), factos inferidos (“faits inférés”) e factos de surpresa (“faits de surprise”)²⁷⁵ - definirem a estruturação de um espaço epistémico e de estarem, por conseguinte, na base da construção de valores modais epistémicos²⁷⁶, propõe-se em Campos (2001a e 2003) uma concepção lata da categoria mediativo, que não inclui apenas a expressão de distanciamento em relação à validação da relação predicativa, mas também a expressão da sua

“[...] les énoncés médiatifs codent des événements dont la réalité est présentée comme non confirmée” (Guentchéva, 1994: 14);

“Le terme du *médiatif* [...] a été retenu ici pour designer une catégorie grammaticale qui, au moyen de procédés grammaticaux, exprime la *distanciation* et le *non engagement* de l'énonciateur à l'égard des faits qu'il rapporte” (*idem*, 1995: 301);

“[...] moyens qui permettent au locuteur d'indiquer que l'information qu'il transmet n'est pas obtenue à la suite d'une expérience personnelle” (*idem*, 1996: 11);

“[...] catégorie grammaticale dont l'essence même est d'indiquer que l'énonciateur fait référence à des situations (statiques ou dynamiques) dont il n'assume pas la responsabilité pour en avoir eu connaissance par voie indirecte, d'où la possibilité pour lui de manifester divers degrés de distance par rapport au contenu de son propre message, et, pour le co-énonciateur, la possibilité de remettre en question, voire de réfuter le contenu du message reçu.” (*idem, ibidem*).

²⁷⁵ A propósito destes valores do mediativo, afirma-se em Guentchéva (1996): “[...] même si les valeurs médiatives ne sont pas forcément toutes trois exprimées dans une langue donnée, elles sont structurées dans un même espace sémantique [...]” (*idem, ibidem*: 16).

²⁷⁶ Com base na observação dos valores e dos diversos processos (morfológicos, sintáticos e lexicais) que permitem construir a categoria mediativo em três línguas tipológica e geneticamente diferentes, conclui-se, em Givón (1982), ser possível “[...] to interpret the phenomenon of evidentiality within the context of an epistemic continuum” (*idem, ibidem*: 26).

Também em Ramat (1996) se relaciona a categoria do mediativo com a construção de um espaço epistémico ao afirmar-se que o mediativo (“*médiatif*”) designa “[...] des indices linguistiques qui permettent de signaler formellement la position épistémique du locuteur par rapport au contenu de son énonciation” (*idem, ibidem*: 287).

validação / não-validação, isto é, asserção estrita positiva ou negativa. Considera-se, assim, que, contrariamente ao postulado na definição proposta por Guentchéva, na sequência de Lazard (1956), o mediativo corresponderá a uma “[...] supercategoria que abrange os valores assertivos em todos os graus, incluindo o valor de asserção estrita” (Campos, 2001a: 336)²⁷⁷.

Esta concepção lata do mediativo, já defendida, entre outros, em Givón (1982) e Willett (1988)²⁷⁸, compreende-se em virtude do enquadramento teórico fornecido pelo quadro da TFE e da daí resultante articulação entre a modalidade e o mediativo. Através do recurso a uma descrição em termos de operações de determinação, particularmente de natureza modal, só será possível interpretar o mediativo – como se afirma em Givón (1982: 26) (vimo-lo atrás) e se reforça em Campos (*ibidem*: 337) – dentro do contexto de um *continuum* epistémico que inclui, por definição, os valores decorrentes das operações de validação / não-validação e dos diversos graus de validação subjectiva, isto é, que inclui os valores que vão desde a certeza objectiva à certeza subjectiva. Perspectivado em termos de

²⁷⁷ A contínua discussão em torno do estatuto linguístico do mediativo, na qual se integra o texto de Campos (2001a), relewa de uma falta de consenso que, num período ainda embrionário e exploratório do estudo deste fenómeno, tem levado diferentes autores a propor, não só – como já vimos – diferentes termos para designar o fenómeno, como também uma grande heterogeneidade de definições semânticas, às vezes muito parcelares.

A este respeito, Culioli (1993) limita-se a constatar e a definir brevemente a distinção entre asserções imediatas e mediatas, como um fenómeno gramatical (sem falar – note-se – em categoria gramatical). Referindo-se às variações em termos de sistema temporal verificáveis de língua para língua, Culioli comenta: “Ce que l’on dit du temps, nous pourrions, au demeurant, le répéter à propos d’autres phénomènes grammaticaux: dans certains langues, on pourra distinguer les assertions immédiates, dont on se porte garant, et les assertions médiates, dont renvoyant à des événements dont on n’a pas été directement témoin [...], outre les assertions dont on ne se porte pas garant, laissant à autrui la responsabilité de ce qu’il avance [...]” (*idem, ibidem*: 175).

²⁷⁸ Afirma-se, por exemplo, em Willett (1988): “[...] evidentiality as a semantic domain is primarily modal. It participates in the expression of the speaker’s attitude toward the situation his/her utterance describes, rather than relating strictly orientational information about the temporal setting of the situation, as do tense and aspect [...]. Evidentiality is part of the overall social dimension of the utterance [...]. But there is not yet a definitive understanding concerning exactly which part of the modal system the term ‘evidential’ should refer to” (*idem, ibidem*: 52).

inclusão no vasto domínio da modalidade, o mediativo “[...] fornece à modalidade informação sobre a maior ou menor fiabilidade de uma informação, contribuindo para um valor modal epistémico dentro de uma escala que vai da asserção estrita aos vários graus de probabilidade” (*idem, ibidem*: 338), vendo-se configurada neste facto uma necessária relação semântica entre as duas categorias²⁷⁹.

Mais ainda, a hipótese de uma concepção lata do mediativo não só é mais abrangente do que a concepção defendida por Guentchéva em termos de valores construídos, como permite reconhecer, descrever e explicar outros marcadores que não apenas os marcadores próprios das línguas que gramaticalizam esta categoria²⁸⁰. Uma justificação para a opção por uma maior abrangência da categoria mediativo (supercategoria, portanto) residirá, aliás, no facto de, em línguas como o português, que carecem de morfemas marcadores do mediativo estrito, os recursos lexicais e gramaticais das duas categorias (modalidade e mediativo) se utilizarem de uma maneira que diríamos metonímica.

Se para Guentchéva os factos veiculadores de um valor mediativo – factos relatados, factos inferidos e factos de surpresa – se descrevem enquanto marcas da não assunção do conteúdo informacional (“[...] la non-prise en charge du ‘contenu informationnel’ [...]” (*idem*, 1996: 11)) e da consequente distância que o enunciador interpõe entre si e a sua enunciação, para Campos estes factos são

²⁷⁹ Embora sem que daí se retirem consequências, esta inclusão é afirmada em Guentchéva (1995) - “[...] il est, sans aucun doute, indispensable de situer la catégorie grammaticale du médiatif dans le domaine modal” (*idem, ibidem*: 306) – e, de forma teoricamente consequente, especificada em Campos (2001a) - “a modalidade contendo o mediativo como uma subcategoria” (*idem, ibidem*: 338).

²⁸⁰ Na base da investigação no domínio da enunciação mediatizada terá estado, aliás, a constatação da existência, em línguas tipologicamente diferentes (por exemplo, línguas como o búlgaro, o albanês, o turco, o georgiano, o arménio, línguas ameríndias e outras), de um sistema estruturado de processos gramaticais - morfo-sintácticos, como afixos (sobretudo sufixos e mais raramente prefixos), partículas especializadas, formas construídas a partir do perfeito, auxiliares susceptíveis de se combinar com sufixos e/ou partículas (ver Guentchéva, 1996: 12) - que permitem manifestar o grau de distanciamento ou não compromisso do enunciador em relação à validação do conteúdo informacional construído. É a esse sistema estruturado de processos gramaticais que está associada a categoria semântica do mediativo.

perspectiváveis nos termos que a construção da categoria modalidade dita. Aliás, segundo esta autora, a mediatização na construção de uma origem do conhecimento que é distinta do enunciador origem não expressa, necessariamente, valores de não-compromisso e de distanciação. Isso mesmo é demonstrável através dos “valores de necessidade epistémica marcados quer por *dever* quer por *não-poder*” (Campos, 2001a: 338)²⁸¹ em que se constrói uma fonte enunciativa abstractamente disjunta do enunciador origem (por exemplo, em *o João deve ter perdido o combóio das sete* e em *o João não pode ter chegado a horas*). Esta disjunção de origens, mais do que marcar uma distanciação do enunciador relativamente à relação prediativa (descrição demasiadamente vaga), traduz-se formalmente em termos de operações de enunciação e de equiponderação de valores na construção de um domínio nocional complexo (ver § 3.3.2).

O facto de, conforme se propõe em Campos (2001a: 335-336 e 2003), a categoria (“supercategoria”) do mediativo abranger os valores de modalidade epistémica em todos os seus graus, incluindo o valor de asserção estrita, permite-nos considerar os verbos conceptuais, segundo este prisma, como processos sintáctico-semânticos que manifestam diferentes valores da categoria mediativo. Por exemplo, os enunciados cuja relação prediativa imbricante tem como predicado verbos como, por exemplo, *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *supor*, *acreditar* e *duvidar* podem ter um valor inferencial. Por outras palavras, quando integram uma estrutura sintáctico-semântica de imbricação, estas formas lexicais são, por si só, marcadoras da construção de um juízo epistémico, isto é, de um juízo sobre a validação ou não-validação de uma relação prediativa imbricada, construído – como veremos de seguida (ver § 6.1) - com base num conhecimento não directo do estado de coisas representado por esta.

²⁸¹ Sobre os diferentes valores epistémicos de *dever* (valor de suputação e valor de predição), ver Campos (1998a: 137-157). Sobre os diferentes valores epistémicos de *poder* (valor de não exclusão e outros valores de natureza complexa), ver Campos, 1998a: 260-289.

6.1 Força assertiva e construção de factos inferidos

De acordo com a especificidade sintáctico-semântica de cada um dos verbos conceptuais que é objecto de estudo neste trabalho (especificidade marcada, por exemplo, pelo facto de não permitirem a alternância de modo, ou, pelo contrário, de serem compatíveis com ambos os modos (ver, em particular, §§ 11.2 e 12.1)), distinguem-se, de entre estes, dois sub-grupos, diferentes em função do valor epistémico construído.

Temos, assim, *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, supor*, que, genericamente, podem marcar um valor epistémico do domínio do não-certo (veja-se os enunciados abaixo), ainda que o valor discreto marcado por cada um destes verbos se situe diferentemente em relação ao pólo positivo da escala de valores assertivos.

6.1 Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que o Mário foi para casa

6.2 Penso / julgo / creio / acho / acredito /suponho que a paz no Médio Oriente é possível

6.3 Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas

Nomeadamente, e de acordo com uma auscultação de vários juízos intuitivamente formulados, os enunciados **6.1** a **6.3**, quando construídos com os verbos *crer* e *acreditar* e desde que realizados com uma curva entonacional característica das frases declarativas, marcam um valor mais próximo da asserção positiva do que os enunciados com *pensar, julgar, achar* e *supor* (**6.1** a **6.3**)²⁸², com as mesmas características prosódicas. Senão vejamos:

²⁸² O facto de esta ser, até ao momento, a única referência aos marcadores prosódicos aqui proposta não reflecte uma falta de reconhecimento do seu papel na construção e reconstrução dos valores de determinação modal. Deve-se, isso sim, à impossibilidade de os tratar em termos formais. Partilhamos, neste domínio, da ideia expressa em Campos (1998a) de que “[...] ao visar uma análise exaustiva da significação, a linguística não dará conta do fenómeno modal se não puder distinguir os esquemas de entoação específicos de

6.1a Penso que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi

6.1b Julgo que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi

6.1c ?Creio que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi

6.1d Acho que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi

6.1e ?Acredito que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi

6.1f Suponho que o Mário foi para casa, mas se calhar não foi²⁸³

Quando se acresce os enunciados acima de uma adversativa que introduz a eventualidade do valor assertivo, nestes casos negativo (*se calhar não p*), o grau de estranheza, isto é, o grau de contradição resultante, parece comprovar que *crer* (**6.1c**) e *acreditar* (**6.1e**) marcam, neste contexto, uma maior proximidade relativamente ao pólo positivo. A adversativa, nos enunciados com *pensar*, *julgar*, *achar* e *supor* (**6.1a**, **6.1b**, **6.1d** e **6.1f**), pode corresponder a uma remodelização²⁸⁴. Já nos enunciados com *crer* e *acreditar* (**6.1c** e **6.1e**), os valores modais construídos parecem inconciliáveis, daí que se possa falar de uma contradição.

No entanto, apesar da quase unanimidade quanto ao maior grau de convicção do sujeito no caso dos verbos *crer* e *acreditar*, a variabilidade dos juízos na avaliação da boa formação destes enunciados deixa dúvidas quanto a uma ordenação escalar destes verbos em função do grau de certeza construído. A plasticidade introduzida pelas marcas prosódicas é tal, que só recorrendo de outros dados (ver § 7.2), se podem arriscar conclusões a este respeito.

cada valor, relacionando-os com os marcadores sintácticos com que esses esquemas se combinam” (*idem, ibidem*: 39).

²⁸³ Para esta manipulação, baseamo-nos apenas no enunciado **6.1**, uma vez que a manipulação do enunciado **6.2** conduziria, de acordo com os informantes consultados, a resultados iguais. Uma manipulação do enunciado **6.3**, conforme proposto, apresenta outras restrições, adiante tratadas neste sub-capítulo.

²⁸⁴ Sobre o conceito de remodelização, ver Campos, 1991 (ver também § 3.3.2)

Incontestável é o facto de estes verbos serem, todos eles, marcadores da construção de uma representação nocional (*lexis* ou relação predicativa) e da localização dessa ocorrência num domínio de validação. Marcam, assim, a construção de um valor de determinação modal: um valor epistémico do domínio do não-certo, mais especificamente, do domínio do quase-certo, uma vez que a origem subjectiva dos enunciados assume um grau de possibilidade, mais especificamente de probabilidade, mais próximo, portanto, do pólo positivo da escala de valores assertivos, isto é, favorecendo o valor I do domínio nocional sem, no entanto, pôr de parte a possibilidade do valor complementar (E) (ver § 3.3.2).

Por outro lado, a validação parcial da relação predicativa pode ter dois valores em alternativa: (a) de suputação, quando T_2 é anterior a T_0 (enunciado 6.1) ou simultâneo a T_0 (enunciado 6.2); (b) de predição, quando T_2 é posterior a T_0 (enunciado 6.3)²⁸⁵. Assim se justifica a identificação de uma subclasse, ou sub-grupo, de verbos, definida em função do valor modal atrás descrito.

Por outro lado e segundo o mesmo critério, *saber* marca um valor modal do domínio do certo, a assunção total da validação da relação predicativa imbricada (ver enunciado 6.4), pelo que não pertence à subclasse dos verbos escalares médios.

6.4 Eu sei que o Mário foi para casa

Em todos estes enunciados (com *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *acreditar*, *supor* e com *saber*) há uma localização explícita de um conteúdo proposicional – a relação predicativa imbricada – em relação a uma origem enunciativa subjectivamente, e também espacio-temporalmente, disjunta, em termos

²⁸⁵ Sobre valores epistémicos de suputação e de predição, ver Campos, 1998a:137ss (ver também § 3.3.2, onde se refere cada um destes valores).

Como se verifica relativamente a *pensar*, *julgar*, *crer*, *achar*, *acreditar*, a assunção parcial da validação da relação predicativa de que também *supor* é marcador pode, igualmente, corresponder a um valor de suputação, ou a um valor de predição.

abstractos, da origem enunciativa absoluta (Sit_0)²⁸⁶. Assim, os enunciados **6.1**, **6.2** e **6.3**, por um lado, e o enunciado **6.4**, por outro, diferem em termos do estatuto epistémico que as respectivas relações predicativas imbricadas têm, na estrutura do domínio de conhecimentos da fonte enunciativa construída.

Nos enunciados **6.1**, **6.2** e **6.3**, os verbos da imbricante, na forma afirmativa, primeira pessoa do presente do indicativo, marcam que a relação imbricada é validada subjectivamente, mas não asserida. *Pensar, julgar, crer, achar, acreditar e supor* constroem, neste contexto, o valor de uma asserção menos forte do que o seria uma asserção estrita (*O Mário foi para casa, A paz no Médio Oriente é possível* ou *Uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas*).

O valor epistémico do domínio do não-certo que caracteriza estes enunciados marca, por sua vez, a reintrodução do complementar na maneira como a fonte modal assume a relação predicativa. Independentemente do grau de proximidade relativamente ao pólo positivo da escala de valores – já atrás discutido –, o valor modal construído implica, em todos estes casos, a introdução do par (p, p') – e, portanto, do complementar p' – pelo que a relação predicativa se apresenta como validável e não simplesmente como validada.

Quanto a *saber*, na imbricante do enunciado **6.4**, também na forma afirmativa, marca, de maneira explícita, uma assunção epistémica: a relação predicativa imbricada é situada em relação a um sujeito, cujo conhecimento lhe permite asserir a validação da ocorrência. Nestas condições o verbo *saber* exige que o enunciador seja efectivamente o pólo de identificação do que é (por si) sabido, sendo por via deste desdobramento do sujeito enunciador (enquanto sujeito que é também sede

²⁸⁶ Esta característica define o tipo de enunciados que, na sequência da reflexão apresentada (ver §§ 5.1 e 5.2), nos propomos analisar neste momento da nossa exposição, isto é, enunciados afirmativos do tipo '*V que p*' e com o verbo da imbricante na primeira pessoa e no presente do indicativo. Conforme formos analisando outros enunciados (que não na primeira pessoa e com o verbo da imbricante no presente do indicativo), propomo-nos, ao longo deste trabalho (ver particularmente §§ 7.1, 7.2 e 7.2.1), ter presente e recuperar, sempre que for pertinente, a articulação, que aqui nos limitamos a introduzir, entre os valores modais construídos e a categoria do mediativo.

de um conhecimento) que o valor epistémico construído corresponde a uma asserção reforçada, ou seja, mais forte do que seria uma asserção estrita.

É assim que, conforme se propõe em Borillo (1982), todos estes verbos se classificam, genericamente, como “verbos assertivos” (“verbes dits ‘assertifs’”), uma vez que, afirma esta autora, “[...] à la forme affirmative et renvoyant au locuteur²⁸⁷, ils attribuent ou conservent à la proposition qu’ils introduisent la valeur d’une assertion ou d’une quasi-assertion, même s’ils l’affaiblissent par la modalité épistémique dont ils sont l’expression” (*idem, ibidem*: 33). Mais especificamente, porque introduzem uma modalização fraca ou forte em função do grau de assunção da validação da relação predicativa por parte do sujeito enunciador - isto é, porque correspondem a verbos assertivos fracos ou a verbos assertivos fortes²⁸⁸ – opta-se

²⁸⁷ A afirmação desta condição – “forma afirmativa e reenvio ao locutor” – corrobora algo já referido neste trabalho (ver § 5.1.1): o primeiro traço discriminatório para a identificação destes predicados é o facto de estes marcarem uma verdadeira asserção ou quasi-asserção quando imputável a um sujeito enunciador que, sendo abstractamente disjunto do enunciador origem, está relacionado por identificação com o sujeito do enunciado (S₂), isto é, quando estes verbos se empregam na primeira pessoa, confirmando, portanto, o seu funcionamento como predicados subjectivos (ver § 5.1.1).

²⁸⁸ A distinção, proposta em Borillo (1982), entre “verbos assertivos fracos” e “verbos assertivos fortes” baseia-se num critério argumentativo. “Fraco” e “forte” designam diferentes graus de força argumentativa.

Referida em Palmer (1986), esta distinção terá sido introduzida por Hooper (1975). Partindo, primeiramente, da distinção entre “assertive” e “non-assertive” (em que, segundo esta autora, consiste a diferença entre os modos indicativo e conjuntivo), considera-se em Hooper (*ibidem*) que os predicados assertivos (“assertive predicates”) são precisamente aqueles que apresentam a possibilidade de introduzir um discurso indirecto (“*think, believe, assert, say, etc.*”), podendo, por sua vez, ser “‘weak’ assertives” (*think, believe*) ou “‘strong’ assertives” (*say*). Esta distinção – comenta-se em Palmer (*ibidem*) – basear-se-á na oposição entre “report of modal judgments” e “reports of actual utterances” (*idem, ibidem*: 142).

Em J. Fonseca (1993), refere-se, a propósito do emprego transitivo predicativo destes e doutros verbos, que, de acordo com “o semantismo do verbo”, a “avaliação [expressa por estes predicados] é tomada pelos respectivos agentes de validação ou como *absoluta* ou como *relativa, aproximativa*” (*idem, ibidem*: 40). Parece-nos, por conseguinte, poder extrapolar a existência de uma relação entre a, assim definida, “avaliação absoluta” / “avaliação relativa” (ou “relativizada”) e o semantismo, definido em termos de força argumentativa, dos “verbos assertivos fortes” / “verbos assertivos fracos”, conforme se propõe em Borillo (*ibidem*).

em Borillo (*ibidem*) pela designação de verbos “modalizadores de asserção” (“modalisateurs d’assertion” (*idem, ibidem*: 33)).

Em ambos os sub-grupos referidos – que incluem *pensar, julgar, crer, achar, acreditar* e *supor*, por um lado, e *saber*, por outro -, é positiva a orientação do conhecimento construído. Ou seja, na forma assertiva positiva, a avaliação da validabilidade da relação predicativa corresponde a um valor do domínio modal do não-certo (mais especificamente, do domínio do quase-certo) que assume um grau de probabilidade, mais próximo, portanto, do pólo positivo da escala de valores assertivos. A construção do grau de probabilidade resulta da construção, por parte da fonte enunciativa e através de um processo de inferência (isto é, a partir de indícios), do complementar linguístico, isto é, de um percurso dos valores possíveis (I e E), sem que haja, no entanto, equiponderância mas sim construção de um único valor, de validação (I), embora sem a exclusão do valor complementar (E) (ver § 3.3.2)²⁸⁹.

Pretendendo referir os valores modais marcados pelos, designados em Borillo (*ibidem*), “verbos assertivos fracos”, em Campos (1998), fala-se de “assertion affaiblée ou supputation” (*idem, ibidem*: 173).

²⁸⁹ Difere da construção da probabilidade, a construção da plausibilidade (ou da possibilidade), um valor igualmente do domínio do não-certo e também definível em termos de equiponderância de valores, de validação (I) e de não-validação (E) da relação predicativa.

Em Campos (1998a), a plausibilidade é descrita como um “valor de não exclusão”, valor que caracteriza um dos empregos do verbo *poder*. Refere esta autora que, neste contexto (por exemplo, em *Agarrem-se bem. O motorista pode ter de fazer uma travagem brusca*), “[...] faz parte do valor subjacente a *poder* a equiponderabilidade dos ramos que, de Sit, se dirigem para I e para E, sendo I e E construídos como abertos” (*idem, ibidem*: 262). Conclui, por conseguinte, que a glosa de um enunciado como o de cima deve incluir o complementar linguístico de <p>. No caso da construção de plausibilidade, ou do “valor de não exclusão”, não é, porém, discursivamente, indiferente que o enunciador opte pela forma positiva ou pela forma negativa da relação predicativa: “a menos que ambas as formas sejam explicitadas na enunciação, o valor de não exclusão privilegia as ocorrências situadas em I [...], ou as ocorrências situadas em E [...]. As ocorrências privilegiadas na enunciação devem ser compatíveis com o contexto” (*idem, ibidem*).

Para referir a probabilidade, conforme aqui propomos, Culioli prefere o termo “suputação” (ver § 3.3.2.), designação de um dos valores epistémicos de que o emprego de *dever* pode ser marcador (ver Campos, 1998a). Segundo Culioli, “[...] a utilização do termo ‘probabilidade’ implicaria a consideração de uma escala de valores oscilando entre dois pólos de certeza: o pólo superior ou da probabilidade ‘um’, o pólo inferior ou da

A mesma ordem de considerações - modulação de uma asserção através do seu enfraquecimento ou do seu reforço - aplicar-se-á, genericamente, a verbos conceptuais como *duvidar* e *ignorar*. Veja-se os enunciados que se seguem:

6.5 Duvido que o Mário tenha ido para casa

6.7 Ignoro que o Mário tenha ido para casa

O funcionamento sintáctico-semântico do verbo *duvidar* (enunciado **6.5**) difere do dos restantes verbos assertivos fracos, antes de mais, em virtude de a orientação do conhecimento por si construído ser negativo, isto é, por, na forma assertiva positiva²⁹⁰, marcar que a avaliação da validabilidade da relação predicativa corresponde a um valor do domínio modal do não-certo, que assume um grau de impossibilidade ou de incerteza, ou ainda, mais especificamente, de probabilidade negativa, mais próximo, portanto, do pólo negativo da escala de valores assertivos²⁹¹.

probabilidade 'zero'. Numa representação circular, os dois pólos encontrar-se-iam no valor de asserção, positiva ou negativa. Porém, na tipologia que Culioli propõe [ver § 3.3.2], a suputação situa-se entre as modalidades de tipo (2), nunca lhe podendo ser atribuídos valores de certeza" (*idem, ibidem*: 138).

Com especial interesse na distinção entre estes dois valores do domínio do não-certo, refira-se ainda o facto, proposto em Attal (1994: 134), de a probabilidade corresponder a um juízo sobre "a realidade de um facto" e a possibilidade (ou plausibilidade, conforme propomos) dizer respeito às "condições lógicas de um fenómeno" (tradução livre, da nossa responsabilidade). Esta observação confirma a pertinência da associação de um valor de probabilidade, e não de possibilidade, à modalidade do domínio do não-certo, marcada pelos verbos subjectivos em análise.

²⁹⁰ Ressalve-se que *duvidar*, na forma assertiva negativa, marca a construção de um valor assertivo fraco (ver § 12.1).

²⁹¹ Será em virtude da orientação negativa do conhecimento construído por *duvidar* que, em Jespersen ([1917] ²1966), se integra este verbo na classe dos "negative triggers", elementos que têm como propriedade a possibilidade de criação de contextos sintácticos em que podem ocorrer termos de polaridade negativa (ver também Valentim, no prelo). Em López ([1999] ³2000), opta-se pela designação de "inductores negativos" ou "activadores negativos".

No enunciado **6.5**, por exemplo, constrói-se, com base num processo de inferência, um percurso dos valores possíveis e, sem que haja a construção de equiponderância, constrói-se um valor de não-validação (E), embora sem a exclusão do valor complementar (I). Veja-se, pois, a boa formação de **6.5a** e a má formação de **6.5b**:

6.5a Duvido que o Mário tenha ido para casa, mas é possível que sim

6.5b *Duvido que o Mário tenha ido para casa, mas é possível que não

Ainda em relação com outros traços mais particulares do funcionamento destes verbos (por exemplo, o modo da subordinada, que, mais adiante, trataremos (ver § 12.1)), se, em termos de determinação modal, *duvidar* (enunciado **6.5**) marca uma não-validação subjectiva da relação predicativa imbricada e, consequentemente, a construção de uma asserção fraca orientada negativamente, *ignorar* (enunciado **6.6**) marca, mais do que a não-validação da relação predicativa imbricada, a impossibilidade de o enunciador assumir a sua validação ou não-validação.

Ao situar-se, de forma explícita, num grau zero do conhecimento (isto é, “ignorando p”), o enunciador constrói um valor de assunção nula, valor este que se situa no pólo negativo da escala de valores assertivos. Atente-se no que se passa em **6.6a** e **6.6b**:

6.6a Ignoro que o Mário tenha ido para casa, mas é possível que sim

6.6b Ignoro que o Mário tenha ido para casa, mas é possível que não

Estas duas situações permitem atestar a descrição, aqui proposta, do valor marcado pelo emprego de *ignorar*. Constata-se que, calculado em termos de ponderação entre o interior (I) e o exterior (E) do domínio nocional, o valor modal construído enquanto visado não é o valor de validação (I) nem o valor de

não-validação (E): na impossibilidade de, pela falta de indícios (observáveis ou inferenciais), o enunciador assumir a validação ou a não-validação da relação predicativa imbricada, este situa-se no pólo negativo da escala assertiva. Em virtude deste facto, uma coordenada adversativa pode introduzir, como complementar, a possibilidade de validação **(6.6a)**, assim como a possibilidade de não-validação da relação predicativa imbricada **(6.6b)**.

Em síntese, será, por conseguinte, com base no carácter inferencial e na capacidade de explicitação da modalidade epistémica construída e, correlativamente, com base nalgumas outras propriedades sintáctico-semânticas características do funcionamento destes verbos na primeira pessoa do presente do indicativo e na forma afirmativa, que se pode sustentar a distinção, acima referida, entre verbos assertivos fracos e verbos assertivos fortes. Se, por um lado, verbos assertivos fracos, como *pensar, julgar, crer, achar, acreditar, supor* e *duvidar* marcam, de maneira inferencial, a validabilidade (nos casos de *pensar, julgar, crer, achar, acreditar* e *supor*) ou não validabilidade (no caso de *duvidar*) da relação predicativa, por outro, o verbo assertivo forte *saber* marca, de maneira explícita, a validação da relação predicativa. O verbo *ignorar*, por seu lado, marca a asserção da impossibilidade do enunciador em assumir a validação da relação predicativa.

Esta tentativa de descrição do funcionamento de cada um destes verbos de acordo com os critérios acima propostos permite a formulação da hipótese segundo a qual existe uma relação entre a “força assertiva” - isto é, entre o grau de validação da relação predicativa - e o tipo de conhecimento construído, de forma mediata ou de forma imediata, pelo sujeito enunciador²⁹².

²⁹² Em Willett (1988) faz-se referência a esta hipótese - “The source of a speaker’s information can skew the relation between his/her conception of the truth of a situation and the strength of his/her assertion about that situation” (*idem, ibidem*: 86) – e concretiza-se, descrevendo o tipo de relação em cada um dos casos – “[...] if a speaker has Attested evidence for a situation that s/he considers to be potentially true, the resulting assertion is likely to be presented as fairly certain. However, if s/he has only Reported or Inferring evidence for the same situation, his/her assertion will probably reflect a greater or lesser degree of probability” (*idem, ibidem*: 88).

A distinção, proposta em Ducrot (1980), entre juízo pessoal e juízo reportado (“jugement personnel et jugement rapporté” (*idem, ibidem*: 73ss)) - e consequente distinção, também de Ducrot, entre predicação original e predicação segunda (“prédication originelle et

6.1.1 Inferência abdutiva e inferência dedutiva

Por traduzirem um juízo sobre a validação da relação predicativa imbricada com base num conhecimento não directo de natureza inferencial relativamente ao estado de coisas representado por essa relação predicativa, os valores de modalidade epistémica de que os verbos assertivos fracos são marcadores em enunciados afirmativos do tipo ‘*V que p*’ estão directamente relacionados com a origem da informação contida na relação predicativa imbricada. Por outras palavras, existe uma relação semântica entre os valores epistémicos marcados pelos verbos conceptuais e a categoria mediativo²⁹³.

prédication seconde” (*idem, ibidem: 77ss*)) -, embora seja susceptível de uma descrição em termos de “força assertiva” (“força ilocutória”, segundo este autor), parece-nos não corresponder exactamente à distinção entre as formas, mediata ou imediata, como o conhecimento é construído pelo sujeito enunciator. Ducrot propõe, sem a isso se referir como pertinente, exemplos em que se constrói, ora uma modalidade apreciativa (*je crois / pense qu’il [le film] est intéressant e je trouve / estime qu’il [le film] est intéressant*), ora uma modalidade epistémica (*je crois que ces appareils ne sont pas solides*) e afirma que estes exemplos podem corresponder a juízos pessoais, caso radiquem numa experiência directa (*j’ai vu le film, je suis un spécialiste*), ou a juízos relatados, caso radiquem numa experiência indirecta (*on me l’a raconté, selon le conseil d’un ami*).

De acordo com a categoria do mediativo, conforme definição adoptada neste trabalho, o juízo que recai sobre a relação predicativa pré-construída (no caso dos exemplos de Ducrot com valor modal apreciativo), como o juízo que se constrói sobre a validação da relação predicativa (no caso do exemplo com valor modal epistémico), são construídos de forma mediata, com base num conhecimento não directo ou de natureza inferencial. A distinção proposta por Ducrot não deixa, no entanto, de se demonstrar pertinente na oposição do emprego de *trouver* em relação ao de outros verbos como, por exemplo, *croire* e *penser* (ver Ducrot, 1980).

²⁹³ Defendida em Campos (2001a), a relação semântica entre as categorias modalidade e mediativo e a consequente possibilidade de um enquadramento da descrição desta última na perspectiva enunciativa culioliana (ver § 5.3) havia sido já sugerida em Guentchéva (1995): “[...] les opérations qui relèvent du médiatif, font partie, me semble-t-il, du domaine (encore à explorer et à structurer) des opérations énonciatives et modales” (*idem, ibidem: 313*). Acrescenta esta autora: “La théorie des opérations énonciatives [...] devrait fournir le cadre formel pour définir avec précision les différents types de ‘prise en charge’ de la lexis” (*idem, ibidem*).

Tal relação começa por estar patente no facto de os diferentes valores do mediativo se definirem tendo em conta o estatuto do enunciador, isto é, na interacção que existe entre o mediativo e a pessoa gramatical, mais concretamente nas restrições que a categoria pessoa impõe a um ou a outro valor mediativo²⁹⁴. Como veremos ainda neste capítulo, a primeira pessoa, por exemplo, quando em coocorrência com um valor mediativo, não remete nunca de modo unívoco para o enunciador. Como se conclui em Guentchéva *et alii* (1994), a primeira pessoa tem, nestas circunstâncias, “deux interprétations possibles: a) le ‘je’ [...] n’est plus dans son emploi avec le médiatif que symbole puisque l’énonciateur ne prend pas en charge le contenu propositionnel qui le concerne; b) [...] le ‘je’ associe à l’énonciateur énonçant de la situation énonciative une prédication qui relève d’une autre situation énonciative” (*idem, ibidem*: 148).

Comecemos por ver como os juízos de inferência produzidos pelo enunciador por via de cada um dos enunciados atrás propostos como **6.1**, **6.2**, **6.3** e **6.5** e aqui reenumerados, se explicam através da localização da asserção fraca (expressa na relação predicativa complexa, de imbricação, $\langle {}_1 A R \langle {}_0 a r b {}_0 \rangle {}_1 \rangle$) relativamente a um outro termo, assinalado, nos enunciados que se seguem, em alternativa como (a) ou (b) e a itálico (porque susceptível de não ser instanciado):

6.7 Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que o Mário foi para casa

(a) *Ele ainda tinha que mudar de roupa antes do concerto*

(b) *Vi o carro dele à porta*

6.8 (a) *Já que os Estados Unidos decidiram empenhar-se nas negociações*

(b) *Depois de ver o Sharon e o Arafat a apertar a mão*

penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que a paz no Médio Oriente é possível

²⁹⁴ Ver Guentchéva *et alii* (1994), em que se procura descrever, ainda que reconhecidamente de forma incipiente, alguma regularidade na relação entre o mediativo e a pessoa gramatical.

6.9 (a) *Uma vez que uma alimentação equilibrada tem um efeito benéfico na saúde*

(b) *Depois de ouvir a palestra do nutricionista X*

penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas

6.10 *Duvido que o Mário tenha ido para casa*

(a) *Ele ainda estava com vontade de ir à sessão da meia-noite*

(b) *Quando daqui saiu, vi-o ir na direcção do centro comercial*

Os juízos de inferência são, pois, produzidos, num contexto de relação entre relações predicativas. É a partir do conhecimento ou da percepção expressos nas sequências a *itálico* (respectivamente (a) e (b), para cada um dos enunciados) que o enunciador constrói um raciocínio que, por sua vez, está na base do juízo inferencial construído²⁹⁵. Além disso, o valor de inferência marcado pelas formas linguísticas em presença, isto é, o valor do juízo que o enunciador constrói sobre a validação da relação predicativa imbricada, pode ser abdutivo ou dedutivo²⁹⁶.

²⁹⁵ Embora na base do que aqui refiramos como conhecimento possa estar uma qualquer forma de percepção, fundada numa experiência sensorial, pode haver uma explicitude dos mecanismos de percepção que presidem à construção da enunciação mediatizada, pelo que optamos por exemplificar ambas as possibilidades. Refere-se, a este propósito, em Guentchéva (1996): “[...] l’énonciation médiatisée met explicitement en oeuvre divers mécanismes perceptives (visuels, auditifs, tactiles, gustatifs ou olfactifs) qui jouent alors le rôle de filtre entre l’information fournie et l’énonciateur, et permettent de moduler les assertions ou d’encoder certains mécanismes d’inférence” (*idem, ibidem*: 13).

Esta distinção entre o que é da ordem do conhecimento e o que é da ordem da percepção não tem que ser absoluta. Sabemo-lo, contra todas as ideias neo-platónicas e baseados num empirismo que nos dita que a percepção está na base da construção de qualquer conhecimento, da mesma forma que a percepção pura, a existir, não vale senão como meio de alcançar conhecimento.

²⁹⁶ Abdução, dedução e também indução correspondem a diferentes tipos de raciocínio por inferência, definidos em Peirce (1965). Sobre a definição dos dois primeiros tipos de raciocínio lógico e sua aplicação na descrição linguística da construção de juízos de inferência, ver Dendale; Mulder (1996) e Campos (2001a).

Os enunciados **6.7**, **6.8** e **6.10** exemplificam o caso de inferência por abdução, raciocínio lógico que se define com base numa relação não necessária entre dois termos – “q” e “p”²⁹⁷. Nestes enunciados, o enunciador constrói um juízo de inferência (ou suputação) – ‘*penso / julgo / creio / acho / acredito / duvido que p*’ - que expressa a sua distanciação e não compromisso em relação à validação (nos casos de *pensar, julgar, crer, achar, acreditar* e também de *supor*) ou não-validação (no caso de *duvidar*) das relações predicativas, respectivamente, <o Mário ir para casa> (**6.7** e **6.10**) e <a paz no Médio Oriente ser possível> (**6.8**). É com base, por exemplo, no conhecimento que detém dos factos de “em casa o Mário poder mudar de roupa” (**6.7**), de “com o empenho dos Estados Unidos se poder alcançar a paz no Médio Oriente” (**6.8**) e de que “se o Mário está com vontade de ir à sessão da meia-noite, não vai para casa” que são reconstruídos os factos enunciados²⁹⁸.

A asserção fraca construída (‘*penso / julgo / creio / acho / acredito / duvido que p*’) tem, assim, como termo localizador um pré-construído que é a relação de implicação não necessária entre “q” e “p” (“em casa o Mário pode mudar de roupa”, “com o empenho dos Estados Unidos pode-se alcançar a paz no Médio Oriente” e “se o Mário está com vontade de ir à sessão da meia-noite, não vai para casa”). Sem ter como certo que “o Mário foi para casa”, que “é possível alcançar a paz no Médio Oriente” e que “o Mário não foi para casa”, o enunciador, face a um indício forte (por exemplo o conhecimento dos factos de que “o Mário tem que mudar de roupa antes do concerto”, de que “os Estados Unidos decidiram empenhar-se nas negociações de paz para o Médio Oriente” e de que “o Mário ainda estava com vontade de sair”), baseia-se na relação de implicação não necessária entre “q” e “p” para construir um juízo de inferência por abdução.

²⁹⁷ O raciocínio lógico abdutivo, também designado *modus tolens*, descreve-se da seguinte maneira: “se ‘p implica q’ é verdadeiro e se se constata q, então p é (possivelmente) verdadeiro”.

²⁹⁸ Em virtude de o raciocínio por inferência poder apresentar os mesmos valores – abdutivo e indutivo – independentemente de se basear num conhecimento ou numa percepção, excluímos, nesta descrição do raciocínio inferencial presente nos enunciados **6.7** a **6.9** e **6.10**, a referência aos mecanismos perceptivos expressos nas sequências assinaladas como (b).

Tal tipo de juízo inferencial, 'mediado' pela interpretação, subjectiva e não necessária de indícios, constrói um valor de probabilidade; isto é, reconstrói uma hipótese provável. À construção de uma hipótese provável está associada, afinal, a construção de uma outra situação de enunciação (nas palavras de Guentchéva, uma “situação de enunciação plausível”²⁹⁹), para a qual Guentchéva propõe a notação de “Sit_M”. Afirmar esta autora:

“La procédure d'inférence par abduction conduit à la reconstruction d'une situation d'énonciation plausible Sit_M produite en T_M: l'événement médiatisé est reconstruit sur la base de traces observées en T₀; il appartient donc à un référentiel qui ne se confond pas avec le référentiel énonciatif” (Guentchéva, 1994: 19)³⁰⁰.

Além disso, a distância que o enunciador constrói em relação à validação da relação predicativa imbricada não exclui outros valores, nomeadamente a hipótese da sua não-validação (ou de validação, no caso de *duvidar*). O valor construído aproxima-se mais, portanto, de uma equiponderação entre o interior (I) e o exterior (E) do domínio nocional construído. A natureza não necessária da relação de implicação (entre “q” e “p”) que caracteriza o raciocínio que preside à construção da inferência abdutiva não permite excluir outros valores de modalidade epistémica. Confirmamo-lo pela boa formação dos seguintes enunciados:

6.7a Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que o Mário foi para casa, *mas é possível que não tenha ido*

²⁹⁹ Como veremos adiante neste sub-capítulo, o emprego do conceito de plausibilidade por parte de Guentchéva (1994) revela-se pouco preciso, se considerarmos a necessária distinção entre probabilidade, por um lado, e plausibilidade ou possibilidade, por outro (ver § 3.3.2).

³⁰⁰ A associação da construção de um valor de probabilidade (nos termos de Guentchéva, de “plausibilidade”) à construção de uma outra situação de enunciação aproxima-se, à primeira vista, do conceito de *aorístico*, valor que se define pela não localização relativamente à situação de enunciação (ver § 2.3.1). O valor aorístico caracteriza-se por uma operação de localização com valor de ruptura e, como vimos vendo, a operação de localização que permite descrever a construção do valor de probabilidade também assume um valor de ruptura em relação à situação de enunciação.

6.8a Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que a paz no Médio Oriente é possível, *mas nunca se sabe*

6.10a Duvido que o Mário tenha ido para casa, *mas é possível que sim*

Já o valor epistémico que caracteriza o enunciado **6.9a** é menos susceptível, embora não impossível, de coocorrer com a construção de um outro valor de modalidade epistémica que opere uma remodelização:

6.9a ?Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas, *mas pode não aumentar*

O enunciado **6.9a** exemplifica o caso de inferência por dedução, raciocínio lógico que se define com base numa relação necessária entre dois termos – “q” e “p”³⁰¹. Neste enunciado, é com base no conhecimento de que “uma alimentação equilibrada tem um efeito benéfico na saúde” (de que “p” implica necessariamente “q”) que se constrói, com um certo grau de plausibilidade, uma validação subjectiva da relação predicativa < mudança nos hábitos alimentares, aumentar, esperança de vida das pessoas>.

A relação de localização que permite explicar o juízo de inferência dedutivo construído neste enunciado tem como termo localizador uma relação geral e objectiva, isto é, um conhecimento que o enunciador constrói como sendo-lhe exterior, cuja expressão corresponde a um enunciado genérico: “uma alimentação equilibrada tem um efeito benéfico na saúde”.

A natureza necessária, mas não suficiente, da relação (entre “p” e “q”) que caracteriza o termo localizador da inferência implica, neste caso, que “p”

³⁰¹ O raciocínio lógico dedutivo, também designado *modus ponens*, descreve-se da seguinte maneira: “se se tem p e se sabe que ‘p implica q’ é verdadeiro, então q é (necessariamente) verdadeiro”.

corresponde a uma condição não exclusiva para “q”, daí a estranheza de **6.9a** e boa formação de **6.9b**:

6.9b Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas, mas pode não ser suficiente

Assim como o valor modal marcado por *pensar, julgar, crer, achar, acreditar, duvidar* e também *supor* se define em estreita articulação com um dos fenómenos da enunciação mediatizada - a inferência ou construção de factos inferidos -, de acordo com a concepção lata da categoria mediativo proposta em Campos (2001a) (que inclui quer a expressão de distanciamento em relação à validação da relação predicativa, quer a expressão da validação / não-validação da relação predicativa (ver § 6.)), também o funcionamento de *saber*, num enunciado como o atrás proposto **6.4** e aqui retomado como **6.11**, pode ser descrito com recurso à categoria mediativo:

6.11 Eu sei que o Mário foi para casa

A validação subjectiva de que os verbos do primeiro sub-conjunto são marcadores constrói-se com base num conhecimento mediato e corresponde a um juízo inferencial. Como vimos, a certeza subjectiva construída baseia-se num conhecimento inferido a partir da observação, perceptiva ou não, de indícios. No que respeita a *saber*, o carácter explícito da modalidade epistémica de que é marcador este verbo assertivo forte - isto é, a validação explícita da relação predicativa imbricada - constrói-se com base num conhecimento, de algum modo igualmente “mediato” do estado de coisas representado por esta.

Como, aliás, em relação a um valor assertivo fraco, está subjacente à construção do que definimos como um valor assertivo reforçado (ou mais forte do que seria uma asserção estrita) marcado por *saber*, a construção, ao nível da

relação imbricante, de uma fonte modal, abstractamente dissociada de S_0 ³⁰². Essa fonte modal, construída como garante da validação da relação imbricada, institui-se, em virtude do semantismo de *saber*, enquanto sujeito cognitivo. É deste *desdobramento* da fonte enunciativa que resulta a construção de um valor de certeza objectiva, isto é, a construção de uma asserção forte, ou enfatizada, cujas operações de determinação modal diferem das que estão na base da construção de uma asserção estrita³⁰³.

Se, por um lado, à asserção estrita corresponde a construção de apenas um dos valores, de validação ou de não-validação da relação predicativa, sendo, assim, interpretada enquanto construída com base num conhecimento imediato do estado de coisas por si representado³⁰⁴, por outro, a uma asserção reforçada (ou forte, conforme se propõe em Borillo (1982)), corresponderá a construção ainda de um dos dois valores, mas em relação de demarcação explícita relativamente ao seu complementar, pré-construído contextualmente. Daí que o contexto que, intuitivamente, nos ocorre poder enquadrar **6.11** como enunciativamente bem formado seja o de uma situação discursiva em que o interlocutor tenha,

³⁰² Conforme referimos atrás, segundo Guentchéva (1994), “[...] toute occurrence d’un énoncé médiatif introduit nécessairement une situation d’énonciation médiatisée Sit_M qui est en rupture par rapport à la situation d’énonciation Sit_0 ” (*idem, ibidem*: 11), correspondendo Sit_M a um ponto de vista mediatizado, a – conforme palavras da autora - “une sorte de décrochage énonciatif” (*idem, ibidem*: 16). A concepção lata de mediativo proposta em Campos (2001a) parece, também neste aspecto, diferir da de Guentchéva, ao prever a descrição de factos linguísticos ditos mediativos em que, havendo sempre a construção de uma fonte enunciativa, de alguma forma, disjunta de S_0 , não está necessariamente em causa um valor de ruptura entre sujeitos (por exemplo, um enunciador construído como abstractamente disjunto de S_0 , preserva as propriedades deste).

³⁰³ O recurso ao verbo *saber* pode ser, nestas circunstâncias, um dos meios (“appropriate language-specific devices”) a que Willett (1988) faz referência quando se debruça sobre a construção de uma asserção com base no que designa como “Attested evidence”: “[...] if the speaker has Attested evidence for a situation that s/he considers to be factual, the resulting assertion will be presented as certain, or perhaps emphasized by the use of the appropriate language-specific devices” (*idem, ibidem*: 87-88).

³⁰⁴ Também em Willett (1988) se faz dever esta interpretação a uma convenção cultural que dita que “[...] a speaker need not specify an information source that is direct” (*idem, ibidem*: 59).

previamente e de alguma forma, sugerido a impossibilidade de o enunciador de **6.11** validar a relação predicativa <o Mário ir para casa> - por exemplo, através de uma sequência que vise fornecer uma informação: *Sabes? O Mário foi para casa.*

Conforme veremos adiante (ver § 9.3), é num contexto de demarcação, de contraposição, que pode ocorrer *saber que* (enunciado **6.11**), na primeira pessoa, portanto, marcando, de forma explícita, a posse de um conhecimento relativamente a um estado de coisas, ou seja, ostentando que, como se afirma em Culioli (1986), “posséder une connaissance, c’est être en mesure d’asserter que telle valeur, dans le domaine des valeurs modales assignables à une lexis, est adéquate à l’état de choses; en d’autres termes, [...] c’est être en mesure d’asserter qu’il existe une valeur, et une seule, qui permet de valider une relation prédicative par rapport à un système de repérage” (*idem, ibidem*: 7).

É em virtude de esta característica de *saber*, mais especificamente da expressão *eu sei que* marcar que o enunciador (construído como sede do conhecimento e, portanto, abstractamente disjuncto de S_0) distingue um e apenas um valor, que, paradoxalmente, pode coocorrer com o complementador *se*, marcador de percurso e, portanto, de dois valores (ver § 11.2).

6.1.2 Construção de uma relação causal: localização do juízo modal ou da relação imbricada

Retomando a questão relativa à forma como os juízos de inferência produzidos pelo enunciador se explicam através da localização da relação predicativa complexa (relação de imbricação) relativamente a um outro termo (ver série de enunciados **6.7** a **6.10** no sub-capítulo anterior), uma outra ordem de considerações se impõe quando se aprecia a existência de uma relação de tipo causal entre o termo localizador e os enunciados em análise³⁰⁵. Vejamos pois uma

³⁰⁵ Em Willett (1988), refere-se a existência de uma relação entre a construção de juízos de inferência e o estabelecimento de uma relação de causalidade. A propósito do observável em línguas como o tibetano e o turco, conclui-se: “[...] inferentials arise from the need to assign causes to observed situations. That is, when a speaker sees the result of

proposta de explicitação desta relação causal, através do recurso ao marcador de uma operação de localização entre relações predicativas *porque*. Embora com uma numeração diferente, recuperemos os enunciados **6.7** a **6.10**³⁰⁶:

6.12a Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que o Mário foi para casa *porque ele ainda tinha que mudar de roupa antes do concerto*

6.12b Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que o Mário foi para casa *porque vi o carro dele à porta*

6.13a Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que a paz no Médio Oriente é possível *porque os Estados Unidos decidiram empenhar-se nas negociações*

6.13b Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que a paz no Médio Oriente é possível *porque li um parecer de um comentador de política internacional que me convenceu*

6.14a Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas *porque uma alimentação equilibrada tem um efeito benéfico na saúde*

6.14b Penso / julgo / creio / acho / acredito / suponho que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas *porque ando a ler um livro sobre a saúde alimentar*

some action, s/he may use it as evidence to infer what the action was that produced the observed state of affairs. This can apply to any act of causation [...]" (*idem, ibidem*: 61).

³⁰⁶ Apesar de, na generalidade, estes enunciados corresponderem à verbalização da relação de localização dos enunciados complexos **6.1** a **6.5** relativamente aos termos localizadores (outras relações predicativas) assinalados como (a) e (b) (ver enunciados **6.7** a **6.10**), nem sempre recuperámos os termos atrás apresentados, tendo, aliás, proposto outros, mais adequados ao que se pretende demonstrar neste ponto.

6.15a Eu sei que o Mário foi para casa *porque tinha os deveres da escola por fazer*

6.15b Eu sei que o Mário foi para casa *porque, entretanto, mo confirmou a irmã*

6.16a Duvido que o Mário tenha ido para casa *porque ele ainda estava com vontade de ir à sessão da meia-noite*

6.16b Duvido que o Mário tenha ido para casa *porque, quando daqui saiu, vi-o ir na direcção do centro comercial*

Em rigor, o segundo termo da relação causal (*porque p*) nem sempre é localizador da relação predicativa imbricada. Se, por um lado, nos enunciados **6.12a**, **6.13a**, **6.14a**, **6.15a** e **6.16a**, o termo localizado são as relações predicativas imbricadas, no caso dos enunciados **6.12b**, **6.13b**, **6.14b**, **6.15b** e **6.16b**, é cada um dos juízos modais construídos o termo localizado por cada um dos segundos termos da relação causal (a *itálico*)³⁰⁷. Neste último caso, ao localizar o juízo modal construído, o segundo termo da relação causal justifica o valor de asserção fraca (**6.12b**, **6.13b**, **6.14b** e **6.16b**) ou forte (**6.15b**) que o caracteriza.

³⁰⁷ Tenha-se presente a complexidade do conceito de causalidade que, omnipresente no pensamento ocidental e indispensável a domínios tão diferentes como a física e o direito, é, desde Aristóteles, objecto de reflexão de lógicos e de filósofos. Recorde-se, particularmente, o problema do carácter necessário da relação causal, a propósito do qual, em Anscombe (1984), se afirma que “Bien que l'on puisse trouver de nombreux exemples où le lien entre cause et effet semble être nécessaire, on ne peut, d'une façon générale, postuler un lien de nécessité entre une cause et son effet. Tout ce que l'on peut dire, c'est que causes et effets sont concomitants, ce qui n'implique nullement l'existence d'un lien entre eux” (*idem, ibidem*: 6).

O facto de – conforme vemos - o segundo termo da relação causal poder ser localizador da relação predicativa imbricada ou localizador do juízo modal pode confirmar a ideia de que a relação entre uma causa e o seu efeito é uma construção teórica. Construir-se-á, não uma relação lógica (uma causa não implica os seus efeitos), mas uma necessidade interna à própria actividade enunciativa: “[...] il ne s'agit pas là d'une nécessité *de facto* entre A et B, mais d'une nécessité interne au discours, présentée comme telle par le discours” (*idem, ibidem*: 9).

Independentemente, portanto, de ao predicado da relação imbricante corresponder um verbo assertivo fraco ou um verbo assertivo forte, e independentemente deste marcar a construção de um conhecimento orientado positivamente ou de um conhecimento orientado negativamente, o termo localizador nesta relação causal pode apresentar diferentes tipos de incidência. Em ambos os casos, localizando a relação predicativa imbricada ou localizando o juízo modal, o termo localizador aqui explicitado - mas, conforme vimos, podendo não estar linguisticamente expresso - permite exprimir um juízo de inferência, independentemente, ainda, de este ser construído com base num conhecimento ou com base numa percepção.

Embora, por razões de esquematização, se comece por optar aqui por interpretações unívocas, alguns destes casos propostos podem ser ambíguos, nomeadamente os enunciados **6.12a**, **6.13a**, **6.14a**, **6.15a** e **6.16a**. Daí que se possa opor a cada um destes enunciados uma interrogativa que solicite a resolução da ambiguidade. É disso exemplo o enunciado interrogativo *Isso é uma opinião ou é um facto?*, em que os termos colocados em alternativa (*facto* e *opinião*), como resultado da actividade epilinguística, verbalizam o sentido da ambiguidade, podendo a resposta – *É uma opinião* ou *É um facto* – efectivamente, legitimar cada uma das duas leituras, em alternativa³⁰⁸.

Comparativamente, os enunciados **6.12b**, **6.13b**, **6.14b**, **6.15b** e **6.16b** não apresentam qualquer ambiguidade em termos do tipo de localização construída. Isso dever-se-á ao facto de haver uma correferência entre o sujeito enunciador (S_0 , mas também S_2 , da relação imbricante: *Penso / julgo / creio / acho / acredito /*

³⁰⁸ Em Kiparsky; Kiparsky (1970), propõe-se o recurso ao conceito de factividade para descrever este tipo de ambiguidade subjacente, conforme identificam estes autores, a enunciados declarativos simples (ver § 3.1.2). Segundo estes autores, se à pergunta *Isso é um facto ou é uma opinião?* (em que o enunciador propõe ao seu co-enunciador a resolução da ambiguidade), o co-enunciador (então segundo enunciador) responder tratar-se de um facto, o enunciado declarativo simples apresenta um funcionamento factivo (“factive mood”); se responder tratar-se de uma opinião, apresenta um funcionamento não factivo (“non-factive mood”) (*ibidem*: 168).

suponho [...]) e o sujeito do enunciado (S_2) do segundo termo da relação causal (*vi, me convenceu, ando a ler, mo confirmou, vi-o*³⁰⁹).

O mesmo não se dá nos enunciados **6.12a**, **6.13a**, **6.14a**, **6.15a** e **6.16a**. Há na maioria destes casos (**6.12a**, **6.14a** e **6.16a**), isso sim, uma correferência entre o sujeito da relação imbricada e o sujeito da relação predicativa localizadora (*o Mário / ele*).

No caso dos outros dois enunciados, em **6.13a**, o termo localizador (segundo termo da relação causal) introduz um outro referente (*os Estados Unidos*) cuja predicação construída pode localizar, por via de uma relação causal - entre relações predicativas, portanto -, ora o juízo modal ora a relação imbricada. Em **6.14a** o termo localizador (segundo termo da relação causal) é um enunciado genérico. Neste último caso, o facto de o termo localizador corresponder a uma relação geral e objectiva, isto é, a um conhecimento que o enunciador constrói como sendo-lhe exterior, articula-se – conforme vimos atrás – com o facto de a validação subjectiva da relação predicativa imbricada presente neste enunciado exemplificar o caso de inferência por dedução.

Por conseguinte, quando o termo localizador (segundo termo da relação causal) localiza o juízo modal construído, o enunciador exprime um juízo de inferência abductiva (**6.12b**, **6.13b**, **6.14b**, **6.15b** e **6.16b**). Do carácter não necessário da relação de implicação entre p e q, característica do raciocínio lógico abductivo, decorre o facto de p só poder ser validado subjectivamente, nunca podendo ser validado, ou não validado, através de uma asserção estrita ou de uma asserção forte. Por conseguinte, também deste facto resulta uma localização do juízo modal (isto é, da asserção fraca), e não simplesmente da relação imbricada.

Quando o termo localizador (segundo termo da relação causal) localiza a relação predicativa imbricada, o enunciador exprime um juízo de inferência que

³⁰⁹ Embora, nos enunciados **6.13b** e **6.15b**, o sujeito enunciador não seja correferente do sujeito do segundo termo da relação causal, é correferente do seu objecto indirecto (*me convenceu, mo confirmou*) o que assegura, ainda assim, por via de uma correferencialidade entre o sujeito enunciador (também sujeito do enunciado, nestes casos) da imbricante e um dos argumentos da relação predicativa localizadora, a interpretação não ambígua destes enunciados.

pode ser de natureza abdutiva (6.12a, 6.13a, 6.15a e 6.16a) ou de natureza dedutiva (6.14a).

Procurando sintetizar: enquanto marcadores da construção de um juízo epistémico e enquanto marcadores de um valor assertivo fraco ou de um valor assertivo forte, os verbos conceptuais apresentam, por conseguinte, a possibilidade de manifestar diferentes valores da categoria mediativo. Como vimos de constatar, no caso do emprego destes verbos na primeira pessoa, os valores do mediativo construídos são de tipo inferencial (inferência abdutiva e inferência dedutiva), que, como ilustram os exemplos 6.7 a 6.10, se descrevem como raciocínios que podem decorrer de um conhecimento, mas também podem radicar em mecanismos perceptivos(ver § 6.1.1). Os enunciados complexos, cuja relação de imbricação radica num raciocínio inferencial baseado numa relação de localização de um termo relativamente a um termo que lhe é externo (uma relação de tipo causal cuja expressão pode passar pelo emprego do operador causal *porque*), definem-se igualmente em função do que é o termo localizado – o juízo modal construído ou apenas a relação imbricada.

6.2 Pseudoperformatividade e fórmulas de asserção

Para as considerações acima apresentadas sobre a relação entre os valores epistémicos marcados pelos verbos conceptuais e o fenómeno da enunciação mediatizada (ver §§ 6, 6.1 e 6.1.1), baseámo-nos, primeiramente e na sequência da reflexão apresentada nos sub-capítulos 5.1, 5.1.1 e 5.2, em enunciados afirmativos e, como já referimos, com o verbo da imbricante na primeira pessoa e no presente do indicativo – enunciados do tipo '*V (1ª pessoa gramatical) que p*'.

Nestas circunstâncias e como foi dito anteriormente, a fonte modal, subjectivamente construída enquanto abstractamente disjunta da origem enunciativa absoluta (S_0), identifica-se com o sujeito sintáctico (S_2) da relação imbricante e é o localizador do valor modal construído - de asserção fraca, no caso

de na imbricante ocorrer um dos verbos *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar* ou *duvidar*, ou de asserção forte, no caso de ser *saber* o verbo da imbricante.

A localização da imbricada em relação à fonte modal, identificada com o sujeito do enunciado (S₂ da imbricante) permite uma certa aproximação ao performativo austiniano de enunciados como, por exemplo, **6.17** a **6.22** - anteriormente introduzidos (ver § 6.1) e aqui retomados:

6.17 Penso / julgo / creio / acho / acredito que o Mário foi para casa

6.18 Penso / julgo / creio / acho / acredito que a paz no Médio Oriente é possível

6.19 Penso / julgo / creio / acho / acredito que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas

6.20 Eu sei que o Mário foi para casa

6.21 Duvido que o Mário tenha ido para casa

6.22 Ignoro que o Mário tenha ido para casa

Aliás, a proposta de Austin ([1962] ²1975) de inclusão, no grupo dos verbos performativos, de certos verbos que exprimem atitudes proposicionais - entre os quais se menciona os verbos *know* e *believe* (ver *idem, ibidem*: 90) -, aponta a hipótese de um parentesco entre estas duas categorias que merece ser estudado³¹⁰.

³¹⁰ De acordo com o que procuramos expor neste sub-capítulo, apesar de alguns aspectos sintáctico-semânticos que permitiriam aproximar verbos como *saber* ou *pensar* do grupo dos verbos performativos (por exemplo, especificidade do emprego no presente do indicativo e complementação de objecto com uma relação predicativa imbricada), a inclusão dos primeiros neste grupo não é adequada.

Porém, no âmbito da reflexão austiniana acerca do fenómeno da performatividade, esta proposta encontra justificação por assentar no pressuposto de que qualquer realização verbal possui determinada força ilocutória, na maior parte das vezes, implícita. Por conseguinte, segundo Austin, todo o enunciado comporta um verbo performativo, pelo que uma lista dos verbos performativos remeterá sempre para a lista dos tipos ou graus de força ilocutória realizáveis em determinada língua. Recordando, aliás, a associação, proposta em Kant ([1781] 1985), de “*ich denke*” (“eu penso”) à forma de cada juízo, entende-se, pois, que

Procurando definir o conceito de performatividade através de uma descrição metalinguística que permita superar alguma falta de critérios linguísticos que se reconhece presidir à definição original proposta em Austin (*ibidem*)³¹¹, observa-se, em Campos (1998a), que os enunciados performativos se caracterizam, exactamente, pela “identificação entre Sit₂ e Sit₀” (*idem, ibidem*: 35). Neste tipo de enunciados, o acontecimento enunciativo e o acontecimento fenomenal coincidem num só acontecimento: S₀ diz “eu juro que p” e, simultaneamente, “jura que p”³¹².

Austin incluía na categoria de verbos performativos um grupo de verbos que exprimem atitudes proposicionais.

Sem obedecer exactamente ao critério que está na base da proposta de Austin, em Attal (1994), defende-se a mesma ideia de inclusão de verbos como *croire* (e também *craindre, affirmer, prétendre*) na classe dos verbos performativos. Segundo este autor e de acordo com uma abordagem comportamentalista da linguagem, o emprego de “je crois que p” comporta uma força argumentativa mais forte do que a simples asserção “p”. Refere como exemplo em relação a *affirmer*: “On emploie *affirmer* quand il est impossible de convaincre le destinataire ‘que p’ simplement en... l’affirmant” (*idem, ibidem*: 124).

³¹¹ Num artigo em que Vendler (1970), por exemplo, se propõe elaborar um critério, definido no quadro da ciência linguística, para definir os verbos performativos, denuncia-se, exactamente, que “[...] Austin n’a pas réussi à trouver un jeu de critères effectifs capables de définir la classe des verbes ‘performatifs’ ou ‘illocutionnaires’” (*idem, ibidem*: 73). Sem deixar de reconhecer o grande mérito do trabalho de Austin ao formular o conceito de performatividade, pelos novos horizontes que desvendou, tanto no domínio da filosofia (por exemplo, ao apontar critérios de análise que transcendem a polaridade verdadeiro-falso) como no domínio da linguística (nomeadamente ao apontar o interesse e pertinência do estudo de uma nova unidade linguística – o enunciado), Vendler acrescenta ainda que “[...] Ces formules sont, [...], des créations *ad hoc* qui ne se rattachent pas à une théorie grammaticale cohérente et qui, dès lors, ne jettent aucune lumière sur la fonction syntaxique plus profonde des verbes performatifs” (*idem, ibidem*: 75).

Pensamos, no entanto, que o acento que Austin coloca na primeira pessoa do presente do indicativo, como critério linguístico na identificação de enunciados performativos e de verbos empregues performativamente, abre perspectivas de descrição linguística deste mesmo problema, perspectivas essas já identificadas e esboçadas em Vendler (*ibidem*).

³¹² Ressalve-se, no entanto, que a referência aqui presente ao sujeito (como S₀) e a “acontecimento fenomenal” correspondem, de alguma forma, a uma simplificação (neste caso, intencional) do que, de acordo com o quadro da Teoria Formal Enunciativa, está em causa nos enunciados performativos. A formulação segundo a qual “S₀ diz ‘eu juro que p’ e, simultaneamente, ‘jura que p’” pressupõe que haja, conforme propõe Benveniste (1966), uma identificação (que não é operatória) entre o enunciador e o locutor, o que – vimos-lo já (ver § 3.3) – não é exactamente o que se propõe em Culioli.

Enunciados em que *penser, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar e saber*, na primeira pessoa do presente indicativo, ocorram integrados numa relação de imbricação com *que* como complementador, poderão ser designados por “pseudoperformativos” (Culioli, 1981-82³¹³), em virtude da semelhança que apresentam com os enunciados performativos³¹⁴.

Se, por um lado, no caso dos performativos, dois acontecimentos de diferente natureza – uma ocorrência fenomenal e uma ocorrência linguística – coincidem num só acontecimento e do ponto de vista da classe de instantes que lhes está associada, por outro, os pseudoperformativos partilham com os performativos apenas o facto de estes dois acontecimentos de diferente natureza serem validados no mesmo intervalo de instantes, operação de que é marcador o presente gramatical em que se encontra conjugado o verbo, do enunciado performativo como do enunciado pseudoperformativo³¹⁵. Está em causa “[...] a simultaneidade entre uma ocorrência fenomenal e a ocorrência linguística que, ao descrevê-la, a constrói linguisticamente” (Campos, 1998a: 279) e, conseqüentemente, a validação, no mesmo intervalo de instantes, de dois acontecimentos cuja diferença de natureza

Do nosso ponto de vista, será, portanto, mais adequado insistir na distinção metodológica entre sujeito enunciador (S₀) e sujeito do enunciado (S₂) para, seguidamente, descrever o tipo da relação de localização que se estabelece entre ambos (de identificação, de ruptura, de diferenciação), viabilizando a descrição do fenómeno linguístico (e não a descrição da linguística do fenómeno) da performatividade enquanto fundado numa relação de identificação entre S₀ e S₂.

³¹³ Notas de Seminário de DEA, *apud* Campos (1998a: 215).

³¹⁴ A propósito de um enunciado como *Je dis que p* assim como de *Je crois que p*, faz-se referência, em Cherchi (1983), a um valor de “quasi-performativité”: “Un énonciateur ne décrit pas son acte de modalisation, il l’accomplit, c’est tout” (*idem, ibidem*: 75).

³¹⁵ Pela sua especificidade, o presente gramatical com valor enunciativo de simultaneidade - isto é, enquanto marca da identificação entre T₀, T₁ e T₂ -, formata, por excelência, uma ocorrência em contextos performativos, como, aliás, em contextos de sentimento, de percepção, contextos narrativos e reportativos. Nestes contextos, o valor de que o presente gramatical é marcador identifica-se com o valor de “processo em curso”, um dos valores do “présent simple” do francês, a que se refere em Franckel (1989: 86).

impede que se fundam num só: ‘*eu penso que p*’ e pensar *p* não são a mesma coisa³¹⁶.

A pseudoperformatividade deste tipo de enunciados relaciona-se com o que poderemos referir como sendo a natureza cognitiva dos verbos conceptuais ou de pensamento. Nas formas ‘*eu penso / eu julgo / eu creio / eu acho / eu suponho / eu acredito / eu duvido / eu sei que p*’, o desdobramento da origem enunciativa absoluta (S₀), consistindo na construção de uma origem enunciativa que lhe está abstractamente dissociada, corresponde a uma espécie de “mise-en-scène” do enunciador origem, mediante a qual este se institui enquanto sujeito cognitivo por via da sua definição como garante da (não) validabilidade / (não) validação da relação imbricada³¹⁷.

É em virtude desta localização da relação predicativa em relação a um sujeito enunciador explicitamente construído como sujeito cognitivo, que – como vimos já – o valor epistémico construído é do domínio do não-certo, mais especificamente do domínio do quase-certo. Pelo recurso ao que - na sequência da abordagem aqui proposta em termos de pseudoperformatividade - poderemos designar como “fórmulas de asserção”, o sujeito, fonte enunciativa abstractamente dissociada do enunciador origem, “ao localizar-se, com precisão, como único responsável pelo juízo emitido [...], enfraquece o poder assertivo do seu juízo” (Campos, 1998a: 152).

³¹⁶ Em Ducrot (1980), partindo-se de um ponto de vista teórico distinto daquele que aqui adoptamos, afirma-se que *trouver* não é um verdadeiro performativo: “[...] on peut dire *Je trouve...* de façon mensongère” (*idem, ibidem*: 88). Relativamente a *trouver*, mas também a *penser* e a *croire*, opta-se pela designação de “verbos performativos do discurso interior” (“verbes performatifs du discours intérieur” (*idem, ibidem*: 90)), que permite distinguir estes verbos dos verbos performativos clássicos como *promettre*, *ordonner*. Ducrot propõe, com base no princípio proposto em Benveniste (1966) de “derivação delocutiva” (“dérivation délocutive”), que a equivalência entre enunciados como “*X trouve que...*” e “*X dit ‘je trouve que...*” implica uma relação do verbo *trouver* com o conceito de performatividade: “[...] l’énoncé non performatif place la personne désignée par le sujet grammatical dans le type de situation qui lui aurait permis d’employer l’énoncé performatif correspondant” (Ducrot, *ibidem*: 91).

³¹⁷ A este propósito, recuperem-se, aliás, as considerações atrás apresentadas sobre a classificação destes verbos enquanto verbos de atitude proposicional (ver § 2.1).

Assinale-se ainda o facto de, como os verbos performativos, os verbos conceptuais que nos ocupam poderem ter como complemento uma estrutura sintáctica completiva, a tradicionalmente designada subordinada de natureza nominal – permitem a construção de uma relação de imbricação. Embora registem propriedades diferentes entre si, *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar* e *saber* possuem, em comum com os performativos, propriedades aspectuais que estão na base de algumas restrições de ocorrência. O emprego destes verbos em perífrases verbais, particularmente em perífrases construídas com *estar*, constitui um dos exemplos de tais restrições aspectuais.

7. Verbos conceptuais em enunciados do tipo ‘V (2ª e 3ª pessoas gramaticais) que p’

No caso do emprego dos verbos em análise nas segunda e terceira pessoas gramaticais, e ainda no contexto de uma relação de imbricação, uma descrição dos valores construídos exige, como veremos de seguida, uma ordem de considerações distinta da que presidiu, no capítulo precedente, à descrição dos valores da categoria do mediativo construídos no caso do emprego destes verbos na primeira pessoa. Como predicados subjectivos, e implicando, portanto, uma identificação entre sujeito do enunciado (S_2) e sujeito modal, qualquer forma de dissociação tem repercussões em termos do valor de determinação modal construído³¹⁸.

7.1 Enunciação relatada ou construção de “modalização do discurso em discurso segundo”

O emprego destes verbos conceptuais na terceira pessoa coloca, em particular, o problema da dissociação referencial entre o sujeito do enunciado / locutor ($S_2=S_1$) e o sujeito enunciator (S_0), com as consequências que este facto tenha para a forma como é validada a relação predicativa imbricada. Vejamos, pois, como é que, nesta circunstância, se organizam os suportes do valor modal construído.

7.1 Ela pensa que o Luís foi à praia

³¹⁸ Vai no mesmo sentido a afirmação de J. Fonseca (1993) a propósito da especificidade do caso do emprego da terceira pessoa de “‘verbos de opinião’ ou de ‘atitude / percepção intelectual’ ou ‘percepção física’ (tais como *considerar, julgar, crer, saber, declarar, avaliar, sentir, pressentir, ver, reconhecer...*)” (*idem, ibidem*: 39). Afirma este autor que “[...] nos casos em que o sujeito do EN [enunciado] não coincide com o sujeito da enunciação haverá que atender ao espaço de verificação que se desenha em virtude de tais verbos se prestarem à formulação de relato [...]” (*idem, ibidem*: 39-40).

Relativamente ao enunciado **7.1**, diremos – na sequência de outros autores³¹⁹ e como vimos dizendo ao longo deste trabalho –, estar perante um caso de enunciação relatada no sentido estrito. Este enunciado funda-se na heterogeneidade do locutor (S_1) em relação ao enunciador (S_0), mais especificamente, numa dissociação referencial entre locutor e enunciador, consistindo a natureza desta relação num valor de ruptura ao nível do operador de localização, marcado pela terceira pessoa³²⁰.

No entanto, como o enunciado **7.1** permitirá atestar, os verbos conceptuais – tal como os verbos perceptivos (*ouvir*, *ver*, etc.) – colocam-nos diante do problema do limite dos verbos introdutores de uma forma de enunciação relatada, mais propriamente do discurso indirecto³²¹.

³¹⁹ Refira-se, em particular, J. Fonseca (1993), para o português.

³²⁰ Ainda em J. Fonseca (1993), descreve-se da seguinte forma a associação, aí proposta – referimo-lo atrás –, do emprego destes verbos quando na terceira pessoa à “formulação de relato”: “[...] em tais casos, o Locutor, pelo menos tendencialmente, implícita pragmaticamente algum distanciamento em relação à posição tomada pelo sujeito do EN [enunciado]” (*idem, ibidem*: 40). E este autor acrescenta – como “confirmativo daquela implicitação pragmática” – a possibilidade de tal distanciamento ser “cancelado” pelo sujeito enunciador ou de este exprimir a sua própria opinião pessoal” (*idem, ibidem*).

Adequando ao enunciado **7.1** a exemplificação, proposta em J. Fonseca (*ibidem*), do que este autor refere como “cancelamento” explícito do “distanciamento” do sujeito enunciador em relação à “posição” tomada pelo sujeito do enunciado, ou ainda como expressão da opinião pessoal daquele, obtemos os seguintes enunciados, o segundo dos quais, (ii), de natureza polémica:

- (i) Ela pensa que o Luís foi à praia, e tem razão
- (ii) Ela pensa que o Luís foi à praia, mas não tem razão
- (iii) Ela pensa que o Luís foi à praia, mas eu não sei

Sobre a construção de valores polémicos associável ao emprego dos verbos conceptuais na terceira pessoa, e também na segunda pessoa, ver § 7.2.

³²¹ Em Danon-Boileau; Bouscaren (1984), referem-se os verbos conceptuais e os verbos perceptivos como particularmente problemáticos quanto ao seu uso como verbos introdutores da forma de enunciação relatada tradicionalmente designada como discurso

Em Yaguello (1994), associam-se verbos como *suppose* e *think* aos verbos declarativos (“verbs of saying”) pela característica comum de, na terceira pessoa, serem usados como “reporting verbs” (ver *idem, ibidem*: 22), uma vez que – afirma-se – servem para reforçar a estrutura modal dos enunciados (isto é, uma vez que modalizam uma relação prediativa). Há, porém, uma justificação para alguma resistência a esta associação.

No caso de enunciados com verbos declarativos (ou verbos *dicendi*), na terceira pessoa e ao nível da imbricante, temos sempre enunciação relatada no sentido estrito (com as formas do discurso directo – *Ela disse: “O Luís foi à praia”* –, do discurso indirecto – *Ela disse que o Luís foi à praia* – ou do discurso indirecto livre – *Ela aproximou-se do meu ouvido: o Luís tinha ido à praia*)³²², em virtude de, além de marcarem a construção da retoma de uma relação prediativa pré-construída, estes verbos, como se afirma em Reyes (1999), implicarem um

indirecto. Afirma-se relativamente a “to find”: “‘to find that’ introduit un énoncé rapporté de type style indirect conjonctionnel [...] (*idem, ibidem*: 65).

Entre outros, em Bouscaren; Chuquet (1987), pelo contrário, não se problematiza o uso destes verbos como verbos introdutores da forma de enunciação relatada tradicionalmente designada como discurso indirecto, chegando mesmo a afirmar-se o seu uso enquanto tal: “Le discours indirect peut également [como os verbos declarativos] être introduit par un verbe introducteur de type ‘procès mental’, *think, believe*, etc., suivi d’une complétive [...]” (*idem, ibidem*: 110).

³²² Verdadeiramente, só as formas do discurso directo e do discurso indirecto se encontram consagradas pela tradição gramatical. Deve-se a Bally (1912) uma nova abordagem do discurso indirecto livre, forma até então tida como recurso literário, remetida, portanto, para a estilística. Para a renovação do estudo do “discurso relatado” em geral, recorde-se igualmente o impulso decisivo da reflexão proposta por Bakhtine (entre outros, 1929).

Para uma abordagem recente destas diferentes formas de enunciação relatada, ver, para o português, entre outros, Reis (por exemplo, [1975] 1984), J. Fonseca (1992), Duarte (1997, 1999), para o castelhano, Reyes (1993, 1994) e, para o francês, por exemplo, Danon-Boileau; Bouscaren (1984), Rosier (1999) (com incidência na significação semântico-pragmática) e Authier-Revuz (1978, 1982, 1984 e 1992) (sobre estas e outras formas de enunciação relatada - designadas “formes de l’hétérogénéité montrée dans le discours rapporté” - como, por exemplo, “le discours direct libre”).

certo “mimetismo em relação ao enunciado relatado” (*idem, ibidem*: 370), isto é, em virtude de ser retomada a enunciação propriamente dita³²³.

No caso de enunciados com verbos conceptuais (ou verbos *cogitandi*) (como em 7.1), podemos falar de enunciados com modalização “em segunda mão”, mais próxima do conceito de “modalização do discurso em discurso segundo” (“modalisation du discours en discours second”), proposto em Authier-Revuz (1992)³²⁴. A modalização construída, neste último caso, reenvia para outra situação de enunciação, caracteriza-se por ser *segunda*, dependente de outra enunciação. Não há, no entanto, uma retoma da enunciação para a qual reenvia a modalização

³²³ Este valor de retoma de que os verbos declarativos na terceira pessoa são marcadores verifica-se tanto quando se não constrói qualquer relação intersubjectiva (como em *Ele disse-lhe que fechou a janela*), como quando está em causa a construção de uma relação intersubjectiva (como em *Ele disse-lhe que fechasse a janela*). No primeiro caso, o verbo da imbricada encontra-se no indicativo. No segundo caso, constrói-se digamos que um “imperativo relatado”. Este valor é marcado pelo modo conjuntivo do verbo da imbricada e pela não correferência existente entre os sujeitos da imbricante e da imbricada, tendo o verbo *dizer*, neste caso, uma interpretação que se aproxima de *ordenar* ou *pedir*. Sobre o valor do modo conjuntivo, ver, em particular, §§ 11.2 e 12.1.

³²⁴ O conceito de “modalização do discurso em discurso segundo” (“modalisation du discours en discours second”) difere, por exemplo, do conceito, também proposto em Authier-Revuz (1992), de “modalização autonímica em discurso segundo” (“modalisation autonymique en discours second”). Definido em termos semióticos, o conceito de “autonímia” (“autonymie”) - em “modalização autonímica” (“modalisation autonymique”) - aproxima-se do conceito, clássico na tradição lógica, de menção. De um termo de que se faz menção se diz ser um “signo autonímico” (“signe autonyme”), por oposição ao uso que se faça desse termo, de que se diz ser um “signo *standard*” (“signe standard”) (ver Authier-Revuz, 1992: 39). Neste sentido, discurso indirecto e discurso directo podem ser descritos em função destes conceitos: “Dans le DI [discours indirect], l'énonciateur rapporte un autre acte d'énonciation [...] en *faisant usage* de ses mots à lui par lesquels il reformule les mots de l'autre message: le mode sémiotique du DI, est de façon homogène, le mode standard. [...] le mode sémiotique du DD [discours direct], est [...] hétérogène: standard dans le syntagme introducteur, il est autonome dans la partie ‘citée’, c'est-à-dire montrée” (*idem, ibidem*: 40).

Apesar da fidelidade por que optámos ao traduzir o conceito de “modalisation du discours en discours second”, proposto em Guentchéva, e, portanto, da manutenção do termo “discurso” (em “modalização do discurso em discurso segundo”), entendemos ser teoricamente mais adequado o termo “enunciação”, pelo que teríamos “modalização da enunciação em enunciação segunda”.

construída, mas sim a retoma do constructo desta enunciação, isto é, a retoma do enunciado.

Dito por outras palavras, se na enunciação relatada, discurso indirecto, há construção de uma retoma de um acto de fala, no sentido austiniano^{325 326}, já no caso do enunciado 7.1, não é necessariamente um acto de fala o que se retoma³²⁷.

³²⁵ Ver Austin ([1962] ²1975).

³²⁶ Embora não se fale explicitamente em acto de fala, em Simonin (1984), faz-se uma referência clara à especificidade do valor de retoma (“de l’assertion de S₁”) no caso do discurso indirecto. Tem-se uma retoma sempre que se está perante um pré-construído, uma construção que não é assumida pelo enunciator e que se refere, explicitamente ou não, a uma outra enunciação, asserção de S₁. Afirma-se em Simonin (*ibidem*: 58): “Dans le cas du discours indirect, la reprise est explicitement référée à une autre énonciation, reprise de l’assertion de S₁”.

³²⁷ Esta afirmação parece poder ser corroborada por diferentes reflexões, diversamente enquadradas em termos teóricos, a propósito do que se constrói com o emprego dos aqui designados verbos conceptuais, na terceira pessoa.

É o caso da reflexão proposta em Charolles (1976). Falando em termos de “potencialidade comunicativa”, enquanto capacidade de expressão de um acto de fala, este autor não apresenta o verbo *penser* como um “verbo de comunicação” em virtude de uma característica sintáctica: não tem – justifica – na sua “grelha argumental” o argumento objecto indirecto (*idem, ibidem*: 86).

Também em Fludernik (1993) se classifica *think*, por exemplo, como um verbo mediante o qual, na terceira pessoa, se constrói “pensamento relatado” (“thought report”) e não enunciação relatada (*idem, ibidem*: 292).

Em Martins-Baltar (1976), propondo-se uma divisão dos, aí considerados, verbos *dicendi*, distinguem-se os verbos conceptuais (*crer, pensar*) dos verbos que exprimem actos de fala (*dizer, criticar*).

Em Kebrart-Orecchioni (1980), uma classificação dos “verbos de comunicação” prevê a distinção entre “verbos locutórios” (“[...] qui dénotent un comportement de parole, et que domine l’archilexème ‘dire’” (*idem, ibidem*: 103)) e “verbos de juízo e de opinião” (“[...] qui véhiculent une évaluation modalisatrice portée par Lo [locuteur] sur la relation entre x et y” (*idem, ibidem*: 104)).

Diferente é a posição defendida em Leech (1983), onde se procede a uma revisão da taxinomia de actos de fala de Searle (1976) que culmina na distinção entre o relato de fala, que se socorre de verbos ilocutórios, e o relato de pensamento, que se socorre de verbos não ilocutórios mas com eles relacionados. Estabelece-se, assim, uma distinção entre “predicados ilocutórios” e “predicados psicológicos”, correspondendo aos primeiros a realização, segundo formulação de Searle, de actos assertivos, directivos e comissivos,

O enunciador, ao validar uma relação predicativa complexa, constrói uma asserção modalizada, pelo reenvio a uma outra situação de enunciação, definida, por conseguinte, através de uma outra coordenada subjectiva e espaço-temporal (*ela pensa*) que define, não só um espaço enunciativo, como também um espaço explicitamente cognitivo³²⁸. Consequentemente, à semelhança do que, embora com reservas, se propõe em Duarte (1999), fará sentido distinguir “verbos que caracterizam ilocutória e perlocutoriamente a natureza do enunciado relatado” (verbos declarativos ou verbos *dicendi*) de verbos que, segundo Fludernik (1993), “[...] não introduzem relato mas apenas narração de estados psicológicos” (Duarte,

rogativos e expressivos, e aos segundos a realização de actos creditivos, volitivos, dubitativos e atitudinais.

Recorde-se igualmente a fundamentação da proposta de Deschamps (1997) da classificação dos verbos declarativos (“verbes de dire”) em oposição com os verbos classificados como de pensamento, ou conceptuais (“verbes de pensée (conceptuels)”). Se, por um lado, os verbos declarativos marcam a localização da relação predicativa numa relação interlocutória, por outro, o tipo de operação primitiva de localização de que os verbos conceptuais são marcadores é definido como uma assunção epistémica da relação predicativa imbricada (ver *idem, ibidem*: 64) (ver § 4.1).

Ver, a este propósito, em § 6.2, o questionamento do carácter performativo dos verbos conceptuais e a consequente reflexão sobre a difícil classificação destes como expressão de um acto de fala de natureza ilocutória.

³²⁸ A demarcação dos valores construídos pelos verbos em estudo neste trabalho relativamente ao conceito de acto de fala (claramente realizável através de verbos declarativos como, por exemplo, *dizer, jurar, prometer*) bem como a sua, daí decorrente, impossibilidade de reflectir os fenómenos da enunciação relatada, por um lado, e da performatividade (ver § 6.2), por outro, sugere a fronteira estabelecida por Alexandrescu (1976) entre a modalidade epistémica e as outras modalidades. Conforme já atrás exposto (ver § 3.3.2), Alexandrescu começa por apresentar a hipótese de que “tout énoncé est modalisé par l’opérateur B [opérateur modal de croyance] ou K [opérateur modal du savoir] même s’il est modalisé aussi par d’autres opérateurs secondaires par rapport à ceux-ci, qu’ils présupposent” (*idem, ibidem*: 25). As outras modalidades são referidas por este autor por via de uma explicitação lexical em enunciados declarativos, correspondendo, portanto, a diferentes tipos de actos ilocutórios. A diferença entre a modalidade epistémica e as outras modalidades reside, pois, no facto de a primeira, subentendendo sempre – de forma explícita (pelo léxico) ou de forma implícita (pela entoação, etc.) - um operador ‘crer’ ou ‘saber’, estar implicada na enunciação de qualquer enunciado e de, inversamente, as outras modalidades não serem necessariamente constitutivas da enunciação (*idem, ibidem*: 24).

ibidem: 374), isto é, verbos que incorporam nocionalmente outras informações que não só a definição de um espaço enunciativo³²⁹.

Veja-se, porém, em **7.2**, um possível enquadramento contextual do enunciado **7.1**:

7.2

A: Ela pensa que o Luís foi à praia

B: Mas ela disse-o ou isso é uma suposição tua?

A: Não é uma suposição minha; ela disse-me que o Luís tinha ido à praia

Esta hipótese de contextualização acima proposta permite atestar que, quando conjugados na terceira pessoa e integrando uma relação de imbricação,

³²⁹ Adiante descritos (ver § 7.2), há, pelo menos, dois factos linguísticos cuja possibilidade é uma consequência directa desta especificidade dos verbos conceptuais. Referimo-nos, por um lado, ao facto de a dissociação entre o sujeito enunciador (S_0) e o sujeito do enunciado-locutor ($S_2=S_1$) - decorrente de uma relação de localização com valor de ruptura ou com valor de diferenciação - poder introduzir uma discordância, ou alteridade forte, definindo um contexto polémico (i). Por outro lado, temos a possibilidade de construção de um valor de contraposição, a partir da disjunção abstracta entre S_0 e $S_2=S_1$, marcada pela primeira pessoa quando o verbo conceptual da imbricada ocorra no pretérito imperfeito (ii):

- (i) A Ana pensa que cozinha bem (mas não cozinha)
Pensas que és esperto (mas não és)
- (ii) Eu pensava que ainda tinha duas horas pela frente para acabar o trabalho (mas afinal não tenho)

Se - conforme veremos adiante -, em qualquer um destes casos, se constrói um ponto de vista modal duplo, no caso dos enunciados que se seguem (iii), com um verbo *dicendi* ao nível da relação imbricante, o mesmo não se dá: o ponto de vista modal não deixa de ser uno.

- (iii) A Ana diz que cozinha bem
Eu dizia constantemente que não tinha medo

estes verbos podem marcar uma retoma enunciativa, introduzindo, por conseguinte, uma enunciação relatada.

O seu funcionamento como introdutores de enunciação relatada ou como modalizadores do “discurso em discurso segundo”, isto é, como modalizadores da enunciação, depende, como veremos, da natureza do termo que localiza o valor de determinação modal construído.

Senão vejamos. O enunciado **7.1**, atrás proposto, pode constituir ou não um enunciado relatado. Se corresponder a uma retoma enunciativa de uma enunciação situacionalmente distinta (construída noutra situação de enunciação, ou seja, noutro T e por outro S), **7.1** define-se como um caso de enunciação relatada, no sentido estrito. S₀ retoma, portanto, uma enunciação produzida por um enunciador distinto, de que dá conta pelo recurso à terceira pessoa. É o caso ilustrado através de **7.2** pela clarificação por parte do enunciador A (*ela disse-me que o Luís tinha ido à praia*).

Ainda num enunciado como **7.1**, os verbos conceptuais em análise, na terceira pessoa e no contexto de uma relação de imbricação, podem marcar também, como quando conjugados na primeira pessoa, a construção (atrás descrita) de valores do mediativo de natureza inferencial. Esta possibilidade corresponderia, no enquadramento contextual proposto em **7.2**, à hipótese de o enunciado **7.1** corresponder a uma “suposição” do enunciador A.

Consideremos os enunciados **7.1** (aqui recuperado) e **7.3**. Associemos-lhes outro termo (assinalado, em alternativa, como (a) e (b) e a itálico porque susceptível de não ser verbalizado), localizador do valor de determinação modal construído.

7.1 Ela pensa que o Luís foi à praia

(a) *Disse-me que ia ter com ele à praia*

(b) *Vi-a correr para a praia enquanto chamava por ele*

7.3 Ela pensa que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas

(a) *Agora que anda a ser seguida por um nutricionista*

(b) *Pelo que a ouvi dizer ao filho a propósito dos hábitos alimentares dela*

Como no caso do emprego destes verbos na primeira pessoa (ver § 6.1), também no caso do emprego destes verbos na terceira pessoa se pode construir um valor do mediativo de tipo inferencial, mais propriamente um valor de inferência abdutiva (7.1a e b e 7.3a e b), descrito como um raciocínio lógico que, por sua vez, pode decorrer de um conhecimento do sujeito enunciador (7.1a e 7.3a), mas que também pode radicar em mecanismos perceptivos, também com sede no sujeito enunciador (7.1b e 7.3b).

Só numa descrição do valor de mediativo em função do sujeito do enunciado ($S_2=S_1$), por exemplo no enunciado 7.4, se poderia falar da construção de uma inferência dedutiva, isto é – recorde-se –, de um raciocínio lógico definido com base numa relação necessária mas não suficiente entre dois termos (ver § 6.1.1):

7.4 Ela pensa que uma mudança nos hábitos alimentares aumentará a esperança de vida das pessoas

(a) *Uma vez que uma alimentação saudável tem um efeito benéfico na saúde*

O valor de mediativo de um enunciado do tipo *ela pensa que p*, tendo como critério o juízo inferencial do sujeito enunciador, só pode ser de natureza abdutiva: dada a *exterioridade* do enunciador - a disjunção referencial entre S_0 e S_1 ($=S_2$) –, o juízo por si construído só se pode basear num raciocínio lógico definido com base numa relação não necessária entre dois termos, e nunca num qualquer tipo de relação necessária (dedução).

Além da sua natureza lógica, o raciocínio inferencial, construído com base numa relação de localização relativamente a um termo externo à relação de imbricação, define-se igualmente em função do que seja o termo localizado, que, no

caso dos enunciados **7.2a** e **b** e **7.3a** e **b**, é o juízo modal, nunca a relação predicativa imbricada.

Novamente, só numa descrição em função do sujeito do enunciado ($S_2=S_1$) (por exemplo do enunciado **7.5**) se poderia ter a relação imbricada como termo localizado relativamente a um termo externo à relação de imbricação:

7.5 Ela pensa que o Luís foi à praia

(a) *A toalha de praia dele não estava na gaveta*

A possibilidade de explicitação, através do recurso ao operador causal *porque*, da relação causal entre o termo localizador (externo à relação de imbricação) e o termo localizado, não sendo exclusiva do caso em que o termo localizado é a relação imbricada, parece, nesse caso, mais aceitável do que quando o termo localizado é o juízo modal³³⁰:

7.5a Ela pensa que o Luís foi à praia *porque a toalha de praia dele não estava na gaveta*

7.2a ?Ela pensa que o Luís foi à praia *porque me disse que ia ter com ele à praia*

7.2b ?Ela pensa que o Luís foi à praia *porque a vi correr para a praia enquanto chamava por ele*

O facto de os verbos conceptuais poderem não corresponder a simples introdutores de enunciação relatada e de operarem como modalizadores da

³³⁰ Os juízos recolhidos quanto à boa, aceitável ou má formação enunciativa dos enunciados **7.2a** e **7.2b** foram de tal modo divergentes que não podemos deixar de assinalar a sua diferença relativamente à clara boa formação de **7.5a**. Acrescente-se ainda que uma possível ambiguidade a este nível (dupla interpretação em função da identificação do termo localizado: relação imbricada ou juízo modal?) só se verifica no caso de o verbo de pensamento estar na primeira pessoa (ver § 6.1.2).

enunciação (“modalizadores do discurso em discurso segundo”), marcando a construção de factos inferenciais, encontra eco na reflexão, proposta em Guentchéva (1994, 1996), a propósito da categoria mediativo.

De acordo com esta autora, o facto de se dar uma dissociação referencial - entre o enunciador origem e o enunciador construído como responsável pela modalização - invalidaria, desde logo, a construção de um qualquer valor mediativo. A categoria do mediativo é, por definição, incompatível com a dissociação referencial - entre S_0 e a fonte modal construída. A retoma, em causa na construção de enunciação relatada, tem expressão na construção de uma relação de imbricação³³¹, sendo em virtude do facto de estes predicados integrarem um enunciado construído a partir de uma relação predicativa complexa (relação de imbricação), que a localização desta em relação a um sistema referencial coloca o problema geral da dissociação entre a fonte enunciativa e a fonte modal. Da mesma forma, a relação de imbricação corresponde a um dispositivo de modalização (ver § 6) que não marca, por si mesma, quaisquer valores de mediativo. Ora, em Guentchéva (1994), faz-se corresponder ao discurso indirecto (designação tradicional de uma das formas que a enunciação relatada pode assumir) estruturas sintácticas complexas, mais concretamente, subordinadas, e ao mediativo, estruturas sintácticas simples: “[...] il faut remarquer que si le DI [discurso indirecto] s’exprime au travers de constructions subordonnées, les valeurs médiatives sont véhiculées essentiellement par des propositions indépendantes” (*idem, ibidem*: 13)³³².

³³¹ Conforme descrevemos já (ver § 5.1), o enunciador origem - neste caso, enunciador-locutor – assere apenas o contexto introdutor, isto é, a relação imbricante (por exemplo, *ele disse que*), tendo a relação predicativa imbricada um estatuto de retoma, marcado pela conjunção *que*.

³³² A ausência ou a presença de subordinação, associada à ausência ou à presença de verbo introdutor, constitui um critério que permite distinguir, segundo a generalidade dos estudos do “discurso relatado” (ou da enunciação relatada), as formas do estilo indirecto livre das formas do discurso directo e do discurso indirecto. É esta a perspectiva linguística que legitima a significação do adjectivo “livre” (estilo indirecto livre): numa sintaxe concebida em termos de subordinação e complementação de um verbo introdutor, “livre” significa sintacticamente autónomo (ver, por exemplo, Rosier, 1999).

Por conseguinte, a categoria mediativo e o discurso indirecto não se identificam nem se confundem (ver Guentchéva 1994: 12 e 1996: 13). Podemos, aliás, constatar a não identificação entre mediativo e discurso indirecto a partir do facto de existirem línguas que permitem opor estes dois fenómenos³³³. É, assim, em virtude de muitas das línguas com gramaticalização do mediativo fazerem explicitamente esta distinção, que se torna pertinente a identificação, proposta em Guentchéva (1994, 1995, 1996), de diferentes tipos de factos relatados³³⁴, isto é, factos de que se tem conhecimento através de um terceiro, cuja construção é marcada, em português, pelo recurso a certos tempos verbais como, por exemplo, as conjugações verbais em -r- (condicional, futuro simples, futuro composto³³⁵), atestando, assim, o facto de os valores do mediativo poderem ser veiculados através de enunciados simples, não complexos.

O valor de mediativo que consiste num facto relatado ou num facto inferido não é, pois, construído em função de um acto de fala (no sentido austiniano) mas sim em função do facto de o enunciador-locutor não ser a fonte primeira da operação de validação / não-validação que recai sobre a relação predicativa: “[...] tout énoncé qui relève de la catégorie du MÉD [mediativo], n’est jamais [...] une prise de position sur autre acte de parole” (*idem*, 1994: 12).

³³³ Existem distinções formais importantes entre mediativo e discurso indirecto, por exemplo, em maricopa, língua ameríndia (ver Guentchéva, 1994: 13, 1996: 13-14).

³³⁴ Recorde-se que, de acordo com Guentchéva (1994, 1995 e 1996), os factos relatados representam, conjuntamente com os factos inferidos e os factos de surpresa, um dos valores constitutivos do mediativo (ver § 6).

³³⁵ Sobre o condicional, designado em Dendale (1993) como “condicional epistémico” por marcar, efectivamente, uma disjunção das fontes enunciativas e, consequentemente, a construção de um facto relatado, ver Culioli (1990: 149), Campos (2001a: 331); T. Oliveira (2000a, 2000b, 2002b) e Guentchéva (2003). Ainda sobre o valor modal do condicional, assim como do futuro simples e do futuro composto (três tempos gramaticais que apresentam, entre si, grandes afinidades morfológicas e semânticas), ver T. Oliveira (2002a, no prelo) e Neves; Oliveira (2003).

Isso mesmo pode ser comprovado quando se aproxima um enunciado como **7.1** de **7.1a**:

7.1a De acordo com ela, o Luís terá ido à praia

Na sequência do critério atrás proposto – o tipo de termo que localiza o valor modal construído –, as formas *de acordo com x*, mas também *segundo x* e *na opinião de x*, podem marcar a construção de enunciação relatada, mas, ao construir um facto inferido, podem igualmente inscrever-se no paradigma dos diversos elementos modalizadores, isto é, das formas linguísticas que marcam uma “modalização do discurso em discurso segundo”.

Mas o enunciado **7.1** pode ainda ser aproximado de **7.1b**, em que o que, em **7.1**, correspondia à relação imbricante, ocorre na posição de uma incisa ou intercalada, que, enquanto menção explícita a uma outra fonte modal, referencialmente distinta do enunciador, exprime, de forma menos neutra, o ponto de vista do enunciador origem (ver § 7.2)³³⁶:

7.1b O Luís, pensa ela, terá ido à praia

O facto de, nos enunciados **7.1a** e **7.1b**, o verbo da imbricada ocorrer no futuro composto - tempo gramatical que, além de poder marcar um valor temporal, pode marcar (como os restantes tempos gramaticais em -r-) um valor modal, de construção de factos relatados, isto é, de factos de que se tem conhecimento através de um terceiro – parece pôr em evidência a possibilidade de os verbos

³³⁶ A propósito da forma como a incisa exprime, de forma menos neutra, o ponto de vista do enunciador, afirma-se em Guentchéva (2003) que a incisa “[...] permet de marquer que la complétive [...] est placée directement sous la dépendance de l’acte d’énonciation construit [pelo enunciador origem]” (*idem, ibidem*: 175).

conceptuais, enquanto “modalizadores do discurso em discurso segundo”, marcarem a construção de um valor mediativo de tipo facto relatado.

Sintetizando: quando numa relação de imbricação são conjugados na terceira pessoa, os verbos conceptuais em análise podem participar da característica definitiva do valor mediativo de não construção de uma retoma de um acto de fala, pelo que os enunciados assim construídos não correspondem, necessariamente, a construções de enunciação relatada no sentido estrito.

Operando a construção de uma “modalização do discurso em discurso segundo”, ou modalização da enunciação, podem marcar, como quando conjugados na primeira pessoa, a construção de valores do mediativo de natureza inferencial. O raciocínio inferencial do sujeito enunciadador só pode ser de natureza abdutiva, só pode ter, portanto, um valor de suputação. Calculado em função do sujeito do enunciado-locutor, é possível a construção de uma inferência dedutiva.

Contrariamente ao que sucede quando na primeira pessoa, ainda na terceira pessoa, os verbos conceptuais num enunciado construído com base numa relação predicativa complexa parecem apresentar uma possibilidade de marcar a construção de factos relatados. Referimos esta hipótese com base no facto de enunciados do tipo *ele pensa que p* não definirem, necessariamente, um caso de enunciação relatada em sentido estrito, e ainda no facto de, como veremos (ver § 7.2), estes enunciados serem susceptíveis de configurar um contexto polémico.

A caracterização dos verbos conceptuais como formas modalizadoras do “discurso em discurso segundo” (ou formas modalizadoras da enunciação) é susceptível a uma aproximação com as formas de “pensamento relatado”, características do “monólogo interior”, um modo de narração assim definido em vários estudos narratológicos, e perspectivado em termos de “discurso relatado” (ver, por exemplo, Rosier, 1999).

Neste domínio, um enunciado como 7.1 poderia corresponder a um “monólogo narrativizado”, isto é, ao discurso mental de uma personagem que é assumido pelo narrador. Veja-se os seguintes exemplos, retirados do *corpus* literário:

7.6 A verdade era que sem ele tudo lhe parecia menos viável e digno de êxito. “Talvez - *pensou ela* - seja isto o amor que nos é permitido a todos nós, uma vontade de corresponder afinal à íntima realidade dos outros [...]” (Ref: L0501P0265X)

7.7 Como nada via, só *pensava enrolar-se* a um canto tolhido de frio. (Ref: L0095P0016X)

7.8 Agora é que sim, *acreditou ele*, e o barquinho a motor principiou a deslocar-se a pouco e pouco, listras azuis dilatavam-se nos intervalos das nuvens (Ref: L0060P0309X)

7.9 [...] o ervanário *acreditara que* a morgadinha combinara imprudentemente com Henrique uma visita nocturna à quinta dos Canaviais (Ref: L0016P0366X)

7.10 O Gonçalo foi para a cozinha fazer o chá. *Achou que* a Teresa, naquela primeira noite, queria dormir no quarto lá de cima. (Ref: L0071P0283X)

7.11 Toda a sua alma simples e recta andava afogada em tristeza e sombra. E já não *duvidava que* a monstruosidade do seu filho, era o castigo que a Virgem Maria dera ao seu orgulho de mãe. (Ref: L0299P0036X)

7.12 Como havia eu de chorar, porque havia eu de chorar se tinha comigo o meu filho? Porque ele se ia, *julgava ele...* (Ref: L0233P0042X)

Como constatamos nestes enunciados, o emprego dos verbos conceptuais é semelhante ao dos verbos declarativos, no que respeita à possibilidade de aqueles precederem a relação predicativa correspondente ao conteúdo do “pensamento relatado” (**7.7**, **7.9**, **7.10**, **7.11**), e de ocorrerem enquanto incisa (**7.6**, **7.8**), ou ainda em posição final (**7.12**). Vejamos igualmente que, “retomando” um “monólogo interior” (“discours solitaire”, segundo Rosier, 1999: 271), estes verbos apresentam também a possibilidade de introduzir as formas de enunciação relatada tradicionalmente designadas como discurso directo (**7.6**), discurso indirecto (**7.7**, **7.9**, **7.10**, **7.12**), e até discurso (ou estilo) indirecto livre (**7.8**).

Além disso, ainda no âmbito do emprego destes verbos como formas de “pensamento relatado”, características do “monólogo interior”, estes podem

introduzir estruturas sintáticas semelhantes às que o emprego dos verbos declarativos permite – conforme acima exemplificado, completivas (com complementador *que* e verbo finito ou infinitivas), e, conforme abaixo ilustrado, estruturas em que se constrói um complemento transitivo-predicativo (7.13, 7.16, 7.19, 7.20, 7.21, 7.23) – , assim como estruturas incompatíveis com o emprego dos verbos declarativos – em que se constrói, por exemplo, um juízo apreciativo (7.14, 7.15) assim como outros valores, adiante descritos e explicados (ver §§ 8.2, 9.1.1 e 11.1).

7.13 Então deixaste alguma sangria mal vedada, João Semana? Ah! Ah! ... E o reitor *achava deliciosa* a mortificação em que via o seu velho amigo. (Ref: L0523P0360X)

7.14 Depois, por causa dos escândalos da Eugénia, *achara melhor* mandá-la à frente para Lisboa (Ref: L0036P0127X)

7.15 Mas D. Maria dos Prazeres *achou por bem* continuar a martelar o mesmo prego: - A boa bâtega que te podia ter apanhado no caminho. Já pensaste nisso? (Ref: L0012P0022X)

7.16 Um anjo podia vir buscá-la para a conduzir ao seio de Abraão, que *não se achava em falta*; podia vir que se não deixava saudades tampouco as levava. (Ref: L0006P0184X)

7.17 E disse-lhe bem alto, claro está, que *não acreditava nem uma palavra* das acusações que te fazia. (Ref: L0474P0284X)

7.18 Não se atreveu a sair de casa. *Acreditava nas almas penadas* (Ref: L0511P0197X)

7.19 - Sim... devo dar-me bem... É o meu país. O “seu” país! ... E ele que a *julgava brasileira!* - Não, sou portuguesa. (Ref: L0379P0355X)

7.20 Um enorme horror apoderou-se de Amélia, *julgou-se próxima* de assistir ao dissolver integral duma criatura. (Ref: L0501P0254X)

7.21 Ela bem sabia que as minhas noites não eram podres e, tal como alguns outros, *julgava-me um atormentado*. (Ref: L0022P0014X)

7.22 *Pensava na acumulação do seu dia*, como o rapazinho que era. (Ref: L0062P0069X)

7.23 [...] via o mundo; perdia a consciência da individualidade própria; *supunha-se Herodes* (Ref: L0016P0217X)

Por conseguinte, reconhecendo que nestes enunciados não se retomam necessariamente enunciações, mas sim pensamentos, produtos de uma actividade cognitiva, coloca-se a questão de saber se os verbos introdutores aqui presentes – *pensar, acreditar, achar, duvidar, julgar* – diferem em algo de verbos introdutores de enunciação relatada como *dizer* e outros, seus hipónimos. Apresentam eles, entre si, funcionamentos linguísticos diferenciados?

Em Moignet (1959)³³⁷, refere-se que, no francês antigo (até ao século XVII), a expressão de uma opinião, através do recurso a completivas introduzidas por um verbo do tipo *penser* (*pensar*), implicava o emprego do modo conjuntivo, enquanto que os verbos de enunciação, ou verbos declarativos, eram seguidos do modo indicativo. Segundo este autor, haverá, assim, uma dissociação marcada linguisticamente entre o “dizer” e o “pensar”, que evidencia que, apesar da máxima “un dire suppose nécessairement un penser antérieur”, o “dizer” registou uma autonomização relativamente ao “pensar” por via de uma maior objectivação por si registada (ver Rosier, 1999: 274ss).

Ainda no que respeita ao francês, é igualmente de referir Gougenheim (1938, 1947)³³⁸, autor que afirma que a intensificação do uso de verbos introdutores de pensamento atesta o “nascimento da interioridade” (isto é, o surgimento do monólogo interior) na prosa romanesca. Assinala este autor, entre outros aspectos, a introdução, em francês, do verbo *se dire*, primeiro em Voltaire (empregue com expressões adverbiais, como *tout bas*), depois em Victor Hugo. O verbo *se dire*,

³³⁷ G. Moignet 1959 *Essai sur le mode subjonctif*, Paris, PUF, *apud* Rosier, 1999.

³³⁸ G. Gougenheim, 1938 “La présentation du discours direct dans *La Princesse de Clèves* et dans *Dominique*” *Le Français moderne* 6: 305-320; 1947 “Du Discours solitaire au monologue intérieur” *Le Français moderne* 15: 242-248, *apud* Rosier 1999.

alternando, nos primeiros romances deste autor, de forma indiferenciada, com o verbo *dire*, regista uma gradual diferenciação para o final da sua obra, pelo que – conclui Gougenheim – a obra de Victor Hugo regista uma diferenciação gradual entre o “dizer” e o “pensar”. Veja-se também o facto de uma actividade cognitiva (o “pensar”) ser, generalizadamente nos autores romanescos, apresentada através do emprego de verbos como *murmurar*, *resmungar*, etc. enquanto expressão de juízos que, não supondo uma verbalização, emergem das personagens.

Comentando as observações de Gougenheim, mas sobretudo de Moignet, em Rosier (1999) defende-se que a dissociação entre o “dizer” e o “pensar”, historicamente baseada num critério linguístico, não é posta em causa pelo facto de, no estado de língua actual, *dire* e *penser* apresentarem funcionamentos idênticos, podendo introduzir, indiferentemente, os tradicionalmente designados discurso directo e discurso indirecto, relatando quer actos enunciativos (“paroles”), quer processos cognitivos (“pensées”). Acrescenta este autor que tal oposição, no estado de língua actual, é, por conseguinte, mais filosófica do que linguística: “La pratique moderne de l’intériorité joue davantage sur l’absence de marqueurs spécifiques, pour mimer l’expression spontanée et discontinue de la pensée” (*idem, ibidem*: 276).

Sem pretender centrar o nosso estudo nas categorias assim consideradas – do “dizer” e do “pensar” –, e privilegiando, isso sim, a observação das formas linguísticas, estas considerações não deixam de apresentar algum interesse. Como veremos (§§ 11.2 e 12.1), além de outros factores, a possibilidade de os verbos conceptuais ocorrerem com o modo conjuntivo e os valores de determinação assim marcados atestam uma especificidade destes verbos relativamente ao conjunto dos verbos declarativos.

Esta especificidade dos verbos conceptuais, comprovável com base em critérios linguísticos, encontra reflexo na caracterização que, por exemplo, ainda em Rosier (1999), se faz do “monólogo interior” como “um modo de enunciação particular”: “un mode d’énonciation particulier, c’est-à-dire [...] un mode de narration [...] qui dépasse le cadre du *DR* [discours rapporté]” (*idem, ibidem*: 277). A

problematização do “monólogo interior” enquanto forma relatada não se resolve – diz este autor – na distinção entre o “pensar” e o “dizer”, nem na sua oposição ao diálogo pois, afirma: “parler à autrui, c’est toujours d’une certaine manière se parler à soi-même [...] et, *a contrario*, se parler à soi est encore et toujours un acte dialogique” (*idem, ibidem*: 277). E acrescenta: “la forme ‘réfléchie’ qui est la sienne [do monólogo interior] implique un fonctionnement énonciatif global qui dépasse le *DR* et sa problématique du ‘dire l’autre’. Le monologue intérieur se situerait lui entre *je dit un autre et je est un autre*” (*idem, ibidem*).

7.2 Construção do valor polémico

Veja-se, seguidamente o enunciado **7.24**, igualmente fundado na heterogeneidade do sujeito do enunciado ($S_2=S_1$) em relação ao enunciador (S_0), na segunda pessoa, dando-se, portanto, uma dissociação referencial entre locutor e enunciador, cuja relação assume um valor de diferenciação, em virtude da introdução explícita do interlocutor.

7.24 ?Tu pensas que o Luís foi à praia³³⁹

Só apresentando contornos prosódicos específicos, esta sequência pode ser enunciativamente bem formada. Enquanto predicado subjectivo, *pensar*, como cada um dos verbos conceptuais marcadores de uma asserção fraca já referidos, só pode ser empregue na primeira pessoa (ver § 6.1) ou na terceira pessoa, podendo dar lugar, neste caso, a uma forma de enunciação relatada não estrita (“modalização do discurso em discurso segundo”) (ver § 7.1). A segunda pessoa

³³⁹ Neste exemplo, como nos que se seguem, o verbo *pensar* e outros verbos assertivos fracos como *julgar* e *achar* podem ser intersubstituídos, sem que haja variação em termos de formação eunciativa: ?*Tu julgas que o Luís foi à praia*; ?*Tu achas que o Luis foi à praia*.

introduz explicitamente o co-enunciador, tornado interlocutor, e a combinação com os verbos conceptuais ou de pensamento em análise apresenta várias restrições. Por exemplo, sem os contornos prosódicos marcadores de intersubjectividade, o interlocutor apresenta um estatuto instável e esta sequência deixa de ser enunciativamente bem formada (ver Culioli, 1978: 151).

Assim, esta sequência, desde que afectada, em toda a sua extensão, por marcadores de entoação específicos, nomeadamente por marcadores de uma operação intersubjectiva, recupera a sua boa formação. Pode, por exemplo, corresponder a uma interrogação total:

7.25 (Tu) pensas que o Luís foi à praia?

Pode igualmente corresponder à construção de uma suputação, a um raciocínio inferencial abdutivo construído com base numa relação de localização relativamente a um termo externo à relação de imbricação (assinalado como (a) e a *itálico*):

7.26 (Tu) pensas que o Luís foi à praia

(a) *querendo encontrar-te com ele, insistes na hipótese de irmos agora à praia*

Como quando o verbo conceptual ocorre na terceira pessoa (ver § 7.1), neste caso, a natureza da inferência que caracteriza este enunciado, com o verbo na segunda pessoa, só pode ser abdutiva - parafraseável, portanto, por *Ouvindo-te, percebo que tu pensas que o Luis foi à praia*. Da mesma forma, no âmbito relação de localização que define o valor mediativo de natureza inferencial, o termo localizado é o juízo modal, não a relação imbricada. Veja-se, à semelhança do atrás proposto (ver §§ 6.1.2 e 7.1), a possibilidade de explicitação da relação causal entre o termo localizador (externo à relação de imbricação) e o termo localizado, através do recurso ao operador causal *porque*:

7.26a (Tu) pensas que o Luís foi à praia *porque, querendo encontrar-te com ele, insistes na hipótese de irmos agora à praia*

Marcada por uma curva entonacional cujo acento recai sobre o verbo, enquanto enunciado bem formado, **7.24** pode ainda definir um contexto polémico, mediante o qual o enunciador (S_0) refuta, total ou parcialmente, a validação, por parte do sujeito do enunciado-locutor, da relação predicativa imbricada <o Luís ir à praia>, e não o juízo modal construído. Veja-se a possibilidade de **7.24** ser glosado por *Pensas que sim, mas o Luís não foi à praia*, ou ainda *Pensas que sim, mas talvez o Luís não tenha ido à praia*.

Neste caso, o enunciador refuta a validação da relação predicativa <o Luís ir à praia>, não o facto de o seu co-enunciador (enunciador da enunciação precedente) a validar (ver § 6.1.2). Podendo enquadrar a sequência **7.24**, esta tensão polémica traduz-se no estabelecimento de um campo de forças intersubjectivas: o enunciador-locutor, ao validar uma relação predicativa complexa, constrói uma asserção modalizada, pelo reenvio a uma outra situação de enunciação, definida, por conseguinte, através de outra coordenada subjectiva e espaço-temporal ((*tu*) *pensas*, mas também (*tu*) *julgas* ou (*tu*) *achas*) que define, não só um espaço enunciativo - mais propriamente coenunciativo, por se tratar da segunda pessoa -, como também um espaço explicitamente cognitivo.

A construção, ao nível da relação imbricante, de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 (localização entre S_1 e S_0 com valor de diferenciação) e a consequente não assunção da validação da relação predicativa <o Luís ir à praia> por parte do enunciador origem, permite, no caso de um enunciado correspondente a uma interrogativa total (**7.25**), que este pré-construa o espaço de validação do seu co-enunciador, e permite, no caso do enunciado que defina um contexto polémico (**7.24**), que o enunciador pré-construa a não-validação (glosada como *Pensas que sim, mas o Luís não foi à praia*) ou a hipótese de

não-validação (*Pensas que sim, mas talvez o Luís não tenha ido à praia*) da relação predicativa imbricada³⁴⁰.

Neste último caso – definição de um contexto polémico –, num instante T_i , definido em relação a um instante origem, S_0 ou se situa no exterior (E), ou visa o exterior (E). S_0 manifesta uma discordância ou uma relutância face à validação da relação predicativa $\langle p \rangle$, discordância ou relutância que se fundam na pré-construção, para S_0 , do valor complementar $\langle p' \rangle$, sobrepondo-se e, portanto, invalidando $\langle p \rangle$, ou coexistindo, embora de forma preponderante, com $\langle p \rangle$. A construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta pode, assim, ter como consequência a não-validação (não assunção que pode ser total ou parcial) da relação predicativa $\langle \text{o Luís ir à praia} \rangle$, por parte de S_0 . Dá-se, portanto, em função da discordância introduzida entre o valor validado pelo sujeito do enunciado-locutor e o valor validado pelo enunciador, a construção de um ponto de vista modal duplo.

Verifica-se a construção de um mesmo ponto de vista modal duplo ou de um mesmo valor polémico no enunciado que se segue, necessariamente afectado por marcadores de entoação específicos:

7.24a O Luís, pensas tu, terá ido à praia

Também o enunciado **7.1**, como **7.1a** e **7.1b** (enunciados já introduzidos no sub-capítulo anterior e aqui retomados), desde que realizados com uma entoação específica, permitem definir um contexto polémico. Se a descrição proposta no sub-capítulo anterior pressupunha que o sujeito enunciador não se encontrava numa relação de alteridade com o sujeito do enunciado-locutor ao ponto de

³⁴⁰ Em Doro-Mégy (2003), refere-se este facto, não em termos de construção de um contexto polémico mas sim como um desdobramento do suporte modal, isto é, como possibilidade de se distinguirem várias instâncias subjectivas no domínio de validação: “[...] l’énonciateur prend parfois également position par rapport à ce même contenu propositionnel” (*idem, ibidem*: 215).

introduzir uma discordância, parece-nos possível, considerar, na sequência das considerações acima feitas, a permeabilidade destes enunciados a uma interpretação mediante a qual teríamos como glosa *Ela pensa que sim, mas o Luís não foi à praia*, ou ainda *Ela pensa que sim, mas talvez o Luís não tenha ido à praia*:

7.1 Ela pensa que o Luís foi à praia

7.1a De acordo com ela, o Luís terá ido à praia

7.1b O Luís, pensa ela, terá ido à praia

É a construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 (localização entre S_1 e S_0 , neste caso, com valor de ruptura) e a consequente não assunção, total ou parcial, por parte de S_0 , da validação da relação predicativa imbricada <o Luís ir à praia> que permite a hipótese de, nos enunciados **7.1a** e **7.1b** como em **7.1**, S_0 pré-construir a não-validação desta relação predicativa, introduzindo uma discordância, ou seja, uma alteridade forte.

Tal pré-construção da não-validação da relação predicativa institui o sujeito enunciador – mas, em função da intersubjectividade enunciativa, também o co-enunciador –, como fonte modal em posição de alteridade em relação ao sujeito do enunciado-locutor, rejeitando o valor de validação assumido por este último. Assim se funda o que alguns autores referem como sendo uma interpretação contrafactual (ver, por exemplo, Wyld, 2001 e Doro-Mégy, 2003).

Uma enunciação mediatizada de factos relatados, como é o caso destes três enunciados, presta-se, aliás, a veicular valores polémicos, manifestações de discordância e, segundo Guentchéva *et alii* (1994), também de indignação: “Les faits rapportés sont des situations [...] fondées sur les paroles d’autrui d’où des nuances de doute, de méfiance, d’ironie, d’indignation ou de rejet” (*idem, ibidem*: 140). Assim se explica, pois, que o mediativo não se identifique com a enunciação relatada (ver § 7.1). De acordo com estes autores, “[...] le médiatif occupe une position intermédiaire entre l’assertion et le discours rapporté, ce qui explique la

possibilité de valeurs ironiques, polémiques, d'indignation, de rejet..." (*idem, ibidem*: 148)³⁴¹.

Em sequências como as que se seguem, constrói-se um valor polémico que se traduz na pré-construção da não-validação da relação prediativa imbricada, como o que pode caracterizar os enunciados **7.24** e **7.24a** e os enunciados **7.1**, **7.1a** e **7.1b**. Está excluída, nestas sequências, a possibilidade de construção de um valor polémico fundado numa refutação parcial da validação da relação prediativa imbricada, que verificámos ser possível nos enunciados acima referidos:

7.27 O Luís foi à praia? Isso é o que tu pensas!

7.28 O Luís foi à praia? Isso é o que ela pensa!

7.29 O Luís foi à praia? Isso é o que tu achas!

7.30 O Luís foi à praia? Isso é o que ela acha!

7.31 O Luís foi à praia? Isso é o que tu julgas!

7.32 O Luís foi à praia? Isso é o que ela julga!³⁴²

³⁴¹ Conforme já referido em relação aos valores escalares intermédios (do domínio do não certo, incluindo o quase-certo) (ver § 5.1.1), o conceito de comentário ("commentaire" ou "commentatif"), definido, em termos de localização de uma relação prediativa em relação a um ponto de vista (ver, entre outros, Danon-Boileau; Bouscaren, 1984 e Bouscaren; Chuquet, 1987) permite enquadrar qualquer dos predicados subjectivos em causa, quando conjugados na segunda como na terceira pessoas, uma vez que, não correspondendo a simples constatações, tais construções podem corresponder, isso sim, a uma espécie de conjectura por parte do enunciador, fundada em raciocínios por inferência, a partir da interpretação de indícios.

³⁴² A segunda parte destes enunciados equivalerá, em termos de valores construídos, a *Isso pensas tu!* e *Isso pensa ela!* (**7.27**, **7.28**), *Isso julgas tu!* e *Isso julga ela!* (**7.31**, **7.32**). Mais dificilmente, por razões adiante expostas, teríamos *?Isso achas tu!* e *?Isso acha ela!* (**7.29**, **7.30**).

Consistindo em refutações relativamente a uma asserção pré-construída (*O Luis foi à praia*) - que é da responsabilidade do co-enunciador (7.27, 7.29, 7.31) ou de S₁ (7.28, 7.30, 7.32) -, estes enunciados compreendem uma sequência inicial (*o Luís foi à praia?*), com a forma de uma interrogativa total³⁴³. Simplesmente, em cada um destes casos, pela construção da sequência que se segue (*Isso é o que tu pensas / achas / julgas!* e *Isso é o que ela pensa / acha / julga!*), o enunciador trunca a recorrência ao co-enunciador, característica de qualquer interrogativa, pré-construindo a não-validação da relação prediativa em causa. Essa localização da relação prediativa no exterior (E), correspondente à validação do complementar linguístico, é concebida intersubjectivamente, daí tratar-se da manifestação de uma discordância que define um contexto polémico, tendo a sequência *O Luis foi à praia?*, em ambos os casos, um valor exclamativo, mais concretamente, um valor exclamativo negativo.

Este valor exclamativo negativo que a sequência na forma interrogativa assume resulta de um processo de remodelização (ver § 3.3.2) de que passamos a apresentar uma descrição metalinguística mais detalhada³⁴⁴. O termo de partida da segunda parte destes enunciados (*isso*) remete anaforicamente para a relação prediativa da primeira sequência: <o Luís ir à praia>. Por via deste processo de retoma, é construída uma estabilização que permite a selecção do valor positivo (*sim*, *o Luís foi à praia*) da classe fechada (*sim / não*) que se pré-constrói através da interrogativa total, forma linguística da primeira sequência. Concomitante a este

³⁴³ Uma interrogativa total caracteriza-se - recorde-se (ver § 3.3.2) - pela construção de uma operação de percurso que incide numa classe fechada de dois valores – positivo (ou de validação) e negativo (ou de não-validação) - e por um valor intersubjectivo. É, por conseguinte, mediante estes factos que o sujeito enunciador constrói antecipadamente a validação (I) ou a não-validação (E) da relação prediativa e, não estando em condições ou não a querendo validar - isto é, situando-se ou simulando posicionar-se num grau zero do conhecimento -, recorre ao seu co-enunciador para que seja ele, co-enunciador, a construir essa validação (ou não-validação).

³⁴⁴ Agradecemos à Ana Bela Afonso a contribuição que deu para a reflexão que aqui se propõe a propósito deste e de outros tipos de enunciados interrogativos, analisados ao longo deste trabalho.

percurso pela classe e selecção de um valor, há a construção de uma remodelização, marcada pelo recurso ao verbo *pensar* numa pessoa referencialmente distinta do enunciador (*tu pensas / achas / julgas, ela pensa / acha / julga*), na segunda sequência dos enunciados. Constrói-se, assim, um valor de discordância, mais especificamente um valor de refutação forte, correspondente a um distanciamento total do enunciador relativamente à validação positiva da relação prediativa <o Luís ir à praia>, pelo que os enunciados 7.27 a 7.32 são parafraseáveis, respectivamente, por *Tenho razões para dizer que o Luís não foi à praia, contrariamente ao que pensas / achas / julgas* e *Tenho razões para dizer que o Luís não foi à praia, contrariamente ao que ela pensa / acha / julga*.

De acordo com o que estas paráfrases põem em evidência, poder-se-á dizer que a remodelização em causa nos enunciados que definem um contexto polémico participa das características de construção de factos de surpresa, um dos valores do mediativo, de acordo com Guentchéva (1994, 1995 e 1996) (ver § 6).

Não tendo a generalidade das línguas, inclusivamente o português, desenvolvido marcadores específicos do valor admirativo, afirma-se em Campos (2001a) e na sequência de Guentchéva (1994), que “geralmente, uma forma mediativa que codifica a inferência é capaz de exprimir o valor de surpresa” (*idem, ibidem*: 337). Este princípio poderá ajudar a descrever o valor de refutação forte que caracteriza estes enunciados. A partir de indícios observados em T₀ (*tenho razões*), é possível a S₀ reconstruir, por inferência abdutiva, um outro facto que constitui a negação do facto esperado, nestes casos, pelo co-enunciador ou por S₁, contrariando as respectivas expectativas (ver Campos, *ibidem* e Guentchéva, 1994: 20-21)³⁴⁵.

A definição do valor de surpresa a partir da sobreposição de um facto constatado ou inferido relativamente a um facto esperado (ou previsto) significa que há pré-construção. Assim se explica a expectativa, do co-enunciador ou de S₁, que

³⁴⁵ Outra paráfrase que estes enunciados nos sugerem seria *O Luís não foi nada à praia*. A dupla negação aqui construída (*não foi nada*) marca exactamente uma oposição entre o que será o facto previsto (*O Luís foi à praia*) e o facto constatado (*O Luís não foi à praia*), oposição esta subjacente ao valor de surpresa.

é defraudada por via de uma refutação forte, construída pelo enunciador-locutor: como um pré-construído, uma relação predicativa localizada no interior (I).

A caracterização que começámos por propor dos enunciados **7.27** a **7.32**, como refutações relativamente a uma asserção pré-construída (*O Luis foi à praia*), radica ainda no facto de a sequência inicial de ambos - com a forma interrogativa mas com um valor exclamativo negativo - incidir sobre um valor modal construído numa enunciação anterior – uma asserção positiva – e não sobre uma relação predicativa. Segundo Campos (1998a), estaremos, neste caso, perante uma “enunciação interrogativa [...] ‘eco’ (com entoação interrogativa-exclamativa) da enunciação anterior sendo retomadas, nesse eco, as próprias formas linguísticas [...]” (*idem, ibidem*: 94).

De qualquer maneira, se, na construção dos factos inferidos, a abdução reconstrói uma hipótese provável a partir de conhecimentos gerais, na construção dos factos de surpresa, a abdução reconstrói uma hipótese necessária à explicação dos factos constatados, mas em contradição com os factos previstos, no caso dos enunciados **7.27** e **7.28**, respectivamente, pelo co-enunciador (**7.27**) e pelo S₁ (**7.28**) (ver Guenchéva, 1994: 21).

Pode igualmente dar-se a construção já não de um valor polémico mas sim de um valor de contraposição num enunciado complexo cujo sujeito do enunciado-locutor seja construído como abstractamente disjunto do sujeito enunciador, isto é, na primeira pessoa, desde que o verbo da imbricante ocorra no pretérito imperfeito.

7.33 Eu pensava que o Luís tinha ido à praia

Na origem do valor temporal e, em virtude da relação de imbricação em causa, simultaneamente modal, que caracteriza o pretérito imperfeito do verbo da imbricante (*pensava*) deste enunciado, está uma operação de translação³⁴⁶.

³⁴⁶

Sobre a operação de translação, ver Culioli (1993).

Marcada pela “[...] construção de um localizador (ou sistemas de localizadores) a partir de um outro localizador: o localizador origem” (Sousa; Araújo, 2000: 563), a operação de translação consiste na transposição do sistema de coordenadas enunciativas³⁴⁷. Da construção de um localizador translato resulta uma dissociação entre o enunciador e o locutor, daí que ao enunciado **7.33** se possa acrescentar uma adversativa do tipo *mas enganei-me*, que explicita, precisamente, um valor de contraposição:

7.33a Eu pensava que o Luís tinha ido à praia, mas enganei-me

Neste como em todos os enunciados propostos para ilustrar os diferentes valores polémicos, *pensar*, enquanto verbo da relação imbricante é – como dizíamos atrás – substituível por *julgar* e por *achar*. Podemos, aliás, constatar que, no *corpus* de análise de que dispomos para este trabalho, são estes três verbos aqueles que, de entre os verbos em estudo, mais frequentemente são empregues quer em contexto polémico, quer no caso de construção de uma contraposição.

Este facto corrobora a hipótese já atrás avançada (ver § 6.1) de que os verbos *acreditar* e *crer* marcam um valor mais forte de assunção da validação / não-validação da relação predicativa imbricada, isto é, um valor mais próximo do pólo positivo da escala de valores assertivos. Consequentemente, deixam pouco “espaço” para a construção de uma alteridade “contestatária”, sendo, portanto, mais dificilmente empregues em contexto polémico. Por outro lado, por marcarem um valor de assunção parcial da validação / não-validação da relação predicativa imbricada num grau mais distante do pólo positivo da escala de valores assertivos, *pensar*, *achar* e *julgar* são facilmente compatíveis com a construção de uma alteridade forte entre duas fontes modais.

³⁴⁷ Quando o pretérito imperfeito apresenta um valor modal, não coexistente com um valor temporal, “[...] a translação do localizador tem origem numa operação de mira com carácter modal”, tendendo, neste caso, em português europeu, a desempenhar a função atribuída ao condicional (ver T. Oliveira, no prelo). Sobre os diferentes valores do imperfeito, ver, para o português, Sousa (2000) e, para o francês, Lebaud (1993), entre outros. Sobre o valor modal do imperfeito em particular, ver Sousa; Araújo (2000).

Sintetizando: quando numa relação de imbricação são conjugados na segunda pessoa, os verbos conceptuais marcadores de validação subjectiva (ou assertivos fracos) marcam a construção de enunciados que, desde que com contornos prosódicos marcadores de intersubjectividade, definem um contexto polémico. Na terceira pessoa, quando as características prosódicas marquem um valor de intersubjectividade, os verbos conceptuais em análise podem concorrer igualmente para a definição de um contexto polémico³⁴⁸.

Com um valor de diferenciação ou com um valor de ruptura, da dissociação referencial entre o enunciador e o locutor pode resultar a introdução de uma discordância, ou de uma alteridade forte, que fundamenta a construção de um valor polémico. Mas também da construção de um localizador translato resulta uma dissociação abstracta entre o enunciador e o locutor necessariamente na origem da construção de um valor de contraposição.

Refira-se ainda em jeito de síntese que, participando das características de construção de factos de surpresa, a remodelização em causa nos enunciados caracterizados por uma tensão polémica tem subjacente uma forma mediativa que codifica a inferência, capaz, exactamente, de exprimir o valor de surpresa.

Vejamos, como contraposição ao atrás descrito a propósito do enunciado **7.27**, que valores se constroem em **7.34**, em cuja relação imbricante ocorre o verbo assertivo forte *saber*, marcador, por conseguinte, de um valor modal do domínio do certo, isto é, da validação total da relação predicativa imbricada (ver § 6.1):

7.27 O Luís foi à praia? Isso é o que tu pensas!

7.34 ?Tu sabes que o Luís não foi à praia

³⁴⁸ A forma imprecisa como, repetidamente, nos referimos às marcas prosódicas, fundamentais na construção dos valores de determinação modal dos enunciados, deve-se à impossibilidade de os tratar em termos formais. À semelhança do que fizemos atrás, não podemos, pois, deixar de reafirmar a consciência de uma lacuna fundamental na descrição de certos valores construídos, nomeadamente daqueles que definem um contexto polémico.

Tal como **7.24**

7.24 ?Tu pensas que o Luís foi à praia

só apresentando contornos prosódicos específicos, **7.34** pode ser bem formado enunciativamente. *Saber que p*, como os restantes predicados subjectivos, quando empregue na segunda ou terceira pessoas gramaticais, regista, pela introdução de uma disjunção entre S_2 e S_0 , valores modais outros que não a simples asserção. Conforme já anteriormente referimos (ver § 6.1), sem os contornos prosódicos marcadores de intersubjectividade, **7.34** deixa de ser bem formado enunciativamente, uma vez que o interlocutor, marcado pela segunda pessoa, apresenta um estatuto instável.

De forma semelhante ao verificado nos enunciados que têm como predicado um verbo assertivo fraco como *pensar* (enunciado **7.24**), os marcadores de entoação específicos que afectem o enunciado **7.34** permitem que este corresponda a uma refutação e defina um contexto polémico, pelo estabelecimento de um campo de forças intersubjectivo. Simplesmente, as operações subjacentes à tensão intersubjectiva manifestada neste enunciado diferem daquelas que estão subjacentes à discordância manifestada, também por S_0 , no enunciado **7.24**.

Enquanto refutação, o enunciado **7.34** ocorrerá na sequência da construção, por parte do co-enunciador (enquanto enunciador), da assunção total da não validação ou assunção parcial da validação da relação predicativa <o Luís ir à praia>, seja, respectivamente, pela construção de uma asserção estrita (*O Luís não foi à praia*) ou pela construção de uma asserção fraca (*Penso / acho / julgo que o Luís foi à praia*). O enunciador (S_0) de **7.34** refuta, pois, a relação predicativa complexa na sua totalidade, a relação de imbricação. Refuta o facto de o seu co-enunciador (enunciador da enunciação precedente) validar a relação predicativa <o Luís ir à praia>; não refuta a validação, propriamente dita dessa relação predicativa.

A construção de uma outra fonte enunciativa referencialmente distinta de S_0 (tendo, neste caso a localização entre S_1 e S_0 um valor de diferenciação) tem como consequência, não a não-validação, por parte do enunciador origem, da relação predicativa <o Luís ir à praia> (como em **7.24**), mas a validação, por parte deste enunciador, da relação predicativa complexa <tu sabes <o Luís não ir à praia>>.

Esta incidência do valor polémico sobre a relação de imbricação, isto é, sobre a relação predicativa complexa na sua totalidade, articula-se directamente com o tipo de complemento construído pelo verbo assertivo forte *saber*.

Saber introduz apenas uma determinação qualitativa (Qlt), cuja fonte é o sujeito de *saber* ($S_1 = S_2$) (ver § 9.3). Por outras palavras, o sujeito de *saber* é constituído como fonte de determinação qualitativa (Qlt) do complemento. A localização situacional do complemento de *saber* (determinação Qnt) é, assim, independente do sujeito, pelo que o complemento de *saber* apresenta um funcionamento predicativo (ver Franckel; Lebaud, 1990: 89ss).

Assim, por exemplo, no caso do enunciado **7.34**, a existência, para o sujeito ($S_1 = S_2$), do estado de coisas subjacente à relação predicativa <o Luís ir à praia> tem uma estabilização (determinação Qnt) independente da sua construção como complemento de *saber*. Neste enunciado, pelo emprego de *saber*, o enunciador apresenta o sujeito do enunciado (*tu sabes*) como fonte de identificação da determinação qualitativa do termo complemento. Consequentemente, o enunciado **7.34** revela que, na estrutura do domínio de conhecimentos do sujeito ($S_1 = S_2$), a relação imbricada tem o estatuto epistémico que lhe é conferido por via da sua identificação por esse sujeito.

Em Franckel; Lebaud (*ibidem*: 90), propõe-se a descrição desta operação de identificação como uma “bouclage” entre as determinações quantitativa (Qnt) e qualitativa (Qlt), fundadas, portanto, uma na outra. Genericamente, a partir do momento em que o sujeito sabe, também sabe que sabe³⁴⁹.

³⁴⁹ Esta observação não será extensiva à ocorrência de *saber*, por exemplo, em *saber grego e hebraico* (ver § 9.3) ou *saber falar* (ver § 10.2), de cujo sujeito não se pode dizer que “a partir do momento que sabe, também sabe que sabe”, uma vez que a estas sequências corresponde a expressão de uma capacidade. *Saber falar* não é o mesmo que *saber que se sabe falar*.

Em particular, no caso do enunciado **7.34**, é em virtude de se dar esta “bouclage” entre as determinações quantitativa (Qnt) e qualitativa (Qlt), que a refutação construída pelo enunciador (S_0) incide sobre a relação predicativa complexa na sua totalidade, e não apenas sobre a relação imbricada. Não se constrói, pois, uma simples discordância quanto à validação de uma relação predicativa; constrói-se uma refutação que se traduz, por conseguinte, na glosa *tu sabes que sabes que o Luís não foi à praia*.

No caso do enunciado **7.24**, que aqui retomamos, a ordem de considerações será distinta:

7.24 (Tu) pensas que o Luís foi à praia

Como dizíamos a propósito da possibilidade de este enunciado definir um contexto polémico, a refutação, total ou parcial, construída pelo enunciador (S_0), incide sobre a validação da relação predicativa imbricada <o Luís ir à praia>, e não sobre a relação predicativa complexa na sua totalidade. Este facto relaciona-se com o tipo de funcionamento do complemento do verbo assertivo fraco *pensar*,

Refiramos, a este propósito, a reflexão proposta em Milner (1989) em que, independentemente de uma análise linguística do comportamento sintáctico-semântico do verbo conceptual *saber*, se coloca a questão do que significa “saber uma língua”:

“A vrai dire, la science du langage rencontre ici une difficulté qui lui est essentielle. Qu'est-ce que savoir une langue? Et s'agit-il entièrement d'un savoir?

On constate qu'un sujet qui sait parler français est capable de proférer des phrases qu'il n'a jamais entendues et de comprendre des phrases qu'il entend pour la première fois. Cette capacité, dit-on, est due à un savoir et ce savoir repose sur une théorie sousjacente. Pourtant, disant cela, qu'a-t-on fait sinon de constater une capacité et de la baptiser savoir, dans un premier temps, et théorie, dans un second temps? Or, en disant *savoir*, qu'a-t-on fait, sinon forcer encore les termes, car qu'est-ce qu'un savoir dont le support peut ne pas savoir qu'il le détient?

Savoir, ici en effet, ce n'est pas savoir qu'on sait. Mais peut-on dire alors, sans métaphore, que ce soit savoir?” (*idem, ibidem*: 257)

extensivo aos outros verbos assertivos fracos *achar*, *julgar* e também *crer*, *acreditar* e *duvidar*.

Pensar, contrariamente ao que se dá com *saber*, marca a construção da determinação quantitativa (Qnt) do complemento. Por conseguinte, o complemento de *pensar* não apresenta um funcionamento predicativo. Isto é, *pensar* não introduz qualquer determinação qualitativa (Qlt) sobre o seu complemento.

Consequentemente, no caso de construção de um valor polémico, como o que podemos reconhecer definir o enunciado **7.24**, este só pode corresponder a uma discordância a propósito da validação da relação predicativa imbricada. O enunciador refuta a validação da relação predicativa <o Luís ir à praia>, não o facto de o seu co-enunciador (enunciador da enunciação precedente) a validar, já que a existência de uma relação de localização entre o sujeito ($S_1 = S_2$) – termo localizador – e o complemento de *pensar* – termo localizado -, é pré-construída pelo enunciador e, portanto, irrefutável.

Correspondendo ao produto de um cálculo e não a uma etiquetagem de simples propriedades distribucionais ou sintácticas, o tipo de funcionamento, predicativo ou não predicativo, do complemento, afigura-se-nos, por conseguinte, relacionável com a incidência do valor polémico construído quando os verbos conceptuais se conjugam na segunda pessoa, em enunciados do tipo *V (2ª pessoa gramatical) que p*.

Concluindo este sub-capítulo, e ainda tendo presente a reflexão proposta nos sub-capítulos anteriores (ver §§ 6.1 a 7.1), o facto de, enquanto marcadores da construção de um juízo epistémico, os verbos conceptuais, quando no contexto de uma relação de imbricação, apresentarem a possibilidade de manifestar diferentes valores da categoria mediativo permite - a par de outros processos, que podem ser também sintáctico-semânticos, ou lexicais - exemplificar a aptidão do português (como, aliás, se passa com as restantes línguas que não possuem um sistema gramatical dos valores de mediativo) para exprimir valores de mediativo. Por

consequente, a constatação deste facto contribuirá para delimitar o espaço semântico que o mediativo ocupa no português europeu contemporâneo³⁵⁰.

³⁵⁰ Além dos verbos conceptuais ou de pensamento, os processos mediante os quais se podem manifestar valores de mediativo são de natureza prosódica e, sobretudo, de natureza lexical e gramatical. Inscrevem-se como exemplos destes últimos meios o uso dos verbos modais *poder* e *dever* (ver Campos, 2001a, 2003); o uso de advérbios, processo lexical que permite construir valores de modalidade aparentados com os valores marcados pelas formas aqui em estudo (ver §§ 3.3.2 e 10); o emprego de uma locução conjuntiva causal como *já que*; as formas definidas de determinação nominal; o modo conjuntivo (ver, em particular, §§ 11.2 e 12.1); o recurso a certos tempos verbais como, por exemplo, o imperfeito (ver Hassler, 2003), as conjugações verbais em -r-: condicional, futuro simples, futuro composto (ver T. Oliveira, 2002a). Estes processos ilustram a existência de relações complexas entre o mediativo e outras categorias gramaticais como a determinação nominal, o tempo, o aspecto e, como já referimos (ver § 6), a pessoa.

Todos relativos ao português, estes processos podem coincidir, de acordo com o ponto de vista que adoptamos, com os processos, por exemplo, do castelhano ou do francês, línguas em que a literatura respeitante à expressão do mediativo fora de um sistema gramatical preciso é mais abundante (ver, por exemplo, Reyes, 1993, 1994, Hassler, 2003 e Guentchéva, 1994, 1995; Guentchéva (ed.), 1996; Guentchéva *et alii*, 1994).

Ainda relativamente aos processos que permitem exprimir valores de mediativo em francês, ressalve-se a forma clara como, em Guentchéva (1994) - contrariamente ao que se reconhece em Campos relativamente a este fenómeno linguístico em português -, se excluem os verbos modais (*devoir* e *pouvoir*, assim como *croire*), processos lexicais (por exemplo, advérbios frásicos como *manifestement*, *apparemment*, *visiblement*, *certainement*, etc.) e construções impessoais (como *il semble que*, *il paraît que*), justificando-se tal posição teórica pelo facto de, em línguas em que a gramaticalização da noção de mediativo resultou na construção de uma categoria gramatical, estes processos coexistirem, sem se confundir, com esta categoria (ver Guentchéva, 1994: 22).

8. Verbos conceptuais e construção transitiva-predicativa³⁵¹

A par com uma estrutura de complementação de natureza completiva com o complementador *que* e sem consequências quanto ao valor de modalidade epistémica construído, alguns destes verbos podem apresentar o *que*, segundo alguns autores³⁵², é um objecto directo acrescido de um elemento ou termo predicativo. Vejamos os enunciados **8.1** a **8.7**, que ilustram esta possibilidade:

8.1a Acha o amor um assunto escabroso? (Ref: L0379P0398X)

8.2a Eu julgava-os amigos (Ref: L0494P0141X)

8.3a Ninguém o acreditaria inocente (Ref: L0016P0378X)

8.4a Pensava-a capaz de resolver o problema

8.5a Imaginava coisas, supunha-a assassinada (Ref: L0501P0031X)

8.6a O Pedro crê o fim do mundo próximo

8.7a Sabia-a manchada de um grande pecado (Ref: L0003P0395X)³⁵³

³⁵¹ Este sub-capítulo beneficiou da leitura atenta da Susana Pereira, a quem renovadamente agradecemos as observações e sugestões feitas.

³⁵² Por exemplo, em Riegel (1981) – retomá-lo-emos adiante -, fala-se sempre de “construção com atributo de objecto”: quer quando o, por si denominado, “verbo atributo de objecto” é “ocasionalmente atributivo” (“verbes occasionnellement attributifs”), quer quando é “essencialmente atributivo” (“verbes essentiellement attributifs”) (como verificaremos ser o caso da maioria dos casos aqui estudados). Apesar dessa denominação comum, note-se, porém, que este autor salienta, na descrição destes últimos, o carácter proposicional do seu complemento.

³⁵³ *Duvidar* e *ignorar*, verbos conceptuais de orientação negativa - isto é, que, na forma assertiva positiva marcam que a avaliação da validade da relação predicativa corresponde a um valor do domínio modal do não-certo (ver § 5.3.1) -, estão excluídos desta possibilidade de apresentar como complemento, a par de uma completiva (com o complementador *que* ou *se*), uma construção transitiva-predicativa:

(i) Duvido que o Luís e o Rui sejam amigos

(i') *Duvido-os amigos

De acordo com uma descrição proposta em Mateus *et aliae* (2003: 279) a propósito de construções sintácticas da natureza das acima propostas, em cada um destes enunciados existirão dois domínios de predicação. Antes de mais, existirá uma predicação primária, cujo predicador é um verbo classificado como “transitivo-predicativo” (nas formas *acha*, *julgava*, *acreditaria*, *pensava*, *supunha*, *crê*, *sabia*). Por sua vez, este predicador seleccionará como objecto um domínio de predicação ([*o amor*] *um assunto escabroso*, [-*os*] *amigos*, [*o*] *inocente*, [-*a*] *capaz de resolver o problema*, [-*a*] *assassinada*, [*o fim do mundo*] *próximo*, [-*a*] *manchada de um grande pecado*), predicação esta cujo predicador, sintacticamente secundário, pode corresponder, seja a um grupo nominal (*um assunto escabroso*), seja a um grupo adjectival (*amigos*, *inocente*, *capaz de resolver o problema*, *assassinada*, *próximo*, *manchada de um grande pecado*), e cujo sujeito corresponde – acrescentemo-lo - a expressões nominais ou pronominais (*o amor*, *-os*, *o*, *-a*, *o fim do mundo*)³⁵⁴.

(ii) Duvido que o Luís esteja inocente

(ii') **Duvido-o inocente*

(iii) Ignoro se ela é capaz de resolver o problema

(iii') **Ignoro-a capaz de resolver o problema*

³⁵⁴ No seio desta predicação, o predicador (termo predicativo) sucede normalmente o sujeito. Mas a ordem sujeito-predicador pode inverter-se. Apesar de algumas restrições que se prenderão, entre outros aspectos, com a maior extensão do termo predicativo, os enunciados em baixo permitem atestar que este pode, em certas circunstâncias, preceder o sujeito:

Acha um assunto escabroso o amor?

Eu julgava amigos o Luís e o Rui

Ninguém acreditaria inocente o João

?Pensava capaz de resolver o problema a Ana

Imaginava coisas, supunha assassinada a vizinha

O Pedro crê próximo o fim do mundo

?Sabia manchada de um grande pecado a irmã

Como se reitera ainda em Mateus *et aliae* (*ibidem*), a relação gramatical dos “predicadores (sintáticos) secundários” em frases transitivas-predicativas, como as aqui exemplificadas, é a de predicativo do objecto directo³⁵⁵.

Assim, certos verbos conceptuais, como *achar, julgar, acreditar, pensar, supor, crer, saber*, apresentam, a par da construção de um estrutura completiva, a possibilidade de construção do que em Quirk *et alii* (1985: §§ 16.43-45) e também em H. Campos ([1999] ³2000: § 24.2.3), se designa como “complementação transitiva complexa”, isto é, a possibilidade de construção de um “complemento transitivo seleccionado”³⁵⁶.

³⁵⁵ Este tipo de relação gramatical – predicativo do objecto directo – não caracteriza só os termos predicativos seleccionados por um verbo pertencente à subclasse sintáctica dos verbos transitivo-predicativos. Propõe-se, ainda em Mateus *et aliae* (2003: 290), que a relação gramatical de predicativo do objecto directo caracteriza também os termos predicativos quando se trata de construções descritivas e de construções resultativas, como exemplificado, respectivamente, em *A Ana mastigou a carne crua* e *A Ana mastigou a carne em pedacinhos* (exemplos traduzidos e adaptados de Demonte, 1991: 136).

Sobre a distinção – adiante retomada - entre construções com predicados descritivos e construções com predicados resultativos ver, além de Demonte (1991), Marrafa (1993), que, reconhecendo a relevância das propriedades sintáctico-semânticas do predicado principal, recupera as designações alternativas, propostas em Tenny (1987), de “verbos de transformação do objecto” e “verbos de criação do objecto” (Marrafa, 1993: 231), e Pereira (1997).

³⁵⁶ Além dos verbos conceptuais ou de pensamento, que aqui mais nos interessam, certos verbos pertencentes a outras classes admitem, igualmente embora não obrigatoriamente, uma “complementação transitiva complexa”. É o caso de alguns verbos designativos (ver Demonte, 1991) (i), performativos (ver Quirk *et alii*, 1985: § 16.44) (ii), de desejo (ver H. Campos [1999] ³2000: § 24.2.3 e Demonte; Masullo [1999] ³2000: § 38.2.2.1) (iii) e de resultado ou causativos (ver H. Campos, *ibidem* e Demonte; Masullo, *ibidem*) (iv):

(i) Elegeram o Rui director do departamento (ou *elegeram director do departamento o Rui*)

(ii) Os revoltosos proclamaram o país independente (ou *os revoltosos proclamaram independente o país*)

(iii) O João prefere as mulheres morenas (ou *o João prefere morenas as mulheres*)

(iv) O ruído das obras pôs a Ana louca (ou *o ruído das obras pôs louca a Ana*)

(alguns destes exemplos são adaptados, ora de Quirk *et alii*, 1985, ora de H. Campos, *ibidem* e Demonte; Masullo, *ibidem*)

Porém, contrariamente a outras construções em que se está perante um objecto directo que é acrescido de um elemento predicativo opcional - porque não indispensável à boa formação gramatical (por exemplo, em *a Ana viu o João (embriagado)*)³⁵⁷ – nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, cada um dos termos predicativos (*um assunto escabroso, amigos, inocente, capaz de resolver o problema, assassinada, próximo, manchada de um grande pecado*) é seleccionado pelos verbos conceptuais em causa, sendo, por conseguinte, indispensável. Mais propriamente, no caso em que o termo predicativo é obrigatório, o verbo selecciona uma relação prediativa (grupo nominal + termo predicativo), formando com esta uma unidade sintáctico-semântica, em que se funda a sua natureza como predicado complexo³⁵⁸.

³⁵⁷ Estas construções são abrangidas quer pela designação “construção prediativa complexa”, proposta como generalizável em Mateus *et aliae* (2003), quer pela designação “complementação transitiva complexa”, proposta em Quirk *et alii* (1985: §§ 16.43-45) e também em H. Campos ([1999] ³2000: § 24.2.3), ambas acima referidas.

³⁵⁸ Atestando o facto de os verbos presentes nos enunciados **8.1a** a **8.7a** seleccionarem uma relação prediativa, refira-se que não é com o mesmo grau de aceitabilidade que se podem formular interrogações sobre os termos predicativos aí presentes (obrigatórios, portanto) (i) e termos predicativos opcionais (ii):

- (i) ?- Como acha o amor? - Um assunto escabroso
- ?- Como os julgavas? - Amigos
- ?- Como o acreditas? - Inocente
- ?- Como a pensavas? - Capaz de resolver o problema
- ?- Como a supunhas? - Assassinada
- ?- Como crê o Pedro o fim do mundo? - Próximo
- ?- Como a sabia ele? - Manchada de um grande pecado
- (ii) - Como viu a Ana o João? - Embriagado
- Como preferes o bife? – Bem passado

8.1 Natureza intensional e delimitação qualitativa do complemento transitivo-predicativo

A concepção segundo a qual um enunciado que apresenta uma construção transitiva-predicativa, como qualquer um dos propostos (8.1a a 8.7a), corresponde a um enunciado complexo revela-se perfeitamente compatível com a ideia de que, sendo de natureza proposicional, o objecto dos verbos em estudo é um objecto puramente intensional. É, aliás, na sequência das possibilidades sintácticas que os verbos conceptuais apresentam que se poderá tecer tal consideração a propósito da natureza do seu objecto³⁵⁹.

É com base na psicologia de Brentano que, em Meinong ([1960] 1972), se propõe que um dos traços característicos dos fenómenos mentais é a “intencionalidade”, isto é, o facto de os fenómenos mentais serem dirigidos para um objecto. Inspirado nesta correspondência entre actos mentais e actos intencionais, este autor propõe uma teoria dos objectos que, entre outros, em Linsky ([1967] 1974), se comenta e amplia. As ideias, juízos e suposições correspondem a “objectos ideais”, objectos que, afirma-se em Linsky (*idem, ibidem*), subsistem (“bestehen”) mas não existem (“existieren”). É com base na concepção de “objectos ideais” que este autor propõe uma distinção importante entre “objecto”, no sentido estrito, e “objectivo” (“objektive”) (ver *idem, ibidem*: 34ss). Defende-se que, apesar de qualquer acto mental se dirigir para um objecto (e da sua consequente intencionalidade), os objectos dos actos cognitivos pertencem a um tipo de objecto particular, designado “objectivo”.

Quando Linsky exemplifica aquilo que, por oposição a objecto, é um objectivo, fica clara a correspondência entre este último conceito e o de proposição: diz-se

³⁵⁹ Em Vendler (1967 e 1970), propõe-se precisamente que, por oposição a objectos e eventos, o objecto puramente intensional que estes verbos constroem corresponde a uma proposição.

De acordo com a recuperação que, em Lyons ([1977] ²1978), se propõe da distinção lógica entre entidades de primeira, de segunda e de terceira ordem, o complemento proposicional corresponde, enquanto objecto, a uma entidade de terceira ordem (ver *idem, ibidem*: 160), à qual se podem apenas atribuir juízos de verdade, isto é, da qual se pode apenas dizer que é verdadeira ou que é falsa.

que *un chat* ou *le chat* corresponde a um objecto no sentido estrito e que *le chat est sur le paillason* - isto é, o *être-sur-le-paillason-du-chat* - é objecto de um acto mental e, portanto, um objectivo. Acrescenta-se, ainda, que se de *un chat* ou de *le chat* se pode dizer existirem, do objectivo *être-sur-le-paillason-du-chat* não se pode dizer que existe senão que subsiste (*idem, ibidem*: 34)³⁶⁰.

A natureza intensional do objecto de um acto cognitivo - “objectivo”, segundo Linsky ([1967] 1974) - presta-se, pois, a uma aproximação ao valor preponderantemente qualitativo que se constrói das ocorrências das noções /achar/, /pensar/, /supor/, /acreditar/, /julgar/, /crer/ e /saber/. De facto – veremos adiante -, sem que se dê verdadeiramente a construção de uma ocorrência das noções em causa, está-se perante uma delimitação qualitativa, determinada pela predicação sobre um suporte, o parâmetro subjectivo da situação de enunciação. Por outras palavras e como procuraremos demonstrar neste capítulo, a única delimitação do objecto proposicional é determinada pelo sujeito enunciador, localizador dos valores modais construídos.

Por conseguinte e de forma mais evidente, além de não se confundir com um objecto directo acrescido de um elemento predicativo, um termo predicativo, conforme ocorre nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, não se confunde com o caso de construção de um modificador do nome³⁶¹.

³⁶⁰ Ao afirmar-se que qualquer acto cognitivo tem, por objecto, um objectivo, algo que necessariamente “não existe”, postula-se um princípio importante para o desenvolvimento do estudo da referência: o princípio de que as características do objecto linguisticamente construído são independentes da sua existência ontológica. Esta é, aliás, uma das teses fundamentais da doutrina de Meinong ([1960] 1972) sobre o “*Aussersein* do objecto puro”: o princípio de independência do “ser-assim” (“*Sosein*”) em relação ao “ser” (“*Sein*”).

Com esta reflexão de Meinong e, seguidamente, de Linsky, ter-se-á pretendido resolver um dos principais problemas da referencialidade do objecto dos verbos conceptuais. Mas, espoletado pelo que possa ser específico do objecto dos verbos conceptuais, dá-se, simultaneamente, um passo importante na reflexão sobre o problema da referência em geral, problema esse a que Culioli responde com o conceito de valor referencial, em completa ruptura com qualquer critério ontológico.

³⁶¹ Sob o ponto de vista sintáctico, podemos verificar e comprovar a exterioridade sintagmática do termo predicativo em relação ao grupo nominal objecto directo através da aplicação de alguns testes empíricos clássicos, respectivamente, os teste de focalização e de tematização, (ora do termo predicativo, ora do grupo nominal objecto directo), o teste de pronominalização (do grupo nominal objecto directo) e o teste de passivação (ver, por

Recuperável, para maior fundamentação ao longo deste sub-capítulo e sempre com a finalidade de identificar a especificidade do objecto dos verbos conceptuais, esta dupla demarcação da natureza sintáctico-semântica dos termos predicativos seleccionados pelos verbos em análise - relativamente, por um lado, a outras construções em que se está perante um objecto directo acrescido de um elemento predicativo opcional e, por outro, em relação ao caso em que haja a construção de um modificador do nome – é susceptível de traduzir, por outras palavras, a descrição, proposta em J. Fonseca (1993), da relação entre os verbos também por si designados “transitivos predicativos” e o termo predicativo:

“Sendo consignificado por V como complementador específico em resposta a uma insuficiência semântica de índole diversa da que suscita o complemento directo, o TP [termo predicativo] mantém em face deste complemento uma autonomia semântico-funcional e também sintagmática. Quer dizer: o TP, embora estreitamente ligado [...] ao seu suporte nominal complemento directo, é exterior ao SN em que este se molda, e, logo, ao papel semântico-funcional que este assume no EN [enunciado]. Noutros termos: o TP é um complementador de V do mesmo nível de estruturação do complemento directo, não uma adjectivação que expande o SN em que se actualiza o complemento directo” (*idem, ibidem*: 59).

Passemos, pois, à exposição do raciocínio que, apoiado nas propostas de diferentes autores, nos conduz a uma tentativa de definição da especificidade do objecto dos verbos conceptuais, quando coocorrem com uma construção transitiva-predicativa.

Conforme se conclui em Pereira (1997), uma condição para que haja uma construção transitiva-predicativa é, genericamente (isto é, com o termo predicativo seleccionado ou não pelo verbo), a preponderância, já atrás referida, de uma

exemplo, J. Fonseca, 1993: 61-62). As possibilidades de isolamento, ou de deslocação, que o termo predicativo evidencia contrastam com o comportamento sintáctico de um termo modificador do nome.

determinação qualitativa, isto é, uma estabilidade existencial, marcada, por excelência, pela definitude mas também por outros valores³⁶².

No caso das construções transitivas-predicativas que nos propomos descrever, constatamos a exigência de uma determinação preponderantemente qualitativa nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, aqui retomados. Em **8.1a** e **8.6a**, a determinação preponderantemente qualitativa é marcada pelo emprego do artigo definido, e nos enunciados **8.2a**, **8.3a**, **8.4a**, **8.5a** e **8.7a**, pela pronominalização acusativa:

8.1a Acha o amor um assunto escabroso? (Ref:L0379P0398X)

8.2a Eu julgava-os amigos (Ref: L0494P0141X)

8.3a Ninguém o acreditaria inocente (Ref: L0016P0378X)

8.4a Pensava-a capaz de resolver o problema

8.5a Imaginava coisas, supunha-a assassinada (Ref: L0501P0031X)

8.6a O Pedro crê o fim do mundo próximo

8.7a Sabia-a manchada de um grande pecado (Ref: L0003P0395X)³⁶³

³⁶² Na sequência de, em Marrafa (1993), se expor a complexidade inerente à questão do *efeito de indefinitude* (aí - comenta-se em Pereira (1997) – “[...] se amplia o leque de factores responsáveis pelas restrições impostas ao SN ‘sujeito’ de uma predicação secundária” (*idem, ibidem*: 79), em Pereira (*ibidem*), perspectiva-se esta questão como um problema de construção de referência. Propõe-se, mais concretamente, um estudo do fenómeno assim designado com base numa “[...] descrição formal e rigorosa da construção da referência e das suas implicações no contexto da construção da significação em geral” (*idem, ibidem*: 142).

Em virtude de, como veremos, o valor de determinação nominal qualitativa não ser marcado exclusivamente por uma determinação definida - isto é, porque a questão do efeito de indefinitude “[...] parece ultrapassar largamente os limites da exigência de um SN ‘definido’, por oposição a um SN ‘indefinido’” (*idem, ibidem*: 79) -, é, mais do que compreensível, absolutamente pertinente a proposta de revisão deste conceito apresentada por Pereira.

³⁶³ *Duvidar* e *ignorar*, verbos conceptuais de orientação negativa - isto é, que, na forma assertiva positiva marcam que a avaliação da validabilidade da relação prediativa corresponde a um valor do domínio modal do não-certo (ver § 5.3.1) -, estão excluídos

Ambas estas formas linguísticas são marcadoras da exterioridade, ou independência, do argumento C₀ da relação prediativa imbricada relativamente aos processos de que os verbos da imbricante são expressão³⁶⁴.

Considere-se, porém, o caso em que a preponderância qualitativa da determinação construída não é marcada pelo emprego do artigo definido. Nos exemplos que se seguem, o facto de os nomes argumentos C₀ das relações predicativas imbricadas ocorrerem com uma determinação indefinida não invalida que a exigência de um valor qualitativo preponderante seja satisfeita:

8.8 Acho uma flor sempre bonita

8.9 Acho um rapaz daqueles um génio

O valor de genericidade atribuível ao enunciado **8.8** – enunciado proposto em Marrafa (1983) e retomado em Pereira (*ibidem*: 28) - deve-se à construção, marcada pelo emprego do artigo indefinido, de uma ocorrência abstracta, representativa da classe das ocorrências abstractas da noção /flor/. É extraída uma ocorrência qualquer da noção, ocorrência esta que é localizada em relação a uma classe de situações, e que, não sendo qualitativamente distinguível - ou seja, sendo

desta possibilidade de apresentar como complemento, a par de uma completiva (com o complementador *que* ou *se*), uma construção transitiva-predicativa:

- (i) Duvido que o Luís e o Rui sejam amigos
- (i') *Duvido-os amigos
- (ii) Duvido que o Luís esteja inocente
- (ii') *Duvido-o inocente
- (iii) Ignoro se ela é capaz de resolver o problema
- (iii') *Ignoro-a capaz de resolver o problema

³⁶⁴ Veja-se como um objecto directo nominal não apresenta o mesmo tipo de restrições ao nível da sua determinação: *A Maria sugeriu assuntos escabrosos*, *A Maria sugeriu um assunto escabroso*. Sobre restrições de determinação nominal, ver Correia (2002).

qualitativamente indiferenciável -, funciona como uma “amostra”, tem uma função representativa do conjunto da classe de ocorrências e, como tal, da noção. Em virtude das categoria de aspecto (estativo) da relação predicativa imbricada (veremos adiante que resultante da subtração da cópula), o valor referencial construído no enunciado **8.8** é, por conseguinte, preponderantemente qualitativo – (Qnt) Qlt -, reenviando a expressão nominal *uma flor* para a noção³⁶⁵. Num enunciado com valor genérico como este, o artigo indefinido marca, portanto, uma operação de percurso rugoso de uma classe abstracta, preservando-se a singularidade das ocorrências dessa classe abstracta, sem que haja verdadeira individuação, uma vez que não há localização situacional³⁶⁶.

No enunciado **8.9**, o demonstrativo (*daqueles*) marca a construção de “uma partição do domínio da noção /rapaz/”, sendo, neste caso, “construída uma especificação qualitativa, baseada na diferenciação, que opõe *um rapaz daqueles* a outro tipo de rapazes” (Pereira, *ibidem*: 101).

Nestes como nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, a determinação qualitativa do argumento C₀ da relação predicativa imbricada é, portanto, garante da sua

³⁶⁵ O presente gramatical, designadamente, não favorece a individuação, não supõe uma fixação em relação a uma situação particular: “[...] la relation établie entre sujet et base verbale est construite comme valide non seulement en Sit₁=Sit₀, mais aussi en quelque situation que ce soi.” (Gilbert, 1993: 80). A cópula marca uma relação de identificação e é compatível com “la construction d’une propriété d’une classe de termes” (*idem, ibidem*: 83).

³⁶⁶ Num enunciado em que o valor genérico se associa ao artigo indefinido, está-se, segundo Culioli, perante um “percurso rugoso”: por intermédio de uma ocorrência qualquer cuja individuação se conserva, faz-se referência ao conjunto da classe de ocorrências, por consequência, individuáveis, ainda que niveladas como indiscerníveis. Trata-se, por conseguinte, de uma “‘extraction symbolique’ d’un élément, mais seulement en tant que représentant de la classe” (Bouscaren; Chuquet, 1987: 161). Desta operação de percurso decorre uma interpretação distributiva do valor genérico.

Distingue-se da operação de “percurso rugoso” a operação de “percurso liso”, exemplificada pelo seguinte enunciado: *Acho a flor a mais perfeita obra da natureza*. Neste caso, a classe de ocorrências associada ao grupo nominal *a flor* é localizada em relação ao centro organizador. Não havendo individuação de nenhuma das ocorrências, dá-se o nivelamento de todas as ocorrências e a sua identificação com a ocorrência tipo. Da correspondência deste nivelamento ao valor tipo, pela supressão de toda a espécie de individuação ou singularidade atribuível às ocorrências, resulta uma interpretação colectiva ou grupal do valor genérico.

estabilidade existencial. Isto é, enquanto operação mediante a qual se dá uma especificação, a determinação qualitativa do argumento C_0 da relação prediativa imbricada assegura a independência da sua existência relativamente à da relação que estabelece com o termo predicativo (ver Franckel; Paillard, 1992).

Nas palavras de Pereira (1997: 100), “a preponderância de uma determinação qualitativa (Qnt) Qlt permite a dissociação entre a situação de construção do termo nominal sobre o qual incide a predicação secundária, e a predicação de uma propriedade sobre esse termo [...]”. Atendendo a que “é permitida a ocorrência de um predicado secundário sempre que o valor referencial de C_1 denota uma qualificação, independentemente da forma como esse valor QLT é construído” – continua esta autora -, admite-se a hipótese de a estabilidade referencial de C_1 ser uma “propriedade exigida para a possibilidade de ocorrência de um predicado secundário” (*idem, ibidem*)³⁶⁷.

³⁶⁷ A exigência de preponderância de uma determinação qualitativa de C_1 - isto é, da sua estabilidade existencial - para que haja predicação secundária é um aspecto central do estudo proposto em Pereira (1997). Ao propor uma reflexão sobre a predicação secundária - fenómeno amplamente tratado no âmbito do modelo da Teoria da Regência e da Ligação (Chomsky, 1981) -, através da identificação de restrições ao nível da construção da referência nominal e ao nível da construção de valores aspectuais, esta autora diverge da abordagem que em Marrafa (1993) se faz deste problema. Chega-se mesmo a questionar a justeza da designação “predicação secundária” quando se constata que a especificação operada, em particular, por um predicado secundário não subcategorizado orientado para o objecto, constitui o conteúdo informacional que é validado pelo enunciador.

Na sequência da distinção entre descritivos e resultativos - proposta em S. Rothstein (1983 *The Syntactic Forms of Predication*, PhD. Dissertation, MIT, *apud* Marrafa, *ibidem*: 87) como correspondendo a “duas subclasses de predicados secundários”, objecto de estudo também em J. Simpson (1983 “Resultatives”, in L. Levin *et alii* (eds.) *Papers in Lexical-Functional Grammar*, Bloomington, IULC: 143-157, *apud* Pereira, *ibidem*: 39) -, atribui-se, em Marrafa (*ibidem*), a designação de “predicado secundário” (predicado não autónomo, “[...] sempre ‘parasita’ de uma predicação primária” (*idem, ibidem*: 96), apenas aos elementos predicativos com a propriedade comum de serem descritivos. Assim, em Marrafa (*ibidem*), assimila-se o conceito de predicado descritivo ao de predicado secundário. Os resultativos, contrariamente ao que se dá com os predicados descritivos, “[...] não determinam uma estrutura eventiva independente [...]. Não integrarão, assim, uma segunda predicação, ou, mais exactamente, uma predicação secundária” (*idem, ibidem*: 186), já que – afirma - “[...] um predicado secundário nunca exprime um estado [+FINAL]” (*idem, ibidem*: 184).

8.2 Restrições aspectuais ao nível do complemento transitivo-predicativo e valor modal construído

Consideremos, seguidamente e a título de exemplo, duas construções de complementação que o verbo *crer* admite. Para tal, recuperemos, a título de exemplo, os enunciados **8.6** e **8.6a**:

8.6 O Pedro crê que o fim do mundo está próximo

8.6a O Pedro crê o fim do mundo próximo

Como propusemos atrás, em **8.6a**, ambas as expressões – a expressão nominal *o fim do mundo* e a expressão predicativa adjectival *próximo* - formam, do ponto de vista sintáctico, uma unidade, um único constituinte que corresponde ao argumento interno (C_1) do verbo *crer*³⁶⁸. Por conseguinte, enquanto oração subcategorizada e visto tratar-se de uma oração sem determinação modal e temporal-aspectual nem cópula, este constituinte sintáctico é designado, no âmbito da gramática generativa, como “oração pequena” (“small clause”), de natureza

³⁶⁸ A expressão adjectival *próximo* não pode, neste contexto, corresponder a um modificador do grupo nominal *o fim do mundo*, pois, como atrás referimos, o verbo *crer* não subcategoriza um grupo nominal como objecto, mas sim uma proposição.

Além dos testes empíricos, já referidos em nota, que permitem comprovar esta estrutura (por exemplo, a passivação da construção, a extracção e deslocação do objecto directo), verifique-se, por exemplo, o facto de, entre o argumento C_0 da relação imbricada (*o fim do mundo*) e o predicador secundário ou termo predicativo, neste caso adjectival (*próximo*), ser possível inserir um adjectivo modificador do nome (*digital*) ou uma subordinada relativa (*que nos sustenta*), ambos naturalmente associados ao grupo nominal argumento C_0 da relação imbricada:

(i) O Pedro crê o fim do mundo digital próximo

(ii) O Pedro crê o fim do mundo que nos sustenta próximo

Tal inserção resultaria agramatical entre um nome e um adjectivo seu modificador, já que um segundo modificador do nome - um adjectivo ou uma relativa - não poderá preceder um adjectivo modificador do nome.

argumental³⁶⁹. Conforme acima dizíamos com base em Mateus *et aliae* (2003), poder-se-á considerar que, neste tipo de orações, o grupo nominal acusativo desempenha a função de sujeito – o argumento C₀ da relação predicativa imbricada - constituindo o grupo adjectival ou nominal o predicado, respectivamente, adjectival ou nominal – termo predicativo obrigatório³⁷⁰.

³⁶⁹ Proposto em Stowell (1981 *Origins of Phrase-Structure*, PhD. Dissertation, Cambridge, MIT), o conceito de *oração pequena* (“Small Clause”) aplica-se precisamente ao estudo das orações pequenas subcategorizadas. Também as propostas de análise subsidiárias deste conceito privilegiam o estudo das orações pequenas subcategorizadas, não tanto o estudo das suas correlativas, já acima referidas, as orações pequenas não subcategorizadas.

Tais propostas de análise têm lugar, de forma natural, no contexto das gramáticas de constituintes hierarquicamente dispostos, como são as gramáticas generativas, e situam-se, mais concretamente e conforme exposto em Pereira (1997: 23), no quadro da Teoria da Predicação (Williams 1980 “Predication” *Linguistic Inquiry* 11/1: 203-238, *apud* Pereira, *ibidem*; 1983 “Against Small Clauses” *Linguistic Inquiry* 14/2: 287-308, *apud* Pereira, *ibidem*) e no quadro da Teoria das Orações Pequenas (Chomsky, 1981; T. Stowell 1983 “Subjects Across Categories” *The Linguistic Review* 2/3: 285-312, *apud* Pereira, *ibidem*). Ver, em Marrafa (1993), a análise proposta dentro deste último quadro e também, em Pereira (*ibidem*: 24ss), as diferenças entre as perspectivas que caracterizam um e outro quadro teóricos.

De qualquer modo, sublinhe-se que, distintas das *orações pequenas argumentais* ou *subcategorizadas* (ou complemento transitivo seleccionado), existem igualmente as *orações pequenas adjuntas* ou *não subcategorizadas* (ou complementos transitivos não seleccionados). Veja-se alguns exemplos destas últimas, retirados de Pereira (1997: 22), que ilustram o caso em que o predicado secundário é orientado para o sujeito (i) como o caso em que este, podendo ser de natureza descritiva ou de natureza resultativa, é orientado para o objecto (ii):

(i) Os miúdos chegaram assustados

(ii) O João comeu a sopa fria

A Maria cortou o tomate fino

³⁷⁰ Uma vez que os sintagmas adjectivais são, por natureza, predicativos, é natural o facto de o predador secundário corresponder, seja a um grupo nominal (por exemplo, *uma inevitabilidade*, em *O Pedro crê o fim do mundo uma inevitabilidade*) seja a um grupo adjectival (*próximo*), caracterizando-se, por conseguinte, como um predicado nominal ou como um predicado adjectival.

Acrescente-se, porém, à possibilidade de o termo predicativo corresponder a um grupo nominal ou a um grupo adjectival, o caso em que este corresponde a um grupo preposicional, como, por exemplo, *de mau gosto*, em *Ficou perturbado com o gracejo, achou-o de mau gosto, mas acabou por se rir* (Ref: L0004P0286X) ou *em apuros*, em *Supunha o irmão em apuros*.

Genericamente, o princípio subjacente ao conceito de oração pequena, formulado em Chomsky (1981: 29), é o de que, quando um verbo selecciona um complemento proposicional (uma “projecção predicativa”) ao nível da Forma Lógica, deve seleccionar um complemento proposicional em todos os níveis de análise sintáctica³⁷¹. Isto é, “[...] a V-construction with a predicative expression of different syntactic categories optionally takes a NP-complement as well” (Hoekstra, 1988: 106). Por conseguinte, se em **8.6** o verbo *crer* selecciona um complemento proposicional, a sequência *o fim do mundo próximo*, em **8.6a**, constitui, igualmente, um complemento proposicional, neste caso, uma oração pequena.

Esta concepção teórica permite evocar reflexões teóricas anteriores, entre elas o comentário que Ruwet (1972: 189ss) faz, no quadro de uma Teoria Temática, à formulação segundo a qual certos verbos (*croire*, por exemplo) têm como objecto uma proposição, que se encontra nas construções de superfície (“constructions superficielles”) mesmo quando algumas registam transformações, nomeadamente a transformação que consiste na “formação de objecto” (“formation d’objet”).

Por um lado, de acordo com as propostas de diferentes autores³⁷², **8.6** e **8.6a** terão uma estrutura profunda igual – a saber: Pedro – crê – [NP [S o fim do mundo está próximo]]. Obter-se-á a estrutura **8.6a** a partir de **8.6**, através da regra de formação de objecto, em que se dá a conversão do sujeito da subordinada em

³⁷¹ Esta formulação que em Chomsky (1981) se propõe do conceito de oração pequena baseia-se, assim, no Princípio de Projecção, princípio este evocado também em Stowell (1981) (ver Marrafa, 1993: § 3.1).

³⁷² Entre esses autores encontram-se Postal, com a proposta de análise transformacional (1971), P. S. Rosenbaum (1967, *The Grammar of English Predicate Complement Constructions*, Cambridge, Mass., MIT Press, *apud* Ruwet, 1972: 190), G. Fauconnier (1971, *Theoretical Implications of some Global Phenomena in Syntax*, Ph.D. Dissertation, University of California at San Diego, *apud* Ruwet, *ibidem*) e Gross (1968).

objecto do verbo da matriz, e através da regra de apagamento do verbo copulativo³⁷³.

Por outro lado, em Ruwet (*ibidem*), considera-se o paralelismo entre **8.6** e **8.6a** enganador. Há, segundo este autor, diferentes maneiras de abordar a relação entre estas duas estruturas sem o recurso a uma regra mediante a qual se dê a conversão de um sujeito de uma subordinante num objecto. Particularmente, se o verbo designa um processo cognitivo (como é o caso de *croire*) e não um movimento ou deslocamento psicológico (como seria o caso de *paraître*)³⁷⁴, a regra de formação de objecto é submetida a uma série de restrições, facto este que compromete a sua validade³⁷⁵.

Assim referida em Ruwet (*ibidem*), a especificidade do tipo de construção em causa em **8.6a** (como em **8.1a** a **8.5a** e em **8.7a**) - isto é, quando o verbo principal é um verbo conceptual -, passando embora por uma descrição estrutural, resiste à sua exclusividade. Revela-se, por conseguinte, importante contemplar as

³⁷³ Há alguma afinidade entre esta proposta e a de J. Fonseca (1993), de acordo com o qual ambos os enunciados albergarão – **8.6a**, de forma reduzida ou condensada, **8.6**, explicitamente – o que este autor designa como “subestrutura *N+ser/estar+Predicado* [...] em que N (sujeito) e Predicado (predicativo do sujeito) correspondem aos elementos que, naqueles, realizam, respectivamente, o complemento objecto e o TP (termo predicativo)” (*idem, ibidem*: 37): neste caso, a subestrutura predicativa *O fim do mundo está próximo*.

Em J. Fonseca, propõe-se que enunciados com a configuração de objecto como os aqui estudados, isto é, construídos sobre verbos transitivos predicativos, “[...] resultam de ou envolvem um processo de *integração semântico-sintáctica* [...]” (*idem, ibidem*: 37). Ainda por palavras deste autor, “A estrutura desenhada em competência por verbos transitivos predicativos [...] representa uma solução condensada, de elevado grau de integração” (*idem, ibidem*). Por conseguinte, segundo este autor, o enunciado **8.6a**, sendo equivalente a **6.68**, representará “[...] uma solução de teor integrado” (*idem, ibidem*: 38) deste último.

³⁷⁴ É a Postal que se deve a definição desta característica como traço semântico, notado “PSYCH-MTV” ou “PSYCH-MOVEMENT” e aplicado a nomes e adjectivos que designam estados, processos ou atributos psicológicos (ver 1971: 39).

³⁷⁵ Invocando argumentos de natureza sintáctico-semântica, Ruwet (1972) pretende sugerir que a solução temática é mais adequada do que a solução transformacional, aspecto que não discutiremos nem sequer aprofundaremos por nos parecer menos relevante no contexto deste trabalho.

propriedades semânticas dos itens lexicais: por exemplo, as características aspectuais do predicado da relação prediativa imbricada (termo predicativo) e do verbo da imbricante, assim como os valores de determinação do argumento C₀ da relação prediativa imbricada.

Outro contributo relevante no sentido de especificar a natureza do objecto dos verbos conceptuais quando estes integram uma construção transitiva-predicativa parece-nos ser o de Riegel (1981, 1994), que, descrevendo a natureza da relação que o verbo instaura entre o sujeito e o objecto, reconhece a pertinência do “traço de modalidade” que caracteriza certos verbos, identificados como “verbos de representação mental” (“verbes de représentation mentale”) (ver *idem*, 1994: 183).

Tendo presente a distinção, proposta em Riegel (1981) – atrás referida -, entre o que se designa como “verbos essencialmente atributivos” (“verbes essentiellement attributifs”) e “verbos ocasionalmente atributivos” (“verbes occasionnellement attributifs”), de entre os verbos conceptuais em análise, alguns classificar-se-ão como essencialmente atributivos.

Segundo o critério proposto por este autor, quando, em alternativa a uma subordinada completiva introduzida por *que*, ocorrem com um adjectivo – designado “atributo do complemento objecto directo” (“attribut du c.o.d.”) -, não permitindo o seu apagamento (“l’effacement”): “A l’effacement de l’adjectif attribut correspond, au niveau sémantique, l’effacement de la prédication attributive [...] puisque la prédication attributive est un élément obligatoire de la configuration sémantique [...] sous-jacente à ce type de constructions” (*idem, ibidem*: 26).

Excluindo os restantes, apenas dos verbos *achar*, *julgar*, *pensar* e *saber* se dirá não serem “essencialmente atributivos”, uma vez que podem ocorrer, a par com uma construção atributiva, igualmente com um objecto nominal (não proposicional, isto é, sem o termo predicativo), o que acarreta, nos casos de *achar* e *julgar*, evidente mudança em termos do sentido construído³⁷⁶. Refira-se, porém,

³⁷⁶ O tipo de construções em que a ausência do termo predicativo actualiza um outro sentido explicar-se-á pelo facto de se passar a estar perante uma outra estrutura argumental (ou estrutura actancial) do mesmo significante lexical: se no caso da construção transitiva-predicativa, para além de um actante₁ e de um actante₂, o verbo selecciona um

que, em virtude da mudança de sentido que registam no seu emprego transitivo, os verbos *achar* e *julgar* não se enquadrarão, com precisão, na classe, proposta em Riegel (*ibidem*), dos “verbos ocasionalmente atributivos”. Os verbos conceptuais não apresentam “construções transitivas de alargamento atributivo” (“constructions transitives à élargissement attributif”), como será o caso do enunciado proposto *On n’a pas retrouvé la boîte noire intacte*, cujo verbo (*retrouver*), contrariamente a *achar* e a *julgar*, apresenta um sentido constante, no emprego transitivo com objecto nominal, como no emprego transitivo-predicativo (em que o atributo – *intacte* - é, portanto, um atributo “élargie”) (Riegel, 1994: 177ss, 187). O problema da possibilidade de uma dupla configuração do sentido de alguns dos verbos conceptuais será objecto de estudo mais adiante (ver § 9).

Tendo ainda presente a reflexão proposta em Riegel (1981), no caso de coocorrência destes verbos com o que designa como “construção atributiva”, a “função atributiva”³⁷⁷ de qualquer um dos termos predicativos (por exemplo, nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, *um assunto escabroso, amigos, inocente, capaz de resolver o problema, assassinada, próximo, manchada de um grande pecado*), recai sobre o argumento C₀ da relação predicativa imbricada, - segundo Riegel, o complemento de objecto directo. Por conseguinte, os verbos conceptuais serão, segundo este autor, “verbos de atributo do complemento de objecto directo”

termo predicativo, no caso da construção transitiva, o verbo selecciona apenas um actante₁ e um actante₂ (ver, por exemplo, J. Fonseca, 1993: 36, 57).

Retomaremos adiante este tipo de construções, dando conta, quer da especificidade do tipo de objecto nominal que cada um destes verbos admite, quer dos sentidos construídos (ver §§ 9 e 9.1).

³⁷⁷ Riegel (1981) reflecte sobre a “função atributiva” dos adjectivos (por oposição à sua função como modificador), excluindo a referência a grupos nominais com a mesma função atributiva. O termo “atributo” (“attribut”), na base desta reflexão, procede directamente da gramática (lógica) de Port-Royal (ver Arnauld; Lancelot, [1660] 1969), segundo a qual a unidade frásica corresponde à expressão de um juízo. De acordo com esta concepção, o atributo desempenha a função de predicado e é geralmente representado por um adjectivo: “[...] Le jugement que nous faisons des choses, comme quand je dis *la terre est ronde*, s’appelle proposition; et ainsi toute proposition enferme nécessairement deux termes; l’un appelé sujet, qui est ce dont on affirme, comme *terre*; et l’autre appelé attribut, qui est ce qu’on affirme, comme *ronde*” (*idem, ibidem*).

(“verbes à attribut du c.o.d.” (*idem, ibidem*: 23))³⁷⁸. Por outras palavras, os verbos conceptuais só permitem a construção de “orações pequenas orientadas para o objecto”³⁷⁹.

Em Riegel (1994), numa proposta de inventariação das classes de verbos de atributo de objecto que admitem - segundo o autor, sem diferença semântica considerável – a dupla construção (subordinada completiva ou a sequência pós-verbal correspondente, na sua óptica, a uma predicação secundária, para a qual propõe Riegel a notação [objecto + atributo de objecto]), refere-se o facto de o semantismo destes verbos ser adequado a um complemento proposicional e inclui-se, por conseguinte, uma referência especial aos “verbos de representação mental” (“verbes de représentation mentale”) (ver *idem, ibidem*: 183).

Considera-se, na linha das propostas de descrição sintáctica já referidas, que os atributos (adjectivais) provêm de “[...] la réduction d’une subordonnée complétive attributive dont le sujet est devenu l’objet du verbe principal” (*idem, ibidem*). Consequentemente, ambos os enunciados acima, **8.6** e **8.6a**, compreenderão a construção de uma relação predicativa, nos termos deste autor, entre o “atributo” (*próximo*), por um lado, e o “sujeito da completiva” (*o fim do mundo*), por outro. A haver uma diferença entre as duas estruturas de complementação será, segundo Riegel (*ibidem*), “d’ordre iconique”:

“[...] dans les constructions complétives, c’est la prédication attributive subordonnée qui se situe globalement dans le champ du

³⁷⁸ Ainda segundo Riegel (1981), conforme a função atributiva do adjectivo recaia sobre o grupo nominal sujeito (*Il devient vieux*) ou sobre o complemento de objecto directo (*Ses parents le croient malade*), assim se obtêm as estruturas SN₁ – V – Adj ou SN₁ – V – SN₂ – Adj e se identificam, respectivamente, os “verbos de atributo do sujeito” (“verbes à attribut du sujet”) e os “verbos de atributo do complemento de objecto directo” (“verbes à attribut du c.o.d.”), podendo, uns como outros, ser verbos essencialmente ou ocasionalmente atributivos (ver *idem, ibidem*: 23ss).

³⁷⁹ Em Marrafa (1983: 94), como, aliás, em Demonte; Masullo ([1999] ³2000: § 38.3.1), para se referir este facto, adoptam-se as designações geralmente utilizadas na literatura: “predicado orientado para o sujeito” e “predicado orientado para o objecto”. Atente-se que, em Riegel (1981), a estrutura de complementação dos verbos em análise num enunciado como **8.6a**, compreenderá um objecto directo acrescido de um elemento ou termo predicativo, descrição esta que não coincide com a que aqui propomos.

verbe. Dans les constructions à a.o. [atributo de objecto], l'objet se trouve syntaxiquement en rapport direct avec le verbe, et son référent apparaît ainsi directement affecté par le processus verbal" (*idem, ibidem*: 186).

Por outras palavras, segundo Riegel, nas “construções com atributo de objecto”, o verbo, de natureza transitiva, mediatiza uma relação predicativa entre o seu objecto e o atributo de objecto: este tipo de construção permite “[...] de combiner la caractérisation prédicative de l'objet et de ‘mimer’ syntaxiquement le rapport direct que le procès verbal instaure entre le sujet et l'objet [...]” (*idem, ibidem*).

Ainda que, como em Riegel (1994), se insista na atribuição da função sintáctica de “complemento directo” ao, por nós designado, argumento C₀ da relação imbricada, em J. Fonseca (1993), tecem-se algumas considerações, em particular, no que respeita os verbos transitivos predicativos “afectados por um traço de modalidade”, que vão no sentido de reconhecer a especificidade do seu funcionamento. Com base no princípio aí sugerido de que “[...] a conveniência semântica complemento directo/TP [termo predicativo] se projecta tomando em conta a afinidade entre V e o complemento directo” (*idem, ibidem*: 59), não só se afirma a ideia (atrás referida e que preconizamos) de que os verbos transitivos predicativos (“afectados por um traço de modalidade”) formam uma unidade com o termo predicativo (fala-se de “compatibilidade” entre ambos), como se sugere o facto de o termo predicativo incidir sobre o (por este autor considerado) “complemento directo”. Propõe-se, mais concretamente, que

“[...] a grande maioria dos verbos transitivos predicativos (e particularmente os que são afectados por traço de modalidade) manifestam uma larga abertura no que tange à compatibilidade semântica com o TP [termo predicativo] que endossam ao seu complemento directo” (*idem, ibidem*).

A natureza desta relação – que, segundo Riegel, o verbo instaura entre o sujeito (lugar do processo cognitivo no caso dos verbos conceptuais) e o objecto, e que dita o “traço de modalidade” que, segundo J. Fonseca, afecta, particularizando, os verbos em análise -, permite, entre outras coisas, explicar a impossibilidade de certos verbos - como, por exemplo, os verbos *admitir*, *lamentar* - coocorrerem com uma construção com um atributo de objecto³⁸⁰. Permite, igualmente, explicar as características aspectuais das relações predicativas imbricadas que ocorrem em enunciados cujo verbo principal é um verbo conceptual. Mais propriamente, permite explicar o facto de a construção predicativa transitiva, no caso dos verbos conceptuais, não indicar o resultado de uma transformação do objecto.

Efectivamente, embora não imponham restrições categoriais e semânticas aos elementos atributivos que com eles ocorrem (veja-se a possibilidade de estes corresponderem a um grupo nominal - *um assunto escabroso* - ou a um adjectivo - *inocente*³⁸¹), os verbos conceptuais impõem restrições aspectuais. Em virtude da natureza estativa que caracteriza estes verbos, não é, nomeadamente, possível que a construção transitiva-predicativa, seu complemento proposicional, apresente uma interpretação resultativa. Apresenta, necessariamente, isso sim, uma interpretação descritiva (ver Marrafa, 1993; Pereira, 1997)^{382 383}.

³⁸⁰ A natureza factiva do complemento proposicional (ver § 3.1.2) exclui qualquer relação directa entre o sujeito e um predicado complexo: *O João admitiu que a Ana é bonita* / **O João admitiu a Ana bonita*; *Lamento que estejas cansada* / **Lamento-te cansada*.

³⁸¹ Conforme já referido e exemplificado, à possibilidade de o termo predicativo corresponder a um grupo nominal ou a um grupo adjectival (casos ilustrados nos enunciados 8.1a a 8.7a), acrescente-se o caso em que este corresponde a um grupo proposicional.

³⁸² Já atrás referida, a distinção entre predicados descritivos e resultativos revela-se mais operatória na descrição das características aspectuais dos predadores secundários e na explicação das restrições de ocorrência que estes registam com os diferentes tipos de predicados primários, do que a distinção [+ perfectivo] / [- perfectivo], mediante a qual se pretende dar conta do valor aspectual dos adjectivos (ver Pereira, 1997: §§ 2.2 a 2.2.4, mas também Demonte, 1991 e Marrafa, 1993).

A nossa opção, neste trabalho, por uma referência a esta realidade em termos de “interpretação resultativa” vs “interpretação descritiva” segue de perto a mesma opção em Pereira (*ibidem*) e deve-se ao facto de esta classificação não se aplicar, de forma estanque, aos predadores secundários, dependendo, isso sim, dos verbos com que estes

A determinação definida (ou outras formas de determinação preponderantemente qualitativa) do argumento C_0 da relação imbricada pode constituir, noutros contextos (com verbos de natureza não estativa, ou eventiva), um marcador da quantidade do processo em causa - definindo, por conseguinte, um estado resultante, com reflexo na interpretação resultativa de um eventual termo predicativo. Mas nos enunciados em estudo, a natureza estativa do processo em causa não assenta numa qualquer centralidade do objecto enquanto elemento que define a quantidade do processo, isto é, enquanto termo localizador. Contrariamente ao que se daria noutros contextos (com verbos de natureza não estativa, ou eventiva), o argumento C_0 da relação imbricada não é, nestes casos, afectado pelo valor temporal do processo, pelo que não se constrói, apesar do tempo pretérito que caracteriza os verbos das relações imbricantes, um estado resultante a partir de um objecto³⁸⁴.

coocorrem. Aliás, o facto - reconhecido mas não subscrito em Pereira (*ibidem*: 54) – de, em Marrafa (*ibidem*: 230), se propor que os resultativos não são predicados secundários (em virtude de constituírem, juntamente com o verbo, uma unidade léxico-conceptual) aponta exactamente para esta perspectiva de classificação de funcionamentos mais do que de formas.

³⁸³ Ver, a este propósito, Pereira (1997) onde, de acordo com Hoekstra (1988), se afirma que “A distribuição das construções resultativas é determinada pela noção aspectual de não-estatividade, i.e., apenas verbos não-estativos podem combinar-se com uma estrutura de complementação que denote resultado” (Pereira, *ibidem*: 63); por outras palavras, apenas os predicados eventivos implicam um resultado, sendo esse resultado expresso pelo termo predicativo.

Também em J. Fonseca (1993), com base na concepção de uma “subestrutura predicativa” integrada nos enunciados que apresentam uma configuração transitiva-predicativa ou completiva, se afirma, na linha do que aqui expomos, que “[...] o TP [termo predicativo] realiza as funções semânticas de descrição ou de descrição-identificação” (*idem, ibidem*: 39).

³⁸⁴ Com o verbo num tempo pretérito, seriam, mais naturalmente, os enunciados **8.2a**, **8.4a**, **8.5a** e **8.7a** aqueles que, não fosse a sua natureza estativa, remeteriam para um estado resultante como forma de estabilização do processo, uma vez que o estatuto do objecto, quando determinado por referência a um objecto interno, é subsidiário, não exclusivamente mas também, da temporalização do processo: “[...] la temporalisation affecte le C_1 dans la mesure où la notion prédictive associée au procès contient elle-même un objet interne définissable comme le *-able* du procès” (Franckel; Paillard, 1989: 117).

Ou seja, como teremos oportunidade de descrever adiante, não se constrói qualquer delimitação do processo a partir de um objecto, nem se dá qualquer transformação de um objecto pelo processo, o que tem um reflexo na natureza aspectual do termo predicativo.

Veja-se, assim, nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, aqui retomados, a forma como os termos predicativos são, invariavelmente, de natureza descritiva:

8.1a Acha o amor um assunto escabroso? (Ref:L0379P0398X)

8.2a Eu julgava-os amigos (Ref: L0494P0141X)

8.3a Ninguém o acreditaria inocente (Ref: L0016P0378X)

8.4a Pensava-a capaz de resolver o problema

8.5a Imaginava coisas, supunha-a assassinada (Ref: L0501P0031X)

8.6a O Pedro crê o fim do mundo próximo

8.7a Sabia-a manchada de um grande pecado (Ref: L0003P0395X)

Os predicadores adjectivais *assassinada* (**8.5a**) e *acabada* (**8.10**)

8.10 A casa que comprei? Creio-a acabada

podem, no entanto, suscitar dúvidas quanto à sua natureza aspectual, atendendo a que se está perante adjectivos deverbais.

Mas, referindo-se os resultativos a estados finais, a sua natureza não é independente da natureza eventiva do predicado principal (ver Demonte, 1991 e Pereira, 1997). O estado final para que remete um termo predicativo com uma interpretação resultativa corresponde ao estado que tem lugar quando se completa determinado processo, expresso pelo predicado principal: o termo predicativo “[...] spécifie l’état résultatif de l’objet à l’issue du procès qui le constitue (le verbe [principal] s’interprète alors comme créateur ou modificateur de l’objet)” (Riegel, 1994: 188). Em consequência da natureza aspectual não eventiva (estativa, aliás)

de qualquer dos predicados principais em análise, confirma-se a interpretação descritiva atribuível a cada um destes termos predicativos, assim como a impossibilidade de estes apresentarem uma interpretação resultativa³⁸⁵.

Aliás, a natureza da relação que, em virtude dos valores modais de que é marcador (ver § 5), um qualquer verbo conceptual instaura entre o sujeito - lugar do processo cognitivo - e o seu objecto - por definição, de natureza intensional e, portanto, não afectado pelo processo inerente a *crer*, *pensar*, *achar*, *julgar* (ver § 8.1) - não é compatível senão com a construção de um predicado descritivo.

Mas o facto de, no âmbito desta relação, o objecto dos verbos conceptuais não ser um objecto afectado e a consequente natureza descritiva (não resultativa) da interpretação atribuível ao termo predicativo, não são dados consensualmente aceites. Em Marrafa (1993), por exemplo, reconhecendo-se a relevância das propriedades sintáctico-semânticas do predicado principal na definição das propriedades do predicado secundário, recupera-se – conforme referimos atrás, a

³⁸⁵ Do facto de os verbos conceptuais apenas permitirem a construção transitiva-predicativa de natureza descritiva decorre igualmente mais um factor que confirma a diferença de funcionamento entre estes verbos e os verbos performativos (ver § 6.2). Por exemplo, em *Declaro o João vencedor* ou *Nomeio-te oficial da legião de honra*, os verbos performativos *declarar* e *nomear* são seguidos de um termo predicativo (*vencedor*, *oficial da legião de honra*) que especifica o estado resultativo do objecto (*o João*, *-te*) à saída do processo de transformação de que os verbos performativos são expressão. A enunciação da fórmula declarativa performativa tem como efeito conferir ao objecto o estatuto expresso pelo termo predicativo, pelo que a predicação construída é de natureza resultativa. Daí que dos predicados performativos se diga serem, simultaneamente, enunciativos e causativos (ver Riegel, 1994: 185).

Em J. Fonseca (1993), referem-se outros verbos, não exclusivamente performativos, cujo semantismo é marcado por causatividade. É o caso dos verbos, também transitivos predicativos, *eleger*, *manter*, *destituir*. Em cada um dos casos exemplificados por este autor – *Os colegas elegeram o Zé chefe da turma*, *Os colegas mantiveram o Zé como chefe da turma*, *Os colegas destituíram o Zé de chefe da turma* -, se dá o que refere como “uma condensação em solução léxica – *integração léxica* – de uma expressão analítica [da causalidade], respectivamente, *fazer passar a ser*, *fazer continuar a ser*, *fazer deixar de ser*” (*idem, ibidem*: 41ss).

A reflexão proposta em J. Fonseca (*ibidem*), em particular, acerca dos verbos transitivos predicativos causativos corrobora a relevância das características aspectuais dos termos predicativos na descrição das construções transitivas predicativas em geral.

partir da proposta de Tenny (1987) - as designações de “verbos de criação do objecto” e de “verbos de transformação do objecto” (*idem, ibidem*: 231), como alternativa às designações, atrás introduzidas, de predicados descritivos (predicados secundários, por excelência) e resultativos (que não integram uma segunda predicação). Ora, a designação de “verbos de transformação do objecto” cobre, segundo a autora, os verbos conceptuais aqui estudados, o que implica que, contrariamente ao que possa ser sugerido através do que vimos afirmando, haverá, em enunciados como **8.1a** a **8.7a**, – afirma – “[...] uma espécie de transformação conceptual do objecto em consequência da actividade mental do sujeito” (*idem, ibidem*). Em Pereira (1997), comenta-se esta afirmação de Marrafa sugerindo-se que “[...] a haver uma transformação, ela incidirá sobretudo sobre o sujeito, na medida em que afecta a sua representação mental do objecto” (*idem, ibidem*: 61).

Tendo em linha de conta um Critério Temático, a posição veiculada em Marrafa justifica-se na medida em que o sujeito é concebido de acordo com a função temática que recebe do verbo (ver Marrafa, *ibidem*: § 6)³⁸⁶.

Porém, numa perspectiva enunciativa, o facto de este tipo de enunciados se caracterizar por um valor modal epistémico implica uma centralidade do sujeito, enquanto parâmetro enunciativo abstracto (ver § 3.3.1), facto que, por si só, invalida a construção de ocorrências espaço-temporalmente definidas e, portanto, a

³⁸⁶ Mesmo de acordo com o Critério Temático, não é consensual a natureza da função temática atribuível ao sujeito sintáctico dos verbos conceptuais. Há, entre as diferentes propostas - entre outros, em Marrafa (1993) -, hesitações quanto à interpretação temática ou agentiva atribuída ao sujeito destes verbos.

Em H. Campos ([1999] ³2000: § 24.2.2), reconhece-se ao sujeito dos verbos de atitude proposicional ou de percepção intelectual - assim como aos verbos de percepção física - o papel semântico de experienciador (“experimentante”). Relativamente ao objecto destes verbos, afirma-se a impossibilidade de, contrariamente ao proposto em Demonte (1991) e Marrafa (1993), os classificar simplesmente como objectos “afectados, efectuados o desplazados”. Tratar-se-á, assim, de “objectos percebidos” (“objetos percibidos”), rótulo que integra o papel semântico geral de “paciente” (H. Campos (*ibidem*: § 24.2.32: 1537) e que – acrescenta este autor – é um subtipo de um “objeto efectuado o un tema” (*idem, ibidem*: § 24.2.3: 1539).

Em J. Fonseca (1993), referindo-se a “transitividade forte” que caracteriza os verbos transitivos predicativos, reconhece-se que “[...] o seu complemento objecto directo (CD) surge como *affectum* (*paciente*), como *effectum* (*efeito, resultado*) ou como mero pólo de aplicação do processo que eles denotam [...]” (*idem, ibidem*: 33).

construção de determinados valores aspectuais, nomeadamente, de estados resultativos. Não há, pois, a construção de ocorrências quantitativas; há apenas a construção de um juízo qualitativo. A relação predicativa imbricada é localizada, globalmente, em relação ao sujeito (S_2) da relação predicativa imbricante, definido por referência ao parâmetro subjectivo que define uma situação enunciativa (ver § 5.1).

Por outras palavras, a construção de uma “representação mental de um objecto”, de um juízo ou, mais concretamente, de um valor modal epistémico ou mesmo apreciativo, implica que o sujeito seja o seu suporte, isto é, implica que o sujeito seja o localizador do valor modal de uma relação predicativa tomada no seu conjunto. A relação predicativa imbricada é, assim, globalmente, o “objecto” dos verbos conceptuais, objecto intensional que, assumindo diferentes configurações sintácticas – isto é, correspondendo, por exemplo, a uma completiva (com complementador *que*) ou a uma construção transitiva-predicativa (não rejeitando, porém a designação de “oração pequena”) - é sempre um objecto proposicional.

Não pode, pois, considerar-se que, no caso dos enunciados propostos, haja a saída de um processo (ou “achèvement”), nem a consequente afectação do objecto pelo processo (ou estado resultante) – daí a impossibilidade de uma interpretação resultativa do termo predicativo. Não pode, ainda, considerar-se que haja apenas uma localização de um evento no tempo (centrado na actividade do sujeito S_2 dos verbos conceptuais) sem que se possa estabelecer uma relação entre a cessação do processo e o estado do objecto³⁸⁷.

Nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, não há construção de ocorrências no âmbito do que seria a articulação entre um processo e um objecto (C_1). Como se afirma em Campos (1996) relativamente ao predicado *gostar*, os predicados expressos por verbos conceptuais não têm, nocionalmente, um objecto interno, “uma vez que não há restrições sobre o complemento que ocorre em posição de objecto” (*idem, ibidem*: 195), isto é, uma vez que não definem uma classe de instanciáveis em relação ao segundo lugar argumental (C_1). Nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, cada um dos argumentos C_1 – objecto preposicional, de natureza intensional – realiza um

³⁸⁷ A localização de um evento no tempo dar-se-á, por exemplo, num enunciado como *O João leu livros*.

“objecto externo que, não sendo especificador nem construtor de ocorrência do predicado, não o delimita nocionalmente” (*idem, ibidem*). Consequentemente, a articulação entre um processo e um objecto externo (C_1) não se funda no que seria uma relação entre um objecto interno e um objecto construído³⁸⁸. Não há, pois, nem quantificação nocional, nem quantificação situacional das noções subjacentes a cada um dos verbos conceptuais em análise.

Nas construções em que o objecto directo é acrescido de um termo predicativo opcional, de acordo com os valores aspectuo-temporais e com a relação que se estabelece entre o predicado e o objecto, é o objecto ou é a localização temporal que funciona como localizador da construção de ocorrências. Pelo contrário, nos enunciados **8.1a** a **8.7a**, em que o termo predicativo é seleccionado pelo verbo, a inexistência de um objecto interno (*o achável, o pensável, o susceptível de ser suposto, o acreditável, o julgável, o crível, o susceptível de ser sabido*) ligado a um estado resultante (*o achado, o pensado, o suposto, o acreditado, o julgado, o crido, o sabido*) permite concluir que, como vimos afirmando, se constrói um valor preponderantemente qualitativo, sem que se dê verdadeiramente a construção de uma ocorrência. Não se está, pois, perante uma ocorrência quantitativa das noções /achar/, /pensar/, /supor/, /acreditar/, /julgar/, /crer/ e /saber/, mas sim perante uma delimitação qualitativa pela predicação sobre um suporte, o permite que se fale de um funcionamento de tipo compacto destes verbos (ver Campos, *ibidem* e § 2.3.1).

³⁸⁸ Recuperando o conceito de “oração pequena” (*small clause*) proposto no âmbito da gramática generativa, em H. Campos ([1999] ³2000: § 24.2.3), afirma-se claramente que estes verbos, em construções análogas às exemplificadas em **8.1a** a **8.7a**, seleccionam sintáctica e semanticamente uma oração pequena (“cláusula reduzida”) como complemento. Apesar de estar marcado com o caso acusativo (tal como os objectos directos), o sujeito da oração pequena não constituirá um possível complemento directo, sendo “[...] el predicado de la cláusula reducida el que rige semánticamente al sujeto de la misma” (*idem, ibidem*: § 24.2.3: 1541-42). (ver igualmente Demonte, 1991, Chomsky, 1981).

O facto de, apesar de não ser seleccionado por qualquer dos verbos conceptuais, o sujeito da relação imbricada poder ser substituído por um pronome pessoal acusativo (ver, em particular, enunciados **8.2a** a **8.5a** e **8.7a**) corrobora a ideia de que a pronominalização não constitui um critério definitivo para identificar o objecto directo.

Parecendo confirmar a caracterização aqui proposta para o objecto destes verbos - como objecto intensional, dissociável, ou autónomo, do predicado -, a possibilidade de *pensar*, *crer*, *acreditar* e *saber* não coocorrerem com qualquer objecto linguisticamente expresso pode corresponder a duas situações distintas: a um caso em que o objecto esteja contextualmente pré-construído (enunciado **8.11**), ou a um caso em que este esteja ausente, estando-se, portanto, perante uma construção intransitiva (enunciados **8.12**, **8.13**, **8.14**):

8.11 O Luís adora gatos. A Ana *sabe*.

8.12 Quando uma pessoa *pensa*, encontra sempre uma saída para certos problemas

8.13 Quem *crê*, confia

8.14 Se a Ana *acredita*, só tem que ignorar as más-línguas

No segundo caso (enunciados **8.12** a **8.14**), o processo estrutura-se, directa e evidentemente, em função do sujeito sintáctico (C₀): *pensar* aproximar-se-á de “ser esperto”, ao passo que *crer* e *acreditar* equivalerão, respectivamente, a “ser crente” e a “ser crédulo” (com ou sem sentido pejorativo) (ver Franckel; Paillard, 1989: 117).

Verifique-se, igualmente, a forma como, coocorrendo com construções intransitivas de *pensar*, *crer* e *acreditar*, o advérbio *muito* exprime, não um valor de quantidade, mas sim um valor de intensidade - “valeur intensif”, segundo se propõe em Franckel; Paillard (*ibidem*):

8.15 A Ana sabe muito

8.16 A Ana *crê* muito

8.17 A Ana *pensa* muito

8.18 A Ana *acredita* muito

Nos enunciados **8.15** e **8.17**, este advérbio designa quantidade. Só secundariamente esta quantidade confere ao sujeito (*a Ana*) a qualidade de “sábua” e de “boa pensadora”. Já a locução adverbial *muito bem*, em **8.19**, exprime um valor de intensidade:

8.19 A Ana sabe muito bem

A hipótese de caracterização do objecto destes verbos conceptuais como independente em relação ao predicado encontra, ainda, eco na possibilidade de estes, quando empregues intransitivamente, poderem ocorrer, não só no presente como nas diversas formas gramaticais do pretérito³⁸⁹:

8.20 A Ana creu / crera / cria / tinha crido

8.21 A Ana pensou / pensara / pensava / tinha pensado

8.22 A Ana acreditou / acreditara / acreditava / tinha acreditado

8.23 A Ana soube / soubera / sabia / tinha sabido

É, assim, possível sustentar a hipótese atrás referida segundo a qual estes verbos não possuem um objecto interno, isto é, o *–ável* ou *–ível* do processo, objecto construído pelo próprio predicado, condição para que houvesse uma articulação, ou relação de dependência, entre um processo e um objecto (C₁). Por outras palavras, para que haja *crer*, *pensar*, *acreditar* e *saber* não é necessário que

³⁸⁹ Recorde-se o facto, já referido em nota, de a temporalização do processo ter consequências sobre o estatuto do objecto (C₁), que passa assim a ser interpretável como marcadora de uma operação de actualização-especificação do objecto interno.

Contrariamente ao que se verifica com cada um destes predicados, no caso de um predicado como *comer*, por exemplo, uma qualquer forma gramatical do pretérito (*A Ana comeu / comera / comia / tinha comido*) reenviaria para a construção de um estado resultante (e consequente “centragem” no C₁), na medida em que a noção predicativa associada ao processo em causa contém, em si mesma, um objecto interno, isto é, “un objet qui trouve sa source dans le prédicat” (Franckel; Paillard, 1989: 117).

haja o *crível*, o *pensável*, o *acreditável*, o *susceptível de ser sabido* enquanto objectos internos às noções predicativas associadas aos processos em causa.

Uma vez que os predicados associadas aos processos inerentes a *achar*, *pensar*, *acreditar*, *julgar*, *crer* e *saber* não possuem, nocionalmente, um objecto interno, não está em causa – como dizíamos – uma articulação entre um processo e um objecto (C_1) fundada no que seria uma relação entre um objecto interno e um objecto construído. A única delimitação do objecto proposicional é determinada pelo sujeito, localizador do valor modal construído. Ou seja, os processos inerentes aos verbos conceptuais *achar*, *pensar*, *acreditar*, *julgar*, *crer* e *saber* são localizados em relação ao parâmetro subjectivo da situação de enunciação.

Para sublinhar o que vimos afirmando, recuperemos um facto, atrás exposto e ilustrado através dos enunciados **8.1a** a **8.7a**, mas também através dos enunciados **8.8** e **8.9** (ver § 8.1). Trata-se da preponderância do valor qualitativo da determinação do argumento C_0 da relação predicativa imbricada, valor marcado, por exemplo, no primeiro grupo de enunciados referidos, mas não só – vimo-lo atrás -, pela sua definitude, já que o artigo definido - enquanto forma de determinação autónoma e indicador de que o grupo nominal que integra funciona como localizador da relação predicativa - é marcador da independência do nome, assim determinado, relativamente ao processo de que o predicado é expressão.

9. Construção transitiva com objecto nominal. O problema da “polissemia” de alguns verbos conceptuais

Dando conta, não só da diversidade de empregos possíveis de uma mesma forma linguística, mas também das restrições que esta impõe à organização sintáctica dos seus empregos, constatamos poder haver, inerente a uma mesma forma linguística, uma configuração múltipla de sentido.

Referimo-lo atrás (ver § 8.2), a propósito das implicações em termos de configuração sentido acarretadas pela possibilidade de, de entre os verbos aqui estudados, *achar* e *julgar* coocorrerem, tanto com uma construção transitiva-predicativa (objecto de natureza proposicional), como com uma construção transitiva com um objecto nominal (não proposicional, portanto).

Este facto consubstancia o comumente designado fenómeno de polissemia, a que já nos referimos atrás, na reflexão a propósito da dificuldade de que se reveste uma classificação das unidades linguísticas (ver § 2.3) e será objecto de descrição e de tentativa de explicação ao longo deste capítulo.

Para que seja possível dar conta, de uma forma unificada, da natureza complexa e heterogénea dos fenómenos linguísticos, propõe-se, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, um modelo explicativo de natureza operatória. A significação explicar-se-á por meio da configuração de um número limitado de parâmetros teóricos, organizados segundo configurações susceptíveis de se combinar de forma operatória, diferindo em função do agenciamento das formas linguísticas, elas mesmas, marcadoras das operações de natureza cognitiva a que, com um estatuto puramente teórico, não se tem acesso directo.

Será mediante a identificação das operações que se configuram de forma específica em cada contexto linguístico que se pode proceder ao cálculo dos valores produzidos, assim como à descrição das restrições que daí resultam³⁹⁰.

³⁹⁰ A reflexão com que introduzimos este capítulo recupera, em termos muito gerais, o que, de forma mais aprofundada e articulada com os pressupostos teóricos da Teoria Formal Enunciativa, exposémos no sub-capítulo 2.3.

9.1 Valor modal e valor não modal de *achar* e de *julgar*

Conforme atrás referido (ver § 8.2), de entre os verbos aqui estudados, *achar*, *julgar*, *pensar*, *acreditar* e *saber* podem ocorrer com uma construção transitiva com um objecto nominal, que passamos a exemplificar^{391 392}:

9.1 O João achou as chaves

9.2 O juiz julgou o réu

9.3 O João pensou a vida³⁹³

9.4 Então ele haverá quem acredite patranhas de semelhante traste, diga-me só? Nem o próprio, quanto mais (Ref: L0015P0047X)

³⁹¹ Refira-se que, subjacente ao problema do estatuto do objecto dos verbos conceptuais, o conceito de transitividade não se caracteriza segundo o princípio intuitivo de que existem propriedades que transitam para o argumento objecto, ou de que há uma mudança de estado ao nível do objecto. Conforme se descreve e explica em de Vogüé (1991), interferem com o fenómeno da transitividade os diversos tipos de funcionamento que, regulados pelo léxico, os processos construídos apresentam (ver § 2.3.1). Consequentemente, tal como defende esta autora, no tratamento deste fenómeno, impõe-se uma lógica de funcionamentos em detrimento de uma lógica de classes. É esta a perspectiva que preside ao estudo por nós proposto quando se fala de construções transitivas ou de construções intransitivas.

Sobre o problema teórico que a transitividade representa ver, além de de Vogüé (1991), Guillemin-Flescher (1994), entre outros.

³⁹² Questionável sob o ponto de vista da TFE, em Lebaud (1990), referindo-se às propriedades distribucionais de diferentes verbos, entende-se que, quando um verbo é susceptível de ter como complemento objecto uma proposição completiva ou infinitiva, se trata de um verbo operador (“verbe opérateur”). Quando o complemento é de natureza nominal, está-se perante um verbo simples.

³⁹³ Relativamente ao verbo *pensar*, coexiste com esta possibilidade de construção de um objecto nominal (*O João pensou a vida*), a possibilidade de o objecto construído ser de natureza preposicional: *O João pensou na vida* (ver § 11.1). A ocorrência desta construção com objecto preposicional é, no *corpus* de que dispomos para este estudo, mais frequente do que a construção com objecto nominal.

9.5 O João sabe a lição

Note-se que se, por um lado, quando com um objecto nominal, o sentido dos verbos *pensar*, *acreditar* e *saber* – enunciados 9.3, 9.4 e 9.5 - se mantém inalterável relativamente a quando têm como objecto um complemento proposicional – sempre com um sentido associado à construção de um valor de modalidade epistémica -, por outro lado, o sentido dos verbos *achar* e *julgar* é, nos enunciados 9.1 e 9.2, diverso daquele que assumem quando têm como objecto uma proposição (ver § 8.2)³⁹⁴.

Quando com um complemento proposicional, o objecto de *achar* e de *julgar* é de natureza intensional, dando-se a construção de um valor modal (epistémico, nos exemplos até agora tratados). Do ponto de vista aspectual, com um objecto nominal, *achar* (enunciado 9.1) corresponde a um evento instantâneo, de natureza télica, parafraseável por *encontrar*^{395 396}. *Julgar* (enunciado 9.2) passa a referir uma actividade performativa, em que, por definição e segundo Austin ([1962] ²1975), o acontecimento enunciativo e o acontecimento fenomenal coincidem. Não se está,

³⁹⁴ Recorde-se que, tendo presente o que se propõe em Riegel (1994), os verbos *achar* e *julgar* não se enquadrarão na classe dos “verbos ocasionalmente atributivos”, pois, em virtude da mudança de sentido que registam no seu emprego transitivo, não apresentam “construções transitivas de alargamento atributivo” (“constructions transitives à élargissement attributif”) (ver Riegel, 1994: 177ss, 187) (ver § 8.2).

³⁹⁵ Deve-se à natureza télica de *achar* (= *encontrar*) a impossibilidade de ocorrência do presente gramatical para dar conta de um valor estativo, simultâneo ao tempo da enunciação. Podemos, no entanto, ter o presente gramatical de *achar* (= *encontrar*), em coocorrência com um adverbial marcador de um valor temporal de posterioridade, (*Mais tarde, acho as chaves*), ou com um adverbial de natureza proposicional, marcador de um valor de ruptura (*Quando precisar, acho as chaves*).

³⁹⁶ Esta configuração de sentido que *achar* pode assumir quando com um objecto nominal tem raízes na sua etimologia. Etimologicamente, *achar* advem do latim, AFFLĀRE (por ADFLĀRE), cujo sentido seria “soprar sobre; acção do que é levado pelo sopro”, verbo que também era usado no desporto venatório, quando o cão cheirava a caça (“canis leporem afflat”). Daí – propõe-se em Machado ([1952] ⁵1995) –, o sentido de *encontrar*, que – diz – parece datar de época relativamente recuada. Este facto serve, segundo este autor, para admitir a hipótese de que AFFLĀRE teria sido o mais antigo substituto de INVENIRE.

portanto, num caso como no outro, perante a construção de um valor de determinação modal.

Note-se igualmente a forma variável como se interpretam os grupos adjectivais que se lhes associe, em função da dupla configuração de sentido que *achar* e *julgar* apresentam:

9.1a O João achou as chaves espalhadas pelo chão

9.2a O juiz julgou o réu imperturbável

No enunciado **9.1a**, *espalhadas pelo chão* corresponde, inequivocamente, a um termo predicativo opcional (ou adjunto) orientado para o objecto directo (*as chaves*), correspondendo, assim, a um predicado secundário (ver § 8). *Achar* não assume, por conseguinte, um valor modal.

No enunciado **9.2a**, *imperturbável* presta-se a ser interpretado, quer como adjectivo epíteto, modificador do nome (*réu*)³⁹⁷, quer, de acordo com uma interpretação preferencial, como termo predicativo que pode, por sua vez, estar orientado ou para o grupo nominal *o juiz* ou para o grupo nominal *o réu*³⁹⁸. Só no caso de, de acordo com a segunda hipótese interpretativa, o termo predicativo estar

³⁹⁷ A interpretação deste enunciado basear-se-ia, inequivocamente, no funcionamento do adjectivo *imperturbável* como modificador subjectivo caso este adjectivo antepusesse o N. Contrariamente ao que se dá no enunciado **9.2a**, quando o adjectivo *imperturbável* se interprete como modificador e em que, posposto, qualifica o grupo nominal, neste outro caso – *O juiz julgou o imperturbável réu* – o adjectivo, anteposto, predica uma propriedade sobre o grupo nominal.

Sobre o diferente valor de determinação dos grupos nominais, em função da posição, anteposta ou posposta, dos adjectivos em relação ao nome, ver, entre outros, Correia (2002).

³⁹⁸ A concordância, neste caso apenas em número, exclusivamente com o grupo nominal *o juiz* ou com o grupo nominal objecto directo *o réu*, invalidaria qualquer ambiguidade. *Imperturbável* seria, num caso (*O juiz julgou os réus imperturbáveis*), um termo predicativo orientado para o grupo nominal *o juiz*, e, no outro caso (*Os juizes julgaram o réu imperturbável*), um termo predicativo orientado para o grupo nominal *o réu*.

orientado para o grupo nominal *o réu*, se pode reconhecer a associação de um valor modal a *julgar*.

Parecer-nos-á que os termos predicativos destes enunciados – respectivamente *espalhadas pelo chão* e *imperturbável* – são ambos opcionais, isto é, predicativos adjuntos. Porém, só no caso do enunciado **9.1a** estamos perante um termo predicativo adjunto (ou opcional), em virtude de, só neste caso, a sua presença não alterar o sentido do verbo relativamente ao caso em que esteja ausente (ver enunciado **9.1**). Pelo contrário, em **9.2a**, a presença do termo predicativo *imperturbável*, se interpretável – como atrás referíamos - enquanto orientado para o grupo nominal *o réu*, faz com que o verbo possua um sentido distinto daquele que tem quando não se regista a presença de qualquer termo predicativo (ver enunciado **9.2**), pelo que este termo predicativo não é adjunto (ou opcional) mas sim obrigatório^{399 400}.

Procedamos à manipulação dos enunciados **9.3**, **9.4** e **9.5**, associando aos respectivos complementos objecto grupos adjectivais:

9.3a O João pensou a vida *interessante e estimulante*

³⁹⁹ Este facto – a diferença de sentido que se reconhece no verbo *julgar* consoante este se emprega com construções transitivas com objecto nominal ou com construções transitivas predicativas – e as considerações daí decorrentes são extensivos a um verbo como *considerar*. Quando coocorre com um termo predicativo, o verbo *considerar* tem outro sentido: *O Comité Olímpico considerou as candidaturas*; *O Comité Olímpico considerou as candidaturas válidas e igualmente elegíveis*.

⁴⁰⁰ Em Demonte; Masullo ([1999] ³2000: § 38.3: 2499), propõe-se, como teste que permite identificar a natureza obrigatória ou optativa de um termo predicativo, a determinação das implicações lógicas da oração (“los entrañamientos o implicaciones lógicas de la oración”).

Assim, *O João achou as chaves espalhadas pelo chão* implicará *O João achou as chaves* e uma predicação secundária, *As chaves estavam espalhadas pelo chão*. *O juiz julgou o réu imperturbável* (sendo *imperturbável* interpretado como termo predicativo orientado para o grupo nominal *o réu*) não implica senão que *O réu, o juiz julgou-o imperturbável*, sem que, portanto, *imperturbável* seja um predicativo adjunto a que corresponda a construção de uma predicação secundária.

9.4a Então ele haverá quem acredite patranhas de semelhante traste *bem sucedidas*, diga-me só?

9.5a O João sabe a lição *aprendida por todos*

A associação de grupos adjectivais ao complemento objecto destes enunciados prestar-se-á a ser interpretado de forma variável. Preservando o sentido modal epistémico destes verbos quando em coocorrência com um complemento proposicional, estes enunciados suscitam-nos diferentes considerações. No enunciado **9.3a**, o grupo adjectival *interessante e estimulante* pode ter, de acordo com os informantes, uma interpretação preferencial como modificador do nome ou pode corresponder, menos preferencialmente, a um termo predicativo adjunto, orientado para o objecto. No enunciado **9.4a**, *bem sucedidas* interpretar-se-á como um termo predicativo que, em função da boa formação de **9.4**, é adjunto, e igualmente orientado para o objecto. No enunciado **9.5a**, o grupo adjectival *aprendida por todos* é preferencialmente interpretável como modificador do nome, e não tanto (como também será possível) como termo predicativo⁴⁰¹.

Em todos estes casos, porém, *pensar*, *acreditar* e *saber* preservam o seu valor modal, sendo os casos de ambiguidade aqui ilustrados de natureza estrutural. Só no caso do enunciado **9.2a** se pode falar de uma ambiguidade de tipo lexical (com obvias consequências estruturais). O enunciado **9.2a** é um caso de ambiguidade lexical, isto é, de ambiguidade motivada pela mudança de sentido, neste caso, do verbo *julgar*⁴⁰².

⁴⁰¹ Veja-se como a substituição, nestes enunciados, dos grupos nominais *a vida*, *patranhas de semelhante traste* e *a lição* por pronomes - à semelhança do que se verifica nos enunciados **8.2a** a **8.5a** e **8.7a** (ver § 8.2) - acarreta uma interpretação inequivocamente transitiva-predicativa dos enunciados daí resultantes:

- (i) O João pensa-a interessante e estimulante
- (ii) Então ele haverá quem as acredite bem sucedidas?
- (iii) O João sabe-a aprendida por todos

⁴⁰² Sem se precisar a distinção aqui proposta, também em J. Fonseca (1993) se refere o fenómeno da ambiguidade ao nível dos verbos de dupla configuração: “[...] a coexistência sob o mesmo significante léxico de uma dupla configuração modular que dê lugar à oposição V transitivo / V predicativo transitivo ocasiona momentos de ambiguidade imediata

A possibilidade de mudança de sentido do verbo *achar* quando com um complemento nominal também pode - como verificamos dar-se com *julgar* - originar casos de ambiguidade.

O enunciado **9.1** escapa a este tipo de ambiguidade, em virtude da natureza aspectual resultativa do termo predicativo *espalhadas pelo chão*, incompatível com o sentido de *achar* epistémico, de natureza estativa (ver § 8.2). Consequentemente, o sentido do verbo *achar* é aqui eventivo (parafraseável por *encontrar*) e o termo predicativo é, inequivocamente, um termo predicativo adjunto orientado para o objecto directo (*as chaves*), correspondendo, como dizíamos, a um predicado secundário.

Vejam, porém, a que interpretações se presta um enunciado como **9.6**:

9.6 Achámo-lo cansado

O termo predicativo *cansado* pode corresponder, seja a um termo predicativo adjunto orientado para o objecto directo do verbo, seja a um termo predicativo obrigatório ou seleccionado, integrando o objecto proposicional do verbo.

Desde que enquadrado contextualmente - conforme se propõe com os enunciados **9.6a** e **9.6b** - a relação prediativa complexa *achámo-lo cansado* pode, assim, ser interpretada em função, respectivamente, do sentido de *achar* não modal (= *encontrar*) ou do sentido de *achar* modal, neste caso, com valor epistémico.

9.6a Procurámos o Luís por toda a parte e achámo-lo cansado

9.6b Cruzámo-nos com o Luís e achámo-lo cansado

(em tempo desfeita pelos contextos), sempre que [como se dá nos enunciados **9.3a** e **9.5a**], projectando-se o verbo como transitivo predicativo, o TP [termo predicativo] surja realizado em SA" (*idem, ibidem*: 56).

Só o enunciado **9.6b** se pode parafrasear com recurso a uma completiva flexionada (**9.6b'**), pelo que só neste enunciado, a sequência *achámo-lo cansado* corresponde a uma oração pequena:

9.6a' ??Procurámos o Luís por toda a parte e achámos que ele estava cansado

9.6b' Cruzamo-nos com o Luís e achámos que ele estava cansado

No enunciado **9.6a** - naturalmente não parafraseável com recurso a uma completiva flexionada (**9.6a'**) -, o termo predicativo *cansado* é um adjunto (opcional, portanto) orientado para o objecto directo (-*lo*), correspondendo a um predicado secundário. Vejamos como, contrariamente ao verificável com o enunciado **9.6b**, a predicação secundária do enunciado **9.6a** pode ser passivável:

9.6a'' O Luís foi achado por nós cansado

A atribuição de um sentido modal a *achar*, assim como a *julgar*, dever-se-á, portanto, à natureza do objecto que se lhe associa. Quando ocorrem com um objecto de natureza proposicional, isto é, com um objecto intensional, atribui-se-lhes um valor modal. Quando construídos com um objecto nominal, com possibilidade, portanto, de ocorrência de uma predicação secundária sobre o objecto, o sentido de *achar* e de *julgar* é não modal.

Veja-se, por conseguinte, que nem o tipo de determinação dos grupos nominais objecto dos verbos *achar* e *julgar* é critério para a sua alteração de sentido. Se os grupos nominais objecto dos verbos *achar* e *julgar* apresentam, respectivamente, nos enunciados **9.1**, **9.2** (e enunciados resultantes da sua manipulação, **9.1a**, **9.2a**), um valor de determinação marcado pelo artigo definido (*as chaves*, *o réu*) – mais concretamente, um valor de reidentificação, ou identificação qualitativa em relação a um pré-construído -, admitindo a hipótese de estes grupos nominais objecto apresentarem uma determinação indefinida –

marcadora de uma operação de extracção -, nos casos de **9.1b**, **9.2b**, o sentido dos verbos não se altera, permanece associado a um valor não modal:

9.1b O João achou uma chave

9.2b O juiz julgou um réu

Sendo a preponderância de uma determinação qualitativa (marcada pela definitude e não só) uma condição para que haja uma construção transitiva-predicativa (ver § 8.1), uma determinação indefinida do nome *réu*, conforme ocorre no enunciado que se segue (**9.2c**), invalidaria uma interpretação mediante a qual *imperturbável* correspondesse a um termo predicativo seleccionado, orientado para o nominal *réu* (interpretação esta – vimo-lo – associada à mudança de sentido do verbo *julgar*, relativamente àquele que tem quando não se regista a presença de qualquer termo predicativo):

9.2c O juiz julgou um réu imperturbável

O enunciado **9.2c** permite constatar, aliás, que a determinação indefinida do grupo nominal (neste caso, objecto directo), invalidando a hipótese de o sentido de *julgar* obedecer a uma configuração de sentido com valor modal epistémico, é compatível apenas com ambas as descrições estruturais que dele podemos propor. Destas resulta o sentido não modal de *julgar* e, correlativamente, duas hipóteses interpretativas: uma interpretação de acordo com a qual *imperturbável* é um modificador do nome, e outra interpretação de acordo com a qual *imperturbável* corresponde a um termo predicativo adjunto orientado para o sujeito (*o juiz*).

9.1.1 Outros valores modais de *achar*: valores apreciativo e intersubjectivo

Tendo em vista uma sistematização dos valores modais apreciativo e intersubjectivo de que *achar* pode ser marcador, partamos de uma série de enunciados cujos verbos conceptuais introdutores contrastam, como veremos, em termos de funcionamento, com *achar*. Retomemos, para tal, o enunciado **9.4** – atrás introduzido (ver § 9.1) -, em que o grupo nominal (*patranhas de semelhante traste*) apresenta uma determinação zero (Ø), estando-se, neste caso, perante um “bare plural”, ou “plural não quantificado”⁴⁰³. Como este enunciado (aqui recuperado e renumerado como **9.7**), vejamos outros em que, ocorrendo os verbos marcadores de um valor modal *acreditar*, *julgar* e *supor*, se verifica a coocorrência de grupos nominais assim determinados:

9.7 Então ele haverá quem *acredite patranhas* de semelhante traste, diga-me só? Nem o próprio, quanto mais (Ref: L0015P0047X)

9.8 Eles *julgam coisas incríveis* a teu respeito

9.9 *Supomos horrores* a teu respeito

Os enunciados acima só são gramaticais se os grupos nominais com a função de objecto, assim determinados (com determinante Ø), forem plurais. Estando em causa, aliás, uma construção ‘V Ø N’ cujos Ns apresentam um funcionamento discreto, nestes enunciados, está ilustrado o facto, sintetizado em Correia (2002), de que “Com Ns discretos a possibilidade de ocorrência de determinante Ø, em português, só é possível numa posição de OD, quando os Ns são [+ plural]” (*idem, ibidem*: 209).

⁴⁰³ Embora em Mateus *et aliae* (2003), se designe os “bare plural” como “expressões plurais indefinidas determinadas quantitativamente” (*idem, ibidem*: 229), a tradução para português do termo linguístico “bare plural” não se encontra estabilizada num termo que permita dar conta deste conceito de forma sucinta e fiel. Consequentemente, optamos, no decurso deste trabalho, ora pela manutenção da designação original, “bare plural”, ora pela designação “plural não quantificado”.

Mas, se estes enunciados só admitem a pluralização dos grupos nominais, outros há em que a pluralização dos grupos nominais não é possível sem que a introdução de qualquer mudança em termos de determinação nominal acarrete uma alteração de sentido dos verbos e dos valores de determinação modal por si marcados. É o caso, precisamente, dos seguintes enunciados com *achar*, verbo com o qual é muito produtiva uma complementação nominal com determinante Ø.

9.10 Papá! Ganhaste um prémio de literatura! Pela minha parte, *não achei graça*: - É para me dizer isso que telefonas? (Ref: L0749P0126X)

9.11 Maria *achou graça* diante de Deus

9.12 [...] imitando os outros, [...] *achavam sabor* em comentar a clássica e pitoresca ovelha tresmalhada de todos os burgos (Ref: L0023P0135X)

9.13 [...] todos *acharam abrigo* no cristianíssimo peito de D. Constantino (Ref: L0520P0181X)

9.14 Depois, quando veio acima, o seu sorriso *achou espelho* no rosto de cada camarada (Ref: L0281P0282X)

9.15 Quem vinha ganhar dinheiro tinha de dar a sua conta, ou então sucedia-lhe como ao tocador dos Cadafais, que só fizera um baile em Porto de Muge e nunca mais *achara ganho* em festa de avieiro (Ref: L0281P0078X)

9.16 Na proa, um alçava a candeia para *achar caminho*, enquanto o outro não largava os remos, sempre atento às indicações do camarada (Ref: L0281P0294X)

9.17 Nada mais diferente de um francês do que um português; nem eu compreendo que satisfação, *que gozo possa achar* o espírito português em se nutrir, em se banhar nas criações do espírito francês (Ref: L0299P0405X)

9.18 Ora essa! Então parece-lhe que se pode *achar gosto* em lê-los? (Ref: L0016P0035X)

Correspondentes à construção 'V Ø N', as sequências aqui ilustradas - *achar graça* (1) (9.10), *achar graça* (2) (9.11)⁴⁰⁴, *achar sabor*, *achar abrigo*, *achar espelho*, *achar ganho*, *achar caminho*, *achar gozo*, *achar gosto* - são identificadas na generalidade dos estudos gramaticais como expressões fixas ou como locuções verbais que, enquanto tal, são geralmente analisáveis como um todo.

De acordo com a caracterização do determinante Ø proposta em Correia (*ibidem*), não só se reconhece a possibilidade de se autonomizar o N presente, assim como o facto de sobre ele incidirem operações de determinação nominal ou verbal, segundo o pressuposto de que "[...] só será possível analisar construções com determinante Ø se se tiver em conta um conjunto de valores que ultrapassam os valores inerentes a um determinante específico, tendo sempre presentes os valores existentes na totalidade do enunciado" (*idem, ibidem*: 208).

Em virtude da impossibilidade de introdução de uma qualquer modificação morfo-sintáctica nos Ns que integram as construções 'V Ø N' nos enunciados 9.10 a 9.18, conclui-se que preside à sua determinação uma operação preponderantemente qualitativa, de reenvio da ocorrência à noção. Assim, note-se como, efectivamente, nas expressões acima identificadas, está em causa a representação das próprias noções, respectivamente, de /graça/ (1), /graça/ (2), /sabor/, /abrigo/, /espelho/, /ganho/, /caminho/, /gozo/ e /gosto/, já que os nomes que as lexicalizam apresentam, todos eles, um funcionamento compacto: em cada caso, a ocorrência construída (de /graça/ (1), /graça/ (2), /sabor/, /abrigo/, /espelho/, /ganho/, /caminho/, /gozo/ e /gosto/) corresponde a uma entidade particular cujas qualidades correspondem àquelas pelas quais se define a noção, não sendo, portanto, uma instanciação quantitativa, mas sim uma instanciação qualitativa, dessa noção (ver § 2.3.1).

A determinação de alguns destes nomes pela presença de um artigo definido ou pela presença de um artigo indefinido marcaria, no primeiro caso - *achar o abrigo*, *achar o espelho*, *achar o caminho* -, uma operação de identificação

⁴⁰⁴ A necessidade de distinguir cada uma das expressões *achar graça* como (1) e (2) deve-se ao facto, facilmente constatável nos enunciados 9.10 e 9.11, de actualizarem sentidos diferentes, que, mais adiante, procuramos descrever.

qualitativa, no segundo – *achar um abrigo, achar um espelho, achar um caminho* -, a operação de extracção de uma ocorrência da classe de ocorrências abstractas da noção, apresentando estes nomes, em ambas as circunstâncias, um funcionamento discreto. Em ambos os casos, deixaria de se associar a *achar* um sentido modal – equivalendo a *encontrar*.

Apresentando uma determinação interna de tipo compacto, os nomes que integram as expressões *achar graça* (1), *achar sabor, achar gozo, achar gosto* não recusam outro género de formatação, marcada ora por um artigo definido, ora por um artigo indefinido. Embora se esteja perante um homogéneo, definido topologicamente como uma zona fechada, é possível a coocorrência destes nominais com o artigo definido como determinante funcionando como um discretizador, como um falso discretizador, aliás, uma vez que o seu valor é preponderantemente qualitativo - *achar a graça* (1), *achar o sabor, achar o gozo, achar o gosto*. Consequentemente, estas expressões tendem a precisar do recurso a um suporte da predicação - *achar a graça das tuas piadas, achar o sabor das coisas, achar o gozo na viagem, achar o gosto pela vida*.

É possível ainda a coocorrência destes nominais com o artigo indefinido como determinante, desde que com recurso a uma propriedade diferencial enquanto suporte da predicação: *achar uma graça enorme, achar um sabor impressionante, achar um gozo irrepetível, achar um gosto kitsch*. Não se está, ainda assim, neste caso, perante uma quantificação, uma vez que o funcionamento discreto (falsamente discreto, aliás) a que se vêm sujeitos estes nomes - com recurso, atente-se, a uma propriedade diferencial - permite distinguir um caso particular das noções /graça/, /sabor/, /gozo/, /gosto/, ou seja, uma sua ocorrência determinada de forma preponderantemente qualitativa, viabilizando, desta feita, o emprego de *achar* com sentido modal.

Apresentam-se como excepção a esta necessidade de uma propriedade diferencial linguisticamente expressa enunciados exclamativos como os que se seguem:

9.19 *Achei uma graça!*

9.20 *Achei um sabor!*

9.21 *Achei* um gozo!

9.22 *Achei* um gosto!

Constrói-se, nestes casos, marcado através de um meio prosódico (exclamação), o valor de alto grau de uma propriedade₁ (propriedade de índice 1), pela predicação de uma propriedade₂ (propriedade de índice 2), diferencial relativamente à propriedade₁ (ver Culioli, 1974: 7ss). Tal propriedade diferencial (propriedade₂), servindo de localizador à propriedade₁, pode corresponder a uma escala, (“[...] un terme qui symbolise [...] un qualificatif intensif” (*uma graça daquelas!*) ou a um localizador “[...] qui réfère à la situation d’énonciation” (*idem, ibidem: 7*) (*uma graça que eu não te digo nada!*)⁴⁰⁵. Uma vez que uma ocorrência da noção é localizada em relação à própria noção definida intensionalmente, está-se perante um esquema de auto-localização (ou localização circular, já que consiste na localização de um termo em relação a si mesmo), sendo o artigo indefinido marcador de “uma apreciação suplementar efectuada pelo enunciador” (T. Oliveira, 1997: 106). Passa-se, por conseguinte, de um funcionamento discreto (falsamente discreto, aliás) a um funcionamento compacto: “On a ainsi construit une valeur référentielle qui, n’étant rapportée à aucun repère externe particulier, parcourt la classe (infinie) de toutes les valeurs possibles dans toutes les situations possibles” (Culioli, *ibidem: 8*)⁴⁰⁶.

Sob ponto de vista do valor modal construído e de acordo com a proposta de Culioli, a exclamação - como a interrogação e a ordem - é integrada, com a asserção estrita, na modalidade de tipo 1 (ver § 3.3.2). Defende-se, aliás, em

⁴⁰⁵ Recorde-se que o valor de alto grau resulta do percurso abstracto das ocorrências que se situam no interior do domínio nocional. Por exemplo, *graça, pouca graça, alguma graça, muita graça, muitíssima graça, uma graça (daquelas / que não tenho palavras)*. Refira-se ainda o facto de a operação de percurso permitir explicar, além dos diferentes valores genéricos marcados por indefinidos (ver § 4.2), as afinidades existentes entre enunciados interrogativos e exclamativos (ver Campos 1998a: 101ss).

⁴⁰⁶ A propósito da construção de enunciados exclamativos, ver, além de Culioli (1974), Culioli (1992a e 1992b) e também Campos (no prelo b), T. Oliveira (1997) e Guillemin-Flescher (1997).

Campos (1998a: 231), que, como resultado de uma operação de auto-localização, é sempre seleccionada uma interpretação epistémica. No entanto, conforme se afirma em Campos (no prelo b), correspondendo a uma predicação de alto grau, “[...] a exclamativa marca uma apreciação qualitativa”, isto é, a construção de um valor modal apreciativo (ver § 3.3.2). Em todos estes enunciados exclamativos, se constrói, sobre uma asserção pré-construída, nestes casos implícita (como resultado da operação de auto-localização que caracteriza o valor de alto grau), uma apreciação aprovativa de alto grau.

Com a excepção dos enunciados exclamativos **9.19** a **9.22** (em que *achar* tem uma interpretação apreciativa), em quase todos os restantes atrás propostos e aqui retomados - enunciados **9.12** a **9.18** e resultantes da sua manipulação, por via da introdução de diferentes formas de determinação nominal do complemento objecto - *achar* tem um sentido parafraseável por *encontrar*, um sentido não modal, portanto.

9.12 [...] imitando os outros, [...] *achavam sabor* em comentar a clássica e pitoresca ovelha tresmalhada de todos os burgos (Ref: L0023P0135X)

9.13 [...] todos *acharam abrigo* no cristianíssimo peito de D. Constantino (Ref: L0520P0181X)

9.14 Depois, quando veio acima, o seu sorriso *achou espelho* no rosto de cada camarada (Ref: L0281P0282X)

9.15 Quem vinha ganhar dinheiro tinha de dar a sua conta, ou então sucedia-lhe como ao tocador dos Cadafais, que só fizera um baile em Porto de Muge e nunca mais *achara ganho* em festa de avieiro (Ref: L0281P0078X)

9.16 Na proa, um alçava a candeia para *achar caminho*, enquanto o outro não largava os remos, sempre atento às indicações do camarada (Ref: L0281P0294X)

9.17 Nada mais diferente de um francês do que um português; nem eu compreendo que satisfação, *que gozo possa achar* o espírito português em se nutrir, em se banhar nas criações do espírito francês (Ref: L0299P0405X)

9.18 Ora essa! Então parece-lhe que se pode *achar gosto* em lê-los? (Ref: L0016P0035X)

Exceptuam-se igualmente os enunciados **9.10** e **9.11**, também aqui retomados,

9.10 Papá! Ganhaste um prémio de literatura! Pela minha parte, *não achei graça*: - É para me dizer isso que telefonas? (Ref: L0749P0126X)

9.11 Maria *achou graça* diante de Deus

em que o verbo *achar*, embora divirja em termos das configurações de sentido que apresenta, não é, em ambos os casos, parafraseável por *encontrar*.

Uma primeira evidência da especificidade em causa no enunciado **9.10** reside no facto de que, se, por um lado, *achar graça* (1) pode ser parafraseável por *achar que tem graça* (o enunciado **9.10** é parafraseável por *Pela minha parte, não achei que tivesse graça*), qualquer uma das restantes expressões que integram os restantes enunciados (de **9.12** a **9.18**, assim como **9.11**) não pode ser parafraseável com recurso a uma construção completiva.

O valor modal do enunciado **9.10**, com a expressão *achar graça* (1), é estritamente qualitativo, pelo que será de natureza apreciativa. O sujeito modal situa-se, intelectual ou emotivamente⁴⁰⁷, perante uma ocorrência de uma relação predicativa cuja validação foi construída numa outra situação de enunciação que não aquela em que é construído o valor modal em análise. Isto é, o sujeito modal

⁴⁰⁷ É em Campos (no prelo b) que - numa tentativa de superar a dificuldade em que, reconhecidamente, radica “uma caracterização que permita isolar e identificar esta modalidade [apreciativa] como um objecto de análise sobre o qual se possa construir um cálculo” (*idem, ibidem*: 5) - se refere a especificidade do juízo modal apreciativo como sendo “um juízo intelectual ou emotivo” (*idem, ibidem*: 6).

Na abordagem semântico-sintáctica e pragmática proposta em J. Fonseca (2001), tem-se como objecto de análise os, por si considerados, “[...] predicados que denotam movimentos passionais ou afectivos e emotivos – ou mais simplesmente, [...] predicados de sentimento” (*idem, ibidem*: 41).

“[...] emite um juízo, intelectual ou emotivo [...], sobre um estado de coisas que é do conhecimento dos participantes da enunciação” (Campos, no prelo b: 6).

Como a expressão predicativa *achar graça* (1), com o nominal *graça*, temos as expressões predicativas, também nominais (ou predicados nominais), *achar interesse*, *achar piada*, mas também as expressões predicativas adjectivais (ou predicados adjectivais) *achar interessante*, *achar engraçado* (enunciados **9.23** e **9.24**), assim como as expressões predicativas adverbiais *achar bem*, *achar mal* (enunciados **9.25** e **9.26**), todas elas marcadoras de um valor modal apreciativo⁴⁰⁸:

9.23 Ele *acha* interessante que as tuas redes neuronais se tenham configurado desse jeito

9.24 *Achei* engraçado mascarares-te de fantasma

9.25 *Acho* bem que tenhas ido visitar o teu tio

9.26 *Acho* mal que a Luisa não estude de manhã⁴⁰⁹

Estes enunciados ilustram o caso em que, com a construção de valores modais de tipo apreciativo, não está em causa a validação da relação predicativa⁴¹⁰.

⁴⁰⁸ Além destas estruturas de tipo pessoal, também certas estruturas de tipo impessoal, com predicados adjectivais e sempre com um complemento frásico no modo conjuntivo, podem ser marcadoras da construção de um valor modal apreciativo (ver § 3.1.1). Veja-se, por exemplo, os enunciados:

- (i) Foi bom que viesses
- (ii) É surpreendente que, tendo vivido dois meses em França, a Joana não perceba nada de francês

Refira-se igualmente o facto de ser possível a construção de um valor modal apreciativo num enunciado cujo complemento objecto (C₁) de *achar* seja uma construção transitiva-predicativa (ver § 8), como por exemplo, em *Achei engraçada aquela forma de a Sofia receber os amigos*.

⁴⁰⁹ Enunciado já introduzido no § 3.1.1 e agora retomado.

A asserção apreciativa, positiva ou negativa (isto é, de aprovação ou de reprovação)⁴¹¹, corresponde, nestes enunciados, apenas à construção, por parte do enunciador, de uma apreciação sobre o carácter interessante, engraçado, bom, mau, etc. do conteúdo proposicional de uma relação predicativa construída como validada (ou como não validada, no caso de **9.26**) noutra situação de enunciação (Sit) que não na situação de enunciação em curso (Sit₀). Conforme se propõe em Campos (no prelo b),

“o valor apreciativo corresponde à apreciação sobre um estado de coisas como desejável ou indesejável [sublinhados do autor]. Em T tempo da enunciação, o sujeito modal emite um juízo intelectual ou emotivo, positivo ou negativo, [...] sobre uma ocorrência de uma relação predicativa cuja validação ou não-validação foi construída numa situação de enunciação distinta daquela em que é construído o valor modal em análise” (*idem, ibidem*: 6).

Nos enunciados **9.23** a **9.26**, as asserções modalizadas apreciativamente correspondem, efectivamente, a pré-construídos. A construção e a validação das relações predicativas <as tuas redes neuronais, configurar-se, desse jeito> (**9.23**), <tu, mascarares-te, de fantasma> (**9.24**), <tu, visitares, tio> (**9.25**) e a não-validação da relação predicativa <Luisa, estudar, de manhã> (**9.26**) dão-se numa situação de enunciação (Sit) distinta de Sit₀. Pelo facto de a validação / não-validação das relações predicativas em causa se dar noutra Sit e de constituir um pré-construído, com a construção de uma modalidade de tipo apreciativo está em causa uma

⁴¹⁰ Ver atrás (§ 3.1.1) referência – conforme proposto em Campos e Xavier (1991) - à também possível construção de um valor modal apreciativo incidente sobre uma relação predicativa que é construída e validada (ou não validada) na mesma situação de enunciação (Sit₀).

⁴¹¹ Afirma-se, aliás, em J. Fonseca (1993), que, contrariamente ao que se verifica com outros verbos (por exemplo, *infamar*), “O verbo *achar* surge como amplamente aberto a apreciações diversas, realizadas em TP [termos predicativos], que respeitem ao seu complemento directo” (*idem, ibidem*: 58). Nos termos propostos por este autor, não comportará no seu semema, exclusivamente, o traço /+ *apreciação negativa*/ ou o traço /+ *apreciação positiva*/ (*idem, ibidem*).

operação de determinação preponderantemente qualitativa – (Qnt) Qlt -, operação que releva das relações intersubjectivas e da posição do enunciador⁴¹².

Dir-se-á assim, que, nestes exemplos, são marcadores do valor modal apreciativo, por um lado, a relação de imbricação, comum aos três casos, por outro, o estatuto metalinguístico de pré-construído de cada uma das relações predicativas imbricadas, ou seja, o estatuto metalinguístico de cada uma das asserções construídas como validadas numa situação de enunciação distinta de Sit₀, sobre a qual incide a operação modal apreciativa.

Nos enunciados **9.23**, **9.25** e **9.26**, o estatuto metalinguístico de pré-construído inerente à construção de um valor modal apreciativo apresenta-se, por sua vez, marcado no modo do conjuntivo dos verbos das imbricadas (*se tenham, tenhas ido, estude*)⁴¹³. Neste caso, o conjuntivo marca precisamente que a relação predicativa se apresenta como validada (ou como não validada) numa

⁴¹² A este propósito, ver atrás (§ 3.1.1) referência à relação existente entre modalidade apreciativa e factividade, relação esta já referida por outros autores, como Campos (no prelo b) e J. Fonseca (1991).

Veja-se, por exemplo, os termos em que, em J. Fonseca (*ibidem*), se refere a esta realidade. Retomando o conceito de bidireccionalidade, enquanto característica dos processos mentais (Halliday, 1985), para o reconhecer extensivo a predicados que, como os aqui exemplificados, podem ser nominais e adjectivais, em J. Fonseca (*ibidem*), faz-se menção precisamente do facto de o segundo actante destes predicados receber “uma interpretação proposicional”, em virtude de denotar “um estado de coisas projectado como verdadeiro, por força da factividade positiva (em alguns casos semifactividade)” (*idem, ibidem*: 11). Por isso mesmo – continua este autor – o segundo actante, ou complemento proposicional, “pode ser introduzido pelo segmento *o facto de*, conduzindo, então, ou a *o facto de que F* ou a *o facto de F_{infinitiva}*” (*idem, ibidem*).

⁴¹³ Se, por um lado - e conforme atestam os enunciados **9.23**, **9.25** e **9.26** -, a construção exclusiva em Sit₀ da modalidade apreciativa apresenta sempre o verbo da relação imbricada no modo conjuntivo, por outro lado, a modalização apreciativa que - de acordo com Campos e Xavier (1991) e atrás referida - se pode associar à construção, em Sit₀, da relação predicativa e da sua asserção (positiva ou negativa) é marcada pelo modo indicativo. Veja-se os seguintes exemplos:

- (i) Felizmente, todos os amigos Ana vieram à festa
- (ii) Infelizmente, o Luís chegou atrasado

situação de enunciação distinta de Sit₀⁴¹⁴. Em particular, o conjuntivo marca - como víamos atrás -, nos enunciados **9.23** e **9.25**, a validação e, no enunciado **9.26**, a não-validação das respectivas relações predicativas imbricadas, numa situação de enunciação distinta de Sit₀⁴¹⁵.

Com o verbo da relação imbricante no infinitivo flexionado, o enunciado **9.24** ilustra a possibilidade de alternância existente, em contextos de complementação, entre os empregos do conjuntivo e do infinitivo, flexionado ou não flexionado (ver T. Oliveira, 2002b). A forma não finita do complemento proposicional, neste caso

⁴¹⁴ De acordo com as sínteses propostas em Campos; Xavier (1991) e também em Campos (1997b) e em T. Oliveira (2000a e 2002b), o modo conjuntivo, enquanto marcador do facto de a relação predicativa não ter sido validada nem não validada em Sit₀, não marca, em todos os contextos linguísticos que esta tenha sido validada ou não validada numa situação de enunciação distinta de Sit₀. Refira-se, pois, que, não tendo sido validada nem não validada em Sit₀, a relação predicativa “[...] pode ter sido construída como validável ou não validável” (Campos; Xavier, 1991: 342). Porém, neste caso, não é de natureza apreciativa o valor modal que se constrói. Veja-se, respectivamente, os casos dos enunciados que se seguem, um (i) com valor volitivo, outro (ii) com valor epistémico, outro ainda expressando uma indecisão (iii) (ver § 11.3):

- (i) A Ana deseja que te corra tudo bem
- (ii) Duvido que alguém me telefone
- (iii) Não sei se te diga o que penso

Sobre os valores do conjuntivo, ver, além de Campos; Xavier (1991) e entre outros, F. I. Fonseca (1970, 1994), Marques (1995), Campos (1997a, 1997b e no prelo b) e T. Oliveira (2000a, 2000b e 2002b).

⁴¹⁵ A factividade de predicadores de modalidade apreciativa denuncia a insuficiência da generalidade das caracterizações que se propõem do modo conjuntivo. Tenhamos presente, por exemplo, Jaspersen (1924), segundo o qual os diferentes modos gramaticais “[...] express certain attitudes of mind of the speaker towards the contents of the sentence [...]” (*idem, ibidem*: 313). Recorde-se ainda a caracterização, proposta em Hooper (1975), do conjuntivo como expressão de não-asserção e do indicativo como asserção, ou ainda, em Palmer (1986), a proposta de que “[...] the choice of the indicative or subjunctive depends upon the degree of commitment by the speaker” (*idem, ibidem*: 4).

Em Campos (1997b) chama-se a atenção para este facto em relação, nomeadamente, à caracterização dos modos verbais em Cunha; Cintra (1984) em que se associa o conjuntivo à expressão de “uma coisa incerta, duvidosa, eventual ou mesmo irreal” (*idem, ibidem*: 464).

flexionado⁴¹⁶, marca, igualmente, a validação da relação predicativa imbricada numa outra situação de enunciação. Sendo o infinitivo neutro quanto à referência temporal, do valor de anterioridade (de T_2 em relação a T_0), marcado pelo tempo gramatical pretérito do verbo modal (*achei*), decorre a construção da validação da relação predicativa imbricada noutra situação de enunciação, isto é, noutro T .

Vejamos seguidamente os enunciados **9.27** e **9.28**, que ilustram um outro valor modal de que o verbo *achar* pode ser marcador:

9.27 Eu por mim *acho* que de modo algum queiras curá-la à pressa, porque lhe pode fazer mal (Ref: L0290P0585X)

9.28 *Acho* bem que te prepares para o pior

Nestes casos, constrói-se um valor intersubjectivo, característico da modalidade intersujeitos, marcado igualmente pelo emprego do conjuntivo ao nível da imbricada (*queiras, prepares*) (ver § 3.3.2)⁴¹⁷. Mantém-se a construção de um valor modal apreciativo, mas o carácter prospectivo associado à relação predicativa imbricada, isto é, o facto de esta se apresentar como validável numa situação de

⁴¹⁶ Admitindo a hipótese de o verbo da imbricante ocorrer no infinitivo não flexionado, estaríamos, necessariamente, perante um enunciado cujos sujeitos das relações imbricante e imbricada seriam correferenciais. Veja-se, por exemplo, *Achei engraçado passear mascarado de fantasma*.

⁴¹⁷ Muito produtivo como marcador de modalidade intersujeitos em frases independentes (por exemplo, *Virem-se para a frente!*, *Tivesses estudado!*), o conjuntivo surge também frequentemente como marcador da mesma modalidade em estruturas de subordinação (ver T. Oliveira, 2002b). Serve – afirma-se em F. I. Fonseca (1994) – para formular “[...] instruções orientadas para uma intervenção no comportamento do interlocutor”, pelo que “[...] compartilha com o imperativo a função de marca formal da força ilocutória de tipo *injuntivo*” (*idem, ibidem*: 140).

enunciação distinta de Sit₀, permite reconhecer a construção de um valor directivo indirecto, que instaura uma relação intersubjectiva⁴¹⁸.

Não estando em causa, no domínio da modalidade intersujeitos, a validação ou não-validação da relação predicativa, o modo conjuntivo surge como marcador privilegiado deste valor. No enunciado **9.28**, por exemplo, explicita-se uma relação de restrição, que emana de uma fonte deôntica e que recai sobre o co-enunciador, coagindo-o, de forma indirecta, a realizar a situação descrita pela relação predicativa⁴¹⁹. Está-se, portanto - e como dizíamos -, no domínio do validável, estando em causa, já não a construção de um valor preponderantemente qualitativo – como víamos dar-se na construção de uma modalidade de natureza apreciativa -, mas uma operação de determinação em que há equiponderação de Qnt e Qlt.

Sintetizando: a possibilidade de as formas do verbo *achar* nos enunciados **9.12** a **9.18** poderem ser substituídas por formas de *encontrar* evidencia que se está perante um valor não modal de *achar*. O mesmo não se dirá relativamente aos enunciados **9.10**, **9.19** a **9.22** e **9.23** a **9.26** - em que se constrói um valor modal, de natureza apreciativa (vimo-lo já) -, ao enunciado **9.28** - cujo valor modal construído é de natureza intersubjectiva -, e ao enunciado **9.11**, aqui retomado:

9.11 Maria *achou graça* diante de Deus

⁴¹⁸ O que, na sequência de T. Oliveira (2002b), aqui referimos como “valor directivo indirecto” é, enquanto forma de modalidade intersujeitos, frequentemente, marcado pelo emprego do modo conjuntivo. Prende-se com a construção de actos directivos indirectos, “[...] em que a forma indirecta de agir sobre o interlocutor consiste em atenuar, submetendo-o (cortês ou ironicamente) a uma *condição implícita*, quer um pedido (*Se pudesses abrir a janela...*), quer uma ordem (*Se te calasses!*), quer uma ameaça (*E se apanhasses agora duas bofetadas?*)” (F. I. Fonseca 1994: 143).

⁴¹⁹ Por outras palavras, o enunciador-locutor age sobre o co-enunciador (sujeito do enunciado ou não) a fim de que este realize agentivamente o conteúdo da relação predicativa modalizada.

Neste enunciado, a expressão *achar graça* (2) pode ser parafraseável pela forma reflexa do verbo *encontrar* (*Maria encontrou-se em graça diante de Deus*) ou mesmo pela forma reflexa do próprio verbo *achar* (*Maria achou-se em graça diante de Deus*).

Uma descrição do valor aqui construído exigirá, por conseguinte, que, no seguimento deste estudo, se dedique uma atenção particular à possibilidade que certos verbos conceptuais apresentam de serem empregues, alternativamente, na forma não reflexa e na forma reflexa, com consequências em termos da sua configuração de sentido (ver, adiante, § 9.2).

9.2 Formas reflexas de verbos conceptuais. O caso de *achar-se*

Os verbos *achar*, *julgar*, *crer*, *supor*, mas também *saber* e *acreditar*, apresentam a forma reflexa quando o sujeito da relação imbricada é correferencial com o sujeito da relação imbricante. Veja-se os enunciados 9.29 a 9.44:

9.29 Um dia Amélia *achou-se farta* daquela existência de pontualidade, de cafés servidos, de embalagens de açúcar contadas (Ref: L0501P0133X)

9.30 A multidão *arrastou-me* em direcção à saída, e, com o meu saco de couro safado na mão, *achei-me no alto duma vasta escadaria*, onde parei (Ref: L0468P0145X)

9.31 Quando eu contava que nos íamos *achar em colaboração* - vi que nos *achávamos em contradição* (Ref: L0290P0565X)

9.32 À dita confita, *achei-me com dois pintos no bolso* e, eles a chocalharem, a chocalharem-me também nos ouvidos as gargalhadas de Brízida, minha prima direita (Ref: L0077P0017X)

9.33 Tal como as coisas estão – eu *acho-me em correspondência* com diferentes *governess*, e tenho mesmo marcado *rendez-vous*. (Ref: L0290P0360X)

9.34 Tendo eliminado esta fácil impessoalidade, *achou-se sem léxico* que não fosse perigosamente familiar, íntimo (Ref: L0521P0197X)

9.35 *Achava-me no dever* de te comunicar o que te dizia respeito nas disposições testamentárias do teu pai (Ref: L0036P0043X)

9.36 Um anjo podia vir buscá-la para a conduzir ao seio de Abraão, que *não se achava em falta*; podia vir que se não deixava saudades tampouco as levava (Ref: L0006P0184X)

9.37 *Entre eles achava-se também a criada* de João Semana, a qual viera comprar arroz para o jantar de seu amo (Ref: L0523P0321X)

9.38 Era bonita e, por isso mesmo, tinha tido experiências pesadas de homens que, por dormirem com ela, *se julgavam autorizados* à tirania dos amantes (Ref: L0071P0134X)

9.39 Desde o princípio tiveram os homens de *se julgar semideuses* caídos de sua graça por obra da mulher (Ref: L0263P0180X)

9.40 E nem adianta acrescentar que a qualquer um sobejam razões para *se julgar causa* dos efeitos todos, estes de que viemos falando e mais os que são nossa parte exclusiva para o funcionamento do mundo (Ref: L0487P0015X)

9.41 - Vai conhecer duas boas almas - disse Madalena, voltando-se para Henrique - minha tia é uma santa senhora, cujo pior defeito é *crer-se vítima* dos criados (Ref: L0016P0056X)

9.42 Não te lembras daquele desgraçado do Pé do Monte, que *se supunha* rei? (Ref: L0016P0370X)

9.43 O homem *sabia-se incapaz* de obedecer àquela ordem absurda

9.44 Depois de cumprir o que lhe coube, a Ana *acreditava-se livre*

Cada um destes enunciados apresenta como complemento objecto (C₁) uma construção transitiva-predicativa, cujos termos predicativos podem, como nos casos atrás tratados (ver § 8), corresponder morfo-sintacticamente a uma expressão adjectival (enunciados **9.29**, **9.38**, **9.43**, **9.44**), a um grupo nominal (enunciados

9.34, 9.40, 9.41, 9.42) ou a um grupo preposicional (enunciados **9.30, 9.31, 9.32, 9.33, 9.34, 9.35, 9.36, 9.37**).

Porém, nem todos estes enunciados apresentam a possibilidade de ver convertido o seu objecto de natureza transitiva-predicativa numa completiva, sem que se registre uma mudança de sentido.

9.29a Um dia Amélia *achou que estava farta* daquela existência de pontualidade, de cafés servidos, de embalagens de açúcar contadas

9.30a A multidão arrastou-me em direcção à saída, e, com o meu saco de couro safado na mão, *achei que estava no alto duma vasta escadaria*, onde parei

9.31a Quando eu contava que íamos *achar que estávamos em colaboração* - vi que *achávamos que estávamos em contradição*

9.32a À dita confita, *achei que estava com dois pintos no bolso* e, eles a chocalharem, a chocalharem-me também nos ouvidos as gargalhadas de Brízida, minha prima direita

9.33a Tal como as coisas estão – eu *acho que estou em correspondência com diferentes governess*, e tenho mesmo marcado *rendez-vous*

9.34a Tendo eliminado esta fácil impessoalidade, *achou que estava sem léxico* que não fosse perigosamente familiar, íntimo

9.35a *Achava que era meu dever* de comunicar-te o que te dizia respeito nas disposições testamentárias do teu pai

9.36a Um anjo podia vir buscá-la para a conduzir ao seio de Abraão, que *não achava que estivesse em falta*; podia vir que se não deixava saudades tampouco as levava

9.37a Entre eles *achava que estava também a criada de João Semana*, a qual viera comprar arroz para o jantar de seu amo

9.38a Era bonita e, por isso mesmo, tinha tido experiências pesadas de homens que, por dormirem com ela, *julgavam que estavam autorizados* à tirania dos amantes

9.39a Desde o princípio tiveram os homens de *julgar que eram semideuses* caídos de sua graça por obra da mulher

9.40a E nem adianta acrescentar que a qualquer um sobejam razões para *julgar que é causa dos efeitos todos*, estes de que viemos falando e mais os que são nossa parte exclusiva para o funcionamento do mundo

9.41a - Vai conhecer duas boas almas - disse Madalena, voltando-se para Henrique - minha tia é uma santa senhora, cujo pior defeito é *crer que é vítima* dos criados

9.42a Não te lembras daquele desgraçado do Pé do Monte, que *supunha que era rei*?

9.43a O homem *sabia que era incapaz* de obedecer àquela ordem absurda

9.44a Depois de cumprir o que lhe coube, a Ana *acreditava que estava livre*

Por um lado, nos enunciados **9.38a** a **9.44a**, com uma completiva como complemento, mantém-se inalterável o valor modal epistémico de que são marcadores os verbos (na forma reflexa) *julgar* (**9.38**, **9.39**, **9.40**), *crer* (**9.41**), *supor* (**9.42**), *saber* (**9.43**) e *acreditar* (**9.44**), quando com um complemento transitivo-predicativo. Haverá, por conseguinte, uma equivalência entre as seguintes expressões:

- (a) *julgar-se autorizado* (**9.38**) e *julgar que se está autorizado* (**9.38a**),
- (b) *julgar-se semideus* (**9.39**) e *julgar que se é semideus* (**9.39a**),
- (c) *julgar-se causa* (**9.40**) e *julgar que se é causa* (**9.40a**),
- (d) *crer-se vítima* (**9.41**) e *crer que se é vítima* (**9.41a**),
- (e) *supor-se rei* (**9.42**) e *supor que se é rei* (**9.42a**),
- (f) *saber-se incapaz* (**9.43**) e *saber que se é incapaz* (**9.43a**),
- (g) *acreditar-se livre* (**9.44**) e *acreditar que se é livre* (**9.44a**).

Por outro lado, a conversão de um complemento transitivo-predicativo numa completiva, nos enunciados **9.29a** a **9.37a**, resulta numa alteração de sentido do verbo *achar* (na forma reflexa). Este verbo, parafraseável por *encontrar-se* na generalidade dos enunciados **9.29** a **9.37**, passa, nos enunciados **9.29a** a **9.37a**, a marcar um valor modal epistémico, em virtude da natureza sintáctico-semântica do seu objecto. Assim, com excepção do que se passa com (j) (*achar-se em colaboração / em contradição*), (m) (*achar-se em correspondência*) e (o) (*achar-se no dever*), cujo sentido tanto pode ser modal como não modal, as expressões que se seguem não correspondem entre si, em termos de sentido:

(h) *achar-se farta* (**9.29**) e *achar que se está farta* (**9.29a**)

(i) *achar-se no alto duma vasta escadaria* (**9.30**) e *achar que se está no alto duma vasta escadaria* (**9.30a**)

(j) *achar-se em colaboração / em contradição* (**9.31**) e *achar que se está em colaboração / em contradição* (**9.31a**)

(l) *achar-se com dois pintos no bolso* (**9.32**) e *achar que se está com dois pintos no bolso* (**9.32a**)

(m) *achar-se em correspondência* (**9.33**) e *achar que se está em correspondência* (**9.33a**)

(n) *achar-se sem léxico* (**9.34**) e *achar que se está sem léxico* (**9.34a**)

(o) *achar-se no dever* (**9.35**) e *achar que é seu dever* (**9.35a**)

(p) *não se achar em falta* (**9.36**) e *não achar que se está em falta* (**9.36a**)

Tendo em conta, sobretudo, as condicionantes impostas pelos contextos em que ocorrem (ver enunciados **9.29** a **9.36**), nas expressões (h) (*achar-se farta*), (i) (*achar-se no alto duma vasta escadaria*), (l) (*achar-se com dois pintos no bolso*) (n) (*achar-se sem léxico*), (p) (*não se achar em falta*) *achar* não tem um sentido modal, seja epistémico, seja apreciativo. Prova disso é o facto de o seu complemento predicativo não ser parafraseável com recurso a uma construção completiva.

Assim, de entre os verbos conceptuais em estudo que apresentam a possibilidade de ser empregues na forma reflexa, apenas *achar-se* regista uma oscilação entre um sentido associado à construção de um valor modal - epistémico ou apreciativo - e um sentido não modal, parafraseável por *encontrar-se*. *Julgar*, *crer*, *supor*, mas também *saber* e *acreditar*, nas respectivas formas reflexas, apresentam, invariavelmente, um sentido associado à construção de um valor modal epistémico.

9.3 *Saber*, um caso particular

Quer quando ocorre com um complemento objecto proposicional, quer quando tem um objecto nominal, *saber* marca a construção de um valor modal de natureza epistémica. Mais precisamente, *saber* marca a construção de um valor modal do domínio do certo, isto é, a validação total da relação predicativa imbricada⁴²⁰. Daí, contrariamente ao verificado relativamente a *achar*, poder falar-se de estabilidade de sentido de *saber*, nestes contextos específicos.

O verbo *saber* marca, de maneira explícita, uma assunção epistémica: a relação predicativa imbricada é situada em relação a um sujeito, cujo conhecimento lhe permite asserir a validação da ocorrência. Nestas condições o verbo *saber* exige que a fonte modal seja efectivamente o pólo de identificação do que é (por si) sabido, sendo por via deste desdobramento do sujeito enunciador (enquanto sujeito que é também sede de um conhecimento) que o valor epistémico construído corresponde a uma asserção reforçada, ou seja, mais forte do que seria uma asserção estrita⁴²¹.

⁴²⁰ Consequentemente, – vimo-lo atrás (§ 6.1) – *saber* não pertence à subclasse dos verbos escalares médios. Difere destes em termos do estatuto epistémico que a relação predicativa imbricada tem, na estrutura do domínio de conhecimentos da fonte enunciativa construída.

⁴²¹ Recorde-se a classificação de *saber* como verbo assertivo forte. Proposta em Borillo (1982), esta classificação repousa precisamente no facto de o valor modal epistémico construído corresponder a uma asserção reforçada, isto é, no facto de este verbo introduzir

Aqui retomado, o valor modal de cuja construção *saber* é marcador - isto é, o valor de modulação de uma asserção através do seu reforço – é um ponto de partida importante para a explicação do seu funcionamento específico. Esta caracterização modal de *saber* permite compreender, mais particularmente, o modo como se constrói uma determinação qualitativa (Qlt) sobre o seu complemento objecto, isto é, as restrições que este verbo impõe sobre o seu complemento objecto.

De natureza estativa, *saber* marca “[...] la possession d'une connaissance concernant um certain état de choses” (Culioli, 1986b: 7)⁴²². Se “possuir um conhecimento” equivale a estar em condições de asserir que determinado valor é, no domínio dos valores modais atribuíveis a uma relação predicativa, adequado ao estado de coisas (ver *idem, ibidem*), digamos que *saber* introduz, indiscutivelmente, uma problemática da verdade. Por outras palavras, na estrutura do domínio de conhecimentos do sujeito do enunciado, a relação predicativa, cuja validação se dá numa situação de enunciação distinta de Sit₀, tem um determinado estatuto epistémico, na medida em que é construída enquanto incondicionalmente aceite como verdade por este sujeito (ver Valentim, 1998: 113ss). Dá-se, por conseguinte, o que, em Lebaud (1991: 1849), se designa por “polarisation subjective”, polarização subjectiva esta que implica que a fonte do saber é o sujeito. Deste facto decorre que o saber seja pouco compatível com o que, ainda em Lebaud (*ibidem*), se designa como “formes d’objectivation”, o que procuraremos demonstrar de seguida ao verificar a natureza predicativa do complemento a que está associada a construção de um valor preponderantemente qualitativo⁴²³.

uma modalização forte da relação predicativa, por parte do sujeito enunciator. Ver, a este propósito, § 6.1.

⁴²² Em H. Campos ([1999] ³2000), *saber* integra, como os demais verbos conceptuais aqui em estudo, a subclasse dos “verbos de percepción” (“verbos que expresan percepción física o mental”). Difere, porém, por corresponder a um “verbo de percepción intelectual”, pelo que, segundo este autor, não é, como *creer, pensar*, etc., um verbo de atitude proposicional.

⁴²³ A etimologia de *saber* é, por si só clarificadora desta “polarização subjectiva”. Do latim SAPĒRE, diz-se em Corominas; Pascual ([1983] ³1997) que, referindo-se ao sentido do gosto, já se empregava figurativamente com o sentido de “ter juízo”, “entender algo”. Daí a substituir, em todas as línguas romances, o sentido de SCIRE foi um passo muito fácil.

Efectivamente, o facto, acima referido, de a validação da relação predicativa imbricada se dar numa situação de enunciação distinta de Sit₀ justifica que se refira, conforme proposto em Franckel; Lebaud (1990), que o complemento de *saber* é de natureza predicativa. Antes de situarmos a nossa análise em enunciados em que o complemento de *saber* é de natureza nominal, retome-se, por exemplo, o enunciado **6.4** (ver § 6.1), aqui renumerado como **9.45**, em que *saber* ocorre com um complemento, necessariamente predicativo, de natureza proposicional:

9.45 Eu sei que o Mário foi para casa

Num enunciado como este, não se constrói a localização situacional do termo complemento objecto. Introduce-se apenas uma determinação qualitativa, cuja fonte – dissémo-lo atrás – é o sujeito modal, neste caso, abstractamente disjuncto do enunciador. O funcionamento predicativo do complemento de *saber* explica-se, pois, pelo facto de este ser objecto de uma determinação quantitativa (Qnt) independentemente do enunciado em curso. Isto é, explica-se pela existência de uma “[...] dissociation entre la construction de la propriété prédiquée et celle du terme sur lequel porte cette propriété et qui constitue son support d’ancrage situationnel” (*idem, ibidem*: 218). Dado um termo situado (isto é, determinado quantitativamente), predicar uma propriedade consiste na atribuição dessa propriedade a esse termo situado (isto é, consiste numa determinação qualitativa).

Com base nesta origem etimológica se explica o facto de a *saber* corresponder também o sentido de “ter um sabor”, sentido este que foi conservado nos romances da Itália e Ibéricos (ver *idem, ibidem*).

Além da etimologia, a nominalização de *saber*, por meio do processo de conversão, permite igualmente demonstrar que, marcando uma “polarização subjectiva”, *saber* é pouco compatível com uma qualquer forma de “objectivação”. Sem se pretender aqui simplificar demasiadamente o difícil problema da formação dos nomes e do seu sentido, parece evidente que uma expressão nominal como, por exemplo, *o saber da civilização ocidental* prestar-se-á a uma interpretação subjectiva, mais do que a uma interpretação objectiva. Trata-se do “saber que a civilização ocidental detém ou possui” e não do “saber que se tem da civilização ocidental”. Da mesma forma as expressões nominais *um bom saber* (ou *um saber bom*) e *um mau saber* (ou *um saber mau*) serão tendencialmente interpretadas, respectivamente, como “um saber benéfico” e “um saber maléfico” e não como uma forma de adequação ou inadequação do saber (ver Lebaud, 1991: 185).

A predicação construída em enunciados como **9.45** implica, portanto, a afectação de uma propriedade ao termo que é o seu suporte, isto é, ao sujeito modal, abstractamente disjunto de S_0 , como é o caso, ou referencialmente dissociado de S_0 . Tal afectação de uma propriedade ao sujeito é uma operação de natureza qualitativa.

Como prova do funcionamento predicativo do complemento objecto de *saber*, verifique-se o facto de enunciados como **9.45**, com uma construção completiva, poderem ocorrer com marcas de estabilização deste complemento enquanto pré-construído. Veja-se, em **9.45a**, a possibilidade de ocorrerem, como marcadores de estabilização, os adverbiais *bem* e *perfeitamente*:

9.45a Eu sei *bem* / *perfeitamente* que o Mário foi para casa

Porém, o funcionamento predicativo do complemento objecto não está associado unicamente à construção de uma relação de imbricação cuja imbricante, como vimos em enunciados anteriormente propostos, corresponda a uma completiva⁴²⁴. Também um complemento objecto nominal, pode marcar a pré-construção de uma relação predicativa (ver Valentim, 1998: 116). Vejamos o seguinte enunciado:

9.46 O Luís sabe a fórmula química da água

O funcionamento predicativo do grupo nominal *a fórmula química da água* explica-se pelo facto de, em coocorrência com *saber*, este objecto registar uma dissociação entre a sua determinação quantitativa (Qnt), ou construção existencial (pré-construída), e a sua determinação qualitativa (Qlt), o seu conteúdo. Enquanto

⁴²⁴ Recorde-se a forma como o complementador *que*, não se limitando a ser um instrumento da relação sintáctica, é um marcador da relação de imbricação como dispositivo de modalização, em virtude de representar, enquanto imagem do enunciador (ver Culioli, 1974), o seu acto assertivo (ver § 4.3).

localizador da determinação qualitativa de *a fórmula química da água*, o sujeito modal (o *Luís*) detém, não o conhecimento da sua existência, mas sim o conhecimento do seu conteúdo, isto é, H_2O . Daí que se possa propor, como paráfrase de 9.46, não *o Luís sabe que a fórmula química da água existe*, mas sim *o Luís sabe que a fórmula química da água é H_2O* . Dir-se-á, assim, que o verbo *saber* institui o sujeito como localizador de uma operação de especificação sendo, por isso mesmo – isto é, pela sua significação -, determinante na interpretação do respectivo objecto directo⁴²⁵.

⁴²⁵ A forma como a significação do verbo *saber* determina a interpretação predicativa do complemento objecto pode ser demonstrada através da comparação com a significação do verbo *conhecer*. Embora, em alguns contextos, *saber* possa ser substituído por *conhecer*, a significação construída através do emprego de cada um destes dois verbos não é a mesma. Se *saber* – vimo-lo – impõe restrições sobre o seu complemento objecto, que deve ser de natureza predicativa, *conhecer* apresenta, necessariamente, um complemento objecto com um funcionamento não predicativo.

Em Franckel; Lebaud (1990), refere-se que *connaître* (num enunciado como *je connais un petit resto sympa*) “[...] marque l’actualisation en Sit_0 de l’existence pour *je* d’un terme qui n’existe pas pour ses interlocuteurs. [...] du fait de cet ancrage situationnel, *connaître* consiste à inscrire l’existence de X [complemento não predicativo] pour l’énonciateur S_0 dans une dimension intersubjective, à rendre publique cette existence” (*idem, ibidem*: 103).

Sendo, no caso do emprego de *conhecer*, o sujeito modal o actualizador de uma relação de localização, assim se explica o que, em Lebaud (1990), se refere como “la neutralisation de l’opposition animé / inanimé pour le sujet” (*idem, ibidem*: 172). Efectivamente, um enunciado como *a economia mundial conhece uma crise sem precedentes* pode ser parafraseado por *a economia mundial está numa crise sem precedentes*, em que o sujeito, sem um papel agentivo, é um mero localizador, actualizador de uma relação de localização cujo termo localizado é a relação predicativa <economia mundial, conhecer, crise sem antecedentes>.

A mesma diferença em termos da significação construída por estes dois verbos fica patente na formulação negativa, proposta em Campos (no prelo a), dos seguintes enunciados adaptados de Franckel; Lebaud (1990):

- (i) O João sabe o teorema de Pitágoras
- (ii) O João conhece o teorema de Pitágoras

Respectivamente:

- (i') Ele não sabe o teorema de Pitágoras porque não o estudou, embora tenha sido dado na aula
- (ii') Ele não conhece o teorema de Pitágoras porque não é do programa

Grupos nominais como *uma mesa* (9.47) ou como *o Francisco* (9.48) não apresentam a mesma possibilidade de dissociação entre determinação quantitativa e determinação qualitativa. Não podem ocorrer como complemento objecto de *saber*, uma vez que são de natureza não predicativa⁴²⁶.

9.47 *O Luís sabe uma mesa

9.48 *O Luís sabe o Francisco

Na sequência 9.47, regista-se uma incompatibilidade entre a operação de extracção (de natureza Qnt) subjacente ao grupo nominal *uma mesa* e a operação de determinação qualitativa sobre o objecto de que *saber* é marcador⁴²⁷. No caso

Com esta manipulação, pretende a autora demonstrar precisamente o funcionamento predicativo do complemento de *saber* e o funcionamento não predicativo de *conhecer*: “[...] verificamos que, no primeiro caso [(i)], o João domina o conteúdo do teorema, ao passo que, no segundo caso [(ii)], ele apenas sabe que o teorema existe” (Campos, *ibidem*: 13).

⁴²⁶ Caso a ter presente, em que o verbo *saber* tem como complemento objecto um grupo nominal determinado como o acima proposto, é o que introduz o conto de Miguel Torga “Jesus”, para cuja interpretação se propõe, em Campos (no prelo a) uma explicação. O conto inclui, logo no seu início, o emprego do verbo *saber* “[...] numa ocorrência geralmente sentida como marginal – ‘Sei um ninho!’ [...]” (*idem, ibidem*: 3). Sugere a autora que, atestando o facto, atrás mencionado, de a significação de *saber* determinar a interpretação do respectivo complemento objecto, esta ocorrência só se explica tendo este grupo nominal (*um ninho*) um valor predicativo: “Ao dizer ‘Sei um ninho!’, o menino não quis dizer que viu ou encontrou um ninho. Não quis dizer sequer que existe um ninho numa determinada árvore. Não é a construção da existência desse ninho que está em jogo. Ao utilizar o verbo *saber*, o que o menino transmite é a existência do seu próprio conhecimento [...], não é ‘um ninho’ como objecto material. É a experiência por que passou a criança, os acontecimentos que testemunhou no cenário daquele ninho e o conhecimento que daí lhe adveio” (*idem, ibidem*: 14) (sublinhados da autora).

⁴²⁷ Refira-se, neste ponto, a possibilidade, nada marginal, de construções em que o complemento de *saber* é de natureza preposicional: *saber de* SN. Veja-se as seguintes ocorrências:

- (i) Sei de uma casa que está para venda e que corresponde ao que procuras

particular do nome próprio (sequência **9.48**), a impossibilidade de este integrar um grupo nominal que, enquanto complemento objecto, apresente um funcionamento predicativo deve-se ao facto de, quando lhes corresponde uma interpretação referenciadora (ver Gary-Prieur, 1994), como é o caso em **9.48**, os nomes próprios não registarem a dissociação das determinações Qnt e Qlt⁴²⁸.

Já nos enunciados abaixo, os grupos nominais que constituem o complemento objecto de *saber* apresentam, como no enunciado **9.46**, um funcionamento predicativo:

9.49 Mas querem vocês *saber uma coisa engraçada*? (Ref: L0016P0349X)

9.50 O Luís *sabe uma história curiosíssima*

-
- (ii) Sabes da Maria?
 - (iii) Não sei dos meus óculos

Em todos estes enunciados, o objecto de *saber* apresenta um funcionamento predicativo, já que a situação inerente ao seu objecto é, em cada um destes casos, eventiva e não estativa (ver § 2.3.1). Senão, vejamos alguns factos linguísticos: em (i), a relativa restritiva, ou pré-construída, (*que está para venda [...]*); em (ii), o facto de poder ter como resposta plausível *Sim, está em casa* e não simplesmente *Sim* ou *Não*; e em (iii), o facto de este enunciado ser parafraseável por “Não sei onde estão os meus óculos”.

Também em Lebaud (1990) se observa, através de um exemplo retirado de uma canção de Jacques Brel, o modo como a significação do verbo *saber* impõe uma interpretação prediativa do complemento objecto, quando este corresponde a um grupo preposicional. Comenta-se assim o enunciado *Je sais d'un pays où il ne pleut jamais*: “Cet emploi très marqué manifeste que *ces pays où il ne pleut jamais* sont véritablement des jardins secrets dont seul le sujet a la jouissance; ils ne sont que pour et par lui” (*idem, ibidem*: 176-177).

⁴²⁸ Ver, a propósito da caracterização dos nomes próprios, entre outros, Correia (2002). Na abordagem que propõe, esta autora trata a relação que os nomes próprios têm com as classes dos nomes comuns, nomeadamente as possibilidades que aqueles apresentam de se poder inter-relacionar com marcas de determinação nominal.

9.51 Foi então que saiu para o nosso herói um toiro cabra, mal intencionado, que já devia *saber o caminho do engano* e ensarilhava a cabeça, como se tivesse olhos abertos na ponta dos cornos. (Ref: L0280P0295X)

9.52 Espíritos curiosos, para não dizer cépticos, querem *saber a causa de tantos, e tão diversos, e tão graves efeitos*, que parece não deveria bastar-lhes o simples rachar-se uma cordilheira (Ref: L0487P0036X)

9.53 Já se *sabe o destino das searas*, está tudo ali no chão (Ref: L0074P0358X)

O mesmo se verifica em todos os enunciados que se seguem, cujos grupos nominais com a função de complemento objecto de *saber*, necessariamente com interpretação predicativa, apresentam uma determinação zero (Ø):

9.54 De qualquer modo, telefonou para *saber notícias*. (Ref: L0071P0255X)

9.55 Como parece *sabia grego e hebraico* e era muito versado na escritura (Ref: L0520P0206X)

9.56 Fora educada nas Salésias; *sabia geografia e todos os rios da China, sabia história e todos os reis de França* (Ref: L0298P0271X)

O funcionamento predicativo dos grupos nominais *uma coisa engraçada* (9.49), *uma história curiosíssima* (9.50), *o caminho do engano* (9.51), *a causa de [...]* (9.52), *o destino das searas* (9.53) e *notícias* (9.54), *grego e hebraico* (9.55), *geografia [...]* e *história [...]* (9.56), volta a explicar-se pelo facto de, enquanto complementos de *saber*, cada um destes grupos nominais registar uma dissociação entre a sua determinação quantitativa (Qnt), e a sua determinação qualitativa (Qlt). Enquanto localizador da determinação qualitativa de cada um destes grupos nominais, o sujeito modal detém, não o conhecimento das suas existências (da existência de *uma coisa engraçada*, de *notícias*, por exemplo), mas sim o dos seus conteúdos (de que *coisa engraçada* se trata, do conteúdo das *notícias*, por exemplo).

Este facto decorre, naturalmente, da forma de determinação que, particularmente os enunciados **9.54** a **9.56**, apresentam. A determinação Ø associada a estes grupos nominais – recorde-se (ver §§ 3.3.1 e 9.1.1) – marca a construção de uma operação preponderantemente qualitativa, de reenvio da ocorrência à noção, operando-se, desta forma, a dissociação entre a sua determinação quantitativa (Qnt), e a sua determinação qualitativa (Qlt).

Mas, detenhamo-nos um pouco mais em cada um destes últimos enunciados. Apenas no enunciado **9.54** se está perante um “bare plural”, ou “plural não quantificado”: este enunciado só é gramatical se o seu complemento, assim determinado (com determinante Ø), for plural (*telefonou para *saber notícia*). Conforme referimos atrás (ver § 9.1.1), em Correia (2002) analisa-se a obrigatoriedade de um N [+plural] enquanto factor em correlação com o tipo de funcionamento discreto do N em causa. Assim, “[...] a existência de um N discreto determinado por Ø só é possível se esse N possuir marcas de plural, permitindo assim que Qnt seja activado de forma a validar a ocorrência da noção” (*idem, ibidem*: 211). Quanto ao valor de que o determinante Ø é marcador, continua esta autora - “[...] se o N é discreto [...], o determinante Ø é marcador de uma quantidade não especificada” (*idem, ibidem*). Mais concretamente, o determinante Ø marca, neste caso, uma operação de percurso por todas as ocorrências da noção /notícia/, sem que se dê a fixação do valor de qualquer uma dessas ocorrências: “todos os elementos da classe são topologicamente equidistantes havendo uma total identificação entre a classe de ocorrências da noção e a noção” (*idem, ibidem*: 212), e, daí o valor preponderantemente qualitativo construído.

Inversamente, a pluralização dos grupos nominais com a função de complemento acarretaria uma má formação enunciativa em **9.55** (**sabia gregos e hebraicos*) e em **9.56** (**sabia geografias*), sendo, neste enunciado, perfeitamente possível, ainda que com diferente sentido, quando o nome em causa é *história* (*sabia histórias*). Nestes enunciados, os nomes, antecidos por determinante Ø e complementos de *saber* - *grego*, *hebraico* e *história* -, apresentam um funcionamento denso. Se, em virtude de marcar “uma quantidade não especificada”, o determinante Ø no enunciado **9.54** pode ser substituído por

qualquer quantificador⁴²⁹, nos enunciados **9.55** e **9.56**, o determinante \emptyset só poderá ser substituído por uma construção com valor partitivo (ver *idem*, *ibidem*). Consequentemente, quando associado a um nome denso, o valor do determinante \emptyset é naturalmente qualitativo⁴³⁰.

A possibilidade de pluralização do nome *história* no enunciado **9.56** deve-se ao facto particular de este nome poder apresentar, quer um funcionamento denso (como é aquele que está patente neste enunciado, ao designar “a história enquanto saber científico”), quer um funcionamento discreto, cujo sentido começa actualmente, sob influência da variante do português do Brasil, a estar associado a *estória*, em detrimento de *história*.

Sintetizando: pode, efectivamente, falar-se de estabilidade de sentido de *saber*, nos contextos específicos atrás ilustrados. Quer quando ocorre com um complemento objecto proposicional, quer quando tem um objecto nominal, *saber* marca, invariavelmente, a construção de um valor modal de natureza epistémica do domínio do certo, impondo como restrição uma interpretação predicativa do complemento. Em virtude da preservação de uma interpretação predicativa do seu complemento objecto, assiste-se à manutenção do valor modal epistémico do domínio do certo quando *saber* ocorre numa interrogativa indirecta (ver adiante, § 11.2), não estando em causa a construção deste mesmo sentido quando o complemento de *saber* é uma completiva infinitiva (ver adiante, §§ 10 e 10.2).

⁴²⁹ Veja-se, atestando este facto, a possibilidade dos seguintes enunciados: *telefonou para saber duas notícias, telefonou para saber todas as notícias*.

⁴³⁰ Atestando o valor qualitativo do determinante \emptyset , verifique-se que, nos enunciados **9.55** e **9.56**, não só se constrói a propriedade do saber, como também a competência ou aptidão, expressa, no enunciado **9.55** de forma mais clara, através de uma performance: *saber grego e hebraico* é “saber compreender, falar, ler e escrever grego e hebraico” (ver § 10.2).

10. Complementação infinitiva. Configuração do sentido volitivo de ‘*pensar V_{inf}*’ e do sentido de capacidade inerente a ‘*saber V_{inf}*’

Um dos factos sintáctico-semânticos relevantes na descrição da forma que o objecto directo de alguns destes verbos pode assumir é a possibilidade de apresentarem um complemento proposicional na forma do infinitivo⁴³¹. Entre outros aspectos relativos à forma de complementação infinitiva, recordemos que esta corresponde a uma relação predicativa imbricada, mas com complementador nulo⁴³².

Vejamos os enunciados **10.1** a **10.5**, que ilustram a possibilidade que os verbos conceptuais *pensar*, *acreditar*, *supor* e *saber* apresentam de coocorrer com complemento infinitivo, seja infinitivo flexionado (**10.3**) seja infinitivo não flexionado (**10.1**, **10.2**, **10.4** e **10.5**).

10.1 Só *pensava enrolar-se* a um canto tolhido de frio (Ref: L0001P0107X)

10.2 Alguns *julgavam ver* as pegadas dos anjos que visitavam os eremitas (Ref: L0299P0104X)

10.3 Sempre me custou *acreditar sermos* casados (Ref: L0487P0321X)

⁴³¹ Propondo-nos tratar a complementação infinitiva, estão, naturalmente, no nosso horizonte as tradicionalmente designadas completivas de infinitivo com função de complemento verbal, estando excluídas, por motivos de delimitação natural deste trabalho, as completivas de infinitivo com função de sujeito.

⁴³² O mesmo não se dirá de infinitivas que realizam interrogativas indirectas, totais ou parciais (ver § 11.3), em que se regista a presença de um complementador (*se*, *como*, *quando*, etc.) que, na generalidade das gramáticas, se diz ser uma marca explícita de subordinação (ver, por exemplo, Hernanz, [1983]³1997):

- (i) O Luís não sabe se chorar ou rir
- (i') O Luís não sabe como reagir

10.4 As empregadas dos *restaurants* *supõem afirmar* a igualdade social sendo sacudidas e mal educadas com os fregueses (Ref: L0085P0040X)

10.5 O pensamento de todos estava na eira, onde o trigo valia um oiro que só o Sr. Ferreira *sabia avaliar* (Ref: L0041P0134X)

Genericamente, o infinitivo não flexionado, enquanto forma verbal defectiva - isto é, desprovido de qualquer marca morfológica de tempo ou de pessoa -, não apresenta marcas de concordância com um sujeito, pelo que constitui, salvo em casos especiais, um elemento oracional dependente⁴³³. Embora não exclusivamente, a sua ocorrência dá-se em configurações sintáctico-semânticas que permitam suprir a sua defectividade em termos morfológicos. Daí que integre, na maioria dos casos, uma relação de imbricação, advindo do verbo da imbricante a sua referência em termos de sujeito assim como a referência temporal⁴³⁴.

⁴³³ O estatuto do infinitivo como forma verbal que ocorre, sobretudo, na dependência de uma estrutura de subordinação deve-se – como dizíamos – à sua morfologia defectiva. No entanto, não são raros os casos em que o infinitivo surge desligado de uma qualquer forma de dependência, estando-se aí na presença do que os estudos gramaticais em geral referem como infinitivos independentes (ver, por exemplo, Hernanz ([1983] ³1997: § 36.4.). Abstraindo, por razões de necessária delimitação deste estudo, as diferentes classificações de infinitivos independentes, considerem-se como exemplos de algumas construções possíveis:

- (i) Eu, render-me?
- (ii) Não pisar as plantas!
- (iii) Corar, não corei, mas fiquei embaraçado

⁴³⁴ Por exemplo, a correlação temporal construída quando o verbo da imbricante é um verbo de percepção sensível, como *ouvir* ou *ver*, caracteriza-se pelo estabelecimento de uma simultaneidade entre o estado de coisas descrito pelo predicado da imbricada e o estado de coisas descrito pelo predicado da imbricante. Veja-se os seguintes enunciados em que, independentemente do valor temporal de anterioridade (i) ou de posterioridade (ii) em relação a T_0 , se constrói uma simultaneidade entre as relações predicativas em relação de imbricação, respectivamente a imbricante <menina, ouvir () > e a imbricada <rouxinol, cantar, uma bela melodia>:

- (i) A menina ouviu o rouxinol cantar uma bela melodia
- (ii) A menina vai ouvir o rouxinol cantar uma bela melodia

A determinação do sujeito de uma infinitiva impessoal releva, precisamente, da sua dependência relativamente à relação imbricante. Por conseguinte, do facto de o infinitivo não flexionado ser neutro do ponto de vista morfo-sintáctico decorre, nos enunciados **10.1**, **10.2**, **10.4** e **10.5**, uma interpretação em que os sujeitos da imbricada e da imbricante são correferenciais⁴³⁵.

A relação predicativa imbricada é, no caso de cada um dos enunciados referidos acima, com excepção de **10.3**, uma relação predicativa não saturada⁴³⁶. Por exemplo, ao enunciado **10.2** - *Alguns julgavam ver as pegadas dos anjos* -, corresponde uma relação predicativa complexa, isto é, uma relação (de imbricação) entre relações predicativas, representável como se segue:

<alguns, julgar < (), ver, pegadas de anjo>>

Mas o lugar não instanciado (C₀, no caso) da relação predicativa imbricada só o é aparentemente, pois, conforme se propõe em Culioli (1989: 121), este lugar argumental é instanciado pelo localizador mais próximo. Como a relação predicativa *< (), ver, pegadas de anjo>* é localizada pelo localizador situacional baseado na coordenada subjectiva (*alguns julgavam*), *alguns* torna-se o seu localizador,

É em função de observações como esta que se defende, a este propósito, por exemplo, em Hernanz ([1983] ³1997) que “[...] son las propiedades léxico-semánticas de los predicados que rigen completivas de infinitivo las que determinan cuál de los argumentos seleccionados por aquellos actúa como controlador del sujeto de tales construcciones” (*idem, ibidem*: 2218).

⁴³⁵ A esta construção, em que o sujeito da forma não pessoal é correferente com o sujeito da relação imbricante, chama-se, em Mateus *et aliae* (2003), “controlo de sujeito”: “Quando é o sujeito da frase superior, lexicalmente realizado ou não, que controla a referência do sujeito foneticamente nulo da completiva de infinitivo não flexionado, a construção denomina-se de controlo de sujeito” (*idem, ibidem*: 632).

⁴³⁶ Culioli descreve, aliás, o infinitivo como um predicado não saturado: “Given a verb P (with the topology attached to the notional representation of P), the infinitive of the said P indicates that we are dealing with an unsaturated unsituated predicate (hence its possible use to refer to the notion at large, in titles or in dictionaries)” (Culioli, 1989: 122).

fornecendo um *síte* ao infinitivo, isto é, estabilizando-o como termo de uma relação de localização⁴³⁷.

O mesmo raciocínio permite explicar a forma como se constrói a referência em termos de sujeito do infinitivo no seguinte enunciado que inclui uma relativa explicativa:

10.2a O Pedro, que alguns julgavam ver pegadas de anjo, era um menino perfeitamente normal

A relação predicativa subjacente à relativa apresenta um lugar argumental vazio: <<*alguns, julgar* <() *ver, pegadas de anjo*>>. Mas só aparentemente, em o *Pedro* \exists <*alguns, julgar* <() *ver, pegadas de anjo*>>, a relação predicativa subjacente que ocupa a posição de C_1 na relação de imbricação (<() *ver, pegadas de anjo*>) é não saturada, pois, como atesta a interpretação de **10.2a**, o seu lugar argumental C_0 é instanciado pelo localizador (*Pedro*). Enquanto oração relativa de natureza explicativa, “alguns julgavam que o Pedro via pegadas de anjo” corresponde à segunda predicação do enunciado **10.2a**.

Voltemos à análise dos enunciados de **10.1** a **10.5**. Do ponto de vista da significação construída, por um lado, *julgar* (**10.2**), *acreditar* (**10.3**) e *supor* (**10.4**), quando com complemento infinitivo, não registam qualquer mudança de sentido relativamente a quando têm outro tipo de complemento, preservando o valor modal

⁴³⁷ Quando o enunciado constrói uma relação inter-agentiva, a determinação referencial do sujeito da relação predicativa imbricada, isto é, a instanciação do lugar argumental C_0 , dá-se de forma diferente (ver Culioli, 1989: 121): o lugar C_0 da relação imbricada encontra-se, explícita (i) ou implicitamente (ii), instanciado, não sendo nunca correferencial ao sujeito da relação imbricante. Por outras palavras, a estabilização do infinitivo como termo de uma relação de localização (isto é, de uma relação predicativa) é assegurada, de forma explícita (i) ou de forma implícita (ii), por um sujeito não correferencial ao sujeito da relação imbricante. Veja-se, por exemplo:

- (i) A professora mandou sair alguns alunos
- (ii) A professora mandou sair

epistémico de asserção fraca, mediante a qual se constrói uma validação subjectiva da relação predicativa imbricada. Por outro lado, com *pensar* (10.1) e com *saber* (10.5), dá-se uma mudança do sentido construído, que pode ser parafraseado, respectivamente, por “pretender” ou “ter a intenção de” (enunciado 10.1a) e “ter habilidade ou capacidade para” (10.5a), pelo que o valor modal construído, epistémico também, é o de asserção estrita:

10.1a Só *pretendia enrolar-se* a um canto tolhido de frio

10.5a O pensamento de todos estava na eira, onde o trigo valia um oiro que só o Sr. Ferreira *tinha capacidade para avaliar*

Assim, com um complemento proposicional na forma do infinitivo não flexionado, *pensar* pode marcar a construção de um sentido volitivo, e a *saber* pode associar-se um sentido de capacidade, sendo o valor modal do domínio epistémico construído, nestes dois casos, o de asserção estrita⁴³⁸.

⁴³⁸ Ao reconhecermos que os enunciados em que se constrói um sentido volitivo apresentam um valor modal assertivo (de validação ou não-validação da relação predicativa), recusamos, como a generalidade dos autores – por exemplo, Jespersen, von Wright e Culioli – que este sentido permita configurar um tipo de modalidade específico.

Porém, em alguns dos estudos sobre a modalidade, reconhece-se uma especificidade modal a enunciados em que se constrói um sentido volitivo.

Por exemplo, tendo na base uma concepção bastante lata de modalidade, a tipologia de modalidades proposta em Rescher (1968) integra o que, a partir da etimologia grega, designa como modalidades bolomaicas (“boulomaic modalities” - ou “bouletic modalities”, como corrige Palmer (1986: 12)), em que se enquadrará o que aqui propomos como sentido volitivo, termo de etimologia latina.

Da mesma forma, no âmbito da Teoria dos Actos de Fala (Austin, [1962] ²1975) – reconhecidamente, um modelo com contributos relevantes na discussão da categoria modalidade (ver Lyons, [1977] ²1978: 725 e Palmer, 1986: 13) – a descrição de um sentido volitivo enquadrar-se-á nos actos de fala expressivos, “where we express our feelings and attitudes”.

Já em Palmer (1986: 54-55), por exemplo, a descrição, em Serrano (língua ameríndia), de uma série de partículas que “specify the validity of the statement”, inclui a referência a uma partícula volitativa (“volitative”), apresentada, portanto, como um marcador de modalidade epistémica. Por outro lado, este autor reconhece a dificuldade no estabelecimento de um estatuto modal do que identifica como lexemas verbais volitivos (*hope*, *wish*, mas também *will* em *I’ll ring you tonight sometime* (*idem, ibidem*: 216)). No

A atestar este facto, verifique-se que, contrastando com os enunciados com *pensar* (10.1) e com *saber* (10.5), apenas os enunciados com *julgar* (10.2), *acreditar* (10.3) e *supor* (10.4) permitem ilustrar a complementaridade, amplamente referida pelas gramáticas, entre completivas com infinitivo e completivas finitas. Isto é, só as estruturas ‘*julgar V_{inf}*’ (verbo no infinitivo), ‘*acreditar V_{inf}*’ e ‘*supor V_{inf}*’ apresentam a possibilidade de ser parafraseadas com recurso a uma completiva com o complementador *que*, preservando o valor modal epistémico (ver em baixo, 10.2b, 10.3b e 10.4b). As estruturas ‘*pensar V_{inf}*’ e ‘*saber V_{inf}*’ não apresentam a mesma possibilidade, já que lhes corresponde, em termos de significação construída, um sentido diferente, não parafraseável com recurso a uma completiva com o complementador *que* (ver 10.1b e 10.5b).

10.1b *Só *pensava que se enrolava* a um canto tolhido de frio

10.2b Alguns *julgavam que viam* as pegadas dos anjos que visitavam os ermitas

10.3b Sempre me custou *acreditar que éramos casados*

10.4b As empregadas dos *restaurants supõem que afirmam* a igualdade social sendo sacudidas e mal educadas com os fregueses⁴³⁹

10.5b *O pensamento de todos estava na eira, onde o trigo valia um oiro que só o Sr. Ferreira *sabia que avaliava*

entanto, reflectindo sobre a distinção entre o que é construído como realizável (“real”) ou como irrealizável ou contrafactual (“unreal”) (ver *idem, ibidem*: 116-119), este autor tende a classificar o “volitivo” como um tipo de modalidade deôntica: “some types of deontic modality, in the wide sense, are often expressed in lexical verbs, e. g. those of hoping and wishing in English” (*idem, ibidem*: 97); “volitives are modal in the sense that they involve non-factuality, and are more like deontic modals in that they are concerned more with possible action than the truth, etc. of propositions” (*idem, ibidem*).

⁴³⁹ Refira-se que, muito embora se pretenda, com os enunciados 10.2b a 10.4b, parafrasear os enunciados 10.2 a 10.4, preservando, assim, a identificação referencial dos sujeitos, a estrutura completiva aqui em causa, por ter o verbo na forma finita, não apresenta, ao contrário do que se dá com a completiva de infinitivo, qualquer restrição sobre a referência do seu sujeito.

As estruturas '*pensar V_{inf}*' e '*saber V_{inf}*' são comumente assimiladas à subclasse dos semiauxiliares modais, em virtude de, em comum com os verbos modais *dever* e *poder*, excluírem a complementaridade com as estruturas '*pensar que V_{fin}*' e '*saber que V_{fin}*' (**10.1b** e **10.5b**) (ver, por exemplo, Hernanz, [1983]³1997)⁴⁴⁰. *Pensar* e *saber*, tal como *dever*, *poder* e também como *ousar*, formam com o complemento infinitivo uma espécie de conjugação perifrástica, em que, como é próprio deste tipo de forma linguística, se verifica, necessariamente, uma identidade referencial entre sujeitos⁴⁴¹.

Apesar do verificado em **10.1b** e **10.5b**, a estas estruturas completivas com infinitivo '*pensar V_{inf}*' e '*saber V_{inf}*' pode corresponder uma significação parafraseável com recurso a uma completiva com verbo flexionado. Por outras palavras, é possível associar a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo quando o complemento objecto de *pensar* ou de *saber* corresponde a uma completiva de infinitivo não flexionado, havendo, inclusivamente, como em **10.1**, uma identificação referencial entre os sujeitos da imbricante e da imbricada. Verifique-se, pois, como os enunciados **10.6** e **10.7** são parafraseáveis, respectivamente, por **10.6a** e **10.7a**:

10.6 Ao comprar um chapéu com plumagens, a Ana *pensa estar na moda*

⁴⁴⁰ Aliás, em Said Ali ([1908] [1921-23] ⁶1966: 343) faz-se uma referência particular à estrutura '*saber V_{inf}*', em que, além de, por outras palavras, se reconhecer a construção do sentido de capacidade que lhe está inerente, se aproxima esta estrutura da estrutura '*poder V_{inf}*', questão que, adiante, retomaremos (ver § **10.2**): "[...] o infinitivo dependente de *saber*, denotando estoutro verbo em tal combinação, à semelhança de *poder*, a faculdade de fazer alguma cousa, a capacidade de fazer uso de um conhecimento, adquirido previamente".

⁴⁴¹ Além da identidade referencial de sujeitos, outro dos aspectos que se refere como unificador das formas '*poder V_{inf}*', '*dever V_{inf}*', '*pensar V_{inf}*', '*saber V_{inf}*' e também '*crer V_{inf}*' é o facto de não admitirem a passivação (ver Hernanz, [1983] ³1997: 2277):

- (i) A Ana não pode / pensa / sabe cantar a Traviata
- (i') *A Traviata não pode / pensa / sabe ser cantada pela Ana

10.6a Ao comprar um chapéu com plumagens, a Ana *penso que está na moda*

10.7 Ainda bem que me avisa porque eu *não sabia estar incapaz de conduzir*

10.7a Ainda bem que me avisa porque eu *não sabia que estava incapaz de conduzir*

No caso de não haver uma identificação referencial entre os sujeitos da imbricante e da imbricada, estas estruturas completivas integram o infinitivo flexionado, ou infinitivo pessoal (*'pensar V_{inf}'* e *'saber V_{inf}'*)⁴⁴², estando, por conseguinte, associada a construção de um valor modal epistémico, do domínio do não-certo, no caso do exemplo **10.8**, e do domínio do certo, no caso do exemplo **10.9**:

10.8 Eu *penso estares a brincar* comigo, mas nunca se sabe...

10.9 Ela *sabia virem* todos e preparou jantar para oito pessoas

Por lhes corresponder a construção de um valor modal epistémico, respectivamente, do domínio do não-certo e do certo, **10.8** e **10.9** são, portanto, parafraseáveis com recurso a uma completiva com verbo flexionado:

10.8a Eu *penso que estás a brincar* comigo, mas nunca se sabe...

10.9a Ela *sabia que vinham* todos e preparou jantar para oito pessoas

É este o enquadramento que permite descrever o enunciado **10.3** (acima proposto e aqui retomado), igualmente parafraseável com recurso a uma completiva com verbo flexionado (**10.3b**):

⁴⁴² Refira-se o facto de o infinitivo flexionado constituir uma especificidade do português. Ver em Said Ali ([1908] ⁶1966: 61ss e [1921-23] ⁶1966: 342ss) referência e exemplificação de registos do infinitivo flexionado que remontam ao século XII.

10.3 Sempre me custou *acreditar sermos* casados

10.3b Sempre me custou *acreditar que éramos* casados

Procurando sintetizar, quando, no caso de alguns destes verbos, o seu complemento objecto corresponde a um complemento proposicional na forma do infinitivo não flexionado, *julgar*, *acreditar* e *supor* não registam qualquer mudança de sentido relativamente a quando têm outro tipo de complemento, preservando, portanto, o valor modal epistémico do domínio do não-certo, isto é, marcando a construção de uma asserção fraca.

Por outro lado, ainda que nas mesmas circunstâncias - isto é, com um complemento proposicional na forma do infinitivo não flexionado -, *pensar* pode marcar a construção de um sentido volitivo, e a *saber* pode associar-se um sentido de capacidade. Consequentemente, o valor modal do domínio epistémico construído será, nestes dois casos, o de asserção estrita.

No entanto, ainda que coocorrendo com um complemento infinitivo não flexionado, - '*pensar V_{inf}*' e '*saber V_{inf}*' – podem ser marcadoras de um valor modal epistémico do domínio do não-certo, desde que haja uma identificação referencial entre os sujeitos da imbricante e da imbricada. Da mesma forma que, marcando a construção do mesmo valor modal, o complemento de *pensar* ou de *saber* é uma completiva de infinitivo, desta feita, flexionado, no caso de não haver uma identificação referencial entre os sujeitos da imbricante e da imbricada.

Mas aprofundemos o funcionamento de cada uma destas estruturas completivas com infinitivo: primeiramente, '*pensar V_{inf}*', particularmente algumas restrições aspectuais que determinam ora a construção de um sentido volitivo e a consequente construção de uma asserção estrita, ora a construção de uma asserção fraca (ver § 10.1); depois, algumas especificidades de '*saber V_{inf}*', como expressão de capacidade (ver § 10.2).

10.1 ‘*Pensar V_{inf}*’: algumas restrições aspectuais ao nível do complemento

Como referíamos atrás (ver § 10), a associação preferencial de um sentido volitivo (e consequente construção de uma asserção estrita) ou de um valor epistémico do domínio do não-certo (asserção fraca) à estrutura completiva com infinitivo de *pensar* (‘*pensar V_{inf}*’) obedece a algumas restrições aspectuais ao nível do complemento objecto infinitivo⁴⁴³. Assim, se, por um lado, a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo não impõe quaisquer restrições de selecção sobre a classe aspectual da relação predicativa imbricada, o mesmo não se poderá dizer do sentido volitivo.

Comecemos, pois, por comparar, em termos da determinação aspectual do complemento infinitivo, o enunciado 10.10 com o enunciado 10.6, aqui retomado:

10.10 *Penso partir* para Lisboa

10.6 Ao comprar um chapéu com plumagens, a Ana *pensa estar na moda*

Pondo em confronto estes dois enunciados, em que a estrutura ‘*pensar V_{inf}*’ marca, ora a construção preferencial de um sentido volitivo, com valor modal assertivo (10.10)⁴⁴⁴, ora a construção de um valor modal epistémico do domínio do

⁴⁴³ As considerações aqui propostas sobre a construção da determinação temporal-aspectual do complemento infinitivo, incidem, enquanto tal, apenas no que se passa ao nível das tradicionalmente designadas subordinadas completivas de infinitivo. Exclui-se deliberadamente - por não caberem no âmbito deste estudo -, a construção da determinação temporal-aspectual das tradicionalmente designadas subordinadas relativas e adverbiais de infinitivo, que exigiria outra ordem de considerações.

⁴⁴⁴ De facto, contrariamente ao enunciado de que atrás nos socorremos para ilustrar a associação de um sentido volitivo à estrutura ‘*pensar V_{inf}*’ (10.1 *Só pensava enrolar-se* a um canto tolhido de frio), do enunciado 10.10 só preferencialmente se dirá ter um sentido volitivo (e corresponder, consequentemente, uma asserção estrita), já que não é de excluir a hipótese de lhe estar associada a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo.

não-certo (10.6), constatamos imporem-se, em ambos os casos, certas restrições ao nível da natureza aspectual do predicado da imbricada. Verifique-se que, se no enunciado 10.6, o verbo no infinitivo é de natureza estativa (*estar na moda*, em *pensa estar na moda*), no enunciado 10.10 - em que *pensar* equivale a “pretender” ou “ter a intenção de” -, o verbo no infinitivo é de natureza eventiva (*partir*, em *penso partir*)⁴⁴⁵.

O valor da estrutura ‘*pensar* V_{inf}’ quando marcadora de um sentido volitivo (significando “pretender” ou “ter a intenção de”) tem subjacente uma operação de mira: dá-se a construção de um localizador distinto do localizador-origem (Sit₀), a partir do qual se pode perspectivar a validação de uma relação prediativa, num tempo construído prospectivamente⁴⁴⁶. Dá-se, por conseguinte, uma natural associação da construção do sentido volitivo de *pensar* ao valor temporal de posterioridade, associação essa que se prende com o facto de a operação de mira corresponder a uma construção antecipatória de um estado de coisas, isto é, à expressão de uma intenção do sujeito do enunciado (daí a paráfrase de ‘*pensar* V_{inf}’ através de “ter a intenção de” ou “tencionar”).

Consequentemente, a operação de mira implica a construção de um telos⁴⁴⁷, de um limiar semântico que, no caso dos predicados eventivos, é intrínseco, isto é, se define nocionalmente. Constatamos, pois, que, da coocorrência da estrutura ‘*pensar* V_{inf}’ e, como complemento objecto infinitivo, de predicados eventivos

⁴⁴⁵ Sobre a natureza estativa ou eventiva dos predicados, ver § 2.3.1.

⁴⁴⁶ Tendo igualmente subjacente uma operação de mira, construções afins com verbos volitivos como, por exemplo, ‘*desejar* V_{inf}’ (*O João deseja ficar rico*), ou ‘*querer* V_{inf}’ (*Todos querem ganhar*) marcam o mesmo valor que ‘*pensar* V_{inf}’. Daí a possibilidade de se reconhecer que a significação construída por *pensar*, quando com um complemento na forma não flexionada do infinitivo, permite configurar um sentido volitivo deste verbo.

⁴⁴⁷ O termo metalinguístico *telos*, assim como a sua definição no quadro da TFE, é devedor do conceito aristotélico de *τέλος* (causa final) (Aristóteles, *Da Natureza. Física*, II, 3, 7 e *Metafísica*, I, 3). Por implicar a construção de um telos, ou limiar semântico, associa-se à operação de mira a construção de um valor teleonómico.

correspondentes a situações em que há um limiar semântico intrínseco (ou telos nocional), resulta a construção de um sentido volitivo.

Recupere-se, a propósito da operação de mira, a definição proposta em Campos (1998a):

“A operação de mira consiste em, a partir da situação de enunciação-origem, visar, entre os valores da classe, aquele que permite validar a relação predicativa numa situação Sit_2 definida pela coordenada temporal T_2 . Por definição, faz parte da operação de mira a construção de um hiato entre Sit_0 e Sit_2 ” (*idem, ibidem*: 104).

No enunciado **10.10**, o hiato entre Sit_0 e Sit_2 tem um valor modal, isto é, corresponde a uma distância não cronológica, já que se visa um valor de asserção, particularmente de asserção estrita, ou a validação da relação predicativa.

Mas sobretudo, o hiato construído através da operação de mira subjacente ao enunciado **10.10** tem um valor temporal, particularmente e como dizíamos atrás, um valor temporal de posterioridade, por corresponder a uma distância cronológica perspectivada prospectivamente⁴⁴⁸. Sendo este valor marcado pelo verbo *pensar* na estrutura ‘*pensar* V_{inf} ’ e pela natureza eventiva do verbo da imbricada (*partir*)⁴⁴⁹, a coocorrência de um adverbial temporal (por exemplo, *dentro de um mês*) marcará a especificação temporal do valor construído.

⁴⁴⁸ Mais especificamente, o valor aspectuo-temporal deste enunciado resulta de uma operação de localização situacional, do tempo do enunciado (T_2) em relação ao tempo da enunciação (T_0), assumindo o operador de localização (\underline{C}) um valor de diferenciação, em virtude da relação de posterioridade construída. Por outras palavras, a relação predicativa imbricada é visada como válida numa situação de enunciação definida por uma coordenada temporal (T_2) necessariamente posterior a T_0 .

⁴⁴⁹ Apesar de a generalidade dos autores não pôr em questão a neutralidade temporal-aspectual que os diversos estudos gramaticais atribuem ao infinitivo, parece ficar patente nesta descrição um fundamento para o facto de Culioli se escusar a falar de neutralidade a propósito do infinitivo, quando afirma que, do ponto de vista aspectual, “An infinitive marks an anticipated alteration of the state of affairs. [...] marks the abstract construction of a conceivable event as a closed interval of time [...], hence the construction of a discontinuity” (1989: 122). (1989: 122).

Veja-se o enunciado **10.10a**, cujo valor aspectuo-temporal é especificado por uma localização complementar marcada pelo adverbial temporal:

10.10a Penso partir para Lisboa *dentro de um mês*

Introduzido no enunciado **10.6**, o mesmo adverbial temporal (*dentro de um mês*) corresponde a um localizador temporal que marca precisamente a construção de um hiato, pelo que, contrastando com o enunciado **10.6**, o sentido construído, no enunciado **10.6a**, é volitivo:

10.6a Ao comprar um chapéu com plumagens, a Ana pensa estar na moda *dentro de um mês*

Assim, quando o predicado da imbricada da estrutura '*pensar V_{inf}*' é de natureza estativa (por exemplo, *estar na moda*), a coocorrência de um adverbial temporal marca a construção de um sentido volitivo, uma vez que introduz um hiato temporal (enunciado **10.6a**). Quando não coocorre um adverbial temporal, à estrutura '*pensar V_{inf}*' com predicado de natureza estativa, não se associa um sentido volitivo, e o valor modal epistémico construído é do domínio do não-certo (enunciado **10.6**).

10.1.1 Diferença entre '*pensar V_{inf}*' e '*pensar em V_{inf}*'

Recuperemos os dois enunciados atrás introduzidos para ilustrar a associação preferencial de um sentido volitivo à estrutura '*pensar V_{inf}*':

10.1 Só *pensava enrolar-se* a um canto tolhido de frio

10.10 *Penso partir* para Lisboa

Visando-se a validação da relação predicativa imbricada, nestes dois enunciados, '*pensar V_{inf}*' marca, como dizíamos (ver § 10.1), a construção de uma operação de mira, operação esta que configura o sentido volitivo, ou prospectivo, de *pensar*. Isto é, dá-se, através de uma operação de mira, uma construção antecipatória de um estado de coisas, que permite exprimir uma intenção do sujeito do enunciado.

Comparemos os enunciados 10.1 e 10.10 com 10.1c e 10.10b, em que, na sequência de uma manipulação, o complemento objecto de *pensar* é de natureza preposicional ('*em V_{inf}*')

10.1c *Só pensava em enrolar-se a um canto tolhido de frio*

10.10b *Penso em partir para Lisboa*

Por um lado, a estrutura '*pensar V_{inf}*' (enunciados 10.1 e 10.10) apresenta uma interpretação que é preferencialmente volitiva, sem excluir, portanto, a possibilidade de uma interpretação modal (mais concretamente, a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo), mesmo quando o predicado da imbricada é de natureza eventiva (ver § 10.1). Por outro lado, à estrutura '*pensar em V_{inf}*' (enunciados 10.1c e 10.10b) associa-se apenas um sentido volitivo, tendo, por conseguinte, subjacente a construção de uma operação de mira. Neste caso, a coocorrência de um adverbial temporal (por exemplo, *na próxima hora*) marcará sempre, independentemente da classe aspectual do predicado da imbricada, a especificação temporal do valor de posterioridade construído. Veja-se os enunciados 10.1d e 10.10c:

10.1d *Só pensava em enrolar-se a um canto tolhido de frio na próxima hora*

10.10c *Penso em partir para Lisboa na próxima hora*

Mas observe-se a forma como, quando numa posição sintáctica inicial, o adverbial temporal especifica o valor temporal associado, ora à relação predicativa imbricada, ora à relação predicativa imbricante, respectivamente, consoante o complemento de *pensar* é infinitivo (**10.10e**) ou preposicional (**10.10f**):

10.10e *Na próxima hora, penso partir para Lisboa*

10.10f *Na próxima hora, penso em partir para Lisboa*

Efectivamente, no enunciado **10.10e**, o adverbial temporal especifica o valor temporal (de posterioridade) associado à relação predicativa imbricada (*partir para Lisboa*), valor esse descrito a propósito do enunciado **10.10**. Já no enunciado **10.10f**, o mesmo adverbial temporal corresponde a um localizador temporal que marca precisamente a construção de um valor temporal de posterioridade, associado, neste caso, à relação predicativa imbricante (*penso*)⁴⁵⁰.

Com a finalidade de clarificar a diferença sintáctico-semântica entre as duas estruturas em análise – ‘*pensar* V_{inf}’ e ‘*pensar em* V_{inf}’ -, vejamos outros enunciados que registam a presença da construção ‘*pensar em* V_{inf}’: os enunciados **10.11**, **10.12** e **10.13**:

10.11 *Puxei, com a mão a tremer, a minha chávena de chá e, remexendo desfalecidamente o fundo do açúcar, pensava em abandonar para sempre a casa daquela velha medonha* (Ref: L0298P0030X)

10.12 *Pensava em a vender a Luiza por uma forte soma... mas onde tinha ela o dinheiro?* (Ref: L0443P0248X)

⁴⁵⁰ Esta descrição reflecte uma interpretação de cada um dos enunciados em causa que se revelou consensual entre os falantes consultados.

10.13 Carlos *pensara em arranjar um vasto laboratório ali perto no bairro*, com fornos para trabalhos químicos, uma sala disposta para estudos anatómicos e fisiológicos (Ref: L0379P0097X)

Como nos enunciados atrás propostos cujo complemento de *pensar* é uma completiva de infinitivo (*'pensar V_{inf}'*), nestes enunciados com a estrutura *'pensar em V_{inf}'* está em causa a construção de uma operação de mira, operação esta que – como dizíamos – configura, nos dois casos, um sentido volitivo, ou prospectivo, de *pensar*. No entanto, a construção antecipatória de um estado de coisas inerente à operação de mira marcada nos enunciados acima propostos difere, de alguma forma, daquela a que fizemos referência relativamente à estrutura *'pensar V_{inf}'*. Fazendo apelo a uma formulação epilinguística, diremos que, nos enunciados **10.11** a **10.13** (*'pensar em V_{inf}'*), o estado de coisas que se perspectiva - mais concretamente, que o sujeito visa ou constrói antecipadamente – apresenta-se como que protelado, isto é, a cuja concretização se levantam obstáculos. Não sendo necessariamente exequível, a concretização da intenção do sujeito do enunciado assim expressa carece, pois, da definição de uma estratégia, de uma planificação por parte de S₂.

Podemos encontrar marcas linguísticas deste facto, se atendermos ao contexto mais alargado em que ocorrem as sequências assinaladas a itálico nos enunciados **10.11** a **10.13**.

No enunciado **10.11**, o tempo associado à oração adverbial (“oração reduzida de gerúndio”, segundo Cunha; Cintra, 1984: 610) *remexendo desfalecidamente o fundo do açúcar* coincide, em toda a sua extensão, com o tempo (T₂) associado a *pensava em abandonar para sempre a casa daquela velha medonha*. Assim, em virtude dos valores de que o imperfeito é marcador (ver § 5.1.1), à situação assim construída (com valor aspectual imperfectivo) corresponde uma duração, facilmente associável, por conseguinte, ao que diríamos ser uma “planificação” por parte de S₂.

No enunciado **10.12**, o valor adversativo que introduz a interrogativa retórica (*mas onde tinha ela o dinheiro?*) compromete a realização do estado de coisas construído antecipadamente, ou visado, pelo S₂. A validação em perspectiva da

relação predicativa imbricada, complemento objecto de *pensar* (em *pensava em a vender a Luiza por uma forte soma*), fica protelada em virtude do obstáculo que se levanta (“ela não tinha dinheiro”).

Finalmente, no enunciado **10.13**, atente-se no tempo gramatical do verbo *pensar* (o pretérito mais-que-perfeito), no contexto da estrutura ‘*pensar em V_{inf}*’ (*pensara em a vender*), a cujo valor temporal de anterioridade de que é marcador se associa o valor pretérito, ultrapassado em T₀, da intenção do sujeito, por não ter passado disso mesmo, de uma intenção, sem consecução. Além disso, de tal modo o que se constrói neste enunciado (*pensara em arranjar um vasto laboratório ali perto no bairro*) é uma mera declaração de intenção (não necessariamente exequível, portanto), que se lhe associa uma descrição de requisitos, um conjunto de condições que implicam alguma “deligência” do S₂ para alcançar o pretendido (*com fornos para trabalhos químicos, uma sala disposta para estudos anatómicos e fisiológicos*).

Recorrendo ainda a uma formulação epilinguística, já a expressão da intenção do sujeito do enunciado expressa nos enunciados cuja estrutura ‘*pensar V_{inf}*’ nos permitiu definir a construção de um sentido volitivo (enunciados **10.1** e **10.10**) é construída pelo enunciador como “fácil e imediatamente realizável”.

Em termos metalinguísticos, a forma como se constrói o hiato modal e temporal inerente à operação de mira será, por conseguinte, diferente quando esta operação é marcada pela estrutura ‘*pensar V_{inf}*’ ou pela estrutura ‘*pensar em V_{inf}*’. No caso de ‘*pensar V_{inf}*’, o valor modal (distância não cronológica, já que se visa um valor de asserção) e temporal (de posterioridade) do hiato entre Sit₂ e Sit₀ é construído como suprível pelo S₂. No caso de ‘*pensar em V_{inf}*’, o hiato entre Sit₀ e Sit₂, com o mesmo valor modal e temporal, é construído como um itinerário de deligências sem as quais este não é suprido pelo S₂.

Assim se explicará o facto de ser menor a frequência de enunciados em que *pensar*, na estrutura ‘*pensar em V_{inf}*’, ocorre na primeira pessoa e no presente do indicativo (no *corpus* consultado, é de frequência nula) que a frequência de enunciados em que *pensar*, na mesma construção, ocorre na terceira pessoa e

noutros tempos gramaticais⁴⁵¹. Por outro lado, '*pensar V_{inf}*', não apresenta a mesma restrição: não é sensível qualquer diferença de frequência entre enunciados em que *pensar* ocorre na primeira pessoa e no presente do indicativo e enunciados em que se construam valores subjectivo e temporal de diferenciação ou de ruptura com a situação enunciativa origem. A não heterogeneidade enunciativa, subjectiva e temporal, não será tão compatível com a operação de mira subjacente a '*pensar em V_{inf}*' como com esta operação, se subjacente a '*pensar V_{inf}*'.

Em '*pensar em V_{inf}*', haverá, por assim dizer, uma objectivização do complemento objecto de natureza preposicional, o que se traduz num traço de estatividade; isto é, a preposição *em* permite configurar o complemento infinitivo como um simples prolongamento, como uma extensão, do verbo *pensar*⁴⁵².

Em '*pensar V_{inf}*', pelo contrário, o complemento infinitivo é perspectivado a partir do sujeito, saindo reforçado o sentido do seu empenhamento na acção que é por si visada, ou construída prospectivamente. Dir-se-á, por conseguinte, que a significação construída neste caso se traduz por um traço de actividade ou agentividade⁴⁵³.

⁴⁵¹ No enunciado **10.10b**, atrás proposto (*Penso em partir para Lisboa*), a conjugação de *pensar* na primeira pessoa do presente do indicativo resulta de uma manipulação e, feita uma auscultação, não suscitou dúvidas em termos de formação enunciativa aos falantes consultados.

⁴⁵² Ver em **§ 2.3.2**, referência ao facto de a fixação dos limites quantitativos e qualitativos de uma situação se dever ao argumento em posição de objecto (C₁).

⁴⁵³ A hipótese aqui proposta de associação de um traço semântico de estatividade a '*pensar V_{inf}*' e de agentividade a '*pensar em V_{inf}*' baseia-se no reconhecimento da existência de um certo paralelismo semântico entre, por um lado, as estruturas em análise – '*pensar V_{inf}*' e '*pensar em V_{inf}*' – e, por outro lado, o valor das preposições do francês *de* e *à* – em expressões como, por exemplo, *décider de partir / se décider à partir, refuser de sortir / se refuser à sortir* –, cuja diferença residirá, segundo Cadiot (1997: 74ss), precisamente na oposição semântica estatividade / actividade (ou agentividade).

Ainda a propósito destas preposições, em Cadiot (*ibidem*), faz-se corresponder a *de* "une visée rétrospective", e a *à* "une visée prospective", o que nos parece ainda susceptível de, de alguma forma, se aplicar a uma descrição de '*pensar V_{inf}*' e de '*pensar em V_{inf}*'.

Esta hipótese de explicação parece poder ser confirmada pelo tipo de restrições aspectuais que, por um lado, '*pensar V_{inf}*' impõe e que, por outro lado, '*pensar em V_{inf}*' não impõe ao predicado da relação imbricada. Conforme vimos atrás (ver § 10.1), a estrutura '*pensar V_{inf}*' configura um sentido volitivo quando o verbo no infinitivo é de natureza eventiva pois, se este for de natureza estativa, esta estrutura marca a construção de um valor epistémico do domínio do não-certo. Já a atribuição de um sentido volitivo à estrutura '*pensar em V_{inf}*' não depende da natureza aspectual do predicado da relação imbricada, que pode ser quer de natureza eventiva, quer de natureza estativa.

Ao que seja a especificidade sintáctico-semântica do funcionamento de '*pensar em V_{inf}*', e que aqui procuramos descrever, não será alheio o valor da preposição *em*. Fazendo parte das preposições das quais se diz serem "vazias" ou "incolores"⁴⁵⁴, é de admitir - como se propõe em Leeman (1997) a propósito da preposição do francês *en* - que o valor de *em* associa uma certa noção ("plus sophistiquée que celle que lui attribuent les dictionnaires ou une première intuition [...]") a uma certa função (ou "rôle télique" (*idem, ibidem*: 136)). Como é evidente nos exemplos por nós propostos, a presença da preposição *em* condiciona a interpretação da forma que a segue - infinitivo, nos casos até agora em análise, mas também nominal nos casos mais adiante estudados (ver § 11.1). E, naturalmente, a presença da preposição *em* condiciona ainda a interpretação do complemento que esta constitui com a forma que a segue.

Qual será, pois, o valor desta preposição que, coocorrendo com *pensar*, determina a construção de um sentido diferente do de quando este verbo ocorre sozinho?

A partir da observação dos paradigmas susceptíveis de ocorrer com *être en* (por exemplo *être en robe*, *être en prêtre*, *être en miettes*, *être en Lettres*, *être en*

⁴⁵⁴ O emprego do termo "incolor" na classificação desta e de outras preposições dever-se-á a E. Spang-Hanssen (1963 "De la structure des syntagmes à celle de l'espace; essai sur les progrès réalisés dans l'étude des prépositions depuis une trentaine d'années" *Langages* 110, apud Leeman, 1997: 135). Por necessária delimitação do estudo que propomos, não discutimos tal denominação nem os seus fundamentos.

voiture, être en France), propõe-se em Leeman (*ibidem*: 138) que a “*en* ne s’accommode pas des noms désignant une propriété naturelle mais ceux qui indiquent un état, c’est-à-dire la situation résultant d’une action, d’un processus extérieur à l’entité qualifiée”. Este autor propõe ainda que a interpretação associada remete sempre para uma situação transitória: por exemplo “dire que *Max est en (horticulture + médecine + agronomie)* ne revient pas à signifier que *Max est ((un) horticulteur + médecin + agronome)* mais seulement qu’il se prépare à ses métiers [...] : *Max est en apprentissage / Max est apprenti*” (*idem, ibidem*: 139).

A eventual articulação entre o valor da preposição *em* proposto por Leeman nestes contextos do francês e o seu valor no contexto ‘*penser V_{inf}*’ (e ainda noutros contextos linguísticos aqui não referidos) não é simples⁴⁵⁵. Mas, no que respeita à diferença entre as estruturas ‘*penser V_{inf}*’ e ‘*penser em V_{inf}*’, poder-se-á, por conseguinte, afirmar que se está perante dois predicados diferentes, sendo essa diferença determinada pelo tipo de operação de mira marcada através da coocorrência de *penser* com o seu complemento, infinitivo ou preposicional.

Sintetizando a nossa proposta. A primeira estrutura – ‘*penser V_{inf}*’ - corresponderá à construção de um sentido volitivo orientado para o sujeito, isto é, à formulação de uma intenção do sujeito do enunciado cuja consecução não é, por isso, posta em causa. Correspondendo também à construção de um sentido volitivo, a segunda estrutura – ‘*penser em V_{inf}*’ - configura uma objectivação do complemento objecto, isto é, corresponderá à construção de um sentido volitivo orientado para o objecto. Daí que o sentido construído reflecta o facto de a consecução do objecto da intenção expressa por parte do sujeito depender de uma estratégia ou ainda o facto de esta ser susceptível de ser portelada por um qualquer factor exterior.

⁴⁵⁵ A descrição e formalização do(s) valor(es) da preposição *em* (que não corresponde, naturalmente, à preposição *en* do francês) exigiria um estudo exaustivo de todos os contextos de ocorrência possíveis, trabalho esse que, como atrás referimos, excede o âmbito deste estudo. Cingimo-nos, assim, a propor uma explicação metalinguística da diferença entre ‘*penser V_{inf}*’ e ‘*penser em V_{inf}*’, cientes de que a identificação do valor de *em* permitiria uma análise composicional da construção da significação destas formas, seguramente mais satisfatória do ponto de vista científico.

10.2 ‘Saber V_{inf}’: ausência de restrições aspectuais ao nível do complemento

Quanto à estrutura ‘saber V_{inf}’, em que *saber* exprime a habilidade ou capacidade do sujeito (parafraaseável por “ter habilidade ou capacidade para”), digamos, como dizíamos relativamente a outras construções de *saber* (ver § 9.3), que este verbo institui o sujeito como localizador de uma operação de especificação. Assim, o complemento objecto de *saber*, que é, neste caso, infinitivo, determina a significação que *saber* aqui assume.

Vejamos os enunciados 10.5, aqui retomado, e 10.22, este último com um predicado de natureza estativa como complemento, correspondente à expressão de um estado de coisas que é perspectivado como homogéneo (sem a construção de um telos, portanto):

10.5 O pensamento de todos estava na eira, onde o trigo valia um oiro que só o Sr. Ferreira *sabia avaliar*

10.22 A Ana *sabe ser esperta*

Enquanto localizador do complemento infinitivo, o sujeito do enunciado (o Sr. Ferreira e A Ana) é a fonte do valor de capacidade construído. *Saber avaliar* e *saber ser esperta* têm o estatuto de propriedades que caracterizam de forma intrínseca os respectivos sujeitos. Correspondem à atribuição de propriedades intrínsecas aos respectivos sujeitos, que são, deste modo, “alguém que sabe avaliar”, ou “alguém que sabe ser esperto”. Por ser construída como intrínseca ao sujeito, tal propriedade define uma capacidade, valor decorrente e actualizador, portanto - e como vimos já, relativamente a qualquer ocorrência do infinitivo como elemento oracional dependente (ver § 10) -, do facto de advir do verbo da imbricante a referência da forma verbal defectiva do infinitivo impessoal, em termos de sujeito assim como em termos de tempo.

O valor de capacidade não é considerado, pela generalidade dos autores, um valor modal. Em Campos (1998a), a propósito do valor de capacidade de *poder*, como um dos valores não epistémicos de que este verbo modal pode ser marcador⁴⁵⁶, sustenta-se que “o valor de capacidade não é, aparentemente, um valor modal” (*idem, ibidem*: 274). Esta autora faz referência, entre outros, a J. Boyd; J. P. Thorne (1969 “The Semantics of Modal Verbs” *Journal of Linguistics* 5: 57-74, *apud idem, ibidem*: 274), autores que, na descrição que propõem dos modais do inglês, consideram que o verbo *can*, com valor de capacidade, não tem valor modal, já que o acto ilocucionário que lhe é associado é um acto de asserção. Esta posição incorrerá – erroneamente, na perspectiva dos estudos da modalidade mais recentes - na exclusão da asserção como valor modal, por a esta não corresponderem marcadores morfológicos ou sintácticos.

Outros autores, como, por exemplo, F. Antinucci; D. Parisi (1971 “On English Modal Verbs” in *Papers from the Seventh regional Meeting*, April 16-18, Chicago Linguistic Society: 28-39, *apud Campos, ibidem*) defendem que, pelo contrário, o valor de capacidade é um valor modal de natureza epistémica, na sua opinião, porque o juízo epistémico construído é elaborado a partir do conhecimento de propriedades intrínsecas do sujeito sintáctico (S_2), e não com base no conhecimento de factos externos ao estado de coisas representado pela relação prediativa.

Pensamos estar, pois, em condições de afirmar que o valor de capacidade marcado pela estrutura ‘*saber V_{inf}*’ corresponde sempre à construção de um valor de asserção estrita, consistindo a predicação construída – como dizíamos – na atribuição de uma propriedade intrínseca ao sujeito do enunciado.

⁴⁵⁶ Retome-se aqui a referência atrás feita (ver § 10) à possível aproximação entre a estrutura ‘*saber V_{inf}*’ e ‘*poder V_{inf}*’, aproximação esta baseada, por conseguinte, no valor de capacidade, invariavelmente inerente à primeira forma e, em certos contextos, à segunda. Efectivamente, além do valor epistémico, ‘*poder V_{inf}*’ pode marcar a construção de um valor de capacidade (“se é uma qualidade, geralmente física, inerente a S_2 ” (Campos, 1998a: 275)), um valor de possibilidade (“se [...] essas condições não são determinadas, ou são definidas como circunstâncias exteriores a S_2 ” (*idem, ibidem*)) ou um valor de permissão (se “está associado a uma relação intersujeitos de natureza hierárquica” (*idem, ibidem*: 280)).

No entanto, em nenhuma circunstância, dizer *saber p* equivale a dizer *p*. Por exemplo, cada um dos enunciados **10.5** e **10.22** não equivalerá, respectivamente, aos enunciados *Só o Sr. Ferreira avaliava* e *A Ana é esperta*. Se o valor modal de asserção estrita que caracteriza cada um dos enunciados **10.5** e **10.22** incide sobre a relação predicativa simples que integra como predicador ‘*saber V_{inf}*’, este valor modal, nos enunciados propostos como alternativa (*Só o Sr. Ferreira avaliava* e *A Ana é esperta*), incide sobre a relação predicativa simples que integra como predicador, respectivamente, *avaliar* e *ser esperta*.

Prosseguindo a análise dos enunciados **10.5** e **10.22**, constata-se que a construção de um valor de capacidade associado à estrutura ‘*saber V_{inf}*’ não obedece a quaisquer restrições aspectuais ao nível do complemento objecto infinitivo⁴⁵⁷.

Tanto no enunciado **10.5**, com complemento a que corresponde um predicado de natureza eventiva (*avaliar*), como no enunciado **10.22**, com um predicado de natureza estativa (*ser esperta*) como complemento, é de capacidade o valor construído⁴⁵⁸.

Confirmemos este facto com o enunciado **10.23**, em que o predicado (*estar doente*) é, como em **10.22**, de natureza estativa:

10.23 *A Ana sabe estar doente*

⁴⁵⁷ Este facto é um elemento de contraste entre ‘*saber V_{inf}*’ e ‘*pensar V_{inf}*’. Como vimos atrás (ver § 10.1), esta última forma - a que se associa um valor volitivo, configurado através de uma operação de mira - regista algumas restrições aspectuais ao nível do complemento objecto infinitivo.

⁴⁵⁸ Em Franckel; Lebaud (1990: 96), nega-se a atestabilidade de enunciados em que ocorra “savoir être + adjectif”, porque – afirma-se – “l’adjectif renvoie à une propriété dont le sujet constitue le pôle d’ancrage Qnt”. Assim, estes autores justificam a boa formação de *Il sait être courageux* e a má formação de **Il sait être fatigué*. Pelo contrário, o facto de ocorrerem enunciados desta natureza atestáveis no português, leva-nos a propor uma explicação diferente.

Vejamos, porém como a coocorrência de *saber* com cada um destes predicados adjectivais de natureza estativa no infinitivo opera sobre estes últimos uma recategorização aspectual. Os enunciados **10.22** e **10.23** serão parafraseáveis, respectivamente por **10.22a** e pelas hipóteses interpretativas propostas em **10.23a**:

10.22a A Ana *sabe agir com esperteza*

10.23a A Ana *sabe como estar doente / o que fazer quando está doente / fingir que está doente*

Em qualquer dos enunciados, **10.5**, **10.22** e **10.23**, o estado de coisas representado pela relação predicativa imbricada apresenta um funcionamento eventivo. Por outras palavras, é construído como um desempenho, como uma performance de um sujeito a quem se atribui, portanto, um traço de agentividade: *saber ser esperta* é “saber agir com esperteza”; *saber estar doente* é, conforme os contextos, “saber respeitar as prescrições médicas” ou “saber fazer-se passar por doente”.

É assim que, enquanto atribuição de uma propriedade – vimo-lo atrás -, o valor de capacidade construído consiste, mais propriamente, na atribuição de uma propriedade agentiva ao sujeito.

Diferente do valor de capacidade construído enunciado **10.23** é o do enunciado **10.23b**, em que há uma pré-construção da propriedade *estar doente*:

10.23b A Ana sabe o que é estar doente

Regista-se um outro fenómeno na construção ‘*saber V_{inf}*’ que se deve, mais uma vez, ao facto de *saber* marcar uma determinação qualitativa (Qlt) sobre o seu complemento (ver § 9.3). Trata-se do facto de esta construção corresponder

sempre, conforme se propõe em Franckel; Lebaud (1990: 97), a um “bénéfactif”. Por exemplo, assim como *eu sei cantar*, os enunciados que se seguem só são interpretáveis se *cair* e *ser pouco esperta* correspondem a algo, de algum modo, benéfico, ou com um proveito positivo para o sujeito:

10.24 Eu sei cair

10.25 A Ana sabe ser pouco esperta

Assim, apesar de o predicado *cair* não representar uma situação, propriamente, favorável para “quem cai”, *saber cair* (10.24) pode ser uma capacidade - com proveito positivo, portanto (para um praticante de judo, por exemplo). Da mesma forma, o predicado *ser pouco esperta* não representa uma propriedade favorável para quem o seja. No entanto, *saber ser pouco esperta* (10.25) pode ser uma capacidade - com proveito positivo, portanto - para o sujeito (*a Ana*), numa circunstância em que lhe convenha.

Isto é, *saber* atribui aos predicado *cair* e *ser pouco esperta* - como a qualquer outro predicado do qual se possa dizer não representar algo “favorável” para o seu sujeito - um traço de benefactividade, atenuando ou minimizando o seu carácter malefactivo. Este facto explica-se, como dizíamos, em virtude da determinação nocional que *saber* opera sobre o seu complemento. Em tal determinação nocional, que é, no caso de *saber*, de natureza qualitativa, reconhece-se a construção de um valor benefactivo.

Em suma, na construção ‘*saber* V_{inf}’, como noutras (ver § 6.1, 8.1 e 9.3), *saber* marca a construção de uma predicação incidente sobre o sujeito do enunciado.

11. Outras construções sintáctico-semânticas

Além da possibilidade de, a par com uma estrutura de complementação de natureza completiva com o complementador *que* (ver §§ 5, 6 e 7), alguns dos verbos em análise integrarem uma construção transitiva-predicativa (ver § 8) ou uma construção transitiva com objecto nominal (ver § 9) e ainda de apresentarem um complemento infinitivo (ver § 10), existem outros factos sintáctico-semânticos que permitem particularizar a forma como a subclasse dos verbos conceptuais em estudo, e cada um individualmente, constrói esse objecto.

Tenhamos presente o facto de alguns destes verbos poderem apresentar uma complementação preposicional – construção ‘V em SN’ – (ver § 11.1), uma complementação que pode corresponder a uma interrogativa indirecta (ver § 11.2), ou ainda o facto de estes verbos, de forma diferenciada, poderem integrar a construção de uma expressão em posição final (ver § 11.3).

11.1 Complementação preposicional: os casos de ‘*pensar em SN*’, ‘*crer em SN*’, ‘*acreditar em SN*’

No caso particular de alguns destes verbos conceptuais, verifica-se a possibilidade de o objecto construído ser de natureza preposicional, podendo este integrar uma forma do infinitivo impessoal (ver § 10.1.1) ou um SN, como, neste sub-capítulo, nos propomos descrever e explicar em termos dos valores de determinação modal construídos.

Comecemos por analisar as seguintes sequências que integram a estrutura ‘*pensar em SN*’:

11.1 *Pensava na acumulação do seu dia*, como o rapazinho que era. Contava-se que havia encontrado uma rapariga vaidosa e que atentara nele. (Ref: L0062P0069X)

11.2 Ainda se ao menos a deixassem estar quieta, *pensando em Adriano...* (Ref: L0095P0147X)

Em qualquer uma destas sequências, o complemento objecto de natureza preposicional de *pensar* ('em SN') apresenta um funcionamento predicativo. Não está em causa a construção da localização situacional do objecto, a sua determinação quantitativa (Qnt), mas sim uma determinação qualitativa (Qlt) do objecto, cuja fonte é o sujeito.

Se não vejamos: cada uma das sequências assinaladas a itálico em **11.1** e **11.2** (*pensava na acumulação do seu dia* e *pensando em Adriano*) será parafraseável, respectivamente, por algo como “pensava em como a acumulação do seu dia lhe trouxera experiências novas”, e “pensando naquilo que Adriano significava para si”, o que evidencia o seu carácter predicativo⁴⁵⁹. Por conseguinte, o funcionamento predicativo do complemento de *pensar* explica-se pelo facto de este ser objecto de uma determinação Qnt independentemente do enunciado em curso.

Como com o verbo *pensar*, podemos ter um objecto preposicionado ('em SN'), também em construções com os verbos *acreditar* ('acreditar em SN') e *crer* ('crer em SN'). Veja-se os seguintes enunciados:

⁴⁵⁹ Estas paráfrases não deixam de ser um exercício de imaginação, atendendo ao facto de ser reduzido o contexto a que temos acesso. Porém, fosse qual fosse o sentido original destas sequências, não comprometeria o que pretendemos provar: o funcionamento predicativo do complemento objecto 'em SN'.

11.3 Não se atreveu a sair de casa. *Acreditava nas almas penadas* (Ref: L0511P0197X)

11.4 O João *crê em Deus*

Também nestes enunciados, o funcionamento predicativo dos complementos preposicionais de *acreditar* e de *crer* se explica pelo facto de estes não serem objecto de uma determinação Qnt, mas sim uma determinação Qlt, cuja fonte é o sujeito: *acreditar nas almas penadas* é “acreditar na existência das almas penadas” (isto é, é “crer que as almas penadas existem”) e *crer em Deus* é “crer na existência de Deus” (isto é, é “crer que Deus existe”) ou ainda “crer nalgum dos atributos de Deus” (isto é, é “crer que Deus é misericordioso, etc.”).

Vejamos ainda os seguintes enunciados, em que, invariavelmente, os complementos preposicionais de *acreditar* e de *crer* apresentam um funcionamento predicativo:

11.5 Apesar do que se diz, *acredito no João*

11.6 *Cremos no ditado* que diz “Cão que ladra não morde”

O funcionamento predicativo dos complementos preposicionados de *acreditar* e de *crer* nos enunciados **11.5** e **11.6** deve-se ao facto de – como dizíamos - não se construir a localização situacional do termo complemento objecto. Introduce-se apenas uma determinação Qlt, cuja fonte é o sujeito.

Compare-se, seguidamente, o valor modal epistémico construído nos enunciados de cima com o construído nos enunciados **11.5a** e **11.6a**:

11.5a Apesar do que se diz, *acredito que o João não mentiu*

11.6a *Cremos que o ditado* que diz “Cão que ladra não morde” está certo

Nos enunciados **11.5a** e **11.6a**, *acreditar* e *crer* apresentam um complemento predicativo de natureza proposicional, introduzido pelo complementador *que*. Como atrás propusemos para enunciados com a mesma estrutura complexa ('V *que p*'), constrói-se, nestes enunciados, um valor modal epistémico do domínio do não-certo, isto é, uma validação subjectiva da relação predicativa imbricada⁴⁶⁰. Esta possibilidade de complementação, assim como o inerente valor de modalidade epistémica construído, é, aliás, comum aos restantes verbos assertivos fracos (ver § 6.1).

Nos enunciados **11.5** e **11.6**, *acreditar* e *crer* apresentam – conforme já referido - um complemento também predicativo, mas de natureza preposicional. Por conseguinte, nestes enunciados - como, aliás, nos enunciados **11.3** e **11.4** -, o facto de o complemento não corresponder a uma relação predicativa imbricada implica que não haja a construção de um outro valor modal, neste caso sobre uma relação imbricante. Não sendo enunciados complexos, construídos a partir de uma relação predicativa complexa (uma relação de imbricação), a sua determinação em termos da categoria modalidade passa pela construção de um valor modal epistémico do domínio do certo, isto é, uma assunção total da validação da relação predicativa simples. Está-se perante a construção de uma asserção máxima, identificada, neste caso, com o pólo positivo da escala de valores assertivos.

Assim, se, por um lado, ambas as estruturas – 'V *que p*' e 'V *em SN*' – apresentam, em comum, um complemento com funcionamento predicativo, por outro lado, ambas se distinguem, em função da sua natureza sintáctica (respectivamente, proposicional e preposicional), em termos do valor modal epistémico de que são marcadoras: 'V *que p*' marca a construção de um valor modal epistémico do domínio do não-certo, isto é, uma validação subjectiva da relação predicativa; 'V *em SN*' marca a construção de um valor modal epistémico do domínio do certo, isto é, uma validação total da relação predicativa.

⁴⁶⁰ Recorde-se que, apesar de ambos os verbos, *acreditar* e *crer*, marcarem, quando com um complemento '*que p*', a construção de um valor modal do domínio do não-certo, *acreditar que p* é marcador de uma um valor epistémico mais próxima do pólo positivo da escala de valores assertivos que *crer que p*. O mesmo se dirá da forma negativa *não acreditar que p*, relativamente, neste caso ao pólo positivo da escala assertiva (ver prova e descrição deste facto em § 6.1).

Esta constatação confirma o facto atrás referido (ver §§ 4.3 e 5.2) de a relação de embricação constituir um dispositivo de modalização.

11.2 Complementação em se. O caso das interrogativas indirectas

A compatibilidade com um complemento objecto correspondente ao que tradicionalmente se designa como interrogativa indirecta é extensiva apenas a alguns dos verbos em estudo. Veja-se os casos de *pensar*, na afirmativa (enunciado 11.7), e, sobretudo de *saber*, verbo que, como o exemplário deste sub-capítulo atesta, integra muito frequentemente este tipo de construção, quer em enunciados negativos (11.8, 11.9, 11.10) ou interrogativos (11.11), como a maioria dos de seguida propostos, quer em enunciados afirmativos, como os que mais adiante propomos:

11.7 Não conseguia afastar a tentação de *pensar* se a surpresa dos prados livres e desconhecidos não eram agora as camas inesperadas e as mulheres subitamente reveladas (Ref: L0071P0138X)

11.8 *Não sei se* a mãe terá vindo mais cedo (Ref: L0062P0060X)

11.9 *Nem sei como* falar com ele. Está sempre contrafeito

11.10 Aquela velha chorou *sem saber porquê* (Ref: L0308P0020X)

11.11 *Quem sabe se* a mudança de ambiente, um trabalho que me agradava, a presença daquelas crianças me não trariam pensamentos mais lavados (Ref: L0233P0054X)

Nos enunciados 11.7 a 11.11, estão ilustrados os dois tipos de interrogativas indirectas identificados nas gramáticas: a interrogativa indirecta total (com o complementador *se*) (11.7, 11.8, 11.11) e a interrogativa indirecta parcial (com os

complementadores *como, porquê*) (**11.9, 11.10**) (ver, por exemplo, Afonso, 2000, Contreras [1999] ³2000: § 31.2.4; Suñer [1999] ³2000: § 35.1.2)⁴⁶¹.

De igual modo, podendo as interrogativas indirectas ser não finitas (ou interrogativas indirectas de infinitivo) ou finitas, se encontram aqui exemplificadas ambas as hipóteses: nos enunciados **11.9** e **11.10** as interrogativas indirectas são não finitas: nos restantes enunciados, são finitas⁴⁶². Apesar de os exemplos de interrogativas indirectas não finitas corresponderem todos eles a interrogativas indirectas parciais, também as interrogativas totais podem ser não finitas. Neste caso, apresentam a particularidade de introduzirem uma disjunção, isto é, dois valores em alternativa, de validação ou não-validação da relação predicativa imbricada (ver enunciados **11.7, 11.8** e **11.11**), ou, como é o caso em **11.12**, de validação de diferentes relações predicativas:

11.12 O rapaz *não sabia se fugir se gritar*

⁴⁶¹ Raramente encontramos, nas gramáticas das línguas naturais, as interrogativas indirectas como objecto de um capítulo particular. A maior parte das gramáticas dedica apenas alguma atenção às interrogativas directas fazendo uma breve referência às interrogativas indirectas a propósito do estudo da subordinação. Excepção a esta regra, em Suñer ([1999] ³2000) - um capítulo da mais recente gramática do espanhol, dedicado inteiramente à interrogação indirecta (intitulado “La subordinación sustantiva: la interrogación indirecta”) -, designam-se as interrogativas indirectas totais e as interrogativas indirectas parciais, respectivamente, como interrogação “geral, absoluta ou verbal” e interrogação “relativa ou pronominal” (*idem, ibidem*: § 35.1.2).

Em Mateus *et aliae* (2003), designam-se como “interrogativas subordinadas” (*idem, ibidem*: 472) as globalmente referidas pela gramática tradicional como interrogativas indirectas.

Em Le Goffic (1993), designam-se as comumente chamadas interrogativas indirectas como “subordonnés percontatives”, uma vez que – defende este autor – esta designação dá conta da unidade com os outros tipos de subordinadas.

⁴⁶² Entre outras características que as diferenciam, nas interrogativas indirectas infinitas, o sujeito sintáctico é correferencial com o sujeito da relação imbricante. Sobre a determinação referencial do sujeito do complemento objecto infinitivo, ver § 10.

Algumas interrogativas indirectas podem ter a forma de um grupo nominal que, sendo interpretado como uma interrogação, corresponde ao que, entre outros, em Contreras ([1999] ³2000) e Suñer ([1999] ³2000), se designa por “preguntas encubiertas”. Porém, conforme podemos verificar em baixo, e recuperando as considerações atrás propostas a propósito do funcionamento do objecto de *saber* (ver § 9.3), o grupo nominal objecto apresenta como restrição o facto de ter que ser de natureza predicativa:

11.13 Não sabemos *a hora da reunião*

11.13a *Não sabemos *a casa do Luís*⁴⁶³

Atentando nos exemplos propostos (de 11.7 a 11.13), note-se que as interrogativas indirectas aí presentes correspondem ao complemento de predicados que expressam dúvida ou mesmo falta de conhecimento. A forma impessoal do infinitivo do enunciado 11.7 (*pensar*) e as diferentes formas de negação nos enunciados 11.8 a 11.10 e 11.12 e 11.13 (*não sei, sem saber, não sabia, não sabemos*), além da forma interrogativa do enunciado 11.10 (*quem sabe*) marcam precisamente este valor.

No que respeita ao verbo *saber*, este fenómeno foi já parcialmente abordado, pelo menos, em Borillo (1976) e em Milner (1978), a propósito do verbo *savoir*. Em Culioli (1978 e 1986b), apresenta-se uma proposta de descrição que passa pelo reconhecimento dos valores de que as formas linguísticas são marcadoras, permitindo uma argumentação mais teórica deste fenómeno. Propomo-nos aqui recuperar alguns aspectos da argumentação deste autor, na análise, não só dos enunciados até agora propostos, como dos que passamos a propor.

Vejamos, antes de mais, a diferença, em termos de valores construídos, entre os enunciados 11.14 e 11.14a:

⁴⁶³ Independentemente da boa ou má formação que lhes corresponde, estas sequências constituirão as versões ocultas (ou encobertas), respectivamente, de *Não sabemos qual é a hora da reunião* e *Não sabemos qual é a casa do Luís*.

11.14 Eu *não sei* se o Mário foi para casa

11.14a ?Eu *não sei que* o Mário foi para casa

O facto - atrás referido como específico do funcionamento de *saber* (ver § 9.3) - de o sujeito modal construído ser o localizador da determinação qualitativa mas não da determinação quantitativa do complemento predicativo, assim como o valor de que o complementador *que* é marcador⁴⁶⁴ permitem explicar a formação duvidosa da sequência **11.14a**. A negação ao nível do predicado da relação imbricante significa que o complemento predicativo não tem qualquer estatuto para o sujeito modal (ver Franckel; Lebaud, 1990: 91), quando – vimo-lo atrás – o verbo *saber* exige que o sujeito seja efectivamente a instância de identificação do que é sabido, isto é, o localizador do complemento predicativo.

Em **11.14a**, devido à forma negativa, o sujeito do enunciado, referencialmente identificado com o sujeito enunciador, não se institui como pólo de identificação, como localizador da determinação qualitativa (Qlt) do complemento. A má formação desta sequência deve-se, por conseguinte, ao não cumprimento da exigência de que o sujeito seja o localizador do complemento predicativo. Isto é, deve-se à contradição existente entre o facto de o enunciador, por um lado, se assumir como localizador do complemento predicativo – sendo disso marcador o complementador *que* – e, por outro lado, recusar essa localização – sendo disso marcador a negação ao nível da imbricante⁴⁶⁵.

⁴⁶⁴ Já atrás referido (ver § 4.3), o complementador *que* – recordemo-lo – por ser “l’image du premier énonciateur” (Culioli, 1974: 12), representa a asserção de que este é localizador absoluto.

⁴⁶⁵ Esta sequência poderá ser recuperada como enunciado se este for construído por localização em relação a uma situação de enunciação em ruptura com Sit₀:

(a) por exemplo, na construção de um contexto fictício, integrado numa sequência em que esteja em causa uma espécie de instrução ou didascália na primeira pessoa:

Agora eu não sei que o Mário foi para casa e tu dizes-me que ele está ali atrás do cortinado, sim?

Num enunciado semelhante ao de cima, em que há diferenciação referencial entre o sujeito do enunciado e o sujeito enunciator, - vimo-lo já (ver § 6.1) - não se daria uma má formação enunciativa:

11.14b *A Ana não sabe que o Mário foi para casa*

Neste caso, apesar de o complemento predicativo não ter qualquer estatuto para o sujeito do enunciado e sujeito modal (*a Ana*), tem-no para o sujeito enunciator. O enunciator apresenta-se, neste enunciado, como o localizador do complemento objecto, como pólo de identificação da validação da relação predicativa imbricada.

Já o enunciado **11.14**, na primeira pessoa e na forma negativa, se revela indiscutivelmente bem formado⁴⁶⁶. O mesmo se dirá dos enunciados atrás

(b) construindo um outro sujeito locutor, isto é, um outro pólo de identificação referencialmente dissociado de S_0 :

Segundo ela eu não sei que o Mário foi para casa ou Ela acha que eu não sei que o Mário foi para casa

(c) ou ainda numa sequência irónica, em que, basicamente, o sujeito enunciator, referencialmente coincidente com o sujeito do enunciado, recusa a assunção da validação da relação predicativa no lugar de complemento objecto:

Eu não sei que o Mário foi para casa, não vi nada e nem sequer aqui estou.

Outro exemplo de recusa da assunção da validação da relação predicativa por parte do sujeito da enunciação, desta feita, sem que a localização situacional se dê em relação a uma situação de enunciação em ruptura com Sit_0 , será:

Não quero saber que o Mário tenha ido para casa. Ele combinou aqui comigo às 14h e eu vou esperar.

ou ainda

Quero lá saber que o Mário tenha ido para casa!

Estes enunciados marcam a recusa categórica de qualquer grau de assunção por parte de S_0 ($S_1=S_2$), neste caso, da validação da relação predicativa, uma vez que o modo conjuntivo (*tenha ido*) é marcador de um pré-construído (ver §§ 11.2 e 12.1).

⁴⁶⁶ Apesar de não termos integrado exemplos com *ignorar*, a complementação com uma interrogativa indirecta também é compatível com este verbo, em virtude de a orientação do conhecimento por si construído ser negativo, isto é, por, na forma assertiva

propostos (11.7 a 11.13). Propõe-se em Culioli (1986b) que o complementador se “marque la construction du domaine des valeurs possibles, c’est-à-dire (p, p’)” (*idem, ibidem*: 7), encontrando-se como que suspenso o valor de validação ou de não-validação da relação predicativa. Isto é, no enunciado 11.14, como nos outros enunciados referidos, se marca, como a interrogação, uma operação de percurso sobre o domínio dos valores de validação da relação predicativa, sem que se possa distinguir um valor, seja p, o valor de validação (isto é, *foi para casa*), seja p’, o valor de não-validação (*não foi para casa*)⁴⁶⁷. Sendo a decisão assertiva representável como “[...] une bifurcation, dont la pointe correspond au domaine (p, p’)” (*idem, ibidem*: 8), a fórmula assertiva *eu sei* é marcadora de uma opção por um dos caminhos da bifurcação. Daí a boa formação de 11.14, (tal como de 11.8 e de 11.9, ambos enunciados negativos) e também de 11.14c, em que S_0 ($S_2=S_1$) não opta por nenhum dos caminhos da bifurcação, seja p, seja p’:

11.14c Preciso de *saber* se o Mário foi para casa

Daí também a formação duvidosa da sequência seguinte:

11.14d ?*Eu sei* se o Mário foi para casa

Dá-se, nesta sequência, uma incompatibilidade entre o valor de que a fórmula de asserção *eu sei* é marcadora (“on distingue une et une seule valeur” (Culioli,

positiva, marcar, mais do que a não-validação da relação predicativa imbricada, a impossibilidade de o enunciadador assumir a sua validação ou a não-validação (ver § 6.1):

- (i) Ignoro se alguma vez te voltarei a ver

⁴⁶⁷ Referimo-nos, na descrição das operações subjacentes a *se*, ao caso em que se constrói uma interrogativa indirecta. No caso de construção de um valor hipotético - numa asserção hipotética resultante de uma localização da relação predicativa em relação a um localizador “fictif” -, se marca que, no domínio (p, p’), se distingue um valor sem que o outro seja totalmente excluído (ver Culioli, 1986b: 7-8).

idem, ibidem: 7)) e a operação de percurso pela classe dos valores possíveis - de validação ou de não-validação - de que se é marcador.

Podemos, porém, conceber um enunciado como **11.14e** ou como **11.14f**, em que se define um contexto polémico em virtude da introdução de uma distância subjectiva:

11.14e *Eu sei muito bem se o Mário foi para casa*

11.14f *Claro que eu sei se o Mário foi para casa*

Ambos os enunciados são enunciativamente analisáveis como réplicas a um enunciador A, que tenha anteriormente posto em causa ou mesmo negado a possibilidade de um enunciador B *saber se o Mário foi para casa*. Retorquindo através da produção de um ou de outro dos enunciados acima propostos, o enunciador B declara-se em posição de validar ou de não validar a relação predicativa <Mário, ir, para casa>. Isto é, sem validar ou não validar a relação predicativa, o enunciador B situa-se na bifurcação (ver Culioli, 1978: 153 e 1986b: 9)⁴⁶⁸.

O enunciado **11.14e**, porém, pode ainda ser analisado enquanto marcador de um contraste interpessoal: em contraste com outros elementos da classe (isto é, *tu, ele, ela, ...n*), S_0 ($S_2=S_1$) é construído como o elemento que instancia o lugar argumental que permite saturar a relação predicativa complexa <() saber se <Mário, ir, para casa>>.

Nestes casos, estar-se-á ainda perante o que a gramática tradicional designa como interrogativa indirecta. Note-se, porém, que correspondendo – como acima dizíamos - à declaração, por parte de S_0 ($S_2=S_1$), de que este se encontra em posição de validar ou de não validar a relação predicativa, o predicado das

⁴⁶⁸ Quanto ao valor de que *muito bem* é marcador no enunciado **11.14e**, tenhamos presente a proposta de análise de Culioli quando afirma que graças a *bien* (*bem*, assim como *muito bem*) “[...] on établit une relation entre une lexis non saturée [<() saber se o Mário foi para casa>] repérée par rapport à Sit_0 et *je sais bien* (...) [ou *eu sei muito bem* (...)] où *je*, $S_1 = S_0$, nous fournit l’instanciation de la place en suspens [...]” (*idem*, 1978: 153).

respectivas relações imbricantes de cada um destes enunciados não expressa dúvida, nem tão pouco falta de conhecimento⁴⁶⁹. Encontrando-se a validação ou não-validação da relação predicativa como que em suspenso, S_0 ($S_2=S_1$) assere simplesmente a possibilidade de proceder a esta operação. O mesmo se dá noutros enunciados afirmativos em que se constrói o que tradicionalmente se designa como uma interrogativa indirecta parcial. Veja-se, por exemplo, os seguintes enunciados:

11.15 A Maria *sabe quando* virá o João

11.16 Podes aparecer. Todos *sabem onde* estás

11.17 *Sabes bem quanto* custou o anel. Não te armes em esquisita

11.18 Já que *sabes que* comboio apanhar, escusas de mo perguntar⁴⁷⁰

⁴⁶⁹ À atribuição, pela tradição gramatical, da designação de interrogativa indirecta a este tipo de subordinadas presidiu um critério de ordem essencialmente pragmático: não correspondendo a verdadeiras interrogativas (ilocutoriamente, perguntas directas), estas subordinadas interpretam-se pragmaticamente como um pedido ou uma solicitação de informação. Daí a também comum associação das interrogativas indirectas a uma expressão de dúvida ou de falta de conhecimento.

⁴⁷⁰ As interrogativas indirectas parciais colocam o problema da vacilação de interpretação entre este tipo de subordinada proposto pelas gramáticas e o tipo de subordinação relativa. Sobre a possível indeterminação entre interrogativas indirectas e relativas, ver, para o castelhano, Suñer ([1999] ³2000: § 35.6.1.).

Da mesma forma, se pode conceber a existência, não de uma vacilação de interpretação, mas sim de uma compatibilidade entre as interrogativas indirectas e a exclamação, uma vez que certos enunciados complexos com um valor exclamativo apresentam uma estrutura de complementação igual à das interrogativas indirectas (sempre parciais). Veja-se os seguintes exemplos:

- (i) Não sei como és capaz de tal coisa!
- (ii) Não sabes quanto / como te agradeço a ajuda!

Sobre a exclamação enquanto forma marcadora de uma predicação de alto grau e, sob o ponto de vista modal, de um valor apreciativo, ver § 9.1.1.

Por conseguinte, este facto compromete a designação de interrogativa indirecta consensualmente atribuída ao complemento objecto não só do verbo *saber* em enunciados afirmativos (11.14e e 11.14f), como do verbo *pensar*, num enunciado como 11.7 (aqui retomado), já que, a avaliar pelo que se passa ao nível das designadas interrogativas indirectas, totais ou parciais, os complementos objecto de natureza proposicional não encerram uma incógnita e não se correlacionam, por isso, com interrogativas directas⁴⁷¹.

11.7 Não conseguia afastar a tentação de *pensar* se a surpresa dos prados livres e desconhecidos não eram agora as camas inesperadas e as mulheres subitamente reveladas

Voltando às possibilidades de coocorrência de *saber* com o complementador *se*, vejamos o caso em que se constrói uma divergência referencial do sujeito do enunciado-locutor ($S_2=S_1$) em relação ao enunciador (S_0) (11.14g) ou a não identificação entre o tempo do enunciado-tempo da locução ($T_2=T_1$) e o tempo da enunciação (T_0) (11.14h e 11.14i):

⁴⁷¹ Em castelhano, o facto de certas interrogativas indirectas admitirem a coocorrência do complementador *que* (em *Preguntó que cuáles eran sus actores favoritos: Nicholson y Newman*, por exemplo) tem servido de fundamento para vários autores dividirem as interrogativas indirectas do castelhano em dois sub-grupos: as que expressam uma interrogação e aquelas mediante as quais se asseve uma proposição. Trata-se respectivamente de “proposiciones interrogativas indirectas y proposiciones interrogativas modales” (Suñer, 1991) ou “preguntas indirectas verdaderas o genuinas [...] y preguntas indirectas impropias” (Suñer, [1999] ³2000): “[...] las interrogativas indirectas aparecen en dos variedades: las preguntas indirectas verdaderas e las preguntas indirectas impropias; cada una de ellas se corresponde con un objeto semántico distinto, una pregunta con las primeras, una proposición con las segundas. Sólo las primeras tienen equivalentes en las preguntas directas” (*idem, ibidem*: 2160).

Não haverá registo da construção *que* + interrogativa - hoje característica do castelhano mas também do galego - em qualquer estágio de evolução das restantes línguas romance, além do português antigo. Em Dias (⁵1970), faz-se precisamente referência a este facto, que se ilustra com os seguintes exemplos:

Perguntaram-lhe as vezinhas *que adomde* leixava o filho

E pensava antre ssy *que domde* averia aquelle moço que era tan fermosso

11.14g A Ana *sabe* se o Mário foi para casa

11.14h Eu *sabia* se o Mário tinha ido para casa

11.14i Eu *saberei* se o Mário foi para casa

A construção de outras coordenadas enunciativas - S_1 e T_1 -, referencialmente dissociadas do sujeito enunciador (S_0) e do tempo da enunciação (T_0), permite compatibilizar a operação de percurso de que o complementador *se* é marcador e a construção de um valor polarizado no sujeito que caracteriza o emprego do verbo *saber*.

No caso particular do enunciado **11.14g**, ao construir uma coordenada subjectiva referencialmente dissociada, S_0 posiciona-se na bifurcação do domínio de validação por não estar em condições de construir um valor de validação / não-validação.

No enunciado **11.14h**, a ruptura temporal de que o imperfeito é marcador (*sabia*) corresponde à construção de um distanciamento (uma posição “*décrochée*”) em relação à bifurcação. Daí o emprego do modo conjuntivo ao nível da relação imbricada (*tinha ido*), marcador do facto de a validação da relação prediativa não se dar na situação de enunciação em curso (ver §§ 11.2 e 12.1).

Já no enunciado **11.14i**, o futuro (*saberei*) - como as restantes formas dos tempos gramaticais em -r- (o condicional, o infinitivo) -, marca que, estando-se na bifurcação, se perspectiva entrar no interior do domínio, validando ou não validando a relação prediativa. Isto é, visando optar-se por p ou por p' , constrói-se um hiato entre T_0 (quando ainda não se sabe) e T_2 (quando, eventualmente, se *saberá* ou, hipoteticamente, se *saberia*)⁴⁷².

⁴⁷² Sem que se recorra exactamente ao mesmo tipo de argumentação, em Cherchi (1983), referem-se estas construções com as formas gramaticais do futuro e do condicional como modalidades da condição (“modalités de la condition”): “[...] *je saurai (quand -)* ou *je saurais (si -)*, c’est-à-dire les modalités de la condition qui impliquent *je ne sais pas maintenant [...]*” (*idem, ibidem*: 78).

Particularmente, o infinitivo (ver enunciado **11.7**) marca, enquanto forma não pessoal, “[...] la désignation lexicale, le rejet dans la reprise interlocutoire ou une visée” (Culioli, *ibidem*: 8).

Como quando se constrói uma negação (ver enunciado **11.14**), também no caso de uma interrogação (enunciado **11.14j**), S_0 se posiciona na bifurcação. Não querendo ou não estando em condições de construir um valor de validação / não-validação, S_0 remete para o seu interlocutor a assunção de um destes valores⁴⁷³:

11.14j *Sabes se o Mário foi para casa?*

A possibilidade de alternância de modo do verbo da relação imbricada é outro aspecto relevante no estudo dos valores modais marcados pelas tradicionalmente designadas interrogativas indirectas que têm como verbo na relação imbricante *saber*.

Veja-se os seguintes enunciados:

11.19 Não sei se vou

11.20 Não sei se vá

Antes de mais, a possibilidade patente nestes enunciados de oposição entre os modos indicativo e conjuntivo demonstra que, contrariamente ao que se dá noutros contextos de subordinação, estamos perante um emprego de ambos os modos que não é determinado pelo verbo da relação imbricante (ver § **12.1**)⁴⁷⁴.

⁴⁷³ Sobre as operações subjacentes à interrogação, ver § **3.3.2**.

⁴⁷⁴ Sobre a selecção de modo em estruturas de complementação, ver, entre outros, Marques (1997).

Como dizíamos acima, no caso dos enunciados **11.19** e **11.20**, o facto de se estar perante uma estrutura de complementação que corresponde a uma interrogativa indirecta total (com o complementador *se*) implica que o sujeito do enunciado (neste caso, identificado referencialmente com S_0) se situe na bifurcação sem escolher um dos valores possíveis, de validação ou de não-validação da relação predicativa.

Segundo Campos (1997b), a diferença que a alternância do emprego do indicativo ou do conjuntivo introduz em enunciados análogos aos aqui propostos prende-se com a forma como o sujeito perspectiva a escolha de um dos valores. Estando em causa uma “indecisão” do sujeito – “indecisão” que, como veremos, assume contornos diversos em cada um dos enunciados -, no enunciado **11.19**, a opção pelo modo indicativo implicará, segundo esta autora, que “a escolha de um dos valores não depende do sujeito S mas de factores que lhe são exteriores”; já no enunciado **11.20**, a opção pelo modo conjuntivo implicará que “essa escolha depende exclusivamente do sujeito S ” (*idem, ibidem*: 542)⁴⁷⁵.

Correspondendo o conjuntivo ao modo, não só da asserção pré-construída (ver § 9.1.1), como também da não-asserção, no enunciado **11.20**, este modo gramatical marca precisamente que a relação predicativa, não asserida, se apresenta, portanto, por validar ou por não validar pelo sujeito, numa situação de enunciação distinta de Sit_0 . Por outras palavras: se, por um lado, o complementador *se* é marcador de uma operação de percurso pelos valores possíveis, e, por outro, o conjuntivo marca – como dizíamos - que a relação predicativa se apresenta como validável ou como não-validável pelo sujeito numa situação de enunciação distinta de Sit_0 , constrói-se, neste enunciado, o percurso dos valores de validabilidade e de não-validabilidade da relação predicativa, sem que S_0 escolha qualquer um destes valores. Assim explicada em termos das operações que lhe subjazem, e

⁴⁷⁵ Esta diferença em termos da forma como o sujeito perspectiva a escolha de um valor de validação está devidamente ilustrada em Campos (1997b), através da manipulação controlada de enunciados, primeiro incidente sobre o sujeito do enunciado e, depois, sobre a imbricada, ora sobre a pessoa gramatical do sujeito ora sobre o seu valor temporal. Pretende esta autora fundamentar o facto de “[...] o modo conjuntivo, correspondendo a uma convergência de operações, [ser] marcador de um valor modal que afecta todo o enunciado e determinar um valor de (não) *saber* diferente do que ocorre com o indicativo” (*idem, ibidem*: 541; ver também 542-543).

marcada pela estrutura ‘*não saber se VConj*’, a manifestação de “indecisão” cuja resolução “depende exclusivamente do sujeito S” equivale, como se propõe em Campos, a “(ainda) não ter decidido” (*idem, ibidem*: 544), isto é, a uma espécie de irresolução da vontade.

Por conseguinte, marcado pelo modo do conjuntivo do verbo da imbricada, o estatuto metalinguístico de não-asserção inerente à expressão de uma “indecisão” parece poder ser demonstrado pela possibilidade de o enunciado **11.20** ser parafraseado por **11.20a**:

11.20a Não sei em que circunstâncias vá

O indicativo, no enunciado **11.19**, expressando, mais do que uma indecisão, um desconhecimento, marca que a opção pela validação ou pela não-validação da relação predicativa depende das circunstâncias actuais, das coordenadas subjectiva e temporal da situação de enunciação que está na origem do enunciado (Sit₀). Isso mesmo parece poder ser confirmado pela sugestão, ainda de Campos (*ibidem*), de que ‘*não saber se V_{ind}*’ significa “não ter conhecimento” (*idem, ibidem*: 544). Ao propor-se **11.19a** como paráfrase de **11.19**, fica bem patente o sentido correspondente à manifestação de um desconhecimento:

11.19a Não sei em que circunstâncias vou

Em função do modo, indicativo ou conjuntivo, do verbo da relação imbricada, ‘*não saber*’ assume, portanto, diferentes sentidos. Pode, aliás, afirmar-se, como se propõe em Campos (*ibidem*) que se está perante “dois predicados diferentes [...] e que essa diferença é determinada pelo modo verbal que se combina com o predicado da completiva” (*idem, ibidem*: 544).

Esta conclusão contrasta com a definição generalizada do conjuntivo que postula a dependência da ocorrência deste modo em relação ao “predicado mais alto”: conforme podemos constatar através dos enunciados **11.19** e **11.20**, quando

é possível a alternância de modo na relação imbricada, “é o modo da subordinada que determina o valor do predicado mais alto” (*idem, ibidem*) e não o contrário.

Com o verbo da relação imbricada no infinitivo não flexionado, o enunciado **11.21** ilustra a possibilidade de alternância existente, em contextos de complementação, entre os empregos dos modos conjuntivo e infinitivo, já que, tanto um como o outro marcam que a relação predicativa se apresenta como validável (ou como não validável) pelo sujeito, numa situação de enunciação distinta de Sit₀.

11.21 Não sei se ir se ficar

Neste enunciado, a forma infinitiva não flexionada do complemento proposicional⁴⁷⁶, marca, assim, a validação numa outra situação de enunciação de uma das relações predicativas em alternativa: da relação predicativa (<(), *ir*, ()>) ou da relação predicativa (<(), *ficar*, ()>), complementar linguístico da primeira.

Estando na bifurcação, neste como no enunciado **11.20**, o sujeito perspectiva entrar no interior do domínio, visando, portanto, a validação de uma das relações predicativas em relação de disjunção (**11.21**), ou a validabilidade como a não-validabilidade da relação predicativa (**11.20**). Isto é, visando optar-se por *p* ou por *p'*, constrói-se um hiato entre T₀ e T₂, a que, tratando-se de uma manifestação de “indecisão”, estará subjacente uma operação de mira sobre um tempo necessariamente posterior a T₀ (ver § 10)^{477 478}.

⁴⁷⁶ Estamos, em virtude da forma não flexionada, ou impessoal, do infinitivo, necessariamente perante um enunciado cujos sujeitos das relações imbricante e imbricada são correferenciais (ver § 10).

⁴⁷⁷ Descrito no contexto de uma interrogativa indirecta como marcador de uma operação de mira sobre um tempo necessariamente posterior a T₀, o infinitivo não flexionado é designado em Suñer ([1999] ³2000: § 35.5.2) como “infinitivo prospectivo”.

⁴⁷⁸ Também as tradicionalmente designadas interrogativas indirectas parciais em cuja relação imbricante ocorre o verbo *saber* podem registar uma alternância entre os empregos do indicativo, do conjuntivo e do infinitivo, estando em causa a mesma operação de

11.3 Emprego de verbos conceptuais em posição final

Conforme atrás enunciámos (ver § 11), os verbos em análise podem, ainda que de forma diferenciada, ser empregues em posição final, que, como alguns dos exemplos que se seguem permitem ilustrar, podem corresponder a uma expressão declarativa (11.22), interrogativa (11.24, 11.25) ou imperativa (11.27):

11.22 É urgente definir um novo objectivo, *acho eu*

11.23 - Ouvi, ouvi, e o que me parece é que tu a não sabes toda, abade; se a soubesses, não estavas aí com tantas pachorras. - *Achas?* (Ref: L0523P0359X)

11.24 Ele tinha razão algumas vezes, *não acha?* (Ref: L0093P0144X)

11.25 Ela é cega, coitadinha, *não sabes?* (Ref: L0003P0192X)

11.26 Mas no fundo reservava-me a glória de ter um amante que morresse por mim. *Sabes?* (Ref: L0037P0222X)

11.27 O que é, não posso falar nestas coisas. *Acredite!* (L0494P0165X)

No enunciado **11.22**, ao grau máximo de assunção da validação da relação prediativa por parte do sujeito enunciador, segue-se a construção de um valor assertivo mais fraco, marcado pelo emprego do verbo subjectivo *achar* – na fórmula

percurso característica da interrogação e a construção dos mesmos valores modais acima descritos. Veja-se os seguintes exemplos:

- (i) Não sei onde vou de férias
Não sei onde vá de férias
Não sei onde ir de férias
- (ii) Não sei o que te digo
Não sei o que te diga
Não sei o que dizer-te

assertiva *acho eu* –, que permite explicitar a disjunção meramente abstracta entre S_0 e a fonte modal e reformular a operação de modalização que incide sobre a relação predicativa. Recorde-se a este propósito que *acho eu* traduz um juízo sobre a validação da relação predicativa com base num conhecimento não directo de natureza inferencial, relativamente ao estado de coisas representado por essa relação predicativa (ver § 6.1.1).

Esta situação ilustra o que, em Campos (1997a), se designa por “remodalização”, fenómeno atrás referido (ver § 6.1.1) que consiste na construção, por parte do enunciador, de um “deslizar modal”, isto é, de uma “segunda operação de modalização” (*idem, ibidem*: 155), incidente sobre uma mesma relação predicativa⁴⁷⁹.

Tal “deslizar”, no caso do enunciado **11.22**, configura o enfraquecimento do valor modal primeiramente construído (valor de asserção máxima). Já no caso do enunciado **11.22a**, o reforço do grau de validação da relação predicativa, marcado pela expressão em posição final *eu sei*, não altera o valor modal inicialmente construído, pelo que não há remodalização:

11.22a É urgente definir um novo objectivo, eu sei⁴⁸⁰

⁴⁷⁹ O fenómeno modal da “remodalização” não se confunde com outro fenómeno igualmente modal, a “sobremodalização”. Também objecto de reflexão em Campos (1997a), a sobremodalização consiste na “[...] modalização de uma relação predicativa já modalizada, que conserva, acumulando-os, os valores modais resultantes de todas as operações de modalização que sobre ela incidiram” (*idem, ibidem*: 158). São exemplo de sobremodalização os seguintes enunciados, entre outros, do *corpus* de entrevistas do *Português Fundamental* propostos por esta autora:

- (i) Ele devia ter nessa altura, suponhamos, talvez à volta de um ano e meio (PF83)
- (ii) Outra hipótese que eu suponho é que os impostos que recaem sobre a camionagem deverão ser talvez maiores do que no estrangeiro (PF126)

⁴⁸⁰ Não identificado como uma forma de remodalização, o reforço de um valor modal construído pode igualmente ser marcado pelo emprego da forma passiva (i), ou ainda pela forma impessoal, cujo pronome se é proposto em Cunha; Cintra (1984) como “apassivador” (ii):

- (i) É urgente definir um novo objectivo, *é sabido*

Configurando um enfraquecimento do grau de validação da relação predicativa, o fenómeno da remodelização patente no enunciado **11.22** implica a coocorrência de duas operações de modalização incidentes sobre a mesma relação predicativa, de que resultam valores modais diferentes, desconstruindo a segunda operação o valor construído pela primeira (ver *idem, ibidem*: 156).

Assim, entre outros meios de remodelização correspondentes ao enfraquecimento do valor modal primeiramente construído⁴⁸¹, encontra-se – como

-
- (ii) É urgente definir um novo objectivo, *sabe-se*

Através destas fórmulas (*é sabido* e *sabe-se*), como também, através de *como sabes* (*É urgente definir um novo objectivo, como sabes*), mais do que exprimir o grau de validação da relação predicativa, o enunciador “[...] procura conseguir para o seu texto um certo grau de irrefutabilidade”, pelo que “[...] introduz o co-enunciador, ou mesmo a comunidade em geral, como participantes na validação de valores que ele próprio constrói” (Campos, 1997a: 169).

Se, por um lado, o emprego de um predicado adjectival como *ser certo* ou mesmo *ser mais que certo* (iii) é ainda marcador de um reforço de um valor modal construído:

- (iii) O João está em casa doente, *é (mais que) certo* que esteja

por outro, o emprego de um adverbial como *com certeza* (iv) pode marcar a construção de uma remodelização, com enfraquecimento do valor modal construído:

- (iv) Ele vem hoje, *com certeza* que vem...

⁴⁸¹ A reflexão proposta em Campos (1997a) baseia-se sobretudo em exemplos de remodelização por via do emprego com valor modal epistémico dos verbos *dever* e *poder*. Recuperando os exemplos aí propostos, retirados do *corpus* de entrevistas do *Português Fundamental*:

- (i) Na medida em que eles têm, alguns desses trabalhadores têm, *devem ter* um complexo de que são inferiores (PF235)
- (ii) Toda esta zona aqui foi, *deve ter sido* a zona mais afectada pela emigração (PF187)

(*idem, ibidem*: 155)

Mas também os empregos de predicados adjectivais como *provável* ou mesmo *muito provável* (iii) podem marcar a construção de uma remodelização correspondente a um enfraquecimento do grau da validação:

vimos relativamente ao enunciado **11.22** - a construção de uma expressão em posição final de tipo declarativo, com um verbo conceptual como *achar*. Mas é também possível que a remodelização seja marcada, não só pelo emprego de outros verbos conceptuais como *supor*, *julgar*, *pensar*, *duvidar*, também numa expressão em posição final (**11.22**), como pelo emprego de cada um destes verbos numa expressão incisa (**11.22c**). Veja-se as seguintes possibilidades, que ilustram um e outro casos:

11.22b É urgente definir um novo objectivo, suponho eu / julgo eu / penso eu / eu não duvido

11.22c É urgente, acho eu / suponho eu / julgo eu / penso eu / eu não duvido, definir um novo objectivo

O fenómeno modal da remodelização impõe, ainda, uma restrição de *não-negatividade*. Dotados de uma força positiva, estes verbos, à excepção de *duvidar*, só podem ser empregues na forma afirmativa, uma vez que, num contexto de remodelização, não é possível empregar um verbo de força positiva negativamente (ver Borillo, 1982: 35). *Duvidar*, como outros verbos assertivos dotados de sentido negativo, deve, pelo contrário, ocorrer numa construção negativa para que se inverta a sua polaridade⁴⁸². Veja-se, nos enunciados **11.22b'** e **11.22c'**, a possibilidade de ocorrência da expressão em posição final ou incisa de *eu não duvido* e nunca de *duvido*:

-
- (iii) Os juízes serão implacáveis no veredicto final, *é (muito) provável* que o sejam

⁴⁸² Recorde-se que, a propósito de *duvidar*, como de *ignorar* e mesmo de *negar*, se fala em construção de um sentido negativo, em virtude de a orientação do conhecimento por si construído ser negativo. *Duvidar*, em particular, marca, na forma assertiva positiva, a construção de um valor do domínio modal do não-certo, que assume um grau de incerteza, ou ainda, mais especificamente, de probabilidade negativa, mais próximo, portanto, do pólo negativo da escala de valores assertivos (ver § 6.1).

11.22b' É urgente definir um novo objectivo, eu não duvido / *duvido

11.22c É urgente, eu não duvido / *duvido, definir um novo objectivo

Retomemos seguidamente a sequência enunciativa **11.23**:

11.23 - Ouvi, ouvi, e o que me parece é que tu a não sabes toda, abade; se a soubesses, não estavas aí com tantas pachorras. - Achas?

Por corresponder a uma troca enunciativa, **11.23** não ilustra um caso em que um verbo conceptual integre uma expressão em posição final. Produzida por um segundo enunciador (B), a interrogativa total *Achas?* pode ser, conforme as marcas prosódicas, equiponderada - pré-construindo-se um percurso incidente sobre a classe fechada dos valores, de validação e de não validação, da relação predicativa⁴⁸³ -, ou, pelo contrário não-equiponderada – em que não se pré-constrói o percurso dos valores possíveis, positivo e negativo⁴⁸⁴.

No segundo caso - em que a interrogativa seja não-equiponderada -, a relação predicativa validada pelo primeiro enunciador (A) não é objecto de solicitação, por parte do enunciador B, de uma nova validação (ou confirmação de validação). Tratar-se-á, como tal, de uma interrogativa retórica, que, como lhe é característico, constitui uma avaliação modal, um juízo (ver Afonso, 2000).

⁴⁸³ Recorde-se que uma interrogativa total se caracteriza pela construção de uma operação de percurso que incide numa classe fechada de dois valores – positivo (ou de validação) e negativo (ou de não validação) - e por um valor intersubjectivo. É, por conseguinte, mediante estes factos que o sujeito enunciador constrói antecipadamente a validação (I) ou a não validação (E) da relação predicativa e, não estando em condições ou não a querendo validar - isto é, situando-se ou simulando posicionar-se num grau zero do conhecimento -, recorre ao seu co-enunciador para que seja ele, co-enunciador, a construir essa validação (ou não validação) (ver § 3.3.2).

⁴⁸⁴ A dependência relativamente aos marcadores prosódicos da construção de um ou de outro destes valores reflecte, reiteradamente, o seu papel na construção e reconstrução dos valores de determinação modal.

Porque, por definição, na interrogativa retórica, o enunciador trunca a recorrência ao co-enunciador, isto é, porque se dá um bloqueamento da possibilidade de seleccionar um valor estabilizado no percurso da classe fechada dos valores positivo ou negativo (para não referir o terceiro valor possível: IE, fora do domínio), e porque se está, neste caso, perante uma interrogativa retórica positiva, o valor da asserção construída é negativo. Uma glosa da interrogação *Achas?*, tendo em conta o contexto linguístico, será *Enganas-te, eu sei-a toda*, que conferindo-lhe o carácter judicioso, poderia ser acrescido de uma exclamação como, por exemplo, *Que disparate!*⁴⁸⁵.

Por conseguinte, na sequência enunciativa **11.23**, o segundo enunciador (B) põe em causa o espaço de validação que atribui ao co-enunciador (e enunciador A), co-enunciador que - afirma-se em Culioli (1988a: 33) -, no caso da interrogação retórica, não sendo interlocutor, é um co-enunciador fictício. É assim que se opera uma remodelização: ao pôr em questão a validação da relação predicativa (a posição em I), o segundo enunciador (B) atribui esta posição ao co-enunciador, e constrói, decorrentemente, a não validação da relação predicativa (a posição em E) (ver Culioli, *ibidem*). A estabilização dá-se, pois, pela saída do domínio de validação, pela construção do seu exterior.

⁴⁸⁵ Pode construir-se uma avaliação modal através de uma interrogativa não equiponderada (ou retórica) cujo suporte seja, além de *achar* (acima exemplificado), qualquer um dos verbos assertivos fracos em estudo, desde que, integrando contextos linguísticos adequados, esta registe características prosódicas específicas. Veja-se os seguintes exemplos:

- (i) Julgas que eu me vou embora assim sem mais nem menos?
- (ii) Acreditas que o João seja capaz de encarar a situação?
- (iii) Duvidas que o João seja capaz de encarar a situação?

Pode-se também construir um juízo modal através de uma exclamativa retórica, com a possibilidade de ocorrência ao nível da relação imbricada de, entre qualquer outro tipo de verbos, um verbo assertivo fraco. Nestes casos, como no caso das construções retóricas interrogativas, o conteúdo proposicional da relação imbricada é interpretável com uma polaridade contrária. Veja-se por exemplo:

- (iv) Quem duvida que tenhamos razão?!
- (v) Por que havia ele de pensar tal coisa?!

Diferente é o valor modal construído no enunciado **11.24**, em que *achar* ocorre, aqui sim, numa expressão em posição final, interrogativa-negativa. Retomemos este enunciado:

11.24 Ele tinha razão algumas vezes, *não acha?*

De acordo com alguns autores, uma interrogativa em posição final que integre um verbo subjectivo como *achar*, mas também como *saber* e até mesmo como *perceber*, *compreender* ou *concordar*, realiza o que a tradição gramatical consagrou como sendo uma interrogativa-tag, uma vez que apresenta uma semelhança formal com este tipo de construção (ver, por exemplo, Sabio Pinilla, 1987)⁴⁸⁶.

No entanto, apesar de partilharem algumas características estruturais e até enunciativas, a interrogativa em posição final em **11.24** difere, em termos enunciativos, das possibilidades, também de interrogativas em posição final, em **11.24a**⁴⁸⁷:

11.24a Ele tinha razão algumas vezes, *não tinha? / não é? / não?*

⁴⁸⁶ Em Sabio Pinilla (1987), opta-se, precisamente, por uma designação mais geral, a de “apêndices modalizadores”, em detrimento da de “interrogativa-tag”. O critério que preside, na óptica deste autor, a esta designação genérica e à inclusão das fórmulas interrogativas em posição final que integram verbos subjectivos é a sua “função de validação interlocutória, por meio da qual os indivíduos ratificam o seu papel de participantes da interacção e regulam o seu modo de agir ou actuar através da língua” (*idem, ibidem*: 443).

⁴⁸⁷ Também em Moreno (1998) se expressa a convicção de que expressões como *não achas?*, *percebes?*, *estás a ver?*, em virtude das restrições que apresentam “quanto ao tipo de frase declarativa antecedente”, se devem distinguir das interrogativas-tag (*idem, ibidem*: 164).

Os dois casos correspondem a manifestações explícitas da relação intersubjectiva entre S_0 e o seu co-enunciador. Em termos estruturais, tanto o enunciado **11.24** como o enunciado **11.24a** integram dois membros: o primeiro membro com um valor modal assertivo e o segundo de natureza interrogativa-negativa. Também em ambos os enunciados se constrói uma sequência de dois valores modais diferentes. No entanto, o valor do segundo membro, ou membro interrogativo, é diferente num e noutro casos.

Se no enunciado **11.24a**, com as diferentes possibilidades de realização do membro interrogativo, o enunciador solicita ao co-enunciador a confirmação, ou ratificação, do valor assertivo construído no primeiro membro, no enunciado **11.24**, o enunciador solicita ao seu co-enunciador, ainda a eventual confirmação, ou ratificação, do valor assertivo do primeiro membro, mas, desta feita, mediante a assunção da validação ou da não-validação subjectiva da relação predicativa.

No primeiro caso (enunciado **11.24a**), estamos perante uma interrogativa-tag, com as várias possibilidades de realização do segundo termo⁴⁸⁸, ao nível do qual se constrói, em virtude da sua natureza interrogativa-negativa, uma suspensão da validação da relação predicativa⁴⁸⁹.

No segundo caso (enunciado **11.24**), temos uma interrogativa total. Aqui, da opção, por parte do co-enunciador (agora segundo enunciador), por um dos valores sobre os quais incide a operação de percurso de que a interrogativa é marcadora - validação ou não-validação da relação predicativa - decorre a construção de uma

⁴⁸⁸ Sobre a interrogativa-tag, ver definição proposta em Campos; Xavier (1991): “[...] a interrogativa-tag só parcialmente tem valor de interrogação. É constituída por dois membros, o primeiro de natureza assertiva, o segundo, de natureza interrogativa-negativa, pelo qual o enunciador pede ao seu co-enunciador que confirme a asserção construída no primeiro membro” (*idem, ibidem*: 346).

Ver também, sobre as diferentes estruturas do segundo membro das interrogativas-tag e, de forma mais específica, sobre a associação destas expressões a uma forma negativa, Moreno (1998).

⁴⁸⁹ Em B. Guillaume (2003), faz-se referência a este fenómeno, por nós formulado como “suspensão da validação da relação predicativa”, como sendo marcado, em inglês, “[...] dans l’inversion sujet / auxiliaire, ou encore dans l’apparition de l’auxiliaire dans les énoncés au présent et au prétérit simples” (*idem, ibidem*: 194).

outra relação predicativa, imbricante. Por outras palavras, instado a optar por um dos valores (*achar* ou *não achar*), ao co-enunciador (agora segundo enunciador) cabe validar ou não validar subjectivamente a relação predicativa imbricada <ele, ter, razão>, pelo que a sua resposta corresponderá, já não a um enunciado simples, mas sim a um enunciado complexo, construído a partir de uma relação entre relações predicativas, isto é, a partir de uma relação de imbricação.

Assim, através de e num enunciado como **11.24**, o enunciador visa questionar a forma como o seu co-enunciador valida subjectivamente a relação predicativa <ele, ter, razão>. Ou seja, o enunciador pré-constrói para o seu co-enunciador um espaço de validação subjectiva, sujeitando, de forma explícita, a eventual ratificação do valor assertivo construído no primeiro membro do enunciado a um juízo opinativo, isto é, à expressão da opinião do seu co-enunciador.

Salvagarde-se, porém, que, num caso como no outro – numa interrogativa-tag (**11.24a**) como quando o enunciador solicita uma validação subjectiva (**11.24**) -, o membro interrogativo, longe de ser uma possibilidade de expressão que se oferece ao co-enunciador (ou seja, o recorrer do enunciador ao co-enunciador para que seja ele a validar ou não validar uma relação predicativa), pode representar uma tentativa de condicionamento da sua expressão, seja por via de uma sugestão, seja por via de uma imposição. Neste caso, o valor do membro interrogativo aproxima-se do de uma interrogativa retórica. A diferença entre um e outro valor modal do membro interrogativo – entre a construção de uma interrogativa equiponderada e a construção de uma interrogativa não-equiponderada – é, segundo nos é possível observar, marcada por traços prosódicos, que - como repetidamente vimos afirmando - sendo fundamentais na construção dos valores de determinação modal dos enunciados, são de difícil tratamento em termos formais⁴⁹⁰.

⁴⁹⁰ A propósito de valores aparentados com os que acabámos de referir para o membro interrogativo da interrogativa-tag como da interrogativa com recurso a um verbo subjectivo, em B. Guillaume (2003), faz-se corresponder, no francês, à construção de uma interrogativa equiponderada (isto é, de uma “verdadeira” pergunta) uma entoação ascendente e à construção de uma interrogativa não-equiponderada (isto é, de uma interrogativa retórica) uma entoação descendente (ver *idem, ibidem*: 195).

O facto de, no enunciado **11.24**, não estarmos perante a construção de uma interrogativa-tag não invalida, porém, que também o verbo *achar*, como qualquer outro verbo conceptual, possa integrar o membro interrogativo de uma interrogativa-tag, desde que, como ilustra o enunciado **11.28**, corresponda à retoma do verbo do primeiro membro do enunciado:

11.28 Ele acha que tem razão, *não acha?* / *não é?* / **não tem?*

Neste enunciado, o membro assertivo (primeiro membro da interrogativa-tag) tem subjacente uma relação prediativa complexa. Impõe-se, conseqüentemente, uma restrição: com o membro interrogativo-negativo, o enunciador solicita ao co-enunciador a ratificação do valor assertivo construído no enunciado complexo e não apenas do conteúdo proposicional que tem subjacente uma relação prediativa imbricada. Assim se explica que, como verificamos em **11.28**, o membro interrogativo só possa retomar, repetindo, o verbo da relação imbricante (*não acha?*) e não o da relação imbricada (**não tem?*).

Mas se manipularmos o enunciado **11.28** alterando, num primeiro momento, a categoria pessoa do sujeito do enunciado, e, num segundo momento, o valor temporal, verificamos haver uma variação em termos da incidência da interrogativa-negativa. Vejamos, por um lado, os enunciados **11.28a** e **11.28b** e, por outro, o enunciado **11.28c**:

11.28a Eu acho que tenho razão, **não acho?* / *não tenho?*

11.28b Tu achas que tens razão, *não achas?* / **não tens?*

11.28c Eu achava que tinha razão, *não achava?* / **não tinha?*

Constatamos, por conseguinte, que, quando o membro assertivo de uma interrogativa-tag tem subjacente uma relação de imbricação - isto é, uma relação prediativa complexa -, o membro interrogativo retoma, ora a relação de imbricação, ora a relação imbricada, consoante varie quer a pessoa gramatical do

sujeito do enunciado (S_2), quer o valor temporal marcado pelo verbo da relação imbricante.

Será, pois, possível estabelecer uma regularidade. Por um lado, se $S_2 (=S_1)$ for apenas abstractamente disjunto de S_0 (primeira pessoa), o membro interrogativo retoma a relação imbricada (**11.28a**); se $S_2 (=S_1)$ for referencialmente distinto de S_0 (terceira ou segunda pessoas), o membro interrogativo retoma a relação de imbricação (**11.28** e **11.28b**). Por outro lado, se $T_2 (=T_1)$ for construído com valor de simultaneidade em relação a T_0 , o membro interrogativo retoma a relação imbricada (**11.28a**); se $T_2 (=T_1)$ for construído com valor de anterioridade em relação a T_0 , o membro interrogativo retoma a relação de imbricação (**11.28c**).

Mais uma vez se confirma que, no caso do emprego dos verbos conceptuais nas segunda e terceira pessoas, e ainda no contexto de uma relação de imbricação, uma descrição dos valores construídos exige uma ordem de considerações distinta (ver §§ 7.1 e 7.2). Como predicados subjectivos, e implicando, portanto, uma identificação entre sujeito do enunciado (S_2) e sujeito modal (S_1), qualquer forma de dissociação em relação ao enunciador (S_0) tem repercussões em termos do valor de determinação modal construído.

Efectivamente, só mediante uma disjunção referencial entre o sujeito do enunciado e fonte modal ($S_2 = S_1$) e o sujeito da enunciação (S_0) - construída por via de uma localização com valor de diferenciação (**11.28**) ou com valor de ruptura (**11.28b**) em relação a S_0 - o membro interrogativo de uma interrogativa-tag pode retomar a relação de imbricação pondo em questão, num contexto intersubjectivo, a sua validação. É a exterioridade de S_0 , ou seja, a construção de uma outra fonte modal por parte de S_0 , que permite que este, no segundo membro do enunciado, assumo, como enunciador, a construção do valor interrogativo, solicitando ao co-enunciador a ratificação do valor assertivo construído no enunciado complexo e não do conteúdo proposicional a que corresponde uma relação prediativa imbricada.

Quando se dá uma dissociação abstracta entre o sujeito do enunciado ($S_2 = S_1$) e o sujeito da enunciação (S_0) - construída por via de uma localização com valor de identificação referencial em relação a S_0 -, desde que o valor temporal seja de simultaneidade entre $T_2 (= T_1)$ e T_0 (**11.28a**), o enunciador não pode, por via de uma interrogativa em posição final (segundo membro de uma interrogativa-tag),

desvincular-se do valor assertivo por si construído ao nível da relação de imbricação (*acho que p*). Mas pode, pelo contrário, retomando, no segundo membro de uma interrogativa-tag, o conteúdo proposicional a que corresponde uma relação predicativa imbricada, sujeitá-lo à ratificação por parte do seu co-enunciador, já que esta relação imbricada é, pelo enunciador e no primeiro membro do enunciado, validada apenas subjectivamente.

Se se der uma mesma dissociação abstracta entre o sujeito do enunciado ($S_2 = S_1$) e o sujeito da enunciação (S_0) mas, desta feita, o valor temporal construído for de anterioridade entre $T_2 (= T_1)$ e T_0 (**11.28c**), a ruptura temporal relativamente ao tempo da enunciação de que o imperfeito (*achava*) é marcador permite igualmente uma exterioridade do enunciador quando, no membro interrogativo da interrogativa-tag, submete a validação da relação de imbricação à ratificação do seu co-enunciador⁴⁹¹.

Como o enunciado **11.24**, também os enunciados **11.25** e **11.26** incluem um membro interrogativo por via do qual o enunciador não solicita ao seu co-enunciador, exactamente a confirmação, ou ratificação, do valor assertivo do primeiro membro, pelo que não correspondem a interrogativas-tag:

11.25 Ela é cega, coitadinha, não sabes?

11.26 Mas no fundo reservava-me a glória de ter um amante que morresse por mim. Sabes?

⁴⁹¹ O mesmo se verifica se o valor temporal construído for de posterioridade entre $T_2 (= T_1)$ e T_0 . Veja-se, por exemplo o enunciado seguinte:

Eu hei-de achar que ele tem razão, não hei-de (achar)? / *não tem?

De novo, o valor temporal de posterioridade construído relativamente ao tempo da enunciação permite uma exterioridade do enunciador quando este, no membro interrogativo da interrogativa-tag, submete a validação da relação de imbricação à ratificação do seu co-enunciador

Estes enunciados diferem, porém, do enunciado **11.24** pelo facto de os respectivos membros interrogativos não corresponderem à solicitação por parte do enunciador da validação ou não-validação subjectiva da relação predicativa por parte do seu co-enunciador. Diferem, portanto, em termos do que, ao nível do membro interrogativo e em função do verbo empregue – assertivo fraco (**11.24**) ou assertivo forte (**11.25** e **11.26**) – o enunciador constrói como valor epistémico, isto é, o estatuto que as respectivas relações predicativas tenham, na estrutura do domínio de conhecimentos do co-enunciador.

Se pelo emprego de um verbo assertivo fraco no membro interrogativo (**11.24**), os valores pré-construídos pelo enunciador são a assunção parcial da validação ou da não-validação da relação predicativa por parte do seu co-enunciador, pelo emprego de um verbo assertivo forte (**11.25** e **11.26**), os valores pré-construídos pelo enunciador são a assunção total da validação ou da não-validação da relação predicativa por parte do co-enunciador, constituído como pólo de identificação do que seja (por si) sabido.

Temos, portanto, no segundo membro de cada um dos enunciados **11.25** e **11.26**, como no enunciado **11.24**, uma interrogativa total. Como atrás referimos, da opção, por parte do co-enunciador (agora segundo enunciador), por um dos valores sobre os quais incide a operação de percurso de que a interrogativa é marcadora - validação ou não-validação da relação predicativa - decorre a construção de uma outra relação predicativa, imbricante. Mas, quer corresponda a uma interrogativa equiponderada (a uma “verdadeira” pergunta) ou a uma interrogativa não equiponderada (a uma interrogativa retórica), no membro interrogativo de cada um dos enunciados **11.25** e **11.26**, está em causa a assunção total da validação ou não-validação da relação predicativa subjacente ao membro assertivo, localizada, de maneira explícita, em relação ao co-enunciador. No membro interrogativo do enunciado **11.24** – vimo-lo atrás – está em causa, pelo contrário, a assunção parcial da validação ou não-validação, e portanto validação ou não-validação subjectiva, da relação predicativa por parte do co-enunciador.

12. Relação entre a negação e as propriedades específicas dos verbos conceptuais

Um dos problemas que se coloca no âmbito deste estudo é o da especificidade da relação entre a negação e as propriedades dos predicados subjectivos em análise.

O facto de os verbos conceptuais coocorrerem com um complemento proposicional e de integrarem, por conseguinte, uma relação de imbricação levanta algumas questões quando a negação intervém na construção da referência do enunciado.

A negação ao nível da relação imbricada como ao nível da relação imbricante permite uma leitura particular da forma como se combinam o valor modal epistémico, do domínio do não-certo ou do domínio do certo, e o valor modal, de natureza igualmente epistémica, de negação. Além disso, uma descrição do comportamento dos predicados subjectivos com a negação conflui, entre outros factos relevantes, para a caracterização desses predicados. Isto é, a descrição do comportamento de cada um destes predicados com a negação permite uma mais completa identificação dos valores modais de que estes são marcadores.

Consideremos os dois enunciados **12.1** e **12.1a**:

12.1 Penso que a folhagem não nos oculta ninhos (Ref: L0093P0155X)

12.1a Não penso que a folhagem nos oculte ninhos

Afectado de uma modalidade negativa ao nível da relação predicativa imbricada (*'penso que não-p'*), os enunciados **12.1** e **12.1a** equivaler-se-ão semanticamente, uma vez que não se reconhece haver entre ambos uma contradição ao nível do sentido construído. Efectivamente, apesar de, no enunciado **12.1a**, o operador linguístico de negação se posicionar ao nível da relação imbricante afectando o verbo (*'não penso que p'*), o valor de negação incide

semanticamente sobre a relação predicativa imbricada, pela construção da sua não validação subjectiva^{492 493}.

Encontramos aqui um facto clássico, inicialmente definido como uma tendência registada em muitas línguas de o verbo da matriz atrair a si a forma negativa que, sob o ponto de vista lógico, pertence à subordinada (ver Horn, 1975, 1978 e 1989). Objecto de reflexão, primeiramente, de filósofos e lógicos⁴⁹⁴ e, depois, de linguistas, este fenómeno revelou-se, pois, um processo sintáctico-semântico e pragmático com manifestação nas diferentes línguas e extensivo a também distintas classes de predicados⁴⁹⁵.

⁴⁹² A equivalência, ou não-contradição, semântica a que nos referimos está na base da descrição que, em Attal (1994), se propõe dos dois tipos de construção (*'penso que não-p'* e *'não penso que p'*) enquanto “deux variantes modales équivalentes de ‘Non p’” (*idem, ibidem*: 131).

⁴⁹³ Privilegiamos a análise de enunciados com a estrutura *'não pensar que p'* cujo estatuto da negação é, de acordo com a tipologia proposta em Ducrot (1984: 217-218), de tipo “descritivo”, isto é, em que, de alguma maneira, se descreve um estado de coisas. Excluimos, por conseguinte, a análise de enunciados em que se constrói uma negação que, segundo este autor, se classifica como “metalinguística”: por exemplo, *Eu não penso que o João esteja a mentir, eu tenho a certeza*, em que é recusada a própria forma linguística que ocorre na primeira asserção (*penso*).

⁴⁹⁴ Refiram-se as reflexões de que em Horn (1989) se dá conta, de Santo Anselmo a Quine e a outros filósofos, cuja abordagem lógica permitiu identificar um problema que, desde logo, se revelou complexo (*idem, ibidem*: 308ss).

Por exemplo, na reflexão proposta em Quine ([1956] 1990: 145-146), por um lado, reconhece-se o paralelismo existente entre *x does not believe that p* e *x believes that not p*. Por outro lado, estabelece-se a diferença entre estas duas formas de expressão de *believe* (“referentially transparent”) e *it is not the case that x believes that p*, distinção importante, abordada nos estudos gramaticais em termos de negação interna e negação externa (ver, por exemplo, López, [1999] ³2000: 2575ss).

⁴⁹⁵ Quanto às diferentes manifestações deste fenómeno nas diferentes línguas, refira-se, por exemplo, que *supor*, do português, como *suppose* do inglês, regista o transporte da negação, contrariamente ao que se dá no castelhano em que *suponer* não admite esta transformação (ver Bosque, 1980: 56). Da mesma forma, se *hope*, do inglês, não regista, *hoffen*, do alemão (aliás, como *spero*, do latim), regista o transporte da negação.

Revelador das diferentes manifestações deste fenómeno em diferentes línguas é também o facto, referido em Llorens (1929 *La negación en el español antiguo con referencia*

Descrito formalmente enquanto característica sintáctica⁴⁹⁶, este fenómeno é comumente designado como “negação antecipada” pela gramática tradicional, ou como “subida da negação” (“NEG-raising”), “transferência da negação” ou “transporte da negação” (“NEG-transportation” ou “NOT-transportation”) pela gramática transformacional. Mas é sobretudo a partir da abordagem lógico-filosófica proposta em Horn (1975 e 1978) que se procura uma explicação para este processo que vá além do estabelecimento de uma regra sintáctica.

Como factor comprometedor do estatuto do transporte da negação enquanto regra transformacional, este autor faz referência, desde logo, às considerações de Bolinger a propósito da diferente força da negação em ambas as construções: mais

a *otros idiomas*, Arrejo de la RFE, Madrid, *apud* Bosque, 1980: 56), de, em russo, por exemplo (mas também noutras línguas eslavas), às formas positiva e negativa de um mesmo verbo corresponderem significados diversos em virtude do transporte da negação: *veleti* significa “mandar” e *ne veleti* significa “proibir”.

⁴⁹⁶ Em Bosque (1980: 53-55), recuperam-se, para o estudo deste fenómeno no castelhano, dois testes sintácticos propostos em Rivero (1970, *The Spanish Quantifiers*, Tese de Doutoramento, não publicada, *apud* Bosque, *ibidem*: 53). Adaptados para o português, estes testes evidenciam o facto de a negação, quando realizada ao nível da relação imbricante, recair, sob o ponto de vista lógico, na relação imbricante:

(i) Teste de pronominalização oracional:

a) O Luís acha que a Ana não vem à festa mas não está seguro disso

b) O Luís não acha que a Ana venha à festa mas não está seguro disso

Em a), o pronome anafórico *isso* (*disso*) retoma o complemento objecto de *achar*, *a Ana não vem à festa*. Em b), este pronome retoma também *a Ana não vem à festa*, ainda que este complemento de *achar* não registe, neste enunciado, a presença do operador linguístico de negação.

Além de atestar o fenómeno do transporte da negação, esta observação permite aos sintacticistas concluir que a pronominalização se opera antes do transporte da negação.

(ii) Elisões

a) Não creio que a Ana venha à festa e posso dizer porquê

Optando por uma das possibilidades de interpretação deste enunciado (excluindo aquela mediante a qual o constituinte sintáctico elidido corresponde à primeira destas orações coordenadas), o constituinte elidido é uma oração negativa – *a Ana não vem à festa* – cuja afectação com o valor negativo se deve ao transporte da negação.

fraca na forma transportada (*'não penso que p'*) do que na sua congénere não transportada (*'penso que não-p'*)^{497 498}.

Mas, com alguma novidade no âmbito das abordagens do transporte da negação, em Horn (1978), procede-se à identificação das propriedades semânticas comuns aos predicados que registam este fenómeno. Para tal, este autor organiza em cinco classes semânticas os predicados que verifica registarem o transporte da negação⁴⁹⁹. Uma das cinco classes é a classe dos verbos que expressam opinião:

⁴⁹⁷ Este processo de enfraquecimento – diz-se em Horn (1975) – é, aliás, reconhecido por muitos autores sintacticistas (Fillmore, Lakoff, Ross) como “[...] an epiphenomenon of all rules affecting morphology and placement of negation and should perhaps be regarded as a linguistic corollary of gravitation – and a universal corollary at that” (*idem, ibidem*: 279).

⁴⁹⁸ O recurso ocasional à designação do fenómeno em causa como “transporte da negação” e, conseqüentemente, às designações de “forma transportada” e de “forma não transportada”, não decorre do facto de se pretender, no contexto deste trabalho, defender o princípio teórico de natureza sintáctica que lhe subjaz, isto é, a regra de movimento mediante a qual se dá o transporte, ou transferência, da negação da relação imbricada para a relação imbricante. Decorre, isso sim - conforme se afirma em Moreno (2003), ao sustentar uma mesma opção -, do facto de esta ser uma “designação corrente e, por isso, facilmente reconhecível” (*idem, ibidem*: 579). Aliás, em virtude da história da reflexão levada a cabo, sobretudo a partir dos anos sessenta, sobre este fenómeno, qualquer das expressões disponíveis na literatura para o designar têm origem no mesmo critério sintáctico ou num critério lógico-semântico. São exemplo de designações de natureza sintáctica as de “negação externa” (como negação da matriz) e de “negação interna” (como negação da subordinada), assim como a designação por que se opta em Attal (1994) de “interchangeabilité” para referir o fenómeno em causa. As designações adoptadas em Bosque (1980), de “negação de proposição” e “negação de predicado”, são de natureza lógico-semântica.

⁴⁹⁹ Reconhece-se em Horn (1978) que, pretendendo-se que, enquanto classes semânticas, se tenda para o estabelecimento de algo universal, o facto de cada uma destas classes ser ilustrada através de termos lexicais (predicados verbais e predicados adjectivais) compromete a pretensa universalidade já que estes, além de variarem entre as línguas naturais, variam dialectalmente. Em Horn (1975), refere-se, aliás, a observação feita em Lakoff (1970 “Pronominalization, Negation, and the Analysis of Adverbs” in Jacobs; Rosenbaum (eds.) *Readings in Transformational Grammar*, Waltham, Blaisdell, *apud* Horn, *ibidem*: 285): “[...] if NR [NEG-raising] is a minor syntactic rule, applying to a subset of predicates of coherent semantic classes, we would expect lexical exceptions within these classes, varying as we move across languages, dialects, and idiolects”.

“[OPINION] *think, believe, suppose, imagine, expect, reckon (anticipate, guess)*” (*idem, ibidem*: 187).

Retomando, por um lado, o facto de os predicados factivos estarem excluídos da classe alargada de predicados compatíveis com o transporte da negação⁵⁰⁰ e verificando, por outro lado, que os predicados compatíveis com o transporte da negação exprimem um grau de incerteza por parte do sujeito em relação ao estado de coisas expresso ao nível da relação imbricada, Horn recupera o princípio teórico definido por Poutsma e Bolinger: o “princípio da incerteza” (“the uncertainty principle”): “[...] if NR [neg-raising] is triggered by the speaker’s uncertainty about the truth of the complement, and this very complement is presupposed by speaker’s of factive S’s, NR will never be triggerable under these predicates” (*idem*, 1975: 287).

Caracterizando os verbos compatíveis com o transporte da negação, o princípio da incerteza está, segundo Horn, na base da definição destes como verbos escalares intermédios. Isto é, o estabelecimento de uma relação entre a compatibilidade ou incompatibilidade dos predicados com o transporte da negação e o seu posicionamento relativo numa escala de força modal permite concluir, em Horn, que “[...] it is the mid-scalar position [...] which shelters all neg-raisers; the weaker and stronger positions cannot” (*idem*, 1975: 288). Por outras palavras, a partir da distribuição dos predicados compatíveis e dos predicados incompatíveis com o transporte da negação numa escala dupla de força modal (dupla porque nela se integram, interrelacionando, predicados epistémicos e predicados deônticos⁵⁰¹), verifica Horn que, na zona intermédia da escala, se posicionam os predicados compatíveis com o transporte da negação (com valor escalar intermédio, portanto) e, nos extremos da escala, os predicados incompatíveis com este fenómeno (com valores fraco e forte em termos de força modal).

⁵⁰⁰ Recorde-se a referência explícita a este facto em Kiparsky; Kiparsky (1970). Nos termos propostos por estes autores, quando se tem um verbo factivo ao nível da subordinante, a sua negação não implica a negação da pressuposição; a negação recai exclusivamente sobre a proposição subordinante (ver § 3.1.2).

⁵⁰¹ Dos predicados epistémicos e predicados deônticos diz-se expressarem, respectivamente, crença e conhecimento (“belief- and knowledge-based”) e permissão e obrigação (“obligation- and permission-based”) (Horn, 1975: 287).

Paralelamente a esta escala de força modal em que se posicionam os termos positivos, organiza-se uma escala em que se posicionam os termos negativos correlativos. Entre os valores dos elementos da escala positiva e os seus correlatos negativos constata-se, em Horn, haver as seguintes correspondências:

“a. The negation of a weak scalar value (e. g. *possible, allow*) will be a strong value on the corresponding negative scale (*impossible, forbid*)

b. The negation of a strong scalar value (e. g. *certain, have to*) will be a weak value on the corresponding negative scale (*not certain, don't have to*)

c. The negation of a mid-scalar value (e. g. *likely, advisable*) will be an intermediate value on the corresponding negative scale (*not likely, not advisable*) [...]” (*idem*, 1975: 288, mas também 1989: 325).

Assim, conforme se enuncia no princípio c., os predicados compatíveis com o transporte da negação apresentam, na forma positiva como na forma negativa, o mesmo valor escalar intermédio. Já, de acordo com os princípios enunciados em a. e em b., da negação dos predicados posicionados nos extremos da escala modal - não compatíveis, portanto, com o transporte da negação – resulta o valor escalar oposto.

De acordo com a proposta de Horn, correspondendo a *pensar* um valor escalar intermédio, assim se explicará a equivalência ou não-contradição semântica atrás assinalada entre **12.1** e **12.1a**, por oposição à radical diferença em termos dos valores construídos em enunciados a cujo verbo – *saber*, por exemplo – corresponde um valor escalar extremo. Veja-se o caso dos enunciados que se seguem:

12.2 Sabíamos que a discussão se não esgotava num simples voltar costas
(Ref: L0288P0021X)

12.2a Não sabíamos que a discussão se esgotava num simples voltar costas

Voltemos aos enunciados **12.1** e **12.1a**:

12.1 Penso que a folhagem não nos oculta ninhos

12.1a Não penso que a folhagem nos oculte ninhos

Dizíamo-lo atrás: embora, como se verifica no enunciado **12.1a**, o verbo da relação imbricante (*pensar*) “atraia” a negação, esta incide semanticamente sobre a relação imbricada, isto é, recai, sob o ponto de vista lógico, sobre a relação imbricada. É esta, pois, de acordo com um critério sintáctico, a forma transportada, aquela que regista a subida ou transporte do operador linguístico de negação da relação predicativa imbricada para a imbricante.

Numa perspectiva enunciativa, a equivalência (ou não-contradição) semântica existente entre estes dois enunciados deve-se ao facto de a modalização negativa ao nível da relação imbricante não comprometer a localização da relação predicativa imbricada em relação à fonte ou sujeito modal. A negação ao nível da imbricante - na forma ‘*não pensar que p*’, portanto (**12.1a**) - não bloqueia a responsabilização da fonte modal em relação ao carácter não validável da relação predicativa imbricada. É sempre a relação predicativa imbricada que é negada, que é construída como subjectivamente não validável⁵⁰². Aliás, tendo presente a operação de *que pensar*, na forma positiva (*‘pensar que p’*), é marcador – operação de ponderação de uma das zonas do domínio nocional (I) sem que se dê a

⁵⁰² A argumentação proposta em Attal (1994) para explicar a equivalência entre as duas formas, ‘*pensar que não-p*’ e ‘*não pensar que p*’, é, de algum modo, complementar da explicação que aqui propomos. Afirma este autor que, quando o verbo “est rendu ‘transparent’ [...] par un mécanisme ressortissant à la logique, il présente, dans ses emplois comme préfixe modal, une équivalence ou une non-contradiction entre ‘*X ne V pas que p*’ e ‘*X V que non p*’” (*idem, ibidem*: 135). Esta equivalência, ou não-contradição, dever-se-á ao facto de, na forma ‘*X ne V pas que p*’, o verbo (V) se converter no que diz este autor ser um simples suporte metalinguístico de negação - “un simple support métalinguistique de négation (à valeur modale)” (*idem, ibidem*). Mais ainda - continua - por exemplo, “*Je ne crois pas que p* [...] est une négation de *p* dans le discours parallèle de la ‘croyance’” (*idem, ibidem*).

eliminação da zona alternativa (E) (ver § 4.3.2) - negar, de maneira explícita, o carácter validável da relação imbricada (p) (*'não pensar que p'*) é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de p, isto é, por *não-p*, ou *~p* (*crer que não-p*, ou *~p*) (ver Ratié, 1991).

Assim, o facto de o fenómeno do transporte da negação ser partilhado com outros verbos assertivos fracos ou, na terminologia de Horn, com verbos com valor escalar intermédio, cujo semantismo marca uma determinada modalização da relação predicativa imbricada – como *julgar*, *acreditar*, *crer*, *supor* -, confirma que a sua natureza não é exclusivamente sintáctica, sendo passível de uma descrição e explicação transcategoriais.

A modalidade epistémica de que, por exemplo, *pensar*, nos enunciados em análise, é marcador constitui, por conseguinte, um dado fundamental para uma explicação, no quadro da Teoria Formal Enunciativa, da forma como este verbo (mas também *achar*, *julgar*, *crer*) se comporta com a construção de uma modalidade negativa quando integrado numa relação de imbricação.

Em termos formais, a negação do valor epistémico é impossível: os valores modais de asserção estrita, positiva ou negativa, não podem combinar-se ou coexistir, ocorrem necessariamente em alternativa (ver Campos, 1998a: 265). Sendo positivas todas as modalidades, a modalidade epistémica não pode ser negada. *'Não pensar que p'* (como *'não crer que p'*, *'não julgar que p'*) exprime ainda uma atitude empenhada do sujeito que é construído como fonte modal em face da validabilidade ou não-validabilidade de p; exprime ainda uma crença, uma convicção. *'Não crer que p'* não é, aliás, rejeitar a hipótese de se ter uma opinião sobre p. É, nas palavras de Ratié (*ibidem*), “refuser une opinion au profit d’une autre, refuser un choix assertif pour rendre possible l’affirmation de son contraire sans que l’on mette en doute l’idée que l’on a fait un choix.” (*idem, ibidem*: 137).

Por conseguinte, a negação ao nível da relação imbricante não bloqueia a responsabilização por parte do enunciador em relação ao carácter subjectivamente validável ou não validável da relação predicativa. A negação de *creio* (*'não creio*

que p') corresponde, não à ausência de crença, mas sim à existência de uma crença negativa⁵⁰³.

Pode, por conseguinte, defender-se que não há qualquer contradição entre o enunciado **12.1** (*'penso que não-p'*) e **12.1a** (*'não penso que p'*), uma vez que está em causa a construção do mesmo valor modal: em ambas as construções, a relação predicativa imbricada é construída como não-validada subjectivamente pelo enunciador. Em ambos os casos, em virtude do emprego de um verbo subjectivo com um valor assertivo fraco (neste caso, *pensar*, mas podendo ser qualquer outro dos inicialmente referidos), a relação imbricada é não-validada subjectivamente, mas não asserida. Por conseguinte, tanto na forma *'penso que não-p'* como na forma *'não penso que p'*, se constrói uma não-validação subjectiva da relação imbricada.

Mas, se, por um lado, *'não pensar que p'* é ainda uma convicção, por outro, *'não saber que p'* está longe de constituir um saber. Tomando como exemplo o enunciado **12.2a**,

12.2a Não sabíamos que a discussão se esgotava num simples voltar costas

a negação ao nível dos verbos que marcam a construção de uma asserção forte, como *saber*, implica uma recusa ou a impossibilidade por parte do sujeito

⁵⁰³ No sentido de se questionar a proposta de Horn (1975) de disposição dos predicados compatíveis com o transporte da negação na escala de força assertiva, em Halpern (1976, "The Bivalence of Neg Raising Predicates" *Studies in the Linguistic Sciences* 6-1: 69-81, *apud* Bosque, 1980: 58), sugere-se que, independentemente da posição que ocupam na escala assertiva, os predicados compatíveis com o transporte da negação são todos aqueles que, como *crer*, na forma negativa (*'não crer que p'*), não correspondem a um estado de não-crença ou de ausência de crença. Por palavras deste autor, na forma negativa, os predicados compatíveis com o transporte da negação (*'não crer que p'*, por exemplo) não podem interpretar-se como expressão de um "subject refraining from judgement". Esta observação de Halpern enquadra-se na sua proposta de explicação do fenómeno do transporte da negação em termos de implicatura conversacional: de acordo com o quadro teórico em que este autor situa o seu estudo, o falante tem acesso a uma implicatura conversacional mediante a qual pode inferir uma crença negativa limitando-se a negar uma crença positiva (ver *ibidem*).

enunciador de distinguir um valor, ou seja, de assumir a validação ou a não-validação da relação predicativa do complemento (ver § 11.2). Daí que a negação incida sobre a relação predicativa imbricante e não se possa dizer haver uma equivalência semântica entre **12.2a** e **12.2**⁵⁰⁴.

12.2 Sabíamos que a discussão não se esgotava num simples voltar costas

Impõe-se uma mesma ordem de considerações quando, pelo tipo de complementação em causa, se constrói uma interrogativa indirecta, seja ela parcial ou, como ilustra o enunciado **12.2a'**, total:

12.2a' Não sabíamos se a discussão se esgotava num simples voltar costas

Simplesmente, à interrogativa indirecta total '*não saber se p*' está subjacente uma operação de percurso pela classe fechada dos valores de que se é marcador: validação ou não validação da relação predicativa. Assim, a interrogativa indirecta total comporta uma bifurcação, posicionando-se o enunciador num lugar neutro, com ambos os valores em aberto (ver Culioli, 1986: 8) (ver § 11.2).

Debrucemo-nos ainda sobre os enunciados **12.1** e **12.1a**:

12.1 Penso que a folhagem não nos oculta ninhos

12.1a Não penso que a folhagem nos oculte ninhos

⁵⁰⁴ Constate-se, aliás, o facto de a negação de um verbo que marca a construção de uma asserção forte nos remeter para um sentido susceptível de ser expresso por um verbo totalmente diferente: por exemplo '*não saber que p*' é parafraseável por '*ignorar que p*'.

A não contradição existente entre estes enunciados parece-nos incontestável sob o ponto de vista do valor modal epistémico construído, uma vez que se constrói um valor de não-validação subjectiva da relação predicativa imbricada. Mas como explicar enunciativamente a diferença em termos de força da negação?

Apesar da não contradição entre '*pensar que não-p*' (12.1) e '*não pensar que p*' (12.1a), reconhecem-se diferentes efeitos de sentido. Conforme atrás dizíamos, negar, de maneira explícita, a convicção de *p* ('*não pensar que p*') é viabilizar que, por inferência, se opte pelo complementar linguístico de *p*, isto é, por não-*p* ('*pensar que não-p*'). Quando, como no enunciado 12.1a, se nega implicitamente a assertabilidade de *p*, dá-se a entender a assertibilidade de não-*p*. Neste caso, o enunciador sugere, mais do que constrói, a não validação da relação predicativa. Negar a convicção de que *a folhagem nos oculta ninhos* é implicitamente afirmar a convicção inversa, isto é, a convicção de que *a folhagem não nos oculta ninhos*. Assim, genericamente, se o enunciador não pensa que *p*, existem fortes probabilidades de que pense que não-*p*⁵⁰⁵.

Em síntese, comparando, no enunciado 12.1a ('*não penso que p*'), a força assertiva é menor do que no enunciado 12.1 ('*penso que não-p*')⁵⁰⁶. Neste último enunciado, o enunciador responsabiliza-se directa e explicitamente pela não-validação subjectivada relação predicativa. No primeiro enunciado, a força assertiva é menor, pois é de forma indirecta e implícita - isto é, sugerindo - que o enunciador assume a não-validação subjectiva da relação predicativa, ao negar explicitamente o seu contrário⁵⁰⁷.

⁵⁰⁵ Será em virtude deste efeito de sentido inerente à forma não transportada que, em Attal (1994), se refere esta forma como "une forme modale de négation [...]: s'il y a des négations modales de *p*, c'est avant tout sous la forme *V modal que non p*" (*idem, ibidem*: 130-131).

⁵⁰⁶ Conforme atrás referido, a observação de que o transporte da negação produz uma alteração no sentido construído deveu-se primeiramente a Bolinger (numa comunicação pessoal) (ver Horn, 1989), sendo, a partir daí, referida em praticamente todos os estudos sobre o transporte da negação.

⁵⁰⁷ Refira-se que, como *esperar*, também quando assume um sentido volitivo, o predicado '*pensar V_{inf}*' (ver § 10) é compatível com o fenómeno do transporte da negação. Veja-se os seguintes enunciados:

Em Ratié (1991: 135), descreve-se os enunciados de tipo '*não pensar que p*' como "eufemísticos": o enunciador afirma uma convicção, através da negação do seu contrário. Em termos de estratégia argumentativa, esta construção dissimulada revela-se de extrema utilidade naquelas situações discursivas em que, por uma questão de precaução ou de delicadeza, o enunciador quer sugerir, mais do que dizer de forma categórica, quer dar a entender, mais do que ostentar uma convicção. Por conseguinte, o enunciador opta por uma construção discursivamente prudente, uma vez que, assim, não lhe poderá ser imputável a asserção de não-p, podendo, inclusivé, em situações delicadas, refugiar-se hipocritamente por detrás do não dito e defender-se da acusação de alguma vez ter asserido não-p.

Visto que, pelo menos explicitamente, nada mais é dito, cabe, portanto, ao co-enunciador inferir que, se o enunciador '*não pensa que p*', então '*pensa que não-p*'. Ao recusar-se a construir a validação de p, o enunciador deixa antever a possibilidade logicamente entendida de assumir a não-validação de p. Assim, num enunciado como **12.1a**, está construída, enquanto potencialidade, uma inferência, inferência esta –dizíamo-lo atrás - que remete, naturalmente, para a construção do complementar linguístico já que a negação apresenta, de forma implícita, o complementar linguístico como asserível.

Na forma '*não pensar que p*' (enunciado **12.1a**), o grau de convicção menos forte que o enunciador evidencia face à não-validação de p é associável ao valor

-
- (i) Não penso perder o comboio
 - (ii) Penso não perder o comboio

Nestes casos, em que se constrói não um valor epistémico mas um sentido volitivo, a diferença em termos de força da negação reflectirá, segundo Attal (1994), outros efeitos de sentido. Afirma este autor que o sentido volitivo expresso pelo emprego da forma transportada (i) se vê afectado de um "maior pessimismo", em virtude da menor força da negação. Já o sentido volitivo expresso pelo emprego da forma não transportada (ii) se vê afectado de um "maior optimismo", em virtude da maior força da negação (ver *idem, ibidem*: 136ss).

marcado pelo emprego do modo conjuntivo ao nível da relação imbricada (*oculte*). Dir-se-á que o uso do conjuntivo marca a distanciação necessária quando ao enunciador interessa expressar dúvidas sobre, neste caso, a validação da relação predicativa.

Inversamente, na forma '*pensar que não p*' (enunciado **12.1**), o modo indicativo que caracteriza o verbo da imbricada (*oculta*) marca precisamente que, comparativamente com o que se dá na forma '*não pensar que p*', o enunciador se compromete num grau maior com a não-validação da relação predicativa. O valor modal construído é, por conseguinte, mais próximo da assunção total da não-validação da relação predicativa, mais próximo da asserção estrita.

No enunciado **12.1a** ('*não penso que p*'), o modo conjuntivo que caracteriza o verbo ao nível da relação imbricada (*oculte*) marca precisamente que não se está perante uma asserção estrita: o enunciador não se compromete com a não-validação da relação predicativa. O modo conjuntivo marca que a relação predicativa não é não-validada em Sit₀, sendo construída como não-validável.

É, aliás, um fenómeno comum a constância do emprego do conjuntivo e a não alternância quanto ao modo do verbo da relação imbricada, quando se afecta a relação imbricante de uma modalidade negativa (conforme se verifica no enunciado **12.1a**)⁵⁰⁸. A generalidade dos estudos sobre o conjuntivo apresenta o emprego

⁵⁰⁸ Com o intuito de ilustrar a forma como a tradição gramatical se refere a este fenómeno, veja-se, por exemplo, a formulação proposta em Dias (⁵1970): "As orações substantivas introduzidas pela conjunção *que*, dependentes [...] dos verbos que exprimem a ideia de pensar ou saber, ou perceber [...] podem ter o verbo no conjuntivo, quando a or. subordinante é negativa, ou interrogativa de sentido negativo, e se pretende realçar a negação" (*idem, ibidem*: 205).

Efectivamente, o facto de o modo conjuntivo marcar que a relação predicativa não é não-validada em Sit₀ constitui uma fundamentação teórica, na nossa opinião, adequada à tendente regularidade com que, em '*não pensar que p*', o verbo da relação imbricada ocorre neste modo verbal. Ainda a mesma explicação teórica permite uma clarificação do que possa ser a menor força da negação inerente a '*não pensar que p*', em comparação com a da forma '*pensar que não p*'.

Aceite pela maioria dos falantes consultados, não é, no entanto, de excluir a possibilidade de o emprego do conjuntivo poder, na forma transportada ('*não pensar que p*') alternar com o indicativo:

- (i) Não penso que a folhagem nos *oculta* ninhos

dependente deste modo (isto é, num contexto de subordinação) como podendo decorrer das restrições inerentes ao predicado da relação imbricante (verbal, como os casos em análise, ou adjectival), mas também como podendo ser condicionado pela introdução de uma modalidade negativa em estruturas subordinadas que têm, como é o caso, um determinado tipo de predicado ao nível da relação imbricante.

Assim, o facto de, no enunciado **12.1a**, o verbo ao nível da imbricada ocorrer no conjuntivo explicar-se-á em virtude de o sentido negativo da orientação do conhecimento (*'não penso que p'*) ser compatível com uma relação predicativa não asserida, isto é, não construída como não-validada, mas sim como não-validável numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso.

Na forma *'não penso que p'*, o conjuntivo ao nível da relação imbricada constitui, por conseguinte, uma marca do facto – atrás referido – de a negação ao nível da imbricante não bloquear a responsabilização da fonte modal em relação ao carácter não-validável da relação predicativa imbricada. Como dizíamos atrás, é sempre a relação predicativa imbricada que é negada, que é construída como subjectivamente não validável – em *'pensar que não-p'* como em *'não pensar que p'*.

Já no enunciado **12.1**, uma vez que a negação apresenta uma força maior, em comparação com **12.1a**, ou seja, que o sujeito modal está mais convicto do carácter, neste caso, não-validável da relação predicativa, não temos, neste enunciado, quaisquer marcas de distanciação. Temos, pelo contrário, como marca

Nesta situação, o indicativo ao nível da relação imbricada marca a construção da relação predicativa na situação de enunciação em curso (Sit₀), mais concretamente, a construção de um valor mais próximo da não-validação da relação predicativa pelo sujeito modal. A relação predicativa imbricada do enunciado (i) poderá, então, corresponder a uma retoma de um enunciado produzido por outro enunciador (*a folhagem oculta-nos ninhos*) e à demarcação, por parte do enunciador, da validação que aí se constrói da relação predicativa.

de actualização, o emprego do modo indicativo⁵⁰⁹. No enunciado **12.1**, o sentido positivo da orientação do conhecimento veiculado por *pensar* ('*penso que não-p*') é compatível com o emprego do modo indicativo ao nível da relação imbricada, pois o modo indicativo marca a construção da relação predicativa na situação de enunciação em curso, mais concretamente, a construção de um valor mais próximo da não-validação da relação predicativa pelo sujeito modal.

Mas, ainda a propósito do emprego ora da forma '*não pensar que p*', ora da forma '*pensar que não p*', observe-se como mais facilmente a primeira pode ser empregue enquanto réplica a um enunciado em que se valida determinada relação predicativa:

A – O João é professor

B - ?Creio que o João não é professor (**12.3**)

- Não creio que o João seja professor (**12.3a**)

Efectivamente, um enunciado como **12.3a** ('*não crer que p*') poderá, mais facilmente que **12.3** ('*crer que não-p*'), pressupor uma enunciação anterior (da responsabilidade de um enunciador A) correspondente a uma asserção em que

⁵⁰⁹ Da mesma forma como não é de excluir a possibilidade de o emprego do conjuntivo poder, na forma '*não pensar que p*' alternar com o indicativo – vimo-lo atrás -, também na forma '*pensar que não p*' o indicativo pode alternar com o conjuntivo:

(i) Penso que a folhagem não nos *oculte* ninhos

Neste enunciado, em virtude do modo conjuntivo (*oculte*), a relação predicativa é construída como não-validável, numa situação de enunciação distinta da situação de enunciação em curso. Temos, mais especificamente, neste caso, uma não-validabilidade prospectiva. A negação tem, por conseguinte, uma força menor do que no caso em que o verbo da imbricada ocorra no indicativo (enunciado **12.1**: *Penso que a folhagem não nos oculta ninhos*). Confirma-se, pois, a forma como os modos indicativo e conjuntivo são marcadores da construção de operações que subjazem à diferente força da negação.

constrói a validação da relação predicativa <João, ser, professor>⁵¹⁰. Por outras palavras, mais facilmente na forma ‘*não crer que p*’ (enunciado **12.3a**) que na forma ‘*crer que não p*’ (**12.3**) se reconhece uma espécie de negação contra-argumentativa⁵¹¹.

Por conseguinte, dir-se-á que, enquanto réplica à asserção positiva da responsabilidade de um enunciador A, na sequência da responsabilidade de um enunciador B (**12.3a**) opera-se uma desasserção de um pré-construído. Marcando sempre o facto de a validação ou não-validação da relação predicativa não se dar em Sit₀, neste caso, o modo conjuntivo do verbo da relação imbricada (*seja*) marca, por conseguinte, que a validação da relação predicativa foi construída numa situação de enunciação distinta de Sit₀. Isto é, o conjuntivo marca que a relação predicativa sobre a qual incide a operação de modalização epistémica (de não-validação subjectiva) corresponde a um pré-construído.

Sintetizando. A negação ao nível da relação imbricada como ao nível da relação imbricante, assim como o facto de a modalização negativa incidir ou não sobre a relação predicativa imbricante, constitui um fenómeno linguístico cuja

⁵¹⁰ Veja-se, por exemplo, outras situações discursivas, adaptadas de Bosque (1980: 61), que atestam o facto de estar subjacente à forma em que o verbo conceptual surge negado (‘*não crer que p*’) a pré-construção de uma asserção positiva da respectiva relação predicativa imbricada:

- (i) A um estudante que lhe mostra o seu desenho, o professor de artes gráficas dirá *Acho que não está mal*. No caso de dizer *Não acho que esteja mal* pressuporia que esse aluno se mostrara insatisfeito com o trabalho.
- (ii) Alguém a quem se pergunta as horas e que não tem relógio poderá responder *Acho que ainda não são duas* e, só se tiver razões para pensar que o co-enunciador espera ou receia que sejam duas, *Não acho que sejam duas*.
- (iii) A – *Por que é que o casamento está atrasado?*
 B – *Creio que a noiva ainda não chegou*
 - **Não creio que a noiva já tenha chegado*

⁵¹¹ Entre outros, em Attal (1994: 132), associa-se um valor contra-argumentativo a construções do tipo ‘*não crer que p*’, como aliás a ‘*não crer em p*’.

explicação, não sendo estritamente sintáctica, exige que se contemplem factores semânticos e também pragmático-argumentativos relevantes para a descrição e explicação do funcionamento sintáctico-semântico dos predicados subjectivos.

Nomeadamente, a impossibilidade de predicados como '*crer / pensar / achar / julgar que p*' serem negados (por se dar o transporte da negação) parece confirmar a sua classificação, atrás proposta, como predicados pseudoperformativos (ver § 6.2): quando marcam a construção de um valor modal epistémico correspondente à validação subjectiva da relação predicativa, estes verbos (mais propriamente, as fórmulas de asserção '*eu acho / eu penso / eu julgo / eu creio que p*') são empregues pelo enunciador para manifestar a sua intenção de expressar um conteúdo informativo que coincide sintacticamente com a relação predicativa imbricada.

12.1 '*Duvidar que p*' e '*não crer que p*': duas formas de orientar negativamente o conhecimento construído⁵¹²

É por ocorrer preferencialmente com o verbo da imbricada no conjuntivo, que a forma '*não pensar que p*' ou '*não crer que p*' é dita paralela de '*duvidar que p*' (ver Suñer, 1990). Veja-se, por exemplo, como o enunciado 12.4 é parafraseável por 12.5:

12.4 Duvido que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato (J.Pub.-970131 fp07)

12.5 Não creio que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

⁵¹² A reflexão proposta neste sub-capítulo encontra-se parcialmente desenvolvida em Valentim (2003).

Veiculado ao nível da relação predicativa imbricante, o sentido negativo da orientação do conhecimento de que o verbo *duvidar* é expressão⁵¹³ revela-se incompatível com um valor assertivo inerente à relação predicativa imbricada do enunciado **12.4a**, cujo verbo ocorra no indicativo (*considera*):

12.4a *Duvido que o partido considera as autárquicas um ponto intermédio do mandato

É esta impossibilidade de, numa mesma situação de enunciação, termos a validação das duas relações predicativas - a relação imbricante com sentido negativo, e a relação imbricada com valor assertivo (positivo ou negativo) – que parece explicar a má formação de **12.4a** e a correlativa boa formação de **12.4**.

Se, por um lado, se pode dizer que **12.4** é parafraseável por **12.5**, por outro, de **12.6** não se pode dizer ser parafraseável por **12.7**:

12.6 Não duvido que o partido *considere* as autárquicas um ponto intermédio do mandato

12.7 Creio que o partido *não considera* as autárquicas um ponto intermédio do mandato

⁵¹³ Sobre o modo como o funcionamento sintáctico-semântico do verbo *duvidar* difere do dos restantes verbos assertivos fracos, ver § 6.1.

Recorde-se, pois, o facto de a orientação do conhecimento construído ser negativo. Por outras palavras, a forma assertiva positiva ('*duvidar que p*') marca que a avaliação da validabilidade da relação predicativa corresponde a um valor do domínio modal do não-certo. Esse valor modal assume um grau de impossibilidade ou de incerteza, ou ainda, mais especificamente, de probabilidade negativa, mais próximo, portanto, do pólo negativo da escala de valores assertivos, pelo que se constrói um valor de não-validação (E), embora sem a exclusão do valor complementar (I).

Conforme vimos vendo, '*crer que não-p*' (enunciado **12.7**) marca a construção de um valor assertivo fraco. Prova disso é o facto de, através da inclusão de uma fórmula de asserção com valor assertivo forte como '*tenho a certeza*', o enunciado **12.7** sofrer uma remodelização - isto é, uma segunda operação de modalização, incidente sobre uma mesma relação predicativa⁵¹⁴. Veja-se o enunciado **12.7a**:

12.7a Creio que o partido não considera as autárquicas um ponto intermédio do mandato, aliás, tenho a certeza

'*Não duvidar que p*' (enunciado **12.6**) marca um valor assertivo forte, daí que, através da inclusão da mesma fórmula de asserção, com valor assertivo forte (*tenho a certeza*), não se dê, no enunciado **12.6**, uma remodelização. '*Tenho a certeza*' conserva o valor modal resultante da operação de modalização de que '*não duvido que p*' é marcador, isto é, um valor modal assertivo forte. Veja-se o enunciado **12.6a**:

12.6a Não duvido que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato, aliás, tenho a certeza

'*Crer que p*' (como '*pensar / achar / julgar / supor que p*'), enquanto predicado com valor escalar intermédio (segundo Horn, 1975) é compatível com o, assim designado, "transporte da negação", apresentando o mesmo valor escalar intermédio na forma afirmativa ('*crer que não p*') como na forma negativa ('*não crer que p*'). Já '*duvidar que p*', enquanto predicado com valor escalar fraco (mais próximo, portanto, do pólo negativo da escala de valores assertivos), não é compatível com o "transporte da negação" pelo que, da sua negação ('*não duvidar que p*'), resulta o valor escalar oposto, isto é, um valor escalar forte (ver § 12).

⁵¹⁴ Objecto de reflexão em Campos (1997a), sobre o fenómeno de remodelização, ver § 11.3.

Por outras palavras, a negação de *duvidar* ao nível da relação imbricante (enunciado **12.6**) inverte o sentido negativo que define intensionalmente *duvidar*, ao ponto de a forma '*não duvidar que p*' corresponder a um valor forte da asserção, já que – recorde-se –, de acordo com a proposta de Horn (1975), a negação de um valor escalar fraco produz um valor escalar forte.

A não equivalência entre as formas '*não duvidar que p*' (**12.6**) e '*crer que p*' (**12.7**) evidencia que, naturalmente, o enunciado **12.6** não regista o fenómeno sintacticamente identificado como “transporte da negação”, ou seja, **12.6** não equivale ao enunciado **12.6b**:

12.6b Duvido que o partido não considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

Daí que, além de poder apresentar uma relação imbricada construída como subjectivamente validável (com o verbo no conjuntivo, como no enunciado **12.6**), possa coocorrer com uma imbricada construída como subjectivamente validada – com o verbo no indicativo, portanto. Veja-se o enunciado **12.6c**:

12.6c Não duvido que o partido *considera* as autárquicas um ponto intermédio do mandato

São, aliás, muito frequentes os enunciados que atestam esta construção. Além de **12.6c**, resultante de manipulação, veja-se, por exemplo, os enunciados seguintes:

12.8 Não duvido que a nova geração *vai* triunfar (dn-970316-out 1082)

12.9 Ninguém duvida que o Douro é um museu vivo (dn-970126-text13)

De igual forma, apesar do paralelismo aparente que resulta da possibilidade das construções '*não crer que p*' (**12.5**) e '*duvidar que p*' (**12.4**) poderem constituir paráfrases uma da outra,

12.4 Duvido que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

12.5 Não creio que o partido considere as autárquicas um ponto intermédio do mandato

a negação inerente ao sentido negativo da orientação do conhecimento que caracteriza semanticamente '*duvidar que p*' (quando empregue num enunciado assertivo positivo, como em **12.4**) não equivale, em termos de operações, ao valor de negação construído no enunciado **12.5** ('*não crer que p*'). Neste último enunciado, embora o operador linguístico de negação se posicione ao nível da relação imbricante, o valor de negação incide semanticamente sobre a relação predicativa imbricada, pela construção da sua não validação.

No enunciado **12.4**, a não-validabilidade da relação imbricada é marcada pelo predicado subjectivo '*duvidar que p*'. A construção da determinação modal deste enunciado contrasta, assim, com o que se passa no enunciado **12.5** em que – como vimos – o carácter não-validável da relação imbricada é marcado pelo operador de negação, que, apesar de lexicalmente realizado ao nível da imbricante, incide semanticamente sobre a imbricada.

Concluindo: apesar do paralelismo reconhecido, em termos dos valores modais construídos, entre '*não crer que p*' e '*duvidar que p*', vários factos aqui observados comprometem, em absoluto, a relação semântica de antonímia que, no interior do sistema linguístico do português, se atribui ao par dos lexemas *crer* / *duvidar*. São eles a não equivalência, em termos de força assertiva, entre as formas '*crer que p*' e '*não duvidar que p*'; o confronto entre, por um lado, a possibilidade de '*não crer que p*' equivaler a '*crer que não p*' (em virtude do fenómeno da subida ou

transporte da negação) e, por outro lado, a impossibilidade de '*não duvidar que p*' equivaler a '*duvidar que não p*'.

Ambas as noções lexicais (/crer/ e /duvidar/) assumem configurações linguísticas (isto é, ganham valores de determinação) que se, por um lado, apresentam alguma estabilidade e viabilizam “antonímias ocasionais” (é o caso do paralelismo verificado), por outro lado, registam uma deformabilidade cuja previsibilidade exige que a sua descrição e explicação contemplem a complexidade como natureza constitutiva, pondo em causa, no limite, o seu funcionamento enquanto antónimos.

13. Conclusão

Com este capítulo, não pretendemos reunir o conjunto de conclusões que, de forma cumulativa, foram sendo alcançadas no decurso da investigação realizada. Propomo-nos, antes, dar conta do que possa ser o contributo deste estudo para a caracterização semântico-enunciativa dos predicados subjectivos do português, na convicção de que o seu carácter inconclusivo pode, ainda assim, ser fecundo, por abrir perspectivas de descrição e de explicação, motivadoras de outros estudos, deste convergentes ou divergentes.

A opção clara pelo quadro teórico-metodológico da TFE não invalidou que propuséssemos um percurso, não exaustivo, pelas várias categorizações de que as formas linguísticas em análise foram objecto noutros quadros teóricos. A subsidiariedade deste estudo relativamente a tantos outros que o precederam impeliu-nos, aliás, a reconhecer a pertinência de propostas diferenciadas, surgidas não só no âmbito dos estudos linguísticos, como também no âmbito dos estudos lógico-filosóficos. Assim se justifica, não apenas o recurso, sempre que oportuno, a diferentes hipóteses teóricas, que assumem importância na linguística actual, como também o realce que demos, sobretudo, às reflexões filosóficas de Frege sobre a linguagem, pela sua indubitável relevância para a linguística em geral e para o estudo dos predicados subjectivos, em particular⁵¹⁵.

A descrição e explicação aqui apresentadas são reveladoras, antes de mais, do facto de, para um estudo semântico-enunciativo dos predicados subjectivos do português, não se poder ignorar a especificidade das relações gramaticais que se estabelecem quando se está perante uma estrutura de subordinação.

⁵¹⁵ Apesar do interesse que a perspectiva lógico-filosófica representa para a abordagem linguística que propomos, é difícil concluir que haja entre uma e outra uma relação de continuidade. O compromisso ontológico, presente na Lógica Filosófica e ausente na Linguística, faz a diferença e – diríamos mesmo – marca a ruptura entre estas duas perspectivas.

Genericamente, a construção sintáctico-semântica do enunciado - isto é, o cálculo dos valores do enunciado - faz-se a partir do encadeamento das operações de que as formas linguísticas são marcadoras, o que, de acordo com uma perspectiva transcategorial, implica diferentes categorias. Assim, a subordinação (relação de imbricação) corresponde a um processo que se dá ao nível da relação predicativa imbricante (cujo lugar argumental objecto é instanciado pela relação predicativa imbricada) sendo, igualmente, perspectivável como um dispositivo de marcação de operações ao nível da determinação enunciativa da relação predicativa complexa, marcando a determinação dos valores temporais, aspectuais e modais do enunciado.

Partindo do sistema de representação metalinguística definido no quadro da TFE, interessou-nos essencialmente descrever e explicar como se constroem valores modais em enunciados complexos cujas relações predicativas, ligadas por uma relação de imbricação (que é uma relação de localização), podem apresentar diferentes valores modais, motivados pela construção de diferentes fontes modais. A possibilidade de centrar o trabalho de cálculo dos valores modais no parâmetro abstracto subjectivo (S) do sistema referencial constituiu, por conseguinte, um meio teórico de agrupar e distinguir entre si os diversos tipos de funcionamento de *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar* e *duvidar*, por um lado, e de *saber* e *ignorar*, por outro, assim como os valores modais veiculáveis, por este meio, ao nível da relação imbricada.

Estando-se perante uma relação de localização situacional (entre uma relação predicativa e uma situação de enunciação), associada à relevância do semantismo do predicado, a introdução de qualquer variação ao nível de um dos termos da relação acarreta uma mudança em termos do valor construído. Nomeadamente, a manipulação ao nível do sujeito do enunciado permite construir diferentes tipos de fonte modal, dissociada, ora abstracta, ora referencialmente, do sujeito enunciador origem. Nisto consiste a dissimetria que estes predicados registam entre os empregos na primeira e na segunda ou terceira pessoas e que justifica a sua designação como predicados subjectivos. Qualquer dissociação – subjectiva mas também temporal - conduz a processos de inferência com consequências modais que, de acordo com o contexto linguístico, se consubstanciam, por exemplo, na construção de um valor modal epistémico

(validação subjectiva da relação predicativa imbricada), na construção de um valor modal apreciativo, de um valor modal intersujeitos ou ainda na construção do valor polémico, com incidência variável (ora sobre a relação predicativa complexa, ora sobre a relação predicativa imbricada).

A especificidade dos predicados subjectivos impõe, ainda, uma reflexão sobre a forma como o seu emprego em contextos linguísticos precisos se enquadra ou se desvia da definição de vários fenómenos consagrados pela tradição linguística. É o caso da performatividade, da construção da enunciação relatada ou ainda da construção da interrogativa-tag. Quer construa uma outra fonte modal referencialmente distinta, quer se institua a si próprio como fonte modal (abstractamente dissociada, porém), o sujeito responsável pela enunciação constrói um sujeito do enunciado que é, simultaneamente, agente cognitivo de um processo de inferência, a partir da interpretação de indícios.

Esta caracterização dos predicados subjectivos não é alheia à forma como cada um destes predicados se combina com a negação, ao nível da imbricante como ao nível da imbricada. Fica, assim, demonstrado que a natureza dos factos observados não é exclusivamente sintáctica. Os valores de modalidade construídos constituem um dado fundamental para a sua descrição e explicação, no quadro da TFE.

Mas, para um cálculo dos valores modais de enunciados complexos, confluem, não só a pessoa gramatical do sujeito da relação imbricante, como também os valores de que as restantes formas em presença na relação imbricada são marcadoras, nomeadamente, o modo gramatical do verbo e o respectivo sujeito sintáctico (S_2), em relação de correferência ou de não correferência com o S_2 da relação imbricante.

Da mesma forma, o estatuto do complemento objecto constitui, pela sua natureza sintáctico-semântica, um parâmetro decisivo a partir do qual se pode proceder à caracterização de funcionamentos diferenciados. Poderão assim variar ou não as configurações de sentido associadas a predicados com certos verbos conceptuais que apresentem compatibilidade com complementos de natureza

transitiva-predicativa, de natureza transitiva com objecto nominal, de natureza infinitiva (flexionada ou não flexionada), ou ainda com uma complementação em se.

Com possibilidades de apresentar diferentes estruturas sintáctico-semânticas de complementação, os verbos conceptuais analisados – *pensar, julgar, crer, achar, supor, acreditar, duvidar, saber, ignorar* – integram diferentes predicados e assumem diferentes configurações de sentido. Este facto mais não é do que uma evidência da natureza complexa e heterogénea (o mesmo é dizer, deformável e simultaneamente estabilizada) das formas linguísticas aqui estudadas.

Tendo a finalidade de dar conta, não só da diversidade de empregos possíveis de cada uma das formas linguísticas, mas também das restrições que estas impõem à organização sintáctico-semântica dos seus empregos, o recurso que fizemos ao modelo explicativo de natureza operatória da TFE facilitou-nos, pela sua acuidade teórico-metodológica, a explicação da construção da significação dos enunciados observados. Permitiu-nos, de uma forma que procurámos unificada, explicar a significação por meio da configuração de um número limitado de parâmetros teóricos. Susceptíveis de se combinar de forma operatória, tais parâmetros teóricos organizam-se em configurações que diferem em função do agenciamento das formas linguísticas em presença. Enquanto marcadoras das operações de natureza cognitiva a que, com um estatuto puramente teórico, não temos acesso directo – isto é, de que nada sabemos senão procurando (observando) e “achando” -, foram, pois, as formas linguísticas, as diferentes estruturas sintáctico-semânticas observadas, o ponto de partida deste estudo.

Bibliografia

ABBAGNANO, N.

³1982 *História da Filosofia*, Vol. VII, Lisboa, Presença.

ACHARD-BAYLE, G.

1998 "Coréférence et diversité des désignations en contexte évolutif: point de vue, emphatie, focalisation" in N. le QUERLER; E. GILBERT (dir.) 1998: 147-170.

ADAM, J. M.

1996 "L'Argumentation dans le dialogue" *Langue Française* 112: 31-49.

AFONSO, A. B.

2000 *Valores da interrogação. Um estudo linguístico*, Viana do Castelo, Centro Cultural do Alto Minho.

ALEXANDRESCU, S.

1976 "Sur les modalités croire et savoir" *Langages* 43: 19-27.

ALI BOUACHA, M.

1995 "De l'ego à la classe de locuteurs: lecture linguistique des *Méditations*" *Langages* 119: 79-94.

1999 "Le Discours médiatique et ses vérités. Analyse linguistique d'une chronique du journal: *Le Monde*" in M. H. A. CARREIRA (dir.) *Travaux et documents* 4: 23-36.

AMIOT, D.; W. DE MULDER; M. TENCHÉA (orgs.)

1999 *Fonctions syntaxiques et rôles sémantiques* 13, Artois Presses Universitaires.

ANDERSEN, H. L.; H. NØLKE

2002 "Macro-syntaxe et macro-sémantique: introduction" in H. L. ANDERSEN; H. NØLKE (orgs.) 2002: 1-23.

ANDERSEN, H. L.; H. NØLKE (orgs.)

2002 *Macro-syntaxe et macro-sémantique. Actes du colloque international d'Århus* (2001), Berne, Peter Lang.

ANDERSON, C. A.; J. OWENS (eds.)

1990 *Propositional Attitudes: The Role of Content in Logic*, Language and Mind, CSLI, Stanford.

ANSCOMBRE, J.-C.

1984 "La représentation de la notion de cause dans la langue" *Cahiers de grammaire* 8: 1-53.

ARISTÓTELES

1986 *Organon. Analíticos anteriores*, Vol. III, Lisboa, Guimarães Editora.

ARNAULD, A.; C. LANCELOT

[1660] 1969, *Grammaire générale et raisonnée*, Paris, Publications Paulet.

AUROUX, S.

1992 "La philosophie linguistique d'Antoine Culioli" in A. CULIOLI *et alii* 1992: 39-59.

AUSTIN, J. L.

[1962] ²1975 *How to do Things with Words*, Oxford, Clarendon Press.

ATLANI, F.

1984 "ON L'illusionniste" in *La langue au ras du texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille: 13-29.

ATTAL, P.

1994 *Questions de Sémantique. Une approche comportementaliste du langage*, Bibliothèque de l'Information grammaticale 27, Louvain-Paris, Éditions Peeters.

AUTHIER-REVUZ, J.

1973 "Hétérogénéité(s) énonciative(s)" *Langages* 73: 98-111.

1978 "Les formes du discours rapporté" *DRLAV* 17: 1-87.

1982 "Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours" *DRLAV* 26: 91-151.

1992 "Repères dans le champ du discours rapporté" *L'Information grammaticale* 55: 38-42.

BACH, K.

2000 "Do belief reports report beliefs?" in K. M. JASZCZOLT (ed.) 2000: 79-128.

BAKHTINE, M.

[1929] 1977 *Le marxisme et la philosophie du langage*, Paris, Les Éditions de Minuit.

BALLY, C.

1912 "Le style indirect libre en français moderne", I e II, *Germanisch-Romanische Monatsschrift*, Heidelberg: 549-556 e 597-606.

[1932] ⁴1965 *Linguistique générale et linguistique française*, Berna, Éditions Francke.

BARBOSA, J. S.

[1822] 1881 *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.

BAUERLE, R.; U. EGLI; A. von STECHOW (eds.)

1979 *Semantics from Different Points of View*, Berlin-New York, Springer.

BEACCO, J.-C.; S. MOIRAND

1995 "Autour des discours de transmission de connaissances" *Langages* 117: 32-53.

BENVENISTE, E.

1966 *Problèmes de linguistique générale* 1, Paris, Gallimard.

1974 *Problèmes de linguistique générale* 2, Paris, Gallimard.

BERNARDETE, M.; M. ABAURRE; A. C. S. RODRIGUES (orgs.)

2002 *Gramática do português falado*, S. Paulo, Editora Unicamp.

BERRENDONNER, A.

1990 "Pour une macrosyntaxe" *Travaux de linguistique* 21: 25-36.

BIERWISCH, M.; K. E. HEIDOLPH (eds.)

1970 *Progress in Linguistics*, Paris, Mouton: 143-173.

BIGELOW, J. C.

1978 "Believing in semantics" *Linguistics and Philosophy* 2 (1): 101-146.

BLANCH, J. M. L.

1990 "Algunos usos de indicativo por subjuntivo en oraciones subordinadas" in I. BOSQUE (ed.) 1990: 180-182.

BLANCHE-BENVENISTE, C.; M. BILGER; C. ROUGET; K. van den EYNDE

1990 *Le français parlé, études grammaticales*, Paris, CNRS.

BLANCHÉ, R.

1970, *La logique et son histoire d'Aristote à Russell*, Paris, Colin.

BORILLO, A.

1976a "Les adverbies de la modalisation de l'assertion" *Langue Française* 30: 74-89.

1976b "Remarques sur l'interrogation indirecte en français" in *Méthodes en grammaire française*, Klincksieck.

1979 "La négation et l'orientation de la demande de confirmation" *Langue Française* 44.

1982 "Deux aspects de la modalisation assertive: Croire et Savoir" *Langages* 67: 33-53.

1991 "De la nature compositionnelle de l'aspect" in C. FUCHS (ed.) 1991: 97-102.

BORKIN, A.

1971 "Polarity items in questions" in *Papers from the 5th regional meeting*, Chicago Linguistic Society, Chicago: 53-62.

BOSQUE, I.

1980 *Sobre la negación*, Madrid, Cátedra.

1990 "Las bases gramaticales de la alternância modal. Repaso y balance" in I. BOSQUE (ed.) 1990: 13-65.

BOSQUE, I. (ed.)

1990 *Indicativo y subjuntivo*, Madrid, Taurus Universitaria.

BOSQUE, I.; J. J. ACERO; Angel López GARCÍA; G. ROJO; M. SUÑER (eds.)

1990 *Tiempo y aspecto en español*, Madrid, Cátedra.

BOSQUE, I.; V. DEMONTE (dir.)

[1999] ³2000 *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe.

BOUSCAREN, J.; J. CHUQUET

1987 *Grammaire et textes anglais. Guide pour l'analyse linguistique*, Éditions Ophrys.

BOUSCAREN, J.; S. HÉRIEU; P. LEBLEU

1984 "Quelques réflexions sur l'article zéro" *Cahiers de recherche en grammaire anglaise* (II), Paris, Éditions Ophrys: 113-149.

BOUSCAREN, J. *et alii*

1993 "Éléments pour une typologie des procès" *Cahiers de recherche* 6, Paris, Éditions Ophrys: 7-34.

BOUSCAREN, J. (org.)

1986 *Cahiers de Recherche en Grammaire Anglaise* (numéro spécial), Éditions Ophrys.

BOUSCAREN, J.; J.-J. FRANCKEL; S. ROBERT (eds.)

1995 *Langue et langage. Problèmes et raisonnement en linguistique. Mélanges offerts à Antoine Culioli*, Paris, PUF.

BYBEE, J.; T. D. TERRELL

1990 "Análisis semántico del modo en español" in I. BOSQUE (ed.) 1990: 145-163.

CADIOT, P.

1997 *Les prépositions abstraites en français*, Paris, Armand Colin.

CAMPOS, H.

[1999] ³2000 "Transitividad e intransitividad" *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe.

CAMPOS, M. H. C.

1984 "Le marqueur 'já': étude d'un phénomène aspectuel" *Boletim de Filologia* 29 (também in M. H. C. CAMPOS, 1997a: 53-67)

1995 "Complementaridade nocional e construção da significação. A propósito de Pensar de Vergílio Ferreira" in *Actas do Colóquio Interdisciplinar "Vergílio Ferreira, cinquenta anos de vida literária"* (Porto, Janeiro de 1993), Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida: 155-164.

1997a *Tempo, aspecto e modalidade. Estudos de linguística portuguesa*, Porto, Porto Editora.

- 1997b "Sobre a modalidade" in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: 539-545.
- 1998a *Dever e Poder. Um subsistema modal do português*, Lisboa, JNICT/FCG.
- 1998b "Approche énonciative de quelques faits de modalité" in *Atti del XXI Congresso Internazionale de Linguistica e Filologia Romanza (Università di Palermo, Settembre 1995)*, Vol. III, Tübingen, Max Niemeyer Verlag: 169-177.
- 1998c "Heterogeneidade linguística e homogeneidade descritiva" in *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* 11, Lisboa, Edições Colibri: 95-105.
- 1999 "São as Representações Cognitivas Primitivas ou Construídas?" *Revista Portuguesa de Humanidades* III, Braga: 11-23.
- 2001a "Enunciação mediatizada e operações cognitivas" in A. S. da SILVA (org.) 2001: 325-340.
- 2001b "Gramática e construção da significação" in F. I. FONSECA; I. M. DUARTE; O. FIGUEIREDO (orgs.) 2001.
- 2002 "Questões aspectuais: algumas especificidades do português" in S. GROSSE; A. SCHÖNBERGER (orgs.) 2002: 73-88.
- 2003 "Les verbes modaux dans l'expression de la catégorie du médiatif" in F. S. MIRET (ed.) 2003: 185-192.
- (no prelo a) "Valores aspectuais no conto 'Jesus' de Miguel Torga. Uma análise linguística" *Biblos, volume de Homenagem ao Prof. Doutor Herculano de Carvalho* (aceite em Outubro 2000).
- (no prelo b) "A modalidade apreciativa: uma questão teórica" in F. OLIVEIRA; I. M. DUARTE; S. RODRIGUES (orgs.) (no prelo).

CAMPOS, M. H. C.; M. F. XAVIER

1991 *Sintaxe e Semântica do Português*, Lisboa, Universidade Aberta.

CANUT, C.

1998 "Pour une analyse des productions épilinguistiques", *Cahiers de praxématique* 31: 69-90.

CARLIER, A.

1989 "Généricité du syntagme nominal sujet et modalités" *Travaux de linguistique* 19: 33-55.

CARLSON, L.

1981 "Aspect and quantification" in P. TEDESCHI; A. ZAENEN (ed.) 1981: 31-64.

CARNAP, R.

1947 *Meaning and Necessity*, Chicago, University of Chicago Press.

CARREIRA, M. H. A.

2001 "Modalidades linguísticas do português e sua tradução em francês" *in Semântica e Discurso*, Porto, Porto Editora: 190-201.

CASTRO, I. (ed.)

1997 *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri.

de CASTRO, R. V.; P. BARBOSA (orgs.)

2000 *Actas do XV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, APL.

CERVONI, J.

1987 *L'énonciation*, Paris, PUF.

CHAROLLES, M.

1976 "Exercices sur les verbes de communication" *Pratiques* 9: 83-107.

CHAROLLES, M.; S. FISHER; J. JAYES (eds.)

1990 *Le Discours*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy.

CHARREYRE, C.

1984 "I et le question tag ou le jeu de l'énonciation" *Cahiers de Recherche* T. 2, Paris, Éditions Ophrys: 88-112 (também *in* 1978 *Travaux XXII*, St. Etienne, CIEREC: 145-160).

CHERCHI, L.

1983 "Sur la valeur explicative de la notion d'engagement" *Modèles linguistiques* 9, T. V, Fasc. 1: 63-79.

CHOMSKY, N.

1965 *Aspects of the Theory of Syntax*, Cambridge, Mass., MIT Press.

1981 *Lectures on Government and Binding*, Dordrecht, Foris Publications.

1986 *Knowledge and Language: Its Nature, Origin and Use*, New York, Praeger.

CHUQUET, J.

1986 "To et l'infinitif anglais" in J. BOUSCAREN (org.) 1986.

1991 "To be or not to be. A propos de *believe* et de quelques autres 'verbes d'opinion'" *Cahiers de recherche* T. 5, Paris, Éditions Ophrys: 25-81.

1993 "Perfect anglais et opérations de validation: quelques repères" in L. DANON-BOILEAU; J.-L. DUCHET (orgs.) 1993: 27-45.

2001 "Modalité et subordination" in J. BOUSCAREN (dir.) *Cahiers de recherche* T. 8, Paris, Éditions Ophrys: 145-175.

CHUQUET, J.; M. PAILLARD

1988 "Le statut des auxiliaires modaux dans la phrase complexe en anglais contemporain" *L'Auxiliaire en question. Travaux linguistiques du CERLICO* 2, Rennes, Presses Universitaires de Rennes:

CLÉDAT, L.

1912 *Dictionnaire étymologique de la langue française*, Paris, Hachette.

COL, G.; D. ROULLARD (dir.)

2001 *Grammaticalisation 2: Concepts et cas. Travaux linguistiques du CERLICO* 14, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

de COLA-SELAKI, M.

1992 "Subordination temporelle et subordination subjective: quelques paramètres de mise en place des notions relationnelles de temps et de cause avec le connecteur polyvalent *since*" in *Travaux linguistiques du CERLICO* 5, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

COLE, P. (ed.)

1978 *Syntax and Semantics* 9: Pragmatics, New York, Academic Press.

CONFAIS, J.-P.

[1990]²1995 *Temps, mode, aspect*, Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.

CONTRERAS, H.

[1999]³2000 "Relaciones entre las construcciones interrogativas, exclamativas y relativas" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) [1999]³2000: 1931-1963.

CORNULIER, B.

1973 "Sur une règle de déplacement de négation" *Le Français moderne* T. XLI: 43-57.

COROMINAS, J.; J. A PASCUAL

[1983] ³1997 *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, Madrid, Gredos.

CORREIA, C. N.

2002 *Estudos de determinação: a operação de quantificação-qualificação em Sintagmas Nominais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / FCT.

CORREIA, C. N.; A. GONÇALVES (orgs.)

2002 *Actas do XVI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra, 2000), Lisboa, Colibri.

CRAIG, E. (ed.)

1998 *Routledge Encyclopedia of Philosophy*, London and New York, Routledge.

CRIMMINS, M.

1992 "Context in the attitudes" *Linguistics and Philosophy* 15 (2): 185-198.

CULIOLI, A.

1968 "La formalisation en linguistique" *Cahiers pour l'Analyse* 9: 106-117 (também in A. CULIOLI 1999a: 17-30).

1971a "A propos d'opérations intervenant dans le traitement formel des langues naturelles" *Mathématiques et sciences humaines* 9: 7-15 (também in A. CULIOLI 1999a: 31-41).

1971b *Définitions de quelques termes en linguistique. Extraits de l'Encyclopédie Alpha*, Paris, Grange Batelière.

1973 "Sur quelques contradictions en linguistique" *Communications* 20: 83-91 (também in A. CULIOLI 1999a: 43-51).

1974 "A propos des énoncés exclamatifs" *Langue Française* 22: 6-15 (também in A. CULIOLI 1999b: 113-123).

1977 "Notes sur détermination et quantification: définitions des opérations d'extraction et de fléchage" in *Projet interdisciplinaire de traitement formel et automatique des langues naturelles*, Université Paris VII / DRL (também in A. CULIOLI 1999b: 37-48).

1978 "Valeurs modales et opérations énonciatives" *Le Français Moderne* 46 (4) (também in A. CULIOLI, 1990: 135-155).

- 1980a "Valeurs aspectuelles et opérations énonciatives: l'aoristique" in J. DAVID; R. MARTIN (eds.) 1980: 181-193 (também in A. CULIOLI 1999a: 127-143).
- 1980b "Quelques considérations sur la formalisation de la notion d'aspect" *L'Enseignement du russe*, Institut d'Études Slaves (27): 65-75 (também in A. CULIOLI 1999a: 145-158).
- 1981 "Sur le concept de notion" *BULAG* 8: 62-79 (também in A. CULIOLI 1990: 47-65).
- 1982 *Rôle des représentations métalinguistiques en syntaxe*, Université Paris VII / DRL, Coll. ERA 642 (também in A. CULIOLI 1999a: 95-113).
- 1983a "A propos de quelque" in S. FISHER; J.-J. FRANCKEL (eds.) 1983: 21-29 (também in A. CULIOLI 1999b: 49-57).
- 1983b "Théorie du langage et théorie des langues" in *Actes du Colloque de Tours*, éditions Peeters, Louvain: 75-83 (também in A. CULIOLI 1999a: 115-125).
- 1984 "En guise d'introduction" in *La langue au ras du texte*, Lille, Presses Universitaires de Lille: 9-12.
- 1986a "La frontière" *Cahiers Charles V* 8 (também in A. CULIOLI 1990: 83-89).
- 1986b "Stabilité et déformabilité en linguistique" *Études de Lettres, Langages et connaissance*, Revue de l'Université de Lausanne: 3-10 (também in A. CULIOLI 1990: 127-133).
- 1987 "Formes schématiques et domaine" *BULAG* 13: 7-15 (também in A. CULIOLI 1990: 115-125).
- 1988a "La négation: marqueurs et opérations" in *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques* 56, Université de Neufchatel: 17-38 (também in A. CULIOLI 1990: 91-114).
- 1988b "Autres commentaires sur *Bien*" in *Hommages à la mémoire de Jean Stefanini*, Publications de l'Université de Provence (também in A. CULIOLI 1990: 157-168).
- 1989 "Representation, referential processes and regulation. Language activity as form production and recognition" in J. MONTAGERO; A. TRYPHON (eds.) 1989: 97-124 (também in A. CULIOLI 1990: 177-213).
- 1990 *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 1, Paris, Éditions Ophrys.
- 1991 "Structuration d'une notion et typologie lexicale. A propos de la distinction *dense, discret et compact*" *BULAG* 17: 7-12 (também in A. CULIOLI 1999b: 9-15).
- 1992a "*Un si gentil jeune homme!* et autres énoncés" *L'Information Grammaticale* 55: 3-7 (também in A. CULIOLI 1999b: 101-111).
- 1992b "Quantité et qualité dans l'énoncé exclamatif" in J. FONTANILLE (dir.) 1992: 223-232 (também in A. CULIOLI 1999b: 125-134).
- 1993 "Les modalités d'expression de la temporalité sont-elles révélatrices de spécificités culturelles?" *Interfaces* 5, CRDP, Paris (também in A. CULIOLI 1999a: 159-178).
- 1994 "Continuity and Modality" in C. FUCHS; B. VICTORI (eds.) 1994: 21-31.
- 1995 "Qu'est-ce qu'un problème en linguistique? Étude de quelques cas" *Cahiers de l'ILSL* 6: 7-15 (também in A. CULIOLI 1999b: 59-65).
- 1999a *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 2, Paris, Éditions Ophrys.
- 1999b *Pour une linguistique de l'énonciation. Opérations et représentations* 3, Paris, Éditions Ophrys.
- 2001 "J'allais me laisser faire, peut-être!" in M. de MATTIA; A. JOLY (orgs.) 2001: 107-119.
- 2002a "Heureusement!" in M. H. M. MATEUS; C. N. CORREIA (orgs.) 2002: 279-284.

2002b "À propos de même" *Langue Française* 133: 3-15.

CULIOLI, A.; J. P. DESCLÉS

1981 *Systèmes de représentation linguistiques et métalinguistiques*, Université Paris VII, DRL, Coll. ERA 642.

CULIOLI, A.; C. FUCHS; M. PÉCHEUX

1970 "Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage" *Documents de Linguistique Quantitative* 7, Association Jean Favard, Faculté des Sciences de l'Université de Paris.

A. CULIOLI *et alii*

1992 *La théorie d'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Éditions Ophrys.

CUNHA, C.; L. CINTRA

1984 *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Lisboa, Sá da Costa.

DANON-BOILEAU, L.

1987 *Énonciation et référence*, Éditions Ophrys.

1989 "La détermination du sujet" *Langages* 94:

1994a "Three steps towards Ego" in M. YAGUELLO (ed.) 1994: 251-262.

1994b "La personne comme indice de modalité" *Faits de Langues* 3: 159-168.

DANON-BOILEAU, L.; J.-L. DUCHET (orgs.)

1993 *Opérations énonciatives et interprétation de l'énoncé*, Éditions Ophrys.

DANON-BOILEAU, L.; A. de LIBERA (eds.)

1984 *La Référence*, Paris, Éditions Ophrys.

DANON-BOILEAU L.; M.-A. MOREL (dir.)

1997 *Faits de Langues* 9: 135-143.

DAVID, J.; G. KLEIBER (eds.)

1988 *Termes massifs et termes comptables*, Colloque de Metz, *Recherches Linguistiques* XII, Klincksieck.

DAVID, J.; R. MARTIN (eds.)

1980 *La Notion d'Aspect*, Paris, Klincksieck.

DESCLÉS, J.-P.

1991 "Archétypes cognitifs et types de procès" in C. FUCHS (ed.) 1991: 171-195.

DELBECQUE, N.; B. LAMIROY

[1999] ³2000 "La subordinación sustantiva: las subordinadas enunciativas en los complementos verbales" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) [1999] ³2000: 1965-2081.

DEMONTE, V.

1991 *Detrás de la palabra. Estudios de gramática española*, Madrid, Alianza Editorial.

DEMONTE, V.; P. J. MASULLO

[1999] ³2000 "La predicción: Los complementos predicativos" *Gramática descriptiva de la lengua española*, Madrid, Espasa Calpe.

DENDALE, P.

1993 "Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?" in G. HILTY (ed.) 1993, T. I: 163-176.

1994 "Devoir épistémique, marqueur modal ou évidentiel?" *Langue Française* 102: 24-40.

DENDALE, P.; W. de MULDER

1996 "Dédution ou abduction: le cas de devoir inférentiel" in Z. GUENTCHÉVA (ed.) 1996: 305-318.

DENDALE, P.; L. TASMOWSKI

1994 "Présentation. L'évidentialité ou le marquage des sources du savoir" *Langue Française* 102: 3-7.

DESCHAMPS, A.

1993 "*It needs explaining*: Étude de la non-coréférence avec les verbes à complément à forme non finie sans sujet" in L. DANON-BOILEAU; J.-L. DUCHET (eds.) 1993: 155-170.

1997 "Traitement énonciatif des paramètres des compléments propositionnels des verbes" in C. RIVIÈRE; M.-L. GROUSSIER (eds.) 1997: 60-74.

1998 "Modalité et construction de la référence" in N. le QUERLER; E. GILBERT (dir.) 1998: 127-145.

1999 "Essai de formalisation du système modal de l'anglais" in A. DESCHAMPS; J. GUILLEMIN-FLESCHER (dir.) 1999: 269-285.

DESCHAMPS, A.; J. GUILLEMIN-FLESCHER (dir.)

1999 *Les opérations de détermination: quantification / qualification*, Paris, Éditions Ophrys.

DIAS, A. E.

⁵1970 *Syntaxe Histórica Portuguesa*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.

DIXON, R. M. W.

1991 *A New Approach to English Grammar, on Semantic Principles*, Oxford University Press.

1995 "Complement clauses and complementation strategies" in F. R. PALMER (ed.) 1995: 175-220.

DONNELLAN, K. S.

1966 "Reference and definite descriptions" *Philosophical Review* 75: 281-304.

1990 "Belief and the identity of reference" in C. A. ANDERSON; J. OWENS (eds.) 1990: 201-214.

DORO-MÉGY, F.

2003 "Rôle de l'articulation entre sujet de l'énoncé et sujet énonciateur dans le fonctionnement et la traduction en français des verbes think et believe" in J. M. MERLE (coord.) 2003: 213-224.

DUARTE, I. M. R.

1997 "(Ainda) em torno do discurso indirecto livre" in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras: 593-600.

1999 *O relato de discurso na ficção narrativa. Contributos para a análise da construção polifónica de Os Maias de Eça de Queirós*, Dissertação de Doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

DUCROT, O.

1972 *Dire et ne pas dire: Principes de sémantique linguistique*, Paris, Hermann.

1980 "Je trouve que" in *Les Mots du discours*, Paris, Éditions de Minuit: 57-92.

EDELBERG, W.

1992 "Intentional Identity and the Attitudes" *Linguistics and Philosophy* 15 (6): 561-596.

ENGEL, P.

1984 "Croyance et référence" in L. DANON-BOILEAU; A. de LIBERA (eds.) 1984: 83-105.

FAUCONNIER, G.

1975 "Polarity and the Scale Principle" in *Papers from the 11th regional meeting*, Chicago, Chicago Linguistic Society: 188-199.

FERNANDES, J. Leonardo de Freitas

1996, *Interrogativas e polaridade negativa. Representação gramatical*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

FISHER, S.; J.-J. FRANCKEL (eds.)

1983 *Linguistique, énonciation. Aspects et détermination*, Paris, Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales..

FLUDERNIK, M.

1993 *The Fictions of Language and the Language of Fiction. The linguistic representation of speech and consciousness*, London and New York, Routledge.

FONSECA, F. I.

1970 *Para o estudo dos valores do conjuntivo em Português moderno*, Dissertação de Licenciatura, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1994 *Gramática e Pragmática. Estudos de Linguística Geral e Aplicada ao Ensino do Português*, Porto, Porto Editora.

FONSECA, F. I.; I. M. DUARTE; O. FIGUEIREDO (orgs.)

2001 *A Linguística na formação do professor de Português*, Porto, Centro de Linguística da Universidade do Porto.

FONSECA, J.

1992 "Heterogeneidade na língua e no discurso" in *Linguística e texto/discurso*, ME/ICALP: 249-292.

1993a *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*, Porto, Porto Editora.

1993b "Predicação do complemento directo em português" *Máthesis* 2: 47-68.

2001 "Aspectos centrais da semântica-sintaxe e pragmática dos predicados de sentimento" in *Língua e Discurso*, Porto, Porto Editora: 7-50.

FONTANILLE, J. (dir.)

1992 *La Quantité et ses modulations qualitatives*, Pulim, Limoges.

FORTESCUE, M.; P. HARDER; KRISTOFFERSEN (eds.)

1992 *Layered structure and reference in a functional perspective*, Amsterdam, John Benjamins.

FRANCKEL, J.-J. (ed.)

1989 *La Notion de Prédicat*, Paris, U.F.R.L., Coll. ERA 642.

FRANCKEL, J.-J.

1989 *Étude de quelques marqueurs aspectuels du français*, Genève, Librairie Droz S. A..

1981 "Modalité et opérations de détermination" *BULAG* 8: 108-352.

1990 "'Ce qui est fait n'est plus à faire'. Aspect et téléonomie" in M. CHAROLLES; S. FISHER; J. JAYES (eds.) 1990: 180-198.

1992 "Les mots ont-ils un sens?" *Le gré des Langues* 4: 200-215.

2002 "Introduction" *Langue Française* 133: 3-15.

FRANCKEL, J.-J.; D. LEBAUD

1990 *Les figures du sujet. A propos des verbes de perception, sentiments, connaissance*, Paris, Éditions Ophrys.

1992 "Lexique et opérations. Le lit de l'arbitraire" in *La Théorie d'Antoine Culioli. Ouvertures et incidences*, Paris, Éditions Ophrys: 89-105.

1995 "Les échappées du verbe sentir" in J. BOUSCAREN; J.-J. FRANCKEL; S. ROBERT (eds.) 1995: 261-277.

FRANCKEL, J.-J.; D. PAILLARD

1989 "Objet – Complément – Repère" *Langages* 94: 115-127.

1991 "Discret-dense-compact: vers une typologie opératoire" in C.FUCHS (ed.) 1991: 103-136.

1992 "Objet: construction et spécification d'occurrences" *Le gré des langues* 4, L'Harmattan: 29-43.

1998 "Aspects de la théorie d'Antoine Culioli", *Langages* 129: 52-63.

FRANCKEL, J.J. D. PAILLARD; S. de VOGÜÉ

1988 "Extention de la distinction discret, dense, compact, au domaine verbal" in J. DAVID; G. KLEIBER (eds.) 1988: 239-247.

FRANÇOIS, J.

2000 "Désémantisation verbale et grammaticalisation: (se) voir employé comme outil de redistribution des actants" *Syntaxe et Sémantique* 2, Presses Universitaires de Caen: 159-175.

FREGE, G.

[1892] 1971 "Sens et dénotation" in F. WAHL (dir.) *Gottlob Frege. Écrits logiques et philosophiques*, Paris, Éditions du Seuil: 102-125 [tradução de C. Imbert, de 1892 "Über Sinn und Bedeutung" *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* 100: 25-50].

FUCHS, C.

1984 "De la nécessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative" *DRLAV* 30: 45-53.

1991 "Les typologies de procès: un carrefour théorique interdisciplinaire" in C. FUCHS (ed.) 1991: 9-17.

FUCHS, C. A. M. LÉONARD

1980 "Éléments pour une étude comparée du déterminant zéro en anglais et en français" in *Opérations et détermination. Théorie et description*, Paris, Université Paris 7, DRL: 1-45.

FUCHS, C.(ed.)

1991 *Les typologies des procès*, Paris, Klincksieck.

1996 *La place du sujet contemporain*, Louvain-la-Neuve, Éditions Duculot.

FUCHS, C.;B.VICTORI (eds.)

1994 *Continuity in Linguistic Semantics*, Amsterdam – Filadelfia, John Benjamins.

FURUKAWA, N.

2000 "Heureusement qu'il est là: un cas particulier de thématization" in C. GUIMIER (org.) 2000: 121-133.

GADET, F.; J. LEON; M. PECHEUX

1984 "Remarques sur la stabilité d'une construction linguistique. La complétive" *LINX* 10, Paris X, Nanterre: 23-50.

GÁRCIA, A. L.

1990 "La Interpretación metalingüística de los tiempos, modos y aspectos del verbo español: ensayo de fundamentación" in I. BOSQUE, J. J. ACERO; A. L. GARCÍA; G. ROJO; M. SUÑER (eds.) 1990: 107-175.

GARCIA-MIGUEL, J. M.

1995a *Transitividad y complementación preposicional en español*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

1995b *Las Relaciones gramaticales entre predicado y participantes*, Lalia 2, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela.

GÄRTNER, E.; C. HUNDT; A. SCHÖNBERGER (eds.)

2000 *Estudos de gramática portuguesa* (I), Frankfurt am Main, TFM, Biblioteca luso-brasileira 12.

GARY-PRIEUR, M.-N.

1994 *Grammaire du nom propre*, Paris, PUF.

GAUVENET, H. (dir.)

1976 *Pédagogie du discours rapporté*, Paris, Crédif.

GEURTS, B.

1998 "Presuppositions and anaphors in attitude contexts" *Linguistics and Philosophy* 21 (6): 545-601.

GILBERT, E.

1987 "May, Must, Can et les opérations énonciatives" *Cahiers de recherche* T. 3, Paris, Éditions Ophrys.

1993 "La théorie des opérations énonciatives d'Antoine Culioli" in *Les Théories de la Grammaire Anglaise en France*, Paris, Hachette Supérieur: 63-96.

2001a "Vers une analyse unitaire des modalités may, must, can, will, shall" in J. BOUSCAREN (dir.) *Cahiers de Recherche* T. 8, Paris, Éditions Ophrys: 23-99.

2003 "Quantification, qualification et modalité. Les cas de pouvoir et de devoir" in A. OUATTARA (ed.) 2003: 69-85.

GIRY-SCHNEIDER, J.

1994 "Les complements nominaux des verbes de parole" *Langages* 115: 31-46.

GIVÓN, T.

1982 "Evidentiality and epistemic space" *Studies in Language* 6.1: 23-49.

GLARE, P. G. W. (ed.)

[1982] ¹¹2000 *Oxford Latin Dictionary*, New York, Oxford University Press Inc..

le GOFFIC, P.

1993 *Grammaire de la phrase française*, Paris, Hachette.

GREEN, M. S.

2000 "Illocutionary force and semantic content" *Linguistics and Philosophy* 23 (5): 435-473.

GRIMSHAW, J.

1979 "Complement Selection and the Lexicon" *Linguistic Inquiry* 10: 279-426.

GROSS, M.

1968 *Grammaire transformationnelle du français. Syntaxe du verbe*, Paris, Larousse.

1969 *Lexique des constructions complétives*, Paris, Laboratoire d'automatique documentaire et linguistique du CNRS, miméographié.

1975 *Méthodes et syntaxe: le regime des constructions complétives*, Hermann.

GROSSE, S.; A. SCHÖNBERGER (orgs.)

2002 *Ex oriente lux. Festschrift für Eberhard Gärtner zu seinem 60. Geburtstag*, Frankfurt am Main, Valentia.

GROUSSIER, M.-L.

1995 "Opérations et relations de repérage: les prépositions, marqueurs ambivalents mais non ambigus" in J. BOUSCAREN; J.-J. FRANCKEL; S. ROBERT (eds.) 1995: 83-99.

2000 "On Antoine Culioli's theory of enunciative operations" *Lingua* 110, 3: 157-182.

GRUNIG, B.-N.

1999 "Anticipation et compréhension" in C. CORTÈS; A. ROUSSEAU (eds.) *Catégories & connections*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion: 361-369.

GUENTCHÉVA, Z.

1994 "Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps du français" *Langue Française* 102: 8-23.

1995, "L'énonciation médiatisée et les mécanismes perceptifs" in J. BOUSCAREN; J.-J. FRANCKEL; S. ROBERT (eds.) 1995: 301-315.

1996 "Introduction" in Z. GUENTCHÉVA (ed.) 1996.

2003 "Degrés de distanciation énonciative" in A. OUATTARA (ed.) 2003: 171-183.

GUENTCHÉVA, Z.; A. DONABÉDIAN; M. MEYDAN; R. CAMUS

1994 "Interactions entre le médiatif et la personne" *Faits de langues* 3, Presses Universitaires de France: 139-148.

GUENTCHÉVA, Z. (ed.)

1996 *L'Énonciation médiatisée*, Louvain- Paris, Éditions Peeters.

GUILLAUME, B.

2003 "A propos du sujet énonciateur en discours rapporté: le cas des *questions-tags*" in J. M. MERLE (coord.) 2003: 193-204.

GUILLAUME, G.

[1947-48] 1988 *Leçons de linguistique 1947-48*, série C, Vol. 8, Québec, Presses de l'Université Laval, Lille, Presses Universitaires de Lille.

GUILLEMIN-FLESCHER, J.

1994 "Subject and object" in M. YAGUELLO (ed.) 1994: 171-193.

1995 "La prédication de propriété: quantification et qualification" in S. ROBERT (ed.) 1995: 97-116.

1997 "De la qualité à la qualité" in C. RIVIÈRE; M.-L. GROUSSIER (eds.) 1997.

GUIMIER, C. (org.)

2000 *La thématization dans les langues. Actes du colloque de Caen* (octobre 1997), Berne, Paris, Peter Lang.

GUITART, J. M.

1990 "Aspectos pragmáticos del modo en los complementos de predicados de conocimiento y de adquisición de conocimiento en español" in I. BOSQUE (ed.) 1990: 315-329.

HALLIDAY, M. A. K.

1967 "Notes on Transitivity and Theme in English – Part 1", *Journal of Linguistics* 3: 37-81.

1970 "Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English" *Foundations of Language* 6: 322-361.

1985 *An Introduction to Functional Grammar*, London, E. Arnold.

HARTSHORN, Ch.; P. WEISS (eds.)

1965 *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, Cambridge, Harvard University Press.

HASSLER, G.

2003 "Recursos evidenciales en las lenguas romances: un estudio funcional y comparativo" in F. S. MIRET (ed.) 2003: 419-430.

HATTNER, M. M. D. *et alii*

2001 "Uma investigação funcionalista da modalidade epistémica" in M. H. M. NEVES (org.) 2001: 103-143.

HENGEVELD, K.

1989 "Layers and Operators in Functional Grammar" *Journal of Linguistics* 25: 217-236.

HERNANZ, M. L.

[1999] ³2000 "El infinitivo" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) [1999] ³2000: 2197-2351.

HILTY, G. (ed.)

1993 *Actes du XX^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Zurich 1992, Tübingen, A Francke Verlag.

HINTIKKA, J.

1962 *Knowledge and belief*, Cornell University Press, Ithaca.

HINTIKKA, J.; J. M. E. MORAVCSIK; P. SUPPES (eds.)

1973 *Approaches to Natural Language. Proceedings of the 1970 Stanford Workshop on Grammar and Semantics*, Dordrecht, D. Reidel.

HOEKSTRA, T

1984 "Transitivity. Grammatical Relations in Government – Binding Theory" *Linguistic Models* 6, Foris.

1988 "Small clause results", *Lingua* 74,2/3: 23-52.

HONESTE, M. L.

2003 "Parcours énonciatifs, parcours interprétatifs: que faire des polysèmes?" in A. OUATTARA (ed.) 2003: 243-254.

HOOPER, J. B.

1975 "On assertive predicates" in J. P. KIMBALL (ed.) 1975.

HOOPER, J. B.; S. A. THOMPSON

1973, "On the Applicability of Root Transformations" *Linguistic Inquiry* 4: 465-498.

HORN, Laurence R.

1975 "Neg-raising predicates: Toward an explanation" in *Papers from the Eleventh Regional Meeting*, Chicago Linguistics Society: 279-294.

1978 "Remarks on Neg-Raising" in P. COLE (ed.) 1978: 129-220.

1989 *A Natural History of Negation*, Chicago, The University Press of Chicago.

HUOT, H.

1988 "Quelques conditions d'apparition du subjonctif: la notion de classifiante et le trait [\pm QU]" in J.-C. MILNER (dir.) 1988: 51-91.

IEREMIA, E. A.

1999 "Les verbes de pensée en français et en roumain, structures syntaxiques et interprétation sémantique" in D. AMIOT; W. DE MULDER; M. TENCHÉA (orgs.) 1999: 75-87.

IMBS, P.

1953 *Le subjonctif en français moderne*, Presses de l'Université de Strasbourg.

JACKENDOFF, R. S.

1983 *Semantics and Cognition*, Cambridge, Mass., MIT Press.

JACOB, P.

1984 "Fonctionnalisme et croyance" in L. DANON-BOILEAU; A. de LIBERA (eds.) 1984: 63-81.

JAKOBSON, R.

[1957] 1963 "Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe" in *Essais de linguistique générale I*, Paris, Éditions de Minuit: 176-196 (tradução francesa de N. Ruwet).

JAMROZIK, E.

1988 "De la subjectivité dans le lexique" *Langages* 89: 87-96.

JASPERSEN, O

[1917] ²1966 *Negation in English and other Languages*, KØbenhavn.

1924 *The Philosophy of Grammar*, London, Allen and Unwin.

JASZCZOLT, K. M.

1999 *Discourse, Beliefs and Intentions*, Amsterdam, Elsevier.

2000a "The default-based context-dependence of belief reports" in K. M. JASZCZOLT (ed.) 2000.

2000b "Introduction. Belief reports and pragmatic theory: the state of the art" in K. M. JASZCZOLT (ed.) 2000: 1-12.

JASZCZOLT, K. M. (ed.)

2000 *The Pragmatics of Propositional Attitude Reports*, Amsterdam, Elsevier.

JOLY, André

1994 "Pour une théorie générale de la personne" *Faits de Langues* 3: 45-54.

KANT, I.

[1781] 1985, *Crítica da razão pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

KARTUNNEN, L.

1971 "Some Observations on Factivity" *Papers in Linguistics* 4: 169-193.

KERBRAT-ORECCHIONI, C.

1980 *L'Énonciation de la subjectivité dans le langage*, Paris, Armand Colin.

KIMBALL, J. P. (ed.)

1975 *Syntax and Semantics* 4, New York, Academic Press.

KIPARSKY, P.; C. KIPARSKY

1970 "Fact" in M. BIERWISCH; K. E. HEIDOLPH (eds.) 1970: 143-173.

KLEIBER, G.

1987 "Mais à quoi sert donc le mot chose?" *Langue Française* 73: 115-127.

1999 *Problèmes de sémantique, la polysémie en question*, Presses universitaires du Septentrion.

KLEIN, F.

1975 "Pragmatic Constraints on Distribution: the Spanish Subjunctive" in *Papers from the Eleventh Regional Meeting*, Chicago Linguistics Society: 353-365.

LAKOFF, R.

1969 "A syntactic argument for negative transportation" in *Papers from the 5th regional meeting*, Chicago, Chicago Linguistic Society.

LAMBRECHT, K.

2000 "Prédication seconde et structure informationnelle: la relative de perception comme construction présentative", *Langue Française* 127: 49-66.

LARREYA, P.

1997 "Notions et opérations modales: pouvoir, devoir, vouloir" in C. RIVIÈRE; M.-L. GROUSSIER (eds.) 1997: 156-166.

LAZARD, G.

1956 "Caractères distinctifs de la langue tadjik", *BSL* 52/1, Paris, Klincksieck.

1998 *Actancy*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter.

LEBAUD, D.

1990 "Savoir et connaître" *Le gré des langues* 1: 165-179.

1991 "Savoir et connaître (deuxième partie)" *Le gré des langues* 2: 182-190.

1993 "L'imparfait: indétermination aspectuo-temporelle et changement de repère" *Le gré des langues* 5: 160-176.

LEE, H. S.

1993 "Cognitive constraints on expressing newly perceived information: with reference to epistemic modal suffixes in Korean" *Cognitive Linguistics* 4: 135-167.

LEEMAN, D.

1997 "Sur la préposition *en*" *Faits de Langues* 9: 135-143.

LEPSCHY, Giulio

1994 "The Status of the subject in linguistic theory. Closing remarks" in M. YAGUELLO (ed.) 1994: 275-279.

LEVINSON, S. C.

1983 *Pragmatics*, Cambridge, Cambridge University Press.

LONG, M.

1974 *Semantic Verb Classes and their Role in French Predicate Complementation*, Thèse de Ph.D., Bloomington, University of Indiana.

LOPE BLACHE, J. M.

1990 "Algunos usos de indicativo por subjuntivo en oraciones subordinadas" in I. BOSQUE (ed.) 1990: 180-182.

LOPES, A. C. M.; C. MARTINS (orgs)

1999 *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, APL.

LOPES, O.

1971 *Gramática simbólica do português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro de Investigação Pedagógica.

(no prelo) "Relações semânticas entre massivos, partitivos, colectivos e abstractos, em português" *Actes du XVI^e Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Palma de Maiorca, 1980.

LÓPEZ, C. S.

[1999] ³2000 "La negación" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) [1999] ³2000: 2561-2634.

LOUGHRAIEB, M.

1997 "Quels rôles thématiques pour les prédicats psychologiques?" *Verbum* XXV (4): 479-492.

LYONS, J.

1968, *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge, Cambridge University Press.

[1977] ²1978 *Semantics* 1 - 2, Cambridge, Cambridge University Press.

MACHADO, J. P.

[1952] ⁵1995 *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.

MARCONI, D.

[1995] 1997 *La Philosophie du langage au XX^e siècle*, Paris, Éditions de l'éclat [tradução de M. Valensi, de 1995 "Filosofia del linguaggio" in P. Rossi (dir.) *La Filosofia*, Turin, UTET: 365-460].

MARQUES, R.

1995 *Sobre o valor dos modos conjuntivo e indicativo em Português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

1997 "Sobre a selecção de modo em orações completivas" in I. CASTRO (ed.) 1997: 191-202.

MARRAFA, P.

1993 *Predicação secundária e predicados complexos em português. Análise e modelização*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTIN, R.

1981 "Subjonctif et vérité" *Recherches Linguistiques* VIII: 117-127.

1983 *Pour une logique du sens*, Paris, PUF.

1987 *Langage et croyance: Les 'univers de croyance' dans la théorie sémantique*, Bruxelles, Mardaga.

MARTINICH, A. P. (ed.)

1990 *The Philosophy of Language*, New York, Oxford, Oxford University Press.

MARTINS, A. M.

1994 *Os Clíticos na história do português*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARTINS-BALTAR, M.

1976 "Les verbes transpositeurs du discours rapporté" in H. GAUVENET (dir.) 1976: 63-72.

MATEUS, M. H. M.; A. M. BRITO; I. DUARTE; I. H. FARIA

²1989 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

2003 *Gramática da Língua Portuguesa*, Lisboa, Caminho.

MATEUS, M. H. M.; C. N. CORREIA (orgs.)

2002 *Saberes no Tempo. Homenagem à Professora Maria Henriqueta Costa Campos*, Lisboa, Edições Colibri.

de MATTIA, M.; A. JOLY (orgs.)

2001 *De la Syntaxe à la narratologie énonciative*, Paris, Éditions Ophrys.

McCRAWLEY, J. D.

1981 *Everything that linguists have always wanted to know about logic but were ashamed to ask*, Oxford, Basil Blackwell.

MEINONG, A.

[1960] 1972 "The Theory of Objects" *Revue internationale de philosophie* 100.

MENDES, A.; T. FREITAS (orgs.)

2003 *Actas do XVIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, Colibri.

MERLE, J. M. (coord.)

2003 *Le sujet*, Paris, Ophrys.

MERLEAU-PONTY, M.

[1952] ⁴1993 *Elogio da Filosofia*, Lisboa, Guimarães Editores.

MILNER, J. C.

1978a *De la syntaxe à l'interprétation. Quantités, insultes, exclamations*, Paris, Éditions du Seuil.

1978b *L'amour de la langue*, Paris, Éditions du Seuil.

MILNER, J.-C. (dir.)

1988 *Recherches nouvelles sur le langage*, Collection ERA 642, Paris 7, DRL.

MIRET, F. S. (ed.)

2003 *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística Románica* (Salamanca, 2001), Niemeyer.

MIYARES, L. R.; C. E. Á. MORENO; M. R. Á. SILVA (eds.)

2003 *Actas del VIII Simposio Internacional de Comunicación Social* (Santiago de Cuba, 2003), Santiago de Cuba, Centro de Lingüística Aplicada.

MOENS, M.; M. STEEDMAN

1988 "Temporal Ontology and Temporal Reference" *Computational Linguistics*, Vol. 14, 2: 15-28.

MOHRI, M.

1994 "Combinations appropriées des constructions complétives" *Langages* 115: 47-63.

MONTAGERO, J.; A TRYPHON (eds.)

1989 *Language and Cognition*, Geneva, Foundation Archives Jean Piaget 10.

MONVILLE-BURSTON, M.

1993 "Les *verba dicendi* dans la presse d'information" *Langue Française* 98: 48-66.

MORA, J. F.

1991 *Dicionário de Filosofia*, Lisboa, Dom Quixote.

MORENO, A.

1998 "Interrogativas-tag e operadores enunciativos" in *Actas do Fórum de Linguística e Didáctica das Línguas* (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Abril de 1995), Vila Real, UTAD: 163-172.

2003 "Valores modais e transporte da negação" in A. MENDES; T. FREITAS (orgs.) 2003: 579-590.

MOURELATOS, A.

1978 "Events, processes and states" *Linguistics and Philosophy* 2: 415-434.

NATCHEVA, E. A.

1998 *Para uma análise de cinco construções perifrásticas infinitivas no Português Europeu*, Dissertação para obtenção do grau de Mestrado, Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras.

NEVES, J. B.; T. OLIVEIRA

2003 "Estratégias linguísticas de distanciamento no jornalismo: as construções mediatizadas" in L. R. MIYARES, C. E. Á. MORENO; M. R. Á. SILVA (eds.), Vol. II, 2003: 823-827.

NEVES, M. H. M. (org.)

2001 *Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa*, São Paulo, Cultura Acadêmica Editora.

NØLKE, H.

1994 "La Dilution linguistique des responsabilités. Essai de description polyphonique des marqueurs évidentiels il semble que et il paraît que", *Langue Française* 102: 84-94.

NONNON, E.

1996 "Activités argumentatives et élaboration de connaissances nouvelles: le dialogue comme espace d'exploration" *Langue Française* 122: 67-87.

NOWIKOW, W.

2000 "Los 'verbos de creencia' y la alternancia modal en contextos de negación" *Itinerarios* 3/2, Varsovia: 193-201.

NUYTS, J.

1992a "Subjective vs. objective modality: What is the difference?" in M. FORTESCUE; P. HARDER; KRISTOFFERSEN (eds.) 1992: 73-98.

1992b *Aspects of a Cognitive-Pragmatic Theory of Language*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins.

1993 "Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure" *Linguistics* 31: 933-969.

O'KELLY, D.

1996 "A la Recherche d'une valeur fondamentale: le cas de la personne", *Modèles Linguistiques* 33 T. XVII, Fasc. 1: 177-185.

1997 "Autour de la notion de personne" in C. RIVIÈRE; M.-L. GROUSSIER (eds.) 1997: 296-307.

OLIVEIRA, F.

2001 "Some Issues about the portuguese Modals dever and poder" *Belgian Journal of Linguistics* 14: 167-184.

OLIVEIRA, F.; I. M. DUARTE; S. RODRIGUES (orgs.)

(no prelo) *Língua e Discurso. Homenagem a Joaquim Fonseca* (Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2003).

OLIVEIRA, M. E. de M.

1984 *Syntaxe des verbes psychologiques du portugais*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de Linguística da Universidade de Lisboa.

OLIVEIRA, M.

2002 "As profrases assertivas no PB" in M. BERNARDETE; M. ABAURRE; A. C. S. RODRIGUES (orgs.) Vol. VIII, 2002: 413-442.

OLIVEIRA, T.

1997 *Construções relativas: uma proposta transcategorial*, Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

2000a "O Conjuntivo nas construções relativas com valor referencial" in E. GÄRTNER; C. HUNDT; A. SCHÖNBERGER (eds.) 2000: 81-98.

2000b "Para uma abordagem enunciativa do conjuntivo" in R. V. de CASTRO; P. BARBOSA (orgs.) 2000: 105-116.

2002a "O futuro e o condicional como marcadores de mediativo" in C. N. CORREIA; A. GONÇALVES (orgs.) 2002: 403-414.

2002b "Valores do conjuntivo em construções sintacticamente dependentes" in M. H. M. MATEUS; C. N. CORREIA (org.) 2002: 417-425.

(no prelo) "Algumas questões sobre a tradução dos tempos verbais" in *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 2003).

OPPY, Graham

1998 "Propositional Attitudes" in E. CRAIG (ed.) 1998: 779-787.

ORIEZ, S.

2001 "Grammaticalisation et formes schématiques" in G. COL; D. ROULLARD (dir.) 2001: 237-245.

OUATTARA, A. (ed.)

2003 *Parcours énonciatifs et parcours interprétatifs*, Paris, Ophrys.

PAILLARD, D.

1988 "Temps, aspect, types de procès: à propos du présent simple" in J. C. MILNER (ed.) 1988.

1998 "Les mots du discours comme mots de la langue" *Le gré des langues* 14: 10-41.

1992 "Repérage: construction et spécification" in A. CULIOLI *et alii* 1992: 75-88.

2000 "À propos des verbes «polysémiques»: identité sémantique et principes de variation" *Syntaxe et Sémantique – Sémantique du lexique verbal* 2: 99-120.

2001 "Les mots du discours comme mots de la langue: pour une typologie formelle" *Le gré des langues* 16: 99-115.

PAILLARD, M.

1984 "La Question du subjonctif en français et anglais contemporain" *Cahiers Charles V* 6, Paris 7: 59-80.

PALMER, F. R.

1986 *Mood and Modality*, Cambridge, Cambridge University Press.

PALMER, F. R. (ed.)

1995 *Grammar and meaning*, Cambridge, Cambridge University Press.

PAPAFRAGOU, A.

2000 *Modality: Issues in the Semantics-Pragmatics Interface*, Amsterdam, Elsevier.

PARRET, H.

1976 "La pragmatique des modalités" *Langages* 43: 47-63.

PARTEE, B.

1973 "The Semantics of Belief-Sentences" in J. HINTIKKA; J. M. E. MORAVCSIK; P. SUPPES (eds.) 1973: 309-336.

1979 "Semantics, Mathematics or Psychology?" in R. BAUERLE; U. EGLI; A. von STECHOW (eds.) 1979.

PEIRCE, Ch. S.

1965 "Principles of Philosophy. Elements of Logic" in Ch. HARTSHORN; P. WEISS (eds.) 1965.

PEREIRA, S. C.

1997 *Contributos para a abordagem da predicação secundária em português*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

PETERSON, P. L.

1994 "Attitudinal Opacity" *Linguistics and Philosophy* 17 (2): 159-220.

PHILIPPE, G.

1995 "Embrayage énonciatif et théorie de la conscience: a propos de l'Être et le Néant" *Langages* 119: 95-118.

POSTAL, M. P.

1971 *Cross-Over Phenomena*, New York, Holt, Rinehart and Winston.

POTTIER, Bernard

1976 "Sur la formulation des modalités en linguistique" *Langages* 43: 39-46.

1993 "Pensée et cognition" *Faits de langues* 1/1993: 99-127.

1994 "Le voir et le savoir comme traits de modalité" *Cahiers de Linguistique Asie Orientale* 23: 293-297.

PUSTEJOVSKY, J.

1991 "The syntax of event structure" *Cognition* 41, Elsevier Science Publishers B.V.: 47-81.

PUTNAM, H.

1975 *Mind, Language and Reality*, Philosophical Papers, Vol. 2, Cambridge, Cambridge University Press.

QUAYLE, N.

1998 "Du virtuel à l'actuel: observations sur le subjonctif en anglais contemporain" *Modèles linguistiques*, T. XIX, Fasc. 1, ENSAM, Lille: 143-156.

le QUERLER, N.

1996 *Typologie des modalités*, Caen, Presses Universitaires de Caen.

1997 "La place du sujet nominal dans les subordonnées percontives" in C. FUCHS (ed.) 1997: 179-203.

le QUERLER, N.; E. GILBERT (dir.)

1998 *La Référence 1: Statut et processus*, CERLICO 11, Rennes, Presses Universitaires de Rennes.

QUINE, W. V. O.

[1956] 1990 "Quantifiers and Propositional Attitudes" in A. P. MARTINICH (ed.) 1990: 353-359.

[1960] 1994 *Word and Object*, Cambridge, MIT Press.

QUIRK, R.; G. LEECH; J. SVARTVIK

1985 *A Comprehensive Grammar of the English Language*, London, Longman.

van RAEMDONCK, D.

2003 "De la syntaxe incidentielle à l'interprétation pragmatique. Le cas de la négation" in A. OUATTARA (ed.) 2003: 57-68.

RAKHILINA, E. V.

1996, "Jakoby comme procédé de médiatisation en russe" in Z. GUENTCHÉVA (ed.) *L'Énonciation médiatisée*, Louvain-Paris, Éditions Peeters: 299-304.

RAMAT, P.

1996, "*Allegedly, John is ill again*: stratégies pour le médiatif" in Z. GUENTCHÉVA (ed.) 1996: 287-298.

RANSOM, E. N.

1986 *Complementation: its meanings and forms*, Amsterdam / Philadelphia, John Benjamins Publishing Company.

RATIÉ, M.

1991 "Négation et verbes d'opinion" *Cahiers de recherche* T 5, Paris, Éditions Ophrys: 129-152.

REIS, C.

[1975] ³1984 *Estatuto e perspectiva do narrador na ficção de Eça de Queirós*, Coimbra, Almedina.

RESCHER, N.

1968 *Topics in Philosophical Logic*, Dordrecht, Reidel.

REYES, G.

1993 *Los Procedimientos de cita: estilo directo y estilo indirecto*, Madrid, Arco Libros.

1994 *Los Procedimientos de cita: citas encubiertas y ecos*, Madrid, Arco Libros

RICHARD, M.

1993 "Attitudes in Context" *Linguistics and Philosophy* 16 (2): 123-148.

RIDRUEJO, E.

[1999] ³2000 "Modo y modalidad. El modo en las subordinadas sustantivas" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) Vol. 2, [1999] ³2000: 3209-3251.

RIEGEL, M.

1981 "Verbes essentiellement ou occasionnellement attributifs" *L'Information grammaticale* 10: 23-27.

1994 "La catégorie grammaticale de l'attribut" *Le gré des langues* 7: 170-189.

RIVERO, M. L.

1971 "Mood and Presupposition in Spanish" *Foundations of Language* 7: 305-336.

1975 "La ambigüedad de los verbos modales: una visión histórica" *REL* 5 (2): 401-422.

1977a "La conception de los modos en la Gramática de Andrés Bello y los verbos abstractos de la gramática generativa" in *Estudios de gramática generativa del español*, Madrid, Cátedra: 69-85.

1977b "Modo y presuposición" in *Estudios de gramática generativa del español*, Madrid, Cátedra: 37-78.

RIVIÈRE, C.

[1983] 1991 "Modal Adjectives: Transformation, Synonymy and Complementation" *Língua* 59, North Holland Publishing Co [tradução francesa: 1991 "Les Adjectifs de modalité en anglais" *Cahiers de Recherche en Grammaire Anglaise* T. 5, Éditions Ophrys: 155-183].

RIVIÈRE, C.; M.-L. GROUSSIER (eds.)

1997 *La notion*, Paris, Éditions Ophrys.

ROBERT, S.

1991 *Approche énonciative du système verbal. Le cas du Wolof*, Paris, Éditions du CNRS.

1994 "Sur le rôle du sujet énonciateur dans la construction du sens: liens entre temps, aspect et modalité" in Marina YAGUELLO (ed.) 1994: 209-230.

1995 "Aoristique et mode subordonatif: liens entre aspect et prédiction" in J. BOUSCAREN; J.-J. FRANCKEL; S. ROBERT (eds.) 1995: 373-389.

ROBERT, S. (ed.)

1995 *Langage et Sciences humaines: propos croisés*, Berne / Berlin / Frankfurt, Peter Lang S.A..

ROCHA, C.

2001 "Aspectos da diacronia de saber e de saber de" in *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL: 435-445.

ROCHETTE, A.

1988 *Semantic and Syntactic Aspects of Romance Sentential Complementation*, Thèse de Ph.D., MIT, Cambridge, Mass.

1990 "On the Restructuring Classes of Verbs in Romance" in A. M. di SCIULLO; A. ROCHETTE (eds.) 1990: 96-128.

1993 "À propos des restrictions de sélection de type aspectuel dans les complétives du français" *Langue Française* 100: 67-82.

RODRIGUES, H. I. A.

2001 *Valores e marcadores de posterioridade na língua portuguesa*, Dissertação de Mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

ROSIER, L.

1999 *Le Discours rapporté: histoire, théories, pratiques*, Paris, Éditions du Duculot.

ROSSARI, C.

2002 "Interprétation épistémique et causalité: compatibilité et incompatibilité" in H. L. ANDERSEN; H. NØLKE (orgs.) 2002: 285-299.

RUSSELL, B.

[1989] 1905 "On Denoting" *Mind*: 479-93.

RUWET, Nicolas

1972 *Théorie syntaxique et syntaxe du français*, Paris, Éditions du Seuil.

1994 "Être ou ne pas être un verbe de sentiment" *Langue Française* 103: 45-55.

SABIO PINILLA, J. A.

1987 "Sobre alguns apêndices modalizadores em português" in *Actas do VIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa: 442-450.

SAID ALI, M.

[1908] ⁶1966 *Dificuldades da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

[1921-23] ⁶1966 *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos.

SANTOS, L. M.

1997 "L'infinitif fléchi en portugais brésilien: les contextes de dépendance d'un verbe de perception" *Verbum* 4 :491-505.

SAUL, J. M.

1993 "Still an Attitude Problem" *Linguistics and Philosophy* 16 (4): 423-435.

di SCIULLO, A. M.; A. ROCHETTE (eds.)

1990 *Binding in Romance. Essays in Honour of Judith McA'Nulty*, Ottawa, Association canadienne de linguistique.

SEARLE, J. R.

1970 *Speech Acts*, Cambridge, CambridgeUniversity Press.

1976 *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*, Cambridge, Cambridge University Pres.

SEILER, H.-J.

1989 "Universal linguistic dimensions, categories and proptotypes" in J. MONTANGERO; A. TRYPHON (eds.) 1989: 85-96.

1994 "Continuum in cognition and continuum in language" in C. FUCHS; B. VICTORI (eds.) 1994: 33-43.

SERRADILLA CASTAÑO, A. M.

1996 *Diccionario sintáctico del Español Medieval. Verbos de entendimiento y lengua en español medieval*, Madrid, Ediciones de la Universidad Autónoma de Madrid.

1997 *El régimen de los verbos de entendimiento y lengua en español medieval*, Madrid, Editorial Gredos.

SILVA, A. S. (org.)

2001 *Linguagem e cognição. A Perspectiva da linguística cognitiva*, Braga, Associação Portuguesa de Linguística, Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia.

SILVA, M. de F. H.

1997 *Contributo para a caracterização sintáctica, semântica e discursiva de um grupo de verbos de pensamento*, Dissertação de Mestrado, Porto Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

SIMONIN-GRUMBACH, J.

1984 "De la nécessité de distinguer énonciateur et locuteur dans une théorie énonciative" *DRLAV* 30: 55-62.

SOUBBOTNIK, M.

2001 *La Philosophie des actes du langage*, Paris, PUF.

SOUSA, O.

1996 *Construindo Histórias. Quando, então, depois: marcadores aspectuo-temporais em narrativas de crianças*, Lisboa, Estampa.

2000 *O imperfeito num corpus de aquisição*, Dissertação de Doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

SOUSA, O.; S. ARAÚJO

2000 "Imperfeito português e condicional francês: valores modais" in R. V. CASTRO; P. BARBOSA (eds.) 2000: 559-573.

SOUTET, O.

2000 *Le Subjonctif en français*, Collection "l'Essentiel français", Paris, Éditions Ophrys.

SUÑER, M.

1990 "El tiempo en las subordinadas" in I. BOSQUE; J. J. ACERO; A. L. GARCÍA; G. ROJO; M. SUÑER (eds.) 1990: 77-105.

1991 "Indirect Questions and the Structure of CP: Some Consequences" in H. CAMPOS; F. MARTINEZ-GIL (eds.) *Current Studies in Spanish Linguistics*, Washington, DC, Georgetown University Press: 283-312.

[1999] ³2000 "La subordinación sustantiva: la interrogación indirecta" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) Vol. 2, [1999] ³2000: 2149-2195.

SUÑER, M.; J. P. RIVERA

1990 "Concordância temporal y subjuntivo" in I. BOSQUE (ed.) *Indicativo y subjuntivo*, Madrid, Taurus Universitária: 185-201.

TASMOWSKI, L.; P. DENDALE

1994 "Pouvoir_E, un marqueur d'évidentialité" *Langue française* 102: 41-55.

TAYLOR, K. A.

1998 "Propositional Attitude Statements" in E. CRAIG (ed.) 1998: 771-779.

TEDESCHI, P.; A. ZAENEN (ed.)

1981 *Syntax and Semantics* 14, New York, Academic Press.

TENNY, C. L.

1987 *Grammaticalizing aspect and affectedness*, Cambridge, MIT Working Papers in Linguistics.

TERRELL, T.; J. B. HOOPER

1974 "A Semantically Based Analysis of Mood in Spanish" *Hispania* 57: 484-494.

TORREGO, L. G.

[1999] ³2000 "La variación en las subordinadas sustantivas" in I. BOSQUE; V. DEMONTE (dir.) Vol. 2, [1999] ³2000: 2103-2146.

TRAUGOTT, E. C.

1989 "On the rise of epistemic meanings in English" *Language* 65: 31-55.

VALENTIM, H. T.

1998 *Predicação de Existência e Operações Enunciativas*, Lisboa, Edições Colibri.

2000 “Conhecer e saber: uma caracterização enunciativa” in *Actas dos V Encontros Interdisciplinares da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL*, Lisboa, Colibri: .

2002a “Verbos de opinião e verbos de conhecimento: dois aspectos da modalidade epistémica” in M. H. M. MATEUS; C. N. CORREIA (org.) 2002: 541-547.

2002b “Contributo para o estudo do verbo *sentir* – perspectiva enunciativa” in C. N. CORREIA; A. GONÇALVES (orgs.) 2002: 509-516.

2003 “As restrições de modo de predicados verbais introduzidos por *crer* e *duvidar* – uma abordagem enunciativa” in A. MENDES; T. FREITAS (orgs.) 2003: 841-850.

(no prelo) “Emprego modal de verbos conceptuais e polaridade negativa”, in *Actas do XIX Encontro Nacional da APL* (Lisboa, Outubro de 2003).

VALETTE, M.

2003 “Intentionnalité du sujet et téléonomie de la langue dans la linguistique cognitive / énonciative” in A. OUATTARA (ed.) 2003: 289-301.

VALIQUETTE, P. L.; R. LESAGE

1995 “Sur quelques emplois de *devoir*+infinitif à l'imparfait” *Langues et Linguistique* 21, Québec, Université Laval: 139-151.

VARGA, D.

2003 “La Subordination en *vallader*” in F. S. MIRET (ed.) Vol. II/2, 2003: 487-491.

VÁZQUEZ, M. G.

2000 *De lo Possible a lo Necesário: Semântica de la Modalidad*, Dissertação para obtenção do grau de Doutoramento, Universidade de Vigo – Faculdade de Filoloxia e Traducción.

van de VELDE, D.

1997 “Cet obscur objet du désir. L'objet des verbes de sentiment” *Travaux de linguistique – Revue internationale de linguistique française* 35: 67-78.

VENDLER, Z.

1967 *Linguistics in Philosophy*, Ithaca, Nova Iorque, Cornell University Press.

1970 “Les performatifs en perspective” *Langages* 17: 73-90.

VET, C.

1994 "Savoir et croire", *Langue Française* 102: 56-68.

1996 "Analyse syntaxique de quelques emplois du subjonctif dans les complétives" *Cahiers de grammaire* 21: 135-152.

VIGNAUX, G.

1988 *Le Discours acteur du monde, énonciation, argumentation et cognition*, Paris, Éditions Ophrys, Collection HDL.

VILELA, M.

1992 "Conhecer – Saber: Connaître – Savoir: analyse confrontative" in *Actes du XX Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*, Zurich, Université de Zurich: 413-427.

VOGELEER, S.

1994 "L'accès perceptuel à l'information: à propos des expressions un homme arrive / on voit arriver un homme" *Langue Française* 102: 69-83.

de VOGÜÉ, S.

1987a "La conjonction *si* et la question de l'homonymie" *BULAG* 13, Université de Franche-Comté.

1987b "Aspect: construction d'occurrences" *T.A. Informations* 28 (1), Klincksieck: 47-61.

1988 "Référence et prédication" in Jean Claude MILNER (dir.) *Recherches nouvelles sur le langage*, Cahiers de Jussieu: 108-138.

1989 "Discret, dense, compact. Les enjeux énonciatifs d'une typologie lexicale" in J.-J. FRANCKEL (ed.) 1989: 1-36.

1991 "La transitivité comme question théorique: querelle entre la Théorie des Positions de J. C. Milner et la Théorie des Opérations Prédicatives et Enonciatives d'A. Culioli" *LINX* 24: 37-63.

1992 "Culioli après Benveniste: énonciation, langage, intégration" *LINX* 26: 77-108.

1995 "L'Effet aoristique" in J. BOUSCAREN; S. ROBERT (orgs.) 1995: 247-259.

1998 "Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures" *Travaux linguistiques du CERLICO* 10, Rennes, Presses Universitaires de Rennes: 1-32.

van VOORST, J.

1988 *Event Structure*, Amsterdam, John Benjamins.

1993 "Un modèle localiste de la transitivité" *Langue Française* 100: 31-48. (também 1993 "A Localiste Model for event semantics" *Journal of Semantics* 10: 63-111).

1995 "Le contrôle de l'espace psychologique" *Langue Française* 105: 17-27.

de VOTO, G.

1967 *Avviamento alla etimologia italiana*, Firenze, Felice le Monnier.

YAGUELLO, M. (ed.)

1994 *Subjecthood and subjectivity*, Paris, Éditions Ophrys.

YAGUELLO, M.

1994 "'Subject' et 'sujet': a perverse polymorphous concept" in Marina YAGUELLO (ed.) 1994: 19-28.

WILLEMS, D.; B. DEFRANCO

2000 "L'Attribut de l'objet et les verbes de perception" *Langue Française* 127: 6-20.

WILLETT, T.

1988 "A cross-linguistics survey of the grammaticalization of evidentiality" *Studies in Language* 12-1: 51-97.

WITTGENSTEIN, L.

[1961] ²1995 *Tratado Lógico-Filosófico*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

[1985] ²1995 *Investigações Filosóficas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

von WRIGHT, E. H.

1951 *An Essay in Modal Logic*, Amsterdam, North Holland.

WYLD, H.

2001 *Subordination et énonciation*, *Cahiers de Recherche* (numéro spécial), Paris, Éditions Ophrys.